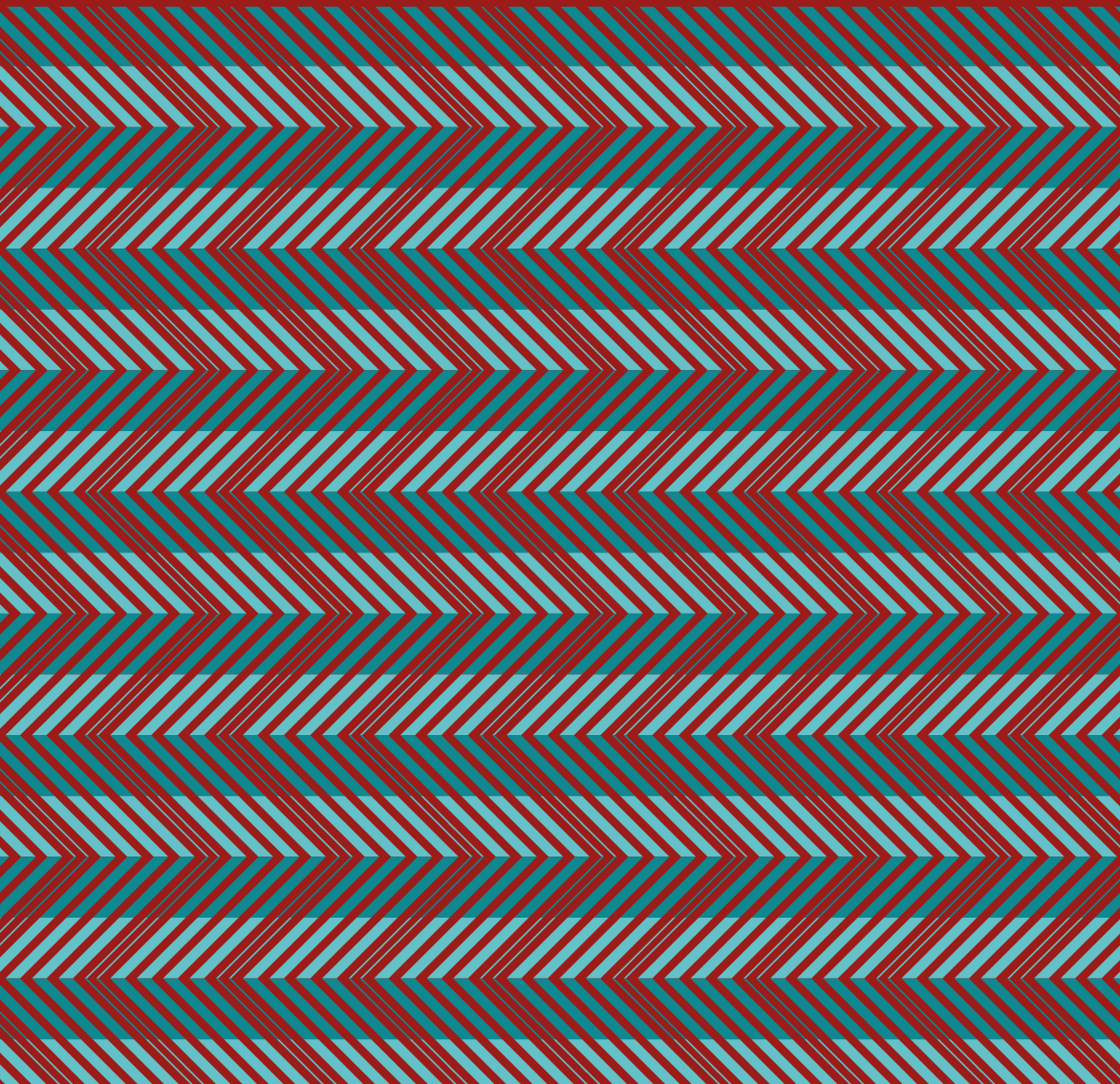
Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais

CARLA COSTA TEIXEIRA | ANDRÉA LOBO | LUIZ EDUARDO ABREU
organizadores



200 anos MUSEU NACIONAL UFRJ

LACED
LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ETNICIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

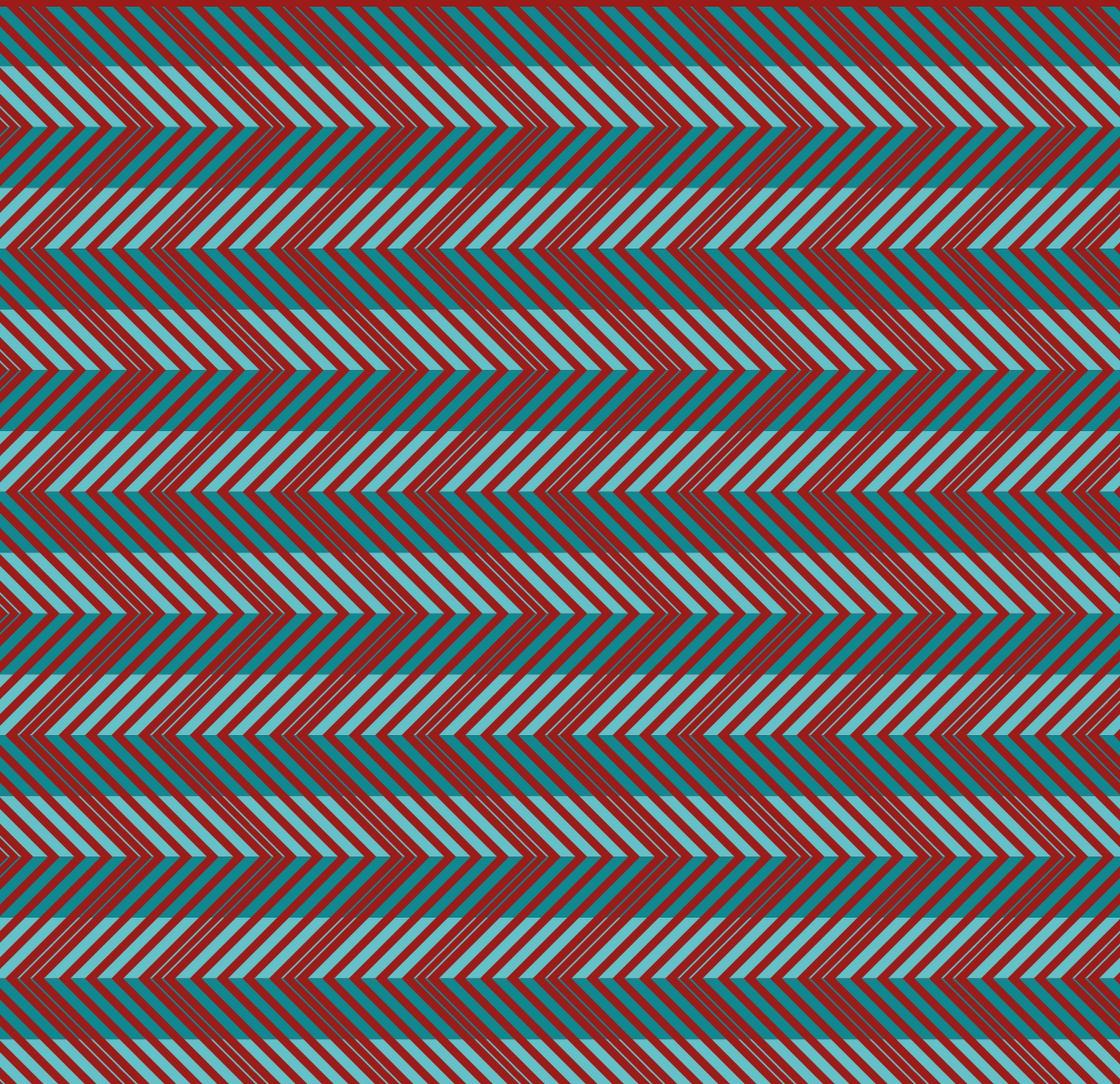
DAN | PPGAS

LEIPP
Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

CAPES



Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais

© Associação Brasileira de Antropologia, 2019.
Todos os direitos reservados a Associação Brasileira de Antropologia. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores.
Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-87942-66-1
Coedição Editora E-papers / ABA publicações

Ilustração da capa
jcomp/Freepik

Revisão
Rodrigo Reis
Malu Resende

Diagramação e capa
Ana Claudia Ribeiro

Este livro foi financiado com recursos da CAPES, Programa Proex do PPGAS/UnB; da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, por meio de Bolsa Cientistas do Nosso Estado, para o período de 2014-2017 (processo n. E-26/201.172/2014) e para o período 2019-2021 (processo E-26/202.652/2019); e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através de bolsa de produtividade em pesquisa (nível IB), no período 2016-2020 (processo n. 302706/2015-1).

Disponível no site da Editora E-papers
http://www.e-papers.com.br
Avenida das Américas, 3.200 bloco 1 sala 138
Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – Brasil
CEP 22.640-102

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais / organização de Carla Costa Teixeira, Andréa Lobo, Luiz Eduardo Abreu. – Brasília : ABA Publicações, 2019.

490 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-87942-66-1

1. Ciências sociais 2. Antropologia 3. Etnologia 4. Estado – Etnologia - Estudos I. Título.

19-2866 CDD: 301

Angélica Ilacqua – CRB-8/7057

Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais

CARLA COSTA TEIXEIRA | ANDRÉA LOBO | LUIZ EDUARDO ABREU
organizadores

Brasília, 2019

e-books

e-papers

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA
REITORA
Márcia Abrahão Moura
VICE-REITOR
Enrique Huelva
DECANATO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Adalene Moreira Silva
DECANATO DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Maria Emília Machado Telles Walter

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CHEFE
Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
COORDENADOR
Carlos Emanuel Sautchuk

LABORATÓRIO DE ETNOGRAFIA DAS INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS DE PODER (LEIPP)
COORDENADORA
Carla Costa Teixeira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
REITORA
Denise Pires de Carvalho
VICE-REITOR
Carlos Frederico Leão Rocha

MUSEU NACIONAL
DIRETOR
Alexander Kellner

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CHEFE
Adriana Facina Gurgel do Amaral

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
COORDENADORA
Olivia Cunha

LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ETNICIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO (LACED)
COORDENADORES
Antonio Carlos de Souza Lima
João Pacheco de Oliveira

ABA – GESTÃO 2017/2018

PRESIDENTE
Lia Zanotta Machado (UnB)
VICE-PRESIDENTE
Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
SECRETÁRIO GERAL
Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC/UnB)
SECRETÁRIA ADJUNTA
Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)
TESOUREIRO
Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (DAN/UnB)
TESOUREIRA ADJUNTA
Rozeli Maria Porto (UFRN)
DIRETORES
Claudia Turra Magni (UFPEL)
Fabio Mura (UFPB)
Lorenzo Macagno (UFPR)
Regina Facchini (Unicamp)

COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL
COORDENADOR
Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)
VICE-COORDENADORAS
Jane Felipe Beltrão (UFPA)
Cornelia Eckert (UFRGS)
Laura Moutinho (USP)

CONSELHO EDITORIAL
Alicia Norma González de Castells (UFSC)
Andrea L. M. Zhouri (UFMG)
Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)
Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)
Camilo Albuquerque de Braz (UFG)
Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)
Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)
Carmen Lúcia Silva Lima (UFPI)
Carmen Silvia Rial (UFSC)
Cláudia Turra Magni (UFPEL)
Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF)
Lea Carvalho Rodrigues (UFCE)
Levi Marques Pereira (UFGD)
Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Maria Eunice de Souza Maciel (UFGS)
Maria Filomena Gregori (UNICAMP)
Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Patrícia Silva Osorio (UFMT)
Renata de Castro Menezes (UFRJ)
Wilson Trajano Filho (UnB)

ABA – GESTÃO 2019/2020

PRESIDENTE
Maria Filomena Gregori (PPGAS/UNICAMP)
VICE-PRESIDENTE
Sérgio Luís Carrar (PPGSC/UERJ)
SECRETÁRIA GERAL
Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA/UFRRJ)
SECRETÁRIO ADJUNTO
Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (PPGAS/UnB)
TESOUREIRO GERAL
João Miguel Manzolillo Sautchuk (PPGAS/UnB)
TESOUREIRA ADJUNTA
Izabela Maria Tamaso (PPGAS/PPGIPC/UFG)

DIRETORAS
Angela Mercedes Facundo Navia (DAN-PPGAS/UFRN)
Manuela Souza Siqueira Cordeiro (PPGANTS/INAN/UFRR)
Patrice Schuch (PPGAS/UFRGS)
Patricia Silva Osorio (PPGAS/UFMT)

COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL
COORDENADORA
Laura Moutinho (USP)
VICE-COORDENADOR
Igor José de Renó Machado (UFSCar)
Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Sumário

Nada precisa ser como é: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais 7
Carla C. Teixeira | Andréa Lobo | Luiz Eduardo Abreu

Estado e Populações

Encontros produtivos: fazendo Estado e refugiados 25
Angela Facundo Navia

Estratégias de gestão populacional nos processos de remoção de favelas no Rio de Janeiro: o "tempo do rumor" e os "agentes públicos informais" 53
Alexandre Magalhães

Significados do militarismo na educação básica do estado de Goiás: uma reflexão etnográfica 71
Nicholas Castro

"Paternidade responsável começa pelo registro": a discussão da promoção da filiação e paternidade em Maceió, Alagoas 91
Ranna Mirthes Sousa Correa

"A Igreja acordou, a Igreja foi pra rua": representação, manifestação e o fazer dos "evangélicos" nas Marchas para Jesus 117
Raquel Sant'Ana

Fabricações do estado

Parceria y colaboración: hacer(se) Estado y producir arte 169
Laura Navallo

A contraparte da "crise": apontamentos acerca do "acesso regular à água" e processos de formação do Estado em Itu, SP 195
Pedro Gondim

"Um rastro de destruição": relações de poder no ambiente da administração pública 227
Monique Florencio de Aguiar

Un panorama sobre la Fórmula Buenas Prácticas (Córdoba, Argentina, Siglo XXI) 263
María Gabriela Lugones | *Lucía Tamagnini*

Perícia criminal e modos de produção de verdade: uma etnografia do Instituto de Criminalística do Paraná 279
Joelcyo Véras Costa

Estado e grandes empreendimentos

As comunidades não cabem nos modelos: análise de um manual empresarial de relacionamento com comunidade 311
Deborah Bronz

"Será que vocês não entendem de gente, não?" Classificações em disputa: a definição de atingido no projeto minerário Minas–Rio em Conceição do Mato Dentro, MG 341
Luciana da Silva Sales Ferreira

Nós, os outros e os "parentes": política e povos indígenas no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte 377
Roberta Aguiar Cerri

Criatividade na burocracia: o papel do Ministério Público Federal no caso da usina de Belo Monte 403
Luiz Vilaça

Posfácio

2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado? 433
Antonio Carlos de Souza Lima | *Adriana Facina*

Sobre os Autores 485

Nada precisa ser como é: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais

Carla C. Teixeira
Andréa Lobo
Luiz Eduardo Abreu

A escrita desta coletânea foi feita por várias mãos que expressam uma rede de investigação e diálogo que já data de mais de uma década. Tal rede envolve pesquisadores em momentos diferentes de suas trajetórias (graduação, mestrado, doutorado e seniores), inseridos em contextos nacionais distintos, que têm se dedicado a estudar instituições do estado, do mercado e burocracias diversas. Seu dinamismo pode ser mapeado nas atividades realizadas por seus pesquisadores em encontros nacionais de antropologia e de ciências sociais, respectivamente as bienais Reuniões Brasileiras de Antropologia e os Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. E também em eventos de antropologia em outros contextos nacionais – como nos congressos da Associação Portuguesa de Antropologia e da Canadian Anthropology Society; bem como em conferências e reuniões internacionais, com destaque para as Reuniões de Antropologia do Mercosul, os Congressos da Associação Latino-americana de Antropologia e os Encontros de Antropologia México-Brasil. Atividades que priorizam a organização de grupos de trabalho, mesas redondas, simpósios e painéis, não se restringindo, portanto, às participações individuais.

Como polos articuladores permanentes destacamos o Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder (LEIPP, PPGAS/DAN/UnB) e o Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED, PPGAS/MN/UFRJ), que realizam atividades rotineiras de pesquisa (individuais e em equipes) e reuniões para compartilhar reflexões e discutir resultados parciais das investigações em curso. Foram justamente esses dois laboratórios que se articularam para compor esta coletânea, tendo sua organi-

zação ficado sob responsabilidade do LEIPP ao qual nós integramos. Tal inciativa dá continuidade a outras coletâneas e dossiês (Teixeira, Valle, Neves 2017; Castilho, Souza Lima, Teixeira 2014; Souza Lima 2014; 2012; 2002), artigos e capítulos em coautoria (Teixeira, Lobo 2018; Teixeira, Souza Lima 2010), além dos livros autorais na Coleção Antropologia da *E-papers* do LACED. Trata-se, portanto, de um esforço de ampliar a interlocução e propiciar a inclusão de novos pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa dentro e fora do país.

A coletânea está dividida em três partes com o intuito de compartilhar a articulação que nós, os organizadores, vislumbramos como reflexões interessantes para referenciar a tríade que lhe dá nome: instituições, práticas de poder, dinâmicas estatais. A primeira enfoca as possibilidades diversas de gerenciamento da vida, de corpos e populações por meio de agentes, agências difusas e documentos estatais. A segunda parte prioriza a produção cotidiana e espetacular das instâncias administrativas e do imaginário social sobre o "Estado". Por fim, a terceira explora tal produção no que concerne especificamente às relações entre agências estatais diversas, empreendedores de grandes projetos e as chamadas comunidades afetadas ou atingidas pelas grandes obras que distinguem o desenvolvimentismo em curso no país. Não obstante a diferença de ênfases e de perspectivas – talvez por isso mesmo - chama atenção na leitura do conjunto de trabalhos aqui reunidos a acuidade das pesquisas que deram origem aos textos e o talento de seus autores para produzir diálogos inspiradores com as teorias antropológicas e das ciências humanas. O engajamento etnográfico, assim, se faz presente em todos os capítulos. Em outras palavras, pode-se apreender nas diversas situações e processos analisados pelos autores tanto o compromisso metodológico e ético em compreender o mundo da perspectiva daqueles que o interpretam e nele atuam; mas também a ambição de transformar tais visões de mundo e práticas em instrumentos de renovação conceitual.

Se algumas referências bibliográficas perpassam vários textos aqui reunidos (com destaque para Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Philip Abrams), combinam-se em cada um dos textos com referências bem diversificadas. Isso expressaria, a nosso ver, certa conformação e capacidade de formação da referida rede de pesquisa

no campo da antropologia política, do poder, da administração, das instituições e do estado. É dessa perspectiva que, antes de apresentar cada um dos trabalhos, traçaremos de forma breve o horizonte de pensamento que tem orientado nossas pesquisas e diálogos em diferentes situações de produção de conhecimento.

Tentar pensar e pesquisar as instituições exige de todos nós o cuidado de não as tomar como um dado da realidade, como um organismo identificável por suas normas, organogramas, edificações, equipes e, numa linguagem mais contemporânea, suas "missões institucionais". Embora muitas vezes assim se apresentem, as instituições se constituem em espaços e tempos específicos, a partir de disputas e relações de poder que nelas não se esgotam. São parte de um processo histórico conflituoso no curso do qual algumas práticas e valores saíram vitoriosas e lograram se estabilizar. E ao se estabilizarem tendem a negar sua própria historicidade e a apresentar-se como se fossem parte da natureza intrínseca do mundo social, especificamente nos contextos empíricos por nós estudados, do mundo moderno. Embora pareça paradoxal falar em natureza da sociedade, quando um princípio fundamental das ciências sociais é que o mundo é construído socialmente, há muito os antropólogos têm se dedicado a compreender os processos de reificação do mundo social, simbólico e/ou cultural – adjetivação que dependerá de suas filiações teóricas. Em outras palavras, buscamos compreender os mecanismos que negam a arbitrariedade dos sentidos e das práticas sociais, afinal nada precisaria ser como é; mas também os que projetam sua estabilidade no tempo futuro, tampouco nada precisa permanecer como é. Nesse percurso podemos observar um duplo movimento: o apagamento das lutas e, simultaneamente, a construção do presente como verdade tácita. Mary Douglas (1986) dedicou-se a refletir sobre como as instituições pensam, esquecem e tomam decisões de vida e morte. Seus escritos são inspiradores ao apontarem as analogias com a natureza e com a razão como um dos dispositivos centrais à retirada de esquemas de pensamento e de práticas do mundo das relações políticas, ou seja, da possibilidade de argumentação e disputa. Acompanhando suas reflexões, compreendemos as instituições como formas de classificação e ordenação compartilhadas e que orientam, de um modo ou de outro, todos os indivíduos

de um determinado mundo social em suas percepções e ações. As instituições seriam, portanto, um "agrupamento social legitimado" (1986:56) e para que tal agrupamento exista é preciso tanto um processo econômico e político, quanto um processo intelectual e cognitivo, tanto certo conformismo moral quanto lógico.

Dito assim, contudo, pode sugerir que as várias instituições estão em relações simétricas. Essa, sem dúvida, não é a nossa perspectiva. Em cada esfera ou campo social (arte, economia, ciência, religião, política, direito etc.) observamos a disputa entre seus atores para estabelecer a hierarquia de práticas, valores, regras e, o mais importante, a própria definição do que seja a realidade e a verdade do mundo. Se isso pode ser mapeado em processos que guardam certa autonomia relativa, como nos alertou Weber, contudo há que concordar com Bourdieu quando afirmou em seus estudos sobre a gênese do "Estado" que esse se constituiu historicamente não apenas como detentor do monopólio do uso legítimo da violência física, mas também da violência simbólica. O Estado seria, em suas palavras, o "banco central de capital simbólico" (Bourdieu 2014:175). Tal metáfora nos leva a refletir sobre a existência de um efeito totalizante e universalizante das práticas identificadas como estatais que engloba e perpassa todos os campos, esferas e mundo sociais. Com potência simbólica de tal envergadura, todo cuidado é necessário ao investigar esta instituição que detém ela própria o poder de avalizar as demais instituições. E, consequentemente, de instituí-las por meio da capacidade de vincular seus atos aos valores desinteressados do bem comum: razão de Estado, nação, território, desenvolvimento; mas também aos, menos grandiosos, documentos de identificação, regras ortográficas e normas de trânsito. O risco maior na busca por produzir conhecimento sobre o Estado reside em esquecer que o que chamamos Estado é um processo de estruturação de práticas políticas construída historicamente por um árduo trabalho de agentes sociais, ao longo do qual a natureza política e conflituosa de sua existência vai sendo transformada em identidade transcendental aos valores particulares seja da sociedade ou do mercado (Abrams 1988). Assim, a proposta que nos anima é buscar compreender o Estado por meio de seus agentes, os diferentes interesses que os movimentam, suas práticas e estratégias de luta, os dispositivos de poder que ope-

ram em diferentes situações, sejam eventos espetaculares ou rotinas cotidianas. É o que temos denominado em nossas investigações como pesquisar o *fazer-se Estado*.

Se como viemos argumentando o Estado não pode ser considerado uma entidade unívoca, uma espécie de indivíduo coletivo de ordem superior; tampouco postular sua inexistência ou, numa versão menos radical, sua invisibilidade seria a abordagem alternativa. Os efeitos de Estado são bem concretos, quem de nós já não se deparou com sua força? O Estado está em todo lugar, ele faz parte do nosso dia a dia, ele permeia e, se não determina, restringe o "campo de possibilidades" (no sentido fenomenológico) onde conseguimos nos movimentar. O nosso esforço, portanto, tem sido o de apontar-lhe os mecanismos pelos quais se realiza ou, como disse Foucault, o "como" do exercício do poder – em sua capilaridade disciplinar dos corpos individuais e de governo de populações, bem como em sua força concentradora de potências de soberania. Não obstante este excesso de presença estatal, frequentemente os próprios atores quando se deparam com esses mecanismos não os veem como manifestações do Estado. Nossa hipótese é que entre a ideia de estado e os mecanismos que se multiplicam no cotidiano que podemos, de alguma forma, relacionar com ele, acontece um duplo processo. Um processo de separação e invisibilização que distancia, esquece, silencia; outro um processo de controle que multiplica, adapta, conforma os pequenos e rotineiros procedimentos com os quais temos de lidar – processo análogo ao que apontamos anteriormente na chave das reflexões bourdieusianas da gênese do Estado.

Contudo, percebemos que o Estado como a instituição das instituições é também uma narrativa englobante, que se reproduz todas as vezes que se lhe afirma: "o Estado brasileiro", "as instituições do Estado", "políticas de Estado" em oposição às políticas de governo, agendas de governos etc. Desse ângulo, se formos wittgensteinianos e admitirmos como bom princípio de método que o significado equivale ao uso (o que é bem diferente de uma perspectiva mais "conservadora" que afirma, com razão, que as palavras têm seus usos), admitiríamos como corolário que em cada um destes e de outros usos o "Estado" teria significados diferentes. Mobilizar esforço intelectual para mapear tais usos responde ao desafio de fazer a media-

ção entre as categorias do mundo investigado e aquelas das teorias sociais, tornando menor o risco de tomar classificações normativas como realidades práticas. Todavia tal esforço requer também considerar que, em oposição a essa multiplicação de contextos, jogos de linguagem e sentidos, teríamos dois mecanismos que caminham na direção oposta. O primeiro deles seria o resultado da própria linguagem: somos forçados pela observação a admitir que, entre os diversos usos de um conceito, encontramos muitas semelhanças (como as semelhanças entre os membros de uma família). Em outras palavras, mesmo se voltássemos nosso olhar para as diferenças, teríamos de considerar que nós mesmos (na medida em que compartilhamos as experiências de nossos interlocutores), referenciamos estes diversos usos à ideia de uma unidade, algo presente na ideia intuitiva de que, em todos os diversos contextos que utilizamos uma palavra, empregamos a mesma palavra — o que Saussure chamou de identidade e que, para ele, decorreria do sistema.

O segundo mecanismo não está associado diretamente à relação entre usos e unidade, mas deriva justamente da ideia de que o Estado é a unidade, uma unidade que, paradoxalmente está presente em todo lugar e não está em lugar nenhum, que não é como nós, mas representa aquilo que nos é mais profundamente enraizado, que, num certo sentido, nos define enquanto sociedade (identidade, desigualdade, hierarquia, opressão, liberdade etc.), que nos separa e, por isso, nos une. Tudo se passa como se o conceito de Estado levasse adiante o princípio das semelhanças de família e a constituísse como a alquimia misteriosa do múltiplo no uno. Não estamos propondo construir mais uma definição de Estado dentre as muitas já existentes, mas pensamos que essa é uma representação "nativa" e que merece ser considerada em nossas reflexões. Ainda, é preciso reconhecer que como representação ela tem sua força, cumpre um papel, é capaz de estabelecer relações, está em relação com outras práticas, ideias, conceitos, valores e, mesmo, com o silêncio.

Tal argumento, por sua vez, coloca o nosso problema inicial em outra dimensão. Para que esta representação se mantenha, para além da linguagem e da representação, é necessária a existência de mecanismos sociológicos, constituídos por, encarnados em e produtores de agentes, práticas e interesses institucionalizados (esta-

bilizados e legitimados) que consigam sustentá-la. Não acreditamos que aqui seja possível fazer um inventário completo de tais mecanismos sociológicos. Supomos que alguns deles possam ter um uso mais local e não generalizável. Todavia, é possível sugerir que eles contêm duas direções mais gerais: por um lado, aqueles que caminham na direção da unidade; por outro, aqueles que se adaptam a contexto, permeiam o cotidiano, como se levassem as tecnologias de poder (Foucault 1999; 2008) até o limite, quase como se nelas o poder estivesse ausente e fossem elas o resultado da razão, da técnica ou das condições impostas pela objetividade do mundo que está para além do alcance individual modificar ou interferir. Se, no primeiro caso, talvez os exemplos mais impressionantes sejam os rituais e as grandes narrativas; no segundo, poderíamos indicar as diversas técnicas que a burocracia utiliza para controlar, estabelecer políticas, movimentar-se e classificar. Em ambos os contextos, lembramos ao leitor, observamos os efeitos de naturalização abordados anteriormente quando falamos dos processos de institucionalização como a produção de verdades tácitas e de ordens irredutíveis.

Os textos que compõem esta coletânea consistem de pesquisas em diversos e nuançados contextos – festival de dança, escolas militares, registro de paternidade, refugiados, marcha dos evangélicos, entre outros - em que se poderá encontrar os efeitos produzidos pelo espetáculo do poder, pelas tecnologias de governo e, frequentemente, por uma combinação de ambos. Esperamos que as breves sinopses de cada um dos trabalhos, que passaremos a apresentar, sirvam de estímulo à leitura integral das reflexões aqui reunidas e também como um convite à investigação do mundo das instituições, das práticas de poder e das dinâmicas estatais.

* * *

Angela Facundo abre esta coletânea abordando, com extrema sensibilidade, a temática do refúgio no Brasil a partir da análise dos processos de refúgio de colombianos. A autora está interessada nas formas em que são geridos alguns grupos de pessoas em movimento e não apenas sobre a sua situação enquanto coletivos. Sob clara inspiração nas teorias foucaultianas de gestão de corpos e de populações, Facundo nos apresenta uma fina análise de como os sujeitos *se*

tornam refugiados em um processo que tanto produz "sujeitos precários" quanto reproduz e legitima o poder do estado na administração de sujeitos, territórios e mobilidades. Tal processo é captado em uma etnografia das práticas de gestão de refugiados no acompanhamento das demandas por um visto de caráter humanitário ao Conselho Nacional de Migração ou um visto de Mercosul perante a Polícia Federal e o Ministério da Justiça.

Alexandre Magalhães reflete sobre como operam mecanismos estatais de controle de territórios e populações e seus efeitos concretos na vida das pessoas por eles envolvidas. Ao analisar o processo de remoções de favelas no Rio de Janeiro articulado ao programa Minha Casa, Minha Vida, o autor desvela a atuação estatal observada desde baixo, no contato cotidiano e ordinário entre agentes públicos, moradores de favelas e outros atores que conformavam tais situações, reproduzidas no tempo e no espaço, moldando uma determinada relação entre o Estado e os moradores destas localidades.

As escolas de educação básica administradas por instituições militares e policiais ganham relevo no artigo de Nicholas Castro. Em uma interessante e atual reflexão sobre o processo de expansão do número de colégios administrados pela polícia militar pelo governo estadual de Goiás, o autor realiza um esforço de compreensão do caráter dessas instituições em suas particularidades com o intuito de refletir sobre seus efeitos de poder, sobre a construção de sua identidade e sobre seus significados enquanto uma prática de governo. Ao apresentar sua etnografia do modelo CPMG Castro problematiza os sentidos nativos de pedagógico e disciplinar, dimensões que se entrecruzam no cotidiano de conformação e produção de sujeitos.

Em pesquisa realizada no Núcleo de Promoção da Filiação e Paternidade (NPF), localizado na sede do Tribunal de Justiça de Alagoas, Ranna Mirthes Correa aborda questões referentes à filiação e paternidade no que concerne às representações tanto da equipe profissional, quanto das mães sobre os sentidos e a importância do registro civil. Ao abordar os processos de promoção do direito à filiação, o estabelecimento do nome e sobrenome enquanto um instrumento para a constituição da cidadania a autora nos provoca a refletir sobre visões relacionadas às noções de paternidade, o papel do registro e perspectivas sobre os direitos das crianças. O que está em jogo aqui

é o amplo debate em nível internacional, e com reflexos no Brasil, sobre os processos de reconfiguração da criança enquanto sujeito de direito e a ênfase ao direito de conhecimento das origens mobilizada por discursos globais. Tais dinâmicas têm tido fortes reflexos nas políticas sociais locais de diversos estados-nações, que passam a incorporar uma visão de mundo que aposta no fortalecimento familiar como principal mecanismo de solução para problemas sociais e econômicos.

Fechando esse primeiro bloco, Raquel Sant'Ana explora as formas de articulação das redes acionadas nos processos de produção de unidade e visibilidade enquanto "evangélicos" por meio da análise da Marcha para Jesus do Rio de Janeiro. Ao acompanhar a organização do evento com o objetivo de entender quem são os atores envolvidos, a autora nos revela como são forjadas alianças e mobilizadas ideias de Estado, laicidade e representação. O caso da Marcha no Rio de Janeiro é particularmente interessante pelo fato de envolver atores protagonistas também nas articulações nacionais em torno dos "evangélicos" tanto na política parlamentar quanto na indústria cultural gospel. Ao perguntar "quem organiza a Marcha", questão que aparentemente remete a uma resposta direta e objetiva, o texto de Sant'Ana acaba por nos revelar uma multiplicidade de atores, incluindo a prefeitura do Rio de Janeiro, o que permite que a autora reflita sobre a complexa questão da disputa de significados sobre a laicidade do estado.

O segundo bloco de artigos que compõem esta coletânea é aberto por Laura Navallo, que analisa em seu artigo os processos de gestão de festivais internacionais de dança contemporânea no Brasil nos quais tanto a parceria e colaboração quanto a criação artística nos permitem pensar sobre as formas pelas quais o estado se realiza. Ao seguir seu argumento percebemos que, para além das especificidades do universo artístico em questão, as práticas de parceria e colaboração no âmbito dos festivais revelam as modulações dos processos de formação de formas de governo. A depender das diferentes manifestações de seus agentes e da administração dos recursos materiais, tais agentes acabam por conduzir as vidas dos envolvidos. Utilizando o sentido foucaultiano de "conduzir a vida das pessoas", o próprio festival se transformava em um dispositivo de governo.

A "crise da água" na cidade de Itu é a porta de entrada para Pedro Gondim refletir sobre a complexa genealogia que abarca as relações entre água, estado, infraestruturas e sociedade na gestão de recursos hídricos. Seu interesse é pensar, a partir do evento do racionamento, sobre um conjunto de práticas, rotinas e materialidades que foram aos poucos construindo e difundindo a noção ou, como diz o autor, a "convicção" do que ele denomina de "acesso regular à água". Nesse processo, o estado vai se tornando indissociável das questões relativas à água em Itu, o que permite argumentar pela dimensão material da distribuição, dos modos de gestão, de acesso e de usos da água juntamente com as formas de políticas e de gestão de pessoas que elas implicam. Dito de outra forma, pensar a água enquanto um bem que além de gerido e distribuído no ambiente urbano, replica formas de gestão de população e noções do estado em formação constante.

Monique Aguiar aborda o universo do trabalho na administração pública interessada em mapear as posições dos servidores e compor sua estrutura de relações. A difícil posição de pesquisadora e funcionária pública possibilita a autora refletir sobre os desafios de realizar pesquisa entre pares, tendo esses como objetos e interlocutores de pesquisa. Utilizando a estratégia de trabalhar com tipos de comportamento no sentido de dar a conhecer esse universo marcado por relações de poder protegendo as identidades dos sujeitos de pesquisa, vemos surgir a noção de autoritarismo como central. Em uma narrativa perspicaz, a autora nos leva a conhecer os universos dos "cargos de confiança", das "cascas de banana", das "marionetes", dos "vingativos" ("pedir a cabeça"), dos "bandos" ou "confrarias", das "baratas" ou "bichos peçonhentos"; todas características de um tipo de comportamento administrativo, um tipo autoritário existente em uma teia de relações em que alguns buscam manter posições de prestígio e outros são constrangidos. Tais disputas são beneficiadas por um processo estratégico de produção de conflitos pelos gestores que ocupam posição de poder, que se aproveitam e perpetuam o caos.

Lugones e Tamagnini apresentam uma abordagem sócio antropológica das "Boas Práticas" como fórmulas de gestão que se constituem como uma via para captar novas formas de governamentalidade. Partindo da análise de manuais, catálogos, guias, as autoras

captam os planos, ações e tecnologias de governo que formulam os agentes internacionais, nacionais, municipais, além das ONGs, movimentos sociais etc. O interessante desta análise é o revelar do processo em que as Boas Práticas se tornam uma fórmula de governo eficaz e efetiva na medida em que sua dimensão política se invisibiliza, como no caso dos prêmios, por exemplo. Dessa forma, ao adentrar no universo das Boas Práticas em Córdoba, as autoras desnaturalizam e submetem tais práticas ao exame não são os manuais e processos analisados, mas o próprio trabalho do antropólogo quando este assume o potencial de se converter em prescrições normativas.

Os laudos periciais e seu potencial de pautar decisões das autoridades jurídicas é abordado por Joelcyo Costa no artigo que encerra esta segunda parte. A perícia criminal enquanto atividade técnico-científica que participa do processo de produção de verdade jurídica está no centro dos argumentos desenvolvidos pelo autor a partir da pesquisa desenvolvida no Laboratório de Balística Forense do Instituto de Criminalística do Paraná. Uma vez que a perícia criminal integra um conjunto de práticas que são capazes de determinar "o que realmente aconteceu" em um processo criminal, ou seja, produz verdade jurídica, o autor adentra nesse universo e nos revela que ele é composto por dinâmicas compostas não somente por objetos técnicos, mas por disposições subjetivas expressas na seleção de elementos em detrimento de outros, disposições subjetivas, contingências – todas partícipes do processo de construção de verdade jurídica.

O artigo de Deborah Bronz abre a terceira e última parte, intitulada "Estado e grandes empreendimentos". Por meio da análise dos manuais que orientam as ações dos funcionários no relacionamento com os grupos sociais afetados pelos empreendimentos em que atuam, a categoria comunidade ganha relevo e complexidade no argumento da autora. Ao desvendar de maneira brilhante como as práticas empresariais constituem a "comunidade" como um sujeito homogêneo e territorializado, a autora apresenta ao leitor o Modelo de Relacionamento com a Comunidade enquanto um dispositivo voltado para a gestão e minimização de conflitos e impactos para a empresa, produzindo assim a comunidade como um sujeito em posição subordinada, ou seja, aquele que precisa de ajuda.

Luciana Ferreira nos leva para o universo da mineração dando relevo à luta das comunidades pelo reconhecimento dos danos e impactos causados pelo projeto minerário Minas Rio. Analisando as reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), espaço institucionalizado para a denúncia das dimensões violentas, injustas e inaceitáveis das transformações vividas por estas populações, a autora demonstra que apesar das lutas e das denúncias, o processo de licenciamento ambiental da mina foi também um processo de marginalização, desconsideração e exclusão dos saberes e experiência das populações atingidas e de prevalência do discurso técnico-científico e da relação de poder entre ambos. Se a REASA enquanto espaço público possibilitou a participação dos atingidos, seu mundo foi subestimado nas disputas por classificação em um processo de licenciamento ambiental, no qual domina o discurso técnico-científico.

Roberta Cerri Reis aborda a arena política da implantação da hidrelétrica de Belo Monte, política pública de desenvolvimento econômico na Amazônia que coloca em relação povos indígenas do médio rio Xingu, empreiteiros, agentes estatais. O objetivo da autora é mapear os limites e as possibilidade da participação social de grupos indígenas em contextos de práticas de poder que envolvem um grande projeto de desenvolvimento. Pela etnografia das reuniões sua análise sensível nos permite observar o estado em suas práticas e seus efeitos e as lideranças indígenas delineando estratégias de enfrentamento e de aliança. Em mais um artigo desta coletânea temos reflexões metodológicas sobre análise de documentos, *studying up* e a complexa conjunção dos papeis de agente estatal e pesquisadora.

No último capítulo somos levados mais uma vez para a bacia do rio Xingu e a implementação da UH de Belo Monte. Complementando as reflexões do artigo que o antecede, Luiz Villaça adentra neste debate a partir do Ministério Público. Seu intuito é mapear e analisar as interações mobilizadas por procuradores durante o processo de implementação do projeto refletindo sobre as formas de atuação do MP como instituição estatal. Por meio de análise fina de documentos diversos, entrevistas e observação de reuniões, encontros e eventos o autor delineia os percursos dos procuradores do MP na construção de posicionamentos e estratégias desenvolvidas para

influenciar o processo se colocando como "aliados" dos militantes contra a barragem e se apresentando com agentes ativos nas disputas diversas, como os direitos das comunidades indígenas, ribeirinhas e do meio ambiente.

Encerrando esta coletânea, Antonio Carlos de Souza Lima e Adriana Facina nos brindam com um posfácio que insere as etnografias que compõem esta coletânea em um horizonte temporalmente profundo. Em um texto potente, denso e necessário, os autores fazem uma análise da situação atual do estado e sociedade brasileira e como o ambiente que vivemos se configurou processualmente. Dando conta da complexidade das dinâmicas sócio-estatais, os autores avançam, sinalizando a necessidade de as análises extrapolarem o nacional e abarcarem as interconexões com a América Latina e além. Abordando as temáticas das violências de estado, autoritarismos, margens e centros que interconectam de maneira brilhante os artigos que compõem esta coletânea, somos chamados a lutar pela restituição de nosso direito de sonhar, de imaginar, de pensar, de interpretar e, assim, figurar novos futuros possíveis.

* * *

Não poderíamos encerrar sem mencionar que o aporte de recursos para a organização desta publicação foi viabilizado por um conjunto de instituições sem às quais seria impossível organizar um projeto de tal porte, que reúne desde renomados pesquisadores internacionais e nacionais até estudantes de pós-graduação. Agradecemos ao CAPES/PROEX, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB pelos apoios financeiro e institucional. Antonio Carlos de Souza Lima gostaria de agradecer aos recursos oriundos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, por meio de Bolsa Cientistas do Nosso Estado, para o período de 2014-2017 (processo n. E-26/201.172/2014) e para o período 2019-2021 (processo E-26/202.652/2019), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através de bolsa de produtividade em pesquisa (nível IB), no período 2016-2020 (processo n. 302706/2015-1).

Devemos, ainda, tornar público nossos agradecimentos aos colaboradores desta obra por aceitarem o desafio por nós lançado. O processo de edição da obra que agora vem à público teve início

em 2016 como expressão do trabalho continuado do Laboratório de Etnografias das Instituições e das Práticas de Poder (LEIPP, PPGAS/DAN/UnB) e sua articulação com pesquisadores e grupos em nível nacional e internacional, em especial, com o Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED, PPGAS/MN/UFRJ). O tempo de produção de um projeto desta envergadura revela a complexidade não só dos processos de escrita, mas da busca por recursos, parcerias, articulação com pareceristas e autores. Tendo agora, neste início de 2019, o livro em mãos, temos a certeza de que as reflexões nele contidas chegam em boa hora. Mais do que nunca precisamos refletir sobre instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais, pois nada precisa ser como é.

Referências bibliográficas

Abrams, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology* Vol. 1 No. 1 March 1988: 58–89

Bourdieu, Pierre. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989–92)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.

Castilho, Sérgio R. R; Souza Lima, Antonio Carlos de; Teixeira, Carla C. (org.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ; 2014.

Douglas, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Ed. EDUSP; 1986.

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975–1976); São Paulo: Martins Fontes; 1999.*

_____. *Segurança, território e população: Curso dado no Collège de France (1977–1978)*; São Paulo: Martins Fontes; 2008.

Souza Lima, Antonio Carlos (org.). *Gestar e gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ; 2002.

_____(org.). *Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil.* Rio de Janeiro: LACED; e-papers; 2014.

_____(org.). Dossiê Fazendo Estado. *Revista de Antropologia*, v. 55, p. 559–564, 2012.

Teixeira, Carla C.; Valle, Carlos Guilherme.; Neves, Rita de Cássia (Org.). *Saúde, mediação e mediadores*. 1ed.Natal: Brasília: EDUFRN: ABA Publicações, 2017, v.1, p. 128–160.

Teixeira, Carla C.; Souza Lima, Antonio Carlos. A Antropologia da Administração e da Governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: *Horizontes*

das ciências sociais no Brasil: antropologia / Coordenador geral Carlos Benedito Martins; Coordenador de área Luiz Fernando Dias Duarte; São Paulo: ANPOCS; 2010.

Teixeira, Carla C.; Lobo, Andrea S. Pesquisa como função de Estado? Reflexões etnográficas sobre uma instituição in between. *Mana* 24(2):235-277.

Estado e Populações

Encontros produtivos: fazendo Estado e refugiados

Angela Facundo Navia

Introdução

Entre 2011 e 2013, realizei uma pesquisa sobre a figura contemporânea do refúgio no Brasil, voltada especialmente para os processos de refúgio de nacionais colombianos. As reflexões a seguir fazem parte dos resultados dessa pesquisa[1], notadamente os que dizem respeito às formas como são geridos alguns grupos de pessoas em movimento e não apenas sobre a sua situação enquanto coletivos. A aposta etnográfica e analítica foi considerar que os sujeitos que são classificados e administrados como refugiados são produto de formas específicas de gestão e não uma realidade que possa ser mapeada e descrita de maneira independente das relações com os administradores. Este texto sugere que entender os processos através dos quais alguns sujeitos se tornam refugiados é uma forma de entender os processos que continuamente constroem e reforçam o poder e a legitimidade do Estado-nação para administrar sujeitos, territórios e mobilidades, criando formatos e tradições administrativas para fazê-lo.

A pesquisa foi desenvolvida em três estados brasileiros – Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo – e no Distrito Federal através de diversos tipos de encontros com sujeitos (indivíduos e famílias) refugiados ou solicitantes de refúgio e com um amplo leque de administradores, aqui chamados agentes de Estado. Tal denominação se deve ao fato de que não são apenas os funcionários de governo que participam dos processos burocráticos do Estado: funcionários de organizações não governamentais (ONGs), outros representantes da chamada sociedade civil, atores de organismos internacionais etc. também participam da gestão de populações feita em nome

1 Uma versão desse artigo foi publicada na coletânea Estado, Democracia e Participação Popular na América Latina, sob o título: Administração de refugiados e processos de formação de Estado.

do Estado e como parte de seus processos contínuos de formação (ELIAS, 2006). Ao longo desses anos, conversei com funcionários do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) e de diferentes ONGs que administram programas de refúgio. Também acompanhei eventos, declarações oficiais dos agentes, programas de televisão e notas de imprensa sobre o tema.

Da multiplicidade de entradas que o assunto do refúgio de populações permite, foco, neste texto, na descrição do universo institucional brasileiro. Nas páginas a seguir, apresento os atores que identifiquei em campo, descrevo as relações entre eles e as explicações que os próprios atores me ofereceram sobre suas funções e sobre as características dos programas, bem como proponho uma forma de entender algumas ambiguidades que esse universo produz e que reverberam na forma de produção de sujeitos refugiados como sujeitos precários.

Falo em universo institucional utilizando a metáfora de maneira intencional. Identifiquei na pesquisa uma série de instituições governamentais e não governamentais que configuram um espaço interconectado mais ou menos limitado de gestão, porém não completamente conhecido ou fechado. Quer dizer, um espaço com a potencialidade de ampliar seus limites a qualquer momento, fazendo com que uma instituição originalmente pertencente a outro campo de assuntos migratórios seja incorporada no percurso de um sujeito que passa, por exemplo, de solicitante de refúgio a pleiteador de um visto de caráter humanitário perante o Conselho Nacional de Migração ou um visto de Mercosul perante a Polícia Federal e o Ministério da Justiça. Cada sujeito que entra nesse espaço de gestão pode conhecer apenas algumas instituições desse universo, ou seja, seu próprio percurso ativará algumas entidades e não outras e o fará numa ordem determinada, que não é sempre a mesma para todos. Cada um juntará esses pontos institucionais e desenhará sua própria constelação a depender do local de chegada, do programa de refúgio que ative, da maneira que sua história for interpretada e classificada pelos agentes dessas instituições etc.

A descrição desse universo é tão etnográfica quanto foram os encontros, as conversas e os diferentes tipos de relacionamento

que mantive com as pessoas refugiadas. Portanto, também minha entrada e percursos em campo desenharam os contornos que aqui apresento. A abordagem etnográfica das práticas de gestão de refugiados se soma às propostas que submetem o Estado, as leis, o direito, as práticas de justiça, as instituições de governo e outras formas de gerenciamento das vidas, ao escrutínio da análise antropológica. Falar dessa institucionalidade também não é relatar objetivamente um plano normativo que existe de maneira independente dos encontros entre as pessoas ou das negociações e avaliações morais que são construídas nessas interações. Finalmente, vale esclarecer que a análise focou o universo institucional contemporâneo do refúgio. Ou seja, as políticas e suas diversas práticas de governo elaboradas, promovidas e reatualizadas com a Lei nº 9.474/1997 e seus desenvolvimentos posteriores.

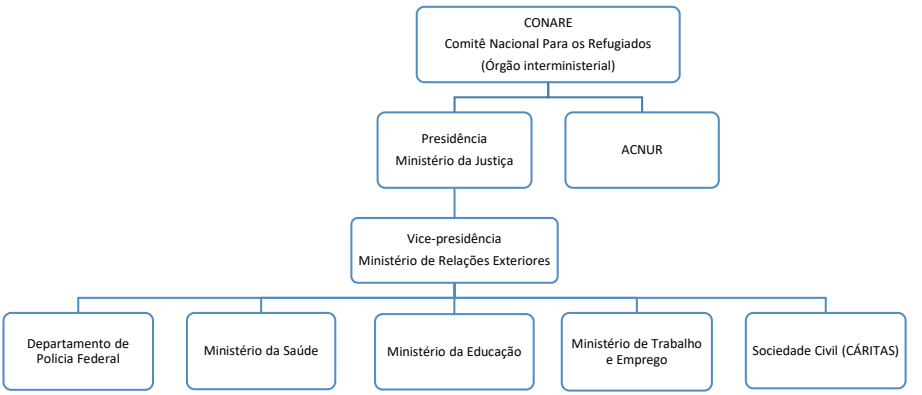
Apresentando os administradores do refúgio

Como parte dos processos contemporâneos ativados para internalizar no Brasil o Estatuto dos Refugiados de 1951, criou-se o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que, atuando no âmbito do Ministério da Justiça, ficou responsável por "analisar o pedido e declarar o reconhecimento da condição de refugiado" (Lei nº 9.474/1997, art. 12, IV). O Conare foi referido em campo pelos agentes administradores como uma figura central e com amplo poder de decisão sobre as ações que devem ser tomadas e de criação de respostas sobre como agir em caso de dúvida. Muitos dos agentes administradores se referem a esse comitê como um todo; outros, somente a alguma(s) de suas partes constituintes e essa dinâmica permite que tanto os agentes quanto as partes que compõem o comitê oscilem entre um fora e um dentro segundo o momento de enunciação, o enunciador, as ações que estão sendo referidas ou o parceiro com quem as inicie.

Por sua parte, para os solicitantes de refúgio e para os refugiados, não é sempre muito claro qual é a composição do Conare. Na maioria das vezes, o contato direto dessas pessoas se estabelece com as funcionárias das Cáritas e com a Polícia Federal. As Cáritas, algumas vezes, se apresentam e são referidas pelas pessoas como Acnur,

mas não assumidas como Conare; a Polícia Federal também não é pensada como tal. Essa situação colabora para que o Comitê apareça como uma figura distante, mais coesa e, às vezes, humanizada, ao mesmo tempo que um bom grau de ambiguidade se instala na compreensão das funções e dos poderes de ação de cada um dos integrantes e do próprio Conare.

Para auxiliar a compreensão de como é pensada e apresentada a conformação do Conare por seus agentes constituintes, optei por reproduzir um diagrama que me foi apresentado durante os primeiros meses de minha pesquisa de campo. Parece-me que esse e outros diagramas que circulam nesse campo de governança, mais do que oferecer um contexto de leitura, são, em si mesmos, textos que circulam entre os agentes incumbidos. Considerados por esses agentes fontes de informação meramente descritiva, esses textos ajudam na construção de leituras e visões comuns entre os agentes do refúgio. Também nos oferecem uma visão da forma ideal como foi pensado o Conare, algo muito útil para estabelecer visões comparativas sobre sua forma operacional.



A estrutura do Comitê, apesar de sua disposição hierárquica no gráfico, é apresentada como uma estrutura "tripartite". Esse tripleto é formado por representantes do governo brasileiro, da "sociedade civil" e da Acnur. Tal formato de organização e de ação corresponde ao modelo sugerido pela ONU não apenas para as políticas relativas ao refúgio, mas para um amplo espectro de políticas sociais. A estrutura tripartite pode ser analisada à luz de alguns autores que têm

estudado os modelos de governança neoliberais com foco na participação tanto da chamada "sociedade civil" quanto de agências transnacionais dentro dos processos de formulação e implementação de políticas governamentais. Charles Hale (2002) apontou que, durante a última década do século XX, deu-se, em diversos lugares do planeta, a emergência simultânea do discurso multicultural e do projeto do neoliberalismo como processos mutuamente constitutivos. As mudanças ativadas tanto pelo discurso multiculturalista quanto pelo projeto neoliberal teriam favorecido processos de participação cidadã de novos setores sociais nas funções que antes eram centralizadas pelo aparelho burocrático do Estado.

Para o caso específico das políticas de refúgio brasileiras, podemos observar que, apesar da importância desse período de significativas mudanças nos formatos de governo e governança, as relações com o âmbito internacional estiveram sempre presentes e, de fato, foram uma característica constitutiva. Talvez o vínculo com a comunidade de Estados se apresente de maneira mais evidente nas políticas de refúgio do que em outros espaços de governo de populações nos quais também tem se dado a produção, em vários níveis simultâneos, de grupos específicos como coletivos passíveis de intervenção. Afinal, a figura contemporânea do refúgio é a imagem especular dos vários processos planetários contemporâneos de constante formação e reformulação, às vezes mais violenta, de espaços geopolíticos considerados comunidades nacionais. Além disso, o regime internacional relativo aos refugiados nasceu como um espaço vinculado à ideia de direitos humanos, também estabelecida em nível global pelo regime da ONU.

As mudanças apontadas por vários autores em relação à época da ditadura militar no Brasil dizem respeito justamente ao posicionamento e aos discursos do Estado brasileiro quanto aos direitos humanos e à adesão aos princípios do direito internacional humanitário (ANDRADE, 1996; JUBILUT, 2007; MOREIRA, 2012). Contudo, considero que, no desenvolvimento das políticas de refúgio, há tanto rupturas quanto continuidades que permitem pensar as relações entre os integrantes desse modelo tripartite com uma cronologia diferente. Ou seja, me parece que a relação entre pelo menos dois dos componentes atuais do Conare não é exclusivamente produto do

auge participativo das etapas de redemocratização em vários lugares do mundo ou do fortalecimento mais recente da "externalização de funções do Estado" como desdobramento dos modelos neoliberais de gestão (FERGUSON e GUPTA, 2002, p. 90). Assim sendo, proponho abordar alguns aspectos da relação entre esses atores antes mesmo do processo de redemocratização como continuidades importantes para entender a estrutura atual desse modelo de ação no campo do refúgio.

Um relato fundacional

Durante a segunda metade dos anos 1970, ainda sob a ditadura militar, um vínculo parece ter se estabelecido entre a Acnur e a Cáritas por meio das Cáritas arquidiocesanas do Rio de Janeiro e, posteriormente, de São Paulo. Nessa época, segundo as memórias de alguns de seus atores (SALES, 2010; ARNS, 2010) e as reconstruções realizadas por diversos autores (BARRETO, 2010; SPRANDEL e MILESI, 2003; MOREIRA, 2012), a Cáritas do Rio de Janeiro começou um trabalho de recepção de refugiados, em sua maioria de países latino-americanos que também estavam sob regimes ditatoriais.

O programa de recepção se ampliou posteriormente até a cidade de São Paulo. Para vários autores e pessoas entrevistadas, o que começou como uma resposta "humanitária" a uma solicitação de um grupo de chilenos que fugiam da ditadura de Pinochet (SALES, 2010, p. 62) foi se tecnificando até dar origem a um trabalho coordenado de recepção de pessoas no Brasil ou de apoio ao seu reassentamento em outros países. Essa tarefa foi desenvolvida em conjunto pela Cáritas e pela Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Posteriormente, uma solicitação para que a Acnur se fizesse presente no Brasil foi ativada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Segundo a reconstrução de arquivo que realizou Moreira, esse escritório, que funcionava no Rio de Janeiro, também estava recebendo solicitantes de refúgio sul-americanos e "não tinha condições de lidar com o problema" (MOREIRA, 2012, p. 143). A reconstrução completa desse episódio realizada pela autora é esclarecedora:

> Como sua presença não era oficialmente reconhecida pelo governo brasileiro, o Acnur passou a atuar utilizando-se do espaço institucional da outra agência do sistema ONU, que se dispôs a cooperar [...].
>
> O Acnur entendia que uma parceria com a Cáritas aliviaria o trabalho do PNUD (Arquivo do Acnur). Em 1º de dezembro de 1976, representantes da agência da ONU para refugiados e instituições da Igreja católica se encontraram e decidiram implementar um projeto de assistência em pequena escala. No início do ano seguinte, selou-se o acordo em que a Cáritas Arquidiocesana foi constituída como parceira operacional do Acnur e passou a receber fundos para assistir os solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil (Arquivo do Acnur).
>
> Os convênios celebrados entre os atores não estatais tinham como intuito, portanto, viabilizar os programas de atendimento aos refugiados no país (ARQUIVO DA ACNUR, ACNUR, 1977 Apud MOREIRA, 2012, p. 143).

A tarefa assumida durante uma época especialmente agitada na experiência social e política brasileira é atualmente invocada por vários dos atores no espaço institucional do refúgio não apenas para reconhecer a experiência histórica de Cáritas, mas também uma consequente competência técnica para continuar com o trabalho até hoje.

> [...] e a sociedade civil que é o parceiro histórico: as Cáritas arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro representam a sociedade civil nesse sentido, porque são os trabalhadores históricos com os refugiados aqui no Brasil. Na década de 1970, desde os anos 1970, quando chegavam todos os nossos vizinhos latino-americanos aqui, né? Chilenos, argentinos e todos esses, pois foram as Cáritas que abriram suas portas para recebê-los. Então, a sociedade civil no Brasil é um dos únicos lugares onde tem direito a voz e voto no comitê de elegibilidade e a representação é das Cáritas Rio e São Paulo por conta dessa vertente histórica (coordenador do Conare).

Muitas outras vezes, durante minha pesquisa de campo, essa história foi referida como o começo da recepção de refugiados no Brasil, apesar de várias investigações e publicações, como as realizadas por Seyferth (2011, 2000, 1997), bem como a reconstrução histórica realizada por Moreira (2012), mostrarem diferentes momentos em que houve recepção de estrangeiros na condição de refugiados. Nas épocas de pós-guerras europeias, por exemplo, o assunto da recepção de refugiados esteve fortemente governamentalizado e era pensado como uma política de Estado (SEYFERTH, 1995). Inclusive, de acordo com Milesi e Andrade (2010, p. 27), durante os anos 1970 e 1980, o governo brasileiro recebeu dois grupos de refugiados, os primeiros vietnamitas e depois um grupo de 50 famílias baaístas. Eventualmente, esses episódios apareceram nas declarações de agentes de governo para sustentar uma suposta hospitalidade histórica brasileira para com os refugiados; contudo, quando se pensa nas origens dos programas contemporâneos de refúgio, ou seja, na história recentemente institucionalizada do assunto no Brasil, é a atuação da Igreja católica, especialmente de Cáritas, que aparece como relato fundacional.

A história sobre as ações de Cáritas e da CNBB durante a ditadura militar é também referida para munir o trabalho da instituição, das pessoas pioneiras e até o trabalho atual de um conteúdo moral particular. A decisão de acolher refugiados em meio à repressão da ditadura parece engrandecer mais ainda esse trabalho, usualmente apresentado como um gesto humanitário. Embora realizado em conjunto com a Acnur e estando envolvido o Pnud, órgãos que se presumem de intervenção objetiva e competência técnica, a leitura que me foi apresentada por vários atores corrobora que a tecnificação do processo de acolhida de refugiados tem como ponto de partida a coragem e a bondade dos cardeais católicos, que começaram a recepção. Ou seja, as explicações do motivo por que Cáritas é representante da chamada sociedade civil no Conare e por que realiza o trabalho de recepção de refugiados se encontram moral e tecnicamente contidas nessa história fundacional que circula entre os diversos agentes e espaços contemporâneos do refúgio.

Dito relato fundacional me foi contado pelo então coordenador do Conare, pelas coordenadoras dos centros de recepção de solici-

tantes de refúgio das Cáritas e algumas de suas funcionárias, pelos coordenadores e ex-coordenadores das ONGs que administram o programa de reassentamento solidário e pelas diretivas de outras ONGs que trabalham com refugiados. Também o encontrei reproduzido em algumas teses e dissertações de Ciência Política e Direito (ANDRADE e MARCOLINI, 2002; JUBILUT, 2007; MOREIRA, 2012). Pode-se pensar esse relato à luz das análises propostas por Weber (1982, p. 341) sobre os tipos de autoridade, nas quais destaca que, com frequência, "um grupo herói" ou uma "seita heroica" apela à autoridade carismática que lhe confere um mito fundacional para reafirmar sua situação de poder. Além da autoridade legal, conferida pelo novo marco governamental de ação sobre o refúgio que instaurou a Lei nº 9.474/1997, Cáritas mantém uma autoridade sobre as práticas do refúgio que deriva de uma leitura moral de bondade e entrega de suas ações, bem como de um forte vínculo afetivo (nem sempre de afetos positivos) com os demais agentes da comunidade à qual ela pertence.

Entre as versões desse relato fundacional, uma, que me foi apresentada de maneira esquematizada por uma funcionária de Cáritas, elucida sua capacidade operativa. A narração destaca a recepção de exilados políticos entre 1970 e 1980 como o momento em que começa a recepção de refugiados no Brasil e utiliza essa história como uma forma não problemática de explicar o papel e a importância atual da entidade. O relato tem quase o tom de uma apresentação institucional, e a funcionária, que narra com muita propriedade, é relativamente nova no trabalho com refugiados, embora trabalhe há muitos anos com Cáritas:

> [...] a Cáritas é uma organização ligada à Igreja católica, ela está em mais de 100 países. Aqui no Brasil, também tem a Cáritas arquidiocesana de São Paulo, entre seus programas de ação, suas atividades, ela tem o Centro de Acolhida para Refugiados. Esse trabalho começou há muitos anos, há 33 anos, mais de 33 anos. Começou na época em que a gente estava em plena ditadura. Esse trabalho começou com um grupo, depois dom Paulo pediu que a Comissão de Justiça e Paz assumisse, e depois ele pediu que a Cáritas assumisse. Quando começou esse trabalho, eram refugiados

políticos estrangeiros na época da ditadura. Ele abrigava, escondia essas pessoas na sua casa, nas igrejas, tanto os políticos perseguidos aqui quanto os estrangeiros.

Institucionalização contemporânea e (des) organização das práticas políticas

A reconstrução que fazem os agentes do vínculo entre Cáritas e Acnur coincide na associação histórica da década de 1970 e em um posterior reajuste a partir das mudanças nas relações com o governo brasileiro. Se, durante a ditadura, o trabalho de recepção de refugiados era feito "apesar do governo", nos anos posteriores, ele viraria paulatinamente um trabalho "com o governo" – especialmente na década de 1990, quando começou um novo período de institucionalização do tema do refúgio após a promulgação da Constituição de 1988.

Algumas leituras sobre o tema (MOREIRA, 2012; JUBILUT, 2007) apontam que, a partir do governo Sarney, as relações internacionais brasileiras se orientaram para a busca do fortalecimento de uma reputação de defesa dos direitos humanos. A ratificação de pactos e convenções internacionais, assim como o reconhecimento de organismos multilaterais, seriam eventos emblemáticos na procura pela relegitimação internacional. Os assuntos relativos aos refugiados seriam discutidos dentro e fora do Brasil como parte da pauta geral dos direitos humanos, especialmente depois da declaração e do programa de ação resultantes da Conferência Internacional de Viena, promovida pela ONU em 1993. De fato, para Jubilut (2007), a lei brasileira de refúgio foi uma derivação do Programa Nacional de Direitos Humanos de 1996.

Nesse marco, a promulgação da atual lei de refúgio (Lei nº 9.474/1997) foi resultado de vários processos simultâneos: de mobilização internacional da ONU, de reposicionamento político e diplomático brasileiro no cenário internacional, de mudanças nas formas de governo no nível interno e de uma forte mobilização de alguns setores sociais para conseguir uma legislação específica para os refugiados e para modificar o Estatuto do Estrangeiro, que, à época, regia os assuntos relativos ao refúgio. Com a posterior institucionaliza-

ção do refúgio, Cáritas começou a tecer novas relações a partir dos fios comuns de seu trabalho anterior. Uma das advogadas descreveu esse processo como a transformação do trabalho da entidade de uma vocação, descrita como uma militância, para um trabalho institucional humanitário por meio do reposicionamento de sua relação com a Acnur. Tudo isso apesar de que, na época inicial Cáritas também recebia assessoria e recursos da agência internacional e a mudança no formato de atuação se deveu especialmente à reformulação de sua relação com o governo central:

> Ainda antes que o Brasil tivesse uma lei de refúgio, o instituto de refúgio no país era feito pela Igreja. [...] A Igreja se tornou parceiro natural por um percurso, um acúmulo, uma vocação. [...] Avaliar isso hoje é muito diferente, mas acho que tem um percurso. Aí, quando se instituiu mesmo o refúgio em 1997 (a lei do refúgio), é criado o Conare, o Acnur reabre o escritório no Brasil e tudo, aí acho que o setor de atendimento da Cáritas aos refugiados se tornou mesmo uma instituição, mais instituição, menos como uma militância da Igreja e mais como um trabalho humanitário ligado ao Acnur, que aí já existe um convênio institucionalizado, recursos do Acnur, do Ministério da Justiça.

O caso do trabalho desenvolvido por essa organização pode ser lido como um exemplo de dois processos aparentemente contraditórios acontecendo simultaneamente. Significou um "processo de estatização de poderes dispersos em aparelhos não governamentalizados" (SOUZA LIMA, 1995), de modo que sua atuação, assim como suas relações com os outros atores definidos na lei, passaram a ser enquadrados dentro das políticas do Estado brasileiro para os refugiados e a se vincular à gestão central do governo. Ao mesmo tempo, deu-se uma espécie de descentralização de algumas das funções que se presumiam como responsabilidade do Estado por meio de convênios com ONGs e outras agências que se encarregariam (tal como antes) da atenção à população refugiada, só que, dessa vez, dentro do novo marco de ação governamental.

O novo marco corresponde a formas de ação que, mesmo tendo origens não estatais, em determinado momento se condensam em

"um centro social e geográfico de poder imaginado como nacional" (SOUZA LIMA, 2012, p. 799). Tal concentração, como no caso descrito de Cáritas, é dirigida por especialistas em "imaginação e administração de coletividades" (SOUZA LIMA, 2012) sob o comando de agências transnacionais, como a Acnur. A construção prévia da autoridade dessa agência lhe autoriza a formar quadros profissionais que reconheçam e administrem refugiados e as novas competências administrativas permitem, por sua vez, um exercício de soberania sobre os territórios de um Estado que se diz nacional, pois, com a produção e administração dos refugiados, cria-se concomitantemente a fronteira que se deseja controlar. Isso por meio de dispositivos que não necessariamente exigem um grande investimento em recursos humanos ou materiais.

De fato, as organizações da chamada sociedade civil desempenham um papel central, assumindo alguns dos compromissos sociais derivados da recepção de refugiados, e boa parte de seu financiamento tem se deixado nas mãos da Acnur. No universo institucional brasileiro do refúgio, essa isenção de responsabilidades não tem debilitado o poder estatal nesse espaço de gestão nem afetado a percepção das pessoas nele envolvidas acerca do Estado como um agente político concreto. Ao contrário, esse formato de ação parece alimentar a percepção comum do Estado "como uma estrutura diferente das agências e das estruturas na sociedade nas quais opera" (ABRAMS, 2000).

Nesse efeito Estado (MITCHELL, 2006), um alto grau de ambiguidade e de confusão existe entre aquilo que os agentes do refúgio consideram e apresentam como sendo o Estado e aquilo que consideram e apresentam como sendo o governo brasileiro, assim como entre os sentidos de pertencimento estatal e governamental de cada uma das partes integrantes do Conare. Isso sem mencionar a ambiguidade entre práticas *do* governo e práticas *de* governo. Às vezes, é complicado até mesmo para alguns agentes explicar quem é quem nessa organização tripartite:

> Não é que a sociedade civil tenha que estar apartada do Estado, não, a sociedade civil também é Estado. E isso é uma coisa que eu defendo muito no Conare também, muitas vezes a sociedade

> civil fala que o Conare decide que... Não! não é o Conare somente que decide, eles também são Conare. Quer dizer, aqui o único que pode de fato decidir somos nós, aqui da parte da técnica tem um voto, quem tem voto são vocês e o Estado e também o Acnur, que oficialmente não tem voto, mas todo mundo escuta, né? (Coordenador do Conare).

Confusões e deslizamentos não são meras imprecisões discursivas, mas ambiguidades experimentadas pelos agentes envolvidos no refúgio e que, afinal, resultam muito úteis para configurar "uma série de maneiras precisas de governar e umas instituições correlatas a elas" (FOUCAULT, 1976, p. 21). A interação entre as partes constitutivas da atual institucionalidade do refúgio no Brasil e a ilusão de suas fronteiras bem definidas, assim como sua ambiguidade simultânea, permitem determinada maneira de organizar as práticas políticas e de criar a ilusão de uma *res publica*, de um comum interesse da sociedade brasileira e dos refugiados que nela serão restaurados como sujeitos de direito (ABRAMS, 2000; HERZFELD, 1992). Essa teodiceia secular, como a chamou Herzfeld, justifica a criação e ajuda a configuração de um espaço de produção e gestão de refugiados.

A forma triádica

As relações entre os três atores da triipartição do refúgio brasileiro são muito mais complexas do que tem sido apontado até aqui e há outros atores, mediadores e eventos importantes. Não pretendo fazer uma história nem das relações, nem do formato de ação. Porém, discutirei alguns elementos-chave das relações existentes nessa institucionalidade contemporânea do refúgio. Assumo, para efeitos descritivos, que as três partes integrantes do Conare são: 1) os representantes das ONGs, chamados, no universo institucional do refúgio, de "sociedade civil organizada"; 2) os representantes do escritório da Acnur no Brasil, eventualmente chamados de "comunidade internacional"; e 3) os representantes de diversas instâncias do governo brasileiro, que, muito frequentemente, são chamados de "Estado". Como mencionado, esses deslizamentos nas formas de apresentar discursivamente as partes integrantes são muito importantes na produção de um espaço de administração de pessoas.

Visando fortalecer a leitura desse modelo tripartite como a expressão de formas particulares de relação entre seus agentes, proponho que, em vez de pensá-lo como uma composição de três elementos, seria mais produtivo abordá-lo como uma síntese dinâmica de três relações:

Cáritas – Acnur // Acnur – governo brasileiro // governo brasileiro – Cáritas

Essa leitura de inspiração simmeliana sugere que, em uma relação diádica, quando entra um terceiro sujeito/elemento, se produz uma mudança radical na interação. Na relação diádica, é mantido um alto grau de individualidade que impede falar estritamente da existência de um grupo, pois esse último supõe um resultado substancialmente diferente das partes ou dos elementos que compõem a interação. Com a introdução de um terceiro na interação, então, se produz uma síntese grupal que ganha uma existência para além das partes ou dos elementos que a integram. Além disso, a introdução de um terceiro elemento em uma relação diádica multiplica as opções de interação entre os membros constituintes (SIMMEL, 1964).

O resultado de um formato de tríade ajuda a explicar o caráter ambíguo do Conare e de algumas de suas funções e competências. As partes constitutivas do Comitê ocupam posições diferenciadas a depender de sua relação com cada um dos outros membros e do tipo de ações que seja promovido junto com eles. Cáritas, por exemplo, é a representante da sociedade civil e, como tal, tem voz e voto no Conare. Mas Cáritas é também representante da Acnur no Brasil, e seus advogados realizam uma das entrevistas do processo de solicitação de refúgio, participando, em algumas ocasiões, dos processos de discussão dos pedidos de refúgio junto com outros membros do Conare. A esse respeito, uma das advogadas comentou:

> O que acontece, por exemplo, é que no Grupo de Estudos Prévios[2] existe uma discussão, vamos dizer, mais técnica sobre os casos. Então, dessa reunião do GEP participam os advogados da Cáritas do Rio e de São Paulo, do IMDH (Instituto Migrações e Direitos

2 O Grupo de Estudos Prévios é um grupo de discussão que se reúne antes da plenária do Conare. No GEP são discutidos os pareceres sobre os pedidos que serão deferidos ou indeferidos oficialmente durante a plenária.

> Humanos) de Brasília, do próprio Conare e está aberto para todos os membros do Conare. Mas, efetivamente, só vão representantes do Ministério de Relações Exteriores e da Polícia Federal (advogada de Cáritas).

Nessa explicação, a advogada expressa certo grau de externalidade em relação ao Conare. Veja-se que ela disse "do próprio Conare", quando, a princípio, o Comitê é formado também pelos representantes de Cáritas. Nesse caso, a posição contextual e a relação diferenciada com o Ministério da Justiça lhe permite estar por vezes dentro e por vezes fora desse Comitê. Por outro lado, essa situação também tem a ver com a relação igualmente multifacetada que Cáritas estabelece com a Acnur. Lembremos que esse último tem caráter de convidado e que a Cáritas, às vezes, atua "como se fosse" delegada desse organismo. Até aqui, podemos falar de, pelo menos, uma dupla existência para a Cáritas nessa tríade, na qual ela é, ao mesmo tempo, sociedade civil e mandatária da Acnur no Brasil.

Cáritas também estabeleceu relações particulares com o governo brasileiro por meio da figura do convênio, entendida aqui, conforme Barroso (2009, p. 75), como um instrumento político-administrativo que permite – e, às vezes, estimula – interpretações ambíguas sobre as competências do Estado e os deveres da sociedade civil e do terceiro setor no âmbito das políticas públicas. Esse formato específico de operação estimula outras formas de se perceber o "estar dentro" ou "estar fora" do Conare. As advogadas de Cáritas, algumas delas pagas com a verba governamental destinada a esse convênio, recebem e assessoram os solicitantes e refugiados, acompanham o processo de solicitação e realizam a mediação entre o solicitante e os órgãos governamentais competentes. São elas, inclusive, que assistem os solicitantes no processo de recorrer da decisão do Conare caso seja negativa. Neste último caso, Cáritas, representada pelas suas advogadas, faz parte do processo de recorrer de uma decisão que ela mesma ajudou a produzir, independentemente de seu parecer sobre cada caso examinado. Isso significa que Cáritas teria outra existência nessa tríade, atuando também como mediadora entre os solicitantes e outros organismos que integram o Conare.

Fragmento de uma entrevista que realizei com uma das advogadas da entidade aponta para esse caráter múltiplo do Conare; nela, o Comitê aparece pelo menos com duas facetas possíveis: em primeiro lugar, como um órgão administrativo diferenciado dos outros membros que o integram e encarnado em um "agente entrevistador" que realiza uma ação que se supõe objetiva e desvinculada dos outros membros; em segundo, como um exercício deliberativo conjunto em que a existência mesma do Comitê é possível somente por meio da atuação coletiva:

> Aí tem que pensar que existe uma diferença: uma coisa é o Conare como órgão administrativo que faz entrevista e um parecer e o parecer é assinado por alguém, e [outra é] a plenária do Conare. Na plenária, existem vários membros, inclusive a Cáritas, e ali é que se faz o julgamento e, nesse julgamento, eles levam em consideração o parecer da Cáritas e o parecer do Conare (advogada da Cáritas).

No Conare, aliás, o governo brasileiro está representado por agentes de diversos órgãos governamentais que não necessariamente coincidem em suas avaliações e seus juízos sobre o dever ser da instituição do refúgio no Brasil. Durante minha pesquisa de campo, vários funcionários de ONGs e da Acnur coincidiram em afirmar que a Polícia Federal tem uma postura mais rígida e defensora da segurança nacional, enquanto o representante do Ministério da Justiça, que preside o Conare, foi-me apresentado como um defensor dos direitos humanos e um líder dos processos qualificados como mais vanguardistas no que diz respeito à legislação. Essa divergência complica ainda mais as interações da tríade, justamente pela relação entre os diversos representantes do governo e seus posicionamentos sobre o refúgio. Apesar das diferenças expressas entre o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério da Justiça (MJ), um é parte constitutiva do outro, já que a Polícia Federal é um órgão específico singular do MJ. As ações da PF nas fronteiras ou em seus escritórios, assim como seus posicionamentos públicos a respeito da migração e do refúgio, também são posicionamentos e opiniões do Ministério da Justiça.

Escolhi dois caminhos diferentes para tentar dar conta dessa relação complexa. Em primeiro lugar, ao nos referirmos à postura de alguns dos delegados do DPF e a alguns dos representantes dos ministérios, estamos efetivamente diante de posicionamentos diferentes a respeito de como deve ser entendida a nação brasileira, de qual deveria ser o tratamento dado às pessoas consideradas pelos marcos e processos administrativos do Estado como estrangeiras e de qual é o papel desempenhado pelo discurso das normativas internacionais de proteção aos direitos humanos tanto no posicionamento do Brasil como um Estado dentro da comunidade global de Estados quanto no tratamento oferecido a suas populações consideradas nacionais. Essas diferenças são reafirmadas no espaço existencial de alguns agentes do refúgio, por exemplo, com a enunciação de seu compromisso ético com ideais democráticos e com a evocação de suas histórias pessoais ou familiares de exílio, muitas delas engendradas na repressão da ditadura militar brasileira. As análises e investigações realizadas nos processos nos quais esses agentes com visões contrárias interagem não deveriam obliterar essa importante diferença. De fato, a defesa dos direitos humanos e da democracia liberal –que inclui ideais supostos de transparência, eficiência e participação– oferece a própria possibilidade da pesquisa e da crítica que, embora restrita, seria impossível se o modelo de ação estivesse plenamente construído sobre as bases proibitivas da segurança nacional. Os efeitos das formas de governo que resultam dessas relações complexas não poderiam ser entendidos, considerando que as práticas de governo e a racionalidade que as sustenta são meramente repressivas. Não apenas porque, para a construção de um espaço de produção e gestão de refugiados, é necessária sua participação ativa e desejosa, mas também porque a preocupação com o sofrimento dos sujeitos e a mobilização coletiva para aliviar sua dor são processos profundamente sentidos como emoções e práticas morais bondosas motivadas por intenções de ação reparadora sobre condições consideradas injustas.

Em segundo lugar, a existência dessa relação contraditória que contrapõe soberania nacional a universalidade dos direitos humanos pode se tornar uma maneira efetiva de explicar as contradições e o suposto mau funcionamento dos processos e das práticas burocráti-

cas. Por um lado, porque uma das partes pode ser acusada de implementar práticas contrárias à visão política da outra ou que dificultam seu trabalho. Por exemplo, a constante queixa da Polícia Federal sobre a abertura irresponsável das fronteiras, que seria facilitada por alguns membros do Conare com o discurso da defesa dos direitos humanos. Situação que, aliás, impediria que os agentes federais exercessem um controle mais severo sobre os territórios, sobre as pessoas e sobre seus trânsitos. Por outro lado, também funciona como explicação na medida em que muitos dos problemas de funcionamento em relação aos documentos, vistos, tempos de espera, processos de reconhecimentos etc. encontram uma justificativa suficiente nesse repertório interno de mútuas acusações (e desobrigações) que tem como base a contradição das partes (HERZFELD, 1992, p. 46). Enquanto alguns representantes dos ministérios e da Cáritas acusam a Polícia Federal de querer impedir a entrada de refugiados, obstaculizando os trâmites e submetendo-os a tratamentos agressivos, os agentes da PF acusam a Cáritas de dilatar os processos, de não ser clara a respeito dos limites de suas competências, e o Conare de não realizar pontualmente os encaminhamentos, de não formar e informar a tempo as novidades aos agentes etc.

Também entre Cáritas e Acnur, parceiros históricos, existem tensões e acusações de visões diferenciadas. Apesar de essas duas instituições serem apresentadas por seus agentes como o dueto defensor da forma mais extensiva possível de direitos para os refugiados, algumas divergências apareceram durante minha pesquisa de campo. Por exemplo, um representante da Acnur e a coordenadora do programa de reassentamento de refugiados estavam interessados em falar comigo a respeito de minhas percepções sobre Cáritas. Eles ficaram sabendo de minha investigação por meio de um refugiado colombiano que conheci durante a pesquisa de campo e que eles consideram um representante legítimo dos refugiados.

Nas conversas que mantive com agentes da Acnur, eles expressaram sua preocupação pela visão moralizante cristã que algumas funcionárias da entidade podiam estar empregando como critério de seleção e de tratamento diferenciado dos refugiados. Também expressaram que "os juízos sobre os comportamentos morais das pessoas não fazem parte dos critérios da Acnur", mas continuaram

me explicando que, no Brasil, pela competência técnica e pelo peso que tem a Igreja católica, é impossível pensar nesse trabalho sem as instituições católicas e, mais especificamente, a Cáritas. Mas também opinaram que eu "não deveria acreditar em todas as queixas dos solicitantes e refugiados", me instruindo, além disso, sobre as formas como as pessoas despossuídas "utilizam o tempo todo para se fazerem de vítima diante de quem puder lhes ajudar de alguma maneira". A conversa se encerrou com a sensação, da minha parte, de que, novamente, as falhas dos processos de reconhecimento de refúgio estavam em outras das partes constitutivas, nunca na parte da tríade representada pelos agentes com quem eu conversava.

Finalmente, vale lembrar as mútuas acusações que também circulam entre Cáritas e o governo, nas quais este último é acusado de destinar poucos recursos para o atendimento dos refugiados, ser pouco eficiente na análise dos casos e utilizar visões muito restritivas no momento de realizar as entrevistas de seleção e a análise das solicitações. Essas explicações do mau funcionamento são válidas – pelo menos, na maioria das vezes – como explicações para as pessoas submetidas à burocracia, que terminam criando sua própria versão sobre os maus e os bons agentes que estariam atrapalhando ou ajudando sua restituição de plena cidadania nos marcos do Estado.

O mal-estar do precário

O caso de uma família colombiana que chegou ao Rio de Janeiro como solicitante de refúgio é ilustrativo a respeito da construção desse repertório de explicações acerca das dificuldades burocráticas. Estando em uma situação econômica muito difícil, a família conseguiu um lugar para se hospedar em um bairro de ocupação na zona Norte da cidade. Quando contataram a Cáritas, as funcionárias da instituição os encaminharam à Polícia Federal, de onde foram devolvidos sem conseguir ativar a solicitação. Na PF, foram informados de que, devido à entrada em vigor do acordo de circulação do Mercosul entre Brasil e Colômbia, eles já não poderiam pedir refúgio, mas deveriam ativar a solicitação de um visto por meio do referido acordo. Um trâmite que eles não desejavam e para o qual não tinham consigo a documentação necessária. A notícia foi um duro golpe para

a família, não somente por não conseguir fazer a solicitação de refúgio, mas também porque, no deslocamento de todos os integrantes da família desde o bairro de habitação até o escritório da PF, localizado no Aeroporto Internacional da cidade, tinham gastado muito dinheiro, comprometendo sua possibilidade de alimentação e hospedagem nos dias seguintes.

Quando o porta-voz da família informou Cáritas do acontecido, as funcionárias da ONG opinaram que era uma situação lamentável e acusaram a Polícia Federal de maltratar e desinformar os solicitantes. A solução proposta foi enviar as pessoas de volta ao escritório da PF, mas, dessa vez, acompanhadas por outra solicitante de refúgio que iria assessorá-los com a língua portuguesa e com os trâmites. As funcionárias também informaram a família de que a entidade tem recursos muito limitados e que não poderiam cobrir os custos do transporte até o escritório da Polícia Federal. A mulher que foi eleita como acompanhante dessa família tinha, à época, poucos meses morando no Brasil, havia tomado somente algumas aulas de português e, como era de se supor, desconhecia boa parte dos processos de solicitação de vistos ou de refúgio. Contudo, o fato de ter chegado à casa de familiares que moram no Brasil há vários anos lhe garantiu condições melhores do que a da maioria dos solicitantes mais empobrecidos e sem redes prévias no país. Ela aceitou o pedido de acompanhar a família solicitante e concordou que seu processo de integração era muito bom, como falavam as funcionárias da ONG, e isso a colocava no lugar de quem tem a capacidade de ajudar os outros; essa condição a agradava e, segundo ela, a ajudava no seu processo de adaptação ao país.

A intermediação dessa solicitante não surtiu efeito e a Polícia Federal se manteve firme na decisão de não ativar a solicitação de refúgio. Tempo depois, quando conversei com algumas funcionárias da ONG, elas confirmaram sua preocupação com a atitude da PF e consideravam "ir elas mesmas até o escritório da Polícia Federal para averiguar o que estava acontecendo", mas antes era preciso resolver muitas outras coisas. De acordo com as funcionárias, a equipe de trabalho tinha sido reduzida por problemas orçamentários da Acnur e o convênio com o Ministério da Justiça não era o bastante para atender todas as necessidades do programa de recepção. Esses foram

os mesmos problemas relatados pelas outras ONGs com as quais já tinha falado. Há uma contínua referência e exibição da precariedade, acompanhada da arbitrariedade e da contingência como critérios aplicados na distribuição dos recursos (FASSIN, 2000, p. 127). Não ter recursos, ter muito trabalho, ter pouco pessoal, depender de convênios com instituições sem capital etc. são situações constantemente evocadas pelos agentes da tríade para explicar as demoras, a falta de intervenção, as restrições nos benefícios oferecidos etc. As vidas dos solicitantes não somente são assumidas como precárias, mas também continuamente inscritas no território da falta. Confeccionar um espaço de governo de refugiados e performar para o próprio refugiado passa indefectivelmente pela elaboração desse mal-estar constante do precário.

Embora as explicações oferecidas pelos agentes a respeito dos problemas sejam muitas vezes aceitas pelos solicitantes, outras vezes, essas têm efeitos diferentes da desculpa pretendida. Por exemplo, algumas funcionárias de Cáritas acusam os agentes da Polícia Federal de imporem sua visão de segurança nacional e de impedirem as pessoas de solicitar refúgio. Ao fazer isso, as funcionárias buscam também eximir sua própria responsabilidade em relação às dificuldades do processo de solicitação. Porém, muitos dos solicitantes e refugiados com os quais falei tinham mais queixas sobre o atendimento recebido em Cáritas do que sobre o atendimento nos escritórios da PF. Um fragmento de uma longa entrevista com um solicitante condensa várias das inconformidades que escutei de muitas outras pessoas. Para esse solicitante, tudo no Brasil ia bem, o contato com a Polícia Federal havia se apresentado como mais um passo na sua viagem e na sua entrada no território brasileiro, até seu encontro com Cáritas, que ele descreveu como um obstáculo:

> Yo llego inicialmente a Corumbá que es el primer Estado de Brasil, después de Bolivia. [...]. Allí en Corumbá me presento ante las autoridades que se llaman Policías Federales, allí me dan un protocolo provisorio por 15 días, pero es un protocolo de ese estado. Allí me *encaminhan* los padres para llegar a Sao Paulo [...] Entonces me vine para acá con toda mi familia y aquí *troque* la documentación porque no sirve, que es lo que dicen las autoridades.

> *Trocamos* la documentación que es el actual protocolo que tengo. Muy motivados, muy contentos en Brasil, nos habían recibido muy bien y nos habían atendido muy bien [...] Cuando yo ya llego a Cáritas, ya es otro proceso, ya es otra limitante, ya es otro obstáculo, llamémoslo así. En vez de ser Cáritas una solución para mí, es un obstáculo, yo le llamaría obstáculo. Una valla alta, alta, inmensa, grande, donde yo voy corriendo tranquilamente y se me presenta un obstáculo. Me dice PARE, STOP, no puede seguir. ¿Por qué? Porque son parsimoniosos, lentos, paupérrimos en la atención y son demasiado lentos. Esa lentitud se transfiere, esa lentitud se representa en que vuelvo a quedar otra vez en el abismo. Porque dependo de Cáritas para actualizar mi protocolo, dependo de Cáritas para actualizar mi cartera de trabajo.

Se Cáritas ou as outras ONGs são referidas com mais raiva pelos refugiados e solicitantes, não é somente porque lá eles se sentiram maltratados. De fato, como tem sido apresentado, as respostas contraditórias, os trâmites desnecessários e os tratamentos especialmente agressivos nos postos da PF são frequentemente narrados pelos solicitantes. Considero que a especial indignação das pessoas com as ONGs corresponda, em grande parte, às expectativas diferenciais que se estabelecem com esses dois tipos de agentes de Estado, ambos integrantes do Conare.

Enquanto se presume que a Polícia Federal seja uma força de segurança nacional e que a ela caiba cuidar do controle de entrada, permanência e saída de estrangeiros, as ONGs, ao contrário, são percebidas como locais de ação humanitária. A expectativa sobre esses locais estaria, então, no registro compassivo da assistência e não no registro repressivo da vigilância. Talvez por isso as expressões de impotência e desespero que as pessoas experimentam na Polícia Federal se transformem rapidamente em decepção por não contar com o apoio dos agentes das ONGs. Ao mesmo tempo, a responsabilidade do que acontece é transferida para um lugar maior e mais poderoso de gestão, o que permite presumir que os funcionários da Polícia Federal, tanto quanto aqueles das ONGs, não resolvem os problemas não apenas porque não querem, mas, às vezes, porque

não podem. O poder desses agentes sobre a vida dos refugiados é percebido como emanando de uma fonte maior e de difícil acesso:

> Estoy muy decepcionado de todo esto, y sobre todo de esa gente de allá [as funcionárias da ONG que o recebeu], tan despreocupada, en fin, escribí para todo mundo hoy. ¡Me gustaría tanto poder hablar con la gente de Brasilia, o hablar con alguien importante sobre todo! (Juan Felipe, refugiado reassentado).

O trecho acima é parte de um *e-mail* que recebi de um refugiado reassentado que precisava, pela primeira vez, renovar sua permissão de prazo de estadia depois de dois anos de sua chegada ao Brasil e que teve sérios problemas com a papelada. Depois de ativar infrutiferamente a Cáritas da cidade para onde se mudou e de ir pessoalmente à Polícia Federal para tentar pedir a renovação por conta própria, decidiu escrever uma mensagem conjunta dirigida ao Ministério da Justiça, à ONG que o tinha recebido, à Caritas e a mim, que tinha, também infrutiferamente, tentado ajudá-lo no processo:

> Boa tarde.
>
> Preciso muito da ajuda de vocês para resolver esta situação, na verdade, até o dia de hoje, 22/08/2013, não consigo realizar renovação de meu documento pelas razões abaixo relacionadas.
>
> Já fiz tudo que foi recomendado, e entre ligações a Caritas, Conare e Antônio Vieira, ninguém me dá uma resposta positiva sobre o assunto.
>
> Com todo respeito, quando uma pessoa chega ao Brasil nas minhas condições, não é para permanecer um ano só, em um ano não acaba ou se define a vida de um refugiado neste país, é precisamente em um ano que sua vida realmente começa.
>
> Obrigado pela atenção costumeira.
>
> Juan Felipe

As escusas e acusações circulares são frequentemente ativadas, deixando os solicitantes e refugiados confusos a respeito da origem

dos problemas. É nesse momento que muitos deles decidem se comunicar "diretamente com o Conare" ou "diretamente com Brasília", espaços de gestão que resultam personificados nesses movimentos. Os sujeitos que têm a informação de contato, que sabem quais são as partes envolvidas no Conare e que dispõem de meios para fazê-lo geralmente decidem se comunicar simultaneamente com todas as partes. Com esse movimento, não apenas é personificado o Conare, mas também reforçada a existência desse espaço conjunto de gestão e dessas práticas de governança constituídas comumente pelas partes envolvidas.

Finalmente, cabe apontar também que os funcionários do Ministério da Justiça, especialmente aqueles que na época da minha pesquisa cuidavam dos assuntos relativos às migrações e o refúgio no Conare, foram apresentados pelos outros agentes da tríade como sendo a representação da vanguarda em termos de defesa humanitária, mas só de maneira relativa. Quando comparados, por exemplo, com algumas das advogadas da sociedade civil, a visão destas últimas ressaltava como notoriamente mais comprometida com a proteção integral das pessoas migrantes e refugiadas. Como representantes da Acnur, algumas delas expressaram sua preocupação com o caráter restritivo do exercício dos agentes entrevistadores que enviava o Conare. Segundo elas, predominava nessas entrevistas um caráter policialesco. Uma das advogadas afirmou que Cáritas (como mandatária da Acnur) e os agentes entrevistadores do Conare têm uma visão diferente sobre como deveria ser compreendido o processo de reconhecimento de refúgio:

> A diferença que existe entre nossa perspectiva e a do Conare começa, por exemplo: os entrevistadores do Conare, eles têm uma perspectiva que é fazer a distinção entre o migrante e o solicitante de refúgio. Então, eles vão investigar qualquer informação que possa levar a que se trate de um migrante e não de um refugiado. Para nós aqui, claro que essa distinção é parte do nosso trabalho, mas o que nos interessa desde o início é saber sobre o fundado temor. Então, por exemplo, a gente não trabalha mais sobre uma categoria que se usava em elegibilidade que é a categoria de credibilidade; ou seja, se a narrativa que o solicitante faz é crível; ou

> seja, se ela parece verdadeira ou não. Isso implica muitas diferenças entre o que a gente faz e o Conare. Por exemplo, se eu estou fazendo uma entrevista e eu percebo que, no depoimento desse solicitante, ele comete uma contradição, por exemplo, ele disse uma data e depois no meio ele disse outra data. Isso impõe para mim um desejo de perguntar sobre essa contradição: "Olha, eu vejo uma contradição, como é que você explica?". Ele deve ter a chance de explicar qualquer contradição porque tudo que ele disse pode ser usado ao seu favor ou contra. Não é essa perspectiva quando o Conare faz a entrevista, para eles, se ele se engana, significa que ele está mentindo, se ele está mentindo significa que ele é um migrante e se ele é um migrante, ele não recebe refúgio.

Essa diferença contrasta com os frequentes elogios públicos que a Acnur faz da legislação brasileira e do formato de gestão tripartite. Se o processo de reconhecimento de refúgio, segundo os agentes do governo brasileiro, está orientado por uma legislação progressista e de vanguarda baseada na proteção dos direitos humanos e se a maioria de seus agentes está comprometida com a defesa dos ideais do direito internacional humanitário, são inquietantes o constante descontentamento dos solicitantes, o reduzido número de refugiados reconhecidos e as múltiplas dificuldades burocráticas e sociais que enfrenta esse grupo de pessoas.

Considerações finais

A síntese da tríade Conare é, apesar da maioria de seus agentes e partes constitutivas, tão defensora dos direitos humanos quanto aguda em seu caráter seletivo e restritivo. Isso, insisto, para além das boas intenções dos agentes que a conformam. Esse caráter duplo é possível precisamente porque o *status* do refúgio está ele mesmo baseado num sistema moral de distinção de pessoas, de diferenciação entre migrantes econômicos e refugiados. Descartar os "falsos refugiados" tem como objetivo permitir que, perante o sofrimento e a espoliação das pessoas banidas de seus locais, a resposta socialmente aceita no nível mundial seja reconstruir moralmente o sofrimento de apenas alguns deles em forma de refúgio e, dessa maneira, legitimar também a sociedade de recepção (DAS, 1997, p. 564-565), criando simulta-

neamente as fronteiras do Estado que se declara capaz de distinguir essas dores e de receber e restaurar esses sujeitos. Com tais práticas de gestão politicamente organizadas são simultaneamente recriadas e mantidas tradições administrativas, competências técnicas e morais de alguns grupos sociais para atender determinados assuntos e imagens sobre o caráter da nação que o Estado diz representar.

As práticas de governo que permitem que algumas pessoas se tornem sujeitos refugiados, os atores que integram dito universo de gestão e os resultados da sua interação constroem e reforçam o poder e a legitimidade do Estado-nação para administrar sujeitos, territórios e mobilidades. Ao mesmo tempo, no caso dos refugiados, é naturalizado o caráter precário e sinuoso do processo de reconhecimento e da condição mesma dos refugiados. A proposta deste texto foi focar algumas das particularidades do universo institucional brasileiro do refúgio para identificar formatos e tradições administrativas do Estado brasileiro que vinculam populações e territórios, criando jurisdições ao mesmo tempo territoriais e morais.

Referências

ABRAMS, Philip. 2000. "Notas sobre la dificultad de estudiar el Estado". (Tradução de Rafael Macía Mejía). *Revista Virajes*, 2 (2): 79-98.

ANDRADE, José Henrique Fischel de. 1996. "A proteção internacional dos refugiados no limiar do século XXI". *Travessia-Revista do Migrante*, v. IX, n.25: 39-42

_____; MARCOLINI, Adriana. 2002. "A política brasileira de proteção e reassentamento de refugiados - breves comentários sobre suas principais características". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (1): 168-176.

ARNS, Paulo Evaristo. 2010. A história não contada do refúgio no Brasil antes da lei n° 9.474/97. 'Não basta acolher os refugiados, é preciso denunciar a violência'. In: BARRETO, Luiz Paulo Telles Ferreira (org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR: Ministério da Justiça.

BARRETO, Luiz Paulo. 2010. "A Lei Brasileira de Refúgio: sua história". In: BARRETO, Luiz Paulo Telles Ferreira (org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR: Ministério da Justiça.

BARROSO, Maria Macedo. 2009. *Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas*. Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional/E-papers.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. *Diário Oficial da União*, Brasília, D.F. 23 jul. 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em 16 jan. 2014.

DAS, Veena. 1997. "Sufferings, theodicies, disciplinary practices, appropriations". *International Social Science Journal*, 49 (154): 563-572.

ELIAS, Norbert. 2006. "Processos de formação de Estados e construção de nações". In: _____. Neiburg, Federico; Waisbort, Leopoldo (Orgs.). *Escritos & ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 153-165.

FASSIN, Didier. 2010 *La Raison Humanitaire: une histoire morale du temps présent*. Paris: Éditions de l´EHESS; Le Seuil; Gallimard (coleção Hautes Études).

_____. 2000. "La supplique. Stratégies rhétoriques et constructions identitaires dans les demandes d'aide d'urgence". *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 55 (5), pp. 955-981.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. 2002. "Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality". *American Ethnologist*, 29(4) : 981-1.002.

FOUCAULT, Michel. 1976. *Il faut défendre la société*. Cours au Collège de France. Paris: Seuil ; Gallimard (Coleção Hautes Études).

HALE, Charles. 2002. "Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala". *Journal of Latin American Studies*, 34: 485-524.

HERZFELD, Michael. 1992. *The social production of the indifference. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy*. Chicago: University of Chicago Press.

JUBILUT, Liliana. 2007. *O direito internacional dos refugiados e a sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método.

MILESI, Rosita; ANDRADE, William. 2010. "Atores e ações por uma lei de refugiados no Brasil". In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR; Ministério da Justiça, pp. 24-47.

MITCHELL, Timothy. 2006. "Society, economy and the State effect". In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhi. (Orgs.). *The anthropology of the State: a reader*. Londres: Blackwell Publishing, pp. 169-186

MOREIRA, Julia. 2012. *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*. Tese de doutorado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.

SALES, Eugênio de Araújo (dom). 2010. "A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei n. 9.474/1997. Tomamos partido pelo ser humano". In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR: Ministério da Justiça.

SEYFERTH, Giralda. 1997. "A assimilação dos imigrantes como questão nacional". *Revista Mana: estudos de antropologia social*, 3(1): 95-131.

_____. 1995. "A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos". *Anuário Antropológico/1993*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 175-203.

_____. 2000. "Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático". *Travessia – revista do migrante*, 36: 44-50.

_____. 2011. "O futuro era branco". *Revista de História*, 6: 62-67.

SIMMEL, Georg. 1964. *The Sociology of Georg Simmel*. Nova York: The Free Press.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2012. "O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo". *Revista de Antropologia da USP*, 55(2): 781-832.

_____. 1995. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

SPRANDEL, Marcia; MILESI, Rosita. 2003. "O acolhimento a refugiados no Brasil: histórico, dados e reflexões". In: MILESI, Rosita (Org.). *Refugiados: realidade e perspectivas*. Brasília: CSEM/IMDH: Loyola, pp. 113-134.

TEIXEIRA, Carla; SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 2010. "A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?". In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (Coord de área.); MARTINS, Carlos Benedito (Coord geral). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, pp. 51-95.

WEBER, Max. 1982. *Ensaios de sociologia*. 5. ed. Org. H. H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos editora S.A.

Estratégias de gestão populacional nos processos de remoção de favelas no Rio de Janeiro: o "tempo do rumor" e os "agentes públicos informais"

Alexandre Magalhães

Introdução

As remoções de favelas no Rio de Janeiro voltaram à agenda estatal nos últimos anos. A partir de 2009, a Prefeitura da cidade elaborou um ambicioso programa de remoções que, inicialmente, implicava a retirada completa ou parcial de 119 favelas do espaço urbano, representando, à época, aproximadamente 13 mil famílias. Tal programa se estruturou a partir dos esforços de atores institucionais e midiáticos para fazer (re)emergir essa forma de intervenção sobre esses territórios, elaborando diferentes justificativas com vistas a legitimá-la e afastar qualquer crítica, contando com condições materiais para tanto, especialmente com os aportes provenientes do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida.[1]

No primeiro caso, diferentes acontecimentos favoreceram a elaboração de uma narrativa que sustentou as ações de realocação, como as chamadas "chuvas de abril" de 2010, a partir das quais foi possível acionar o argumento do "risco",[2] bem como a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, em cujo universo de sentido se erigiu a expressão "legado" (MAGALHÃES,

1 Em entrevista concedida aos pesquisadores Adauto Lucio Cardoso, Irene de Queiroz e Mello e Samuel Thomas Jaenisch, do Observatório das Metrópoles, a gerente de trabalho social do referido programa na Secretaria Municipal de Habitação (SMH) afirmou que, entre 2009 e 2012, foram inaugurados 49 conjuntos habitacionais, sendo que 36 deles foram utilizados para reassentamentos. Corrobora a definição dos autores: "esses dados indicam que a Prefeitura do Rio de Janeiro tem usado massivamente o PMCMV para o deslocamento de famílias removidas de forma involuntária de seus locais originais de moradia" (ver CARDOSO, MELLO e JAENISCH, 2015).

2 Sobre a construção e as consequências da justificativa do "risco", ver Magalhães (2016), Gonçalves (2015) e Mendes (2016).

2019). Tanto para evitar a proliferação das chamadas "áreas de risco" quanto como um "legado" deixado pelos referidos megaeventos, as remoções passaram à ordem do dia como um dos modos possíveis de intervenção estatal sobre as favelas nesse último período. No segundo, articulado a essa dimensão, o programa Minha Casa, Minha Vida criou as condições materiais necessárias para a efetivação da política de remoções, sem as quais esta talvez não tivesse alcançado a extensão observada. Não à toa, os números referentes a esse processo (ainda que de difícil acesso), de acordo com a administração pública, informam que mais de 20 mil famílias foram retiradas de seus locais originais de moradia.[3]

Pude acompanhar *in loco* parte desse processo, o que me permitiu verificar, desde dimensões infinitesimais, como ele se efetivou ao longo desse período[4]. Um dos aspectos que gostaria de trabalhar neste artigo se dá justamente na injunção entre a elaboração e a efetivação dessas dinâmicas: a atuação estatal observada desde baixo, no contato cotidiano e ordinário entre agentes públicos, moradores de favelas e outros atores que conformavam tais situações e que se reproduziram no tempo e no espaço, moldando determinada relação entre o Estado (em suas diferentes aparições e agenciamentos concretos) e os moradores dessas localidades.

Esses agenciamentos estatais se estruturaram de uma forma que, apesar de algumas variações locais, os tornou passíveis de generalização para boa parte dos casos de realocação ocorridos na cidade entre 2009 e 2012, período em que acompanhei detidamente essas experiências. Tais agenciamentos implicavam diferentes modalidades de atuação do Estado[5] nesses territórios, incluindo, muitas vezes, o emprego dos próprios indivíduos a quem sua ação se direcionava como forma desta se efetivar.

Este artigo, portanto, buscará compreender como operaram concretamente esses mecanismos estatais e suas consequências na vida das pessoas envolvidas. Tal empreendimento se dará através da

3 Segundo a própria Prefeitura, entre 2009 e o início de 2014, 20,3 mil famílias foram removidas. Dessas, 9,3 mil estão em imóveis do Minha Casa, Minha Vida, cinco mil recebem aluguel social e seis mil foram indenizadas (JÚNIA, 2014).

4 Ver Magalhães (2019).

5 Entendido aqui como uma trama sempre móvel de aparatos e práticas.

análise de dois processos corriqueiramente observados nessas ocasiões de remoção: o que chamarei aqui de "tempo do rumor" e as práticas que constituem os "agentes públicos informais".[6]

No primeiro caso, o rompimento das rotinas provocado pelas ações de realocação produziu uma situação indeterminada[7] na qual as referências anteriores, que ajudavam a enquadrar cognitiva e moralmente a vida cotidiana, deixaram de operar e criaram um ambiente propício para a circulação de rumores. No segundo, a expressão aponta para o fato de que os próprios moradores se tornaram os instrumentos agenciados pelo aparato estatal para levar adiante as remoções na medida em que foram incorporados ativamente às estratégias estatais de efetivação dessas práticas.

O tempo do rumor: por que estão nos removendo?

Nesse cenário marcado pela incerteza, a questão da informação se transforma em algo fundamental, especialmente em sua forma de rumor. Este surgia justamente nesse ambiente caracterizado pela dúvida e desconfiança, configurado a partir do rompimento do fluxo regular da vida que até então se vivenciava sem muitos questionamentos ou cujos eventuais problemas encontravam possibilidade de entendimento no estoque de conhecimento disponível e compartilhado.[8] Contudo, a desestabilização provocada pelas ações de

6 Ainda que meus dados etnográficos não permitam visualizar uma mútua interferência entre os dois processos, é possível afirmar que, ao observar diferentes situações que compuseram as remoções, diferentes técnicas e procedimentos mobilizados pelos aparatos estatais se sobrepuseram e atravessaram, produzindo um efeito de conjunto que se precipitou na efetivação desses processos, entre os quais se destacam os dois modos aqui analisados.

7 Dewey (1960) afirma que uma situação indeterminada se caracteriza por ser incerta, inconstante, desordenada. Ela pode se transformar em "problemática" quando os atores iniciam um processo de "investigação", buscando, com isso, encontrar maneiras de reenquadrá-la cognitiva e moralmente.

8 Berger e Luckman (1974) apontam que os indivíduos vivem no mundo do senso comum da vida ordinária, providos de conjuntos específicos de conhecimento que seriam partilhados por eles. Esses conjuntos seriam aquilo que deveriam saber para os seus fins pragmáticos, isto é, aqueles que dizem respeito à gestão de suas rotinas cotidianas de vida. A maior parte desses corpos de conhecimento consistiria em "receitas" para responder a questões de rotina. De maneira típica, não haveria muito interesse em ir além desse conhecimento necessário para gerir pragmaticamente o cotidiano, já que este seria suficiente para oferecer soluções (BERGER e

remoção acabava favorecendo a constituição de um campo no qual se produziam determinadas informações a respeito daqueles novos acontecimentos que se difundiam de diferentes formas, entre as quais os rumores.

O mais importante a se destacar é o modo como os rumores atuam, junto a outros agenciamentos, como uma maneira de administrar e gerir situações como essa. Com isso, entretanto, não pretendo afirmar que sejam intencionalmente produzidos, na medida em que, por sua própria natureza, seria muito difícil identificar a origem exata de um rumor. Entretanto, como surgem em situações de incerteza como as que se constituem a partir das ações de realocação, podem funcionar como uma forma específica de condução coletiva desses acontecimentos.

A questão do rumor se constitui a partir da necessidade imperiosa, num contexto de inúmeras incertezas provocadas pelos eventos de interrupção da rotina, de os moradores buscarem, na própria situação em que estão inseridos, a medida de entendimento dos diversos fatos novos que alteram o prosseguimento regular de suas vidas. Como aponta Heritage (1999) acerca das análises de Garfinkel sobre as experiências de ruptura que o próprio empreendeu em suas pesquisas, tais situações de rompimento são imediatamente seguidas de uma reação de descontentamento e, posteriormente, de tentativas de restaurar a situação anterior.

Os atores envolvidos em uma situação de incerteza (ou de ruptura) buscarão entendê-la a partir do parâmetro normativo estabelecido, pelo menos num primeiro momento. Afirmo isso porque, nas circunstâncias por mim acompanhadas ao longo do período mencionado, é possível distinguir dois momentos que caracterizam duas reações diferentes das pessoas envolvidas em situação de remo-

---

LUCKMAN, 1974). Esse corpo de conhecimento se transfiguraria como um guia não questionado para a ação, presente na condução de inúmeras situações que ocorrem frequentemente na vida social. Nesse sentido, seria tratado como certo, especialmente na ausência de alguma evidência que o colocasse em questão (SCHUTZ, 2012). Contudo, nessas situações de remoção, a percepção dos moradores de favelas foi de que a situação em que agora eram lançados os colocava numa situação de incerteza que pensavam anteriormente ter sido superada. Até mesmo o anúncio veiculado pela administração pública, entendido como inesperado, de que não mais poderiam habitar no local em que estavam, muitas vezes, há décadas rompia com aquele sentimento de continuidade que configurava suas rotinas de vida.

ção: primeiro, a partir do contato com agentes e agências públicas; segundo, a partir da relação estabelecida com movimentos sociais e instituições públicas, como a Defensoria Pública, que oferecem, incrementam ou mesmo alteram parte das referências a partir das quais aquelas pessoas interpretam e definem a situação.

Isso se relaciona ao fato de que é possível distinguir duas ocasiões diferentes em que os rumores são criados e/ou observados: a primeira seria aquela originada imediatamente antes do processo de remoção; o segundo, quando este já se encontra em desenvolvimento. Privilegio os aspectos que conformam o segundo caso, visto que o acompanhamento de sua produção foi possível em razão de sua gestação durante o processo de realocação.

Com algumas exceções, notadamente aquelas em que há intenção da administração pública de remover a localidade há muitos anos – portanto, anterior a esse período em que afirmo estar em curso a reapropriação da remoção de favelas como ação estatal –, os rumores tendem a surgir após algum contato realizado por determinada agência estatal direta ou indiretamente. Neste último caso, os rumores podem iniciar, como veremos, a partir do anúncio de uma grande obra pública para a realização dos Jogos Olímpicos, cuja implementação implicaria a retirada de pessoas de um dado local.

Para demonstrar como se desenrola a constituição de um rumor, parto da situação vivenciada por moradores de duas favelas: Metrô-Mangueira (bairro do Maracanã, zona Norte) e Estradinha-Tabajaras (Botafogo, zona Sul). Das circunstâncias verificadas nessas duas localidades, destaco apenas aqueles elementos que ajudam a percorrer o caminho a partir do qual se configuram os rumores. Escolhi essas duas favelas por apresentarem, cada uma, rumores diversos que se encontram presentes na configuração constituída pelo rompimento das rotinas produzidas pelas ações de remoção.

Entretanto, como é possível observar, embora de conteúdos diferentes, os rumores podem ser compreendidos à luz de um contexto que os aproxima. Apesar desse recorte, utilizo situações que ocorreram em outras ocasiões de remoção para demonstrar como se desdobram suas consequências no cotidiano desses processos.

O estacionamento para o Maracanã

No primeiro caso, o da favela do Metrô, situada no bairro do Maracanã, as razões apontadas desde o início da remoção, em meados de 2010, se relacionavam, invariavelmente, à realização da Copa do Mundo de 2014, uma vez que a favela estava localizada nas proximidades do estádio do Maracanã, utilizado tanto no referido evento quanto nos Jogos Olímpicos de 2016.

Nesse sentido, após os primeiros contatos com os agentes da Subprefeitura e da Defesa Civil que foram ao local, surgiu a principal razão aventada pelos moradores e, posteriormente, pelos coletivos envolvidos na mobilização local contra a remoção: a favela daria lugar a um estacionamento que serviria aos que fossem utilizar o estádio.

Tal suspeição passou a circular na medida em que uma das intervenções previstas na reforma que estava sendo feita no referido equipamento esportivo se referia à construção de um novo estacionamento, que seria uma exigência presente no caderno de encargos assinado entre o governo brasileiro, financiador da obra, e a Federação Internacional de Futebol (Fifa). Nesse documento, entre outras exigências, havia a indicação da ampliação do estacionamento, já que o existente não seria suficiente para a demanda que haveria durante a realização dos jogos da Copa do Mundo.

A partir daí, buscando elementos para interpretar a situação no contexto imediatamente configurado pelas ações de remoção, os moradores, bem como os coletivos envolvidos, passaram a considerar que o principal motivo para a remoção da favela seria a construção desse estacionamento, apesar de a alegação da administração municipal para a retirada dos moradores ser a questão do "risco". Nos primeiros contatos entre agentes públicos e moradores, foram distribuídos autos de interdição. Embora não se discriminassem, nesses documentos, os motivos pelos quais suas casas estavam sendo interditadas, os agentes afirmavam que se tratava do "risco" a que estariam submetidos na medida em que habitavam numa localidade situada nas proximidades das linhas de metrô e trens suburbanos da cidade.

O motivo do "estacionamento" ganhou força especialmente a partir do contato entre moradores dessas localidades e os coleti-

vos envolvidos na construção de denúncias públicas das situações de remoção. Muitos desses grupos elaboraram suas críticas a esses processos a partir da mobilização de argumentos mais gerais, imputando às ações da administração pública a motivação relacionada aos interesses que estariam em jogo na realização dos megaeventos esportivos.

Ora, como a favela estava situada nas proximidades do estádio que seria um dos principais equipamentos desses eventos e, em sua leitura, já estava em curso na cidade uma verdadeira "limpeza social", não haveria outra razão para retirá-los dali, afinal, "quem quer pobre por perto?". Ouvi esta frase de alguns moradores e em conversas informais, mas principalmente quando estavam diante de públicos aos quais direcionavam suas críticas. Muitos passaram a rejeitar o argumento do risco e, para dar sentido ao que vivenciavam à luz do contexto imediato, invocavam essa ideia para compreender o que passavam.

Tal ideia, ao mesmo tempo que organiza cognitivamente o enquadramento da situação pelos moradores e pelos coletivos de mobilização envolvidos, expressava o conteúdo de sentido da crítica que dirigiam às ações da administração pública em seu local de moradia.

O argumento explicativo da "limpeza social", incorporado e atualizado cotidianamente pelos moradores a partir da interrogação "quem quer pobre por perto?", ganhava corpo tanto à medida que as remoções ocorriam quanto diante do que definiam como "falta de informações" sobre o processo. Ou seja, a situação de incerteza a qual estavam agora submetidos se tornou terreno fértil para sua caracterização como uma "limpeza social" promovida pela Prefeitura a fim de preparar a região para a realização da Copa do Mundo.

Censo, Eike Batista e cemitério: o caso da Estradinha–Tabajaras

No caso da Estradinha-Tabajaras, os rumores que passaram a circular se assemelham quanto à compreensão de quais seriam os "motivos últimos" para a realocação dos moradores: não quererem pobres por perto. Nesse caso, não quererem pobres na zona Sul da cidade, região onde a favela está localizada. Tal como em relação à favela do

Metrô, a justificativa do "risco" foi mobilizada pela administração pública na realização das remoções, embora associada às questões geomorfológicas e não pela presença de um equipamento urbano como o metrô.

Nesse caso, logo após o início do processo de remoção, que se deu a partir das chuvas de abril de 2010, os moradores, na medida em que buscavam compreender o que se passava, elaboraram uma explicação através de acontecimentos recentes que, naquela conjuntura crítica, pareciam lhe dar sentido.

Inicialmente, surgiu a questão do censo demográfico. Em muitas ocasiões, diante de diferentes públicos, muitos moradores afirmaram que, durante o ano de 2009, algumas pessoas foram à localidade apontando serem pesquisadores que estavam trabalhando para a construção do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse período, fizeram várias perguntas, inclusive sobre a história local. Embora, de fato, o levantamento para o censo tivesse sido realizado em toda a cidade no ano de 2009, naquela circunstância, os moradores destacaram esse fato como uma das possíveis tentativas da administração pública de preparar a remoção local.

Isso seria reforçado, nessa elaboração, pelo fato de que a Prefeitura já havia incluído, na lista divulgada no final de 2009 na qual constavam mais de uma centena de favelas a serem removidas, o nome da Estradinha. Logo depois, segundo informaram os moradores, agentes públicos teriam ido à localidade anunciar que ela integraria a lista de favelas que seriam removidas pela Prefeitura porque estaria em "área de risco". A partir de então, começaram a circular rumores sobre uma possível remoção, que se confirmaram alguns meses depois quando das "chuvas de abril". Entretanto, como observarei adiante, os rumores agora assumem outra dimensão, desta vez associada aos "reais" motivos da administração pública para levar adiante o projeto de retirá-los dali.

Gostaria apenas de ressaltar a importância desse nível da elaboração e circulação dos rumores, isto é, o que se constitui a partir da especulação acerca dos motivos imputados à ação estatal nesses contextos. Isso se daria porque o rumor afetaria o ambiente social onde se desenrolam determinadas interações sociais. Como venho afirmando, sua produção e circulação, nesse contexto específico

constituído através das intervenções visando à erradicação, apenas faz sentido a partir da ruptura que estas provocam na vida ordinária das pessoas.

Esses motivos levantados e imputados ganham a forma de rumores na medida em que as pessoas, à luz da situação, buscam interpretar o que se passa de alguma maneira. No caso da Estradinha, outros dois motivos foram apontados e passaram a circular como rumores entre os atores envolvidos na situação de remoção, todos relacionados a interesses específicos: os "interesses" da Santa Casa de Misericórdia e os "interesses" do empresário Eike Batista.

No primeiro caso, é importante mencionar o fato de que a favela se localiza logo acima do cemitério São João Batista, administrado pela Santa Casa de Misericórdia. É necessário lembrar também que o único deslizamento que ocorreu na localidade em questão se deu num pequeno trecho que fica entre a favela e o cemitério, quando um fusca foi parar em cima de algumas sepulturas. Em função desse deslizamento, embora localizado, tal como ocorrera em outras favelas naquele momento, a administração pública condenou toda a área, apontando que, em função do "risco generalizado", os moradores seriam retirados dali.

Tal como abordei em minha tese de doutorado, uma das ações para denunciar a remoção local foi a produção de "contralaudos" por técnicos voluntários ligados ao Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH), que formariam o que se passou a chamar de "coletivo técnico".

Na visita realizada por um dos integrantes desse coletivo, bem como no relatório produzido posteriormente por ele acerca da situação geomorfológica do local, uma das razões levantadas para o deslizamento seriam as ações de ampliação do cemitério realizadas pela Santa Casa. A partir daí, portanto, uma das motivações aventadas – e que posteriormente circulou como rumor – foi justamente o interesse dessa instituição de expandir seus domínios na região. Nesse sentido, os moradores incorporaram ao seu rol de interpretações sobre a situação esse "interesse" da Santa Casa em aumentar a área ocupada pelo cemitério.

Os moradores, nessa busca incessante para dar sentido aos novos fatos que alteraram sua rotina, observavam cada detalhe que,

embora não tivesse sido ignorado anteriormente, não havia recebido tanta importância, como uma expansão do cemitério realizada há pouco tempo e que aproximava a área ocupada pela favela dos novos túmulos.

Além disso, outro motivo mobilizado pelos moradores e outros atores envolvidos nessa situação foi a liberação da área para os "interesses" imobiliários do empresário Eike Batista. Nesse caso, ficaria mais evidente o conteúdo da interrogação mencionada anteriormente: "quem quer pobre por perto?". Aqui seria ressaltada a questão da localização da favela: na zona Sul da cidade, área considerada "nobre".

Isso fazia com que os "ricos" se interessassem pela região. Como muitas vezes pude acompanhar, diversos moradores, em algumas situações na própria localidade, destacavam as "paisagens" locais, tais como os dois principais pontos turísticos do Rio de Janeiro – o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor – como aquilo que fez crescer o "interesse" pela região, pelo retorno econômico que poderia trazer para quem ali se instalasse. Como ouvi em algumas ocasiões: "quem não quer morar aqui, com uma vista dessas? Todo dia eu abro minha janela e vejo o Cristo".

Antes de continuar, gostaria de situar a mobilização do nome do empresário Eike Batista. Naquele momento, em 2010, ele era considerado uma das pessoas mais ricas do mundo (embora a situação tenha mudado drasticamente posteriormente, fazendo-o perder esse posto) e passou a figurar não somente nas colunas e seções de economia dos jornais, mas também nas sociais, esportivas e até policiais. Tornou-se uma figura pública de presença constante no imaginário da população da cidade, tanto pelo fato de ser "um dos mais ricos do mundo" quanto pelo envolvimento em diversos projetos no estado e no país.

Além do mais, importa destacar que Batista ficou ainda mais em evidência pelo fato de levar a cabo diversos projetos econômicos de grande magnitude, especialmente no Rio de Janeiro. Suas empresas ganharam diversas licitações de importantes obras públicas, além dos investimentos realizados em áreas como energia e portuária, que aumentaram no estado nos últimos anos.

Tudo isso o tornou, no imaginário coletivo, um dos principais agentes das transformações pelas quais passavam tanto a capital quanto o restante do estado, de acordo com o discurso oficial. Não bastassem as áreas mencionadas, ele também atuava em empreendimentos no espaço urbano, tanto de construção de hotéis quanto de financiamento da infraestrutura que seria utilizada pela Polícia Militar nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), a principal ação do governo do estado na área de segurança pública naquele momento.

Partindo desse contexto, os moradores, mas também os movimentos sociais e outros coletivos envolvidos na construção da denúncia dos processos de remoção, conjecturaram que "por trás da remoção" estariam os "interesses" do empresário. Nesse sentido, surgiram dois motivos para a retirada dos moradores da Estradinha: a construção, pelo município, de uma avenida que passaria pela localidade visando ligar partes do bairro de Botafogo ao *shopping* Rio Sul (que fica no mesmo bairro) e a edificação de um hotel, por parte de Eike Batista, nessa área.

À medida que esses motivos circularam como rumores, tais "interesses" seriam reforçados a cada novo elemento que surgisse nessas ocasiões. Um deles foi justamente a instalação da UPP na localidade, cuja presença reforçou a compreensão de que a área seria retirada para ali ser colocado outro público que não "os pobres".[9]

Embora não haja espaço neste artigo para especificar esse âmbito, basta mencionar o fato de que, na sequência da instalação de UPPs em diversas favelas da cidade, os custos de vida local aumentaram consideravelmente, notadamente os preços relacionados a habitação. Nessa circunstância crítica aberta pelos processos de remoção, essa ação estatal seria vista, principalmente por movimentos sociais ligados à construção da denúncia pública dessas situações, como mais um elemento que confirmaria a intenção de retirar "os pobres" para colocar "os ricos". Afinal, "quem quer pobre por perto?".

Os rumores como especulação prática

Os rumores, nas situações aqui analisadas, podem ser compreendidos como uma espécie de *especulação prática*, uma reação cogni-

9 Para uma refinada discussão sobre a produção de rumores em áreas "pacificadas", ver Menezes, 2015.

tiva e moral às intensas alterações nas rotinas de vida e uma expressão dos sensos do justo e do injusto desses moradores. Isso ocorre porque, quando passam a circular rumores sobre os "verdadeiros" motivos da remoção, estes quase sempre são articulados, inicialmente, às causas daquele acontecimento e, em seguida, à justiça daquelas ações. Quando se menciona e se critica, por exemplo, a retirada dos moradores em função do alargamento de uma avenida, põe-se em questão a "real" necessidade de uma obra dessas, visto que a "moradia seria mais importante" do que a construção de uma via expressa.

Em outro caso, uma intensa discussão se estabeleceu em torno dos limites a partir dos quais as obras não poderiam ultrapassar a área onde se localizava a favela. Essa discussão se constituiu na medida em que, diante da indefinição e indeterminação da medida exata da área a ser ocupada, não se poderia precisar (ou antecipar) quantas casas poderiam sair ou não.

Em muitas reuniões com autoridades públicas responsáveis pelas obras, moradores questionavam sobre a "real" área a ser utilizada, enquanto as respostas quase sempre eram evasivas e pouco elucidativas. Isso fazia com que a preocupação (e a discussão) em relação à quantidade "exata" de casas a saírem persistisse. A Prefeitura realizou uma demarcação na área que seria usada. Entretanto, apesar disso, a questão tanto sobre a real necessidade da avenida ("a moradia não é mais importante?") quanto a de, sendo inevitável a sua construção, até onde ela deveria ir sem interferir em todo o local persistia. Enquanto isso, os moradores assistiam à retirada de seus vizinhos, muitos avaliando que suas moradias permaneceriam intactas, haja vista que a demarcação terminaria antes de suas residências.

Nas circunstâncias específicas ora em análise, portanto, os rumores surgiram precisamente como uma maneira de compreender os acontecimentos em desenvolvimento e, acima de tudo, como uma tentativa de se antecipar a eles, embora quase sempre fosse o contrário a ocorrer, na medida em que se podia perceber o fato de que esse recurso (a tentativa de enquadrar a situação num quadro normativo que lhe desse sentido) apenas ocorria *ex post facto*. Ou seja, os rumores surgiam e se reproduziam (e mesmo se alteravam

ao longo do tempo), fundamentalmente, após as intervenções específicas da administração pública e quando esta, através do contato estabelecido entre seus agentes e os moradores dessas localidades, produzia uma nova informação sobre a situação, reiterando ou simplesmente modificando (fornecendo outro sentido) aquela inicialmente veiculada como justificativa para a realocação no início do processo (quando havia).

Não importa se o rumor é mentiroso ou verdadeiro, mas sim que ele se insere em jogos de poder e que tem força de verdade na medida em que produz consequências concretas na vida das pessoas que os reproduzem. Para todos os fins práticos, como aponta a etnometodologia, ele é real, posto que é apropriado e reproduzido a partir da sua consideração como verdade.

Do recurso aos próprios moradores e às associações de moradores para efetivar a intervenção estatal: os "agentes públicos informais"

Após o primeiro contato, inicia-se o processo de convencimento dos moradores para que aceitem as propostas oferecidas pela administração pública. Tal procedimento é realizado diretamente pelos agentes públicos, especialmente das subprefeituras, mas também por alguns moradores que se transformam, na prática, em representantes das agências estatais na localidade e que chamarei de "agentes públicos informais".

Uma característica marcante dessas ocasiões é o fato de que tal esforço de convencimento era feito sempre de maneira individualizada, isto é, a ação dos agentes públicos envolvidos consistia na abordagem individual a cada morador, não sendo comum a realização de reuniões que envolvessem a totalidade ou uma parte considerável dos moradores locais – e quando aconteciam, seu caráter era apenas informativo.

Embora as táticas de convencimento, cujos argumentos eram entendidos pelos moradores como ameaças (tais como "ou aceita ou não vai ganhar nada"), fossem levadas adiante por agentes públicos, em muitas ocasiões, especialmente no início desses processos, constituía-se uma intricada relação entre esses agentes e alguns moradores. Em muitas situações, alguns destes, com ou sem ligação com as

associações de moradores, atuaram como uma espécie de assessores informais dos representantes da administração pública.

Em uma das favelas que estava em processo de remoção na zona Oeste da cidade, agentes da Subprefeitura local conseguiram transformar uma moradora em aliada da administração pública na medida em que ela assumiu funções típicas das agências públicas envolvidas em todo o processo: nesse caso, a referida moradora ficou responsável por fazer o cadastro dos habitantes daquela localidade. Como recompensa pelo trabalho realizado, ofereceram-lhe três casas em um conjunto habitacional construído pela Prefeitura. Além do mais, após a oferta e o trabalho informal, buscaram convencê-la de que não devia dar atenção aos críticos da localidade, que questionavam todo aquele procedimento.

Outro aspecto dessas táticas foi o contato formal com o presidente da associação de moradores local. Todas as reuniões ou qualquer outra atividade que a administração pública pretendesse realizar nas favelas em que houvesse algum processo de remoção se realizavam por intermédio dos presidentes das associações. Em uma reunião realizada na Secretaria Municipal de Habitação (SMH) na qual estavam presentes o então secretário, o subprefeito da Barra da Tijuca e Jacarepaguá e moradores de diversas favelas da cidade, estes apontavam muitas vezes que parte dos moradores nunca fora contatada ou avisada do interesse da Prefeitura na área em que morava. Entretanto, todas as vezes que uma crítica dessas era feita, a resposta, especialmente do subprefeito em questão, era a de que esse contato fora feito e que todos os aspectos referentes à saída dos moradores tinham sido discutidos com os próprios em diversas ocasiões.

Interessante apontar que, quando observamos mais de perto as interações estabelecidas entre agentes da Prefeitura e moradores dessas favelas, o que se verifica é o fato de que o contato se realizava com o presidente de associação (pelo menos aquele cuja formalidade era exigida para legitimar a ação das agências estatais) e quase sempre se encerrava nele. Reuniões locais entre os agentes estatais e o conjunto dos moradores não eram frequentes, apesar do intenso contato cotidiano entre uns e outros. Nesse sentido, apesar das críticas feitas pelos moradores de que "a Prefeitura" não "conversava" com eles, o subprefeito (ou qualquer outro responsável por esse tipo

de ação no interior do aparato institucional da Prefeitura) justificava a continuidade de suas ações após o "primeiro contato" alegando que ela havia sido legitimada a partir da relação estabelecida com a representação considerada oficial da localidade.

Em uma favela que estava sendo removida em função das intervenções urbanísticas preparatórias para os megaeventos esportivos, os moradores questionavam o comportamento do então presidente da associação de moradores diante da possibilidade de sua realocação. Argumentavam que estranhavam a desenvoltura dos agentes públicos naquela localidade, além da maneira como ele se posicionava diante das críticas dirigidas à forma como os aparatos estatais estavam atuando, quase sempre se colocando favorável ao conjunto daquelas ações. Como me relatou um morador em entrevista: "Nós não entendíamos por que a Prefeitura chegava aqui altas horas, apesar dele não morar aqui, não ter nada aqui. E quando a gente ia falar com ele, ele era contra a gente e a favor da Prefeitura. A gente viu que havia algo errado".

Tal situação levou à constituição de um fenômeno interessante: em muitas favelas que visitei ao longo do período considerado, grupos de moradores se organizaram a partir do que passou a ser chamado de "comissões". Partindo da compreensão de que a representação oficial local não atendia às suas expectativas diante da situação que estavam passando, decidiram constituir essa forma de associação e mobilização para, assim, poderem apresentar e encaminhar suas demandas e discutir alternativas.

Essa circunstância acabou levando à formação e coexistência de duas formas de mediação e articulação local: a comissão e a associação de moradores. Apesar de os representantes da administração pública afirmarem, em diversos momentos, ter constituído diálogo e estabelecido condições de saída dos moradores de algumas localidades com as associações, posteriormente, em função dos desdobramentos ocorridos ao longo de todo o processo, tiveram de levar em consideração a existência dessas comissões, que, muitas vezes, passaram a ser as mediadoras principais dos moradores, já que as associações, em geral, não assumiam essa função.

Para acelerar o processo de remoção e convencer o conjunto dos moradores, eram oferecidas aos presidentes de associação, direta ou

indiretamente, diversas benesses que variavam de cargos públicos a valores maiores de indenização (nos casos em que havia essa opção). Isso ocorreu, inclusive, com os integrantes das comissões formadas. Muitas pessoas, reconhecidas pelos agentes públicos como lideranças, começaram a ser chamadas individualmente para negociar uma quantia maior de indenização para seu caso.

Em algumas favelas, o próprio presidente da associação passou a fazer atividades típicas das agências estatais: recolhia documentos, encaminhava moradores para a SMH e atuava no sentido de tentar convencê-los a sair. Mesmo depois da eventual constituição de uma comissão pelos moradores locais, a associação, mesmo sem o reconhecimento interno, continuava a ser o mediador privilegiado da administração pública.

Tal configuração mudava, em parte, apenas quando os próprios presidentes saíam da localidade, isto é, quando suas casas eram derrubadas. Mas nesses momentos, e mesmo passando a dialogar com a comissão, alguns agentes públicos já davam como dadas as negociações e consideravam como certa a retirada completa de determinada favela. Dessa tensão se originaram as várias situações em que até mesmo a violência física – ou, pelo menos, a possibilidade de sua utilização – foi acionada para dar continuidade ao processo de remoção.

Pode-se depreender, a partir da compreensão das pessoas envolvidas nesses processos, que os agentes públicos que atuavam nessas situações faziam uma análise precisa e escolhiam aqueles moradores que, segundo imaginavam, não ofereceriam nenhuma forma de resistência ao processo de remoção e poderiam atuar no convencimento dos demais no sentido de fazer com que aceitassem a remoção para os conjuntos habitacionais que lhes eram destinados. Esse mecanismo, utilizado pelos agentes públicos que atuavam na ponta desses processos, implicava e incrementava os conflitos internos às localidades, o que era lido pelos moradores que se recusavam inicialmente a sair como uma forma encontrada pela "Prefeitura" de obrigá-los a isso na medida em que "enfraquecia as suas forças".

Considerações finais

Neste artigo, busquei apresentar duas diferentes formas a partir das quais os processos de remoção no Rio de Janeiro são efetivados pela administração pública. Meu objetivo foi reconstituir como diferentes agenciamentos são capazes de configurar um campo de intervenção específico no interior do qual são aventadas estratégias as mais variadas para a gestão dos moradores de favelas cariocas.

Os rumores, enquanto *especulações práticas*, não apenas expressam uma tentativa dos habitantes desses territórios de localizar a nova situação em um quadro normativo e moral que lhes faça sentido e, assim, favoreça sua navegação diante das circunstâncias, mas também a maneira pela qual o aparato do Estado pode atuar, na medida em que a gestão mencionada se configura, nesse caso específico, como uma gestão da informação sobre o que está ocorrendo ou poderá ocorrer no futuro próximo.

Já os "agentes públicos informais" representam uma das formas de atuação estatal nessas ocasiões, que, por um lado, incide fundamentalmente sobre as relações de vizinhança e suas tensões, focalizando exatamente as diferenças e os conflitos que possam existir entre as pessoas, operacionalizando-os; e, por outro, atua, muitas vezes, a partir da precariedade material desses indivíduos, agenciando-a a favor da efetivação desses processos de erradicação.

Ambas as formas de governo da conduta desses moradores e de efetivação dos processos de remoção se articulam a muitas outras mobilizadas pelos aparatos estatais nessas ocasiões, produzindo uma verdadeira malha de técnicas e procedimentos que atravessa as ações de realocação levadas a cabo pela administração pública municipal no Rio de Janeiro. Nesse sentido, busquei apresentar dois mecanismos que, ainda que não se influenciem diretamente, sobrepõem-se numa trama complexa de técnicas de governos recorrentemente mobilizadas para efetivar os processos de remoção.

Referências

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. 1974. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petropólis, RJ: Vozes. 247p.

CARDOSO, Adauto Lúcio; MELLO, Irene de Queiroz & JAENISCH, Samuel Thomas. 2015. "A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições". In: AMORES, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 73-102.

DEWEY, John. 1960. Inteligência e investigação. In: EDMAN, Irwin. *John Dewey*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GONÇALVES, Rafael Soares. 2015. "Políticas públicas e o retorno das remoções de favelas por ocasião das chuvas de abril de 2010 no Rio de Janeiro". In: Roberto de Kant de Lima; Marco Aurélio Mello; Letícia de Luna Freire (Orgs.). *Pensando o Rio: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar*. Niterói: Intertexto, p. 11-33.

HERITAGE, John C. "Etnometodologia". 1999. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, John. H. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, p. 321-392.

JÚNIA, Raquel. Mais de 20 mil famílias foram removidas nos últimos quatro anos no Rio. Agência Brasil, 16 maio 2014. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-05/mais-de-20-mil-familias-foram-removidas--nos-ultimos-quatro-anos-no. Acesso em: 8 maio 2018.

MAGALHÃES, Alexandre. 2019. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Curitiba: Editora Appris.

_____. 2016. "´A remoção foi satanizada, mas não deveria`: o retorno da remoção como forma de intervenção estatal nas favelas do Rio de Janeiro". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 9, n. 2, p. 293-315, maio-ago.

MENDES, Alexandre. 2016. "O debate em torno do risco, da moradia e das remoções em um ano de tragédias". In: Alexandre Mendes; Giuseppe Cocco (Orgs.). *História do Núcleo de Terras e Habitação – instituições do comum, assessoria jurídica e luta contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)*. Rio de Janeiro: Revan, 2016. p. 181-207.

MENEZES, Palloma. 2015. *Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas*. Tese (doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 439f.

SCHUTZ, Alfred. 2012. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Significados do militarismo na educação básica do estado de Goiás: uma reflexão etnográfica

Nicholas Castro

A pesquisa apresentada neste artigo trata de uma prática de governo que ocorre através da instituição escolar. Nos termos de uma linguagem técnica estatal, do que poderia ser considerada uma "política pública de educação". O trabalho de campo ocorreu a partir do interesse em refletir acerca de um modelo escolar que passava por um processo de expansão no estado de Goiás: a administração de escolas públicas da educação básica pela Polícia Militar. O objetivo geral era compreender de que maneira o modelo em questão se constituía como uma proposta de educação escolar e quais os efeitos dessa ação governamental.[1]

O trabalho de campo permitiu que eu desenvolvesse as questões da pesquisa com base nos discursos que operavam na construção do trabalho da Polícia Militar nessas escolas. Investigar os significados presentes nesses discursos a partir das relações que se estabeleciam no ambiente escolar foi importante para compreender o que estava em jogo com a disseminação do novo modelo. Nesse sentido, o artigo explora de que modo o militarismo se configura como um dispositivo de poder legitimado por uma lógica discursiva que diferencia e separa o "disciplinar" e o "pedagógico". Ambas são categorias nativas que serão aqui analisadas como noções que descrevem e produzem uma visão de mundo sobre a realidade escolar.

Antes de adentrarmos a discussão proposta, contudo, faz-se necessário detalhar brevemente o contexto de criação do problema de pesquisa e de inserção no trabalho de campo. Destaco, assim, que a criação e manutenção de escolas de educação básica administradas por instituições militares e policiais não é fenômeno tão recente, tampouco insignificante, no universo educacional brasileiro. A grande maioria das unidades da federação possui colégios

1 A pesquisa de que trata este artigo foi desenvolvida para o mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília.

administrados pelo Exército, Corpo de Bombeiros e/ou pela Polícia Militar, de modo que todos são formalmente definidos como escolas públicas, apesar de comumente haver cobranças ou pedidos de contribuição de taxas mensais para a manutenção dos estabelecimentos.

No que tange aos colégios administrados pela Polícia Militar, apesar da existência de dezenas de unidades espalhadas pelo Brasil, a maioria dos estados que possuem essas instituições conta com alguns poucos estabelecimentos (um ou dois, na maior parte dos casos). A existência dessas escolas não havia chamado atenção da grande mídia no Brasil até o início de 2014, quando uma ação do governo estadual de Goiás promoveu uma discussão em nível público acerca da presença de instituições militares na educação: o início do ano letivo na rede pública de ensino foi marcado pelo funcionamento de 10 novas escolas não subordinadas unicamente a princípios, normas e diretrizes da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás,[2] mas ao ordenamento e aos princípios da Polícia Militar.

Sancionada no mês de julho do ano anterior, a Lei estadual nº 18.108 estabeleceu a criação de 13 novas unidades de ensino sob o modelo de Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG).[3] Entretanto, a medida não envolvia a construção física de 13 novos colégios, mas a utilização de instituições de ensino já existentes para que o modelo em questão fosse implantado. Os colégios escolhidos deixariam de estar unicamente sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e passariam a ser administrados pela Polícia Militar, de modo que a direção das escolas ficava a cargo de oficiais dessa instituição.

O modelo CPMG implica que a PM ocupe não apenas a direção dos centros de ensino, mas também cargos de professores em três disciplinas curriculares específicas desses colégios, além de formar um novo segmento profissional nas escolas, chamada coordenação disciplinar (ou equipe disciplinar). Esta se refere a um grupo de policiais militares responsáveis por observar se os estudantes estão

2 Apesar de esse ser o nome completo e oficial do órgão em questão, usarei, ao longo do artigo, simplesmente o termo "Secretaria de Educação" a fim de facilitar a fluidez da leitura.

3 A primeira escola sob o modelo CPMG foi criada em 1998. Até 2013, havia seis escolas desse tipo em todo o estado de Goiás. Nenhuma dessas escolas foi construída para ser um CPMG. O processo de implantação da administração policial militar sempre ocorreu como uma espécie de repasse de estabelecimentos já existentes.

seguindo as normas do colégio, principalmente nos momentos em que os estudantes estão fora das salas de aula.

A partir dessa nova dinâmica de dupla administração da instituição escolar que envolve atribuições e responsabilidades de duas secretarias de governo, criou-se uma narrativa oficial, reproduzida por todos os seus representantes de alto escalão, fossem da Polícia Militar ou da Secretaria de Educação: os CPMG funcionariam sob um modelo que divide a responsabilidade do trabalho escolar de maneira categórica: professores e demais membros vinculados à Secretaria de Educação estariam focados na atividade "pedagógica", enquanto os policiais militares se concentrariam em administrar a dimensão "disciplinar" da vida escolar. Estabelece-se, portanto, uma fronteira institucional e simbólica que caracteriza o novo modelo. A partir da lógica que embasa esse discurso, não haveria espaço para confusão, ambiguidade e desentendimentos, pois as duas dimensões que compõem a realidade escolar teriam, cada uma delas, profissionais específicos para lidar com suas demandas próprias. A ideia por trás da divisão é de que os professores não precisariam gastar tempo e energia com a dimensão "disciplinar" da educação e, dessa forma, poderiam desenvolver seu trabalho "pedagógico" de modo mais eficiente.

A Secretaria de Educação e o Comando de Ensino Policial Militar, órgão responsável pela implantação dos colégios da Polícia Militar, justificam a adoção dessa estratégia pelo fato de a mesma já representar uma experiência de "sucesso": as seis escolas desse modelo criadas a partir de 1998 não tinham problemas de "violência escolar", pois formavam cidadãos mais "disciplinados"[4] e estavam sob a vigilância de policiais. Além disso, essas escolas exibiam os melhores indicadores nos resultados das avaliações externas entre todas as escolas públicas do estado. Os CPMG repercutiam no estado, dessa forma, como um modelo exitoso de educação, levando a uma alta procura por matrículas em suas unidades.

4 Os termos "sucesso", "violência escolar" e "disciplinados" estão entre aspas no texto porque foram usados em falas de membros da Polícia Militar goiana em momentos de entrevistas realizadas por mim sobre o modelo CPMG, mas também em declarações para a imprensa.

O número de colégios criados após a sanção da Lei estadual 18.108 foi mais do que o dobro da quantidade de unidades já existentes desde a criação da primeira, 15 anos antes. No ano de 2015, por sua vez, mais oito escolas foram implantadas no lugar de antigas escolas públicas. O levantamento dessas informações permite um entendimento diferenciado em relação aos novos colégios que o governo de Goiás submeteu à responsabilidade de sua Polícia Militar: eles passam a identificar uma política de expansão por parte da administração estadual no que concerne à implantação de um modelo de escola que existe sob a ótica – e ética – do militarismo policial.[5] Dessa forma, o governo elaborou uma situação institucional complexa em que profissionais das duas secretarias de estado trabalhavam no ambiente escolar.

Foi justamente esse processo de expansão que despertou meu interesse em estudar o modelo de Colégio da Polícia Militar de Goiás. Por que o governo estadual estava ampliando esse formato institucional? O que estava em jogo quando a Polícia Militar se torna responsável pela administração de uma escola pública? Essas foram perguntas que situaram o objetivo da pesquisa: conhecer e compreender o caráter dessa instituição em suas particularidades para poder refletir sobre seus efeitos de poder sobre a construção de sua identidade e sobre seus significados enquanto prática de governo.

O fato de atuar como professor do ensino médio na rede pública de educação básica havia, desde muito tempo, despertado em mim o interesse de produzir um trabalho que pudesse contribuir para pensar antropologicamente a educação como campo de políticas públicas. Sendo assim, pareceu-me relevante a necessidade de produzir uma pesquisa que auxiliasse com reflexões sobre o modelo CPMG e seu processo de expansão.

O que o governo do estado goiano estava comunicando com essa ação? Que visão os policiais militares envolvidos nessa prática de governo tinham da educação, de seu papel e do que se fazia neces-

5 A noção de "militarismo policial" ou simplesmente "militarismo" será usada para descrever uma cultura militar fundamentada na hierarquia e na disciplina como valores institucionais e princípios de organização. A importância dessa cultura foi perceptível nas práticas discursivas de meus interlocutores policiais e, dessa forma, entendo que seu uso seja útil para a reflexão sobre seus efeitos como tecnologia de poder (sentido que será mais explorado ao longo do artigo).

sário no contato com os estudantes? De que maneira as práticas adotadas pela polícia nessas escolas influenciavam os jovens usuários desse serviço público? Esses foram alguns dos questionamentos que guiaram a análise etnográfica e partir dos quais consegui produzir dados significativos para melhor compreender o que será chamado aqui de militarização das escolas.

Observando uma escola da Polícia Militar

A partir do contato com um colega professor que lecionava em um dos colégios da PM goiana, pude desenvolver o trabalho de campo com observações diretas. O CPMG Fernando Pessoa está localizado em uma região de periferia do município de Valparaíso de Goiás, que, por sua vez, é uma cidade do chamado entorno do Distrito Federal.[6] Os anos que antecederam a nova gestão do Colégio Fernando Pessoa foram marcados por tráfico de drogas e crimes de homicídio e sequestro. Após a implantação do modelo CPMG, casos como esses não foram mais registrados. A procura por matrícula na escola se multiplicou, deixando as salas de aula com uma média de cinquenta alunos por turma.

A pesquisa foi realizada em dois momentos distintos ao longo do ano de 2015 devido às circunstâncias da própria instituição onde realizei o trabalho de campo. Iniciei as observações diretas no mês de março, frequentando a escola de uma a duas vezes por semana para acompanhar aulas de turmas específicas, priorizando dias em que essas turmas tinham aulas ministradas por policiais militares a fim de conhecer as concepções que fundamentavam a proposta de ensino desses profissionais. Acompanhei, dessa forma, as aulas de uma turma de ensino fundamental e outra de ensino médio ao longo de três meses a partir de minha chegada.

Ao longo de minhas observações e a partir de entrevistas semiestruturadas e conversas informais com funcionários da escola, percebi que as condições normativas, materiais e institucionais daquele espaço contrastavam em muitos aspectos com a realidade da maio-

6 O município de Valparaíso de Goiás, assim como outros do chamado entorno pelos próprios governos de Goiás e do DF, é conhecido por meio dos canais da mídia tradicional pelos altos índices de criminalidade e violência e pela desatenção do poder público em relação aos problemas urbanos.

ria das escolas públicas brasileiras. Identidade visual diferenciada, hierarquia militar, regimento especial diferente das outras escolas públicas e um modelo disciplinar concebido e administrado pela Polícia Militar (e não por professores ou pedagogos) eram marcas evidentes daquela instituição. Destaco que essas escolas têm um sistema de arrecadação de verbas chamado de "contribuição voluntária", em que os familiares responsáveis são convidados a pagar mensalmente um valor estabelecido pela Associação de Pais e Mestres, que, no caso do CPMG Fernando Pessoa, era de R$ 50,00 para cada aluno matriculado. Em outros CPMG, sobretudo os mais antigos, esse valor era superior e podia variar de acordo com a série do estudante dentro da instituição.

Um conjunto de relações, símbolos e procedimentos que não me era familiar em um contexto escolar começou a fazer parte do cotidiano etnográfico. A apresentação das turmas aos professores em cada nova aula do dia, o estabelecimento de uma hierarquia estudantil em que havia uma distinção de autoridade entre alunos a depender da série em que estavam no ano letivo, os procedimentos de ordem unida e um regimento escolar ancorado nos princípios fundamentais da cultura militar – hierarquia e disciplina – eram expressões corriqueiras da vida escolar que influenciavam não apenas estudantes, mas também os profissionais da Secretaria de Educação que ali atuavam, visto que seu trabalho devia se conformar às normas e práticas vigentes naquele espaço.

Ao longo de minhas investigações no cotidiano escolar, das entrevistas realizadas com oficiais da direção do colégio e com o comandante-geral do Comando de Ensino, percebi que a lógica organizacional e a cultura institucional dos CPMG guardava profundas semelhanças com a lógica e a cultura de academias militares, que operavam na socialização de seus membros a partir de uma diferenciação estruturante entre "nós aqui de dentro" e os "outros lá de fora". Nos universos militares, essa oposição identitária se constrói em termos de "militares" e "paisanos/civis" (CASTRO, 1990), de modo que os primeiros não são apenas diferentes, mas superiores aos segundos. Mesmo não podendo ser necessariamente caracterizada como uma instituição total nos termos do conceito de Goffman

(1987), a caserna molda sua identidade e a de seus membros como se o militarismo oferecesse um universo social particular e especial.

A antropologia sobre militares no Brasil identifica esse processo como a formação do espírito militar (ou espírito de corpo), categoria nativa que simboliza a preeminência da coletividade sobre o indivíduo no sentido de uma totalidade que oferece sentidos de organização, honra, respeito e laços sociais mais reais do que aqueles do "mundo de fora". O espírito militar é, ele próprio, um critério que oficiais utilizavam para avaliar os cadetes em sua formação, como demonstra Celso Castro (1990) em sua pesquisa na Academia das Agulhas Negras.

O processo descrito por esse autor foi de grande valia para pensar a forma como os policiais militares concebiam o comportamento dos estudantes não apenas no espaço escolar, mas fora dele. Partindo do regimento, que colocava o respeito à instituição como valor máximo a ser seguido pelos alunos, até os treinamentos de ordem unida e as músicas cantadas pelas turmas na hora da saída, tudo indicava uma fiel reprodução de uma série de procedimentos militares que visava o desenvolvimento do espírito de corpo e da centralidade da instituição na vida dos estudantes. Essa compreensão, por sua vez, foi importante para que eu pudesse interpretar os significados do "disciplinar", descrito pelo discurso oficial sobre os CPMG como aquela dimensão em que a Polícia Militar faria a diferença, visto que os professores não teriam condições de dominar ou trabalhar adequadamente, sob o ponto de vista da polícia.

Desde o início, era claro para mim que a "disciplina" era tanto uma categoria de análise nos termos foucaultianos como uma categoria de meus interlocutores que descrevia um valor da instituição policial na escola. Obviamente, há uma relação entre os significados que ambas as formas dessa categoria carregam, mas compreender mais profundamente os conteúdos dessa distinção foi uma tarefa etnográfica.

A dimensão "disciplinar" no trabalho policial na escola

No que tange aos usos nativos do termo, pude perceber que o mesmo não estava imune a percepções dissonantes em meio às perspectivas

dos diferentes sujeitos. Houve um momento específico, ao longo do campo, em que a narrativa oficial de separação entre "disciplinar" e "pedagógico" se demonstrou mais claramente passível de ser contestada pelos próprios profissionais que atuavam na escola. O conselho de classe, ritual periódico que organiza o trabalho coletivo nas escolas de educação básica, foi um momento que pude vivenciar já em fase avançada da pesquisa de campo, mas que permitiu o levantamento de dados valiosos para a pesquisa.

No dia em que pude acompanhar uma dessas reuniões, presenciei, nos minutos anteriores ao seu início e também ao longo de sua duração, um conflito de percepções sobre os papéis da Polícia Militar e dos professores na gestão disciplinar da escola. O fato discutido era o de que havia constantemente estudantes fazendo muito barulho no decorrer do horário letivo e de que era comum vê-los fora das salas de aula quando deveriam estar dentro. Essa situação estava incomodando tanto o trabalho de professores quanto o da polícia, de modo que as críticas partiam de ambos os lados. O problema era ainda mais visível nas últimas semanas de cada bimestre letivo, como eu mesmo pude presenciar, ocorrendo, sobretudo, após o período de aplicação de provas. De maneira generalizada, os professores reclamavam do curto tempo que tinham para corrigir as atividades e entregar notas dentro do prazo, o que não os permitia administrar o ambiente da sala de aula e terminar o trabalho ao mesmo tempo. O próprio tempo de aula era utilizado para o trabalho de correções de atividades e fechamento de notas.

Por outro lado, a coordenação disciplinar, formada por praças da Polícia Militar, entendia que não era seu trabalho vigiar constantemente os estudantes nos corredores da escola, muito menos entrar nas salas de aula para chamar a atenção de alunos. Os praças não expressaram esse entendimento ao longo do conselho de classe, mas pude confirmar a percepção de que o compartilhavam através de conversas informais com estes e com seus superiores. Havia claramente uma expectativa, por parte dos policiais, de que os professores cumprissem um papel disciplinar em sua atuação profissional. No caso da discussão do conselho de classe, a questão foi resolvida verbalmente com uma reorganização do tempo escolar, sobretudo em relação à aplicação de provas.

Independente disso, porém, foi perceptível que havia uma lacuna de diálogo entre professores e policiais acerca das expectativas de ambas as partes sobre a dimensão disciplinar do trabalho. A maneira como essa situação era percebida pelos diferentes atores naquele espaço evidenciou que assumir o binômio disciplinar/pedagógico como dimensões do trabalho escolar de naturezas distintas era incongruente com a própria concepção dos profissionais ali presentes sobre seu trabalho dentro de uma escola da Polícia Militar.

A análise dos dados, por outro lado, me permitiu também perceber os valores, as normas e práticas relacionadas ao espírito militar (ou de corpo) e ao militarismo, de maneira geral, como relevantes para a existência de uma ordem simbólica compartilhada em relação à disciplina. As características da disciplina militar, mais focada no cuidado e na atenção individuais dos estudantes sobre si mesmos (comportamento exemplar, cuidado com uniforme e aparência, modo de falar com pessoas em posições de autoridade) e na consciência de que todos têm um papel dentro de uma totalidade social, que no caso era o CPMG, eram admiradas pelos professores e pela comunidade escolar como um todo. A imagem de unidade passada através dos rituais que exigiam o espírito de corpo me pareceu muito importante nesse sentido. Muitos estudantes e turmas competiam entre si a fim de verificar que turmas representavam melhor uma identidade militar e receberiam elogios de policiais e professores.

Expectativas distintas sobre o trabalho disciplinar não impediam que a maior parte dos professores afirmasse gostar de trabalhar naquela escola, visto que era "mais organizada" e que incentivava o "bom comportamento" dos alunos. A expectativa dos professores e familiares acerca da disciplina era atendida na medida em que também demandava maior respeito às regras institucionais e às posições de autoridade, fosse em casa ou na escola. Ressalto que, apesar de se tratar de uma instituição em que não se operam apenas os valores militares, no contexto do trabalho escolar, era justamente essa a dimensão sobressalente. Os símbolos, as táticas disciplinares, a hierarquia e o rigor militares eram comumente valorizados e admirados no discurso de estudantes, professores e familiares com quem pude conversar.

O governo estadual e a Polícia Militar percebiam isso, tanto que o ritual periódico de entrega dos alamares, momento em que os melhores estudantes recebiam condecorações, era permeado de ações e simbologia militar, sempre registrados com fotos e filmagens pelos familiares das crianças e adolescentes estudantes do CPMG. O militarismo unificava um conjunto de referências simbólicas e poderes que reconfiguravam os objetivos e os métodos disciplinares, de modo que apresentavam esse dispositivo como um modelo mais eficiente do que as estratégias tradicionais presentes na educação básica.

A perspectiva de Foucault (2007), por sua vez, entende a disciplina como tecnologia de poder importante para pensar as instituições que surgiam e/ou eram reformuladas ao longo do século XVIII. O grande objeto de investimento das técnicas disciplinares era o corpo, percebido pelo autor como instrumento de sujeição. Trazendo essa problemática da disciplinarização de corpos para o contexto etnográfico em discussão, entendo que é preciso analisar as tecnologias de poder utilizadas pela Polícia Militar no que elas têm de particulares e que ganham significados próprios no contexto da educação escolar.

A escola (e o processo de escolarização) foi um dos principais objetos de reflexão de Foucault acerca de um período histórico em que se reconfiguravam as estratégias e táticas para o exercício do poder nas sociedades modernas. Uma série de exemplos em *Vigiar e punir* (1975) descreve o processo de disciplinarização característico do desenvolvimento da escola enquanto instituição da Modernidade. Esse controle minucioso sobre os corpos através de variadas medidas disciplinadoras, como a divisão do espaço e do tempo escolares, a aplicação dos exames, a divisão dos saberes no tempo (chamados de "disciplinas"), tem na escola um de seus principais dispositivos de manutenção.

Nesse sentido, é adequado considerar que a disciplina se configura historicamente como categoria pensada e produzida na instituição escolar moderna. A chamada "indisciplina" é percebida como um problema a ser tratado e combatido pela gestão escolar, que objetiva restabelecer uma normalidade institucional quando identifica riscos à ordem de fabricação de corpos submissos. Sendo assim,

é importante esclarecer que a análise a que me proponho acerca do "disciplinar" como categoria nativa não pressupõe que esta seja uma categoria anacrônica e irrelevante para pensar o ambiente escolar nos termos de suas relações de poder. O que identifico é a construção de uma narrativa de relativo consenso dentro do campo etnográfico que percebe os recursos e as expectativas em relação à disciplina escolar como insuficientes, de maneira generalizada, pela educação brasileira enquanto esfera de atuação Estado.

Nesse contexto, é comum e esperado que a comunidade escolar demande alternativas disciplinares. O militarismo surge, assim, não como uma tecnologia política inovadora[7], mas como uma resposta ao "fracasso" da escola pública no Brasil, cujos valores democráticos e recursos disciplinares não foram suficientes para impedir as situações de "insegurança", "indisciplina", "desinteresse". Dessa forma, recorreu-se à disciplina de caráter militar, percebida comumente como "mais rígida" por alunos, familiares e professores.

As observações constantes e generalizadas de vários sujeitos com quem me relacionei em campo sobre a escola ter sido, no passado, muito "perigosa", "violenta" ou sinônimo de "bagunça", em contraposição às representações do CPMG como instituição que "resgatou a disciplina", me levaram a compreender as representações e os efeitos de poder da disciplina ao considerá-la também um valor moral. Não apenas dentro de contextos escolares e militares, mas para as comunidades e famílias e suas expectativas sobre a escola. A defesa da disciplina como valor relevante na formação de "bons cidadãos" não é apenas presente em contextos militares, mas em diversos segmentos da população. No entanto, a disciplina pela ótica militar é um princípio necessariamente atrelado à hierarquia, importante na medida em que sustenta o modelo disciplinar a que se propõe a Polícia Militar.

Quando o governo local impõe um modelo de disciplina militar, está também reforçando padrões de hierarquia que resultam na

7 Não é inovadora no sentido de que as escolas militares no Brasil existem desde o século XIX, e mesmo sua disseminação através do modelo policial militar está presente na educação brasileira já há muitas décadas. Entretanto, a expansão desse modelo institucional a fim de atingir cada vez mais estudantes é fenômeno recente no campo da educação básica.

reconfiguração das relações e tensões sociais dentro do ambiente escolar, visto que esse é um princípio determinante para compreender as próprias relações entre militares e civis, como aponta Piero Leirner (1997) em sua pesquisa com oficiais do Exército, que ressalta e a importância da hierarquia na constituição das relações e da visão de mundo dos militares sobre as fronteiras entre o mundo civil e o mundo militar.

O militar como modelo de cidadão

As percepções sobre cidadania propostas pelo trabalho policial, sobretudo a partir de suas matérias da grade curricular, foram bastante enriquecedoras para entender o projeto pedagógico do CPMG em Valparaíso de Goiás. Sobre essa dimensão do militarismo na escola, também pude refletir sobre a divisão estrutural entre o "pedagógico" e o "disciplinar" como mito fundador do modelo CPMG, pois a análise dos dados etnográficos permitiu-me compreender que as práticas discursivas da Polícia Militar configuravam um modelo pedagógico, visto que envolve um currículo de ensino, desenvolvimento de habilidades e visões de mundo próprias do universo militar. Dessa maneira, o que parece estar em disputa no CPMG são os significados da cidadania ou, ainda, o modelo de cidadão em jogo na perspectiva dos gestores desse modelo.

Esses sentidos não eram calcados simplesmente em valores modernos de liberdade e igualdade para e entre os indivíduos, mas adquiriam os valores e percepções militares sobre o que significa ser um "bom cidadão". A observação dos rituais de caráter mais públicos da escola e a realização das entrevistas permitiu perceber que essa cidadania também envolve a valorização dos ritos e símbolos nacionais, não apenas no intuito de que os estudantes os conheçam, mas que tomem o "patriotismo" como um dos valores primordiais para a formação como "cidadão".

Nesse sentido, à educação civil é relegado um sentimento de desconsideração ou indiferença em relação ao que seria o "diferencial" do trabalho da Polícia Militar: uma educação patriota. Se a disciplina não é somente princípio orientador do *ethos* militar, mas também um valor moral, percebida como condição para uma boa formação,

o patriotismo também é percebido dessa maneira. Seria uma espécie de valor que simboliza a importância da totalidade, da identidade coletiva que se sobrepõe a todas as outras.

Dessa maneira, o que parecia estar em disputa no CPMG eram os significados da "cidadania" e da "educação", de modo que o militarismo traria sentidos diferenciados em relação a esses conceitos através de suas práticas discursivas. Dessa forma, o *ethos* militar se torna uma das maiores referências de aprendizagem dentro dos CPMG, como se a ideologia e as condutas da/do policial militar formassem uma espécie de modelo de cidadão, contrapondo-se aos arquétipos de cidadão que as polícias sempre perseguiram no Brasil. Quando se trata, além disso, de um colégio implantado na periferia (entorno) do Distrito Federal, cabe uma reflexão sobre os contornos próprios que essa situação oferece:

> Lá foi uma unidade onde nós tivemos uma transformação... Foi um bom laboratório. Nós tivemos uma transformação não apenas no perímetro interno da escola, mas no perímetro externo da escola também. Na comunidade, houve uma transformação, inclusive comportamental, de alguns pais que não acompanhavam, não iam à escola. E houve um chamamento, uma espécie de estímulo para os pais estarem vindo, se apossarem da escola, acompanharem seus filhos... E isso deu um resultado muito bom naquela região, tanto interna como externamente. [...]
>
> Para além da oferta do ensino para aquela comunidade, você agrega algumas coisas, como a disciplina, a agregação da família, você trata com esses jovens, você está trabalhando a prevenção, inserindo naqueles jovens ali valores. Nós temos uma pesquisa que, durante dois anos, foi quase zero o índice de alunos egressos do colégio militar que se envolveram em ocorrências e foram clientes da Polícia Militar lá na frente.

A fala em destaque é a resposta do coronel e comandante do CEPM à questão de o que pensava da experiência com o CPMG Fernando Pessoa. É nítida, na percepção do oficial, uma espécie de missão de reeducação cumprida através do trabalho da Polícia Militar, mesmo que não ocorra como descrito pelo coronel em outras unidades. A

presença em uma comunidade de periferia, pela descrição do oficial, parece ganhar um caráter civilizatório quase espontâneo. O intuito e a consequência do trabalho seriam a diminuição da probabilidade de estudantes se envolverem em situações de crime, causando, a princípio, uma redução nos índices de violência do município.

Em relação à mudança de administração ocorrida no final de 2013, que transformou o Fernando Pessoa em CPMG, os dados etnográficos não levam a crer que as consequências da implantação do modelo tenham sido inesperadas ou uma simples surpresa positiva, visto que o colégio era conhecido no município por ter sido palco de um homicídio e convivido com tráfico de drogas. Ressalta-se ainda que, segundo o coronel, a própria Secretaria de Educação realizava um trabalho de levantamento e análise sobre as escolas do município a fim de indicar possibilidades de implantação do modelo à Polícia Militar. Os órgãos avaliavam a situação das escolas goianas nos municípios em que haveria o repasse da gestão escolar antes de definir quais seriam os colégios escolhidos.

CPMG como processo de militarização

Os dados de campo foram de grande valor para a reflexão sobre o uso do termo "militarização", no intuito de pensar a maneira como a Polícia Militar compreendia o que estava sendo realizado com a implantação dos CPMG no estado de Goiás. A partir das entrevistas que realizei com oficiais da Direção e do Comando de Ensino, percebi que o processo de "militarização" das escolas, do qual tanto se falava nos meios de comunicação e que era usado como categoria de acusação pelos críticos do modelo, não existia na percepção da Polícia Militar.

Essas situações representaram um momento da pesquisa em que tive que parar e repensar um termo que eu já tinha naturalizado como "normal", uma noção que eu mesmo utilizava para interpretar aquela realidade, mas cujas possibilidades semânticas e políticas de utilização passei boa parte do tempo da pesquisa sem me propor a refletir. A existência da "militarização" não se estabeleceu como um consenso entre mim e os sujeitos do campo que eram os responsáveis mais diretos sobre a gestão militar nas escolas.

Como categoria de análise, a militarização é um termo pertinente para problematizar como um conjunto de práticas de cunho militar se faz presente em contextos e situações que não tinham no militarismo uma referência prévia ou fundamental, sobretudo quando essas ações são reproduzidas como práticas de governo. De modo geral, percebem-se entre autoras e autores que discutem a temática da segurança pública, como Miranda (2014) e Nóbrega Jr. (2010), análises que evidenciam incongruências entre a lógica e as táticas da militarização e as demandas sociais de caráter democrático que envolvem os direitos civis e os direitos humanos.

Ações como essa, no campo da segurança pública, reforçam o paradoxo explicado por Kant de Lima (1995) e presente no sistema de justiça criminal brasileiro. Os órgãos de justiça operam a partir da dissonância entre um modelo legal igualitário e uma ordem social hierarquizada, onde a cidadania existe em diferentes graus para diferentes tipos de pessoa (DAMATTA, 1990) e é considerada de maneira seletiva no contexto da administração de conflitos. Nesse sentido, Miranda (2014) observa que:

> Há nos discursos públicos uma dicotomia entre políticas públicas de segurança "repressivas" ou "preventivas", sendo que a última, quando associada às políticas orientadas pelos direitos humanos, provoca reações sociais de rejeição, o que explicaria para alguns teóricos a dificuldade de criação de uma "cultura de direitos humanos" no Brasil. Esta tentativa revela a articulação de dilemas cruciais na institucionalização das liberdades civis. O processo de "individualização" da sociedade brasileira se deu sem a ampliação efetiva da cidadania, que prevê direitos em múltiplas esferas. Por outro lado, as políticas de segurança têm sido tradicionalmente aplicadas visando à domesticação/pacificação de conflitos (Kant de Lima et al., 2010), o que pressupõe a supressão do conflito pela interferência autoritária do Estado. Isso provavelmente porque a segurança pública foi tratada durante o regime militar (1964-1985) como uma das prioridades nacionais, nunca voltada para a proteção do cidadão, mas sim para o desenvolvimento de um modelo institucional autoritário, dirigido para o total controle das informações e para a segurança nacional, numa luta contra o "ini-

migo interno" – as organizações políticas de esquerda (MIRANDA, 2014, p. 3).

A utilização desse conceito analítico reforça o peso dos valores e normas do militarismo na constituição das relações sociais dentro dessas escolas e na produção dos efeitos de disciplinamento e, portanto, de novas subjetividades, mais alinhadas às expectativas militares. Nesse sentido, a cultura militar, bastante presente no trabalho da polícia no CPMG Fernando Pessoa, traz consigo uma reconfiguração institucional da escola. No que se refere às formas de administração de conflitos e relação da polícia com a população, são significativos os procedimentos presentes nesse modelo de educação que evidenciam a tensão entre lógicas distintas, ora remetendo a um igualitarismo e à garantia de liberdades, ora reforçando desigualdades e um marco ideológico não moderno baseado na honra e no respeito a uma totalidade hierarquizada.

A "comunidade escolar" dos colégios administrados pela Polícia Militar passa a estar sujeita a um modelo de hierarquia sem correspondência nos marcos legais da educação enquanto esfera de política de Estado, o que pode ser observado em ações cotidianas, como os gestos de respeito que são exigidos aos militares, a adoção de um currículo excepcional em escolas públicas e a subordinação profissional de atores da Secretaria da Educação a uma instituição militar. Não se trata somente de uma lógica militar para lidar com cidadãos não militares, mas de uma demanda impositiva que incorpora os sujeitos civis (CASTRO, 1990) ao mundo da caserna (SILVA, 2011).

Os valores militares têm, de maneira marcante, uma carga simbólica e valorativa não moderna, em que o indivíduo não pode ser concebido fora da sua relação com o todo do qual faz parte. Dessa maneira, entendo que os colégios da Polícia Militar realizam essa operação de englobamento do contrário justamente porque, diferente do que sugere o discurso oficial, não existe uma conciliação simétrica entre "pedagógico" (profissionais da Secretaria de Educação) e "disciplinar" (policiais), mas uma sobreposição do trabalho destes em relação aos primeiros. Esse movimento é fundamental para a existência dos CPMG como são, visto que a lógica militar não permite a desconstrução e relativização da hierarquia como princí-

pio fundamental. O sistema de valores que se sobrepõe na instituição tem um caráter totalizante, expresso na relação da Polícia Militar tanto com professores quanto com estudantes.

Como podemos interpretar, portanto, a rejeição de gestores dessas escolas à ideia de que os CPMG representam uma "militarização" da educação? Concluo que, da mesma forma que os policiais militares podem se perceber e serem percebidos a partir de um *continuum* identitário que os localiza entre o "ser policial" e o "ser militar", como trata Silva (2011), e, assim, nunca são completamente um ou outro, existe uma percepção de que a população civil que não passou pelo treinamento militar da caserna sempre estará distante do que seria "verdadeiramente" a vida militar. Quando comparados com os policiais militares, por mais que os civis recebam uma formação de cunho militar, jamais deixarão de ser civis, pois não vivem integralmente como militares, no sentido do que explica Celso Castro (1990).

Quando colocamos em destaque as diferenças entre a (não) categoria nativa e o conceito analítico, não se trata de avaliar se a militarização "existe ou não", mas de compreender o que pode ser depreendido a partir de seu potencial analítico e o que pode ser compreendido a partir dos sentidos que ganha no discurso nativo. Dessa forma, não há incompatibilidade entre os usos do termo, mas lógicas distintas para se pensar o fenômeno da influência e do domínio militar em tudo aquilo que não versa meramente sobre contextos de guerra.

O militarismo, com seus rituais de culto à hierarquia e à disciplina, trata, portanto, de um modelo de gestão disciplinador (que individualiza, mas uniformiza) e biopolítico (que normaliza no nível da gestão de populações), visto que age também como uma política de segurança pública, com efeitos sobre as subjetividades dos estudantes, pretendendo construir um tipo de cidadão próximo aos referenciais e valores militares.

Entretanto, como percebido nos conflitos advindos da administração compartilhada que separava estruturalmente o "disciplinar" e o "pedagógico", explicitados no ritual do conselho de classe, o militarismo produz efeitos inesperados pela hierarquização que estabelece entre lógicas distintas de administração do espaço esco-

lar, implicando resistências de professores e de alunos ao modelo de administração do espaço escolar presente nos CPMG.

Por fim, mas ainda sobre esta última observação, quando refletimos sobre a implantação dos novos CPMG desde 2013, sobretudo aqueles que se localizam na região do entorno do Distrito Federal, há de se pensar nas particularidades que esse processo assume em regiões de periferia e bairros de classes populares. A discussão trazida por Caruso (2010) para pensar a rua como esse espaço de negociação na construção de ordem social e simbólica entre policiais e cidadãos me levou a refletir sobre até que ponto as escolas públicas que passaram para administração da Polícia Militar não seriam, de alguma forma, o lugar da desordem: espaços percebidos pelo poder público como fontes de conflitos que devem ser suprimidos em nome de uma harmonia que desiguala.

As oito escolas que passaram para o modelo CPMG em 2015, por exemplo, foram objeto de discussão na mídia por terem sido criadas de maneira apressada, com acusações de alunos, familiares e professores que diziam não terem sido ouvidos antes do processo ter sua conclusão. A imposição do modelo nesses colégios não podem também ser encarada como um choque de ordem, no sentido de que são expurgados uma série de conflitos e de sujeitos percebidos como indesejáveis?

Entendo que a medida de criação dos CPMG em escolas já existentes, com história e memória próprias, é radical no sentido de estabelecer um choque de ordem em um espaço público onde restarão apenas estudantes cujas famílias desejam seus filhos nessas escolas. A implantação desses colégios parece acontecer sob uma lógica de que a escola pública é sujeita a um exercício autoritário de construção de uma ordem em que há pouco espaço para negociação entre polícia e cidadãos. Não apenas no momento de sua implantação, mas em toda a constituição do modelo CPMG e da aplicação de seus procedimentos.

Considerações finais

A produção deste trabalho me levou a problematizar os sentidos nativos de "pedagógico" e "disciplinar" como um binômio que

representa o mito fundador da expansão do modelo CPMG no estado de Goiás. Na prática, pude perceber que essas dimensões se entrecruzam no cotidiano da instituição, visto que nenhuma das dimensões pode ser percebida como propriedade exclusiva da Secretaria de Educação ou da Polícia Militar. De certa forma, essa impressão também se apresenta nos entendimentos dos sujeitos que dão concretude ao modelo. Não apenas a polícia realiza um trabalho de cunho pedagógico a partir de uma educação de valores militares, como seu militarismo tem uma disciplina também pedagógica, pois ensina, conforma e produz sujeitos.

Há ainda questões que a pesquisa permite desenvolver e aprofundar, tanto pelas discussões que os dados apresentados ainda podem suscitar quanto por dimensões da vida escolar no CPMG que não foram exploradas. Não pretendi, de forma alguma, esgotar ou encerrar as análises realizadas a partir de minha pesquisa. Explorar mais questões acerca da presença de uma cultura militar em instituições escolares se mostra uma tarefa importante, visto que o militarismo vem se mostrando uma tecnologia de governo que ganha força enquanto resposta aos dilemas e problemas da educação escolar no Brasil, seja como política de educação, seja como política de segurança pública.

Referências bibliográficas

CARUSO, Haydée Glória Cruz. 2010. "Choque de ordem na Lapa – uma análise sobre práticas de policiamento no centro cultural do Rio de Janeiro". In: KANT DE LIMA, R.; EILBAUM, L.; PIRES, L. (Orgs.). *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. v. 1. Rio de Janeiro: Garamond.

CASTRO, Celso. 1990. *O espírito militar*: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Zahar.

DAMATTA, Roberto. 1990. Carnavais, Malandros e Heróis. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar.

DUMONT, Louis. 2008. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. 2. ed. São Paulo: EdUSP.

FOUCAULT, Michel. 2007. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes.

GOFFMAN, E. 1987. Manicômios, prisões e conventos. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

KANT DE LIMA, R. 1995. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.

LEIRNER, Piero. 2003. *Hierarquia e individualismo em Louis Dumont*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1997. *Meia volta volver*: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV.

MIRANDA, A. 2014. "Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/ Brasil". *Fórum Sociológico*, n. 25, p. 11–22.

NÓBREGA JÚNIOR. 2010. José Maria. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. Revista Sociologia Política. Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119–130.

SILVA, Robson Rodrigues da. 2011. Entre a caserna e a rua: o dilema do "Pato". Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói: Eduff.

"Paternidade responsável começa pelo registro": a discussão da promoção da filiação e paternidade em Maceió, Alagoas

Ranna Mirthes Sousa Correa

O presente texto é resultado do esforço de discutir questões referentes à filiação e paternidade e os dados aqui analisados são fruto da pesquisa realizada[1] entre os meses de agosto e outubro de 2015 no Núcleo de Promoção da Filiação e Paternidade (NPF), localizado na sede do Tribunal de Justiça de Alagoas. O NPF é um órgão centralizador das averiguações de paternidade encaminhadas pelos cartórios de registro civil em Maceió, capital do estado de Alagoas. A discussão da ideia da promoção do direito à filiação, o estabelecimento de nome e sobrenome como instrumento para a constituição da cidadania e as transposições de valores internacionais mobilizados em contextos regionais no que concerne ao direito das crianças compõem um conjunto de elementos que norteia a discussão aqui apresentada e que perpassa minha pesquisa de mestrado.

A análise de conteúdo e as interpretações das noções das minhas interlocutoras (as mães e a equipe de profissionais) são baseadas numa abordagem etnográfica ligada a temas como o papel do registro, as noções de direito da criança e a ideia de paternidade. Tais questões se apresentam intercaladas com discursos e noções observadas nos atendimentos, nas audiências, entrevistas e conversas informais. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é explorar, a partir da experiência no NPF, as representações tanto da equipe profissional quanto das mães sobre os sentidos e a importância do registro civil, bem como as visões relacionadas às noções de paternidade.

1 A pesquisa citada resultou na dissertação de mestrado intitulada "Procuram-se pais: um estudo etnográfico sobre investigações de paternidade para o registro civil" que foi defendida em maio de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB) e está disponível pelo link http://repositorio.unb.br/handle/10482/20968.

Em busca de um pai: o Núcleo de Promoção da Filiação e Paternidade

> Não ter o nome do pai na certidão de nascimento pode provocar vários problemas à vida de uma criança. Além de a filiação paterna ser imprescindível para garantir direitos constitucionais que incluem as responsabilidades jurídicas de pais e mães, a pensão alimentícia e a participação na herança, o reconhecimento e a presença do pai é fundamental para o desenvolvimento pessoal social dos filhos por meio do convívio familiar.

O trecho acima compõe os primeiros parágrafos da cartilha intitulada *Três estados pela paternidade responsável*, produzida por uma parceria estabelecida entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Poder Judiciário de Alagoas, o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Ministério Público da Paraíba. O ponto em comum nos três estados é o apoio direto do Unicef para o Núcleo de Promoção da Filiação e Paternidade (AL), o projeto Nome Legal (PB) e a iniciativa Seja o Herói do seu Filho (PE). A ideia em comum que perpassa essas três iniciativas, como aponta o trecho da cartilha, gira em torno de buscar "sensibilizar os pais e filhos e a sociedade para garantir a conquista do direito ao registro civil completo".

Ao considerar esse contexto, apresento o Núcleo de Promoção da Filiação e Paternidade (NPF), localizado na sede do Tribunal de Justiça de Alagoas, como uma peça importante para se pensar como uma ação global que tem como foco o bem-estar e o bom desenvolvimento das crianças pode ser pensada em contextos locais específicos dentro do contexto nacional brasileiro.

Na cartilha desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, intitulada *Paternidade responsável começa pelo registro: desburocratizando o acesso ao direito da filiação*, o NPF descreve sua rotina de trabalho e apresenta seu trabalho à população com o intuito de estimular a averiguação da paternidade de crianças que têm em seu registro civil apenas nome e sobrenome da mãe. A cartilha, em sua apresentação, esclarece que o TJ-AL, em parceria com o Unicef, tem como um de seus compromissos prioritários "apoiar as iniciativas que garantem o direito da filiação para todas as crianças". Nesse sen-

tido, a garantia dos direitos de filiação das crianças é apresentada de forma recorrente como mola propulsora do desenvolvimento do projeto. No entanto, antes de seguir, é válido conhecer a iniciativa um pouco mais de perto.

O NPF

O Núcleo de Promoção da Filiação e Paternidade foi criado a partir dos resultados obtidos em uma pesquisa acadêmica do Centro Universitário Cesmac, localizado em Maceió. A pesquisa revelava que 20% das crianças registradas em Maceió não tinham nome e sobrenome paterno em seus registros de nascimento. Diante desse índice, e movidos pelo interesse de cumprir o estabelecido pela Lei 8.560/1992[2], bem como de agilizar os processos de investigação de paternidade em andamento nas varas de família, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) previu a criação do NPF por meio da Resolução nº 36/2008. Essa resolução instituiu o programa Registro Integral e o Núcleo de Promoção da Filiação, responsáveis por adotar mecanismos que visavam diminuir a realização de registros de nascimento sem o nome do genitor da criança.

O NPF foi criado com o objetivo de ser um órgão centralizador das averiguações de paternidade encaminhadas pelos oficiais de registro civil a fim de promover o efetivo cumprimento do princípio da prioridade absoluta,[3] contemplado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2012a) e, em especial, o disposto em Brasil, 1992 e 2012b. O NPF funciona tanto na esfera do Poder Judiciário, no TJ-AL, conhecido como fórum da capital,

2 A Lei 8.560, de 29 de dezembro de 1992, traz, de forma geral, algumas regulamentações específicas sobre os casos de reconhecimento de paternidade, assim como regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

3 O princípio da prioridade absoluta dos direitos das crianças e dos adolescentes, contemplado em Brasil (2012a) pela Constituição Federativa do Brasil de 1988, é previsto pelo artigo 227, que dispõe ser "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

quanto na faculdade do curso de Direito do Cesmac, centro universitário particular de Maceió localizado no bairro do Farol. O setor foi criado com o objetivo de desburocratizar o acesso ao direito à filiação e de solucionar os casos de averiguação de paternidade para que não houvesse a necessidade de proposição de uma ação judicial.

Os processos em tramitação no NPF eram administrativos e tinham andamento em etapa extrajudicial (de conciliação). Por essa razão, os atendimentos e audiências de conciliação realizadas eram de responsabilidade de equipe interdisciplinar composta por profissionais das áreas de assistência social e psicologia, em vez de profissionais do direito. O trabalho destes profissionais no NPF consistia em manter o funcionamento do cartório e dar andamento aos procedimentos jurídicos referentes aos processos.

A presença dessas profissionais no espaço jurídico propõe desenvolver um trabalho que visa à "sensibilização para a importância da paternidade". Ressalto que esse procedimento é movido pelo objetivo inicial de encorajar o reconhecimento espontâneo de paternidade, como ressaltado pelas profissionais, a fim de evitar a realização do exame de DNA como única alternativa de reconhecimento, procedimento padrão para todos os processos de averiguação de paternidade.

Para a realização dos exames de DNA,[4] foi instituída uma parceria entre o Tribunal de Justiça e o laboratório de genética forense da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) para a criação de um *kit* prático alternativo de coleta de material genético a partir de células epiteliais da bochecha. Esse exame era considerado alternativo por ser realizado pelas próprias funcionárias do NPF no momento da conciliação nas salas de audiência. Para tanto, o laboratório for-

4 A respeito da proliferação dos testes de DNA mundo afora, Ong e Collier (2005) apresentam a discussão de como vários localismos e regionalismos, junto com padrões transnacionais, têm sido tema de interesse nos últimos anos. No que se refere à proposta do NPF aqui apresentada, é interessante pensar que fenômenos globais não são desassociados de problemas sociais e culturais de contextos locais específicos, apesar de tais fenômenos terem uma distinta capacidade para descontextualização e recontextualização através de situações sociais e culturais em esferas de vida (ONG e COLLIER, 2005). Uma das funções do chamado estudo de *assemblages* citado por Ong e Collier consiste em conseguir uma visão interna crítica e analítica das formas globais pelo exame de como os atores refletem sobre eles ou consideram relevantes essas questões.

neceu treinamento para a equipe técnica a fim de que não houvesse a necessidade da realização do exame de sangue no laboratório. A coleta era realizada através de *swabs* (hastes longas com um pouco de algodão na ponta). Para ser bem-sucedido, o exame, indolor, devia ocorrer por meio de movimentos repetitivos, de cima para baixo, na bochecha, com duração de 30 segundos em cada lado. A partir de um convênio estabelecido entre o Tribunal e o laboratório junto ao Programa de Identificação Humana e Diagnóstico Molecular, os exames eram gratuitos para as partes e os resultados eram encaminhados para o Núcleo em um prazo de até 90 dias.

Há três possíveis portas de entrada para o NPF: a indicação dos cartórios, as ações desenvolvidas pelo próprio Núcleo (como os mutirões em escolas e presídios) e a procura espontânea de mães ou adultos que almejassem o reconhecimento de paternidade. Os casos eram inicialmente identificados pelos cartórios de registro civil, que, ao realizarem o registro de nascimento sem o nome do pai, preenchiam o termo de alegação de paternidade e encaminhavam, em prazo de até 48 horas, para o Núcleo iniciar a averiguação. Uma vez que os dados dos cartórios eram enviados ao NPF e eram conhecidas as informações da criança, o NPF abria processo administrativo e situava a criança como requerente do processo. A partir desse momento, a mãe, como responsável da criança, era intimada a comparecer ao NPF (no fórum da capital ou no centro universitário) a fim de tratar de assuntos de interesses da/do filha/o.

Outra forma de acesso ao NPF eram as ações realizadas junto a diversas instituições. Essas ações consistiam em pequenas palestras realizadas pelos membros da equipe em escolas, maternidades, presídios e centros de ressocialização nas quais algumas das profissionais da equipe explicavam o trabalho desenvolvido pelo NPF, dando destaque à importância do registro e da paternidade na vida das crianças e dos adultos. As escolas são, desse modo, centrais para reunir numa lista os dados dos responsáveis e das crianças que foram registradas antes da criação do Núcleo em 2009.[5]

---

5 Faço essa avaliação uma vez que todos aqueles nascidos após a criação do NPF sem filiação paterna no registro tinham os seus dados automaticamente encaminhados ao Núcleo, que dava início ao processo de averiguação de paternidade. Essa força-tarefa das escolas focalizava o caso das crianças mais velhas e dos adolescen-

O NPF trabalha com a ideia de promover o direito à filiação (inclusão do nome do pai no registro e sobrenome paterno ao nome da criança) e demais direitos decorrentes, como pensão alimentícia, guarda[6] e herança. Nos casos de reconhecimento espontâneo, no qual o genitor indicado pela mãe reconhece imediatamente a criança sem a necessidade da realização de exame de DNA, é realizado o acordo entre as partes quanto ao sobrenome da criança, à guarda, aos alimentos e ao direito de convivência. Tal acordo fica estabelecido no "termo de audiência", como é chamado, e certifica todas as decisões encaminhadas pela equipe a respeito do processo.[7] Nos casos em que é necessária a realização do exame de DNA, o material é coletado durante a primeira audiência e a validação do acordo fica condicionada ao resultado positivo do exame. Caso o exame seja negativo, o processo é imediatamente arquivado e a mãe é novamente intimada para a abertura de um novo processo, no qual deve indicar um novo nome de um provável pai, até que a regularização do registro da criança aconteça.

A equipe interdisciplinar do NPF utiliza o termo "acolhimento" como uma importante categoria para a abordagem, a partir de uma lógica chamada de "sensibilização", principalmente com as mães sobre a importância da paternidade. Na primeira audiência de conciliação com os pais, como chamada pelas profissionais, é realizado o acordo entre as partes quanto ao novo nome da criança (com o novo

---

tes, em que somente a atuação do NPF não era capaz de mapear os casos de registro incompleto, o que justificava o interesse na realização dessas ações externas.

6 O estabelecimento da guarda compartilhada é tido como prioridade no trabalho desenvolvido pelo NPF, tendo em vista as modificações no novo Código Civil na Lei . 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que altera os artigos 1.583,1.584 e 1.634 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. A partir desta data, a prática do NPF, no que se refere ao estabelecimento do direito de convivência, também estabelece que, após a regularização do registro, a guarda dos pais já sera definida como comportilhada, mesmo que os pais da criança já não vivam mais juntos.

7 A atribuição de sentido ao ato de "dar o nome" à criança é percebido por autoras como Machado e colaboradoras como um aspecto central na negociação do papel do pai biológico. Atribuir um nome seria algo que identifica e classifica, mas que também "atesta poder a quem é reconhecida a capacidade para atribuir um nome". O ato de dar o nome seria essencial para negociar os papéis e responsabilidades de pais e mães, sendo que essa negociação está menos dependente da divisão tradicional de papéis de gênero e ancorada, sobretudo, nas expectativas dos atores sociais, judiciais e leigos (MACHADO et al., 2011, p. 835).

sobrenome paterno), à guarda, aos alimentos e ao direito de convivência. Esses acordos compõem um documento chamado "termo de audiência", que será posteriormente assinado pela juíza e pelo Ministério Público. Vale ressaltar que o trabalho de sensibilização desenvolvido no NPF visa ao reconhecimento espontâneo da paternidade para evitar o uso do DNA como regra em todos os processos, sendo que esse recurso só é utilizado quando há dúvida da mãe ou do provável pai ou em casos de pais falecidos, em que o reconhecimento depende da realização de exame com familiares próximos.

É importante destacar que, em 2010, foi firmado um convênio de cooperação técnica com o Unicef para capacitação da equipe, apoio ao planejamento e monitoramento das ações.[8] Tal parceria foi fundamental para promover a integração do TJ-AL e do Fundo Estadual de Registro Civil (Ferc) ao Comitê Estadual de Erradicação do Sub-registro de Nascimentos e ao Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido. O exemplo do NPF no estado de Alagoas compõe um grupo de programas regionais desenvolvido para a promoção da filiação paterna.[9] Impulsionado pelos resultados

8 Schuch (2005) percebe crianças e adolescentes usuários de programas de proteção especial como vistos e considerados como "sujeitos de direito". Dessa maneira, a autora nos propõe que o grande desafio das políticas contemporâneas de atenção à infância e juventude é levar em conta não apenas as realidades nacionais, mas também as proposições das declarações e tratados internacionais (SCHUCH, 2005, p. 28). Trago o exemplo da etnografia da autora para pensar essas diversas experiências de promoção do direito das crianças à filiação e ao conhecimento de suas origens como exemplos frutíferos que, aliados com a parceria e o apoio de instituições como o Unicef, vêm transpondo para realidades locais regionais proposições e declarações internacionais sobre os direitos da criança. Isso pode ser percebido a partir do convênio de cooperação técnica com o Unicef. "Assim, os cursos de formação profissional explicitavam que as recentes transformações, no campo dos direitos da infância e juventude no Brasil, eram indissociáveis do novo contexto político democrático, mas também eram fruto de um processo mundial de expansão de legislações de proteção dos direitos" (SCHUCH, 2005, p. 28).

9 No caso do projeto de Alagoas, a intimação da mulher e o fato de "ser sensibilizada" sobre a importância da paternidade reflete o que Fonseca (2014) discute ao dizer que a alta porcentagem de famílias chefiadas por mulheres como justificativa para a necessidade de testes de paternidade é acionada por legisladores. Esse quadro geral nos impulsiona a pensar não somente nas expectativas depositadas em torno dos exames de DNA, mas principalmente na possibilidade de se pensar alguns estudos no Brasil sobre a eficácia da investigação judicial da paternidade como um importante instrumento no combate à pobreza.

desses programas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou, em 2010, o programa de reconhecimento de paternidade chamado Pai Presente. Tal iniciativa reforçou a importância de ações já desenvolvidas em estados pioneiros como Alagoas, Paraíba e Pernambuco.

Ao considerar o universo empírico descrito até o momento, é válido destacar a recorrência com que documentos de divulgação produzidos pelo NPF destacam a existência de uma articulação institucional bem desenvolvida, não só com instituições locais, como a Prefeitura, escolas e outros serviços, mas com instituições como o Unicef. Tendo como base esse breve relato das atividades desenvolvidas pelo Núcleo, bem como da articulação institucional, é possível pensar nos discursos nos quais se ampara a proposta, que compartilha, em alguma medida, uma ampla geopolítica de produção e circulação de valores em torno da defesa do direito e do bem-estar da criança.

A prática do NPF: pensando a filiação

A sala 10 era onde o NPF estava localizado dentro do Tribunal. Uma pequena placa cinza no canto esquerdo alto da porta indicava o local, que, com suas portas de vidro, permitia ver, mesmo do lado de fora, o que se passava lá dentro. A entrada era pequena, e da porta até um balcão de recepção eram apenas alguns passos. Mais duas portas, sempre fechadas, compunham a primeira imagem do NPF. Ao passar pela porta, dei de cara com outro ambiente também muito pequeno; do lado esquerdo, duas mesas compridas com alguns computadores eram separadas por divisórias transparentes; do lado direito, uma mesa solitária, com duas cadeiras à frente. Junto à grande parede no fundo da sala ficava uma grande estante com várias divisórias cheias de processos.[10]

Logo atrás dessa estante, um curto corredor nos levava até uma pequena sala à esquerda e a uma copa improvisada à direita. A sala não era muito diferente do cenário, ainda pequena, com uma mesa

10 Destaco que, no período em que a pesquisa foi realizada, todos os processos em tramitação e também os arquivados recentemente ficavam no escaninho do próprio cartório na sede do NPF no TJ-AL. Os arquivos não eram digitalizados como os outros processos novos instaurados no Tribunal e, por isso, ocupavam várias prateleiras do espaço do cartório do NPF.

redonda e escaninhos com o nome de cada uma das profissionais[11] contendo ainda mais processos. Apesar de pequena, essa sala tinha diversos usos: realização de atendimentos pela equipe, a guarda de pertences pessoais das funcionárias, espaço de socialização e interação dos funcionários.

Esses ambientes de cartório, de balcão de atendimento, de sala de "audiências" ou "atendimento" e mesmo a copa improvisada foram os espaços institucionais nos quais foi possível conviver com as profissionais no cotidiano diário de trabalho do NPF. Tendo em vista esse contexto, recupero a seguir o depoimento de Luana, atuante no trabalho de cartório do Núcleo, para adentrar nas práticas do NPF e discutir as noções relativas à filiação.

> O novo registro é o vazio que se completa para evitar constrangimentos sociais e piadas sobre o fato daquela criança não ter o nome do pai. A importância dos documentos gira em torno do reconhecimento de direitos civis no que se refere à pensão, herança e até mesmo visita ao pai no presídio, sendo que, se isso não estiver resolvido, o filho não pode realizar visitas ao pai que estiver preso. Já imaginou você não ter o direito de resolver as coisas para enterrar o seu próprio pai? O registro muda tudo, na verdade. O nome da família é importante, dá à criança a sensação de pertencimento a uma família. Existem pesquisas que comprovam que crianças sem o nome do pai têm mais envolvimento com drogas, violência de diversos tipos, representam altos índices de evasão escolar, engravidam precocemente. E coisas desse tipo. O registro paterno muda tudo. Preenche o vazio em todos os sentidos. Essa criança passa a ter acesso a direitos. O registro é o primeiro ato de amor para com o seu filho e o documento é o comprovante jurídico do vínculo (Luana).

O trecho representa um pedaço da fala de uma das entrevistadas da equipe, Luana.[12] Nesse momento, acredito que uma breve apre-

11 Refiro-me às profissionais no feminino pelo fato de toda a equipe do NPF ser composta por mulheres.

12 Luana optou por não gravar entrevista; o trecho destacado é proveniente de registro em meu caderno de campo. A entrevista foi realizada no dia 19 de agosto de 2015.

sentação da equipe do NPF se faz necessária. A equipe interdisciplinar do NPF era formada pela juíza de direito, responsável pela coordenação geral do Núcleo, o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública, os analistas judiciários, as assistentes sociais e as psicólogas. Na rotina diária de trabalho, os responsáveis tanto pelo atendimento quanto pelo funcionamento do cartório totalizavam 22 pessoas: três psicólogas, quatro assistentes sociais, quatro analistas judiciárias, bacharéis em Direito, e 11 estagiários das três grandes áreas em questão, que trabalhavam em dias e horários alternados por escalas. Apesar de comporem a equipe do NPF, a juíza, o MP e a Defensoria não estavam presentes na rotina diária de trabalho do Núcleo.

Essas profissionais denominavam a equipe de interdisciplinar e não multiprofissional, por terem avaliado que o trabalho em equipe caracterizava o diferencial do trabalho ali realizado, imprescindível no alcance dos resultados. Sob a perspectiva de agregar diferentes conhecimentos de diferentes áreas, elas alertavam que o usuário era o maior beneficiário do trabalho. Os analistas judiciários, por exemplo, as auxiliavam quanto aos procedimentos jurídicos mais específicos, visto serem responsáveis pelo trabalho de cartório e pelo manuseio dos processos. Ou seja, mesmo sem participarem diretamente dos atendimentos, esses analistas se mostravam preocupados em ajudar as funcionárias no que se referia a eventuais dúvidas que surgissem sobre assuntos jurídicos.

A regularização do registro civil, percebida por elas como o preenchimento do documento com as duas filiações, materna e paterna, está ligada à comprovação legal de que existe um vínculo entre pai e filho. De acordo com Luana, a partir da regularização do documento, a/o criança/adolescente/adulto teria como reivindicar uma série de direitos garantidos por lei. Para trabalhar com a questão referente à importância do registro, as profissionais apontam que a postura de sensibilização gira em torno de ressaltar para a mãe os efeitos que a ausência de um pai pode causar na vida de uma criança. Dessa forma, a sensibilização da mãe acontece para que ela entenda que a necessidade da criança, bem como o estabelecimento de seus direitos, se sobrepõe à sua intimidade enquanto mulher e ao direito de omitir informações sobre aquele pai. Com o pensamento de que "não é um direito dela, tem a ver com a identidade

da criança", a prática da equipe apresenta uma ênfase na defesa do direito da criança de conhecer e conviver com o pai e que a mãe pode estar privando o filho de estabelecer tal relação e, por isso, precisa ser "sensibilizada". No entanto, apesar de tais afirmações aparecerem recorrentemente na fala e atuação da equipe, algumas profissionais reconhecem as limitações do seu trabalho no momento da sensibilização ao entenderem que também não podem obrigar as mães a estabelecerem essas novas relações entre pai e filhos após o registro.

Em uma das audiências observadas, Beatriz, a assistente social, ressalta que, mesmo por conta das mágoas e ressentimentos, a criança não deve aparecer em meio a tudo isso e explica que foi ela, enquanto mãe, quem fez a escolha do pai antes de engravidar, e que não deveria privar a filha do direito de conhecer e ter contato com o pai. Também reforça para a mãe que a prioridade ali é a defesa do direito da criança, e que o nome é importante do ponto de vista social, mas não somente, representando o primeiro passo para dar início ao processo de reconhecimento. A noção de paternidade não se esgota apenas na regularização do registro civil, mas, a partir daí, representa o primeiro passo para que se que estabeleça uma série de direitos da criança, além de incentivar a criação de uma relação afetiva.

Mônica, uma das assistentes sociais, aponta que o registro, além do cumprimento da lei, configura a garantia de que aquela criança existe, e esclarece que, para a visão da equipe, o registro funciona como a personificação do direito, do primeiro direito da criança, referente não apenas a questões materiais, como pensão e herança, mas também ao conhecimento de suas referências sociais e familiares. A regularização do registro civil impõe certa responsabilidade ao pai em relação aos seus filhos, mas também impõe uma série de direitos e deveres dos filhos em relação aos pais.

Para Bárbara, psicóloga da equipe, a regulamentação do registro também referenciam questões como identidade e constituição da cidadania. A postura da profissional reflete a crença de que, com o novo documento, abre-se a possibilidade da inserção daquela criança ou adolescente em um contexto social, extinguindo qualquer tipo de diferenciação que possa vir a existir por conta da ausência do nome paterno. A conexão entre as noções de identidade e de

pertencimento a um determinado contexto familiar existe, movida pela ideia de que a inserção daquela criança nesse novo espaço familiar gera uma nova identificação familiar, situando-a em um histórico de vida, família e memória. Nesse sentido, a noção de direito de conhecimento das origens também é compartilhada com as outras psicólogas, permitindo que, mesmo sem nenhum contato com os pais, através do nome, a criança tenha condições de acessar a história de vida e de passado da família paterna.

Apesar de esse ser um elemento consoante entre a equipe de profissionais, vale ressaltar que as profissionais também reconhecem as limitações acerca do futuro relacionamento entre pai e filho após a inclusão do nome no registro, ao entender que as reais mudanças no convívio familiar pós-registro extrapolam o "alcance do trabalho do núcleo". Parte das profissionais reconhece a limitação do trabalho de sensibilização no sentido de que não é possível obrigar as mães a concordarem com o futuro relacionamento entre pai e filho, principalmente pelo fato de, em alguns casos, as relações entre os pais envolverem situações complexas de violência, ameaça de morte, abandono, problemas e pressões entre as famílias e incentivo ao aborto.

A defesa do direito ao conhecimento diz respeito não somente ao histórico familiar, mas também está relacionada ao conhecimento em relação à origem genética e biológica. Esse argumento é utilizado na sensibilização das mães durante as audiências, junto com exemplos de doenças cujo êxito do tratamento depende da compatibilidade genética. Bárbara frequentemente recupera o exemplo de uma mãe que procurou o NPF para averiguação de paternidade de sua filha diagnosticada com leucemia na esperança de que o pai pudesse ser um doador compatível e contribuísse para o seu tratamento e recuperação.

Evitar casamentos entre irmãos consanguíneos também é acionado pelas psicólogas como justificativa para a importância do conhecimento de origem e filiação genética. Nesse sentido, o constrangimento aparece como um importante elemento para a defesa do registro, pois as profissionais Bárbara e Cris, em diversas situações, descrevem que crianças que não têm o nome do pai se sentem constrangidas diante de outras crianças na escola e sofrem *bullying* dos

colegas pelo mesmo motivo. É válido destacar que as profissionais compreendem que o objetivo principal do trabalho desenvolvido no Núcleo é o registro completo dos dois genitores, tanto o pai quanto a mãe, para a garantia de todos os direitos da criança. Elas entendem que existe uma limitação de atuação e em saber se tais direitos estabelecidos com a determinação do documento são de fato respeitados ou se "ficam apenas no papel". A lógica de defesa do direito da criança está presente no trabalho do NPF e aparece como prioridade de atuação.

A discussão em torno da defesa do direito da criança não aparece associada ao direito de a mãe prestar ou não esclarecimentos sobre a ausência do nome do pai no registro ou regularizar posteriormente essa situação. A equipe considera a controvérsia e entende que existe uma discussão marcante sobre a obrigação, imposta pela Justiça, de a mãe dar mais informações sobre o pai do seu filho. A imagem que a equipe constrói em relação à sua atuação é de representante da criança, marcando a posição de que o direito da criança se sobrepõe ao da mulher. Baseado na visão de que deve prevalecer a defesa do melhor interesse da criança, tal argumento aparece como um elemento relevante para combater visões críticas e contrárias ao trabalho constante de ir atrás dessas mulheres para que se faça cumprir a lei.

É nesse contexto de direito da criança *versus* direito da mulher, em que a equipe aponta que há uma sobreposição do primeiro em relação ao segundo, que se destaca a importância da sensibilização sobre o valor da paternidade. A "sensibilização", como colocado pela equipe, é geralmente necessária porque as mães, na verdade, omitem a paternidade de seus filhos ou porque "não sabem" ou "não têm consciência" sobre a importância da paternidade na vida daquelas crianças; também por essa razão, tendem a acreditar que o Judiciário está "se metendo nas suas vidas".

Em relação à noção de paternidade, as assistentes sociais destacam a ideia de que uma paternidade responsável é aquela que vai além do registro e da regularização do documento, envolvendo a questão do afeto e da convivência do pai com a criança. Uma delas chega a comentar que, para o NPF, a ideia de um pai gira em torno de um pai presente na vida da criança. Nas audiências tanto com as

mães quanto com os pais, a ideia de paternidade responsável é trabalhada para convencê-los da importância da presença paterna na vida e no desenvolvimento daquela criança após a regularização do registro. Para isso, é enfatizada a participação efetiva daquele novo pai no contexto diário, familiar e escolar de seu filho.

A presença de profissionais de áreas como psicologia e assistência social nesse momento aparece como um forte elemento capaz de orientar aqueles pais de que a regularização do registro inicia uma nova fase da vida das crianças na qual diversos direitos passam a estar garantidos. Mas não somente isso, também define os novos deveres daqueles pais, que precisam garantir o bem-estar da criança, participando de forma ativa e presente do cotidiano do filho. Junto com esses deveres que os pais agora passam a assumir com aquela criança, as noções de responsabilidade e cuidado também são acionadas pelas psicólogas como elementos da "técnica de sensibilização" para estimular a convivência e o amparo que devem existir daquele momento em diante.

A noção de divisão de cuidados e responsabilidades entre pai e mãe na criação dos filhos e o estabelecimento da guarda compartilhada são tidos como prioridades no trabalho de conciliação realizado pelo NPF a partir das modificações no Código Civil referentes às decisões no direito de família. O posicionamento da equipe em relação à guarda é baseado na ideia de divisão de responsabilidades sobre o cuidado em todas as questões que englobam o desenvolvimento e bem-estar da criança. Com base na visão das psicólogas e assistentes sociais e do acompanhamento de algumas mães durante os atendimentos do NPF, nem sempre essas representações são compartilhadas pelas mães, mulheres que também eram o público-alvo do projeto. Por isso, considero importante conhecer suas histórias e pensamentos acerca das questões até aqui abordadas para que seja possível delinear os possíveis desdobramentos dessas representações em suas vidas.

"Tanto faz como tanto fez": as mães e o registro

Entre o balcão de atendimento e a porta de entrada que dá acesso à sala 10 do Tribunal de Justiça, onde funciona o Núcleo de Promoção

da Filiação e Paternidade, existe um espaço conhecido pelas funcionárias e pelos usuários como sala de espera. Mesmo não correspondendo ao imaginário do que seria uma sala, aquele local com apenas três cadeiras e uma caixa de brinquedos para as crianças é um espaço onde não só as mães, mas todas as pessoas que estão de alguma forma envolvidas nos processos interagem e conversam sobre seus casos e histórias de vida. Como os atendimentos são feitos por ordem de chegada, o tempo de espera entre um atendimento e outro pode variar bastante e, para muitos, a tarde inteira será em companhia daquelas pessoas que também estão aguardando serem chamadas. Foi nesse ambiente de espera e de compartilhamento de experiências que tive contato com as mães e pude conhecer suas opiniões sobre questões diversas apresentadas no presente texto como a regularização do registro, o papel do documento e do pai na família. Além de inevitavelmente acabar, também, conhecendo a história de vida de muitas delas, bem como o histórico do seu relacionamento com aquele pai. Através de conversas informais, a sala de espera se mostrou um ambiente de cumplicidade e de compartilhamento de histórias e experiências de vida.

Naquele espaço, as mulheres dividiam opiniões a respeito da importância do nome e sobrenome do pai no registro, e respostas como "tanto faz como tanto fez" foram recorrentes durante o período de pesquisa. As mulheres intimadas comentam que não tiveram opção, mas que, como hoje em dia elas eram obrigadas a prestar esclarecimentos sobre o pai, não havia nada que pudessem fazer a não ser aceitar a mudança do registro. Poliana, de 26 anos, casada novamente, explica que, apesar de ter registrado seu filho sem o nome do pai, é uma vergonha para uma mãe ter que lidar com um pai que não quer reconhecer o próprio filho. E diz que, na verdade, o nome dele no registro do filho seria um caso de "tanto faz como tanto fez" e não mudaria muita coisa. 'Eu ainda estou viva e mãe eu sei que ele ainda tem', ela falou. Maria Aparecida, quando perguntada se achava importante o sobrenome do pai no registro do seu filho, revelou: "Importante não é não, mas o que mais me pega é o desaforo, sabe? Você sabe que ele tem pai. Você não tem como nem levar o menino no médico para uma consulta, matricular no colégio porque pra tudo hoje em dia você precisa do nome do pai".

Em várias ocasiões, as mães não consideravam relevante o sobrenome do pai no registro porque temiam que a relação entre pai e filha/o ficasse somente no nível do documento, não havendo nenhum vínculo entre o pai e a criança. Neste momento, apresento Camila, uma jovem que conheci na tarde em que aguardava o resultado do exame de DNA. Ela relata que já estava ali pela segunda vez aguardando o resultado e que, na primeira vez, o exame tinha sido negativo. Ainda bastante agitada com a situação e nervosa com a possibilidade do resultado, começamos a conversar:

> Isso não vai dar em nada. Eu só estou aqui porque fui obrigada, porque se dependesse de mim, essa situação iria ficar do mesmo jeito que está. Por mim ficaria apenas o meu nome de solteira no registro de minha filha. Do que adianta ter o nome como enfeite no documento se não tem amor dele com a filha? Eu sou muito mais mãe pra ela do que ele pode ser um pai. Sempre me esforcei muito para trabalhar e sustentar a menina e meus outros dois filhos. Só eu sei o quanto estou me matando para dar a eles tudo que precisam, para quando eles crescerem só quererem saber de procurar o pai. Isso é um absurdo (Camila, em relato de campo registrado no dia 13 de outubro de 2015).

Ao relatar que o pai não tinha interesse em manter contato com a filha, Camila se negou a aceitar a convivência dos dois após o registro e, para tanto, utilizava a falta de sentimento como argumento para a sua decisão. O estabelecimento do novo registro da criança com a finalidade de propiciar novas configurações de relações entre pais e filhas/os nutridas pelo sentimento de amor não refletia minimamente a experiência de Camila. A postura dessa mãe se baseava, sobretudo, no fato de seus dois outros filhos terem sido registrados pelo pai, mas não receberem atenção, sendo que ela continuava sendo a única responsável por eles até hoje. Ao dizer frases como "isso não vai dar em nada" ou "sou muito mais mãe para ela do que ele poderia ser um pai", revelava sua descrença de que o estabelecimento de um novo documento fosse capaz de estabelecer um vínculo mais intenso do pai na família.

Mesmo contrariadas e conscientes de que essa relação entre pai e filha/o poderá não ser estabelecida com a regularização do registro, muitas mães reconheciam que o sobrenome do pai, bem como o reconhecimento da filiação por meio do registro, era importante, ao menos para que a criança soubesse quem era o pai. Nesse sentido, o nome do pai no registro funcionava para preencher a ausência no documento, mesmo que a ausência paterna cotidiana ainda persistisse. Era perceptível que, em muitos casos analisados, o problema gerado pela ausência do nome do pai no registro das/os filhas/os se reconfigurava e passava a ser marcado pela ausência da figura paterna na vida das/os filhas/os, mesmo constando a filiação completa no documento da criança.

A ênfase na regularização do registro através da inclusão do nome do pai também reconfigura a persistência da ausência paterna na vida das crianças. Tais casos contribuíram para que essas mães percebessem que, não obstante o nome do pai no documento, a ausência persistiria. Eu ouvia constantemente associações entre a inclusão do nome do pai no documento e o questionamento das condições da mãe em prover e criar a/o própria/o filha/o. Se, mesmo após o registro completo, essas mães continuavam sendo integralmente responsáveis pelas/os filhas/os, a alteração do documento, para elas, perdia o sentido. Sendo a criação de responsabilidade majoritária das mães e também de outras mulheres próximas, como avós, tias e madrinhas.

A análise empreendida até o momento permitiu pensar que o documento pode oportunizar a cobrança de maior responsabilidade da parte dos pais e contribuir para rever a imagem e a honra dessas mulheres junto à comunidade e à família paterna. Por entender a relevância em considerar esses contextos sobre as possíveis consequências nas relações entre as famílias pós-regularização de registro, considero pertinente considerar as possíveis tensões e desdobramentos desses processos na vida dessas mulheres.

As motivações pelas quais as mães vão ao NPF costumam ser as mais diversas. Os casos mais recorrentes são referentes às cartas de intimação e o encaminhamento feito pelas escolas em casos de crianças mais velhas que foram registradas antes de 2009, ano em que o NPF foi criado, em que não é possível uma intimação pelo

núcleo. Nos casos em que as próprias mães procuram o NPF espontaneamente para iniciar o processo de averiguação de paternidade, as motivações mais comuns são a busca pela pensão alimentícia e a autorização para que os filhos possam entrar nos presídios para visitar os pais que estão presos. Mas isso não significa que casos motivados pela busca de herança, pela vontade de comprovar para a família a paternidade e pela vontade de que o pai conviva e acompanhe o crescimento da criança também não aparecessem.

A visita nos presídios só é autorizada mediante a comprovação de filiação e, em muitos casos, quando a criança nasceu, os pais já estavam detidos, e por essa razão não foi possível efetuar o registro. Assim que as mães registram as crianças apenas com o seu nome, já é possível comparecer ao NPF para solicitar a regularização do documento, sendo que o processo só pode ser aberto no NPF com a realização do registro, mesmo sem o nome e sobrenome do pai. Nesse caso, o próprio NPF solicita ao presídio que leve o pai detido ao Tribunal para que ele possa assinar os documentos referentes ao novo registro do filho através do reconhecimento de paternidade, seja de forma espontânea ou através do teste de DNA.

As mães entrevistadas deixam claro que, diversas vezes, não registraram seus filhos com o nome do pai porque este não demonstra muito interesse e sempre alimenta uma promessa sobre o registro que nunca cumpre. E, por receio de que algo aconteça com a criança e ela eventualmente precise ser atendida por um médico, por exemplo, elas acabam registrando seus filhos apenas com o seu nome, uma vez que esse atendimento não será possível caso a criança não tenha um documento de identificação, como o registro.

Várias vezes, as mães não consideram importante o sobrenome do pai no registro porque temem que a relação entre pai e filho fique somente no nível do documento e que esse pai não queira, ou simplesmente não mais estabeleça nenhum contato com a criança. Jaqueline, uma das mães entrevistadas, pergunta o que adiantava ter o nome no registro como enfeite se ele não tinha nenhum amor pelos filhos. Vanessa, uma jovem de 17 anos, também comenta que achava que o que realmente importava era o pai presente na vida das crianças e questionava de que adiantava ter o nome do pai no registro se os homens hoje em dia não queriam mais saber dos seus próprios filhos.

A insegurança em saber se os pais, a partir daquele momento, estariam mais presentes na vida dos filhos ou se cumpririam os acordos firmados contribuía para a construção de uma noção de que o registro não era tão importante e que não mudaria muita coisa na vida da criança ou que simplesmente não faria tanta falta assim. Gabriela, de 19 anos, me conta que a filha pode até não conhecer e ter contato com o pai, mas ela tem que saber ao menos que ela tem um pai. Nesse sentido, o nome do pai no registro funciona para preencher a ausência de filiação paterna no documento, mesmo que, no cotidiano daquela criança, a ausência persista.

Luciana, mãe de cinco filhos, está ali para resolver a situação da mais velha, que está com 14 anos e, apesar de esclarecer que, por ela, o registro já estaria completo há muitos anos, acredita que uma consequência relevante sobre a regularização do registro seria a imposição de responsabilidade do pai para com a criança e também uma divisão dos cuidados com a filha, afinal de contas, ela ressalta que ele é pai e, como ainda está vivo, deve ajudá-la a cuidar da filha, assim como ajudar financeiramente com o que a filha precisar. Outro caso que me chamou atenção foi o de Amanda, que estava ali em busca do registro completo para o seu filho, uma vez que o seu companheiro era falecido e a regularização do registro seria uma importante homenagem e funcionaria como uma lembrança do pai que não estava mais ali de corpo presente.

Assim como relatado anteriormente quanto à percepção dos profissionais sobre a importância do registro, as mães relatam o constrangimento causado aos seus filhos como um importante elemento motivador para a regularização do registro. Com receio de as outras crianças ficarem "mangando" dos filhos por conta da ausência do nome do pai, a escola aparece nas falas das mães como mais um dos lugares em que são cobradas a terem o documento completo. Isso tanto para se referirem à relação dos filhos com os demais colegas quanto para a efetivação da matrícula e a atualização dos dados cadastrais. "Por mim eu deixaria como está" frequentemente aparece nas falas das mães na sala de espera, mas a preocupação com o futuro e com o que a criança possa vir a passar por conta dessa omissão de informações sobre o pai é o que comumente motiva algumas mães a seguirem em frente com o processo, mesmo quando o seu

prosseguimento já não está única e exclusivamente em suas mãos. Jessica, uma jovem de 24 anos, muito comunicativa, me revela:

> Quando ele crescer e perguntar sobre o pai, eu vou dizer que ele não tem pai, tendo um? Eu não posso dizer isso a ele. Eu vou dizer o quê? Que o pai dele não quis ele e não quis registrar? Olha? Como é que ele vai se sentir sabendo que o pai não quis saber dele? Pelo menos, ele tendo o nome do pai, vai saber que tem um. E ainda tem a escola, que, mais cedo ou mais tarde, vai exigir, não é mesmo? Ele não é filho de chocadeira. Ele vai ter tudo do bom e do melhor, inclusive o estudo, e como é que eu vou fazer sem o nome do pai? A Justiça vai ter que arrumar um jeito de ajeitar essa situação. Porque ele está desobedecendo uma ordem da Justiça. E é certo ele fazer isso? Isso não está certo. Do mesmo jeito que não está certo eu vir aqui todas as vezes e ele nunca comparecer. Eu tô cansada disso. Quando eu entrar, eu vou falar tudo pro juiz ou para a juíza, que eu tô cansada de sempre vir e nunca resolver nada. Se eu não vier, eles não vão atrás de mim? Por que não fazem a mesma coisa com ele? Alguém tem que fazer a mesma coisa. E ele ainda está me ameaçando, dizendo que o que eu estou fazendo é caso de polícia, de ficar ligando pra ele dizendo que ele tem que vir para cá. E eu que preciso de polícia? A Justiça tem que fazer alguma coisa. Eu não quero nada dele, não quero dinheiro, não preciso dele pra nada. Não falta nada a ele. Eu só quero o nome dele no registro do meu filho por conta dessas coisas que eu te falei. Mas o Matheus tem tudo do bom e do melhor. O Mucilon é o melhor, a roupa, o estudo. Graças a Deus não falta nada, nem vai faltar. Eu só quero ver como vai ficar isso.

Independentemente do registro, algumas mães consideravam que a paternidade responsável, como detalhada e pregada pelo NPF, pouco acontecia no cotidiano dessas crianças, sendo que os contextos das relações familiares mais próximas eram marcados predominantemente por mulheres. Sobre a constituição familiar, os laços biológicos não eram determinantes para o estabelecimento das relações mais próximas, pois, muitas vezes, o vínculo transcendia a consanguinidade.

Tal frustração, decorrente do caráter desses laços biológicos, pode ser observada no sentido de que, apesar do estabelecimento do novo registro e da inclusão do nome e do sobrenome paterno no documento da criança, em muitos casos, as relações familiares não alcançavam as expectativas criadas em torno do documento. A interpretação das mães girava em torno de pensar que, apesar do reconhecimento da paternidade ser estabelecido legalmente através do registro, essa oficialização não implicava necessariamente o reconhecimento moral das/dos filhas/os pelos pais.

Considerações finais

Pensar nas redes que compõem o Núcleo pode ser interessante para refletir não somente a respeito das relações institucionais que podem ser então estabelecidas, mas também para rever os jogos de poder e de verdade que estão presentes na análise aqui empreendida. A reconfiguração de formação da criança enquanto sujeito de direito e a ênfase no direito de conhecimento às origens mobilizada por discursos globais nos permitem analisar o exemplo de Alagoas como um reflexo de fortes investimentos em políticas sociais que apostam no fortalecimento familiar como principal mecanismo de cura para problemas sociais e econômicos.[13]

Claudia Fonseca (2014), ao escrever sobre suas observações etnográficas nos espaços institucionais do Judiciário, se propõe a entender como determinadas situações produzem sentimentos associados à família, bem como mostrar que o sistema legal faz mais do que solucionar conflitos, mas também cria tensões, redefine relações e molda novas subjetividades. Tais apontamentos me impulsionam a pensar se o trabalho de sensibilização da paternidade não poderia

13 Fonseca (2010, p. 137), em um artigo que discute família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea, contribui para a discussão ao apontar: "Ao mesmo tempo que a família é convocada como aliado na solução de uma série de problemas sociais, a 'a era dos direitos' traz um viés individualista que situa a família como pano de fundo ao bem-estar das diferentes categorias que a compõem (mulheres, crianças e idosos) [...]. A partir dos anos 1990, não é mais a 'família' propriamente dita que mobiliza as paixões dos militantes, organizações não governamentais e outros interventores e, sim, diferentes temas que fazem a ponte para os variados 'sujeitos de direitos' dentro da família, eleitos conforme critérios de gênero, geração e sexualidade".

ser um exemplo de redefinições de relações e configuração de novas moralidades, não somente no que se refere à família, mas também no que se refere à paternidade e aos comportamentos esperados do que seria definido como um pai.

A regularização e o estabelecimento do novo registro e o ato de dar o seu sobrenome ao filho, assim como preencher um espaço referente à filiação paterna no documento, é associado pelo projeto como um dos primeiros passos para o estabelecimento da relação de paternidade entre pai e filho, mas é principalmente o comprovante legal do vínculo capaz de garantir direitos à criança. Dessa maneira, a defesa e garantia de "direitos" aparece como justificativa na ênfase em torno da regulamentação dos documentos, mesmo que algumas mães tendam a comentar que, em alguns casos, a ausência continua mesmo após a regularização do registro civil.

Maria Gabriela Lugones (2009) ressalta, em sua tese, uma questão a partir da qual podemos estabelecer um paralelo com a preocupação do Núcleo de Promoção da Filiação de inclusão de um nome paterno na certidão de nascimento das crianças. A autora destaca que essa preocupação estatal nos dirige para o que poderia ser chamado de "microfísica" da administração da Justiça, ou seja, os procedimentos rotineiros do aparato legal do Estado moderno que visam contar, classificar e localizar, em um lugar fixo, os elementos da população. Nesse sentido, podemos analisar de que maneira a relevância do nome é acionada pelos funcionários do Núcleo e em que medida podemos contrastar a defesa da importância do sobrenome entre eles e as partes usuárias do sistema.

O diálogo com as interlocutoras que compõem a equipe de trabalho interdisciplinar do NPF nos leva a crer que a importância do registro é acionada como um passo inicial para a efetivação do primeiro direito da criança a fim de que, em seguida, todos os outros possam vir a ser cumpridos. Daí a defesa da noção de paternidade analisada, de que um pai na vida de uma criança extrapolaria a relação estabelecida pelo documento, aberto ao desenvolvimento de futuras boas relações entre pai e filho. Relações pautadas pelo amor e carinho e não apenas obrigação judicial.

A apresentação da visão das profissionais do Núcleo a respeito da discussão sobre filiação e paternidade ao longo do texto pode ser

vista em conformidade com uma visão única e institucional do NPF em torno da prevalência do direito da criança ao registro completo. Em alguns momentos, apontei o reconhecimento das limitações de atuação do NPF presente na fala de algumas profissionais, o que pode indicar nuances entre a visão pessoal e a visão institucional sobre o trabalho feito pelo Núcleo. O que importa situar sobre esse aspecto é que muito da visão das profissionais do Núcleo dialoga ora com as preocupações das mães sobre o estabelecimento do registro, ora com a descrição dos objetivos a serem alcançados com a prática do NPF e as fontes de financiamento, ora com a preocupação de legitimar a prática entre os pares do mundo jurídico. Ou seja, para que os procedimentos não desobedecessem às normas jurídicas ou infringissem a lei (para evitar situações de ilegalidade) e contribuíssem para que advogados, juízes e promotores reconhecessem a importância do trabalho desenvolvido por psicólogas e assistentes sociais no mundo jurídico.

A questão que pretendo salientar se refere ao fato de se tratar de diálogos que se interpõem pelo objetivo de convencimento do outro em situações institucionais que não necessariamente representam convicções profundas daqueles que os escrevem e defendem. Nesse sentido, são narrativas que têm uso e são acionadas em diferentes momentos e contextos.

Acredito que tal aspecto seja significativo para pensar sobre o fazer etnográfico dentro de um órgão do Judiciário, mas que tinha uma forma particular de atuação. Fazer pesquisa no NPF foi possível também, em grande medida, pela constante negociação sobre os interesses institucionais e acadêmicos de seus idealizadores e seus possíveis efeitos. Na visão dos idealizadores do NPF, a abertura para o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento além do mundo jurídico negociava o lugar da psicologia e da assistência social e – por que não? – da antropologia para aprimorar suas práticas. Creio que a entrada e todo o espaço dado em campo pelos meus interlocutores tinha a ver com a divulgação do trabalho e seus possíveis alcances, para propor um diálogo com outras áreas de conhecimento. O que coloca em discussão os diversos usos e negociações possíveis sobre a presença do antropólogo no fazer etnográfico dessas instituições.

Apesar de nem o presente texto, nem o trabalho analisado do NPF estabelecer como objetivo perceber se essas relações de presença e redesenho dos laços entre pais e filhos firmados pela adição do sobrenome no documento de fato acontecem pós-registro, tal aspecto é uma significativa possibilidade de refletir sobre os diálogos entre tal prática de intervenção e a realidade pós-processual dessas novas configurações familiares. As opiniões das mães em relação às questões aqui abordadas apresentam a dúbia visão de que, apesar do estabelecimento do novo nome do registro de nascimento ser importante para que seus filhos tenham ao menos o conhecimento do pai através do nome, fica a dúvida sobre em que medida esse genitor cumprirá e assumirá as novas responsabilidades impostas pela comprovação do vínculo. Porque, para muitas delas, as configurações familiares já são organizadas de diversas outras maneiras e com outros parentes, sem necessariamente haver a dependência da presença e do apoio de uma figura paterna para a criação desses filhos.

Das hipóteses aqui levantadas e movidas pelo questionamento de compreender sob qual agenda tais instituições atuam nas diferentes formas de intervenção nas famílias, questionei (e ainda questiono) quais seriam as lógicas subjacentes presentes nessas ações estatais sobre casos de paternidade sem que eles tenham sido provocados pelos usuários do sistema. Destaca-se mais uma vez que este texto não tem a intenção de estabelecer considerações finais sobre ampla temática e sobre a discussão, mas de propor questões a serem enfrentadas, talvez em pesquisas futuras. Deixo a pergunta em aberto para reflexionarmos sobre efeitos futuros de tais ações para a realidade de pai, mãe e crianças pós-registro.

Diante da apresentação do universo de pesquisa e da ciência sobre as possibilidades de desdobramento do tema de uma forma geral, reconheço que está em jogo uma realidade multifacetada que envolve outras possíveis formas de interpretação. Espero por fim ter contribuído minimamente para o debate concernente a questões ligadas à investigação de paternidade e às interfaces do mundo jurídico com suas diferentes subjetividades.

Referências

ALAGOAS (estado). TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Resolução n. 36/2008*. Institui o programa Registro Integral, cria os projetos denominados: Centrais de Registro de Nascimento e Núcleo de Promoção da Filiação e adota outras providências. Maceió, 2008. Disponível em: http://www.tjal.jus.br/resolucoes/Resolu%E7%E3o%20n%BA%2036-2008.pdf. Acesso em: 8 maio 2015.

BRASIL. *Lei n. 8.560*, de 29 de dezembro de 1992. Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Brasília, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8560.htm. Acesso em: 8 maio 2015.

_____. Resolução. 36, de 28 de outubro de 2008. Dispõe sobre a instituição do Programa Registro Integral, cria centrais de nascimento o Núcleo de Promoção da Filiação e outras providências. 2008. Disponível em: http://www.tjal.jus.br/resolucoes/Resolu%E7%E3o%20n%BA%2036-2008.pdf . Acesso em 8 de maio de 2015.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 35. ed. Brasília: Edições Câmara,2012a. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf? sequence =9. Acesso em 5 de janeiro de 2016.

_____. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9.ed. Brasília: Edições Câmara,2012b. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

FONSECA, Claudia. Família e parentesco na antropologia contemporânea. In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Coords.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*: antropologia. São Paulo: Barcarolla: Anpocs, 2010. p. 123-154.

_____. *Parentesco, tecnologia e lei na era do DNA*. Rio de Janeiro: Uerj, 2014.

LUGONES, Maria Gabriela. *Obrando em autos, obrando em vidas*: formas e fórmulas de "proteção judicial" dos tribunais prevencionais de menores de Córdoba, Argentina, nos começos do século XXI. Tese (doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2009.

MACHADO, H., S.; COSTA, S.; MIRANDA, D.; MIRANDA, E. D. Biogenética e gênero na construção da intencionalidade da paternidade: o teste de DNA nas investigações judiciais da paternidade: o teste de DNA nas investigações judiciais de paternidade. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 3, p. 823-848, 2011.

ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (Eds.). *Global assemblages*. Technology, politics and ethics as anthropological problems. Londres: Blackwell Publishing, 2005.

SCHUCH, Patrice. *Práticas de Justiça*: uma etnografia do campo de atenção ao adolescente infrator no Rio Grande do Sul depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tese (doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

"A Igreja acordou, a Igreja foi pra rua": representação, manifestação e o fazer dos "evangélicos" nas Marchas para Jesus

Raquel Sant'Ana

"Porque onde estiverem dois ou três reunidos
em meu nome, aí estou no meio deles."
Mateus 18:20

Nas últimas décadas, ganhou força a ideia de que há uma coletividade que pode ser identificada como "evangélicos". Embora essa categoria já existisse entre outras ("crentes", "protestantes", "bíblias" etc.), ela se tornou central na qualificação de uma série de fenômenos que marcaram não apenas o crescimento numérico dos "evangélicos", mas também inflexões na postura que passaram a assumir em relação ao que a literatura sobre o tema qualificou como espaço público (BIRMAN, 2003; MAFRA, 2001; FERNANDES et al., 1998). O "voto evangélico", o "mercado evangélico" e a "bancada evangélica" são algumas das aplicações mais notórias.

Os estudos antropológicos sobre o tema têm demonstrado largamente a heterogeneidade e os conflitos que se encontram sob o manto comum da categoria "evangélicos". Diferentes histórias denominacionais,[1] liturgias e teologias foram alvo de estudos aprofundados numa área que, junto com os números relativos a esse setor, cresceu a olhos vistos nas três últimas décadas.

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de evangélicos no Brasil passou de 9% da população em 1991 para 22,2% em 2010, sendo esse crescimento constatado especialmente entre as classes de menor renda e a partir das igrejas pentecostais. Houve, assim, uma mudança no perfil dos evangélicos brasileiros, que, durante boa parte do século XX, foram identifica-

1 As diferentes tradições teológicas, litúrgicas e organizativas que se desdobraram desde a Reforma Protestante e foram capazes de se organizar institucionalmente são chamadas de "denominações".

dos com os chamados "evangélicos de missão"[2] e tiveram na atuação em frentes educacionais sua presença mais marcada no espaço público (MAFRA, 2001).

Além disso, pelo menos desde a redemocratização, houve iniciativas crescentes de atuação em conjunto desse segmento na política parlamentar. A prática de indicação de votos em candidatos apoiados pelas igrejas se expandiu (MACHADO, 2003; ORO, CORTEN e DOZON, 2003) e foi acompanhada da criação de uma frente parlamentar que, embora possua enorme heterogeneidade interna, estabeleceu uma pauta comum de atuação e contribuiu para a vitalidade que a categoria "evangélicos" adquiriu como ferramenta de autoidentificação (DUARTE, 2011; VITAL DA CUNHA e LOPES, 2012). Esse cenário deu visibilidade a um perfil específico de evangélicos na política nacional, ajudando a estabelecer figuras públicas que passaram a representar, para os olhares externos, os "evangélicos" em geral.

Neste artigo, exploro modos de operar e articular redes que são acionados nesse processo de produção de unidade e visibilidade dos "evangélicos". Para isso, analiso o caso da Marcha para Jesus do Rio de Janeiro. Além de ser um evento internacional, realizado em diversas cidades anualmente, no Brasil, a Marcha tem assumido papel importante e se propõe a ser um momento de os "evangélicos" se fazerem ouvir. Embora a dinâmica do evento também seja fundamental na construção dessa coletividade entre a multidão de marchantes, como já analisei em outra oportunidade (SANT'ANA, 2014), tratarei aqui especificamente da dimensão organizativa do evento, procurando entender quem são os atores envolvidos, como forjam

2 "Evangélicos de missão" é a categoria que enquadra as Igrejas estabelecidas no Brasil a partir das missões estrangeiras de Igrejas oriundas da Reforma Protestante no final do século XIX, como batistas, presbiterianos, metodistas, entre outros. No início do século XX, outra categoria de Igrejas se desenvolve no Brasil a partir da fundação da Assembleia de Deus, que marca o início do pentecostalismo brasileiro. A principal diferença teológica entre as Igrejas pentecostais e as evangélicas de missão, entre outras, é a noção de que a passagem bíblica de Atos 3, em que se narra uma série de manifestações do Espírito Santo (como "falar na língua dos anjos", curas e profecias) nos apóstolos logo após a morte de Jesus, não trataria de fenômenos historicamente circunscritos, como interpretam os evangélicos de missão, mas manifestações que deveriam ser parte da vida cotidiana do cristão em sua experiência com Deus.

alianças e algumas das maneiras como mobilizam ideias de Estado, laicidade e representação.

Apesar das especificidades nas dinâmicas regionais, o caso do Rio de Janeiro é fértil para pensar os desdobramentos nacionais desse processo não apenas como pista para um modelo, mas também pelo fato de que os atores que se organizam em torno da Marcha do Rio de Janeiro têm sido protagonistas nas articulações nacionais em torno dos "evangélicos", seja na política parlamentar, seja na indústria cultural *gospel*.

Concentro a análise nas edições de 2012 e 2013, momento em que a Marcha foi incluída nas controvérsias acerca da atuação dos evangélicos no espaço público, especialmente em relação à política eleitoral e à utilização de recursos públicos. Ali, desafiados por uma concepção específica de Estado (que preconiza a religião como assunto privado), esses atores apresentaram suas próprias formulações acerca da legitimidade de sua presença no espaço público, delimitando aspectos importantes dessa coletividade. Utilizo tanto o material obtido em observação participante e entrevistas quanto os registros produzidos na atuação pública desses atores na vida parlamentar e em suas ações midiáticas. Antes de tudo, porém, é preciso entender as concepções que orientam a Marcha e a constituem como um evento que não opera segundo uma cisão imaginada entre política e religião.

A Marcha para Jesus

Desde sua primeira edição brasileira, em 1993, quando contou com a liderança da Igreja Apostólica Renascer em Cristo, a Marcha tem sido um dos eventos mais emblemáticos do que se apresenta como "ato profético", que configura uma espécie de exorcismo da cidade por meio da oração, da música, da palavra e da presença física, entre outras possibilidades. Das muitas discussões que envolvem essa ideia, interessa aqui entender que ela é parte de uma concepção mais geral que ganhou espaço nas últimas décadas e que combina as chamadas "teologia da batalha espiritual" e "teologia do domínio".

O desenvolvimento intenso dessas linhagens constituiu o que ficou conhecido como neopentecostalismo (MARIANO, 2005), um

desdobramento do movimento pentecostal que ganhou força a partir dos anos 1980 no Brasil. Embora muita ênfase tenha sido colocada na forma como a noção de "prosperidade" é mobilizada por essa vertente, especialmente na imprensa, alguns estudos demonstram que o centro ético das concepções desses grupos está na ideia de "batalha espiritual" (MARIZ, 1997, 1999; BIRMAN, 2012; MACHADO, 2015).

Segundo essa ideia, haveria uma guerra espiritual em curso entre Deus e o demônio cujas implicações não se restringiriam ao mundo espiritual, mas deixariam suas marcas em todos os âmbitos da vida. Problemas de saúde, financeiros e de relacionamentos – e até as mazelas sociais e políticas, como a criminalidade, a miséria, a corrupção ou mesmo a crise econômica – seriam fruto de ações do diabo para dominar a humanidade e o mundo. Para resolvê-los, portanto, seria necessário se engajar nessa guerra e reconquistar para Deus os espaços tomados pelo inimigo, sejam eles os corpos a serem exorcizados, a cidade ou a política.

A noção de domínio é derivada desse ponto. Uma vez que o demônio teria se estabelecido, essa batalha incluiria o exorcismo desses lugares-chave e a ocupação dos postos de comando em todos os âmbitos sociais. Dessa forma, muitas dessas igrejas estabeleceram como seu objetivo a conquista de cargos estratégicos na política, no mercado e na mídia, entendendo esse processo como parte da batalha contra o diabo. Esse empreendimento gerou impactos até sobre as denominações que não compartilham dessas concepções teológicas, especialmente a partir da circulação de conteúdos com esse teor por meio de uma indústria cultural *gospel* que ultrapassa as fronteiras das igrejas e se estabelece nas experiências cotidianas (SANT'ANA, 2017). Além disso, o sucesso eleitoral de estratégias de indicação de candidatos próprios, como a da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), passou a servir de exemplo a outras denominações (MACHADO, 2003).

A Marcha para Jesus é parte do processo de ampliação da circulação desse repertório pelas mais diversas denominações, inclusive para além dos que são vinculados a alguma igreja específica. A visibilidade do evento aumentou no final da primeira década dos anos 2000, com as repercussões do crescimento numérico evangélico se

consolidando nos avanços verificados na política parlamentar da frente evangélica e na indústria *gospel*.

Nesse cenário, a Marcha se tornou um espaço de alianças locais entre igrejas, sendo organizada, muitas vezes, por conselhos locais interdenominacionais. As edições do Rio de Janeiro e de São Paulo, em especial, se tornaram eixos poderosos de articulação com a política institucional nacional, de captação de orçamento e repercussão. As edições cariocas de 2012 e 2013, de que trato aqui, contaram com um público de centenas de milhares de pessoas e ocuparam manchetes dos jornais de maior circulação como um evento de "evangélicos". Tendo em vista a heterogeneidade dos "evangélicos", é importante perguntar: quais deles são responsáveis pela Marcha? De que maneira essa parcela constrói tal evento como "evangélico"?

Quem organiza a Marcha?

Quando realizei observação participante nas Marchas para Jesus do Rio de Janeiro, fui acompanhada de interlocutores que tinham diferentes graus de compromisso com o evento. Uma das primeiras perguntas que fiz a cada um deles foi quem eram os organizadores, e verifiquei que havia muitas respostas. Talita, por exemplo, uma amiga que costumava frequentar o evento apenas como público, me respondeu com silêncio, olhos espantados e sorriso sem graça: disse que nunca havia pensado nisso, não fazia ideia. Para Maria, a produtora de uma banda que não conseguiu se apresentar no evento, a óbvia resposta era "a turma do Malafaia". Para Paulo, assessor parlamentar de um deputado que atua diretamente na organização da Marcha, era "o povo de Deus, as Igrejas evangélicas". Já para Lucas, do Movimento por uma Ética Evangélica Brasileira, que critica o evento, "as Marchas para Jesus têm dono, mas não é Jesus, como haveria de se esperar [...]. No Rio de Janeiro, a liderança está nas mãos do pastor Silas Malafaia".[3]

A despeito da pluralidade de respostas que recebi, qualquer um que circule pela Marcha perceberá fortes referências visuais às enti-

3 Os nomes reais dos interlocutores foram trocados por nomes fictícios, exceto nos casos em que trato de dados publicamente acessíveis e situações amplamente conhecidas, na maior parte das vezes relativas a discursos públicos e registros oficiais.

dades responsáveis oficialmente (com isso, pretendo incluir a dimensão jurídica e fiscal) pela organização. Os materiais de divulgação, as blusas do evento, os cartazes nos carros de som e a distribuição de logomarcas no palco principal deixam registrados os organizadores "oficiais". Por que, então, um tema supostamente tão objetivo pode receber interpretações tão amplas, que identificam responsabilidades diferentes daquelas oficialmente estruturadas? O que isso pode revelar sobre a dinâmica pela qual alguns atores se constituem como "os evangélicos" no espaço público?

Cabe aqui destacar o mapeamento oferecido na divulgação oficial. A primeira logomarca exibida é a do "patrocinador", a Prefeitura do Rio de Janeiro. Ao lado, vemos o Conselho dos Ministros do Estado do Rio de Janeiro (Comerj) como "realizador" e, em seguida, os "apoiadores": as Igrejas evangélicas do estado do Rio de Janeiro e a afiliada carioca da Rede Globo.



Figura 1. Disposição das logomarcas no material de divulgação oficial da Marcha para Jesus de 2013.

Partindo desse automapeamento, é possível analisar quem são, como se articulam e, sobretudo, que visibilidades e apagamentos são produzidos nessa organização. Veremos que, sob cada logomarca, reside não um personagem sólido, mas um emaranhado de práticas, relações e processos.

Conselho dos Ministros do Estado do Rio de Janeiro (Comerj)

O Comerj aparece nos cartazes, panfletos, nas entrevistas e no Diário Oficial como o realizador da Marcha para Jesus no Rio de Janeiro. Fundado em 1995, o Comerj surgiu como uma entre muitas outras entidades que organizam evangélicos de diferentes denominações para ações conjuntas no espaço público. Em 2008, a entidade já alegava contar com mais de 1.500 membros. Recentemente, o pastor

Silas Malafaia atualizou esses números, afirmando que o Comerj reúne mais de oito mil membros e mais de 800 denominações.[4]

O Comerj ganhou força com a ascensão de suas lideranças no mapa da política carioca e nacional. Cabe notar também que, desde o início, a proposta da entidade é mais de construção de uma integração entre os ministros do que de constituição de uma instância de representação formal. Não se propunha, portanto, a ser uma associação em moldes corporativos, o que a desobrigou de uma série de implicações jurídicas, articulando alianças mais fluidas e evitando os desgastes de associações deliberativas, já que concentra as tarefas executivas em uma diretoria que, além de seus próprios recursos denominacionais, mobiliza também a influência dos ministros associados. O Comerj se propunha, assim, a funcionar como uma mediação entre lideranças denominacionais no estado do Rio de Janeiro.

Foi apenas no ano de 2004 que o Comerj assumiu a atribuição de organizar a Marcha. Há relatos de Marchas para Jesus anteriores, em geral de bairro, restritas a lideranças locais e de uma ou poucas denominações, como as que teriam sido realizadas no bairro de Rocha Miranda nos primeiros anos da década de 2000. No entanto, o evento só adquiriu as feições que hoje apresenta, especialmente em relação à unidade interdenominacional, quando passou a ser organizado pelo Conselho de Ministros do Estado do Rio de Janeiro – Comerj.[5]

Ilustra isso a ênfase dada à "unidade" e à "comunhão" na divulgação da Marcha para Jesus de 2008, organizada por um Comerj que se encontrava sob a presidência do pastor Marcos Gregório, do Ministério Apascentar de Nova Iguaçu:[6]

---

4 Disponível em: http://cristaoplugado.blogspot.com.br/2011/12/pastor-silas-malafaia-e-eleito-novo.html. Acesso em: 13 ago. 2014.

5 Ronaldo mencionou, em entrevista, marchas que teriam ocorrido em Rocha Miranda, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Sobre as primeiras marchas no Rio de Janeiro, pode ser útil ver também a divulgação do evento de 2008, disponível em: http://www.jornallivre.com.br/28509/marcha-pra-jesus-2008-no-rio-de-janeiro.html. Acesso em: 13 ago. 2014.

6 O Ministério Apascentar de Nova Iguaçu é uma importante força na Baixada Fluminense e tem, além de investimentos bem-sucedidos na música *gospel*, uma gama ampla de projetos sociais, muitos dos quais são parcerias ou contam com financiamento público.

> Pelo quarto ano consecutivo, o Comerj, Conselho de Ministros do Estado do Rio, promove a Marcha pra Jesus 2008, um clamor pela paz, que promete como nos últimos anos, impactar a Cidade do Rio de Janeiro, com muita alegria e muita música evangélica. [...]
>
> A Igreja tem a oportunidade de mostrar que não é restrita aos templos, mas viva e aberta a toda a sociedade, além de unir as Igrejas cristãs em um ato de expressão pública da fé, amor, agradecimento e exaltação ao nome de Jesus Cristo.

Se a Marcha se transformou ao se tornar atribuição do Comerj, este também foi afetado por esse processo, se tornando, cada vez mais, um polo agregador e de inserção na política do estado. Essa mesma articulação que promoveu uma crescente unidade entre diferentes lideranças, porém, afastou críticos da aproximação com a política parlamentar e com o mercado. É o que ouvimos na interpretação de Cristiano, pastor de uma Igreja pentecostal dissidente da Assembleia de Deus na zona Oeste do Rio de Janeiro, que participou dos primeiros anos do Comerj antes de romper com o setor hoje dominante.[7]

> O Comerj começou só como uma reunião de pastores e de convívio e ajuda mútua e cooperação entre igrejas, isso você não precisa nem questionar, [...] até porque, 20 anos atrás, a gente tá falando de 1995, a gente tá falando do Malafaia bigode do Seu Madruga, a gente tá falando do Malafaia que usava o terno dois números acima do próprio, do cara que tinha outro perfil, que condenava a teologia da prosperidade e que era referência, pelo contrário, de um cara, mesmo estilo agressivo e tal, mas totalmente igrejeiro, mas não esse ciborgue dinheirista [sic]. Todos os conselhos têm esse tipo de perfil hoje em dia, essa coisa tá girando em torno da Marcha para Jesus nas cidades.

Essa transformação no perfil das ações de Malafaia é, na verdade, uma transformação nas estratégias de inserção de várias igrejas no

7 Optei por não mencionar o nome da congregação por ser uma Igreja independente, a única de seu nome, o que acarretaria a identificação imediata de meu interlocutor.

espaço público, seja pelo investimento em mídia *gospel*, seja pela inserção na política (MACHADO, 2003; CUNHA, 2007). Se, por um lado, é possível verificar muitos descontentamentos com essa associação entre esferas que, como veremos, costumam ser imaginadas como excludentes nas concepções modernas de Estado (política, religião e mercado), por outro, o processo aproximou outros setores que consolidaram sua liderança no Conselho e aprofundaram sua influência nessas outras "esferas".

A composição da diretoria do Comerj no ano de 2013 é ilustrativa dessa constelação de forças e de seu modo de operar. O Comerj, em si mesmo, não tem estruturas autônomas, mas funciona a partir da estrutura das denominações e das alianças partidárias e econômicas das lideranças que nele se reúnem.

A presidência no ano de 2012, por exemplo, cabia ao pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que construiu reputação como pregador a partir de seu programa televisivo *Vitória em Cristo*, hoje exibido em horários comprados na Rede Bandeirantes depois de ter passado por outras emissoras na condição de programa independente.

No ar há mais de 20 anos, Malafaia se tornou figura importante como pregador e pastor da Assembleia de Deus da Penha. Em 2010, porém, rompeu com a Convenção Geral das Assembleias de Deus e assumiu a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Advec), que se tornou uma denominação importante sob sua liderança. Com Malafaia, a Advec estabeleceu uma grande estrutura de mídia, incluindo a editora Central Gospel e a gravadora e produtora musical de mesmo nome.

Ao responder às críticas que recebeu ao ser elencado como uma das pessoas mais ricas do país pela revista *Forbes*, Malafaia argumentou que o patrimônio pertencia à Igreja e às empresas ligadas a ela, detalhando o rendimento da Central Gospel, que seria na casa dos R$ 43 milhões anuais. O patrimônio da Igreja, incluídos os rendimentos das empresas associadas a ela e à Associação Vitória em Cristo, giraria em torno dos R$ 300 milhões.

Aponto esses dados não para corroborar críticas como as de Cristiano, que condenam a suposta contradição entre uma "opulência" da Igreja e as concepções modernas de religião privada, mas

para que seja compreensível a importância de uma estrutura dessa magnitude na organização de um evento como a Marcha para Jesus e na dinâmica do Comerj.

Mobilizar a estrutura da Advec significa, além dos recursos materiais (gráfica, gravadora, avião próprio etc.), ter disponível um corpo técnico especializado em diversos aspectos da produção do evento, especialistas em internet capazes de construir e alimentar o *site* do Comerj e divulgar o evento nas redes sociais, assessores de imprensa, especialistas de *marketing*, *design* gráfico, produtores de audiovisual, secretários, contadores, além de um setor jurídico capaz de dar suporte ao evento.[8]

Assim, o Conselho opera a partir das estruturas sob comando das lideranças que o compõem. Isso inclui, além dos recursos econômicos e técnicos, um grande contingente de voluntários e de recursos espirituais. Grande parte dos que atuaram no apoio ao evento, fazendo a segurança, montando as estruturas do palco, organizando caravanas e dando suporte de "oração", era voluntária, membros da Advec.

A organização de reuniões de intercessão[9] pelo sucesso do evento cumpre também o papel de organizar esses voluntários em torno de um calendário regressivo e mobiliza experiências já cultivadas pela igreja em seu cotidiano. Isso porque uma característica da Advec, assim como de outras Igrejas evangélicas, é o investimento em projetos que procuram construir pontes com a comunidade. O conhecimento prático adquirido pelos obreiros nessas ações, assim como a capacidade de influenciar não membros, é importante recurso mobilizado pela Advec na Marcha.

Em 2013, por exemplo, como presidente, Silas Malafaia colocou à disposição do evento toda a estrutura da Advec. Os voluntários pertencentes à Advec trabalharam como motoristas para buscar pessoas que deveriam estar no evento, no carregamento e montagem da

8 Outras denominações, como a Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, teriam, segundo a mesma revista, movimentação na casa dos bilhões de reais. Disponível em: http://istoe.com.br/270456_JA+RECEBI+R+2+MILHOES+DE+UM+FIEL+/. Acesso em: 15 ago. 2016.

9 Reuniões sistemáticas de oração pelo evento em que a possível atuação do diabo para atrapalhar as tarefas da organização eram repreendidas segundo a lógica da batalha espiritual.

estrutura, na divulgação do evento, na segurança, na organização da dinâmica dos trios elétricos, na organização do palco principal, na organização de caravanas e num elemento de "logística espiritual" que não é menos importante. Marlon, que às seis horas da manhã do dia do evento aguardava outros voluntários para a organização, contou que:

> A gente cuida de tudo, monta, desmonta, leva pra cá, pra lá. E tem a logística mais importante, que é a oração, joelho no chão e intercessão o tempo todo no espírito pro inimigo não ter vez. Porque a gente sabe, não é esse ferro que segura o palco, não é desse poste que sai a luz pro palco, é só a mão Dele que sustenta, sem isso dá tudo errado, pode pagar a melhor empresa, colocar os maiores que eles vão cair [...].

Por fim, é preciso lembrar que, além disso, a estrutura da Advec inclui apoio parlamentar. Seguindo a tradição bem-sucedida de denominações como a Assembleia de Deus e a Iurd, a Advec vem utilizando, com sucesso, a estratégia de indicação de candidatos pela denominação nas eleições. A denominação exibe com orgulho o fato de que 16 dos 18 candidatos a vereador e 18 dos 25 candidatos a prefeito apoiados por ela nas eleições de 2012 foram eleitos.[10]

Embora o próprio pastor Silas Malafaia nunca tenha se proposto a ocupar cargos públicos, é notório que atua fortemente na política eleitoral e tem no seu irmão, Samuel Malafaia, deputado estadual desde 2010, um importante apoio. No ano de 2012, Alexandre Isquierdo, líder de juventude da Advec[11] e que trabalhara no gabinete de Samuel Malafaia, também garantiu sua vereança pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O apoio a Eduardo Paes nessa eleição é atribuído ao espaço dado a Isquierdo.

Além de Malafaia, o então vice-presidente do Conselho, pastor Abner Ferreira, é também um nome importante para a política carioca e nacional. Filho do pastor Manoel Ferreira, liderança

10 Disponível em: http://www.verdadegospel.com/balanco-sobre-as-eleicoes-2012-pr-silas-malafaia-comenta/. Acesso em: 2 ago. 2016.

11 Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/brasil/pmdb-rj-de-olho-no-voto-religioso/ Acesso em: 2 ago. 2016.

nacional da Assembleia de Deus (Ministério de Madureira), uma das denominações com maior número de fiéis no país, Abner é o elo da Assembleia de Deus carioca com a nacional – com toda sua capilaridade – e do Comerj com ambas.

Surgida no início do século XX como uma dissidência da Igreja batista, a Assembleia de Deus tem uma estrutura organizacional que combina elementos da chamada dinâmica congregacional, em que os membros têm voz nas decisões internas, com elementos da estrutura episcopal, de centralização das decisões e territorialização da administração.

A noção de que a abertura de novas igrejas deve seguir apenas a dinâmica do chamado divino ao fiel (e não apenas de estratégias estabelecidas pela cúpula da denominação) deu um ritmo próprio à expansão da denominação, segundo uma espécie de "livre iniciativa". A centralização, porém, tem lugar importante na administração de recursos dos dízimos, que passa por decisões de cúpula, e no apoio a candidatos e posições políticas.

Sendo uma das denominações que mais teve sucesso na indicação de candidatos a cargos eletivos, para o Comerj, ter à disposição os recursos da Assembleia de Deus significava contar com conexões com 19 deputados federais, dois deputados estaduais e um vereador no Rio de Janeiro, todos articulados com suas respectivas "bancadas evangélicas" e divididos entre diferentes partidos. Everaldo Pereira (Partido Social Cristão, PSC), Arolde de Oliveira (Partido Social Democrático, PSD) e Eduardo Cunha (MDB) eram alguns dos mais conhecidos.

Além disso, de modo semelhante ao ocorrido com a Advec, a capacidade de mobilização de um grande contingente de fiéis é muito importante para o Comerj. Além de ser uma das denominações que mais cresce no país, a Assembleia de Deus tem por característica uma capilaridade territorial notável, consequência da flexibilidade na formação de igrejas. Reunidos em cafés de ministros e congressos do Comerj, os pastores trazem demandas e experiências representativas de quase todos os municípios e de vários de seus bairros.

Além de representar um setor importante dessa denominação, reunido na Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil (Conamad, conhecida popularmente como Ministério Madureira),

Abner Ferreira também tem se destacado como articulador político nacional. No momento da Marcha de 2013, articulava apoio a Eduardo Cunha e à sua campanha vitoriosa de 2014; depois, se manteve abertamente aliado ao deputado até o início de investigações de um suposto esquema de lavagem de dinheiro de origem ilícita pela Assembleia de Deus a mando de Cunha.

Além disso, se tornou presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (Cimeb), iniciativa que teve participação direta dos setores representados no Comerj e se propõe a disputar a representação nacional dos evangélicos com o Conselho de Pastores do Brasil (Concepab), que, sob o comando de um setor liderado pela Igreja Sara Nossa Terra, de João Campos, ganhou *status* de representante oficial, sendo o único autorizado a entrar com ações de inconstitucionalidade no Supremo Federal.

Embora o Comerj conte ainda com diversas outras denominações na constituição de sua diretoria, enfatizo, para os fins deste artigo, a participação do pastor Marco Antonio Peixoto, segundo vice-presidente do Conselho naquele momento, que representa um setor importante da indústria musical e do entretenimento. A Comunidade Evangélica Internacional da Zona Sul (CEIZS), igreja da qual é líder, foi formada nos anos 1990 como parte de um crescimento pentecostal e neopentecostal que investia num público jovem, especialmente de classes média e alta.

A CEIZS é pioneira no gênero "louvor" no interior da indústria fonográfica *gospel*.[12] Suas produções musicais conseguem se inserir não apenas nas rádios, mas nos cultos de igrejas das mais diferentes denominações. Marco Antonio representa, portanto, um setor midiático que supera em muito sua territorialidade inicial.

Além da sede da CEIZS, no bairro carioca do Flamengo, Marco Antonio também fundou comunidades evangélicas em Nova Iguaçu, na Barra da Tijuca e em Campo Grande, nas cidades de Volta Redonda,

12 Até então, os grupos musicais de cada Igreja divulgavam suas composições no "boca a boca" ou em eventos comuns de evangelismo. Grupos musicais como Logos circulavam suas produções, mas eram canções, não "louvores". A gravação de álbuns de louvores para serem comercializados e cantados nas igrejas era uma prática já disseminada nos EUA por grupos como Hosana Music, mas que se consolida no Brasil nos anos 1990 com as comunidades evangélicas e os ministérios.

São Paulo, Foz do Iguaçu e Curitiba, além de ter estabelecido igrejas em Portugal, na Itália, Suíça, Inglaterra e nos Estado Unidos.

Sua maior força, diferente da Assembleia de Deus, não está no número de fiéis de sua denominação, mas em três características distintivas: sua inserção em setores das classes média e alta, sua internacionalização e sua capacidade de influência a partir de ações midiáticas.

Além de seu programa de televisão e da influência de seus louvores, a CEIZS também é conhecida por realizar ações públicas de sucesso, como o bloco de carnaval Mocidade Dependente de Deus, que desfila na avenida Rio Branco, e *shows* de grande escala em lugares centrais da cidade, como a praça da Apoteose.

Como a própria CEIZS destaca em seu *site*, a vitória e a "batalha espiritual" são temas recorrentes das produções da Igreja, seja em publicações, pregações e programas do pastor Marco Antonio Peixoto, seja nas músicas. Essa afinidade teológica, apesar das diferenças de estilo, e a incidência sobre um setor diferente lhe garantiram lugar privilegiado nas alianças com as denominações representadas no Comerj, em especial com a Advec.

Marca disso é a presença recorrente de seu líder como pregador e palestrante nos cultos e congressos da Advec, além, é claro, do recebimento da medalha Tiradentes, homenagem pública concedida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro por iniciativa de Samuel Malafaia em 2006, ano que é um marco na construção de alianças interdenominacionais contra o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que ficou conhecido como PL122.[13]

Esses três pastores têm em comum seu papel como líderes de denominação e figuras públicas conhecidas do grande público evangélico através de seus programas de rádio e televisão. Além deles, a diretoria conta com figuras públicas menos consolidadas, mas que cumprem papéis essenciais na política interna de suas denominações. Nesse ponto, o Comerj consegue reunir algumas das denominações mais importantes em operação no estado.

13 O Plano Nacional de Direitos Humanos incluía, entre outras coisas, medidas de combate à homofobia. O combate ao plano se tornou uma importante bandeira da Frente Parlamentar Evangélica.

O corpo executivo conta com representações da Igreja Apostólica Renascer em Cristo (bispo Laerte Lafayett dos Santos, primeiro secretário), da Convenção Batista Nacional (pastores Raphael Daroz de Almeida, segundo secretário, e Aluisio Moreira da Silva Júnior, segundo tesoureiro) e da Convenção Batista Carioca – Convenção Batista Brasileira (pastor Paulo Roberto de Oliveira Ramos, primeiro tesoureiro).[14]

Além da articulação em rede, que se expressa numa diretoria representativa das principais denominações em atuação no estado, o Comerj se ocupa de três tipos de iniciativa que têm mostrado sucesso. O café dos ministros, que ocorre mensalmente, reunindo os credenciados e terminando numa espécie de conferência de uma liderança famosa, um congresso anual e a Marcha para Jesus.

Certa vez, diante da falta de respostas a minhas tentativas de contato com a diretoria da entidade, resolvi comparecer a um desses "cafés", embora soubesse que era restrito a associados. Não pude entrar, mas é ilustrativa a maneira que um pastor da zona Oeste da cidade que presenciou minha tentativa frustrada encontrou para me consolar: "não se preocupa, não tem nada interessante pra sua pesquisa aqui, é só *networking*".

Além de *networking*, o Comerj garante a seus ministros espaços de formação, como seminários e congressos, onde são tratadas com especial atenção as pautas relacionadas à política nacional e aos posicionamentos dos "evangélicos" no espaço público.

A filiação ao Conselho é livre para os que tenham sido ordenados pastores e abre ao filiado o acesso aos cafés, seminários e palestras promovidos pela entidade, o que significa estar em contato com algumas das lideranças das maiores denominações do estado. As "palavras", ou seja, as palestras e pregações costumam trabalhar temas relacionados aos desafios do cotidiano do pastor, à necessidade de comunhão entre os cristãos e à sua responsabilidade para com a sociedade.

---

14 A Convenção Batista Nacional reúne as Igrejas batistas que romperam com a Convenção Batista Brasileira, muitas delas por adesão a práticas identificadas com os pentecostais, outras por diferenças organizacionais, como a adesão a certos modelos de "célula" vistos como heterodoxos pela convenção mais antiga.

Dessa forma, esses encontros não apenas permitem articulações entre os ministros, a partir das quais podem organizar suas próprias ações de cooperação locais, mas cumprem também um papel de esclarecimento e fomento de uma unidade em torno da linha de atuação defendida pelos setores hegemônicos da diretoria em diálogo com os setores do parlamento e do mercado. Os cafés do Comerj são espaço também para a participação de figuras importantes desses setores que não são necessariamente ministros. Como veremos a seguir, no período de 2013, Arolde de Oliveira foi um dos mais importantes.

Se os pastores são incluídos nos debates a partir das diretrizes de suas denominações, do café de ministros e dos seminários e congressos do Comerj, os membros de suas igrejas, por outro lado, são alcançados não apenas pela atuação do seu pastor local, mas também pelos veículos de comunicação do próprio Conselho.

Além da Marcha para Jesus, a maior visibilidade do Conselho se dá por meio de seu programa oficial, transmitido pela rádio 93 FM de segunda a sexta às 22h45min. No programa, há um momento de notícias, de perfil semelhante ao do *site* do Comerj, em que são atualizados projetos de lei da bancada parlamentar evangélica (ou que sejam vistos como perigosos para os cristãos), além da conjuntura política e econômica do país sob o ponto de vista do Conselho.

O programa traz as pautas públicas defendidas pelo Comerj e anuncia suas atividades. No ano de 2013, por exemplo, um dos programas tratava da importância da atuação evangélica para barrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Seguem-se músicas e, muitas vezes, a transmissão de pregações de igrejas pastoreadas por ministros que compõem o Conselho.

Não por acaso, é na rádio 93 FM que encontramos essa face visível do Comerj. Além da estrutura disponibilizada diretamente pelas cúpulas denominacionais, o funcionamento do Conselho também se dá por meio de alianças com setores da indústria *gospel* e da política parlamentar que têm certa autonomia. O apoio da 93 FM é exemplar nesse sentido.

Também conhecida como rádio El-Shaddai, a 93 FM é uma rádio *gospel* fundada em 1992 e pertencente a uma das figuras mais poderosas do cenário *gospel* nacional: o deputado Arolde de Oliveira. Em

seu *site* pessoal, Arolde conta sua trajetória como oficial do Exército na ditadura empresarial-militar, quando foi nomeado para diversos cargos da área de comunicações, entre eles o Conselho Nacional de Telecomunicações (que deu origem ao Ministério das Comunicações) e a presidência da International Telecommunications Satellite Organization (Intelsat), chefiando o escritório permanente da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em Washington, Estados Unidos, além da diretoria regional do Departamento Nacional de Telecomunicações.

Mas foi nos anos 1980 que ele ingressou na vida pública, se tornou evangélico e próximo de uma das figuras públicas mais importantes naquele período, o pastor Nilson Fanini.[15] Pelo Partido Democrático Social (PDS), assumiu uma vaga de deputado como suplente de Álvaro Valle. Em 1992, inaugurou a rádio El-Shaddai, com programação exclusivamente evangélica, que rapidamente se tornou uma referência importante no setor. Além disso, comprou a gravadora evangélica MK, fundada por sua filha, a cantora evangélica Marina de Oliveira, uma das mais bem-sucedidas no nicho *gospel*, especialmente na gravação do repertório pentecostal.

Nas décadas seguintes, Arolde cumpriu mais de 20 anos de mandatos parlamentares seguidos, além de ocupar secretarias de governo. Sem ser liderança de nenhuma denominação, cumpre papel decisivo nas articulações que organizam os "evangélicos" no Rio de Janeiro. Sua aliança com o Comerj é cotidiana e vai além do espaço dado na 93 FM. A rádio transmite diariamente, além de sua programação musical (basicamente de artistas da MK), debates com pastores sobre temas da atualidade e frequentemente expressa posições muito próximas às do Comerj, especialmente quando se trata das pautas comuns da Frente Parlamentar Evangélica.

Embora não estivesse incluída a princípio na organização oficial da Marcha de 2013, a polarização política que já despontava naquele ano, envolvendo a Frente Parlamentar Evangélica, levou a um estreitamento das relações entre Arolde de Oliveira, com suas empresas, e o setor que ocupava o Comerj na ocasião. A Marcha foi encarada

15 Fanini foi pastor da Primeira Igreja Batista em Niterói e um dos principais televangelistas da década de 1980, chegando a comprar a extinta TV Rio, que vendeu a Edir Macedo e hoje compõe a Rede Record.

como um evento central para investimento da 93 FM, da MK Music e para a imagem de Arolde. Além de logomarca ostensiva, a 93 FM contava com uma presença sonora garantida por um carro de som próprio em que se pronunciavam seus locutores e o próprio Arolde de Oliveira, além de transmissão ao vivo do evento e divulgação nos canais dos cantores da MK.

Essa participação, apesar de sua ausência no cartaz oficial entre os organizadores do evento, é crucial para o entendimento do que significa a Marcha e o próprio Conselho. Embora não seja "ministro", Arolde é peça fundamental na capilarização dos projetos do Comerj entre os ouvintes e viabiliza a presença de cantores de grande repercussão no evento, além, é claro, de sua rede de relações mais do que bem estabelecida nos mais de 20 anos de carreira política no estado.

Assim, a Marcha para Jesus cresceu no Rio de Janeiro com o Comerj e cumpre o papel de articular toda essa construção em um evento capaz de dar uma experiência ampla de comunidade em torno da identidade evangélica e suas pautas. Essa experiência, construída nos *networkings* dos cafés do Comerj, ganha concretude para os fiéis das igrejas desses ministros, para os ouvintes da rádio 93 FM, que apoia a entidade, e para um público amplo que ganha no evento uma unidade.

Hoje, em sua página na internet, o Conselho define seu objetivo como a promoção da "unidade" entre os evangélicos. Unidade que ajudaria a "conquistar o Reino de Deus":

> A proposta do Comerj é de comunhão, porque acreditamos que através da unidade podemos estabelecer conquistas. O Reino de Deus não é conquistado sozinho, e sim na unidade. Todos esses encontros têm sido uma grande bênção, pois cada pastor é usado por Deus para nos trazer uma palavra de ânimo, fé, encorajamento, desafio e confirmação da visão que Ele tem colocado no coração de cada ministério individualmente (disponível em: www.comerj.com.br/sobre/#sthash.nVHINdeV.dpuf. Acesso em: 12 mar. 2016).

Se as últimas duas décadas são marcadas pela combinação da consolidação da indústria cultural *gospel* (CUNHA, 2007) e de um

"jeito evangélico de fazer política" (MACHADO, 2003), o Comerj é um exemplo útil para pensar como essas articulações interdenominacionais alcançam capilaridade nas igrejas e influência nas lideranças locais. Articulando esses três fatores, é possível verificar a ascensão de um setor específico que encontra no Comerj espaço para uma vigorosa atuação em rede.

Globo Rio

O apoio da Globo Rio à Marcha do ano de 2013 foi festejado como uma ampliação no arco de influência dos evangélicos. Para entender o impacto do apoio da emissora à Marcha, é preciso atentar para o histórico das relações entre a Globo e os evangélicos. Mesmo antes das disputas dos anos 1990 com a Iurd e a Rede Record, as relações entre grande parte dos evangélicos e a emissora não eram exatamente harmoniosas e há registros de igrejas e lideranças evangélicas organizando verdadeiras campanhas contra sua programação.

Isso se deve, em parte, à maneira como o desenvolvimento das relações entre evangélicos e mídia, especialmente a TV, se deu no século XX. Se o uso bem-sucedido de emissoras de rádio desde os anos 1950 e o sucesso dos televangelistas nos anos 1970 trazia novos envolvimentos dos evangélicos com essas mídias (DE PAULA, 2008; ROSAS, 2013; CUNHA, 2007), esse envolvimento não era integrado ou sem conflito com a programação geral.

Não por acaso, muitos dos programas estrelados por pregadores eram (e, muitas vezes, ainda são) exibidos na condição de programação independente, com horários comprados com recursos próprios das igrejas, denominações ou pregadores, sendo mais rara sua presença ou a de cantores de música evangélica em outros espaços da programação, ao menos até o final dos anos 1990. Por esse motivo, muito do avanço das mídias eletrônicas evangélicas teria se dado a partir da obtenção de concessões exclusivas de rádio ou de TV (D'ARAÚJO, 1998; ROSAS, 2013; CAMPOS, 2008).

Magali Cunha (2007) chama atenção para a circularidade que esse modelo produz, garantindo experiências com os produtos de outras denominações ou de pregadores independentes por parte dos fiéis. Aqui, cabe destacar que essa experiência também incluiu, em

grande medida, uma separação em relação aos conteúdos não propriamente evangélicos.

Segundo Reily (1984), a chegada da televisão ao Brasil foi acompanhada de várias manifestações de repúdio por parte de alguns pastores, que viam no aparelho e nos conteúdos veiculados por ele um sinal do fim dos tempos, acompanhando um certo clima escatológico das igrejas evangélicas na época.

Embora o fim do mundo não fosse uma pauta estranha em tempos de Guerra Fria e da iminência de um conflito entre as potências nucleares, esse movimento de rejeição a uma integração com o "mundo" é frequentemente apontado como uma característica importante, especialmente do pentecostalismo, nesse período (CAMPOS, 2008). As novelas, com toda a popularidade que alcançaram, foram alvo privilegiado de alarme para muitas dessas igrejas, e a Rede Globo, conforme avançava em audiência e importância, se tornava parte desse alarme.

O entendimento de muitas denominações, sobretudo as pentecostais, era de que a televisão era uma conexão com valores estranhos às suas doutrinas. Apesar da ideia de que o veículo devia ser utilizado para "evangelizar" e conquistar novos fiéis, seu uso por parte dos já convertidos gerou desconfiança de certos setores e convergiu para a produção de conteúdos independentes e sem maiores diálogos com a programação geral dos canais.

A grande disputa que se estabeleceu a partir de 1995 entre a Globo e a Igreja Universal do Reino de Deus teria encontrado, portanto, um terreno fértil, herdeiro dessa tradição de tensões e desconfianças. Os grandes marcos foram a exibição de uma série de reportagens que retratava o bispo Edir Macedo como estelionatário e a exibição da minissérie *Decadência*, que tinha como personagem principal Mariel, um pastor neopentecostal que utilizava procedimentos antiéticos e manipulava seus fiéis para enriquecimento próprio. O personagem chegava a proferir frases ditas pelo bispo nas filmagens exibidas na reportagem.

A série foi entendida por grande parte das lideranças denominacionais como ofensiva não apenas a Edir Macedo, mas aos evangélicos em geral, e significou uma aproximação desses setores com a Rede Record e a Iurd – não sem expectativas, claro, sobre as possibi-

lidades de parceria com a primeira rede nacional de televisão aberta sob comando de evangélicos (D'ARAÚJO, 1998).

O programa *25ª Hora*, exibido pela Record diariamente e definido como um "fórum de debate sobre os temas atuais", foi também um marco nesse processo. Com um formato de mesa redonda em que "especialistas convidados" eram chamados a comentar trechos de reportagens, abordou, no ano de 1995, sobretudo, o envolvimento das organizações Globo e dos negócios de Roberto Marinho em situações apontadas como criminosas ou antiéticas. Foram exibidos, por exemplo, diversos trechos do documentário da BBC *Muito além do Cidadão Kane*, que argumenta que a Globo cumpriu papel antidemocrático, manipulando debates e pesquisas eleitorais e colaborando com a ditadura empresarial-militar (D'ARAÚJO, 1998).

Entre os convidados do programa estavam alguns dos principais líderes das maiores denominações evangélicas do país, entre eles muitas das figuras que cumpriram papel importante na ascensão do Comerj, como o próprio pastor Silas Malafaia. No fim dos anos 2000, isso se consolidou como um problema maior, com o crescimento evangélico se impondo não apenas à política nacional, mas também ao mercado, como uma força importante.

Chegando a quase 1/4 da população, os evangélicos passaram a ser elencados como um mercado consumidor especialmente frutífero para a indústria cultural. Alguns analistas de mercado passaram a atribuir a esse público uma suposta blindagem moral contra a "pirataria" e uma demanda reprimida por produtos especializados de entretenimento (SANT'ANA, 2014; ROSAS, 2013). Os evangélicos passaram a ser apontados como uma boia de salvação para lidar com a "crise" da indústria fonográfica atribuída à pirataria. Assim, o grupo Globo procurou construir pontes com o universo evangélico, focando investimentos na música *gospel*, apontado, então, em pesquisa da Associação Brasileira de Produtores de Discos, como o segundo gênero musical mais vendido no país.

A gravadora Som Livre organizou um selo especializado no gênero e contratou grandes nomes do setor, como o Ministério Diante do Trono, André Valadão e Rose Nascimento. Além disso, a hoje extinta GEO Eventos, produtora criada em 2010 e ligada às organizações Globo, passou a realizar o Festival Promessas, um

grande evento nacional com os maiores nomes do mercado *gospel* ao qual estava atrelada uma premiação específica para os "melhores do ano", o Troféu Promessas, além de, a partir de 2013, organizar a Feira Internacional Cristã, com expectativa de funcionar como espaço de referência para o mercado e profissionalizar o setor (ROSAS, 2013; SANT'ANA, 2014).

Esse processo foi repleto de conflitos que mobilizaram o histórico de desconfianças em relação à emissora. Em resposta à aproximação, a Iurd, por exemplo, teria promovido a ideia de que a cantora Ana Paula Valadão, que se apresentara na Rede Globo, estaria endemoniada (ROSAS, 2013).

Ainda em 2012, teve grande repercussão nos portais evangélicos a notícia veiculada na *Folha de São Paulo* de que o responsável por projetos especiais da Globo, Amauri Soares, teria convidado vários líderes para uma reunião em que foram discutidas as condições de uma aproximação da emissora com os evangélicos.

Na reunião estariam presentes lideranças como o bispo Robson Rodovalho, da Igreja Sara Nossa Terra, que atuou no projeto de lei que tornou o *gospel* manifestação cultural nacional, e lideranças do Comerj. Entre outras coisas, o grupo teria reivindicado uma heroína evangélica numa novela da emissora, uma vez que entendiam que a Rede Globo havia historicamente retratado os evangélicos de maneira desfavorável.[16]

Além disso, nessa que ficou conhecida como a "reunião do Projac", estariam também em pauta a realização de versões locais do Festival Promessas e o acerto sobre o apoio da emissora à Marcha para Jesus do ano seguinte, 2013.[17]

---

16 Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjV6sKGvODOAhVROZAKHQazD-0QFggjMAE&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Ffsp%2Filustrada%2F87200-pastores-pedem-heroina-evangelica-a-globo.shtml&usg=AFQjCNEhsdGcdOrP91NKYjhmOJORP3g72A&sig2=arcduwsIyPEjl8AwfmdLIw. Acesso em: 15 ago. 2016.

17 Disponível em: http://fiqueatentojep.blogspot.com.br/2012/11/reuniao-do-projac-rede-globo-sela-novas.html; http://www.midiagospel.com.br/brasil/pastores-pedem-heroina-evangelica-em-novela-da-globo; http://www.jb.com.br/heloisa-tolipan/noticias/2011/12/19/pastor-silas-malafaia-critica-record-e-elogia-globo-pelo-festival-promessas/; https://noticias.gospelmais.

Distanciado da Record desde os anos 2000, o setor de Malafaia ganhou espaço nas pautas do jornalismo da Globo. Nas entrevistas em que mencionou o afastamento da Iurd, Malafaia acionou a ideia de unidade entre os evangélicos em contraposição a uma postura egoísta atribuída a Edir Macedo, reforçando a ideia de que ele, Malafaia, diferentemente de Macedo, não falava apenas em seu próprio nome, mas se esforçava para construir a mencionada unidade.

> A Bíblia tem um texto que diz assim: "Poderão andar dois juntos se não estiverem de acordo?". Eu já ajudei o Macedo quando ele foi preso, mas eles são separatistas, só veem o lado deles. Então, não me presto a andar com uma pessoa que só quer andar com mão única para ela. Sou a favor de mão dupla: para lá e para cá, entende? O Macedo está isolado, todo mundo sabe. Eles só são evangélicos para os outros quando estão com dor de barriga, quando o pau está quebrando em cima deles ou então por interesse político. A comunidade evangélica está madura e não se presta mais a isso.[18]

Essa noção de que Malafaia não falava apenas em seu próprio nome foi reforçada com duas emblemáticas participações que a associação com a Globo lhe rendeu, ambas no programa *Na Moral*, apresentado por Pedro Bial. O programa se propunha a "trazer o que há de contraditório em temas relevantes", uma vez que "o brasileiro finge que odeia polêmica, mas está sempre metido nela", para usar as palavras do diretor Luiz Gleiser.[19]

Num programa exibido no ano de 2013 cujo tema era laicidade, colocado ao lado de uma liderança católica, um ateu e um representante das religiões afro-brasileiras, Malafaia ganhou *status*, na prática, de representante "dos evangélicos". Posteriormente, em 2015, o pastor serviu novamente como porta-voz das posições dos "evangélicos" em um debate sobre família e homofobia.

---

com.br/malafaia-globo-critica-record-evangelicos-28638.html/; http://www.sidneyrezende.com/noticia/137275. Acesso em: 15 ago. 2016.

18 Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI259012-15223,00.html. Acesso em: 15 ago. 2016.

19 Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/pedro-bial-estreia-hoje-programa-moral-globo-140000308.html. Acesso em: 15 ago. 2016.

A aproximação do Comerj com a Globo cumpriu o papel de amplificar sua condição de representação e colaborar no efeito de metonímia que essa visibilidade produzia. Embora o Conselho nunca tenha afirmado ou procurado ocupar juridicamente a condição de instância deliberativa ou de representação de todos os evangélicos, sua visibilidade produziu esse efeito na prática. A relação privilegiada com a maior emissora de televisão do país dava ainda mais peso a esse efeito.

O "apoio" à Marcha significava que a emissora ficaria responsável pela cobertura do evento, anunciando em seus veículos de notícia e capturando registros audiovisuais. Os cantores da Som Livre tiveram espaço privilegiado no *lineup* do evento e a logomarca da Globo estava estampada em todos os materiais de divulgação, inclusive abaixo dos telões erguidos ao lado do palco.

Embora a presença da logomarca fosse uma contrapartida para a emissora, é preciso perceber que ela também cumpria um papel interessante para o Comerj, dando legitimidade ao evento. O apoio da emissora foi comemorado em entrevistas e lembrado diversas vezes pelo apresentador durante o evento. A logomarca da emissora tinha dimensões maiores, inclusive, que a do próprio Comerj. Aparentemente, no entanto, o tempo dedicado pela emissora e o resultado obtido não foram tão grandes quanto imaginado a princípio.

Da parte das organizações Globo, a investida no setor evangélico sofreu transformações, com a extinção da GEO Eventos e o fim da Feira Internacional Cristã. O selo Promessas foi reduzido, assim como o Festival, que passou a ter edições locais. No entanto, desse processo resultou um fortalecimento do setor representado por Malafaia e pelo Comerj.

Prefeitura do Rio de Janeiro

Não foi sem repercussões contraditórias que a Prefeitura do Rio de Janeiro se tornou, a partir do ano de 2012, patrocinadora da Marcha para Jesus. Entender em que consistiu esse patrocínio significa necessariamente olhar para a disputa que se estabeleceu no processo de sua aprovação e, sobretudo, para os desdobramentos da sua concretização.

É importante ter em mente o contexto de 2012, ano de eleições municipais acirradas em que o então prefeito da cidade, Eduardo Paes, do MDB, concorria à reeleição com apoio de uma coligação de 20 partidos, incluído o Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupava a Presidência da República. A unidade ampla da chapa MDB-PT reunia um grande espectro em que se encontravam os apoios de grande parte dos líderes evangélicos.[20]

Duas figuras ligadas ao parlamento foram fundamentais para a operacionalidade desse patrocínio, ambas ligadas à Advec, que amparou, como vimos, as ações de Malafaia na presidência do Comerj. Eram eles: Samuel Malafaia (irmão do pastor Silas) e Alexandre Isquierdo.

Samuel Malafaia era deputado estadual pelo PSD, parte da coligação de Paes, responsável pela articulação política na Alerj que viabilizou o patrocínio. Além dos acordos e aproximações políticas, a ação do deputado também exigiu a proposição de um projeto de lei que incluiu a Marcha para Jesus no calendário oficial do Rio de Janeiro.

Embora a palavra oficial tenha sido do deputado, seu então assessor, Alexandre Isquierdo, cumpriu papel de articulação crucial tanto no trabalho no gabinete quanto na construção de pontes no interior do MDB, partido pelo qual foi eleito vereador em 2012. Ronaldo, produtor que trabalhou no evento, descreveu assim a relação de Alexandre com a Marcha:

> Isso aí sempre foi um projeto sonhado por ele. Desde o tempo lá de Apascentar [quando o pastor Marcos Gregório, do Ministério Apascentar de Nova Iguaçu, dirigia o Comerj], ele sempre dizia que isso aí era quente. Sempre foi bom em juntar, articular, e a

20 Além do MDB e do PT, os partidos da coligação Somos um Rio eram: Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Progressista (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Social Liberal (PSL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Cristão (PSC), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Social Democrático (PSD), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB).

> Marcha é isso, né, junta todo mundo, desfaz briga, dá esporro, tudo em comunhão. Ele tem muito contexto no partido [MDB] e arrumou um conhecido lá na Riotur que foi parceiro também, explicou tudo como fazer certinho, a gente queria tudo ir lá com coisa da campanha [de Isquierdo para vereador], o cara explicou o que não podia, como que era a coisa correta e foi assim, tudo correto. O comitê [de Eduardo Paes] deu uma força grande também, pagaram foi muito material e não fazem pra qualquer um não, eles sentiram firmeza na nossa atitude, sentiram que aqui é outro papo.

Assim, a estrutura do mandato de Samuel Malafaia em nível estadual e a inserção de Isquierdo no partido do prefeito candidato à reeleição permitiram que a negociação do financiamento fosse bem-sucedida, fazendo parte de uma série de ações em conjunto. Naquele ano de 2012, Isquierdo foi eleito vereador com uma campanha cujo *slogan* – "o Rio com atitude" – estava atrelado ao que seria o tema da marcha de 2013 – "Jesus, uma vida com atitude" –, na qual teve papel ainda mais importante.

Embora a Marcha já constasse no calendário oficial nacional (Lei nº 12.025/2009, de Marcelo Crivella), Samuel Malafaia articulou sua presença também no calendário estadual na Lei 6.236/2012. Com essa prerrogativa, a negociação com a Riotur se deu em outro patamar, de evento oficial e de relevância pública.

Em primeiro lugar, foram garantidos aspectos de apoio geral de estrutura pública. Foi negociada a permissão para a utilização das ruas, a utilização do prédio da Câmara dos Vereadores como base dos bastidores do evento, a atuação de funcionários da CET-Rio para o redirecionamento do trânsito, a presença de guardas municipais, bem como a autorização para instalação do palco e dos telões.

O valor de R$ 2,43 milhões do apoio financeiro não foi fechado por lei, mas sim negociado, como vimos, a partir das alianças no interior do MDB, que se encontrava tanto no Governo do estado quanto na Prefeitura. A negociação com a Riotur, a empresa de turismo do município do Rio de Janeiro, subordinada à Secretaria de Turismo, se deu com o representante do MDB, Antonio Pedro Viegas Figueira de Mello, próximo ao prefeito Eduardo Paes.

Essa proximidade, que facilitou o apoio financeiro ao evento, ficou explícita no dia da Marcha. Após a tradicional caminhada pelas ruas do Centro, a Marcha contou com a apresentação de diversos *shows* de cantores *gospel*. No momento da "palavra", porém, o pastor Silas Malafaia fez algo diferente dos anos anteriores. Ao lado dos pastores Samuel Ferreira, Abner Ferreira e Marcos Gregório, chamou ao palco o prefeito Eduardo Paes, em campanha pela reeleição, e o senador da República Lindbergh Farias, do PT, parte da coligação que apoiava Paes:

> Pela primeira vez a Marcha para Jesus tem o apoio... Tudo que você está vendo aqui, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Eu vou chamar aqui duas autoridades do Rio de Janeiro, eles não vão falar nada, nós é que vamos falar com Deus pela vida deles. Eu vou convidar duas autoridades: o prefeito da cidade, Eduardo Paes, e o senador Lindemberg [sic] Farias, nós temos aqui vários deputados...

Chamou, então, as seguintes figuras públicas ao palco: Arolde de Oliveira (deputado federal pelo PSD), Samuel Malafaia (deputado estadual pelo PSD), Filipe Pereira (filho do pastor Everaldo que articulava candidatura à Presidência em 2014 e que encerrara mandato de deputado federal pelo PSC em 2010) e Alexandre Isquierdo (líder da juventude da Advec e assessor de Samuel Malafaia que se candidatava a vereador naquele ano).

Quando isso aconteceu, uma pequena e dispersa vaia se juntou aos aplausos na multidão. Malafaia seguiu:

> [...] estende a sua mão aqui por favor, estende a sua mão. Meu irmão, na hora de votar você vota em quem você quer, na hora de orar... Quem aqui é povo de Deus? Aqui é povo de Deus. Você tá vendo prefeito, tá vendo Lindemberg [sic], povo de Deus é educado, povo de Deus respeita autoridade. Baderneiro não tem aqui. Mané não tem aqui. Zé bobão não tem aqui.

O pastor dirigiu essas palavras a um pequeno grupo de jovens que abanava a cabeça em sinal de rejeição logo nas primeiras fileiras

em frente ao palco. As vaias cessaram imediatamente, e eles levantaram as mãos como solicitado:

> Aqui tem povo de Deus. Eu queria que vocês estendessem as mãos, e vou orar por estas, pode botar a mão assim, ó, e nós vamos abençoar e quando eu disser amém eu vou fazer uma... Eu vou falar, vocês vão repetir a oração de concordância, é uma oração fabulosa, fabulosa: nosso Deus e nosso pai, nós somos a tua Igreja, amamos a tua palavra e a tua palavra diz, o que a Igreja liga na terra é ligado no céu, aquilo que a tua Igreja concorda, será feito, nós abençoamos o prefeito da cidade, nós abençoamos o senador da República, Eduardo Paes, prefeito, e Lindemberg [sic], o senador, abençoamos todas as autoridades da nossa Nação, os deputados aqui, a presidente da República, nós declaramos paz, paz, paz para o Brasil, em nome de Jesus, amém![21]

Assim, durante o evento, a tensão em torno da presença dos "políticos" foi resolvida, em primeiro lugar, com a opção por manter o silêncio dos candidatos, deixada a palavra apenas ao pastor; e, em segundo lugar, pela explicação de Malafaia, que delimitava sua ação como sendo apenas a de abençoar autoridades e restringindo os limites que configuram o "povo de Deus", educado e ordeiro, pressupondo, é claro, que isso o diferencia de outros modos de interferir na política, dos "vagabundos", "manés" e "baderneiros" que seriam seu oposto.

Uma vez que todos os candidatos apresentados como "autoridades" pertenciam à mesma coligação, a do prefeito, a presença teve o efeito prático de apoio, mesmo que se considerasse simplesmente a visibilidade que esse setor recebeu. Quando, poucas semanas depois, o pastor anunciou publicamente que faria campanha por Eduardo Paes, diversos órgãos de imprensa, tanto a "geral" quanto a evangélica, questionaram a associação, apontando que o apoio da Marcha ao candidato teria sido negociado em troca do financiamento do evento com dinheiro público.

---

21 Um resumo dessa edição do evento, produzido pelo portal *Verdade Gospel*, ligado à Advec, está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MI7tgFqKMME. Acesso em: 15 ago. 2016.

Ao jornal *O Estado de São Paulo*, porém, Malafaia contou que essa relação era anterior ao enlace de 2012. Segundo a notícia:

> [...] começou quando Paes ainda era secretário do então prefeito Cesar Maia (DEM) e se fortaleceu a partir da eleição do prefeito.
>
> "Quando o Eduardo Paes foi candidato em 2008, estava em uma disputa acirrada com o (Fernando) Gabeira (PV)", disse Malafaia, recordando o segundo turno da eleição. "Observaram que o Gabeira, apesar das suas posições sobre maconha e homossexualismo, tinha um índice enorme entre os evangélicos."
>
> Paes, relatou o pastor, o procurou em casa, esperando que voltasse de uma viagem. "O senhor pode decidir essa eleição", teria dito o prefeito. Malafaia contou ter respondido dois dias depois. Gravou sua participação no horário eleitoral, pedindo votos e, desde então, houve um relacionamento mais estreito. "Falei com ele direto, nesses quatro anos", relata, elogiando a facilidade de acesso ao prefeito. Ele contou que, este ano, Paes o procurou novamente e disse: "Conto com vocês". Na semana passada, selaram o acordo (disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,pastor-malafaia-vai-integrar-campanha-de--eduardo-paes,899913. Acesso em: 15 ago. 2016).

Para os críticos, porém, essa associação seguiu sendo suspeita. O *siteGenizah!*, por exemplo, famoso por expor polêmicas e críticas a lideranças evangélicas e que tem grande inserção entre protestantes históricos de missão, publicou como denúncia a aliança entre Malafaia e Paes:

> O que a maioria do povo evangélico não entende é *como*Silas Malafaia, que hoje sustenta cambaleante uma imagem muito prejudicada na igreja diante das críticas recebidas por sua adesão à teologia da prosperidade tão somente por sua atuação na defesa dos valores da família e no embate contra o ativismo *gay*, decide apoiar um prefeito que, em seu mandato atual, é o maior incentivador e apoiador do movimento *gay*? [...]
>
> Simples:

> *(1) Eduardo Paes foi o responsável pelo financiamento da última Marcha para Jesus no Rio de Janeiro. A primeira e única até a presente data a receber apoio oficial. Eduardo Paes montou palanque para Silas na marcha e aplaudiu o seu discurso para "crente ver".*
>
> (2) Paes irá se empenhar na candidatura a vereador de Alexandre Isquierdo, amigo de Silas Malafaia e para quem o pastor tem planos políticos futuros.
>
> (3) E se ainda não bastou, há o fato mais do que conhecido: Eduardo Paes é o candidato queridinho da Globo e Silas Malafaia, bem... (disponível em: http://www.genizahvirtual.com/2012/07/silas-malafaia-fara-campanha-para.html. Acesso em: 15 ago. 2016).[22]

Assim, a definição de Eduardo Paes como apoiador da causa LGBT+ não poderia ser amenizada pelo apoio a um evento evangélico, visto, aliás, como uma corrupção desse evento e de seus organizadores. Está em jogo, portanto, uma concepção de religião como esfera que deve estar separada da política e do "dinheiro", conforme o modelo moderno (ASAD, 1993, 2003), sob risco de ambiguidades contaminadoras.

É importante perceber também que essa concepção se expressa justamente na ambiguidade de operar na esfera da política, sob o discurso da "diversidade", que impõe o reconhecimento dos seus "outros" como legítimos. Negociar apoio ao candidato que, sob a ideia da diversidade, também apoia os LGBT+ traria ambiguidade à própria autodefinição dessa coletividade evangélica como o exato oposto dos "ativistas *gays*".

Essa abordagem foi retomada com firmeza pelo então deputado federal Anthony Garotinho (Partido da República, PR), cuja filha,

22 Silas Malafaia tem recusado publicamente um enquadramento na "teologia da prosperidade", conhecida por afirmar que o projeto de Deus para os salvos é que prosperem ainda em sua vida na Terra, que é parte da tradição neopentecostal no Brasil. Embora o pastor tenha sido um grande crítico desse movimento em sua chegada ao Brasil, os que o enquadram nessa vertente alegam uma maior ênfase na ideia de "vitória" que seu discurso teria passado a incluir no processo de desligamento da Assembleia de Deus e criação de sua própria Igreja, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Aqui, tratando-se de um *site* com linha editorial crítica a essa teologia, esse enquadramento cumpre papel de acusação.

Clarissa, era candidata a vice na chapa de Rodrigo Maia (Democratas), concorrente de Paes. Em seu *blog*, ele resumiu algo que vinha dizendo em várias oportunidades, apontando a notícia do *Genizah!* como um sinal de insatisfação entre os "evangélicos":

> O que me chama atenção é a contradição de alguns pastores evangélicos que agora se arvoram a levantar a voz contra Haddad,[23] mas na eleição carioca apoiaram Eduardo Paes. O prefeito do Rio foi mais longe que Haddad na sua tentativa de produzir a cartilha *gay* que acabou vetada pela presidente Dilma. Eduardo Paes produziu um vídeo para vender a imagem do Rio no exterior como capital mundial do turismo sexual *gay*. E mais, Paes, com o dinheiro público, financiou não só a parada *gay* da zona Sul, como outras realizadas em Madureira e outros bairros da cidade.[24]

Em resposta, Malafaia argumentou em duas frentes. Primeiramente, reforçou a ideia de que outros grupos recebiam recursos, como os católicos e a Parada Gay, e que os recursos para a Marcha seriam um sinal de que a Prefeitura os tratava de maneira igual, que os evangélicos teriam os mesmos direitos que os demais grupos.

Em segundo lugar, com o anúncio de que a organização devolvera aos cofres públicos o dinheiro não utilizado, R$ 410 mil, uma vez que a Associação Vitória em Cristo também teria entrado como patrocinadora em 2012. "O povo de Deus é correto", dizia ele no evento ao anunciar a devolução, demarcando, mais uma vez, o que seria um modo evangélico de lidar com a política (nesse caso, com a administração de recursos públicos).[25]

Assim, em vez de negar o apoio percebido como ambiguidade pelos setores que o criticam, Malafaia recorre à participação nas regras da diversidade democrática como legitimadora, sinal de que os evangélicos estariam em novo patamar de participação na socie-

---

23 Referência ao então candidato a prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que foi alvo de críticas de Malafaia em razão de projetos que contemplavam pautas LGBT+.

24 Disponível em: http://www.blogdogarotinho.com.br/lartigo.aspx?id=12144. Acesso em: 15 ago. 2016.

25 Disponível em: https://noticias.gospelmais.com.br/silas-malafaia-devolve-parte-dinheiro-destinado-marcha-jesus-35604.html. Acesso em: 15 ago. 2016.

dade. A "primeira vez que recebe o apoio" é um marco desse novo tempo. A diferença é que os evangélicos participariam dessa arena sob as regras da "correção", inclusive devolvendo a quantia não utilizada. Não por acaso, o anúncio da devolução no palco da Marcha foi seguido pelo desafio: "quero ver a Parada Gay fazer isso".

Além dessa delimitação de quem são e como agem os evangélicos na política, o amplo arco de alianças também teve efeitos de ordem prática. Não à toa, é lembrado por Ronaldo, produtor que também atuou na Marcha de 2013, como um fator que facilitou as ações em grupo.

> Eu vou te falar a verdade, 2012 foi o melhor ano que teve. A campanha [de Eduardo Paes] foi a melhor coisa pra gente. A [Marcha] de 2013 só foi colheita, porque foi tudo [acertado] em 2012. [...] Pensa só, todo mundo junto, diferença de lado... Foi ali que a unidade deu certo, as campanhas juntas... Deu muito gás pra unidade espiritual até, porque a gente orava, tava em todos os lugares pra garantir o projeto de Deus, não de uma pessoa, o projeto do homem é falho, o que deu certo foi a unidade do povo de Deus. [...]
>
> Não esqueço a vez que teve lá na Penha e tava o pessoal do Arolde, eu tive diferença com eles, sabe, mas tavam lá pra ajudar a gente, o cara que eu mais bati de frente me abraçou e falou: tamo aqui não é por A ou B, meu irmão, vamos ganhar o Brasil pra Jesus.

Essa integração promovida pela ampla coligação formada em 2012 teria permitido a organização conjunta de setores evangélicos em torno de ações comuns, muitas vezes nos mesmos territórios, e forjado, em suas bases, uma noção de unidade como povo de Deus que ancorou, também entre os apoiadores, o projeto unitário das lideranças.

Em 2012, portanto, o tema apareceu sob duas formas. Em primeiro lugar, no campo dos críticos, sob a tensão gerada pela noção de que o dinheiro e a política seriam contaminadores da religião, própria da concepção moderna de que a religião seria de âmbito privado e da tradição ascética de "separação do mundo", que, como vimos, foi uma vertente importante do protestantismo no Brasil no século XX.

Em segundo lugar, temos, na narrativa exemplificada no posicionamento de Malafaia (presente também na conclusão de Ronaldo sobre a experiência de campanha daquele ano), uma concepção de que a unidade do "povo de Deus" em busca de "ganhar o Brasil" e abençoar o país e seus governantes não é contraditória com a política. Até ali, porém, a instância a ser legitimada e protegida da contaminação era a da religião.

Passadas as eleições, a discussão sobre a laicidade e a participação dos evangélicos na política ascendeu às manchetes jornalísticas com a nomeação de Marco Feliciano à Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. O ano de 2013 começava não apenas com uma Frente Parlamentar Evangélica que contava com maior número de deputados, mas também com um acúmulo de experiências de unidade construído nas campanhas da coligação Somos um Rio.

Quando, na edição de 2013 da Marcha, o patrocínio da Prefeitura é renovado, a polêmica ganha cores de uma discussão que já ultrapassa os marcos em que se dera o debate em 2012, quando os críticos apresentaram a preocupação com a contaminação da religião pela política e pelo dinheiro. Em 2013, o incômodo sofre um deslocamento e passa a ser apresentado sob o vocabulário da "laicidade" – desta vez, com uma preocupação sobre a contaminação do Estado pela religião.

Um dos sinais de transformação do vocabulário da crítica, de que agora era a religião o risco de contaminação do Estado, foi a organização, já em março de 2013, de um abaixo-assinado no *siteAvaaz*, famoso por permitir iniciativas que reúnam assinaturas em torno de causas coletivas na internet. Nesse abaixo-assinado, que se intitulava "Contra o custeio da marcha para Jesus por cofres públicos!", a justificativa era que "diante de um estado laico, não pode ser permitido um absurdo como esse!".[26]

Nesse mesmo movimento de inversão, em 29 de maio, numa Câmara de Vereadores às vésperas, não podemos esquecer, das grandes manifestações de rua que teriam seu auge em junho, o vereador Paulo Pinheiro (Partido Socialismo e Liberdade, PSOL) foi à tribuna

26 Disponível em: https://secure.avaaz.org/po/petition/Contra_o_custeio_da_marcha_para_Jesus_por_cofres_publicos/?pv=17. Acesso em: 15 ago. 2016.

se colocar contra o patrocínio da Prefeitura.[27] Na véspera, uma nota a respeito do evento havia sido publicada na coluna do jornalista Fernando Molica no jornal *O Dia*, apresentando, junto com a Marcha, outros eventos religiosos, da Igreja católica, por exemplo, que haviam recebido financiamento.

Em resposta, o vereador Alexandre Isquierdo, da Advec, que, como vimos, foi importante na articulação com a Riotur, alegava que, uma vez que o vereador não lera o trecho da matéria que mencionava os demais eventos, a condenação do apoio aos evangélicos poderia ser entendida como perseguição. De volta à tribuna, Paulo Pinheiro alegou que

> [...] não defendo a Igreja católica. Aqui, anteriormente, provavelmente no final do ano passado e no início desse ano, fiz algumas afirmações sobre a minha posição, de que o Estado é laico e não deveria gastar tanto dinheiro com determinadas atividades, católicas, evangélicas, não importa. Por quê?
>
> Fiz aqui críticas, vereador Isquierdo, no ano passado aos gastos que a Riotur teve, por exemplo, com a Marcha em favor dos Guerreiros de São Jorge, fiz críticas sobre marchas, utilizadas em quatro ou cinco eventos católicos [...], como fiz com os gastos que a Riotur teve com a copa de golfe da Athina Onassis, porque acho que é um dinheiro que não deve ser gasto dessa maneira.

Assim, a concepção apresentada por Paulo Pinheiro é de que a religião, sendo do âmbito privado, apresentaria o mesmo risco de contaminação do Estado que outros tipos de interesse dessa natureza, como o caso do campeonato de golfe mencionado,[28] ferindo o caráter de interesse público dos usos dos recursos da Prefeitura.

Pedindo a fala, Isquierdo interveio:

---

27 Disponível em: http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/bb9d51a6d88b861903257761006193 0c/dec3c68f8444f94303257b7a005f-449f?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1. Acesso em: 15 ago. 2016.

28 As críticas ao patrocínio do evento indicavam que ele era organizado por entes privados e, por isso, não atenderia aos requisitos para receber verbas públicas ou de interesse público pela baixa adesão ao esporte no Brasil.

> Hoje saiu uma matéria do Molica falando do patrocínio de R$ 1,6 milhão, por isso que eu subi à tribuna para dizer a matéria por inteiro. A matéria fala do patrocínio da marcha e também fala do patrocínio para os eventos da Igreja católica. Por isso que eu fiz essa colocação à assessoria: se o senhor não teria lido a matéria por inteiro. Foi um discurso até então preconceituoso, porque só leu a do patrocínio da Marcha para Jesus e não falou, não citou os eventos da Igreja católica.
>
> Respeito a opinião de vossa excelência, mas o meu discurso contraditório foi justamente por causa disso. Por que o nobre vereador não citou a matéria por inteiro, até porque V. Exa. cita a matéria do Molica? V. Exa. fala sobre a Marcha para Jesus, sobre tantos eventos para Jesus. Para quem ouviu, nobre vereador – acredito que essa não foi a intenção de V. Exa., que é uma pessoa de respeito, mas há um tom irônico quando se fala disso.

Assim, os argumentos de Isquierdo refletem uma preocupação com a defesa da legitimidade do financiamento público do evento com base em uma ideia de que os evangélicos estariam apenas usufruindo do mesmo benefício de que outros grupos religiosos já dispunham. O mais interessante, no entanto, é que, ao acionar esse argumento devedor de um entendimento pluralista do espaço público, o vereador aciona também, em seguida, o argumento de que o estranhamento em relação aos evangélicos teria base no preconceito. Ideia que, além de ter enraizamento na história do protestantismo no Brasil, aciona o discurso da diversidade no espaço público e do vocabulário próprio dos debates sobre "minorias".

Além disso, Isquierdo faz questão de pontuar que o Comerj, enquanto entidade representativa dos ministros evangélicos do estado, seria responsável pela Marcha, não Malafaia, utilizando, assim, os recursos de legitimidade do Estado.

> Outra coisa: a Marcha para Jesus... O pastor Silas é, atualmente, o presidente do Comerj, um Conselho de Ministros do Estado do Rio de Janeiro. Ele está presidente, ele não é detentor da Marcha. Então, nesse Conselho, a diretoria é mudada a cada dois anos. Daqui a um tempo será outro presidente. É o Conselho que detém

> a marca e o poder de realizar o evento. Então, não é o evento da marcha do pastor Silas Malafaia; ele só, no momento, está como presidente – só para esclarecer.

A legitimidade adviria do caráter coletivo e juridicamente adequado da entidade e dos seus direitos sobre o evento, condensados na marca da Marcha. Malafaia não é defendido segundo o vocabulário do homem de Deus, mas sim pelo vocabulário de representante de uma coletividade juridicamente estabelecida.

Em setembro, a discussão alcançou outro patamar a partir da rejeição das contas do prefeito de Teresópolis pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em razão da destinação de verbas públicas a um evento evangélico e outro católico. Na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o deputado Samuel Malafaia empreendeu a defesa do prefeito, apresentando uma definição do que seria laicidade:[29]

> Senhor presidente, senhores deputados, é muito comum a confusão que se faz no entendimento do que é um Estado laico. O Estado laico é caracterizado pelo país que tem uma posição neutra no campo religioso; defende a liberdade religiosa dos cidadãos; um país que respeita toda e qualquer corrente religiosa presente nos diversos segmentos da sociedade; todos têm chance, espaço e apoio do governo para se manifestarem livremente e ordeiramente. [...]
>
> O Estado laico não discrimina religião alguma e busca favorecer a boa convivência entre os credos.
>
> Faço esse preâmbulo porque soube que o ex-prefeito de Teresópolis recebeu uma multa do Tribunal de Contas em decorrência de a Prefeitura ter patrocinado a realização da Marcha para Jesus naquela cidade no ano de 2010. [...]
>
> Concordamos que o poder público não deva fazer doações em dinheiro para a Igreja realizar seus movimentos. Concordamos

29 Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1342567-tce-do-rio-considera-ilegal-repasse-de-verba-publica-a-marcha-para-jesus-e-evento-catolico.shtml. Acesso em: 15 ago. 2016.

> que o poder público – não – não deva. Não concordamos que haja um fluxo de dinheiro para qualquer igreja, mas isso tem que valer para todas as igrejas.

Assim, vemos que a "laicidade", que aparecia como chave nas denúncias, não é repudiada, mas redefinida sob um enquadramento muito próprio. Nessa visão, a laicidade não seria o apartamento entre o Estado e a religião, mas um arranjo pluralista em que as diferentes religiões, como aspecto da vida civil, teriam espaço no Estado. A laicidade seria a igualdade de oportunidades para as diferentes religiões, na qual "todos têm chance".[30]

A argumentação, porém, assim como a de Isquierdo, se volta para a representatividade do evento e da entidade que o realiza, apresentada como "paraeclesiástica", ou seja, com ênfase em seu caráter político e diferenciação de uma igreja, a quem, por lei, seria proibido financiamento do Estado.

Se o financiamento de igrejas seria uma atuação do Estado na ampliação de uma religião, o patrocínio à Marcha seria devido a seu aspecto público, dando a entender que, nessa concepção, os evangélicos teriam também uma dimensão política e cultural que, embora relacionada ao aspecto religioso, não se confundiria com ele.

A presença de outros atores da cena pública, como organizações não governamentais (ONGs) e imprensa, seria uma demonstração desse caráter de atuação "cultural" e política em oposição a um evento unicamente religioso:

> Em primeiro lugar, devemos esclarecer que as Marchas para Jesus não são organizadas por nenhuma Igreja evangélica. Trata-se de um evento organizado por entidades pararreligiosas, e sempre tem a participação de veículos de comunicação evangélicos para sua divulgação, como jornais, revistas, ONGs e as redes sociais. [...]
>
> No caso da Marcha para Jesus, o evento é realizado pelo Conselho de Pastores, conforme disse, que é uma entidade paraeclesiástica.

30 Sobre isso, ver Campos, Gusmão e Mauricio Junior, 2015.

> Podemos considerar a Marcha para Jesus um evento cultural que notadamente contribui para o fomento do turismo e do comércio, vez que envolve a presença de centenas de pessoas, de diferentes municípios, e até de outros estados da federação, numa participação que cresce a cada ano [...]. A Marcha para Jesus não é um evento exclusivo dos evangélicos, mas, como movimento cultural, acaba por agregar pessoas também de outras religiões. Além do mais, é um evento previsto na legislação federal, sancionada pelo presidente Lula, na Lei 12.025, de 3 de setembro de 2009; e também na legislação estadual, pela Lei 6.236/2012; e em diversos municípios Brasil afora.

Aqui, a ideia de cultura torna o evento equivalente aos organizados por quaisquer tipos de coletividade, inclusive ultrapassando os próprios "evangélicos". A Marcha seria equivalente, portanto, a eventos tão diversos quanto a vinda do Papa e a Parada Gay. O deputado aciona, desse modo, certa ideia de minoria, não numérica, mas no sentido que esse termo ganha nos debates multiculturais (SANT'ANA, 2014). Sendo do mesmo caráter que tais eventos, qualquer sanção seria um ato de perseguição, no mesmo sentido acionado por Isquierdo.

> Senhor presidente, segundo os jornais, a recente visita do Papa ao Brasil teve um custo de R$ 118 milhões. O governo ajudou financeiramente o evento, e o Tribunal de Contas não se manifestou contrário. O governo dá ajuda para a Parada Gay, e o Tribunal de Contas não é contra. Repito: nosso Estado é laico. Também os evangélicos têm o direito de receber ajuda para promover eventos populares, como a Marcha para Jesus. Caso contrário, o que é proibido para um é proibido para outro. No caso em questão, a multa imposta ao ex-prefeito de Teresópolis sugere um quadro de perseguição religiosa, e com isso não podemos concordar, por tudo que está sendo aqui exposto.

Por fim, elementos dos discursos que sustentam a ideia moderna de Estado racional burocrático, como "racionalidade do Estado", "justiça", "igualdade de direitos" e "interesse público" do evento, são evocados sob a chancela da autoridade de um "jurista":

> De acordo com o jurista Bandeira de Melo, "o interesse público deve ser conceituado como interesse resultante do conjunto dos interesses que os indivíduos pessoalmente têm, quando considerados em sua qualidade de membros da sociedade, e pelo simples fato de o serem". Claramente demonstrado que a Marcha para Jesus, por ter também características de um evento cultural, evidente que há interesse público, pois é a manifestação de uma parcela significativa da população, seja no cenário nacional, regional ou municipal.
>
> A medida da Prefeitura de Teresópolis não afeta o sentido de justiça ou da racionalidade, equiparando-se, inclusive, a tantas outras prefeituras do país que abraçam esse evento. Que não se configure qualquer tipo de perseguição religiosa ou preconceituosa contra esse segmento relevante da nossa sociedade que, como todo cidadão fluminense, tem deveres, mas também direitos que devem ser iguais para todos.

No entanto, essa defesa da "laicidade" e do Estado moderno não antagoniza os elementos do campo semântico que essa formulação costuma atribuir à religião, como a "fé", o "amor de Cristo" ou a comunhão entre os irmãos. Ao contrário. Esses elementos aparecem enumerados ao lado de valores que apontam para certa concepção de cidadania, como "manifestação ordeira", "valores éticos", "esperança num Brasil melhor". Mais uma vez, o modo evangélico de atuar publicamente recebe uma delimitação.

> A Marcha para Jesus é uma manifestação ordeira da sociedade, proclamando Jesus Cristo o Senhor da nossa cidade. É um grande momento de comunhão entre irmãos de diversas denominações, cristãos de todas as religiões, idade e raça. Acontece em âmbito mundial. A primeira Marcha foi realizada em Londres em 1987.
>
> É uma grande caminhada pelo amor de Cristo, sempre proclamando a fé, a justiça, valores éticos e a esperança num Brasil melhor.

O tom do discurso do deputado foi replicado nas respostas dadas pelo Comerj a respeito do financiamento da Marcha. Em 2014, quando

o Ministério Público Federal denunciou o prefeito Eduardo Paes por improbidade administrativa pelo patrocínio à Marcha, que teria ferido os princípios de laicidade do Estado, Silas Malafaia, na condição de presidente do Comerj, além de lembrar do dinheiro investido pelo Estado em eventos ligados à Igreja católica, como a vinda do Papa, e acenar com a argumentação de perseguição religiosa, deixou clara essa concepção em poucas palavras: "A Marcha está no calendário oficial da cidade e não é evento da Igreja evangélica".[31]

Se no parlamento, no processo jurídico e na imprensa o descolamento da "Igreja evangélica" era reivindicado tão claramente, nos cartazes oficiais, ela aparece na forma da logomarca "Igrejas evangélicas do estado do Rio de Janeiro". Cabe perguntar por quê.

As Igrejas evangélicas do estado do Rio

Se, na defesa da coerência da Marcha com o princípio de laicidade do Estado, Malafaia fazia questão de dizer que não era evento da Igreja evangélica, nos materiais oficiais da edição de 2013, a logomarca "Igrejas evangélicas do estado do Rio de Janeiro" estava estampada em tamanho maior do que o dedicado aos demais apoiadores. No entanto, diferentemente do Comerj, da Rede Globo e da Prefeitura do Rio de Janeiro, essa logomarca não se refere a nenhuma pessoa jurídica ou física. "Igrejas evangélicas do estado do Rio de Janeiro" não existe juridicamente, não tem CNPJ, marca registrada, nem está formalizada de qualquer outra maneira. O que não torna esse personagem menos real ou efetivo.

Um dos aspectos mais marcantes dessa existência é justamente o fato de que, ostentado e referido todo o tempo, não fosse alvo de questionamentos. Ao contrário. Esse personagem aparecia com mais frequência nas respostas sobre "quem organiza a Marcha" do que o próprio Comerj ou a Prefeitura, que sequer foram citados pelos interlocutores nas conversas informais, embora, como vimos, tenham sido apresentados nos jornais e nos discursos dos organizadores.

---

31 Disponível em: http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-10/investigacao-sobre-verba-para-marcha-evangelica-irrita-pastor.html. Acesso em: 24 set. 2016.

Paulo, assessor parlamentar, articulador da Marcha, mais do que ciente do que são e como operam o Comerj, a Globo e a Prefeitura, me deu como primeira resposta à pergunta "quem organiza a Marcha?" "o povo de Deus, as Igrejas evangélicas", num tom que sugeria obviedade. Insisti, perguntei: "e como isso é operacionalizado, como, das Igrejas evangélicas, surge a Marcha inteira, com cartazes, som, cantores?".

> – Ah! Sim! Mas a Igreja é um corpo. São todos no mesmo espírito, quando um fala, ora, é o povo todo que tá ali com ele. Tem as pessoas que fazem as coisas, os funcionários, mas é a aparência, porque a essência é um só espírito. Um ou outro que vai negociar com as empresas, mas é tudo um corpo, e o que sustenta o corpo é o espírito. Não aconteceria nada se fosse o pastor Silas lá sozinho, é o clamor de todo o povo de Deus. A gente tem que dar o valor, por isso que ta lá "Igrejas evangélicas", porque não é uma Marcha do pastor Silas, nem do Paulo, é pra Jesus, quem sua pra botar na rua são as Igrejas.
>
> – Mas dá pra falar numa unidade assim, Paulo, não tem Igreja que critica a Marcha?
>
> – Tá lá porque tem, o que tem é muito falso profeta, muito lobo em pele de cordeiro, que tem picuinha com os que têm essa missão, que estão conseguindo mudar as coisas e ficam com inveja, mas esses não dá pra chamar de cristão [sic]. Preferiram a obra do diabo, Deus vai cobrar isso deles. Mas isso não importa, o que importa é que a Igreja acordou, a Igreja foi pra rua.

A fala de Paulo é significativa de, pelo menos, três dimensões fundamentais: a percepção do que seria esse "povo de Deus", de quem se opõe a ele e de como ele opera. O primeiro aspecto, como já aparecia nos discursos do Comerj, dos pastores e parlamentares, é marcado por um deslizamento entre "povo de Deus", "Comerj" e Igrejas evangélicas.

Embora a ideia de representação apareça algumas vezes como mediadora da relação entre eles, é importante atentar principalmente para o efeito produzido: o de metonímia. Menos do que uma

representação formal, numérica, o que se desdobra desses discursos é a ideia de que o Comerj, as pessoas que vão à Marcha, as Igrejas evangélicas, o povo de Deus, embora não sejam a mesma coisa, se equivalem porque são "um corpo".

Bourdieu (2004), ao tratar do que chamou de "fetichismo político", argumenta que a dinâmica da metonímia é parte inerente das relações de representação. No entanto, é justamente a partir da constituição da representação que o grupo "existe e faz existir":

> É porque o representante existe, porque *representa* (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante de um grupo. [...]
>
> O mandatário torna-se, pela delegação inconsciente – falei como se ela fosse consciente, para atender às necessidades da exposição, por meio de um artifício análogo à ideia de contrato social –, capaz de agir como substituto do grupo de mandantes. Em outros termos, o mandatário de certa forma está numa relação de metonímia com o grupo, ele é uma parte do grupo que pode funcionar enquanto signo no lugar do grupo como um todo (BOURDIEU, 2004, p. 189).

Por esse raciocínio, a partir da metáfora do corpo e do espírito utilizada por Paulo, podemos pensar que a Marcha (ou seja, os setores que a realizam), em grande medida, opera como mandatária da "Igreja", entendida como "os" salvos por Jesus. A ideia aqui não é a de signo, mas a de manifestação de um mesmo espírito. A consequência segue sendo, porém, que, através dessa manifestação, os evangélicos se fazem, ou seja, o espírito desse corpo uno se materializa.

Esse modelo de "corpo", porém, não é o modelo clássico da divisão de funções e membros. Ao contrário, quando se refere ao "corpo", Paulo parece, na verdade, enfatizar o "espírito", esse sim sustentador de todo o corpo. A fala de Malafaia, as orações de Ronaldo, as articulações de Paulo, segundo essa concepção, não parecem "representar" os evangélicos, mas sim, e isso é diferente, manifestar o "espírito" dos evangélicos.

Os que se opõem a esse corpo estão fora dele por estarem, na verdade, fora do espírito. A questão é que, fora do espírito, não pode haver senão a obra do diabo. Sendo assim, não há uma contradição com a metonímia da representação. Embora não se afirme formalmente que a Marcha é a representante da opinião dos evangélicos, o efeito de um discurso que a apresenta como manifestação do espírito desloca todos os que a criticam para fora do "povo de Deus", inserindo-os, consequentemente, nas obras do diabo.

Por último, da fala de Paulo, podemos desdobrar também a importância do trabalho desse "corpo" como visibilidade e como prática. De certo, a apresentação de "Igrejas evangélicas do estado do Rio" tem o efeito de amplificar, para quem quer que veja os cartazes, a participação desse "povo de Deus" como verdadeiro organizador do evento.

Por outro lado, nosso entendimento desse efeito ganha mais sentido se lembrarmos das diversas dimensões em que essa participação é efetivada. Embora também seja parte do discurso sobre a Marcha, essa percepção é construída por experiências cotidianas de envolvimento com o corpo e com o espírito. Interceder, ouvir o programa do Comerj, organizar caravanas, debater as pautas do evento com os irmãos e, finalmente, marchar para Jesus no Centro da cidade é, de fato, manifestar esse espírito para muitos dos que ali estão.

Além disso, como vimos na apresentação do Comerj, a estrutura mobilizada pelos pastores do Conselho é precisamente a das igrejas que pastoreiam. Nessas igrejas se forjam muitas das caravanas, dos grupos de intercessão, dos voluntários para a estrutura.

Na delimitação do que seria o "evangélico" por parte dos setores que organizam o Comerj, a Igreja é fundamental como instituição legítima onde os cristãos, em comunhão, constroem o projeto de Deus na terra. Apontar para as "Igrejas" e não para os "evangélicos" cumpre não só o papel de dar um efeito institucional (legitimador também segundo as regras do que seria a esfera do "Estado"), mas de reafirmar um modelo específico de espiritualidade assentado na organização em igrejas.[32]

---

32 O pastor Silas Malafaia, aliás, foi um crítico histórico do modelo G12, que se expandiu pelo Brasil nos anos 1990 e 2000 e que propunha pequenas reuniões com, no máximo, 12 pessoas como modelo de comunhão mais efetivo do que os gran-

No entanto, na Marcha, essas pessoas passam a ser parte da grande metonímia, a face visível desse corpo que, nos discursos, nas manchetes e no cartaz oficial, aparece como as "Igrejas evangélicas". A construção de uma logomarca para "Igrejas evangélicas", que não existe juridicamente, comercialmente ou sob nenhuma outra forma cristalizada, contribui para a percepção de que as práticas de unidade verificadas no evento são generalizáveis e palpáveis.

Quem faz a Macha e quem se faz na Marcha?

Iniciei este artigo chamando atenção para o fato de que a Marcha para Jesus é uma das faces da disputa em torno da construção de uma unidade entre diferentes setores que buscam atuar publicamente como "evangélicos" no Brasil. Parte da ampliação da circulação de um repertório que enquadra as diversas dimensões da vida em uma guerra contra o diabo, esse evento se enquadra em um processo mais geral em que se procura organizar a ocupação de espaços que teriam sido tomados pelo demônio, sejam eles a rua, a cidade ou o Estado. A partir dos casos das Marchas de 2012 e 2013 no Rio de Janeiro, procurei abordar um aspecto específico desse fenômeno: a articulação para a realização do evento.

Embora, à primeira vista, a pergunta "quem organiza a Marcha?" parecesse muito objetiva, as diferentes respostas que recebi de interlocutores demonstraram que esse era um ponto que exigia uma reflexão mais detida. Partindo dos organizadores listados nos cartazes oficiais do evento, procurei desdobrar pistas sobre seus modos de construir alianças e ações conjuntas. Nesse sentido, o Comerj e sua posição de "realizador" ajuda a entender algumas das estratégias e implicações dessa organização em rede.

As bases práticas dessa articulação diferem pouco das utilizadas na construção política de outros grupos. Espaços de *networking*, articulação entre lideranças e organização de palestras e congressos com pautas comuns de intervenção política são estratégias utilizadas por diversas associações. O funcionamento do Comerj demonstra, porém, que seu objetivo não é promover organizações representati-

---

des cultos, permitindo intimidade e experiências mais profundas. Malafaia foi um defensor do modelo tradicional de grandes igrejas.

vas no modelo clássico de movimentos sociais de uma "base" evangélica, mas acessá-la a partir de lideranças já estabelecidas em seus nichos e garantir uma experiência coletiva dos "evangélicos". Essa articulação em rede é capaz, por isso, de incluir, além da dimensão eclesiástica dessas lideranças, os papéis ocupados por elas enquanto empresários, figuras públicas ou parlamentares.

Essa articulação permite mobilizar não somente recursos financeiros e logísticos, mas também humanos. As relações estabelecidas nas atividades cotidianas da igreja são combinadas às experiências de atuação conjunta na organização do evento e nas demais cooperações formuladas nessa rede, como campanhas eleitorais, por exemplo. Na formação de quadros que advém dessa experiência, a política não se encontra, portanto, fora da vida, em alguma abstração teórica, mas profundamente encarnada em pastores, líderes, irmãos e amigos.

Nesse sentido, o apoio de representantes do "mundo", ou seja, de um escopo mais amplo do que o apresentado como evangélico cumpre um papel importante de legitimador do lugar público desses evangélicos, assim como de sua vitória na conquista de espaços dominados pelo diabo. A Rede Globo de Televisão, que muitas vezes foi identificada com as ações demoníacas em programas como *25ª hora*, ganhou destaque e uma representação gráfica maior até mesmo que a do Comerj. Sua logomarca, estampada ao lado do palco e nos materiais gráficos, demonstra, desse ponto de vista, um avanço sobre o território antes dominado pelo diabo, além de amplificar a metonímia produzida entre os que ali estão e os "evangélicos" em geral.

É por essa mesma razão que o apoio do Estado, na figura da Prefeitura do Rio de Janeiro, ganha um grande espaço nas falas e na representação gráfica do evento. Mais do que os recursos financeiros (que são extremamente relevantes, sem dúvida), o apoio da Riotur tem um efeito legitimador. Trata-se de reconhecimento da relevância pública do evento e, portanto, dos "evangélicos" que ali se manifestam.

Embora, como vimos, haja críticos a essa "mistura", ela é defendida pelos setores organizadores da Marcha como uma vitória. Mais ainda, como uma questão de igualdade de tratamento em relação a outros segmentos sociais. O apoio de recursos públicos a eventos

promovidos pela Igreja católica e à Parada LGBT+ é lembrado como um dado que comprovaria a desigualdade de tratamento em relação aos evangélicos. A "defesa" apresentada por Isquierdo, Silas e Samuel Malafaia é de que a inserção dos evangélicos é, na verdade, um aprofundamento da universalidade desse Estado segundo concepções específicas de "diversidade" e "laicidade". A laicidade, segundo essa concepção, não seria a separação entres as esferas religiosa e política; ao contrário, seria a garantia, dada pela legitimidade do Estado, de acesso a todos os direitos e condições de participação pública de coletividades em geral por parte também dos "evangélicos".

No entanto, essa conquista de espaços não é entendida como uma mudança interna, que poderia contaminar os princípios desse exército de Deus. Ao contrário, o modo evangélico de ocupar a política teria características distintas e seria, ele sim, capaz de influenciar positivamente os espaços em que é aplicado. Esse aspecto aparece com clareza nas falas a respeito do modo "correto" de atuar no espaço público dos evangélicos. Devolver o dinheiro que sobrou do orçamento, agir de maneira "ordeira", respeitar e orar pelas "autoridades", mesmo que não evangélicas, seria o caminho para vencer as mazelas causadas pelo domínio do diabo, como a miséria, a fome ou a corrupção. Essa delimitação específica apontaria também para o "espírito" manifesto na atuação de qualquer parte desse "corpo", como bem expressou Paulo.

É com essa concepção que se torna possível indicar "Igrejas evangélicas do estado do Rio de Janeiro" como parte realizadora do evento. Embora não exista como entidade, essas Igrejas ganhariam corpo na própria Marcha, que manifesta seu "espírito". Assim, a presença dessa logomarca não é apenas uma maneira de indicar que o evento representaria os "evangélicos do estado", mesmo que estes não estejam organizados, mas é parte, ela mesma, do que os cria. Dito de outra forma: a organização do evento enquanto evangélicos é, ela própria, um mecanismo que dá corpo ao "espírito". Por meio dessa atuação em rede, se formam quadros, se delimita a maneira evangélica de ocupar o espaço público e se corporifica a ideia de evangélico. Ou seja, ao fazer a Marcha, esses setores também se fazem enquanto "evangélicos".

Se, como vimos, os organizadores oficiais estão expostos com suas logomarcas em quase todos os espaços do evento, de onde vem, então, a dificuldade (ou divergência) dos meus interlocutores nessa localização? Uma pista para responder a essa pergunta talvez seja levar a sério a ideia de corpo e espírito tal qual apresentada por Paulo. Isso implicaria notar que o que parece erro ou desconhecimento pode ser, na verdade, parte de uma concepção política. Em grande medida, para meus interlocutores, os atores elencados como organizadores se equivalem. "Malafaia", o "povo de Deus", o "Comerj", "os evangélicos", as "Igrejas evangélicas do estado do Rio de Janeiro" são entendidos como manifestações desse espírito e se apresentam enquanto evangélicos.

Assim, essa manifestação não depende necessariamente dos parâmetros de representação jurídica ou numérica. É determinada pelo grau em que "manifesta" o espírito desse corpo. Em tempos de rupturas com os parâmetros que, pelo menos desde a Constituição de 1988, orientaram as disputas em torno de concepções de "democracia", "participação" e "Estado", a invenção de uma coletividade evangélica na "manifestação" em vez de na "representação" pode ser útil para pensar o escopo mais geral da política pós-1988 no Brasil, na qual esses "evangélicos" se manifestam.

Referências

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. *Journal of Historical Sociology*, n. 1 v. 1, p. 58-89, mar. 1988.

ASAD, T. *Formations of the secular*. Christianity, Islam, Modernity. Stanford: Standford University Press, 2003.

_____. *Genealogies of religion*: discipline and reasons of power in Christianity and Islam. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

BIRMAN, Patricia. O poder da fé, o milagre do poder: mediadores evangélicos e deslocamentos de fronteiras sociais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 133-153, jan.-jun. 2012.

_____. *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAMPOS, Leonildo. Evangélicos e mídia no Brasil: uma história de acertos e desacertos. *Revista de Estudos da Religião (Rever)*, p. 1-26, set. 2008.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; GUSMÃO, Eduardo Henrique Araújo de; MAURICIO JUNIOR, Cleonardo Gil de Barros. A disputa pela laicidade: uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 165-188, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872015000200165&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 set. 2016.

CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel*: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

D'ARAÚJO. *Caio Fábio*. Confissões do pastor. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DE PAULA, Robson Rodrigues. *Audiência do Espírito Santo*: música evangélica, indústria fonográfica e formação de celebridades no Brasil. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008.

DUARTE, Tatiane dos S. *"A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá"*: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

FERNANDES, Rubem; SANCHIS, Pierre; VELHO, Otávio; PIQUET, Leandro; MARIZ, Cecília; MAFRA, Clara. *Novo nascimento*: os evangélicos em casa, na política e na igreja. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MACHADO, Carly. Morte, perdão e esperança de vida eterna: "ex-bandidos", policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro, In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia, MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

MACHADO, Maria das Dores. Existe um modo evangélico de fazer política? In: BIRMAN, Patricia. *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais* – sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.

MARIZ, Cecília L. A teologia da batalha espiritual: uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 47, 1. sem. 1999.

_____. O demônio e os pentecostais no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (Orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Uerj, 1997.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre. *Igreja Universal do Reino de Deus*: os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas, 2003.

REILY, Duncan A. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1984.

ROSAS, Nina. Religião, mídia e produção fonográfica: o Diante do Trono e as disputas com a Igreja Universal. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 167–194, 2013.

SANT'ANA, Raquel. A música gospel e os usos da "arma da cultura". Reflexões sobre as implicações de uma emenda. *Intratextos*, v. 5, n. 1, p. 23–41, 2014.

_____. *A nação cujo Deus é o Senhor*: a imaginação de uma coletividade "evangélica" a partir da Marcha para Jesus. Tese (doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política*: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

Fabricações do estado

Parceria y colaboración: hacer(se) Estado y producir arte

Laura Navallo

Introducción

Este trabajo tiene por finalidad indagar dos tipos de prácticas que consideramos recurrentes en la gestión artística, aunque no es exclusivamente de ésta. A través del abordaje de las maneras en que se gestionaron los festivales internacionales de danza contemporánea en Brasil – objeto de la investigación etnográfica[1] – se pudo analizar que tanto la parceria[2] como la colaboración además de referir a

1 Nos referimos a la investigación realizada para el doctorado en antropología social (MN/UFRJ) en torno a dos festivales internacionales de danza contemporánea: Festival Panorama (Río de Janeiro) y Bienal Internacional de Dança do Ceará (Fortaleza, Ceará). A través de los festivales se analizaron prácticas de gobierno: cómo se gobierna en y a través de los festivales internacionales de danza contemporánea y de la danza y cómo se gestiona ese gobierno. El trabajo de campo (2010-2012) consistió en la asistencia a los lugares de presentación de las obras; entrevistas con bailarines y gestores culturales; el análisis de: legislaciones asociadas a la producción cultural, los programas de los eventos y las fichas técnicas de los espectáculos; participar del entrenamiento de bailarines; observación de las prácticas y frecuentación a los espacios de sociabilización de estos actores sociales.
Para realizar el trabajo de campo se contó con las convocatorias de auxilio a investigación otorgado por el PPGAS/MN/UFRJ así como por la beca de doctorado de CNPq.

2 *Parceria* es un término del portugués y muy usado. Se lo empleará en su idioma por la peculiaridad que tiene en la organización social, política y económica en Brasil. Por ser una palabra extranjera se mantendrá el itálico. No existe en el español una palabra semejante, a veces puede ser traducida como asociación, colaboración o co-realización. Es decir términos que nos proponemos problematizar en este ensayo y que consideramos significas aspectos distintos.
El diccionario define la *parceria* como "reunión de dos o más personas que tienen un interés común; sociedad, compañía" (Ferreira, 2004, p. 610). Muchas de sus acepciones están vinculadas al concepto de red social, o bien sus usos ponen en evidencia la activación y la actualización de los vínculos sociales establecidos por motivaciones políticas, económicas o por ideas. Se podría decir que en el contexto de la producción cultural y la organización de los festivales la *parceria* muestra los intercambios que se realizaron entre instituciones, personas y no implicaba necesariamente que a través de ésta circulara dinero, ya que entre los elementos presentes en esos trueques estuvieron las ideas y las informaciones.

la creación artística también aluden a las formas en que el Estado se realizaba en aquel momento. De este modo, nos proponemos en esta ocasión desentrañar distintas nociones en torno a estos términos porque implicaron formas de acción y producción social.

La gestión de los festivales internacionales supone, entre muchas actividades, la obtención de recursos para que se garantice su realización y la circulación de distintos bienes concebidos por sus actores sociales como los motivos que le dan sentido a sus prácticas. Asimismo, implica el empleo de inteligencias, aquellas ideas que los agentes pudieran intercambiar, vinculadas a nociones afines de lo que sea danza contemporánea, secuenciar las obras en una curaduría, concebir un festival. Las inteligencias además suponen maneras tácticas de aprehender los usos de los recursos legales en el que las relaciones sociales y afectivas se convierten en modos de parceria y colaboración.

Se suceden e intercalan redes de festivales, "redes de colaboración"[3] y parcerias. Formas de vínculos sociales que aparecen de manera diferenciada en los créditos. Las instituciones se presentan en los programas de los festivales clasificadas y jerarquizadas según distintos principios. A cada clasificación le corresponde una forma de agradecimiento y un lugar y tamaño en la diagramación del programa. Las compañías que participan del festival encuentran en la ficha técnica de su obra la manera de agradecer a los programas gubernamentales que posibilitaron la creación de la obra, la circulación y la participación en tales eventos.

Cabe señalar que la gestión de los festivales difiere de la gestión que realizan las compañías de danza para ganar convocatorias vinculadas a la creación artística, principalmente, o a la circulación,

3 Esta expresión se inspira en la noción de Howard Becker (2008) que caracteriza al mundo del arte como actividad social y organizacional y no tanto por su dimensión estética. En este sentido, el autor define "mundo del arte" como "redes de cooperación", es decir "la red de personas cuya actividad cooperativa, organizada, a través de su conocimiento conjunto de los medios convencionales de hacer las cosas, produce el tipo de trabajos artísticos que caracterizan al mundo del arte" (p. 10). Entiende por lo tanto como "vínculo cooperativo" a "todo aquello que el artista – definido como la persona que realiza la actividad central sin la cual el trabajo no sería arte – no hace, debe hacerlo alguien más. El artista, entonces trabaja en el centro de una red de personas que colaboran, cuyo trabajo es esencial para el resultado final" (p. 43).

manutención de repertorio y/o grupo. Los directores artísticos y gestores de festival al tiempo que aprenden hacer, articular programas y entidades culturales de administraciones estatales de distintas escalas, fomentan que la creación artística se lleve a cabo en el tránsito de las compañías por distintos escenarios (locales, nacionales e internacionales). La circulación de compañías por festivales configura un mapa afectivo – compartido por artistas, organizadores y audiencia – de lo que está concibiéndose en ese momento como danza contemporánea que también resulta en compartir las formas de programar las obras en una curaduría. Los bailarines, mientras transitan por redes de festivales, incorporan las maneras de integrar esos circuitos, aprehendiendo los movimientos y los pasos administrativos que los mantienen en escena.

Las distintas categorías empleadas en la gestión de festivales distinguen relaciones sociales específicas, entre ellas las institucionales. Las relaciones intersubjetivas enlazadas en mallas de relaciones se tornan posible en la medida en que los sujetos también forman parte de diversas instituciones y pueden apelar a ellas para hacer realidad su proyecto. Las relaciones, por lo tanto, alcanzan distintos espacios, jurisdicciones y tipos de vínculos. Aquello que aparece como ícono diagramado en un programa es la materialización de convenios con entidades locales, nacionales e internacionales que algunos sujetos – directores y gestores de festival – establecieron. Esos acuerdos y articulaciones institucionales forman parte del trabajo de gestión cultural, en el que se pone en acción un "saber hacer" que se ha constituido como experticia en su ejercicio, en la "prueba" y el "error", en ganar o perder convocatorias lanzadas por entidades públicas, privadas o mixtas. También constituye el trabajo de la gestión el cultivo de vínculos intersubjetivos, independiente de la proximidad afectiva entre los partícipes, las relaciones interpersonales se capitalizan en las adscripciones institucionales que los sujetos disponen y, a través de éstas, entre otras cosas, materializan el festival.

Como dicho anteriormente, articular las diversas entidades o los agentes a ellas vinculadas supone el ejercicio de la gestión cultural. Por ello, analizaremos los distintos sentidos en torno a parceria y colaboración y las maneras en que aparecen, ya sea en los programas

del Festival Panorama; los usos empleados en las fichas técnicas de los grupos que han sido programados en la edición del festival; los discursos de los sujetos cuando se refieren a su trabajo y por último, las connotaciones políticas de estos términos, si consideramos que a través de la parceria pueden analizarse las formas en que el Estado se realiza.

Festival Panorama, creación artística y algunas formas de parceria

El Festival Panorama se realiza desde 1992 en la ciudad de Río de Janeiro. En sus inicios fue un evento de danza contemporánea, pero desde el año 2010 amplía el espectro de obras y actividades a las "artes del cuerpo". Durante muchos años el Festival Panorama estuvo bajo la dirección artística y general de la coreógrafa carioca Lia Rodrigues, quien invita a Roberto Pereira (investigador, curador y docente de danza) a formar parte de la curaduría y la dirección y posteriormente a Nayse López (periodista) y Eduardo Bonito (gestor cultural). En el transcursos de los años 2000 Roberto Pereira fallece, Lia Rodrigues delega en Nayse López y Eduardo Bonito la dirección general y artística del festival y se retira de ese lugar para dedicarse exclusivamente a la dirección coreográfica de su compañía.

A partir del año 2005 al festival dejó de ser organizado por sujetos individuales y pasó a realizarlo la Asociación Cultural Panorama, entidad que lleva a cabo diversas acciones vinculadas a la danza y artes del cuerpo además del festival. El cambio de persona física a persona jurídica implicó una transformación en los modos de acceso a recursos a través de convocatorias públicas (ya sean de entidades estatales, privadas o mixtas) y que la asociación civil hiciera distintas actividades y programaciones durante todo el año. La Asociación Cultural Panorama merece un análisis más exhaustivo en tanto configuración social específica y entidad burocrática que aquí no pretendemos agotar.[4] Antes bien nos interesa indagar las articulaciones que se establecen entre las prácticas de parceria y colaboración.

El Festival Panorama estuvo conformado por un conjunto de actividades: exhibición de obras, mesas redondas en torno a asuntos como la gestión de la danza o de la cultura o temáticas que atra-

4 Al respecto se puede consultar Navallo (2014).

vesaban la curaduría un determinado año (memoria y política, por ejemplo). En ciertas ocasiones pudo contar con talleres y residencias artísticas, muestras de "artistas jóvenes" o de "estudiantes", o bien performances en espacios públicos. Varias de esas actividades fueron realizadas en más de una edición del festival y para sostenerse contaron con la participación continuada de determinados sujetos o instituciones sociales. Tal fue el caso de CoLABoratorio.

Dicho segmento de la programación fue un espacio de residencias promovido para que artistas y coreógrafos pudieran intercambiar experiencias creativas y afectivas y dieran continuidad a esos vínculos, es decir que ellos crearan las condiciones de "sustentabilidad" del proyecto que el Festival Panorama a través del CoLABoratorio había propiciado. Esa actividad fue posible gracias a la cooperación internacional ya que las formas de fomento brasileras no destinaron fondos para esa clase de proyectos culturales. El CoLABoratorio se hizo principalmente a través de la Agencia Española de Cooperación Internacional que destinaba recursos para la creación artística, en la medida que "fomentara el desarrollo" de países "iberoamericanos". El Institut Français llevaría a cabo un programa semejante denominado Africa em création.

Para que artistas (bailarines/as; coreógrafos/as; actrices, actores; artistas audio-visuales; performers) de distintas nacionalidades conciban una idea creativa, ensayen ponerla en escena y la presenten como work in progress, debieron articularse estrategias administrativas que conectaran a las personas procedentes de diversos territorios. Reunir a esas personas internacionalizó el festival al tiempo que internacionalizaba a los artistas por transitar redes creativas.

Las instituciones vinculadas a la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID) en el año 2010 incorporaron a su plan de acción países latinoamericanos, lo que permitía que las convocatorias lanzadas por el Festival para participar del CoLABoratorio incluyera a Nicaragua, Bolivia, Ecuador, El Salvador y Guinea Ecuatorial. Cumpliendo de esta manera ambas instituciones – Panorama y AECID – con sus objetivos. De modo semejante ocurría cada vez que un país pasaba a formar parte de Unión Europea o se tornaba de interés para la Comisión de Cultura, ese país se convertía en el principal destinatario de recursos ese año, encon-

trando en la promoción artística un modo de acceder a ellos. Cuando esto acontecía y era previsto en la gestión del Festival Panorama, los artistas de esos países pasaban a integrar la programación, ya sea por medio de AECID, de alguna entidad portuguesa (por el estrecho diálogo entre Brasil y Portugal) o a través de los ministerios de cultura miembros de la comunidad europea.

El tránsito por, lo que aquí llamo, redes creativas se materializaba en distintos eventos culturales, principalmente festivales internacionales, o en otras residencias o workshops. A su vez, esas conexiones eran posible por la presencia de relaciones interpersonales y trayectorias profesionales de los directores o productores ejecutivos de los eventos articulados. La experiencia profesional de quien fuera en el momento de la investigación el director general del Festival Panorama, Eduardo Bonito, en la productora cultural Artsadmin de Inglaterra le permitía que mediante ella se puedan movilizar determinadas compañías, se vehiculice recursos para proyectos específicos o que se realicen ciertas acciones de manera conjunta. Este director, a su vez, al haber vivido y trabajado en España en la producción cultural entendía el oficio de la gestión en esos países. El conocimiento práctico también se evidenciaba en la acumulación de un capital social que conectaba eventos de ciudades de España, Inglaterra, Portugal, Francia, Alemania, capital social que en general fue acrecentándose.

Entre los años 2006-2007 el CoLABoratorio fue co-organizado por el Festival Panorama; Artsadmin; Festival Alkantara de Lisboa; Teatro de Praga; el Fórum Cultural Mundial; el Consulado General de Francia en Rio de Janeiro y los otros festivales del Circuito Brasileiro de Festivales Internacionales de Danza Contemporánea.[5] El Festival In-presentable (Madrid) y la Red Sudamericana de Danza

5 Este circuito estuvo conformado por el Festival Panorama (RJ); Fórum Internacional de Danza de Belo Horizonte (MG); Bienal Internacional de Danza de Ceará (CE); Festival Internacional de Danza de Recife (PE), uniendo cuatro asociaciones civiles encargadas de hacer los mencionados eventos y reuniendo las regiones "sudeste" – "nordeste". La conformación del Circuito tuvo entre sus objetivos "federalizar" los recursos mediante el uso de la ley de incentivo a la cultura, algo previsto en ésta pero no era llevado a la práctica, y por lo que fue muy criticada. El Circuito en ese sentido quiso achicar las desigualdades estructurales regionales, y funcionó para que determinados patrocinadores (Oi, Petrobras, Caixa Cultural) otorgaran dinero a los cuatro eventos y estas entidades cuadriplicaran su "retorno

fueron participantes pero no organizadores. Una fase del proyecto fue apoyada por el Instituto Cervantes; AECID; Embajada Española en Brasilia; Instituto de Artes Escénicas y Musicales de Venezuela; el Danish Arts Council's Committee for Performing Arts (Dinamarca); Ministerio de Cultura de la República Checa; Generalitat de Catalunya, Espaço Sesc, Sesc Rio.[6]

Entre 2009-2010 la Asociación Cultural Panorama aparece como organizadora del CoLABoratorio junto al Núcleo do Dirceu (grupo artístico dirigido por Marcelo Evelin, Teresina – Piauí). Y los parceiros europeos continuaron siendo el Festival Alkantara, el Centro de Creación Garajistambul (Turquía) y la agencia Artsadmin que garantizaron la financiación de la Unión Europea.[7] Al entrar la República Checa y Turquía en "la cooperación cultural y el diálogo intercultural"[8] artistas proveniente de esos países no dejaron de formar parte de la programación. Eso significó un conocimiento experto sobre los modos de acceso y uso de determinadas convocatorias, algo a lo que, como mencionamos, ya estaba familiarizado Eduardo Bonito y estaba forjándose en ese aspecto Nayse López.[9] Cabe destacar que

---

institucional". Sobre la crítica a la Ley Rouanet ver Abreu, L. E. & F.A. Barbosa da Silva (2011). También fue indagado en Navallo (2014).

6 Programa Festival Panorama de Dança 2006, p. 80.

7 Programas Festival Panorama de Dança 2009, p. 93; Festival Panorama 2010, p. 38.

8 Estas denominaciones aparecen en documentos administrativos de la Comisión de Cultura de la Unión Europea directamente conectadas con las directrices de la Unesco. Ver: http://ec.europa.eu/culture/index_en.htm. Acceso en: 3/11/2019.

9 Eduardo Bonito y Nayse López se conocieron en Dinamarca en el Informal European Theatre Meeting (IETM) – Internacional Network for Contemporary Performing Arts – antes de convertirse en directores del Festival Panorama. El tema de la capacitación fue "productor creativo". IETM es una asociación que reúne miembros de los más diversos y tiene por objetivo "estimular la calidad, el desarrollo y los contextos de las artes escénicas contemporáneas en un entorno global, iniciando y facilitando la creación de redes profesionales y la comunicación, el intercambio dinámico de información, transferencia de *know-how* y las presentaciones de ejemplos de buenas prácticas". Fue creado en 1981 en Bruselas y desde 1989 es una asociación internacional sin fines de lucro en el marco de la legislación belga. Se financia por organismos nacionales como la comunidad flamenca de Bélgica y el Ministerio de Cultura holandés, así como la Comisión Europea y el Parlamento Europeo, y eventualmente de los aportes de la Fundación Cultural Europea y de otros Ministerios nacionales. Sin embargo, los ingresos básicos provienen de las tarifas de suscripción de los miembros. Tiene un complejo sistema de administración

accionar esas técnicas, ya sea en el plano local, nacional o internacional, significó ampliar las redes sociales y cuidarlas, fortaleciendo las relaciones interpersonales con quienes se decía establecer las parcerias, ya sea con el director del Festival Alkántara, Thomas Walgraves, la curadora y gestora portuguesa Catarina Saraiva que también transitaba por Portugal y España, entre otras personas.

Las distintas entidades internacionales que participaron del CoLABoratorio aparecieron en las programaciones bajo la rúbrica de parceiros internacionales. La Embajada de España en Brasil – AECID además de aparecer en los programas como parceria internacional fue financiadora de Com.posições.políticas, espacio programado durante el Festival Panorama para la exhibición de obras y la reflexión crítica de las relaciones entre arte y política. Para hacer esas actividades se usaron los establecimientos del Instituto Cervantes y el Centro Cultural España en San Pablo, aunque no hayan sido las únicas instituciones participantes. Si por un lado se definía a la Embajada Española como parceria internacional, los establecimientos a ella vinculados se denominaban parcerias institucionales.

La categoría parceria también aparece asociada a la creación artística como la obra The Inkomati (DIS)Cord (2011)[10] de los artistas Panaíbra Gabriel (Mozambique) y Bozye Cekwana (Sudáfrica). Dicha obra también fue producto de una residencia, pero en ese caso ligaba más a Portugal, Brasil, Mozambique y Sudáfrica. África aparecía en escena, como ya fue mencionado, a través del apoyo del Institut Français y el programa Africa em Création. Estos artistas ya habían presentados sus trabajos en otras ediciones del Festival Panorama, es decir que los directores del festival ya "conocían su trabajo". Ese re-conocimiento de sus posibilidades creativas permitía que el Festival les confíe un espacio físico y simbólico para la experimentación y la creación, teniendo lugar en el Centro Coreográfico de Río de Janeiro (entidad municipal y parceiro institucional). Dicha con-

mediado por una junta de 23 miembros internacionales. Su sede se encuentra en Bruselas. En: http://ietm.org/about-ietm Visto: 3/11/2019.

10 En esa obra los coreógrafos trabajaron sobre las consecuencias de la guerra civil en Mozambique y el apartheid en Sudáfrica a partir del (des)acuerdo Nkomati (usando sus propias categorías) firmado en la década del ochenta entre ambos gobiernos.

fianza convertiría al Festival Panorama en auspiciante o patrocinador de la obra.

Ya sea el CoLABoratorio o bien The Inkomati (DIS)Cord los sentidos de parceria asociados presentaron dos modos de acción social ligados entre sí. Uno vinculado a la lógica de la producción cultural que abarca la escala internacional y, la otra, a las maneras de creación-producción artística, como un trabajo de co-producción que fue desarrollándose crecientemente desde fines del siglo XX. Esta forma de producción cultural y creación artística se realizaba al conectar entidades y eventos culturales que lo posibilitaban e implicaba una modalidad de hacer arte en la actualidad como resultado de ciertos modos de organización social. El Festival Panorama supo apropiarse de esa lógica de creación y producción cultural en la medida en que también se propuso producir artistas.

Marcelo Evelin es un artista que aparece vinculado tanto a Demolition Inc. (nombre de su compañía en Holanda) como a Núcleo do Dirceu (nombre de su compañía en Teresina – Piauí, su lugar de nacimiento). En la obra de su autoría De repente tudo fica preto com a gente puso en evidencia las articulaciones entre festivales y parcerias, en tanto circulación de ideas que se tradujeron en curaduría compartida entre los involucrados, y el proceso creativo de estar realizándose una obra en los festivales y presentándose como work in progress.

En el año de 2011 De repente tudo fica preto com a gente ganó el Premio Funarte de Dança Klauss Vianna. Con ese premio pudo crearse y montarse la obra. En la programación del Festival Panorama 2012, la obra fue divulgada como "estreno mundial", siendo el Panorama co-productor. En la ficha técnica se destacó que era un trabajo en diálogo con artistas de Kioto, Teresina, Ámsterdam, Ipatinga (MG) y San Pablo, es decir que en esos lugares se realizarían residencias artísticas para posibilitar el diálogo. Por otra parte involucraba a ciertas entidades como co-productoras: Kyoto Experiment – Kyoto International Performing Arts Festival – mediante el apoyo de Saison Foundation (Japón) y Kunstenfestivaldesarts (festival de Bélgica). En la misma descripción se señaló como apoyo a Theater Instituut Nederland (TIN) y Performinf Arts Fund NL, ambas instituciones holandesas. Las entidades belgas, japonesa y holandesa

aparecieron discriminadas en la programación del Panorama como parcerias internacionales. En el transcurso del año 2013, a través del periódico virtual idanca.net se pudo seguir la participación del artista de Piauí con esta obra en Bruselas (Kunstenfestivaldesarts, mayo de 2013) y en Kioto (Kyoto Experiment, setiembre de 2013). Antes del estreno en Río de Janeiro (octubre de 2012), se presentó el trabajo a los alumnos de la Escuela de Mímica de Ámsterdam (abril de 2012). En esa circulación, ¿cuál fue el "estreno mundial"?

Este caso permite comprender esas dos formas de acción ligadas, una referida a los modos de creación artística dada en la esfera internacional y otra, a la co-producción. Esta última implica para los artistas el pago de un caché por sus presentaciones y la obtención de otras ganancias por las parcerias o colaboraciones entabladas con otros creadores. Esta clase de parceria es altamente valorizada porque les garantiza recursos para crear, oportunidades para presentar sus trabajos y porque tales exhibiciones pueden realizarse en el mercado internacional, principalmente el europeo, simbólicamente muy cotizado entre los artistas brasileños y latinoamericanos en general. Por otra parte, estar en circulación en el mercado de los festivales les permite su reproducción social, pues consolidan un nombre o se mantienen, como fue el caso de Marcelo Evelin. Para los gestores culturales la co-producción se revierte en curaduría, ya que al estar conectados con otros festivales, que a su vez están produciendo artistas, darán continuidad a la circulación.

Como mencionado en párrafos precedentes, en los créditos generales de los programas del Festival Panorama (2008-2012) se presentaron los agradecimientos según los modos de participación de las diversas instituciones. Además de inscribirse en estos documentos las modulaciones entre las instituciones, se detallaron los segmentos que componen la curaduría del evento y las relaciones públicas implicadas. De esta manera, el patrocinador (quien otorga dinero) difirió del apoyo (los descuentos en bebidas, hoteles, restaurantes o viajes), el apoyo institucional (asociado a entidades estatales – municipios, estados, embajadas – auspiciantes de compañías); de la parceria institucional (establecimientos ofrecidos para la exhibición en el que se activan muchas veces programas culturales) o de la

parceria internacional (encargadas las últimas de financiar segmentos específicos en una programación).

Los sentidos de las parcerias – institucionales o internacionales – adquirieron otras connotaciones en las descripciones de cada obra. La participación de las agencias de cooperación internacional apareció en las fichas técnicas como apoyo o apoyo a la gira en la medida que promocionaba la distribución de la obra en el exterior. Apoyo refirió a cualquier contribución recibida para una obra, mientras que apoyo a la gira aludió a que ese espectáculo o compañía tuvo una programación de presentaciones y estaba siendo subsidiado para ello. Desde el punto de vista "nacional", parceria de la gira implicó que distintos eventos estaban programando el mismo espectáculo y por ello compartiendo criterios curatoriales semejantes, como puede notarse con De repente tudo fica preto com a gente (aunque también aluda a eventos internacionales).

Estas categorías – apoyo, apoyo a la gira o parceria de la gira – pueden encontrarse replicadas en los créditos generales del Festival Panorama, pero no necesariamente, porque lo que se señaló en la finalización de un programa fue lo que éstas propiciaron al festival y no a las obras presentadas. Esto explica la divergencia y cantidad de sentidos asociados a parceria.

Como se quiso mostrar, una forma de parceria se asociaba a la lógica de la producción cultural que abarcaba distintas escalas, entre ellas la internacional, la que permitió que actividades como CoLABoratoio y Com.posições.políticas pudieran ser hechas. Esta parceria no se encontraba disociada de la creación-producción artística, es decir del trabajo de co-producción material y conceptual (que implica nociones de danza y festival), como fueron The Inkomati (DIS)Cord o bien De repente tudo fica preto com a gente. Esta última puso en evidencia que una obra puede ser realizada mientras transita por distintos eventos, en la medida que en cada lugar fue presentada como residencia artística y como work in progress.

Muchas veces la parceria asociada a la creación artística suele llamarse colaboración. La colaboración conecta redes de personas que realizan sus trabajos en distintos lugares; refiere a los modos de creación artística; supone creer en la participación que las redes de

colaboración generan, es decir, a través de la colaboración se afirma la creencia de "hacer las cosas juntos".

Tanto la parceria como la colaboración serían prácticas que actúan sobre las acciones de los individuos que, a nuestro modo de ver, estarían conduciendo las conductas de los individuos, es decir gobernando, ya sea mediante la creación, la gestión, la curaduría, la circulación. Las distintas modalidades de gobierno se realizan cuando las redes de festivales se articulan, cuando los/las directores/as fomentan a determinados artistas y lo/la co-producen. Incluso cuando artistas buscan la manera de sostener un proyecto en conjunto y despliegan un conjunto de habilidades para llegar a un público, antes crearon las condiciones para que exista un grupo de interesados. Los eventos de difusión y promoción, como son los festivales, resultan los espacios apropiados para que fomentar el fortalecimiento de (nuevos) públicos.

Colaboración

Durante el trabajo de campo en muchas ocasiones me sorprendí con el uso frecuente y rutinario del término colaboración. Se hablaba de redes a las que se caracterizaban de colaborativas. Al referir las redes de colaboración a la articulación de agentes (asociaciones civiles, agencias de cooperación internacional, centros culturales, gestores, artistas, personas afines, entre algunos) en tramas de relaciones, las formas de los vínculos se aproximaban a modalidades de parceria. Los agentes mencionaban la importancia de mantener las redes colaborativas, crearlas, activarlas, pues en la colaboración, en el trabajo colaborativo, la circulación y la distribución de recursos parecía tornarse más equitativa. Al acentuarse más en los esfuerzos y las responsabilidades compartidas los intereses individuales quedaban opacados, aunque cada uno de los participantes se encontraba motivado según sus propias expectativas. Resaltaban la "responsabilidad", el "compromiso" que cada uno podía asumir en la "cadena productiva de la cultura", en las redes vinculadas a la danza. El compromiso también implicaba la "necesidad" de repensar la danza y sus formas de producción. Para ello, el Festival Panorama creó en su programación el Seminario Economía de la Danza (2008-2009), en

el que se debatieron nociones como: sustentabilidad, gestión, planificación, desarrollo, políticas públicas, cadena de profesionales. Los encuentros fueron debatidos y mediados por distintos especialistas y funcionarios vinculados a instituciones estatales y privadas. En ese contexto se debatía economía de la cultura mientras se la hacía y allí el término colaboración ganaba fuerza para recordar, por un lado, el poder que los vínculos sociales tenían para movilizar recursos y, por otro, para asociarlo al proceso creativo.

George Yúdice (2002) también estudió eventos donde se realizaba la colaboración. Para hablar de ello recurre al análisis de inSITE (1994; 1997; 2000), llevado a cabo en la frontera de México y Estados Unidos. El autor coloca el acento en la labor, la realización conjunta de una tarea, en la que unos reciben remuneración por el trabajo realizado – los artistas – mientras que otros no – los colaboradores, quienes tampoco son considerados co-autores de una obra. Nota que las comunidades que participaron de la colaboración eran de bajos recursos económicos con marcadas diferencias de clase, género y raza. Los organizadores, los agentes estatales, entre algunos actores sociales, destacaron que la compensación para la comunidad colaboradora resultó en el "enriquecimiento cultural" y debía considerarse motivo de orgullo para sus habitantes. La cultura, como descrita en inSITTE, devino en un recurso[11] llevada a cabo en la división internacional del trabajo cultural; puesta en valor para el fomento del "desarrollo cultural sustentable", la solución de las desigualdades sociales, el incentivo al turismo cultural y el desenvolvimiento urbano (Yúdice 2002, p. 344).

Para llegar a algunas de esas conclusiones, Yúdice define inSITe como:

> (...) una maquiladora artística cuyos ejecutivos (los directores del evento) contratan a los gerentes (los curadores) para planificar el programa de los asalariados flexibles (artistas) quienes, a su vez, extraen capital (cultural) procesando una variedad de materia-

11 El autor llama la atención a la cultura como *recurso* forma parte de una racionalidad económica y/o ecológica donde la gestión, la preservación, el acceso, la inversión, la distribución constituyen el léxico de un nuevo marco epistémico, otros órdenes de prácticas (2002, p. 13).

> les: la región (especialmente la frontera y las ecologías urbanas vecinas); los públicos y comunidades que invierten su co*labor*ación en el éxito de un "proyecto"; las cuestiones sociales transformadas en "arte"; las culturas locales y las tendencias artísticas internacionales que constituyen los dos polos de la nueva división internacional del trabajo cultural. inSITE está compuesto por una red de sitios de montaje donde los artistas y sus co*labor*adores ensamblan eventos culturales de creciente reconocimiento nacional e internacional (Yúdice, 2002, p. 340-341).

Yúdice destaca a partir de su análisis de inSITE la división de trabajo dada en distintas escalas espaciales, que esa labor (para usar el acento por él dado a la colaboración) emprendida forma parte de una lógica capitalista de organización del trabajo, por lo tanto reproduce las desigualdades sociales y la cultura en ese contexto se constituye en el recurso para intentar solucionar ciertos problemas sociales. Muestra, desde otra perspectiva, el involucramiento de distintos agentes en la realización de un evento, semejante a un festival.

El Festival Panorama estableció colaboraciones en las que participaban redes internacionales de artistas, entidades culturales (Göethe Institut, Institut Français; Iberescena; British Council), otros festivales, hilvanados por procesos de co-producción artística. CoLABoratorio, fue un espacio de residencia que pudo existir por el financiamiento internacional, principalmente. Los directores artísticos del Festival, al componer ese segmento de la programación, colocaron su acción poética en el LAB, por laboratorio, lugar de experimentación, de investigación, sin por ello dejar de aludir a colabora(r). El "co", antecesor de laboratorio, destaca el carácter colectivo de la acción social y recae en un sujeto abstracto – nosotros, ciudadanos – el deber de hacer (juntos) determinada acción cultural. En este sentido fueron gestores, artistas, público, entre algunos ciudadanos partícipes, los que realizaron no solo la actividad artística-cultural sino también una política (para la danza, en este caso).

En la programación del Festival, además de indicarse las residencias del CoLABoratorio, se invitaba al público a participar de la puesta en común del resultado – aún en proceso – de lo que en tales residencias se había ensayado. Interesaba mostrar más la experien-

cia creativa que un producto concreto. La presentación de un work in progress – como se clasifica a estas obras – puede entenderse como un 'ensayo' y una 'preparación' en la medida que presenta, como afirma Richard Schechner, "una secuencia de actos precisos" que fueron ensayados una y otra vez, aunque compartidos con un público. Una preparación porque se trata de un "estado constante de entrenamiento para cuando surja la situación [de estar] listos a 'hacer algo apropiado'" (2000, p.69) y que sea incorporado a la performance por exhibirse. Esa secuencia de actos fueron ensayados en una red de festivales en la que no siempre participan las mismas personas, sin embargo, cada aporte fue considerado una colaboración en la medida que contribuyó en la concepción – en transformación – de una obra.

Si LAB de laboratorio refiere al lugar de experimentación, podemos encontrar en "experimentación" distintos sentidos combinados. Victor Turner (1992) muestra el entrecruzamiento en la etimología de la palabra:[12] tratar, probar, prueba, experimento, riesgo, aventura, experimentado, haber aprendido tratando, aprendizaje producto del riesgo, la crisis y el drama (asunto que inspiró su conceptualización de drama social). Esta vinculación entre el peligro y la experimentación permite asociar los riesgos que se corren al exhibirse obras plausibles del disgusto (ya sea para público, financiadores o auspiciantes). Cuidar o disminuir esos riesgos forma parte de las estrategias curatoriales y las pedagogías empleadas para que esas obras en proceso sean presentadas y recibidas de la mejor manera.

12 "Scholar, such as Julius Pokorny (*Indogermanisches Etymologisches Worterbuch*, 1959) trace "experience" right back to hypothetical Indo-European base or root **per-* "to attempt, venture, risk," whence the Greek *peira*, "experience," the source of the word "empirical." It is also the verbal root from which derives the Germanic **feraz*, giving rise to Old English *faer*, "danger, sudden calamity", whence Modern English "fear." Already, then we see "cognitive" direction taken by **per-*, through Greek route, and affective ones, through the Germanic – which would have interested Dilthey, one may be sure! But more directly "experience" derives, *via* Middle English and Old French, from Latin *experiential*, denoting "trial, proff, experiment," itself generated form *experiens*, the present participle of *experiri*, "to try, test," from *ex-*, "out"+ base *per* as in *peritus*, "experienced," "having learn by trying." The suffixed extended form of **per-* is **peri-tlo*, whence the Latin *periclum*, *periculum*, "the trial, danger, peril." Once more, we find experience linked with the risk, straining towards "drama," crisis, rather than bland learning!" (Turner, 1992, p. 17).

Esto implica la elección de los horarios y lugares de exhibición, los debates posteriores a la presentación, las rondas de discusión.

El Festival Panorama al promover ese espacio de experimentación artística a la vez promovía una imagen de sí que se reivindicaba como innovadora, contemporánea y se dirigía a asistentes y auspiciantes que no podía 'correr el riesgo' de perder. Pues ahí radicó su política vinculada a la co-producción de artistas e internacionalización de la danza.

Lo que Yúdice llamó de colaboración se encuentra asociada más a lo que aquí se entiende por relaciones de co-producción. Para él, en el término se encuentran inscritas las metáforas del laboratorio y la maquiladora; emplazamientos de producción en la era postfordista. Quisiéramos agregar que estas formas de circulación de poder y conocimiento fueron realizadas en las redes colaborativas-creativas; su co-producción internacional y la gestión y producción de agentes de la danza; dispuestos en una polifonía curatorial ejecutada en diversas ciudades a través de distintos festivales. Esa orquestación resultó posible por: la existencia de personas con un alto capital institucional que puede montar y articular redes; la circulación de programadores y artistas; la obtención de financiamientos por medio de agencias internacionales de fomento cultural y por las alianzas establecidas entre los organizadores. De este modo, cada partícipe (gestores, funcionarios estatales, artistas) se presentaba en distintos escenarios como los embajadores culturales de su país, en la medida en que al ser presentados en un programa aparecían los países de procedencia, produciendo de esta manera en cada lugar efectos de Estado (Mitchell, 1999).

Abordado desde otra perspectiva, la creación artística llevada a cabo en el tránsito por distintos festivales, fomenta además políticas gubernamentales de internacionalización de la danza, donde la colaboración se convierte en el valor mediante el cual los sujetos creen, actúan y crean danza.

Otros sentidos en torno al término parceria

Existe otro aspecto de la parceria que resulta importante señalar, su dimensión jurídico-administrativa. Durante el trabajo de campo

al hablar con artistas y productores culturales, la parceria era referida a la capacidad de articular proyectos, compartir ideas o "inteligencias", compartir los modos de hacer las cosas, en la mayoría de los casos esas connotaciones aludieron a hacer las cosas juntos, más asociado a lo que los actores atribuían como colaboración, ya sea en el plano artístico-creativo, ya sea en la gestión, ya sea refiriendo tanto a individuos como a instituciones públicas o privadas. En varias oportunidades me hallé preguntándoles por su definición, porque siempre sus significados se presentaban de manera ambigua al tiempo que relativamente definidas en las formas de ser aprehendidas en los programas del evento. En las programaciones se distinguieron: parcerias internacionales e institucionales, categorías que entrelazaban esferas de la producción cultural, la creación y la co-producción artística. Aunque en general la creación y la co-producción artística se encontraban más vinculadas a la colaboración.

La colaboración, por su parte, en los discursos de estos agentes sociales aparecía como la aseveración de algo en lo que se "creía", la afirmación de creer que a través de esos mecanismos sociales se ensayaban modos de hacer danza contemporánea y se podía formar parte de determinadas redes, circuitos que garantizaran el éxito profesional. Esa creencia era compartida por artistas, curadores, directores, gestores y también por el público. En ese sentido, quienes organizaban los eventos reforzaban esta idea para hacer notar que estaban en ciertas redes y los artistas que promovían podían acceder y estar también en ellas. Pensemos en Marcelo Evelin y su obra De repente tudo fica preto com a gente, siendo el Festival Panorama co-productor y porque formaba parte de una red mayor de eventos (In-Presentables, Madird; Festival Alkantara, Portugal; los festivales de Bruselas; la conexiones de esos festivales en el proyecto NXTSTP, financiado por la Comisión de Cultura de la Comunidad Europea; Iberescena y AECID) propiciaron para que esa obra circule. Eso no resta mérito a la propia carrera internacional y europea que Evelin tenía. Poder estar programado en el Festival Panorama implicaba transitar esos espacios de creación y circulación. Otro grupo artístico promovido fue Dimanti de Salvador Bahía, que también ya tenían una trayectoria de gestión y creación de obras y eventos artísticos. Varios de los integrantes de Dimenti participaron del CoLABo-

ratorio y fueron parceiros – en el sentido de "compartir inteligencias" – del Festival en la curaduría del Com.posições.políticas (2011).

La parceria como instrumento jurídico-administrativo estaría haciendo referencia – como sostienen Teixeira (2005); Di Pierro (2001); Thamer y Lazzarini (2015) – a las relaciones que se pueden establecer entre el "sector privado" y el "Estado", su puesta en escena. En esas narraciones y prácticas la parceria convoca a los distintos agentes de la sociedad civil a que realicen acciones de Estado. Siguiendo a Steimentz (1999) esas modulaciones redefinirían al propio Estado y a las ideas de Estado (Abrams, 1988). En la medida en que las asociaciones civiles pasaron a llevar a cabo actividades como las desarrolladas (eventos culturales, promoción y co-producción de artistas, formación de público, democratización de la cultura), la cultura y el arte como ámbitos de la administración estatal fueron realizadas por personas jurídicas.

La práctica de la parceria se fue instituyendo, legitimando y normalizando en Brasil en los años noventa, durante la gobernación del presidente Fernando Henrique Cardoso. Di Pierro muestra como la educación en esa década comenzó a ser realizada por diversas entidades de la sociedad civil (centrales sindicales de trabajadores, fundaciones empresariales, redes comunitarias religiosas, el "Sistema S" – Sesi, Sesc, Senai, Senac, Senar –, entre algunos), momento en el que tuvo lugar la proliferación de distintos festivales en todo Brasil, principalmente los de danza (recordemos que todos los festivales del Circuito surgieron en esos años). Esos vínculos fueron definidos como parceria, indicándose una relación contractual (Di Pierro, 2001, p. 327). O, para decirlo del modo que sugiere Teixeira (2005), la parceria se inscribió en el campo semántico de la economía y los sentidos asociados fueron el lucro y el mercado. El lenguaje, como objeto y sujeto político, fue organizado en torno de la búsqueda por apoyo privado para actividades públicas.

La danza, las artes del cuerpo y la cultura entendida como prácticas artístico-culturales entraron en esa lógica de administración donde se convocaba, mediante la ley de incentivo a la cultura y convocatorias públicas, a que los agentes de ese universo social pro-

pusieran acciones para que fueran llevadas a cabo.[13] La Ley Rouanet, creada en 1991, propuso que el sector privado "incentivase" un determinado proyecto artístico mediante la exención fiscal. Por eso mismo y fortaleciendo ese mecanismo, las personas físicas, como ya señalamos, se convirtieron en personas jurídicas para poder accionar el "incentivo directo", es decir la transferencia de recursos "sin" la mediación del Estado (aunque todas las instancias administrativas de esta operación fueron definidas, legisladas y ejecutadas por diferentes órganos estatales). El cambio en el estatuto social y jurídico de las personas comunes y corrientes, implicaba que allí se estaba convocando a la sociedad a actuar en nombre de (el Estado) o por cuenta de (el) Estado. Esa modificación fue propiciando formas de gobierno en las cuales el sistema legal pasó a regular los tipos de vínculos entre distintos actores sociales, produciendo, en tal caso, las prácticas de estos agentes "efectos de Estado" (Mitchell, 1999).

Si por un lado una empresa de telecomunicaciones como Oi por la ley de incentivo a la cultura se convertía en "patrocinadora" del Festival, ésta muchas veces podía ser al mismo tiempo una parceira, al "compartir inteligencias", al dar ideas a los directores sobre ciertos asuntos. También podía devenir en una parceira institucional, al ceder sus establecimientos para que se lleven a cabo ciertos tipos de acciones culturales, según el perfil institucional. Por más que la clasificación a la hora de colocarlos en los créditos sea distinta (patrocinio o parceria), lo que vinculaba a Oi con el Festival Panorama era una relación de parceria, en el sentido jurídico-administrativo. Se podría objetar que una asociación civil no es Estado, sin embargo el objeto de sus funciones sí podrían ser definidas como esfera de la acción pública estatal, como la promoción cultural.

Thamer y Lazzarini (2015) definen las parcerias "relaciones contractuales colaborativas" a largo plazo, donde el poder público se apoya en los recursos y competencias de parceiros privados para la provisión de bienes o servicios públicos. Sostienen además que el espacio de gobierno (governança) "entre la jerarquía privada y la burocracia pública es ocupado no solo por regulación, sino también

13 Esta dimensión jurídica ha sido desarrollada en Navallo (2014) y en un trabajo aún inédito donde se analizan las convovatorias, *os editáis*, como tecnologías de gobierno y administración de la cultura, particularmente la danza.

por una serie de formas público-privada híbridas que difieren por presentar "lazos directos y sin mediación" entre los actores públicos y privados" (2015, p. 822). Esto último resulta de vital importancia al momento de revisar y analizar las propias leyes de incentivo a la cultura y los mecanismos institucionales empleados para la obtención de recursos para la producción artística, ya que la ejecución de la ley Rouanet puede realizarse, como dijimos, por "incentivo directo", encargándose los órganos del estado de fiscalizar el proceso.

Los distintos autores – Thamer y Lazzarani, Teixeira y Di Pierro – ya sea legitimando o bien desde una postura crítica como la de las autoras, muestran la conformación de un Estado que fue tomando esas características en la década del noventa y se caracterizó por la actuación de distintos agentes sociales que eran convocados como "sociedad" a asumir distintas responsabilidades. La "sociedad" convocada estuvo conformada principalmente por empresas privadas que debían "comprometerse con el desarrollo de la nación" y el crecimiento económico – como sugiere Teixeira por medio del análisis del Programa Fome Zero – y por organizaciones civiles sin fines de lucro.

Al ir modificándose el Estado y sus atribuciones se crearon las condiciones para que se legitimaran en sí las relaciones políticas de parceria y se les adjudicara eficacia a su funcionamiento. Legitimar este vínculo social consistió igualmente en legitimar esos otros modos de realización del Estado, que redundaban en la producción de asimetrías, la precarización de las condiciones laborales de la mayoría de los agentes involucrados directa e indirectamente y reconocer que a través de las prácticas de parceria se llevaban a cabo políticas gubernamentales, porque se realizaban a través de distintas entidades, agentes sociales, escalas espaciales y temporales y no solo por las administraciones estatales (Souza Lima y Macedo e Castro, 2015).

Las parcerias en la producción artística y como formas de gobierno

Las parcerias que formaron parte de los mundos del arte no fueron ajenas a los procesos sociales y políticos sobre los que llamaron la atención los autores citados. Aunque, en la medida en que articu-

laron modos de producción artística-creativa, se podría decir que existieron mecanismos propios del universo artístico en el que las nociones de parceria y colaboración tuvieron otros significados como los mostrados. Más allá de las especificidades de la situación etnográfica, estas prácticas mostraron las transformaciones de las acciones gubernamentales, los sentidos que motivaron las acciones de los individuos ("hacer juntos"), las moralidades que se configuraron en el forjamiento de ciertos valores.

Estaríamos, como ya lo adelantaron los autores y las autoras, frente a modulaciones concretas de procesos de formación de Estado, o mejor, ante diversas formas de gobierno. Las distintas enunciaciones que hicieron Estado produjeron una colectividad abstracta en la cual el sector empresarial y privado se constituyó en paradigma por excelencia de administración de los asuntos sociales y públicos, en detrimento de un Estado intervencionista encargado de llevar a cabo cualquier política pública. En esa dirección, fueron gestándose nociones y acciones que defendían la eficiencia del mercado y todo lo referente al Estado pasó a ser percibido como aquello que solo podía atrasar el "desarrollo" del país y la nación; sin embargo la burocracia estatal posibilitaba la participación de la economía en ciertos asuntos. En ese contexto socio-político las acciones de los agentes sociales pudieron inscribirse como "iniciativas propias", aunque se puede afirmar que esas iniciativas conformaron el mismo orden discursivo.

En las prácticas de parceria se fueron consolidando formas de gobierno en la medida en que los distintos agentes sociales pasaron a administrar no solo recursos materiales sino también a conducir la vida de las personas -en el sentido foucaultiano de la conducción -. Los organizadores del festival, al presentarse a convocatorias públicas y ganarlas entablaban ciertas vínculos con los patrocinadores, pero también con otros organizadores, con artistas y el público. Al proponer una programación, secuenciarla durante el festival, al invitar a directores de otros festivales a participar, ya sea compartiendo y co-produciendo artistas, esas acciones en conjunto entre organizadores pasaban a conducir la vida de los y las artistas (como vimos con CoLABoratorio, Marcelo Evelin o con los artistas de la obra Inkomati (DIS)Cord). Precisamente esa acción producía gobierno porque esos sujetos ingresaban en un circuito de producción artística

y creativa. El propio festival devenía en un dispositivo de gobierno. También lo hacía con el público al inculcar valores sobre lo que sea danza contemporánea, sobre sentidos en torno al arte, propiciando que mediante la frecuentación a determinadas obras se formaran opiniones. Esas fueron las distintas mallas de la gubernamentalidad que quisimos presentar.

Festivales como el Panorama pudieron realizarse al incorporar los recursos financieros productos de la exención fiscal que la instrumentalización y la ejecución de las leyes de incentivo a la cultura propiciaron. Esa instrumentalización permitió que tanto las empresas como las administraciones públicas (las formas de parceria que Thamer y Lazzarani describieron como administrativa o patrocinada) lanzaran convocatorias para la promoción artística, fomentando de ese modo un proyecto cultural específico (cada convocatoria estableció sus propias cláusulas aunque estuvieron ceñidas a la ley Rouanet). Además de ese mecanismo legal que propiciaba que las políticas gubernamentales para el sector de la danza fuera desarrollado por una asociación civil, no significó que no existieran políticas públicas para las distintas disciplinas artísticas promovidas por instituciones estatales.

Por medio de esos mecanismos burocráticos-administrativos, el "Estado como idea" (Abrams, 1988) pudo convocar a todos los sectores de la sociedad, las empresas, las asociaciones civiles y "juntos" llevar a cabo un proyecto, una política gubernamental que cumplía su propósito a medida que ese gobierno producía una población (artistas, público). Las leyes y las convocatorias vinieron a formalizar el propósito de las parcerias de "hacer juntos", valor intrínseco también en la colaboración, y mediante ese principio de solidaridad se realizaba una ciudadanía pautada por la lógica de la economía y el mercado, sin que por ello dejara de operar en estos vínculos sociales el compromiso y la responsabilidad por lo que se estaba haciendo. Es decir que las ideas de 'lucro', 'sustentabilidad', 'desarrollo', 'eficacia' que el campo económico trajo a las relaciones sociales (y al ámbito cultural), no dejó de convertir a los individuos, constituyentes y constructores de un determinado proyecto, en sujetos morales.

El análisis del Festival Panorama permitió dimensionar la diversidad de agentes sociales que interactuaron y establecieron parce-

rias, extendiendo las asociaciones a distintas regiones del planeta y constituyendo estratos de prácticas y sentidos de parceria. Escavando los estratos de parceria vimos que las relaciones se prolongaron más allá de las fronteras del Estado (municipal, estatal y federal), ampliándose a las empresas, las asociaciones u organizaciones civiles y a las agencias de cooperación internacional. Las parcerias con organizaciones internacionales dieron cuenta de los modos de organización de las prácticas culturales contemporáneas y las formas de creación artística. La articulación de redes internacionales para realizar un proyecto cultural en una ciudad, conectó ideas y financiamientos; haciendo juntos una curaduría generaron un modo de creación artística también sujeta al desplazamiento que vinculaba las potencialidades creativas de distintos individuos.

Las parcerias internacionales, como denominó el Festival Panorama a un tipo de vínculo social, implicó la participación de agencias de cooperación internacional, produciendo relaciones mixtas entre los países involucrados. Cuando se introdujo, mediante los saberes expertos propios de la gestión cultural, a la Comisión de Cultura Europea como parceira, las parcerias internacionales establecidas fueron de carácter "estatal-estatal", en la medida en que por una parte se presentaba a Brasil y por otra a ciertos países de la comunidad europea. En esa clase de parceria se fue configurando otra colectividad desanclada – aunque referida – a los territorios nacionales. Al mismo tiempo entre las modalidades de Estado aparecieron otras figuras claves – con un alto capital institucional, político y social incorporado – los que pasaron a mediar y hacer las políticas gubernamentales. Fueron precisamente esas figuras las que crearon y sostuvieron las redes transnacionales de poder.

Los gestores de los festivales vinieron a entrelazar y dinamizar las formas posibles de establecer parcerias convirtiéndose en "guerreros y diplomáticos", en "Estados nacionales incorporados", como llamó la atención Souza Lima (2007). Estas gestiones propiciaron a su vez que los artistas se tornaran embajadores de su propio trabajo al ser ellos quienes, en sus lugares de pertenencia, posibilitaran las condiciones materiales para mantener las colaboraciones y financiar a otros artistas (que conocieron en las residencias en los festivales) para dar continuidad a los work in progress en sus res-

pectivas localidades. En el tránsito por los festivales, además de propiciarse la co-producción y la colaboración artística, los y las artistas fueron aprehendiendo un saber experto sobre la danza, la gestión y los modos de mantenerse en escena.

Referências

ABRAMS, Philip. 1988. "Notes on the difficulty of studying the state". *Journal of Historical Sociology*, 1 (1): 58-89.

ABREU, Eduardo Lacerda; SILVA, Frederico Barbosa da (Orgs.). 2011. *As políticas públicas e suas narrativas. O estranho caso de Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ipea.

BECKER, Howard. 2008. Los mundos del arte. *Sociología del trabajo artístico*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

DI PIERRO, Maria Clara. 2001. "Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos". *Educação e Pesquisa*, 27 (2): 321-337.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (Ed.). 2004. *Míni Aurélio – o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo.

FESTIVAL PANORAMA. 2006. *Programa*. [s. l.]. Rio de Janeiro.

_____. 2009. *Programa*. [s. l.]. Rio de Janeiro.

_____. 2012. *Programa*. [s. l.]. Rio de Janeiro.

MITCHELL, Timothy. 1999. "Society, economy and the State Effect". In: GEORGE, Steimentz (Ed.). *State/culture: state formation after de cultural turn*. Ithaca: Cornell University Press. pp. 76-97.

NAVALLO, Laura Belén. 2014. *Estar na dança contemporânea. Fazer festivais, dançarinos e público, Brasil, século XXI*. Tese doutorado, Museu Nacional – Universidade Federal de Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

SCHECHNER, Richard. 2000. *Performance. Teoría y prácticas interculturales*. Buenos Aires: Libros del Rojas – Universidad de Buenos Aires.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2007. "Notas (muito) breves sobre a Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento". In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Shroeter (Orgs.). *Timor-Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG. pp. 417- 425.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; MACEDO E CASTRO, João Paulo. 2015. "Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s)". *Revista Anthropológicas*, 26 (2): 17-54.

STEIMENTZ, George (Org.). 1999. *State/culture: State-formation after the cultural turn*. Ithaca: Cornell University Press.

TEIXEIRA, Carla Costa. 2005. "Relações de parceria, políticas públicas e a questão da "pobreza" no Brasil". *Série Antropologia* 388: 1-12.

THAMER, Rogério; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. 2015. "Projetos de parceria público-privadas: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas". *Revista de Administración Pública*, 49 (4): 819-846.

TURNER, Victor. 1992. *From ritual to theater*. Nova York: Performing Art Journal Press.

YÚDICE, George. 2002. *El recurso de la cultura. Usos de la cultura en la era global.* Barcelona: Gedisa.

A contraparte da "crise": apontamentos acerca do "acesso regular à água" e processos de formação do Estado em Itu, SP

Pedro Gondim

O ano de 2014 foi marcado por um acontecimento de grandes proporções na cidade de Itu, no interior do estado de São Paulo.[1] Por quase 12 meses, um enorme contingente da população local se viu privado do "acesso regular à água", tendo atravessado momentos em que as interrupções chegavam a 30 dias consecutivos. Entre muitos termos cunhados para nomear esse evento (seca, racionamento, falta d'água), um dos mais difundidos e utilizados foi "crise". A "crise da água" afetou sobremaneira a vida dos ituanos, e foi a partir das vias abertas (e expostas) por esse acontecimento que iniciei meu trabalho de campo na cidade, já em janeiro de 2015.

Questões relativas ao "acesso regular à água" estão há bastante tempo, e de maneira muito destacada, não só entre as preocupações corriqueiras e práticas dos ituanos, mas também entre suas preocupações político-administrativas. As sucessivas medidas adotadas ao longo do tempo (com seus diferentes gestores, engenheiros, políticos, benfeitores, sistemas de abastecimento, dispositivos tecnológicos, modelos administrativos) não foram capazes de fazer dessa uma questão superada. Nesse sentido, proponho tratar os acontecimentos de 2014 como mais um episódio inserido na complexa genealogia que abarca as relações entre água, Estado, infraestruturas e sociedade em Itu[2] – que pretendo abordar para além da questão de uma

1 Itu fica localizada na região Metropolitana de Sorocaba, a aproximadamente 100 quilômetros de distância, rumando para o poente, quando se toma como referência a capital do estado de São Paulo, sendo uma das cidades mais antigas da região que ficou historicamente conhecida como Oeste Paulista (IANNI, 1988, p. 9). Mesmo antes da consolidação dessa designação, que se deu entre meados e fins do século XIX, Auguste de Saint-Hilaire já havia registrado que Itu era "considerada uma das mais antigas e importantes cidades da Província" (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 167).

2 Além de referências encontradas em obras de antigos historiadores e cronistas ituanos e amplas coberturas no principal jornal local, também é possível encontrar

política para a água ou da gestão dos recursos hídricos. O presente artigo propõe apresentar parte dessa história, abordada como um conjunto de práticas, rotinas e materialidades que foi, aos poucos, construindo e difundindo certa "convicção" acerca daquilo que chamo aqui de "acesso regular à água" – noção essa que nos ajuda a pensar, inclusive, a grande convulsão social que explodiu no período da "crise", bem como a transição de volta à rotina tão logo o abastecimento foi minimamente retomado.

Inicialmente, o artigo faz uma breve retomada do período identificado por meus interlocutores como os meses de "crise", destacando alguns de seus marcos temporais. Como eu ainda não tinha iniciado minha pesquisa de campo nesse momento, as fontes para a construção dos dados apresentados foram os relatos e as memórias de cidadãos ituanos que a vivenciaram no dia a dia. Ao mesmo tempo que é possível notar uma ênfase no engajamento público e coletivo acerca da questão, vale ressaltar a importância atribuída aos embaraços, às limitações e aos constrangimentos de ordem prática e cotidiana que a falta de água impunha. Também serviram como importante material de pesquisa os jornais da época, assim como postagens feitas em redes sociais e notícias que circulavam em grandes portais de notícias de abrangência nacional. Essa passagem se encerra indicando uma de minhas primeiras surpresas quando iniciei o trabalho de campo: a constatação de uma alteração quase imediata no regime de vida cotidiano dos ituanos uma vez que a água voltou às torneiras. O resultado dessa percepção gerou um gradativo aumento de interesse analítico não apenas na transição entre a "crise" e a "normalidade", mas também nos meios de produção dessa "normalidade".

Em seguida, aponto que a convivência com questões relativas ao abastecimento doméstico de água (com suas falhas, inclusive) não é estranha à cidade, destacando ocorrências passadas em que o tema ocupou lugar entre as questões debatidas publicamente. Por sua vez, busco demonstrar como a trajetória de implementação, difu-

notícias de períodos de interrupção no abastecimento de água no começo do século XX em periódicos extintos. Além disso, publicações de autores locais – um geógrafo (RODRIGUES, 2010) e um geólogo (DANTAS, 2004) – e um número inteiro da revista *Campo & Cidade* (2010) dedicado ao tema são indícios que atestam a relevância (e a recorrência) da questão para os ituanos.

são e ampliação do sistema de abastecimento local, as alterações dos seus modelos de gestão e os discursos acerca da sempre prometida "solução" para a falta de água nos lares ituanos foram responsáveis pela paulatina (e precária) percepção da naturalização da presença da água nos lares ituanos urbanos. O argumento central é de que esse processo pode ser pensado não apenas como ações do Estado, mas de formação do Estado em si, tanto em seus atributos materiais quanto nas concepções e ideais que são construídos e difundidos acerca do que seja esse Estado e de suas formas de operar. A partir da pesquisa em Itu (ainda em curso quando da elaboração deste artigo), pode-se especular que o serviço minimamente qualificado de captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água no ambiente urbano foi capaz de produzir e difundir uma "convicção" em torno da ideia de "acesso regular à água" como algo naturalizado. Nesse caso, a naturalização em questão está diretamente relacionada à naturalização das estruturas de governo e do próprio Estado, que promovem a ordem e a rotinização das vidas não apenas por meio dos aspectos discursivos ou coercitivos do poder, mas também por meio da fundação, da ampliação e do controle dos meios materiais de acesso à água.

A "crise da água" e o seu refluxo

Quando se tem como horizonte a retomada dos acontecimentos decorrentes da (ou nomeados como) "crise da água", é possível identificar alguns marcadores temporais bem definidos, assim como uma atenção permanente a determinados elementos e suas respectivas interpretações. Em muitos relatos coletados em campo, é recorrente que, logo de saída, sejam abordadas as consequências da "crise" no cotidiano das pessoas. Destaca-se o clima generalizado de estresse, de desgaste e de irritação da população, assim como a exigência de adequação à mudança forçada de rotina. As principais razões apontadas para esse cenário eram a impossibilidade de tomar banho diariamente, a necessidade constante de buscar soluções improvisadas para realizar as atividades domésticas diárias (desde cozinhar, lavar roupas e louças, até a maneira menos constrangedora de se desfazer dos excrementos) e a preocupação permanente de tentar antecipar

se teriam ou não água no dia seguinte (fruto da falta de informação por parte da Prefeitura e da concessionária de água sobre a real situação da cidade).

Os relatos remontam falta severa de água desde fevereiro de 2014, sendo que, em abril, algumas pessoas que acompanhavam mais de perto o problema alertavam para a possibilidade de um colapso total no sistema de abastecimento da cidade. Contudo, como ainda havia água nas torneiras e os racionamentos não eram uma novidade para os ituanos (como se verá adiante), avalia-se que a questão não foi tratada com o alarme e a urgência que alguns julgavam necessário. Em junho, os reservatórios secaram de vez e o drama cotidiano da população só fazia aumentar.

Desde o mês de julho, era possível acompanhar notícias de pequenos protestos e atos de revolta pouco articulados nas ruas de Itu. A partir do mês de agosto, esses episódios passaram a ser noticiados com mais frequência no jornal local, sendo que alguns já não eram mais tão pequenos assim (em um deles, foram contabilizadas 150 pessoas) – situações que atestavam o aumento da tensão na cidade. Contudo, o principal marcador do começo das grandes mobilizações populares que aconteceram em Itu é o ato ocorrido diante da Câmara dos Vereadores no dia 22 de setembro de 2014, uma segunda-feira – dia em que ocorrem as sessões plenárias da casa. No dia do ato, o que se viu foi uma das maiores mobilizações populares que a cidade testemunhou em sua história recente. Por volta de três mil pessoas tomaram a praça diante da Câmara, o comércio do Centro baixou as portas e diversos veículos de imprensa estavam presentes para cobrir o acontecimento. A descrição dá conta de que o contingente dos manifestantes era composto por um público diverso, contemplando crianças, jovens, idosos, donas de casa, famílias inteiras, comerciantes. Os principais elementos destacados desse momento específico foram a revolta transbordante da população em sua diversa composição (que, independente da faixa etária, do sexo ou da classe social, atirava tomates, ovos e outros objetos no prédio da Câmara), o assombro e o descaso por parte dos vereadores, e a violência brutal com que o ato foi reprimido (há quem diga que, pela primeira vez, a tropa de choque da Polícia Militar era vista em Itu). Diante de ação desastrosa e desproporcional por parte da força poli-

cial e da incapacidade dos vereadores de dar uma condução satisfatória à situação, o saldo medido foi o aumento da indignação popular e o começo de articulações mais organizadas por parte da sociedade civil. Na sequência dessa primeira grande manifestação, outras duas são sempre citadas. Uma delas teve como alvo o comitê de campanha da deputada estadual Rita Passos (mulher do ex-prefeito ituano e atualmente deputado federal Herculano Passos). O relato desse dia também é marcado pela violência sofrida pelos manifestantes, dessa vez por parte da Guarda Municipal da cidade. Diversos casos de agressão são citados, com destaque para o episódio do lançamento de uma bomba de gás lacrimogênio que teria partido de dentro do escritório de campanha da candidata (atirada, supostamente, por um segurança particular) e que teria servido de pretexto para o início da confusão, que culminou com a dispersão violenta do protesto e com manifestantes agredidos e feridos. O outro ato ao qual se faz referência se deu no dia 29 de setembro e teve como cenário a sede da Prefeitura municipal. Nesse dia, o ato foi considerado pacífico, mas há relatos de que, simultaneamente, outras ações ocorriam em pontos distintos da cidade, as quais, mais uma vez, foram reprimidas de maneira violenta. No mês de outubro, são relatadas outras tantas convocações para atos de rua e protestos em diferentes pontos da cidade (vias de acesso a bairros periféricos, bicas d'água, portal de entrada da cidade), sem, no entanto, alcançarem a proporção e o grau de articulação dos três anteriores.

Quando mudamos o foco de produção de uma narrativa da secura ituana e tomamos como fonte a cobertura feita durante o ano de 2014 pelo jornal *Periscópio*,[3] encontramos referências à falta d'água e ao racionamento desde o princípio do ano, sobretudo a partir do mês de fevereiro. A essa altura, as notícias ainda não tinham grande destaque (ocupando, por vezes, o rodapé na capa ou apenas como uma chamada discreta indicando a página da matéria no jornal) nem apareciam em todas as edições. Os conteúdos ainda não problematizavam a questão de maneira sistemática e, muitas das vezes, não passavam de informações acerca dos locais de racionamento, enumerando o intervalo de tempo e quais bairros ficariam sem água.

3 Principal jornal ituano, não sendo, contudo, publicado diariamente. As edições saem apenas às terças, quintas e sábados.

Os racionamentos eram justificados pela severa estiagem pela qual passava não apenas a região, mas todo o estado de São Paulo. A partir do mês de maio, o tema ganha um pouco mais de destaque; no entanto, as notícias ainda estavam quase todas restritas à abrangência do racionamento e ao nível das represas. Ao final do mês, grande parte dos bairros já enfrentava um regime de distribuição impactante (água dia sim, dia não, sendo que, nos dias de abastecimento, só chegava no período entre 18h00 e 4h00) e as represas estavam em 10% da sua capacidade total de armazenamento. O consumo de água, por sua vez, seguia aumentando. No mês seguinte, esse mesmo regime de distribuição já havia sido oficialmente ampliado para toda a cidade. Pela primeira vez se falou em revolta generalizada por parte da população ("nas ruas, nas redes sociais, nas rodas informais").

No dia 21 de junho, pela primeira vez, o tema recebeu amplo destaque, com matéria de capa e grande cobertura no corpo do jornal. A partir daí, esse passou a ser o principal assunto da publicação. Em algumas edições, diferentes abordagens do problema eram contempladas e distintos interlocutores passaram a ter suas vozes veiculadas – alterando um pouco o padrão pelo qual as páginas do jornal serviam como mero veículo das versões oficiais, como canal para informações no estilo "utilidade pública" ou, ainda, como espaço para a publicação de pautas que privilegiavam tão somente o ponto de vista do repórter, com matérias que se limitavam a uma voz narrativa pautada pela "isenção jornalística". Os debates acerca do tema travados no âmbito da Câmara dos Vereadores passaram a acontecer com grande frequência e também tinham ampla cobertura. Desde meados de agosto até o início de novembro de 2014, todas as edições tinham a falta de água como grande destaque do jornal (exceção feita à edição seguinte às eleições municipais, que, publicada em 7 de outubro, deu maior destaque ao resultado do pleito). O assunto estava presente em praticamente todas as seções, ocupando as manchetes de capa, as cartas dos leitores, os editoriais, as colunas de opinião. O principal foco da cobertura era o "caos" cotidiano enfrentado pelos ituanos – termo que se referia tanto aos desafios de viver sem abastecimento de água quanto às diversas situações de revolta, desgoverno e tumulto que passaram a pipocar diariamente em diferentes pontos da cidade.

Quando eu cheguei a Itu, porém, o auge daquilo que se convencionou chamar de "crise da água" já tinha passado. Com a chegada das chuvas, em grande volume, desde o começo de novembro de 2014, rapidamente os rasos e assoreados reservatórios que abastecem a cidade se encheram novamente. Aos poucos, o abastecimento de água passou a ser retomado, e ainda que houvesse constantes reclamações sobre a qualidade e a periodicidade com que a água chegava às torneiras de algumas casas, paulatinamente, a vida de boa parte da população ituana pôde, tanto quanto possível, voltar aos trilhos. Ao mesmo tempo que me causava certo espanto perceber como um horizonte de completo caos tinha se convertido em uma existência coletiva aparentemente alheia àquilo que eu tinha acompanhado de longe, passei a me haver, no dia a dia da pesquisa, com questões que ainda não tinham sido antecipadas no levantamento dos dados feito antes de entrar de vez em campo – sendo a principal delas a eficácia desmobilizadora que a presença da água nas torneiras implicava e a consequente sensação, comum entre os antropólogos, de que "nada estava acontecendo ali".

O potente, inédito e violento (em vários sentidos, mas sobretudo associado ao seu caráter disruptivo) engajamento da população ituana, articulado sob a égide da "crise", parecia ter se dissolvido tão rápido quanto uma enxurrada desce uma rua íngreme e asfaltada até se perder num bueiro qualquer. Meus principais interlocutores, ativistas que atuaram de maneira intensa e permanente junto a pessoas que se reuniram de maneira espontânea em espécies de comitês alternativos em busca de soluções paralelas para os dias de torneiras secas, se perguntavam o quê (e como) fazer para que a população não se desmobilizasse e para que a força contestadora que emergira na cidade (pela primeira vez, segundo alguns deles) não se esvaísse por completo.

Diante desse novo cenário, tendo o momento de "crise" como lembrança ao mesmo tempo triste e potente de um passado tão recente, comecei a formular algumas das questões que pretendo desenvolver neste artigo. Já que, em campo, minha atenção passou a oscilar entre a evocação do regime de "crise" e a tentativa de apreensão do seu simétrico oposto (os tempos tranquilos, a calmaria, o cotidiano, a rotina, a ordem), proponho ensaiar aqui reflexões

iniciais acerca da capacidade de produção de ordem da água e de toda a infraestrutura que determina as suas maneiras de circular, de ser armazenada, de ser transportada, de ser gerida e de ser utilizada no ambiente urbano e sua relação com uma certa vertente do processo de formação do Estado no nível local. Se ela falta, certas coisas acontecem; mas outras tantas coisas também não param de acontecer enquanto ela jorra, ainda que a sua percepção e análise dependam de outra calibragem investigativa. Se sua falta gera revolta, sua presença a dilui; se sua falta mobiliza, sua presença desagrega; se sua falta a evidencia, a sua presença (paradoxalmente) a invisibiliza. Em consonância com aquilo que os dados produzidos me informaram até aqui, pretendo, portanto, considerar a relação entre água, sociedade e Estado em Itu para além do período de "crise" (apesar de continuar atento e tributário às ressonâncias que ele permitiu que continuassem ecoando).[4]

A construção do "acesso regular à água" como um "dado"

Um estrangeiro que chegasse pela primeira vez à cidade de Itu no começo do ano de 2015 e, assim que desembarcasse no tímido terminal rodoviário localizado às margens do – canalizado – ribeirão Guaraú, subisse os cinco quarteirões da rua 7 de setembro até a praça da Matriz provavelmente não notaria nada muito diferente naquela cidade do interior do estado de São Paulo. Os bancos enfileirados de lado a lado sob a copa das árvores espalhadas ao longo do amplo largo que abriga o coreto da cidade forneceriam o refúgio necessário para o calor insuportável que assolava o município durante o verão

4 É claro que, dada a gravidade dos acontecimentos recentes em Itu, o horizonte da "crise da água" não deixa de estar presente – além de ter sido a razão da minha chegada à cidade. Mas uma vez que nem meus interlocutores (que estiveram diretamente engajados no ciclo de mobilização na cidade) nem os cidadãos ituanos em geral viviam "exclusivamente" sob essa condição, julgo ser razoável pensar as relações entre água, sociedade e Estado para além da "crise" (exercício que, acredito, ajuda inclusive na compreensão de como esse acontecimento foi vivenciado). Assim, apesar de, neste artigo, eu não focar na mobilização, na revolta, nas soluções improvisadas, nas denúncias, nas novas alianças produzidas (enfim, naquilo tudo que poderia ser formulado como efeito ou consequência da "crise"), isso não significa que esses sejam aspectos menos importantes para os ituanos e, consequentemente, para o antropólogo.

(a média histórica gira em torno dos 30°C, mas, naquele verão, era comum a temperatura chegar perto dos 40°C). Caso chegasse no horário do almoço, veria um movimento oscilante entre o ritmo de uma cidade não pequena o bastante para dispensar o ar de urgência de alguns de seus habitantes em pleno horário comercial, nem suficientemente grande para impedir que as pessoas se cumprimentem cordialmente ao se cruzarem nas ruas centrais ou que descansem despreocupadas por alguns instantes antes de retomarem suas atividades tarde adentro. Fora alguns objetos que fazem alusão ao título meio *démodé* de "terra dos exageros", como o orelhão gigante (que serve como peça publicitária de uma operadora de telefonia celular) e o semáforo, também enorme, que controla o fluxo de carros que trafegam diante da igreja de Nossa Senhora da Candelária, aquela podia ser uma praça como outra qualquer de uma cidade do interior de porte médio como outra qualquer.[5] Nenhum indício imediato permitiria supor que, poucos meses antes, nos entornos daquele mesmo lugar, haviam se desencadeado eventos dignos de praças de guerra, com explosões de bombas de gás lacrimogênio, disparos de balas de borracha, perseguição de manifestantes por integrantes do batalhão de choque da Polícia Militar, zunir e piscar frenético de sirenes de viaturas e até mesmo prisões. Difícil também imaginar que houvesse outro assunto em cada uma das pequenas rodas de conversa que se formam sob a sombra de cada uma das árvores que não a convivência diária com a falta de água.

Considerando o drama da falta de água enfrentado pelos ituanos ao longo do ano de 2014, não deixa de ser curioso atentar para a fina ironia contida na etimologia do termo que batiza a cidade. O nome Itu é tido como a vulgarização do termo indígena Utu-guaçu (grande queda d'água ou Cachoeira Grande), utilizado para designar uma das cachoeiras do rio Tietê, que corta o território da cidade. Para além da furtiva referência de ordem etimológica/geográfica à temática da água, não é de hoje que o assunto faz parte das preo-

5 De acordo com o censo promovido pelo IBGE em 2010, Itu tinha 154.147 habitantes, a maioria alfabetizada (135.873) e parte significativa identificada como católica (105.354). Ainda de acordo com dados do censo, a estimativa populacional para o ano de 2015 registrava um aumento de mais ou menos 13 mil habitantes, chegando a um total de 167.095.

cupações cotidianas dos ituanos. Como atesta o cronista, historiador e jornalista local Francisco Nardy Filho no livro *A cidade de Ytu* (2000), com o crescimento da população da vila fundada às margens de dois ribeiros (Guaraú e Brochado) e próxima de uma pequena vertente, as partes mais altas da paisagem começaram a ser ocupadas, ao mesmo tempo que o acesso aos ribeiros foi dificultado pela expansão das porções de terras privadas; logo, em 1800, a vila ituana já sofria de falta d'água. Nardy Filho também destaca as primeiras obras em busca de alternativas para o abastecimento da população. A década inicial do século XIX foi marcada pela construção de um encanamento feito de grandes telhões de barro e de dois chafarizes, um no pátio do Carmo, outro no da Matriz.[6] O precário sistema partiu da iniciativa individual do padre Antonio Pacheco da Silva, que empenhou recursos próprios no empreendimento. Depois de aproximadamente 10 ou 15 anos, a estrutura começou a se danificar e a vila não dispunha de recursos para os reparos. Entre 1820-1821, duas bicas foram construídas, a do Padre Campos e a do Brochado – também a partir de iniciativas privadas e individuais.

Quando lemos ainda a citação feita pelo cronista de uma indicação apresentada na Câmara por um vereador em sessão de 12 de janeiro de 1849, a impressão que fica é de que as palavras seguintes poderiam estar publicadas em qualquer jornal ituano do ano de 2014, como se pode comprovar:

> [...] ninguém ignora a miséria de água a que fica reduzida essa cidade nas ocasiões de seca, que têm sido constantes a um par de anos desde o mês de maio até novembro; mesmo sem seca não há abundância de água e a necessidade é suprida pela imensidade de poços particulares, porém em tempos de escassez quase nem água tem a população para beber, cortam-se esses pequenos olhos, restando unicamente a bica do Padre Campos, que longe está de satisfazer as necessidades porque corre de pingo em pingo e para obter-se um pote o condutor leva duas a três horas, ocasionando desavenças e brigas entre os concorrentes (NARDY FILHO, 2000, p. 211).

6 Chamadas atualmente de praça da Independência e praça Padre Miguel respectivamente.

O autor prossegue com referência à situação em meados do século XIX:

> [...] dia a dia ia mais se acentuando a falta de água, visto como a população ia sempre argumentando; em quase todas as sessões da Câmara, que se realizavam por dias seguidos, de três em três meses, este ou aquele vereador pedia providências contra essa falta (NARDY FILHO, 2000, p. 213).

Quando voltamos nossa atenção para o passado recente, avançando até o começo dos anos 2000, é possível encontrar outras referências que alimentam tanto a base de dados do pesquisador quanto o histórico e o imaginário local no que diz respeito a questões relativas à água. Ao pesquisar edições passadas do jornal *Periscópio*, verifica-se uma ampla cobertura, entre os meses de maio e agosto de 2000, daquele que era descrito à época como um dos mais extensos períodos de racionamento e falta de água na cidade.[7] Além do debate acerca de soluções emergenciais e de longo prazo, é recorrente a menção de que o sistema de abastecimento de água de Itu dependia predominantemente de chuvas, pois tinha uma capacidade de estocagem limitada e não era abastecido por grandes cursos d'água. Em 2004, o tema volta à tona com força, dessa vez ganhando destaque no mês de setembro e dividindo espaço com a cobertura das eleições municipais.[8] Nesse ano, foi eleito prefeito, pela primeira vez, o então vereador Herculano Passos,[9] que prometia durante a campanha resolver o problema da falta de água em Itu, descrito como "histórico". Em entrevista publicada com o candidato recém-eleito ainda no mês de outubro, o jornal destaca: "Herculano Jr. terá como prioridade a questão da água". Em suas respostas, foram contempladas a falta de planejamento dos governantes anteriores, o plano

7 No final de maio, o então prefeito chegou a decretar estado de calamidade pública, que, por sua vez, não foi homologado pelo governador do estado à época.

8 Em uma conversa informal com um amigo (de aproximadamente 40 anos de idade) nascido e criado em Itu, ele comentou que a água é um elemento essencial nas campanhas eleitorais, e que muitos se elegeram (ou deixaram de se eleger) por razões ligadas à água.

9 Nessa época, o nome Herculano Passos ainda não era usado de maneira definitiva pelo político, e, às vezes, se fazia referência a ele através do nome Herculano Jr.

de colocar em prática o antigo projeto de captação de água do córrego Mombaça,[10] o desassoreamento dos reservatórios, a possibilidade de utilizar os reservatórios de duas fazendas como solução, além da reconstrução de parte do sistema de abastecimento, considerado antigo e precário. O conjunto de respostas referentes ao tema da água termina com a emblemática frase do futuro prefeito: "Não vamos mais ficar dependendo de São Pedro".

O ano de 2007 foi mais um em que o tema ganhou repercussão, mas, dessa vez, a razão principal não eram os racionamentos e as privações. Um longo embate político e judicial foi travado ao longo desse ano, sendo que a desavença em questão era a concessão do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (Saae) da cidade. Grosso modo, uma das saídas arquitetadas para a superação dos constantes e históricos problemas de falta d'água na cidade era privatizar por completo a empresa que presta tal serviço. Após meses de imbróglio, em outubro, a concessão foi concretizada e, a partir de então, o serviço de água e esgoto municipal passou a ser responsabilidade de uma concessionária que, na cidade, adotou o nome Águas de Itu (AI). O antigo diretor do Saae passou a comandar a agência reguladora criada especificamente para fiscalizar e cobrar a AI, visando (idealmente) garantir a excelência do serviço e o cumprimento das exigências contratuais. Itu se tornava, assim, uma das poucas cidades brasileiras com serviço de água e esgoto 100% privatizado. Ainda que problemas no fornecimento não ocupassem as manchetes referentes ao tema da água nesse período, todas essas notícias eram publicadas em meio a mais registros de falta de água e racionamentos.

Esse breve sobrevoo demonstra como a "crise da água" de 2014 não se configurou como um evento isolado na cidade. Exatamente por isso, é ainda mais curioso notar essa rápida transição entre um cenário de revolta, cobrança, acusações, mobilização e um momento posterior de "normalidade" e "ordem" assim que a água voltou aos lares ituanos. Uma das hipóteses que sugiro é a de que esse movimento é consequência de uma espécie de "convicção" relativamente arraigada do jorrar corrente e ininterrupto da água, que, fora

10 Essa obra só teve seu começo oficialmente anunciado em meados de 2014, como uma resposta emergencial do poder público à grave situação de escassez. O início da sua operação, porém, só se deu em junho de 2016.

os períodos em que ela "falta", costuma se materializar diante dos moradores a cada vez que são abertos os registros que controlam o seu fluxo, fazendo-a escorrer pelas torneiras.

Minhas primeiras impressões em campo reforçaram essa percepção. Além da aparente normalidade no ritmo regular e cotidiano da cidade (observado ao caminhar pelas ruas, nas praças, nos bares e restaurantes, na casa de amigos), era muito comum que ituanos me dissessem que a "crise" pela qual tinham passado recentemente não deixara nenhuma "lição". Ou seja, não se notava uma grande mudança por parte da população nem no trato diário com a água (apesar de assumirem que era raro encontrar cenas explícitas de desperdício), nem com as questões da política local, que também tinha ficado em evidência no período de cobranças do poder público por parte da população que sofria sem água.[11]

Essa afirmação pode soar estanha à primeira vista, já que se nota uma atenção hídrica entre parte dos cidadãos ituanos, principalmente desde 2014. Contudo, esse cuidado (que costuma se dar no âmbito íntimo, doméstico) é quase sempre confessado em conversas particulares e privadas, nas quais, em geral, não se reconhece essa mesma preocupação por parte dos seus vizinhos, parentes e amigos. De qualquer maneira, dadas as dramáticas, embaraçosas e degradantes consequências decorrentes das constantes e históricas falhas no abastecimento doméstico de água em Itu, continua sendo digna de nota a ausência de uma mobilização coletiva e articulada de forma constante e perene – e são exatamente as razões da não existência dessa mobilização (que existiu de forma efetiva e eficaz durante os meses da "crise") que pretendo tentar compreender aqui.

Uma vez que as fontes históricas e etnográficas revelam que mesmo aqueles ituanos plenamente integrados às redes de distribui-

11 Concomitantemente ao diagnóstico de desmobilização e de ausência de "lições", alguns dos meus amigos ativistas também lamentavam que não havia ocorrido nenhuma "vitória política" para aqueles que estiveram lutando pela responsabilização do poder público e da companhia privada de água pela situação de penúria encarada pelos ituanos. Ou seja, a água voltara, mas nada de efetivo tinha sido feito e praticamente nenhuma das pautas defendidas pela população tinha sido contemplada. Aqueles que eram identificados como diretamente implicados no problema não tinham sido devidamente responsabilizados e o que permaneceu foi a sensação de que, mais uma vez, a solução tinha caído do céu e que um novo momento de estiagem repetiria todo aquele sofrimento.

ção de água tratada enfrentam, de tempos em tempos, interrupções no serviço e falta de água nas torneiras, é importante destacar como a noção de "acesso regular à água" encanada é um dado precisa ser colocado em questão. Apesar de não se tratar de algo consideravelmente restritivo, ou seja, válido apenas para grupos privilegiados de ituanos,[12] ele depende da sustentação e do apoio de uma rede de atores, de dispositivos, de tecnologias, de discursos e de crenças sem os quais sua existência enquanto "dado" é dificilmente verificada. Trata-se, portanto, de um "dado" em permanente construção, instável, precário e necessariamente estabelecido *a posteriori*.[13]

Isso não significa, por sua vez, que ele não traga consigo os atributos que normalmente se associam às nossas projeções mais triviais do que seja um "dado". A percepção – e, sobretudo, a vivência – do acesso à água como algo naturalizado em ambientes urbanos contemporâneos devidamente atendidos por um serviço minimamente qualificado e provido pelo poder público (ou por outras formas de governo) não é algo exclusivo de Itu.[14] Estabilizada por meio de todos

12 De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico divulgados pelo IBGE em 2008, as unidades residenciais que contavam com abastecimento de água somavam, então, 44.816 (http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=352390&idtema=20&search=sao-paulo|itu|pesquisa--nacional-de-saneamento-basico-2008). Trata-se de um dado muito significativo (levando esses números em consideração, teríamos aproximadamente 95%), uma vez que, no censo demográfico de 2010, era contado um total de 46.477 domicílios particulares permanentes na cidade (http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=352390&idtema=94&search=sao-paulo|itu|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-domicilios--).

13 Uma discussão correlata a essa é apresentada por Nikhil Anand (2011, p. 549), que lança mão do conceito de "cidadania hídrica" para descrever uma forma de pertencimento à cidade ativada por reivindicações sociais e materiais à infraestrutura municipal de distribuição de água, estando diretamente ligada ao recebimento de água pressurizada através dos canos e não vinculada apenas ao voto, mas a uma série de outros fatores históricos, jurídicos e técnicos. Segundo ele, essa é uma cidadania precária (no sentido de temporária), dependente de um processo interativo que exige repetição, renovação e revalidação (ANAND, 2011, p. 559).

14 Ao analisar o caso de Atenas, na Grécia, Maria Kaïka (2003) destaca que, após um histórico de severos racionamentos e de falta de água desde o começo do século XX, a partir dos anos 1920, o abastecimento doméstico de água se tornou um padrão nos lares atenienses. Após décadas de estabilização, a autora afirma que, nos anos 1980, o fornecimento doméstico de água tinha se tornado "naturalizado", "ou seja, não havia nada mais 'natural' do que girar uma torneira e conseguir água limpa no conforto de casa" (KAÏKA, 2003, p. 927). Logo, ao estudar um longo período de seca

os dispositivos que se prestam a esse fim (reservatórios, estações de tratamento, redes de encanamento, caixas d'água, torneiras, registros, mangueiras etc.), essa rede sociotécnica (uma vez que também envolve políticos, gestores, empresas, técnicos e usuários) proporcionou uma espécie de dobra responsável por definir e difundir uma noção da água como elemento duplamente natural: por ser um elemento da natureza e por estar naturalmente disponível cada vez que se abre um registro. Assim, posto que, no mundo ocidental de matriz urbana, científica, "civilizada" (com todas as aspas possíveis), são os aspectos "naturais" que ocupam o lugar do "dado" – em oposição àquilo que é "construído", que é da ordem do "social" ou do "cultural" –, é possível começar a delinear algumas das razões pelas quais o "acesso regular à água" encanada tem força de "dado". Uma vez que "natural" é algo que se julga constante, estável, permanente, enfim, é algo (tomado como) dado.

Isso, no entanto, avança apenas um passo quando pensamos na questão proposta como eixo condutor do presente artigo. Seu outro aspecto me parece ainda mais essencial e, talvez por isso, mais difícil de abordar. Cabe, portanto, voltar à questão formulada anteriormente (mas agora ligeiramente deslocada), qual seja: através de quais processos a ideia de "acesso regular à água" é construída como um "dado" (nos termos descritos)? E, para além disso, por quais razões esse "dado", mesmo questionado repetidas vezes na prática, permanece potente? Uma de minhas hipóteses para ambas as questões reside na associação muito íntima entre toda a rede de práticas, dispositivos e infraestruturas responsáveis pela circulação da água em ambientes urbanos como um "dado" e a atuação/presença do Estado (ou de outras formas e práticas de governo).

No caso ituano, a estabilidade relativa do acesso à água foi sendo cultivada aos poucos, principalmente a partir do final do século XIX, quando se observou a primeira grande etapa de modernização no sistema de abastecimento da cidade. Em 2015 estava em exibição, no

---

e, consequentemente, de racionamento no fornecimento de água entre os anos de 1989 e 1991, a autora observa que "a escalada do pânico da população quando as torneiras – símbolo de uma vida moderna e confortável – se recusaram a prover seus serviços se deu em parte por causa da expectativa de que a água no espaço doméstico sempre estaria ali 'naturalmente'" (KAÏKA, 2003, p. 928).

Museu da Energia de Itu, a exposição Fontes e Chafarizes, que não apenas resgatava a memória desses dispositivos de acesso à água que dão nome à exibição, mas destacava o seu declínio diante do avanço das soluções em rede. Esse último termo marca oposição às iniciativas (muitas vezes privadas e autônomas) que recorriam aos chafarizes e às fontes de água como meios para distribuição de água – em que o acesso dependia fundamentalmente do deslocamento até um desses pontos de fruição do líquido ou dos serviços dos aguadeiros, que vendiam de porta em porta a água coletada em alguma fonte ou poço. Além do já citado padre Antônio Pacheco Silva, a quem se atribui a construção do primeiro mecanismo para condução de água até a região central da cidade, a exibição relembrava ainda outras iniciativas que se seguiram. São citados o frei Joaquim Francisco do Livramento, que, em 1820, foi responsável pela abertura do chafariz que ficou conhecido como Padre Campos, e o cirurgião Antônio José Babo Brochado, que, no mesmo ano, abriu um chafariz próximo à sua casa e que levou o seu nome.

Se as primeiras décadas do século XIX podem ser descritas como as das iniciativas de caráter individual, marcadas, como se vê, pela caridade de figuras religiosas ou pela generosidade de abastados benfeitores, a proximidade do século seguinte atesta uma mudança nesse padrão. Nesse momento, o que se nota é que a questão passa a ser tratada e conduzida a partir da esfera da administração pública; ou seja, como questão de Estado. Assim, a partir dos anos 1880, tiveram início ações mais audaciosas (sobretudo quando comparadas às iniciativas individuais observadas anos antes). A Câmara dos Vereadores determina a exploração de outros mananciais e a construção de três novos chafarizes; mas se dá conta de que a cidade ainda enfrenta graves problemas de abastecimento.[15] Nesse mesmo período, têm início as obras de captação de água dos ribeirões Pirapitingui e Braiaiá, concluídas em 1888; e, em 1886, a partir de estudo

15 A exposição reproduzia fac-símiles de jornais do século XIX que tratam do tema. Em uma matéria do jornal *Imprensa Ytuana*, de 1876, lê-se que a seca severa e prolongada deixara à míngua os dois córregos, Guaraú e Brochado, que, por sua vez, já tinham sido mais do que suficientes para abastecer todas as precisões da população. Nessa mesma nota, afirma-se que as lavadeiras já estavam recorrendo ao ribeirão Pirapitingui, o que as levava a percorrer cerca de cinco quilômetros de distância.

do potencial aquífero de Itu realizado pelo engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, é lançada a pedra fundamental da caixa d'água da cidade. Esse período é descrito como um marco para a modernização do sistema de abastecimento de água de Itu. Talvez por essa razão – enfatizando a sanha modernizante, que muitas vezes exige a destruição e o apagamento dos índices que remontam a um passado que se quer superar (ou que se quer fazer crer superado) –, alguns dos vários chafarizes ituanos foram desativados e posteriormente demolidos, como o do Padre Campos, o da Matriz e o do Patrocínio, que sumiram em 1887, 1889 e 1890 respectivamente.[16] Já no começo do século XX, com o início do processo de industrialização (calcado principalmente no setor têxtil, que vinha se desenvolvendo desde o final do século anterior), o sistema de abastecimento de água, que ainda era mantido pelos ribeirões canalizados, precisa ser ampliado. Com o aval da Câmara Municipal (e sob a orientação do engenheiro Francisco Mesquita de Barros), uma fazenda é adquirida e seu manancial canalizado. É nesse período que o sistema de adução de água passa a ser implementado.

De acordo com as informações reunidas na exibição, essa transição não é responsável somente pelo (alegado) abandono e consequente degradação e desaparecimento de bicas e chafarizes. A mudança no modo de acesso à água também altera substancialmente a própria relação das pessoas com o bem em questão. Registra-se que "da falta d'água, passou-se ao desperdício" – havendo, inclusive, trecho retirado de um jornal do ano de 1908 que denuncia tal comportamento ao mesmo tempo que exige que a Câmara tome providências no sentido de controlar o consumo (como o fechamento dos registros durante a noite e a redução de pressão – procedimento que hoje é conhecido como racionamento).[17] Sugere-se também que

16 Em um mapa montado para a exposição que recriava o centro histórico de Itu no ano de 1889, 12 bicas e chafarizes são nomeados e situados espacialmente. Além dos já citados (Carmo, Matriz, Padre Campos, Largo do Patrocínio e Brochado), há referência também aos chafarizes do Colégio São Luiz, do Bairro do Chafariz, da Câmara Municipal, do Largo São Francisco, do Theatro, do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio e da Santa Casa de Misericórdia.

17 Dado o peso simbólico que o termo racionamento carrega, ligando-se diretamente à noção de escassez e de falta, é muito comum observarmos, em falas oficiais, a utilização do termo "redução de pressão" – que, segundo técnicos, seria um

aqueles que apresentem tal comportamento dispendioso sofram como punição a instalação de hidrômetros em suas casas – ação que, segundo o jornal, deveria se expandir para todos os prédios no futuro.

Durante toda a primeira metade do século XX, a água captada nos mananciais de fazendas e em córregos no entorno da cidade era bombeada até a caixa d'água central e dali distribuída (ainda sem tratamento) para a população. Apenas nos anos 1950 é construída a primeira estação de tratamento de água (ETA), no bairro Rancho Grande, afastado do centro antigo da cidade. Nesse período, a rede hidráulica também é ampliada. Nos anos 1960, a represa do Fubaleiro é construída e há uma perspectiva de que a obra seja suficiente para abastecer a cidade pelos próximos 40 anos. No entanto, passado metade desse período, a represa já estava consideravelmente assoreada, o que frustra as expectativas acerca de sua capacidade de armazenamento e, consequentemente, de fornecimento de água. Registra-se ainda que, ao longo do regime militar, quase nenhuma obra foi realizada visando ao aumento da capacidade de armazenamento de água na cidade – apenas intervenções na área de saneamento básico e ampliações na rede de distribuição são concluídas.

É desse período, porém, a criação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), órgão público responsável pela gestão e distribuição das águas e pela coleta de esgoto.[18] Fundado no começo da década de 1970, o Saae também surge como uma tentativa de enfrentar os problemas de abastecimento que assolavam a cidade, então com cerca

---

eufemismo. De acordo com a informação de um técnico da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), há apenas duas maneiras de se atuar quando não se tem água suficiente para que a população a utilize livremente: rodízio (que consiste no fechamento temporário do sistema por algumas horas do dia ou até mesmo por dias inteiros) e o racionamento (que é a redução de pressão, sem, no entanto, promover cortes no fornecimento). Ainda segundo ele, a solução via rodízio deve ser evitada a todo custo, pois pune de maneira muito severa as pessoas mais pobres, que, muitas vezes, não possuem caixas d'água em casa, ficando, assim, impossibilitadas de armazenar o líquido para utilização nos períodos de corte de abastecimento.

18 Ainda é muito comum encontrar esse braço da burocracia estatal, com esse mesmo nome, em muitas cidades no interior de São Paulo. Em Itu, por sua vez, como já citado, esses serviços foram privatizados em 2007, e a gestão, o tratamento e a distribuição da água local ficaram a cargo de uma empresa 100% privada.

de 70 mil habitantes. Por sugestão de um engenheiro sanitarista, é criada a primeira autarquia da cidade, que nasce como uma alternativa a uma prática recorrente à época, que era a entrega do serviço de água e esgoto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, a Sabesp. É a partir do Saae que ocorrem algumas das principais alterações na relação de consumo da água, que ainda hoje persistem de maneira hegemônica, como a separação da cobrança da tarifa de água e da tarifa de esgoto; o escalonamento para a cobrança da água consumida, estabelecendo-se um valor mínimo (até então, pagava-se uma tarifa fixa, não importando a quantidade consumida); e o início da instalação de hidrômetros (REVISTA CAMPO & CIDADE, 2010).

Já nos anos 1990, quando a falta de água volta a ser um incômodo para os ituanos, um novo sistema de armazenamento, captação, tratamento e distribuição é construído, o sistema Itaim.[19]

Para além das obras e dos avanços "técnicos" relativos à transformação, ampliação e melhoria do sistema de armazenamento, captação, tratamento e distribuição de água, outra grande mudança referente ao tema ocorreu mais recentemente. Pouco depois da virada dos anos 2000, a privatização do Saae passa a ser aventada como mais uma solução ("definitiva", como todas as outras) para os problemas de falta de água ituanos. Esse pode ser apontado como o último capítulo de grande relevância na construção de uma rede material e simbólica responsável por difundir a noção de "acesso regular à água".[20] Após concorrência pública realizada em 2006, o que se vê no

19 Em janeiro de 2014, quando Itu já experimentava dias de racionamento (ainda que extraoficial), porém meses antes do período mais agudo de escassez, a Estação de Tratamento de Água do Itaim foi entregue à população depois de ter sido completamente renovada pela Águas de Itu. Houve uma cerimônia com a presença de autoridades municipais, inclusive o prefeito. Disponível em: http://www.itu.com.br/nossa-cidade/noticia/estacao-de-tratamento-de-agua-do-itaim-entra-em--operacao-20140124. Acesso em: 10 maio 2016).

20 Em decorrência da "crise da água" de 2014, o Poder Executivo local decretou, em meados de 2015, um interventor para assumir a concessionária enquanto uma grande auditoria era realizada. O resultado desse processo foi o rompimento do contrato de concessão em junho de 2016 e a transferência do serviço para outra empresa de saneamento, que assumiu em caráter emergencial e provisório pelo período de 180 dias. Disponível em: http://www.itu.com.br/nossa-cidade/noticia/eppo--assume-emergencialmente-servicos-de-agua-e-esgosto-em-itu-20160624. Acesso em: 24 set. 2016.

ano seguinte é uma batalha judicial e política em torno da conclusão da concessão da empresa de água e esgoto de Itu. Os vereadores da situação, favoráveis ao projeto encaminhado pelo Executivo, alegam que, além do saneamento das dívidas do Saae, a alternativa proposta se apresenta como única saída possível para a resolução do problema da falta de água na cidade. Por outro lado, os opositores dizem temer sobretudo o aumento da tarifa pelo repasse aos usuários dos custos de reparos e investimentos feitos pela empresa privada. De acordo com as informações levantadas em jornais do período, a nova concessão arcaria com essa dívida e ainda investiria R$ 55 milhões nos cinco anos seguintes. Após esse período, deveria oferecer água e esgoto 100% tratados na cidade. O contrato previa ainda a construção de cinco reservatórios e a total recuperação do sistema de água e esgoto da cidade. Como já citado, o Saae passaria a atuar como agência fiscalizadora – o que aconteceu de fato foi sua extinção e a criação de uma nova agência reguladora, que ficou a cargo do último presidente do Saae. Em entrevista coletiva dada à imprensa local em outubro de 2007, a empresa vencedora da concessão afirma que, já a partir de 2009, não haveria mais racionamento em Itu e que, para isso, arcaria com um investimento na casa dos R$ 100 milhões.

Como todo imbróglio relativo à legalidade da concessão se dá durante um período de severos racionamentos, a questão ganha ainda mais visibilidade. Em coluna publicada no *Periscópio* no final de outubro, um jornalista opina que não poderia haver oportunidade melhor para que a Águas de Itu assumisse o controle do serviço de água e esgoto, já que há muito tempo não ocorria um período de estiagem como aquele. Na sequência, ele afirma que tudo levava a crer que, no futuro, as coisas só poderiam mudar para melhor. O que se via, mais uma vez, era a elaboração e a difusão de uma "convicção" de que a solução para as falhas no abastecimento de água da cidade estava em vias de ser alcançada. Ainda que, dessa vez, ela não viesse por meio de obras, mas por conta de mudanças na gestão do serviço, o efeito produzido era o mesmo das situações anteriores: o cultivo da percepção de que a água estaria definitivamente à disposição das torneiras ituanas tão logo fosse implementado aquilo que estava sendo projetado.

Materialidade política da água e processos de formação de Estado

A forte associação promovida em Itu entre água, sociedade e Estado (para além dos debates acerca do assunto em períodos eleitorais, em momentos pontuais no Legislativo ou nas coberturas jornalísticas nos períodos de racionamento) se mostra como uma oportunidade de aprofundar e ampliar o conhecimento e a reflexão antropológica sobre essas relações. Parte da bibliografia que coloca a água como eixo de destaque em sua análise tem como principal referência ambientes rurais – que, muitas vezes, conjugam a gestão da água com as atividades produtivas e as práticas, os saberes e as organizações sociais nativas (SALESSE, 2003) – ou ainda ambientes em que a escassez é um "dado" – como regiões desérticas ou onde o acesso é restrito por questões de propriedade, nas quais a gestão da água envolve temas como prestígio, moral, poder e controle (BÉDOUCHA, 2011; FTAÏTA, 2011). Quanto às análises em contextos urbanos, é muito comum que se aborde a questão a partir da precariedade da rede de abastecimento de água e do consequente aprofundamento da desigualdade social que esse dado implica – com reflexos em questões de gênero ou relativas à organização de movimentos sociais, por exemplo (BENNET, 1995). São encontrados ainda materiais que tratam da governança (transnacional e local) da água (AIYER, 2007; KAPLAN, 2007) e abordagens que destacam os imaginários, as representações sociais, as experiências sensoriais e os processos de produção de sentido e de conhecimento associados a ela (HASTRUP e HASTRUP, 2015; HELMREICH, 2011; LIMBERT, 2001; STRANG, 2004, 2011; TEIXEIRA, MOURA e DAVISON, 2011; WAGNER, 2012, 2013).

Contudo, há também aqueles trabalhos que atentam para o que pode ser chamado de materialidade (política) da água (e dos dispositivos que possibilitam sua captação, seu tratamento, sua circulação) e para as consequências daí decorrentes, como sua capacidade de promover conexões entre diferentes esferas – aparentemente não inter-relacionadas – da vida social (ANAND, 2011; BARNES, 2012; CARROLL, 2012; COELHO, 2006; VON SCHNITZLER, 2013). Acredito que essa última possibilidade de abordagem seja capaz de produzir um tipo de análise que dialogue de maneira criativa com questões acerca de processos de formação do Estado que já vêm sendo gesta-

das no seio da antropologia há algumas décadas – e com as reflexões que venho aqui ensaiando com base no caso de Itu.

Desde que a antropologia passou a se dedicar de maneira mais sistemática ao estudo do Estado dito moderno, o foco nas práticas cotidianas, nas rotinas e nas representações e nos efeitos que delas emergem se apresentou como um dos principais caminhos para a obtenção de conhecimento acerca desse tema/fenômeno. Importantes lições tiradas do avanço dessa abordagem estabelecem um interessante paradigma para a leitura da evolução da infraestrutura de fornecimento de água em Itu e de seus modelos de gestão, bem como para reflexões contemporâneas acerca da relação entre água e Estado em outros contextos etnográficos. Minha sugestão é que, se analisarmos o avanço da infraestrutura de água em Itu levando em consideração o que aprendemos com esses teóricos, que tomam o Estado como algo historicamente construído (ABRAMS, 2006) e nunca finalizado de uma vez por todas ou simplesmente "dado" (*taken for granted*), ou seja, como um processo de formação (STEINMETZ, 1999), outras possibilidades analíticas são vislumbradas. Na esteira desses analistas, com os quais aprendemos a considerar o Estado como um fenômeno emergente de "técnicas que permitem que as práticas materiais mundanas tomem uma aparência abstrata, imaterial", pode-se depreender que "a tarefa de uma teoria do Estado não é clarear tal distinção, mas historicizá-la" (MITCHELL, 1999, p. 170). A demonstração da intricada relação entre a promoção de uma "convicção" acerca do "acesso regular à água" e o processo de formação do Estado no caso ituano depende, assim, da historicização das "práticas mundanas" responsáveis por, ao longo dos últimos 150 anos, fazer chegar água às casas ituanas. Essas práticas, por sua vez, junto com dispositivos retóricos e discursivos, são responsáveis por criar uma "aparência abstrata" do "acesso regular à água" como um "dado".

Se tomarmos, contudo, algumas características do objeto aqui contemplado, a reflexão pode ganhar contornos ainda mais interessantes. A materialidade inegável da água e da rede que a distribui nos impõe o desafio de pensar sua maneira de circular de um modo que vá além das práticas de gestão e das tecnologias de governo e de disciplina que, uma vez estabilizadas através das rotinas cotidianas,

conformam o fenômeno chamado de "Estado" – e a consequente "convicção" do "acesso regular à água". Trabalhos mais recentes passaram a considerar também aspectos materiais nas suas formulações acerca dos processos de formação de Estado, de formas de governo e de produção de subjetividades – sendo que a água e toda a infraestrutura que a permite circular de determinada forma e entre determinados lugares se tornaram objeto recorrente de investigação para uma série desses pesquisadores. Esse movimento é, em parte, tributário daquilo que Cecile Rubow chamou de "virada material na antropologia", em que "objetos físicos são estudados como inextricavelmente incorporados na produção do social" (RUBOW, 2014, p. 90).[21] Com etnografia desenvolvida na Índia, Karen Coelho (2006) ressalta a importância de se atentar para os atributos materiais ao se fazer uma pesquisa acerca do poder e da autoridade do Estado, reconhecendo que um dos principais atores do serviço de água municipal da cidade estudada por ela é a "rede de canos subterrânea" na condição de "corporificação da soberania do Estado, que reivindica satisfazer a necessidade de água de cada um dos habitantes da cidade" (COELHO, 2006, p. 498). De acordo com ela, "longos processos de inscrição na paisagem, de relações sociais de poder, leis, resistências e acordos vêm à tona na forma de realidade literalmente concreta – reservatórios, adutoras, estações de distribuição" (COELHO, 2006, p. 497). Ainda nesse sentido, Antina von Schnitzler (2013) estuda os modos como medidores de consumo pré-pago (hidrômetros, em especial) foram utilizados visando a distintos regimes éticos e projetos políticos na África do Sul pós-*apartheid*. Segundo a autora, ao focar no tipo de atividade de tais dispositivos (aparelhos aparentemente marcados por sua neutralidade técnica), seria possível

21 O próprio Mitchell, em *Carbon Democracy* (2011), seu livro mais recente, avança de maneira mais clara rumo a esse tipo de abordagem. O autor afirma que, ao investigar a relação entre democracia e petróleo, se deu conta de que ambos não eram coisas separadas que tão somente tinham efeito uma sobre a outra: "mais do que o estudo da democracia e do petróleo, esse se tornou um livro sobre a democracia *como* petróleo – como uma forma de política cujos mecanismos em múltiplos níveis envolvem o processo de produção e do uso de energia proveniente do carbono" (MITCHELL, 2011, p. 5).

> [...] descrever a política em lugares não familiares e de formas não esperadas, de modo que poderíamos expandir os horizontes conceituais e imaginativos de como nós estudamos e concebemos o político. Em um contexto no qual a esfera política formal parece cada vez mais inacessível, tais vínculos materiais frequentemente se tornam o lugar onde questões éticas e políticas são negociadas e contestadas (VON SCHNITZLER, 2013, p. 688).

Ao enveredar por uma "análise materialista da política", nos esquivamos da tendência de "tratar a natureza como um substrato sobre o qual a política age" (ANAND, 2011, p. 545). Essa visada serve de inspiração quando se tem o intuito de pensar a água para além de "um pano de fundo para a política: um recurso inerte por cujo controle, que normalmente é fonte de conflitos humanos (por vezes, violentos), se luta" (BAKKER, 2012, p. 616). O que se pretende é considerar a "água como uma substância que é, ao mesmo tempo, produzida por e produtora de relações políticas [e sociais]" (BAKKER, 2012, p. 616).[22] Nesse sentido, aponta-se aqui para uma proposta de "tomar a água e as tecnologias, os paradigmas de gestão, as *expertises*, as organizações e os regimes de governo que tentam organizá-la e domesticá-la não como fatores preexistentes ou determinados, mas como coletivos/associações/conjuntos mutuamente produzidos" (BARNES e ALATOUT, 2012, p. 485). Ou seja, os modos de agir e de se comportar da sociedade ituana (ou do ituano médio) tanto diante da falta insistente de água – que, nos idos de 2014, foi consensualmente chamada de "crise" – quanto diante da sua materialização cotidiana nas torneiras domésticas não podem ser tomados como algo universal e facilmente transponível para outras realidades supostamente similares. Por isso, a reconstituição de parte da trajetória que permitiu que a grande maioria da população urbana ituana tivesse acesso ao serviço de distribuição de água encanada é fundamental, sobretudo por expor que as noções e os conceitos que podem ter um significado aparentemente generalizante ou inequí-

22 Nesses termos, a ideia de que a água é "produzida" por relações políticas é bastante paradigmática, posto que ainda é usual e recorrente associarmos a presença da água (mesmo em ambientes urbanos) a condições que remetem às relações (ditas) naturais.

voco, como "água encanada", "acesso", "falta d'água", "crise", "água como direito", não devem ser tomados como tal. No caso de Itu, todas essas noções foram negociadas e reformuladas a cada momento de ampliação da rede, de abertura de um novo reservatório, de situações de manutenção da rede, de promessas de novas obras de captação etc. – assim como foi (e ainda é) a noção de Estado (e não apenas o seu "papel") nos diversos momentos em que essas questões tiveram de ser enfrentadas.[23]

Ou seja, não são apenas os modelos de gestão, as políticas específicas ou os aparatos legais que regem os meios de distribuição da água em ambientes urbanos contemporâneos que podem ser pensados como processos de formação de Estado, de produção de formas particulares de governo e de modos específicos de subjetividade. Os próprios dispositivos e infraestruturas responsáveis por materializar e executar essa circulação são elementos constitutivos desses processos – sendo que a construção e a estabilização da "convicção" do "acesso regular à água" se torna, nesse contexto, um dos fatores essenciais para sua compreensão. É ela que estabelece certas rotinas cotidianas responsáveis por promover, entre outras coisas, a "ordem" – tão logo ela se confirme no ato recorrente e praticamente inconsciente de abrir os registros e se deparar com a água. É tomada como uma questão de Estado que devemos compreender a construção do "acesso regular à água" como um "dado", sendo que essa passagem não depende apenas de afirmações de ordem discursiva ou normativa, mas também (e fundamentalmente) de toda uma infraestrutura que é, ao mesmo tempo, produto e produtora dessa "convicção".

Por outro lado, isso ainda não explica a capacidade de essa "convicção" se manter tesa mesmo com as constantes falhas ao longo da história. Bem, o estudo do Estado a partir dos autores aqui referenciados revela que um dos seus grandes atributos é sua capacidade de

23 O artigo "Water and technoscientific state formation in California" (2012), do sociólogo Patrick Carroll, mostra como a água exerceu um papel fundamental para a formação daquilo que ele chama de um Estado tecnocientífico na Califórnia, definido como "uma complexa reunião de humanos e não humanos, uma formação discursiva, organizacional e material, uma tecnonatureza politicamente construída" (CARROLL, 2012, p. 511) – que, para ele, é a própria definição de Estado moderno contemporâneo.

se apresentar como algo monolítico, homogêneo, coeso, coerente, racional e eficiente. É essa, em grande parte, a "mensagem de dominação" de que nos fala Philip Abrams (2006) ou, ainda, o "efeito" evocado por Timothy Mitchell (1999). Assim, minha sugestão é de que, exatamente por estar intimamente associada a uma questão de Estado – lembrando que obras de infraestrutura em geral e, mais ainda, aquelas que se destinam a prover serviços básicos para a população têm essa vinculação quase imediata com o Estado e que, no Brasil, a gestão da água se tornou tradicionalmente de atribuição estatal –, toda essa rede que tem como resultado a chegada da água à casa das pessoas se mistura e se confunde com o próprio Estado, compartilhando seus atributos. Tendo sido criada sob a égide do Estado e assim permanecendo durante a maior parte do seu tempo de existência e atuação, a infraestrutura responsável por captar, tratar e distribuir a água não está alheia, portanto, aos modos de operar e aos efeitos decorrentes da mensagem, das práticas e dos procedimentos que o Estado produz acerca dele mesmo. Uma vez que inscritas sob essa potente força performativa, as persistentes interrupções no abastecimento são justificadas por "falhas" ou por "manutenções" no sistema, por deslizes de "planejamento" ou por questões de ordem "natural" (razões quase sempre atribuídas a elementos exteriores àquilo que produz sua mensagem de eficácia); ou seja, sempre se remetem a questões pontuais e/ou conjecturais, incapazes de abalar, por sua vez, a "convicção" no "abastecimento regular de água" e na marcha de um Estado responsável pela construção e pela difusão dessa "convicção".

A história brevemente descrita mostra, portanto, como o Estado, aos poucos, foi se tornando indissociável das questões relativas à água em Itu (mesmo quando a responsabilidade sobre o serviço era de uma empresa privada), sobretudo por meio das infraestruturas e dos serviços ligados à sua distribuição e ao seu consumo – sendo que é devido a essa indissociabilidade (e aos atributos a ela vinculados) que se pode compreender a manutenção e a eficácia da "convicção" do "acesso regular à água", mesmo com permanentes e recorrentes episódios de interrupção de sua distribuição.

Considerações Finais

Neste artigo, busquei explicitar alguns dos parâmetros que colaboraram (e continuam colaborando) para a construção de uma "convicção" de "acesso regular à água" como um "dado" em Itu. A partir de uma aparente normalidade no fluxo regular da vida observada nas ruas e nos lares ituanos muito pouco tempo após meses seguidos de falta severa de água que geraram uma convulsão e uma mobilização popular até então inéditas na cidade, foi exatamente esse ritmo de regularidade que mais gerou estranhamento no pesquisador em campo. Esse estranhamento, por sua vez, era também compartilhado por meus principais interlocutores, ativistas que estiveram profundamente engajados nos protestos e nas articulações que emergiram por parte da população no decorrer da "crise". Apostando na fecundidade e na potência dessa situação, que poderia se desdobrar no questionamento mais sistemático não apenas das questões relativas à água, mas também de outras questões políticas e administrativas do município, não era difícil notar um certo ar de frustração por parte desses meus amigos com o cenário pós-"crise".[24] Uma vez que essa aposta parecia perdida, o diagnóstico era o de impossibilidade de mobilização da população em geral em torno da água uma vez que o líquido estava disponível nas torneiras. Foi diante desses dados que passei a considerar de maneira mais atenta a capacidade de produção de "ordem" e de "rotina" da água encanada em Itu.

Por outro lado, quando lembrávamos do muito recente período de "crise da água" atravessada pela cidade e, a partir de pesquisas em arquivos, jornais locais e conversas com ituanos mais velhos, verificávamos o histórico de interrupções e de falhas na distribuição desse serviço em Itu, ficava uma pergunta que me parecia essencial. Para além da eficácia da água em produzir cotidiano (pois se trata de um elemento que articula e medeia grande parte das tarefas e das rotinas domésticas urbanas), como essa "rotina" e essa "ordem" não viviam

24 Desnecessário dizer, mas não custa pontuar: obviamente, a frustração não dizia respeito ao fato de a população ituana (e cada um deles, por implicação) ter novamente água em suas casas. Afinal de contas, essa era uma das causas pelas quais eles e toda a população haviam se mobilizado. A frustração residia na constatação de que, uma vez que a água voltou a circular, boa parte da potência e da força contestatória que emergira de maneira inédita na cidade se esvaiu.

sob constante ameaça, sob constante desconfiança, uma vez que os relatos e as experiências de falta de água, com todos os percalços decorrentes desse fato, são também um dado recorrente? Minha sugestão é de que essa resposta se encontra na construção de uma "convicção" acerca do "acesso regular à água" encanada.

Essa "convicção", depreendida da observação em campo da capacidade de desmobilização da água encanada e do comportamento inalterado dos ituanos em relação a esse bem mesmo depois de período de severa escassez, foi construída no decorrer de um longo processo e por meio não só de práticas de gestão e de discursos, mas sobretudo a partir de um movimento de expansão material. A ampliação e a articulação de dispositivos, tecnologias e infraestruturas (junto de discursos e modelos de gestão) foram fatores essenciais na promoção e difusão da noção de "acesso regular à água" em Itu. Nem mesmo as insistentes experiências que poderiam colocar em xeque tal "convicção" foram capazes de abalar por completo a naturalização desse "dado". Um dos grandes motivos responsáveis por essa naturalização do "acesso regular à água" é o fato de essa infraestrutura se confundir com o próprio Estado. Nesse sentido, é fundamental que não tomemos o Estado apenas como um conjunto de ideias e práticas capaz de produzir representações, mas sim como "uma complexa reunião de humanos e não humanos, uma formação discursiva, organizacional e material" (CARROLL, 2012, p. 511) – concepção essa que, por sua vez, não deixa de produzir efeitos de duração, permanência, homogeneidade, coerência e eficácia.

O objetivo, portanto, foi o de estabelecer uma análise da relação entre água, sociedade e Estado em Itu que levasse em consideração essa materialidade evocada anteriormente, propondo evidenciar conexões (hidráulicas, inclusive) e redes (de canos e de relações) que, apesar de temporariamente desveladas nos tempos de crise, costumam cair no esquecimento quando a água volta a ser distribuída "regularmente". Nesses termos, uma das principais contribuições que o caso ituano pode nos proporcionar é a oportunidade de pensar a dimensão material da distribuição, dos modos de gestão, de acesso e de usos da água junto com as formas políticas e de gestão de pessoas que elas implicam. Ou seja, pensá-la como um bem que, ao mesmo tempo que é gerido, administrado e distribuído no ambiente urbano,

promove, funda e replica formas específicas de conexões, de modos de vida, de gestão da população e noções de formação de Estado.

Tomada como objeto de pesquisa em um local onde se observa um lastro de debates e questões acerca de si, a água se apresenta como um elemento capaz de ligar pontos aparentemente difusos, promovendo, assim, a possibilidade de descrição (e de configuração) de redes sociotécnicas que normalmente não são contempladas quando voltamos nossa atenção apenas para as consequências "sociais" do fenômeno aqui nomeado de "crise da água".[25] Pensada nesses termos, ela permite compreender processos sociopolíticos mais abrangentes, sobretudo aqueles referentes às conformações sociais em suas confluências com aspectos materiais (não humanos) no ambiente urbano – inclusive quando se tem como referência os períodos de normalidade do abastecimento.

Referências

ABRAMS, P. 2006. "Notes on the difficulty of studying the State". In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (Orgs.). *The anthropology of the State: a reader*. Londres: Blackwell Publishing. pp. 112-130.

AIYER, A. 2007. The allure of the transnational: notes on some aspects of the political economy of water in India. *Cultural Anthropology*, 22(4): 640-658.

ANAND, N. 2011. Pressure: the politechnics of water supply in Mumbai. *Cultural Anthropology*, 26(4): 542-564.

BAKKER, K. 2012. Water: political, biopolitical, material. *Social Studies of Science*, 42(4): 616-623.

BARNES, J. 2012. Pumping possibility: agricultural expansion through desert reclamation in Egypt. *Social Studies of Science*, 42(4): 517-538.

_____; ALATOUT, S. 2012. Water worlds: introduction to the special issue of Social Studies of Science. *Social Studies of Science*, 42(4): 483-488.

25 A situação de crise (não só da água) nos faz encarar a implosão de uma série de arranjos que produzem (ou produziam) efeitos de permanência capazes de neutralizar o questionamento acerca das operações e das conexões que põem para funcionar todo esse aparato de "produção de natureza" (e de "produção de sociedade"), por assim dizer. A ruptura do fornecimento regular de água foi responsável por trazer à tona elementos muito diversos que, diante de seu mau funcionamento, revelaram relações até então não aparentes. Foi a partir dessa brecha, ou dessa falha na operação de purificação, tal como entendido por Latour (1994), que alguns atores sociais encontraram a oportunidade de questionar o caráter puramente "natural" do problema que enfrentavam.

BÉDOUCHA, G. 2011. Rare ou abondante, l'eau précieuse. En France, l'exemple de la Brenne des étangs. *Anuário Antropológico*, 2010/II (dez.): 127-167.

BENNETT, V. 1995. The politics of water: urban protest, gender, and power in Monterrey, Mexico. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

CARROLL, P. 2012. Water and technoscientific state formation in California. *Social Studies of Science*, 42(4): 489-516.

COELHO, K. 2006. Tapping in: leaky sovereignties and engineered (dis)order in an urban water system. In: NARULA, Monica et al. (Org.). *Sarai Reader 06*: turbulence. Déli: Centre for the Study of Developing Societies. pp. 497-509.

DANTAS, M. 2004. *Água e desenvolvimento:* desafios para Itu. Itu: Ottoni.

FTAÏTA, T. 2011. Community water management. Is it still possible? Anthropological perspectives. *Anuário Antropológico*, 2010/II (dez.): 195-212.

HASTRUP, K.; HASTRUP, F. 2015. Introduction: waterworlds at large. In: _____. (Orgs.). Waterworlds: anthropology in fluid environments. Nova York: Oxford: Berghahn Books. pp. 1-22.

HELMREICH, S. 2011. Nature/culture/seawater. *American Anthropologist*, 113(1): 132-144.

IANNI, O. 1998. Uma cidade antiga. Campinas: Unicamp; São Paulo: Museu Paulista.

KAÏKA, M. 2003. Constructing scarcity and sensationalising water politics: 170 days that shook Athens. *Antipode*, 35(5): 919-954.

KAPLAN, M. 2007. Fijian water in Fiji and New York: local politics and a global commodity. *Cultural Anthropology*, 22(4): 685-706.

LATOUR, B. 1994. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34.

LIMBERT, M. E. 2001. The senses of water in an omani town. *Social Text*, 19(3): 35-56.

MITCHELL, T. 2011. Carbon Democracy: political power in the age of oil. Londres: Nova York: Verso.

_____. 1999. Society, economy, and the state effect. In: STEINMETZ, G. (Org.). *State/culture*: State formation after the cultural turn. Ithaca: Cornell University Press. pp. 169-186.

NARDY FILHO, F. 2006 (1. ed. 1928). (Fac-símile). A cidade de Ytu: histórico de sua fundação e dos seus principais monumentos. Itu: Ottoni.

ORLOVE, B.; CATON, S. C. 2010. Water sustainability: anthropological approaches and prospects. *Annual Review of Anthropology*, 39: 401-415.

RODRIGUES, M. R. 2010. A escassez de água para abastecimento público e seus reflexos socioeconômicos no município de Itu-SP. Itu: Ottoni.

REVISTA CAMPO & CIDADE. 2010. Itu, 65.

RUBOW, C. 2014. Part II – Technology: introduction. In: HASTRUP, K.; RUBOW, C. (Orgs.). Living with the environmental change: waterworlds. Londres: Routledge. pp. 86–93.

SAINT-HILAIRE, A. 1976. de. Viagem à província de São Paulo. São Paulo: EdUSP: Martins.

SALESSE, E. 2003. Os que "sabiam" e os que "andam baralhados": funcionamento técnico e social de um regadio. *Etnográfica*, 7(1): 33–61.

STEINMETZ, G. 1999. Culture and the state. In: _____. (Org.). State/culture: State formation after the cultural turn. Ithaca: Cornell University Press. pp. 1–50.

STRANG, V. 2011. Representing water: visual anthropology and divergent trajectories in human environmental relations. *Anuário Antropológico*, 2010/II: 213–242.

_____. 2004. The meaning of water. Oxford: Nova York: Berg.

TEIXEIRA, C. C.; MOURA, L. C.; DAVISON, A. 2011. Relevâncias da experiência e critérios de potabilidade: conflito de interpretações sobre a água "boa" em uma localidade do Cariri. *Anuário Antropológico*, 2010/II: 55–81.

VON SCHNITZLER, A. 2013. "Traveling Technologies: Infrastructure, Ethical Regimes, and Materiality of Politics in South Africa". *Cultural Anthropology*, 28(4): 670–693.

WAGNER, J. R. 2013. Introduction. In: _____. (Org.). *The social life of water*. Nova York: Oxford: Berghahn Books. pp. 1–13.

_____. 2012. Water and the commons imaginary. *Current Anthropology*, 53(5): 617–641.

"Um rastro de destruição": relações de poder no ambiente da administração pública

Monique Florencio de Aguiar

O cenário das instituições públicas serviu de referência para este estudo, mais precisamente as instituições do Poder Executivo situadas no estado do Rio de Janeiro, no nível municipal, estadual e federal. Para compreender parte do funcionamento dessas instituições, escutei declarações de vários funcionários públicos e interpretei certas práticas de poder que se mostram regulares nesses ambientes de trabalho. Essas práticas de poder às quais me refiro podem ser sintetizadas como estratégias de subordinação. Portanto, com este ensaio, objetivo analisar tais estratégias de subordinação, que constituem situações persecutórias, e como elas podem ser vivenciadas emocionalmente pelo subordinado.

Para desenvolver este objetivo, dividi o texto em sete partes; cada uma delas contribui para a melhor compreensão das estratégias. Na primeira parte, intitulada "Narrativas desqualificadoras", apresento avaliações do senso comum sobre o funcionamento da administração pública. Tal exposição permitirá confrontar os argumentos dessas narrativas quanto ao mau funcionamento da administração pública com outra resposta para o fenômeno, dada ao fim do texto a partir da interpretação dos dados. Na segunda parte, ressalto a existência de escassos cargos gratificados distribuídos entre funcionários considerados de "confiança" de superiores hierárquicos. Pela ocupação desses cargos ser de natureza provisória, a disputa por eles gera conflitos velados. É por causa dessas gratificações e do prestígio delas decorrente que, em geral, se movem as estratégias de subordinação, descritas do terceiro ao sexto subtítulos.

No sétimo subtítulo, detalho possíveis impactos emocionais das estratégias de subordinação no funcionário e trago a contribuição da obra de Franz Kafka para melhor transmitir a experiência do sofrimento vivido. Kafka explorou alegoricamente os meandros da buro-

cracia em suas obras literárias, mas o uso que faço de seus trabalhos neste texto se deve à própria identificação de certos funcionários com os personagens dos livros.

Como base para realizar este trabalho, tive acesso a depoimentos de funcionários que exerciam atividades técnicas em regime de 40 horas semanais. As experiências que me levaram a coletar tais depoimentos foram vividas, de maneira esporádica, no decorrer de oito anos.

Em primeiro lugar, no ano de 2008, tive contato com diversos funcionários de um município pouco populoso no qual realizei o trabalho de campo para elaborar minha dissertação de mestrado e, dessa forma, pude acessar suas representações sobre o trabalho na administração pública. Em segundo lugar, me tornei funcionária pública em dezembro de 2011, desempenhando funções técnicas e trabalhando 40 horas semanais.[1] Nessa condição, pude travar contato com funcionários do órgão em que fui lotada, mas também com diversos funcionários de outros órgãos. Por fim, no ano de 2015, ingressei como tutora de um curso de administração pública na modalidade a distância, o que me rendeu outras constatações. Essas foram as experiências centrais para a coleta de informações; no entanto, colegas que se tornaram funcionários e a própria imprensa fornecem material para inspeção analítica.

A similaridade no conteúdo do que era, muitas vezes, expresso como um desabafo pelos funcionários fez com que eu apurasse minha percepção sobre o exercício do poder na instituição pública. De início, intencionava pesquisar numa instituição em que pudesse mapear as posições dos servidores, compondo uma estrutura de relações. Porém, pelo teor do que pesquisei, dificilmente poderia detalhar a instituição ou retornar aos seus dirigentes o produto da pesquisa. Assim, prezei pela exposição dos princípios que conduzem às ações e por minha experiência vivida. Certamente, o texto tem fragilidades quanto ao contexto etnográfico; contudo, creio que elas possam ser contrabalançadas pelas contribuições trazidas pela pesquisa.

---

1 Desempenhei funções como servidora pública de dezembro de 2011 a maio de 2015.

Em razão de um grande cuidado em não identificar os interlocutores e seus órgãos de origem, por questões éticas, compreendo este empreendimento de textualização como um ensaio. Neste sentido, busco descrever e analisar algumas características de um fenômeno social sem a formalidade e a profundidade exigidas em pesquisas científicas bem delimitadas.

Além da não identificação de interlocutores e seus órgãos de origem, para tratar do fenômeno, ressaltei traços que distinguem um tipo de comportamento administrativo que denominei de autoritário. Traços ou características de autoritarismo se mostraram recorrentes em conversas desenvolvidas com funcionários públicos. Por autoritarismo entendo um conjunto de ações voltadas para concentrar poder em alguns indivíduos que assumem cargos de comando nas instituições e atuam de forma bastante impositiva, valorizando a submissão[2]. Podem, inclusive, negar direitos expressos em lei, restringindo liberdades políticas e sociais e, em consequência, a participação na gestão.

Saliento novamente que optei por esse artifício para disponibilizar as experiências por compreender a natureza do campo exposto, perpassado por relações de poder que poderiam inviabilizar a produção do conhecimento sobre o que ocorre nesses ambientes, onde dirigentes privilegiam segredos sobre suas práticas e detêm clara consciência da reprovação social baseada em valores amplamente reconhecidos.

As estratégias de subordinação aqui demonstradas estão relacionadas ao que Balandier (1997) chamou de esperteza. A esperteza seria "uma forma de utilizar a inteligência em uma situação", com um objetivo e empregando "procedimentos indiretos", de aparências "que levam a acreditar e a agir", de dissimulações e de segredos

2 A partir de estudos sobre a personalidade autoritária, desenvolvidos por Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford, Colombo (1965, p. 12) chegou à seguinte conclusão: "Al hablar de la personalidad entendimos el autoritarismo como una hostilidad irracional generalizada, expresada por canales institucionalizados sobre los exogrupos, como una necesidad interna del sistema; pero todos los autores que se han ocupado del tema señalan que "en última instancia la causa de esa hostilidad irracional hay que buscarla en la frustración social y en la injusticia social". Inúmeros autores exploraram a noção de autoritarismo em seus trabalhos, perscrutar o uso do termo não é o objetivo delineado para este ensaio.

(BALANDIER, 1997, p. 120). O grau de perfeição desse tipo de atitude seria atingido quando sua ocorrência passa desapercebida, ou seja, quando os envolvidos não notam a intenção destrutiva ou prejudicial e, assim, a teia insidiosa passa a ser vista como eventualidade ou coincidência. Para o autor, esse tipo de ação está acima da violência e da força, é melhor que elas e prolonga a guerra de outras maneiras (BALANDIER, 1969, p. 120).

Nesse tipo de ação, são criadas "possibilidades de enganar" (BALANDIER, 1969, p. 115) e desenvolvidas atitudes mentais que "combinam o faro, a sagacidade, a atenção permanente, o senso de oportunidade, as habilidades diversas" e uma experiência acumulada (BALANDIER, 1969, p. 118).

Narrativas desqualificadoras

A desqualificação do servidor público frequentemente incorpora as acusações de "vagabundos", "lentos" e "malandros". Essas características são geralmente associadas à estabilidade que pode ser adquirida pelo servidor depois de cerca de três anos de trabalho. Diante disso, muitos são os que preconizam a extinção da estabilidade como forma de combater as características negativas associadas aos funcionários públicos. Com essa solução, espera-se forçar o funcionário a adotar um comportamento "eficiente" e "eficaz" no serviço ao público, encontrando a raiz do problema apenas no próprio funcionário, sem atuar na mudança de um contexto relacional que constrange a certas posturas.

Boscardin (2010) apresentou a imagem caricaturada do funcionário público que permeia nossa existência. A partir da leitura de seu texto, distingo a apresentação de dois perfis: o do funcionário comum e o do alto funcionário. O funcionário comum não tem acesso aos políticos e, pensando nele, temos a imagem de um "funcionário mal-humorado, atrás de um balcão, com ares de cansaço e pouquíssima atenção ao nosso problema" (BOSCARDIN, 2010, p. 6).

A resposta a esse estereótipo é encontrada na "tradição de mau atendimento no serviço público" como um legado da formação ibérica, pois eram "os administradores da Corte portuguesa que não tinham nenhum interesse no bom atendimento" e estavam "preo-

cupados somente com sua posição". Outra resposta está na falta de treinamento do funcionário e na minimização do papel do Estado, que teve seus quadros reduzidos e as empresas e os serviços públicos privatizados, prejudicando a qualidade do serviço oferecido (BOSCARDIN, 2010, p. 6).

Já o alto funcionário é aquele que acessa os conhecidos "pistolões", ou seja, tem contato com pessoas influentes politicamente e que gozam do poder de recomendar ou indicar o funcionário para receber um benefício. A imagem associada a ele é a de "armador de maracutaias", "esperto", "malandro", "vigarista" e "incompetente". Esse estereótipo se adéqua ao funcionário que utiliza o Estado para lucrar e sustentar suas práticas luxuosas. Desse modo, o "suborno" e a "politicagem" se associam a esse personagem como a representação do "marajá" (BOSCARDIN, 2010, p. 6).

Estereótipos de funcionários	**Imagens**	**Respostas para o mau funcionamento da administração pública**
Funcionário comum	Não tem acesso aos políticos. Mal-humorado, cansado, não presta atenção ao problema do público.	Legado da formação ibérica (tradição de mau atendimento). Minimização do papel do Estado (redução de quadros e privatização). Falta de treinamento do funcionário.
Alto funcionário	Tem acesso aos políticos. Arma maracutaias, esperto, malandro, vigarista, incompetente.	Estado usado para lucrar e sustentar práticas luxuosas (marajás). Práticas de "subornos" e "politicagem".

Mesmo que essas respostas aos estereótipos traçados não sejam compreendidas como equivocadas, há, entre a imagem dos funcionários e as respostas encontradas, diversas ações, relações e representações não exploradas que explicariam a constituição das imagens, cobrindo uma lacuna analítica.

Por meio do contato com funcionários públicos, pude mapear a reprodução de técnicas e estratégias que terminam por constranger os funcionários em seu ambiente de trabalho. Ao buscar com-

preender teias relacionais, procuro fornecer novas respostas para um considerado mau funcionamento da administração pública. Essa explicação é dada sem acionar nem o "legado da formação ibérica" e a "minimização do papel do Estado" de maneira genérica, nem a "falta de interesse no bom atendimento", a "falta de treinamento" do funcionário e seu caráter "malandro" e vigarista", que localizam o problema no indivíduo.

"Funcionários de confiança": a provisoriedade na ocupação dos cargos

A frase que dá título a este ensaio partiu de um funcionário público de um dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Ele ressaltou a atuação de pessoas que ocupam "cargos comissionados" e que são, em suas palavras, "estranhos ao serviço público", pois "não são servidores". Ao observar as práticas desses comissionados, ele constatou:

> [...] verdadeiros desastres que essas pessoas têm causado ao serviço público, pois elas ocupam um cargo por indicação, muitas vezes sem o menor preparo para exercê-lo, e acabam deixando um rastro de destruição por onde passam, e como são estranhas ao serviço, ainda que sejam responsabilizadas, nada acaba acontecendo com elas.

Essas pessoas que deixam "um rastro de destruição" ocupando "cargos por indicação" podem ser ou não servidores públicos. Se, no relato, os comissionados vinham de fora do serviço público, em outros casos, podem vir de dentro e deixar esse mesmo "rastro de destruição". Portanto, os "cargos comissionados" ou de direção e assessoramento superior (DAS) podem ser dados tanto a pessoas externas ao serviço público quanto a servidores.

Normalmente, a atribuição de um cargo de DAS antecede, e é condição para, o recebimento de uma gratificação. Esta é uma quantia repassada mensalmente ao servidor como complementação salarial pelas funções desempenhadas. É de caráter provisório e dada segundo o critério da "confiança", ou seja, o dirigente máximo esco-

lhe ou lhe é indicada uma pessoa que desempenhará as funções de maneira leal aos seus superiores, dando-lhes segurança.

Os "funcionários de confiança" assumem as posições mais prestigiadas, as mais próximas da cúpula da instituição. Essas posições são disputadas entre os funcionários. As posições ocupadas em seu conjunto esboçam uma figuração dotada de dinâmica pelo jogo das relações sociais. O que mantém essa figuração, geralmente, são as relações de chefia interconectadas, como um sistema, mas de carne e osso. Assim o Estado foi compreendido por Alfred Radcliffe-Brown, ícone da socioantropologia inglesa, que desenvolveu suas teorias na primeira metade do século XX:

> O Estado – neste sentido, não existe no mundo dos fenômenos, é uma ficção dos filósofos. O que existe é uma organização, isto é, um grupo de seres humanos ligados por um sistema complexo de relações. Dentro desta organização, diferentes indivíduos desempenham diferentes papéis, e alguns detêm um poder especial ou autoridade, como chefes ou anciãos capazes de dar ordens que serão obedecidas, como legisladores ou juízes, e assim por diante. O poder do Estado é coisa que não existe; há apenas, na realidade, poderes de indivíduos (RADCLIFFE-BROWN, 1981, p. 23-24).

O Estado é concebido pelo autor como uma ficção, quando o que existe são poderes de indivíduos que ocupam posições de autoridade e se relacionam com outros indivíduos em interdependência. O Estado está encarnado e os governados sentem os efeitos das ações dos que assumem cargos em órgãos públicos.

Como já mencionado, os "cargos comissionados", dispostos para as pessoas de "confiança", são provisórios – em geral, acompanham o período de mandato dos superiores. Consequentemente, com a entrada de novos dirigentes nas instituições, é comum entrarem também as pessoas de sua "confiança". Além dessas, em geral, entram outras pessoas que assumem cargos comissionados ou apenas remunerados e são indicadas por aliados ou apoiadores políticos. Essa distribuição de cargos é uma forma de retribuição pelo apoio político prestado em determinado momento ou, simplesmente, uma forma de acomodar parentes, amigos e potenciais aliados. Em outros

casos, significa ceder à chantagem de algum desafeto que ameaça revelar informações ou, por sua influência, obstruir alguma realização.

Portanto, quando novos mandatos governamentais se iniciam, dirigentes institucionais podem ser substituídos por outros, renovando o ciclo dos cargos "de confiança". Diante dessa dinâmica, existe um termo que virou chavão para designar a ocupação de cargos em órgãos de governo: "cabide de empregos". Nesses cabides, as pessoas não estão bem presas, ou seja, seus cargos são de livre "exoneração". Nesse sentido, ouvi a seguinte frase de um alto dirigente: "com uma canetada do governador, eu estou fora". Essa condição traz uma grande insegurança àqueles que podem perder seus cargos a qualquer momento: por mudança estrutural, pelo saldo de uma nova dívida do dirigente, porque apareceu outro funcionário mais bem qualificado para o trabalho demandado etc. Esse quadro pode levar ao seguinte comportamento: parte do tempo de trabalho é gasto para bajular o chefe e/ou para prejudicar colegas com potencial de liderança e qualificados.

O funcionário mais qualificado para uma tarefa pode ser aquele que tem credenciais (como cursos realizados) e experiência no serviço solicitado. Mesmo esse funcionário pode ser prejudicado por superiores e/ou "colegas", que investirão na tarefa de fazê-lo incompetente aos olhos de servidores atuantes. Isso é possível porque um imaginário é criado por meio de situações planejadas e "fofocas" disseminadas que colocam em dúvida sua capacidade. Se a competência é valorizada nas figurações compostas por funcionários, investe-se em argumentar sobre a incompetência para melhor desqualificar.

As disputas por posições proeminentes e pelo prestígio decorrente revelam os processos concorrenciais que permeiam a figuração da administração pública – em outros termos, permeiam as políticas de convívio que são adotadas em muitas instituições. As disputas por cargos valem a pena para muitos funcionários justamente pela acumulação de poder e pelo valor das gratificações, que, geralmente, não têm limite a não ser pelo valor total disponível para esse fim na instituição. Existem gratificações, por exemplo, que podem triplicar o valor da remuneração do funcionário: se ele recebe R$ 5 mil

por mês, passará a receber R$ 15 mil. Por outro lado, a proximidade com os chefes, ocupantes de altos cargos, é almejada pelo prestígio que fornece no ambiente de trabalho e que pode ser o primeiro passo dentro de um investimento para alcançar o "cargo comissionado".

Nesse ambiente, estratégias e táticas podem ser utilizadas, em maior parte por superiores, para bloquear a ascensão de determinado funcionário. Assim preservam suas posições e a de seus aliados ou elevam posições de funcionários que se apresentem como colaboradores de suas práticas político-administrativas.

Esse panorama altamente concorrencial por benefícios escassos também pode ser vivenciado em instituições privadas. Contudo, nas instituições públicas, a concorrência ganha contornos diferenciados, já que, nesses ambientes, vigora a estabilidade no serviço, o que dificulta a dispensa do funcionário por seu superior. Depreende-se daí que a aplicação de práticas que tornem o ambiente insuportável para o servidor pode ser mais intensa e perene, e pode mesmo ser a regra quando algum servidor é visto como ameaça a posições estabelecidas. Por fim, existem peculiaridades no serviço público, desde a diversidade de categorias de funcionários até o vocabulário e as regras subjacentes.

Das estratégias: "as cascas de banana"

Na estante de administração pública de uma livraria, me deparei com um livro intitulado *Cartas a um jovem administrador*, que tinha um capítulo chamado "Seja um estrategista e não um simples operador". Nesse mesmo sentido, o livro de Sun Tzu, *A arte da guerra*, foi usado para orientar muitos administradores. Considero significativo que um manual para a guerra seja recomendado para se conduzir em meio a relações sociais[3]. A expressão "destruição" está afinada com

3 Segundo Bronz (2011, p. 106) há "um reconhecimento difundido na literatura de gerenciamento empresarial sobre as analogias entre os termos militares e empresariais". Esta relação se fundamenta na escolha de grande parte dos militares americanos, ao fim da Segunda Guerra, por cursar faculdades de administração, gozando de facilidades legais para o ingresso na universidade (XIMENES *apud* BRONZ, 2011, p. 107). Esses oficiais entraram em grandes empresas e influenciaram o pensamento gerencial, usando termos como estratégia, testando sua capacidade de commando e, por vezes, empregando o hábito de tratar o outro como inimigo (*ibidem*, p. 107).

essa orientação. Como uma estratégia pode expressar o objetivo de destruir alguém?

Há, em muitos funcionários, o desejo de que outros percam seus cargos, possibilitando que eles o ocupem. Nutrem também o desejo de que desafetos não venham a ter cargos quando estão na iminência de serem indicados ou têm potencial para tal (podendo vir a substituir outro funcionário). Sendo o "cargo comissionado" um bem escasso, são comuns tentativas de desqualificar colegas de trabalho perante os superiores na esperança de tirá-los da disputa. As formas de desqualificar são várias, dependendo do contexto, mas quase sempre visam responsabilizar o servidor por alguma falha provocada a fim de criar motivos para atritos do funcionário com o superior. Muitas vezes, o próprio superior sabe da armadilha direcionada ao funcionário e participa da encenação com o intuito de "humilhar"[4] e punir o servidor, já que não o quer mais no cargo, seja por vontade própria ou a pedido de terceiros, participantes de uma teia de favorecimentos mútuos.

Portanto, esse processo de derrocada de um funcionário é, em muitos casos, planejado e começa com uma simples "casca de banana". Ouvi esta expressão de um ocupante de cargo de direção que se queixava de terem colocado "cascas de banana" em seu caminho. Dessa forma, expressava consciência da intenção e da cilada que tentavam lhe armar, enquanto outros, mais ingênuos ou por falta de experiência, levam o tombo facilmente. Essa é a tendência daquele funcionário que está em seu primeiro emprego. A esse respeito, um dos chefes enfatizou a um servidor (com ironia e preocupação ao mesmo tempo): "você nunca trabalhou". E o aconselhou a buscar relações que o protegessem, bem como a não se enganar com as demonstrações de amizade que partissem de superiores, pois, de uma hora para outra, a estima desaparecia e você podia ser vítima da ânsia por lhe retirar o cargo, a função ou mesmo de retirá-lo da instituição e do serviço público. De outro modo, as "cascas de banana"

4 A humilhação provém de situações nas quais se suporta perseguições ou abusos de poder que inferiorizam o funcionário, podendo se manifestar como gritos ou sermões exasperados e intimidadores. Essa definição foi elaborada por mim no texto "Vínculos por emprego e recusas de vínculo" (AGUIAR, 2011, p. 61-62).

podem apenas aborrecer e dificultar o trabalho, sinalizando que há graus e limites nas ações persecutórias.

Vejamos o caso de um nomeado para um alto cargo que não era aprovado por outros ocupantes de cargos similares do órgão. Apesar disso, foi indicado por um contato político proeminente e, por esse fato, os demais não conseguiam retirá-lo do cargo. Por isso, ele permanecia, mas era desconsiderado e suas funções eram exercidas por outros, restando-lhe poucas atribuições. Ainda assim, trabalhava sob a ameaça de constantes "cascas de banana" colocadas para proporcionar uma repreensão áspera por parte do dirigente máximo da instituição. Por exemplo, pediam-lhe que resolvesse uma questão, mas escondiam dele o processo administrativo que ofereceria a solução. Ele perdia tempo sem conseguir a resolução, já que as informações não lhe eram repassadas ou eram transmitidas de maneira errônea.

Ele era insultado pela demora e por não ser capaz de resolver os problemas. Como não conseguiam retirá-lo do cargo, pressionavam para que ele próprio pedisse sua exoneração. Evidentemente, quando contínuas, "as cascas de banana" podem levar à extenuação e à desistência do trabalho no local. É um processo confuso e implícito, ou seja, não verbalizado em suas intenções.

O trabalho de um funcionário também pode ser protelado pelos superiores, sendo que quem será responsabilizado pelo atraso é o subordinado. De outra forma, o trabalho e as funções podem ser desorganizados propositalmente para facilitar acusações relativas a falhas. Cito um exemplo que mostra a desorganização proposital do trabalho com o fim de prejudicar uma funcionária. As funções exercidas por ela começaram a ser desempenhadas por outra funcionária sem uma ordem clara e "de uma hora para outra". Começou, assim, a existir uma sobreposição de funções e, logo, uma substituição da pessoa que desempenhava a função sem comunicação prévia. Essa atividade se relacionava à organização de eventos. Nesse bojo, houve um evento em que certa pessoa, de *status* superior, não foi convidada até determinada data. A funcionária originalmente responsável pela atividade foi chamada pelos superiores e questionada sobre não ter convidado a pessoa em questão. Ela respondeu que imaginara que o convite partiria da funcionária que estava desempenhando a

sua função, designada informalmente pelos próprios superiores que a cobravam. Entretanto, quem foi responsabilizada foi ela e, após ser insultada, também a dispensaram dos quadros da instituição – era uma contratada, não uma funcionária concursada. Esse foi o clímax da situação que envolveu algumas "cascas de banana" antes de seu fim.

Uma tarefa de grande porte pode ser determinada a um servidor e dado um prazo exíguo para que a cumpra. Quando acontecer o óbvio, a não finalização da tarefa no prazo, ele será desqualificado, insultado e tratado rispidamente e com falta de respeito. Ainda, as funções de um servidor podem ser retiradas para que ele se sinta humilhado vendo seus colegas trabalharem; ao ser rejeitado, é acometido pela vergonha. No entanto, desconsiderando o fato de não receber nenhuma tarefa para executar, ele será chamado de "inútil", apontado como uma pessoa que "não quer trabalhar". Outra inversão é não chamar o funcionário para estar em grupo, isolá-lo, e logo dizer que ele não coopera com os demais. São muitas as inversões possíveis, que confundem tanto o vitimado quanto quem, de fora da situação, não sabe das ciladas que armam para o servidor.

O funcionário pode ser alvo de comentários depreciativos e "fofocas" a seu respeito. Ele se depara com um conceito sobre si que não encontra fundamento em sua personalidade. Quanto mais se exaltar para mostrar que não se associa àquela imagem negativa, mais será acusado de comportamento agressivo e fornecerá argumentos aos seus detratores.

O que está em pauta são batalhas argumentativas para atingir o equilíbrio mental e a constituição moral do funcionário. Percebendo o processo de degradação de sua imagem, ele perde laços afetivos que tinha construído e lhe resta uma profunda dor e tristeza. Nesse ponto, a trapaça já está consumada, ou, no vocabulário de alguns funcionários com que me deparei, a "cultura de passar a perna".

As "cascas de banana" são ações intencionais que visam provocar falhas por parte do funcionário que se tem como alvo da desqualificação infligida. Por isso, chamei esse funcionário de vítima em algumas partes do texto. Não desejo, com esse termo, salientar a inocência do servidor, adjetivando-o como bom e justo diante do

contexto persecutório, mas tão somente tomá-lo em determinadas situações como alvo e não como autor desse tipo de ação intencional.

Da manipulação: "as marionetes"

A manipulação não é um ataque escamoteado como as "cascas de banana", é mais uma indução do comportamento alheio para alcançar um objetivo não declarado ao outro. Diante do modo de agir de seus superiores, uma funcionária na função de secretária me disse que eles mobilizam os servidores como "marionetes" – fazendo o gesto de manipulação com as mãos. Com outras palavras, uma funcionária afirmou: "fazem tudo por baixo dos panos".

Para consecução de planos de "destruição" ou com outros fins, superiores podem dar ordens para que funcionários tomem determinada atitude, falem algo ou desempenhem uma função em momento pertinente que resultará, como uma colcha de retalhos de ações sincrônicas, em prejuízo de outrem por proporcionar, posteriormente, alegações acusatórias. Aos que percebem tardiamente sua contribuição nos planos de destruição resta a vergonha, o remorso ou o prazer. Percebem tardiamente para o que contribuíram porque seus questionamentos às ordens não são bem-vindos. O servidor não precisa saber por que deve fazer o que mandam ou qual o resultado esperado de sua ação. Assim, o funcionário é doutrinado e se doutrina para não fazer muitas perguntas.

Quando alguém está sendo minado em suas energias por um superior que o conduz ao erro e o responsabiliza, os funcionários que observam e interagem no ambiente de trabalho podem ter leituras diversas da situação. Reforço aqui três tipos de comportamento: alguns acreditam nas mentiras ou na má imagem construída para o funcionário; outros têm medo de que, ao se aproximarem da vítima, apoiando-a, possam virar alvo de práticas destrutivas semelhantes; e há aqueles que percebem a situação insidiosa de forma mais clara e colaboram de bom grado. Nesses três casos, a vítima sofre com o afastamento das pessoas, o que a faz perder seus laços afetivos e ser alvo de traições.

No primeiro caso, o superior pode conversar de maneira amigável com um funcionário sobre as más qualidades de outro. O funcio-

nário usado como confidente pode sentir que goza da confiança do chefe e o apoia. O chefe pode se colocar como se fosse obrigado a tratar o funcionário que tem como alvo daquela maneira porque ele tem os diversos problemas que o chefe narra. Ao conversar com determinado chefe, eu mesma concluí que, para ele, não havia no órgão funcionário bom para nenhum cargo. Ele dizia: "não há quantidade, não há qualidade". Se o funcionário passar tempo em conversas intermitentes com esse tipo de chefe e se for devidamente atento, confrontará o que ele conta com o que sabe dos fatos narrados pelos protagonistas da história ou pelos colegas e chegará a perceber mentiras criadas. Por isso, uma pessoa que conversa com todos, exibindo extrema sociabilidade, pode ser perigosa para esse tipo de chefe, pois pode descobrir a versão mais honesta dos fatos. Esta versão se aterá menos às justificativas morais criadas e mais aos acontecimentos, às ações e ao que foi dito e por quem. Sinalizo isso porque, em certos momentos, são inventadas frases que não foram ditas e ações que não foram tomadas. Para não descobrir as mentiras criadas, o ideal é que cada funcionário seja mantido individualizado por horas de trabalho, apenas desempenhando suas tarefas, sem interagir muito. Isso facilita o controle sobre ele. Não é incomum chefes que fazem "rondas" durante a jornada de trabalho, percorrendo os setores e observando os comportamentos.

Falar mal de um funcionário para outro é algo comum. Com isso, o ambiente pode ser povoado por discórdias e hostilidades quando "o funcionário de confiança" acredita nas palavras de seu chefe. Esse enredo faz parte da máxima "dividir para governar". Os que acreditam nas más qualidades dos funcionários denegridos serão colaboradores da "destruição".

No segundo caso, a vítima de "perseguição" sente que as pessoas se afastam como se ela provocasse horror, podem até demonstrar seu medo se afastando aflitas e evitando conversas com a vítima. Esses funcionários têm medo de que o mesmo sobrevenha a eles se o superior ou superiores considerarem que estão dando apoio – mínimo que seja – emocional. A insistência em se aproximar pode render sutis intimidações como "eu afundo seu barco" ou lembretes aos funcionários de que estão na iminência de perder os cargos etc. Os que são mais amigos da vítima acham por bem se afastar, reduzir

as conversas até que se extingam totalmente. Outros são induzidos pelo chefe com ofertas de benefícios (funções em setores mais prestigiosos ou de comando, gratificações, viagens, cursos), mas, para obtê-los, devem se afastar daqueles que não são de "confiança", por exemplo, a vítima, e começa a enumeração das más qualidades dela.

No terceiro caso, o colega de trabalho da vítima tem o mesmo objetivo do chefe e entende de maneira mais clara a estratégia do superior, ajudando-o a realizá-la. Logo, o servidor compactua e pode entender que isso o beneficia aos olhos do superior, como uma oportunidade para demonstrar sua obediência e já esperando sua recompensa. A esse ponto é comum chegar aquele que se ajusta a essa cultura, seja por sua personalidade moldada previamente ao ingresso no serviço público ou pela presença naquele ambiente durante anos a fio. Com o tempo, esse tipo de prática deixa de ser absurda e passa a ser tão natural que justifica a afirmação de que "o Estado é assim" ou "é assim em todo lugar". Quem não aprendeu e não se defendeu pode ser visto como o único culpado pelo que se sucede.

Existe a possibilidade de um funcionário ser forçado a prejudicar seu colega para não ser prejudicado pelo chefe, tendo essa ação a probabilidade de torná-lo um comparsa. De tal modo que pode ser chantageado com base nesse fato por longo tempo, tendo que ceder e atuar em várias das "injustiças" empreendidas pelo chefe. Acontece que, nesse momento, todos ficam no "mesmo barco" ou "um na mão do outro": tendo participado de ações que podem ser consideradas ilegais ou imorais perante a lei ou perante convenções sociais, todos se calam e o segredo está mantido – concorda-se em esconder um fato.

Com tantas pessoas envolvidas em um ou mais atos, facilmente o autor das práticas prejudiciais se esconde em meio às confusões que causa. Ele normalmente age indiretamente, por meio dos comparsas ou das "marionetes". O poder é exercido mediante essas teias de relações[5]. Consequentemente, surgem afirmações abstratas quando

5 Para Han (2019, p. 16), o poder irradia de cima e de baixo, podendo constituir um modelo hierárquico. O autor salienta que o poder gera uma continuidade do *self*, quando o ego realiza no *alter* as suas decisões, assim, "apesar da presença do outro, ele pode estar em si mesmo" (*ibidem*, p. 17). Tal continuidade pode ser alcançada pela coerção ou pelo uso da liberdade. Já a política seria sempre uma política do

se aponta o causador do mal que aflige alguém: a burocracia e o Estado.

Desse modo, existem práticas prejudiciais disseminadas e movidas por autores intelectuais, mas o processo é tão confuso para os funcionários que são a burocracia e o Estado que aparecem como instituições destrutivas. A burocracia se constitui por um conjunto de atividades administrativas prescrito e executado com base em atos interconectados que resultam na concretização de ordens que seguem linhas hierárquicas. Porém, pelo entendimento dos funcionários, o Estado e sua burocracia funcionam por meio de ações destrutivas disseminadas e veladas que prendem quem é tomado como adversário ou concorrente.

Assim, as estratégias de poder, que visam subordinar, permeiam grupos de dirigentes que constituem o Estado. Logo, sofrer, vez por outra, ações persecutórias é entendido como parte do cotidiano laboral. Na leitura dos pesquisados, empreender ações destrutivas aparece como característico do tipo de cargo que se ocupa, independente das pessoas que o ocupam. Essas ações e seus trâmites são tão perenes quanto a própria instituição estatal. Por fim, o Estado é constituído por ações destrutivas e prejudiciais porque nele vigem grandes concorrências por cargos, prestígio e remunerações. Lutar pela manutenção do poder no cargo leva à imposição desse poder, à sua demonstração permanente, porventura instaurando o medo no local. Nesse ambiente, alianças e amizades servem para a construção de apoios mútuos e autoproteção.

Os "vingativos": "pedir a cabeça"

A ânsia por ocupar posições de confiança em uma instituição pode estar atrelada ao seguimento das regras de obediência para o recebimento de bens materiais como recompensa. Ou, quando o funcionário consegue sobrepor seu poder sobre outros poderes de colegas ou mesmo superiores, obtém o cargo como recurso proveniente de chantagens ou acordos. Creio que aqui está o cerne da lógica de funcionamento de grande parte das relações no serviço público.

---

poder, pois "a comunicação política não pode ser separada da ação estratégica" (*ibidem*, p. 168).

A teia de relações que prende uns aos outros pode forçar alguém a realizar desejos de terceiros, como a "destruição" de pessoas ou sua simples exoneração do cargo. A esta solicitação se dá o nome de "pedir a cabeça". É comum se pedir a cabeça de uma pessoa alegre e sociável ou criativa. Os funcionários que fazem propostas de aperfeiçoamento, que são qualificados, são alvo de "inveja" – dizem alguns servidores. Os "vingativos", por isso, são os que mais pedem a cabeça de alguém, afinal "como alguém que não seja eu pode ter esses atributos, esse talento, essa cabeça": "eu quero o que o outro tem". Vinga-se do outro como se fosse uma injustiça que ele agregue tais qualidades. É preciso "destruir" o que ele tem; mais do que isso, é preciso que "eu tenha o que ele tem".

É na "cabeça" que se situam nosso cérebro e os órgãos relacionados aos sentidos do olfato, paladar, visão e audição. Por meio desses órgãos, que utilizam uma rede de neurônios que fazem parte do sistema nervoso, são enviadas ao cérebro as sensações. Na cabeça, portanto, está o centro de nossa inteligência ou intelecto, da memória, da vontade e do equilíbrio emocional. Quando se diz que alguém "perde a cabeça", por exemplo, refere-se a fazer algo de forma impensada e irrefletida, perdendo o domínio de si mesmo. Por outro lado, "baixar a cabeça" é se humilhar ou se envergonhar. Uma pessoa dotada de muito saber ou inteligência é considerada, em linguagem mais popular, um "cabeção". O cabeça também lidera ou comanda algo. Consequentemente, imagine que, quando um funcionário, em qualquer nível hierárquico, pede a cabeça de outro, tendo influência para isso, ele deseja minimamente o cargo ou as funções daquele, bem como a saída dele da instituição por exoneração ou prática semelhante. Mas, em sentido mais profundo, "pedir a cabeça" é iniciar o processo de "destruição" de alguém indicado. De maneira estratégica e por meio de manipulação, é possível fazer com que esse alguém perca seu equilíbrio emocional, aja impensadamente, de modo que cometa falhas e seja "humilhado". Portanto, pede-se sua cabeça para que ele não seja mais capaz de pensar, para que fique tão atordoado que perca o comando de si mesmo. Pode deixar também de sentir o mundo como antes, sendo menos alegre: nesse ponto, ele perdeu parte da vida que o habitava, o espírito que o animava. Essa explicação é suficiente para se entender por que essa frase, "pedir a

cabeça", traz tanto horror a quem a escuta no ambiente da administração pública.

Retomando a expressão "estrategista" como um valor para administradores, lembro que, para Durkheim (2002), a função essencial do Estado é pensar. O Estado seria formado por um grupo especial de pessoas ao qual caberia "dar ordens para que se aja": "organizam ideias, sentimentos, depreendem resoluções, transmitem essas resoluções a outros órgãos que as executam" (DURKHEIM, 2002, p. 71). São "as administrações" que executam o produto das deliberações do Estado. Dessa forma, pensar com clareza superior não foi concebido como atribuição de todos os grupos de uma sociedade política, não foi concebido para Durkheim, nem o é, hoje, para um "grupo especial" que conduz a máquina pública. Pensar e ter seu pensamento executado é um privilégio. Além disso, as ideias executadas no ambiente de trabalho acabam por ser as melhores para um grupo estabelecido de pessoas se perpetuarem em suas posições, mas as piores para muitos funcionários competentes e dedicados – segundo minhas observações.

Para alguém que já se "vingou" muitas vezes, basta que um funcionário faça algo que ele não quer, diga algo que ele não goste de ouvir, goste de quem ele não gosta, beneficie quem ele não quer para que se motive a planejar uma "vingança". E "pedir a cabeça" é uma forma comum de iniciar uma "vingança".

Os "vingativos" que não têm poder suficiente para "pedir a cabeça" ou "destruir" alguém sem precisar pedir atuam delatando, inventando histórias para o superior, fazendo a famosa intriga ou "fofoca" ou colaborando em planos alheios que coincidam com seu objetivo próprio de "destruir". Vigiar uma pessoa e relatar qualquer coisa que sirva como munição no processo de "destruição" pode ser a expectativa de um superior quanto a todos os servidores aos quais oferece cargos de confiança. Assim, dizia-se que um chefe procurava alguém para ser seus "olhos" na instituição.

"Tomar o lugar" de alguém ou "entrar na vez" foram termos usados para demonstrar os objetivos de algumas tramas contra funcionários. Na verdade, se tira do outro o que é possível tirar, dependendo de como o processo transcorra – tira-se de fato sua *anima*, o

brilho de seus olhos, sua fagulha de vida, se o funcionário que ataca nutre tanta hostilidade que não consegue aplacá-la.

No fim, a vítima de destruição pode ser isolada não só das pessoas afetivamente, mas fisicamente, restando-lhe uma sala vazia para trabalhar ou "ficar inútil", talvez sem móveis, pois isso é para quem tem méritos, para humanos mais obedientes. Uma sala na qual tal pessoa fique esquecida, olhando para a parede todo o dia. Perpetua-se nela a vergonha diante dos outros, e ela preferiria mesmo se esconder, o que pode levá-la, por fim, a solicitar sua exoneração. Alguns estudiosos do tema de assédio moral (HIRIGOYEN, 2014) chamam ataques como os aqui descritos de terrorismo psicológico ou assassinato psíquico. Nesse ambiente, as desconfianças são mais vivas que algumas pessoas e as neuroses se manifestam em afirmações como: "tem gente querendo tomar o meu lugar".

Um "bando" ou uma "confraria"

Nessa teia de relações de lealdade, obediência ou de chantagem e favores, colabora-se com ações que eu chamaria de trapaças sem pensar no ato, por vezes de caráter "destrutivo", como algo imoral ou ilegal. É sumamente importante a falta de julgamento, que deve pertencer ao estrategista somente. De quem pensa e questiona em evidência e age segundo sua consciência, não servindo, pode-se extrair inclusive a capacidade de pensar. Em conversa, um funcionário me confidenciou que o superior máximo de sua instituição, diante da recusa de uma funcionária em deixá-lo usar seu nome para algo que ela considerava ilegal, declarou: "quem não serve para servir, não serve para ser servido".

Os autores intelectuais dos atos de "destruição", que muitas vezes não resultam no que se espera, criam uma realidade. A enunciação desse chefe ou superior estrategista, que leva a cabo seus projetos institucionais, mas, sobretudo, seus projetos pessoais, perfaz a regra. Tal regra não é a mesma para cada subordinado, ela muda dependendo da pessoa com a qual se relaciona e do momento no qual se estabelecem as ações. Uma regra impressa de maneira impessoal em um regulamento, em uma portaria ou regimento interno é extremamente desagradável para esse tipo de personalidade.

Para ilustrar, conto a história de uma funcionária que, por não ter suas funções discriminadas, criou um regulamento para seu setor de trabalho. Em seguida, um de seus superiores solicitou que elaborasse outros manuais de rotina de setores, bem como o regimento interno da instituição. Logo, um dos superiores iniciou, de maneira contundente, um processo de "destruição" contra ela. A servidora recorda que, certa vez, esse superior mencionou que as regras escritas poderiam fazer com que qualquer servidor apontasse para ele o que deveria ser feito, colocando-se acima de suas ordens.

De outro modo, os dispositivos burocráticos, por vezes, escondem os agentes causadores das ações de "destruição", contribuindo com o anonimato, junto com a teia de colaboradores que se forma mediante ações indiretas dos estrategistas, que dão impulso à formação de ciladas. Desse modo, são inúmeros os casos de funcionários que foram alvo de ações "vingativas" por meio da intervenção nos processos administrativos. A norma é usada segundo interpretações e, dominando-a, aumenta-se a possibilidade de burlá-la.

Nos processos administrativos, é possível concretizar exonerações, suspensões, advertências, sindicâncias, inquéritos etc. Uma formalidade que pesa nos ombros dos "perseguidos". Alguém considerado "inútil" para o trabalho pode ser posto em disponibilidade. A disponibilidade é um dispositivo jurídico que permite ao funcionário estável ficar sem trabalhar temporariamente, recebendo parte de seu salário, sob alegação de ter sido seu cargo extinto ou de ser desnecessário.

Processos disciplinares podem ser abertos contra servidores, que sofrerão sanções registradas em Diário Oficial. Apenas a abertura de uma sindicância ou processo disciplinar já desmerece o funcionário, que tem sua dor aumentada com a formalização dos procedimentos.

Vejamos um caso de como alguém pode ser "descartado". A funcionária descreve:

> [...] percebi que uma colega (justamente a que me era mais próxima e prestativa) estava sofrendo assédio moral por parte da X [...]. Minha colega ficava repetidamente doente e era escarneada pela própria X, que tirava dela, pouco a pouco, responsabilidades, fazendo com que ela ficasse, ao fim de pouco tempo, responsável

> por nada, praticamente um zumbi [...]. O ápice do problema surgiu quando ela tirou férias [...] e, nessa mesma semana, foi convocada uma reunião para se dizer, claramente, que ela era uma inútil e que deveria sair [...]. X não podia demiti-la porque ela era casada com uma pessoa importante na empresa e, se tomasse tal atitude, poderia sair ela mesma prejudicada. Por isso, iria fazer de tudo para que a própria se demitisse. Então, disse que aumentaria o salário de outra pessoa com o mesmo nível de minha colega, de forma que ela ficasse chateada e contava com a ajuda das pessoas para que o ambiente ficasse desfavorável a ela. Saí dessa reunião muito abalada e sem saber como reagir. Quando minha colega voltou de viagem, eu fui a única a agir normalmente com ela. Abismada com a situação, resolvi contar o que havia se passado. [...] Minha colega conseguiu uma transferência e saiu de lá depois de um desabafo. No momento em que ela saiu, foi convocada uma reunião geral para dizer que havia um traidor dentro [do órgão]. [...] Passei a ser tratada como tal por todos e a sofrer um assédio brutal por parte da X, que me chamava constantemente para reuniões em sua sala para dizer que eu não trabalhava, era inútil, era bitolada, que era um ser humano ruim, nem conto para vocês as coisas que tive que ouvir na sala desta senhora [...]. As pessoas passaram a me tratar com distanciamento, e um dos testas de ferro da X me torturava, pois passava na minha sala de 10 a 15 vezes por dia e dava uma porrada na mesa dizendo: "a justiça é cega, mas gagueja no escuro". [...] O mal feito contra mim foi muito grande que eu demorei muito tempo para me recuperar. Foram quase seis meses sem conseguir trabalhar e dois anos que eu ainda tenho pesadelos e crises de raiva contra aquela pessoa.[6]

Nesse caso, percebemos a retirada contínua de responsabilidades, insultos constantes, a impossibilidade de demissão, a colaboração de colegas de trabalho na perseguição, a doença se insinuando na vida do assediado e uma transferência de local de trabalho, o que demanda formalidades burocráticas. Como que por costume, as práticas insidiosas são direcionadas a outra funcionária. É possível

6 Relato registrado em *e-mail* que me foi encaminhado. A empresa em questão é pública.

ver, na atitude de transferir as práticas hostis para outra funcionária, a exclusão como forma de fomentar a solidariedade e o compromisso com os membros do grupo criado. Quando uma ou mais pessoas são eleitas como oponentes do grupo, vemos reforçado o princípio teórico de que um grupo se forma sempre em oposição a outros, exposto por Boas (2010, p. 82), Evans-Pritchard (2005, p. 159) e muitos outros cientistas sociais.

As ações no órgão geralmente não são fiscalizadas e os funcionários ou não têm conhecimento dos seus direitos expressos em leis ou têm profundo medo da influência dos superiores sobre seu destino, mesmo fora do local de trabalho ou em outra instância: empresas privadas ou órgãos governamentais em que o superior possa influir através de teia de amizades. Muito do que é expresso nos processos administrativos pode prejudicar um servidor e jamais ser contestado, mesmo que contrarie leis que estabelecem direitos.

Dan Ariely (2012), da área de psicologia e economia comportamental, relatou vários experimentos realizados por meio de dinâmicas de grupos nos Estados Unidos e concluiu que existem sentimentos e ações orientados por uma moralidade sobre o que é correto, ou seja, por valores que devem ser seguidos, que regulam ou impedem a efetivação de trapaças no cotidiano. No entanto, escreveu o autor, basta que um indivíduo em um grupo trapaceie diante dos demais para conseguir benefícios para que outros sejam estimulados a fazer o mesmo. As imitações se disseminam e o caráter se flexibiliza. Se o custo a ser pago por não ser leal com colegas é mínimo, as trapaças aumentam e, se nada for feito para estancar a contaminação, resultam, em sentido figurado, numa infecção.

Embora as conclusões do autor não possam ser generalizadas para todos os contextos sociais, enfatizo com elas a possibilidade de mudança nos comportamentos e nas regras sociais aceitas como legítimas. Condutas e ideologias antes seguidas podem ser lentamente desnaturalizadas, até que toma lugar outra ordem cultural. Se a delação dos colegas, por exemplo, for uma conduta aprovada em determinado meio (sempre com um repertório de justificativas), as pessoas poderão investir nesse tipo de atitude por benefícios materiais e imateriais. Contudo, os que têm mais facilidade de manejar e criar as regras que instituem benefícios e punições são os superiores

hierárquicos. Com seus poderes, definitivamente governam a instituição.

Ao me narrar sua saga diante da "perseguição" que sofreu, uma ex-funcionária afirmou: "é um bando". Esses seriam os integrantes de uma teia de relações como as aqui delineadas que contribuíam para lhe armar ciladas e acusá-la de "louca" quando reagia aos ataques que visavam à "destruição" de sua imagem. Era chamada de "louca" porque os que atacam negam suas ações e afirmam que a vítima está vendo coisas que não existem. Depois de dois anos fora do local de trabalho em razão de exoneração, ela frequentava um consultório psiquiátrico. O tal psiquiatra me disse que "as pessoas ficam se vitimando e não põem a vida para frente". Assim, ao passar por um processo mais completo de "destruição", a pessoa pode carregar sequelas (dores, mágoas, decepções, doenças) por toda a vida, demais relações de convívio podem ser afetadas. Isso depende da forma como se trabalha a mente, os pensamentos após o trauma.

Em outra situação, uma funcionária a par do início de um processo de perseguição disse: "quando vem um, vêm todos". O funcionário com experiência e percepção aguçada dos comportamentos rotineiros no ambiente de trabalho compreende bem a dinâmica do procedimento. Enquanto isso, quem não pode conceber esse tipo de cerceamento ao outro logo cogita que a vítima de "perseguição" é paranoica, ou seja, tem problemas psíquicos que a levam ao delírio. Julga-se dessa forma porque quem está em volta da vítima não ouve o conteúdo de telefonemas, não vê os *e-mails*, não participa de reuniões que determinam a exclusão nem escuta o que a vítima ouve nos corredores de maneira sarcástica ou indireta. Também não sente os olhares de hostilidade dirigidos a ela. Como geralmente as atribuições não são determinadas com clareza, não percebe que alguma atribuição lhe foi retirada como punição, afinal, não sabe exatamente o que ela faz. Enfim, quando o funcionário desatento percebe, o servidor "perseguido" ou atacado já está desestabilizado. Uma série de mal-entendidos engendrados recai em suas costas. A "humilhação" e a vergonha parecem ficar visíveis de repente. Talvez ele tenha culpa, porque não soube tratar bem o chefe – pode pensar o colega do servidor. Se muitos expressarem esse pensamento e tiverem as explica-

ções enviesadas do superior, o acusado é declarado culpado sem ver seu julgamento, sem se explicar a um juiz.[7]

Além do rótulo de "bando", ouvi, num evento, outro termo: "confraria". Imagine superiores hierárquicos reunidos atrás de uma grande mesa, diante de seu público – na maioria, comissionados que têm o dever de, com sua presença, demonstrar constante apoio. Nesse público, também há dirigentes de outras instituições, principalmente governamentais, que mantêm relações com os superiores sentados atrás da grande mesa, sobre uma espécie de altar. Na plateia também estão os admiradores ou bajuladores dos superiores que ainda não têm cargos comissionados. Os superiores se agradecem mutuamente em seus pronunciamentos e um deles diz: "aqui, somos uma confraria", deixando em todos os presentes a boa impressão de lealdade acima de tudo.

"Baratas" e "insetos peçonhentos": Franz Kafka, um tradutor

Ao trazer parte do conteúdo das obras de Kafka para este texto, tentei me beneficiar do legado de um escritor que traduziu seus sentimentos diante da vivência em ambientes de controle de tipo autoritário. Pensei proporcionar um mergulho interior para dar a dimensão de um sofrimento psíquico causado por cerceamentos à liberdade. Kafka foi considerado um neurótico introvertido por Freud, um paranoico por outros, alguém que viveu no limiar da loucura.

O atordoamento causado pelo foco exagerado que um agressor tem em seu alvo gera grande descrença nas palavras da vítima de um estrategista como os aqui descritos. Como poderia uma pessoa se esforçar tanto para prejudicar um simples funcionário? Frequentemente, a vítima desses atos é classificada como paranoica, dedicada a pensar nos mínimos atos que podem ser tramados contra ela a partir de simples indícios. Ela fantasia a conclusão que o opressor quer dar à história, que versão ele dará para desqualificá-la. Ao se adiantar ao fato, a vítima tenta neutralizar algo de mau contra si. Ao tentar explicar a um terceiro, menciona inúmeras sutilezas de momentos e comentários dirigidos a ela, coisas que, para olhos alheios, parecem uma torrente de fragmentos – mas o que eles ignoram é seu impacto,

7 Referência a trecho da obra de Franz Kafka, *O processo*.

de maneira prolongada, em uma pessoa. Os ouvintes normalmente dão pouca importância aos comentários de uma pessoa que se apresenta exaltada, indignada e confusa. Já os experimentados nesse tipo de relação veem muito significado no que é dito.

Muitos que foram "perseguidos" no ambiente da administração pública foram exonerados sob alegação de "problemas psiquiátricos". Não é difícil concluir que a doença mental, quando não congênita, depende (em geral), para a sua reversão, de um ambiente saudável. Alguns podem passar pela vida sem serem expostos a situações que acionem a bomba-relógio da loucura que trazem dentro de si, enquanto outros indivíduos são expostos a situações que testam seus limites e entendimento humanos, fazendo essa bomba-relógio explodir.

Tendo experimentado, em sua infância, esse tipo de relação autoritária com grande intensidade, Franz Kafka, adulto, tornou-se funcionário público. Uma das interpretações abrevia a história de Kafka da seguinte maneira: "uma espécie de 'pequena faceta de uma galeria de espelhos que reflete a evolução do *homo sapiens*, de criança a funcionário público e de funcionário a verme'" (PAWEL *apud* SANTOS, 2005b, p. 12).

A percepção de Kafka foi arguta e ele fundiu, em suas obras, a arbitrariedade das ações de seu pai com as relações de trabalho. Tanto em *A metamorfose* quanto em *O processo*, neste mais intensamente, Kafka fez referência às condições de trabalho. Críticos do autor, segundo Santos (2005b, p. 11), destacam que um dos aspectos centrais de suas obras é a denúncia da desumanização do homem pela burocracia.

Kafka legou um novo olhar sobre a trivialidade ou o cotidiano, revelando neles a aura de opressão e a naturalidade com que se encara o grotesco (KAFKA, 2011). Ele não era brasileiro, tampouco viveu neste século. Franz Kafka era tcheco e nasceu em 1883, falecendo em 1924. Mas a atualidade e universalidade de sua obra demonstram uma identificação que independe de tempo e localidade. Assim, além do propósito expresso no início desta seção, o autor é aqui citado por conta da identificação de certos funcionários com os personagens de suas obras.

Tornou-se comum associar o sistema burocrático à barata que figura na obra *A metamorfose* (2005). Neste livro, o personagem Gregor Samsa trabalha como caixeiro viajante, com uma rotina extenuante de trabalho, à qual se submete para obter remuneração suficiente para saldar uma dívida de seu pai e sustentar toda a família. Na obra, são descritos parte da rotina, considerada cansativa; um chefe arrogante e que inferioriza os funcionários; o sacrifício pela família; a vontade de pedir demissão e se sentir "livre". Demonstrando esses sentimentos, metaforicamente, o personagem acorda, certa manhã, metamorfoseado numa barata gigante.

Por que Kafka escolhe uma barata como animal no qual Gregor se transforma? Volnyr Santos (2005a, p. 102) explicou que a barata é um "animal de porte minúsculo" que, na narrativa, é apresentado como "enorme", "gigantesco" e "monstruoso". Nesse sentido, a repulsa e o nojo podem também ser maiores. Afirmou ainda que, como metáfora, o termo inseto se aplica às pessoas insignificantes e mesmo miseráveis; é um ser vivo que se arrasta e rasteja, portanto, o que melhor pode traduzir o sentimento de "humilhação" (SANTOS, 2005a, p. 102).

Dando curso a essa análise, um funcionário público do estado do Rio Grande do Sul criou um *blog* intitulado *Sentido da vida*. Em primeiro de novembro de 2005, postou um texto cujo título é "Kafka no funcionalismo público".[8] O funcionário inicia o texto declarando que tem se sentido como o personagem Gregor; depois, associa a "máquina pública" a um "organismo gigante e viciado" que "parece ter vida própria". O Estado é identificado como uma grande "sanguessuga", permeado por homens de poder que "agem de má-fé e são intocáveis". Aqui ele estabelece uma separação entre as "baratas" e as "sanguessugas" e diz que aquelas acabam levando a "fama" pelos problemas apontados no funcionamento do Estado. No *blog*, o autor diz observar "despautérios" que o indignam e são "amortizados pela rotina estúpida, desequilibrada e enfadonha" à qual tem sido submetido. Reforça o sentimento de "indignação" diante deste "estado de espírito subjugado" e da "opressão" em que diz viver. Para dimensionar essa analogia, reproduzo trechos do texto.

8 Disponível em: http://www.9to5world.blogspot.com.br/2005/11/kafka-no--funcionalismo-pblico.html. Acesso em: 25 out. 2015.

> Tenho me sentido como inseto dentro desta opressão burocrática, uma barata mesmo, que assiste tudo passivamente – mas que precisa se revoltar contra este estado de espírito subjugado – como se meu destino fosse ficar inerte no meio deste gigante ineficiente [...]. Não quero cometer generalizações, mas acho que todo burocrata público tende a virar um inseto insignificante, sem vontade de reagir, talvez nem notando o que se passa a sua volta, ou por outro lado, um inseto de maior envergadura, mais astuto e com objetivos bem claros e definidos: obter vantagens, se alimentar do "gigante bobalhão". [...] Se parecem mais com aranhas, escorpiões, insetos peçonhentos, ou quem sabe com carrapatos, pois nos sugam até a última gota. [...] E quem acaba levando a fama? Justamente as "baratas". Aqueles que cumprem rotineiramente suas funções, que também fazem a linha de frente, mas paradoxalmente, aos poucos, vão se tornando quase imperceptíveis dentro da estrutura burocrática opressora. Já os insetos peçonhentos, estes sim, são imperceptíveis mesmo, pois são praticamente invisíveis. Estes agem de má-fé e são intocáveis. Ganham os maiores salários da administração pública.

Ampliando o entendimento quanto aos possíveis sentimentos de quem foi severamente perseguido, cito o depoimento de uma ex-servidora do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ela afirmou que foi "perseguida", sofreu "assédio moral" que a levou a ser exonerada por reprovação no estágio probatório, pois tinha ideais de lisura quando ingressou no serviço público e não aguentava as atitudes de sua chefe, que "humilhava" os colegas de trabalho: "ela é má mesmo, partia pra cima de você"; "eu não consigo ver gente sendo humilhada". Quando a conheci, ela estava fora do serviço público há dois anos por conta da exoneração. Sua experiência deixou sequelas: debilidade física decorrente de pensamentos obsessivos que minavam sua saúde, impossibilitando-a de trabalhar. Mencionou que pedia a Deus para levá-la, ou seja, desejava a própria morte. Já tinha estudado uma forma de se matar, atingindo uma veia situada no pescoço: "a minha vida está destruída, não tenho mais dignidade". Ela queria provar que o que diziam sobre ela não era verdade, que

ela não era aquela pessoa descrita por seus agressores. Claramente, sofreu um dano existencial.

Voltando a Kafka, o período no qual Gregor se vê transformado em barata é permeado por sentimentos de impotência e por atos que conduzem à sua desumanização. Uma funcionária que não lera a obra de Kafka me afirmou a respeito de um determinado superior: "ele foi o único que me viu como gente". Kafka imprimiu em toda sua obra a angústia relacionada a um processo confuso e implícito, ou seja, não verbalizado em suas intenções.

Volnyr Santos (2005b) reproduz trechos da obra *Carta ao pai*, em que Franz Kafka expressa seus sentimentos em relação ao progenitor, que exerceu sobre ele uma dominação qualificada como "tirânica":

> Da sua poltrona você regia o mundo. Sua opinião era certa, todas as outras disparatadas, extravagantes [...], anormais. [...] Com isso o mundo se dividia para mim em três partes, uma onde eu, o escravo, vivia sob leis que tinham sido inventadas só para mim e as quais, além disso, não sabia por que, nunca podia corresponder plenamente; depois, um segundo mundo, infinitamente distante do meu, no qual você vivia, ocupado em governar, dar ordens e irritar-se com o seu não cumprimento; e, finalmente um terceiro mundo, onde as outras pessoas viviam felizes e livres de ordens e de obediência. Eu vivia imerso na vergonha: ou seguia as suas leis, e isso era vergonha porque elas só valiam para mim; ou ficava teimoso, e isso era também vergonha, pois como me permitia ser teimoso diante de você?, ou então não podia obedecer porque, por exemplo, não tinha a sua força, o seu apetite, a sua destreza, embora você exigisse isso de mim como algo natural: esta era com certeza a vergonha maior (SANTOS, 2005b, p. 17-19).

No trecho transcrito, percebemos o destaque para o sentimento de vergonha e assertivas que bem cabem a um chefe com traços autoritários: "de sua poltrona você regia o mundo" ou "ocupado em governar, dar ordens e irritar-se com o seu não cumprimento".

É explícito que Kafka se sentia intimamente machucado, ofendido e menosprezado: "até o fim da vida, segundo o seu biógrafo,

Kafka achou que a sua infância o havia aleijado, deixando-o definitivamente incapacitado para a vida entre os vivos" (SANTOS, 2005a, p. 102). Seu pai tratava de modo diferente sua irmã mais nova, com quem era carinhoso. Kafka questionava o porquê, tentando entender o julgamento de seu pai. Assim, Kafka se pôs a perguntar que lei era aquela que só valia para ele, humilhando-o perante os demais.

Na obra *O processo* (2011), Kafka explorou o que chamou de "outro sistema de justiça" por meio da história do personagem K., que vive um conflito autodilacerante (SANTOS, 2005a, p. 107). K. se associa à abreviação do sobrenome de Kafka, que a qualificou como "uma consoante amputada com dores nos membros fantasmas". Vemos impressa aí a sua dor.

Kafka narrou a saga de K., que, sem se dar conta, passa por um processo de degradação de sua existência movido por calúnias (mentiras). Levado à morte por conta desse processo destrutivo, ele não consegue descobrir o motivo que o leva a passar por tal situação.

O título do livro é uma referência a um processo administrativo existente em "outro sistema de justiça" ao qual K. responde sem saber do teor das acusações lançadas contra ele. Mas também é uma analogia ao próprio desenrolar, ao longo do tempo, de seu processo de degradação interior. O personagem jamais consegue ter acesso ao Superior Tribunal, apenas aos juízes, que descreve como uma "massa rotinizada". Se, de início, K. se revolta e se indigna diante do processo movido contra ele, ao fim, cansado, sem conseguir compreender a lógica da qual é vítima, rende-se à morte e mesmo a deseja. Convém mencionar que os personagens de Kafka parecem ter muito da personalidade do autor. Kafka faleceu aos 40 anos de idade, tomado por um sentimento depressivo que fragilizou sua saúde. Sua doença parecia ser ocasionada por decepções, feridas etéreas, pois não eram visíveis, mas sentidas ao longo de sua vida.

Em minhas pesquisas, percebi que a opressão é tão espiritualizada que ninguém se acha responsável, depende de tantas ações conjuntas que ninguém se vê como causador dos fatos, pois ações insidiosas são geralmente institucionalizadas. O responsável é despersonalizado, como na afirmação "o Estado é uma merda" – dita por um superior que tentava explicar o que aparecia como uma injustiça contra um funcionário. Uma organização na qual existe um

sistema de leis para cada um, como Kafka descreveu no capítulo "Na Catedral", em que, para acessar a lei, há uma porta para cada pessoa. Com essa parábola, Kafka explicitou a desigualdade na aplicação de regras; ele nunca conseguira atravessar a porta, ou seja, compreender a lei reservada para ele.

Os acusados desse sistema de justiça abordado por Kafka andam de cabeça baixa; vê-se que o medo os domina, vivem se desculpando. Ao ver essas pessoas, K. exclama: "Quantas humilhações terá sofrido esta gente!". Por meio de sutilezas, Kafka nos demonstrou os efeitos dos processos de "humilhação" e, em *Carta ao pai*, mencionou o efeito que a tirania teve sobre ele:

> A impossibilidade de uma relação serena teve outro efeito, sem dúvida natural: desaprendi a falar. De qualquer modo, não teria chegado a ser nunca um grande orador, mas a fala humana comum e fluida teria podido dominá-la. Mas desde muito cedo me proibiste a palavra; tua ameaça: "nenhuma palavra de protesto" e a mão erguida ao mesmo tempo me acompanham desde este tempo. Contraí uma maneira atropelada, tartamudeante de falar em tua presença, pois eras um excelente orador quando se tratava de seus assuntos; também isto era demais para ti, de modo que por fim me calei, ao princípio talvez por esperteza, depois porque não podia pensar nem conversar quando estava diante de ti (KAFKA *apud* GUIMARÃES, 2011, p. 20-21).

Além da comparação com seu pai, que fazia com que Kafka se sentisse diminuído, é perceptível o medo em relação a esse ser superior e o impacto das ações autoritárias sobre a capacidade de falar, conversar e mesmo pensar. Ressalto que o pensamento e a fala são elementos que nos caracterizam como seres humanos. A cobrança sentida por Kafka para que fosse obediente se assemelha à prescrição de obediência em setores públicos, em que o controle dos atos alheios pode ser excessivo na intenção de buscar segurança quanto à existência de conspirações. Em conformidade com o que venho argumentando neste texto, a capacidade de se comunicar, de realizar elaborações intelectuais ou de ter ideias pode ser vista como algo importante para o exercício de funções de comando, por isso é

desejável e invejável. Pensar se torna perigoso para o mero funcionário, pois pode torná-lo vulnerável a ações "vingativas" daqueles que "pedem a cabeça" ou mesmo "cortam a cabeça" de alguém sem precisar pedir.

Considerações finais

Para elaborar este texto, optei por explicitar características de um tipo de comportamento administrativo. Delineei um tipo autoritário ao expor estratégias de subordinação que perfazem "um rastro de destruição" ao degradar vidas. Com isso, ressaltei teias relacionais como uma resposta para especulações sobre o mau funcionamento da administração pública, afastando-me de explicações mais genéricas ou daquelas que localizam o problema no indivíduo.

O mau funcionamento da administração pública não está atrelado a um só motivo e não podemos perder de vista a heterogeneidade de situações. Mas, sem dúvida, relações de poder como as aqui descritas podem levar à falta de ânimo, à insensibilidade e a práticas julgadas como ilegais ou imorais pela sociedade mais abrangente, materializando o mau funcionamento da administração pública. Tentei destacar uma teia de relações na qual alguns integrantes têm o objetivo de manter suas posições de prestígio e bem remuneradas, enquanto outros são constrangidos a se manterem em seus lugares periféricos por bem ou por mal, não desempenhando funções com destaque ou de maneira "eficiente". Um conselho que não é incomum de se ouvir é: "trabalhe mais devagar". Assim, você não pressionará os demais colegas a seguir seu ritmo, não se destacará entre eles, se mantendo na média e, por outro lado, evitará que o trabalho acabe e você tenha que ficar a maior parte de sua semana sem fazer nada.

A escassez e a provisoriedade de ocupações gratificadas ou mais prestigiadas movem uma verdadeira concorrência, que faz de ambientes de trabalho um palco para lutas por "sobrevivência". Se pensar está associado às funções de comando, essa elaboração mental é também disputada, a ponto de haver pedidos pela "cabeça" de alguém. Estratégias, manipulações e dissimulações se alastram, constituindo, por fim, um "outro sistema de justiça" pela com-

posição de outra moralidade, menos empática. A empatia, como a entendo, traria a possibilidade de exercitar uma compreensão em que a emoção e o sentimento são ingredientes que permitem a identificação entre as pessoas, aguçando a sensibilidade de modo que se sinta o que o outro sente pela mera observação dele e da situação em que se encontra. Na medida em que a empatia diminui, mais facilmente as estratégias destrutivas se alastram.

O que se atinge com as práticas persecutórias é a integridade psicológica e a identidade individual, causando um dano existencial que, espero, ter demonstrado ao menos em parte. Sobretudo, esse comportamento de ataque pode chegar a ser coletivo, tornando-se, por analogia, infeccioso. De tão coletivo, o causador do mal é visto como o Estado.

Na visão dos funcionários pesquisados, o Estado e suas burocracias se constituem mediante ações destrutivas, geralmente veladas, que fazem parte do cotidiano institucional. Dirigentes, embora sejam julgados com péssimos adjetivos, não são imediatamente apontados como causadores dos males que afligem os alvos de estratégias de subordinação. Dois motivos podem ser apontados para isso. Em primeiro lugar, entende-se que as estratégias de subordinação são tão perenes quanto a própria instituição estatal, sendo sua prática quase uma característica dos cargos ocupados, que, muitas vezes, transformariam as pessoas que os ocupam. Em segundo lugar, o processo de "perseguição" é tão confuso e indireto que o autor das ações não é facilmente identificado. Essa confusão na atribuição da autoria também se dá pelo tipo de ações desfechadas no processo de destruição. São ações sutis, verbais e gestuais, que não deixam meios para interposição de provas – desse modo, qualquer acusação passaria como calúnia.

Retomando Balandier (1997, p. 115), citado no início deste ensaio: "a esperteza prolonga a guerra de outras maneiras". E se a guerra permanece sem armas de fogo, os inimigos, de quem se quer tirar a vida, também permanecem, e essa vida é tirada de outras formas. Para Balandier (1997, p. 120), a esperteza, a violência, a política e a guerra são indissociáveis. Aproveitando essa afirmação, concluo que a violência física e simbólica, da qual o Estado detém o monopólio legítimo (WEBER, 2008; BOURDIEU, 1989), não se alastra só pela

sociedade, mas por dentro do próprio Estado e de suas administrações cotidianamente.

No tipo de ambiente descrito, o conflito se destaca pela acirrada concorrência que faz mover as estratégias de poder. Esses atos destrutivos, que constituem o Estado com traços autoritários, fazem com que a perspectiva progressista ou evolucionista não se sustente. Para esses teóricos, as instituições tenderiam a se aperfeiçoar com o tempo, alcançando um estágio mais moderno e racional. Mas convém afirmar que as instituições não são necessariamente melhoradas em sua organização física e legal, elas podem, sim, ser desorganizadas e desregradas cada vez mais e de maneira intencional.

Na história da antropologia, a influência de Durkheim levou à formulação de análises que enfatizavam a harmonia, o equilíbrio dos sistemas políticos e a solidariedade. Na abordagem funcionalista e estrutural-funcionalista, por exemplo, os teóricos primavam por identificar funções assumidas pelas instituições que cooperariam para gerar harmonia e ordem na sociedade como um todo (BALANDIER, 1969, p. 17-18).

Nos casos ressaltados neste texto, as posições estabelecidas são mantidas no ambiente – sob o ponto de vista de alguns dirigentes – não por dispositivos que gerem harmonia ou solidariedade, mas pelo medo e pela tensão, que são provocados pela disseminação da desordem e da confusão nas rotinas de funcionários que são encarados como possíveis ameaças. Desse modo, indivíduos são objetos para o exercício de poder e servem de exemplo aos demais do que pode acontecer a quem se opõe.

Afirmar a existência de um equilíbrio do sistema mantido a partir da lógica das oposições entre grupos na instituição (EVANS-PRITCHARD, 2005) serve apenas aos indivíduos que alcançam a estabilidade de seu poder por meio dessa lógica. Convém ressaltar que mesmo esse equilíbrio pode ser temporário. Em contraposição, para aqueles que, por conta das oposições criadas entre os grupos, veem sua condição de servidores públicos se degradar progressivamente, não existe equilíbrio nessa estrutura. Até mesmo porque as forças que se enfrentam são muito desiguais. Portanto, encontrar na forma como a instituição está figurativamente arranjada um equilí-

brio ou uma ordem depende da posição e do ponto de vista privilegiado.

De outro modo, tentei denotar a provisoriedade das ocupações e relações, revelando as angústias que tal provisoriedade acarreta. Assim, busquei abolir a descrição mais estática e fixa. Consequentemente, me afinei com estudos de autores que realizaram análises dinâmicas e privilegiaram o conflito como tema central. Entre essas análises, destaco a de Gluckman (2010). O autor considerou que, durante o neocolonialismo, os Estados africanos passavam por um processo permanente de rebelião. Contudo, a instabilidade e a rebelião eram controladas, porque os conflitos se expressavam nos rituais, reafirmando a unidade da sociedade (BALANDIER, 1969, p. 21-22). Logo, chegava-se a uma nova forma de afirmação da unidade social que contrabalançava as oposições do sistema.

Nos casos aos quais me refiro neste estudo, o contexto instável e disruptivo (ou com potencial disruptivo) auxilia muitos gestores a controlar a instituição e a se perpetuar nas posições de maior poder. O poder é exercido no sentido de, sutilmente, gerar conflitos que não são contrabalançados com a geração de unidade institucional, mas colocam grupos e pessoas em oposição, ao mesmo tempo que são desconsideradas regras internas. Muitos dirigentes se beneficiam da desunião disseminada, pois, para combaterem seus poderes, os funcionários precisariam se unir contra eles em vez de lutarem uns contra os outros. Sobretudo, numa condição de grande conflito consigo mesmo, alguns podem pensar em pôr fim à sua vida, praticando um suicídio.

Em grande parte dos atos prejudiciais, "as marionetes" adquirem visibilidade, pois formam os últimos elos da corrente por onde o poder subordinador se manifesta. Por isso, detive-me na compreensão das teias de relações, que nos revelam o objetivo de alguns gestores não de organizar, estruturar, tranquilizar e criar unidades, mas o contrário: de desorganizar (as tarefas), desestruturar (regulamentos e pessoas), intimidar (raciocínios) e criar cisões (entre grupos).

Os saberes e as técnicas usados para isso, no sentido foucaultiano, são propiciados por uma vigilância, mas não por classificações que visam ordenar socialmente – muitas classificações são mantidas em segredo como produtos de um conhecimento pessoal. Esse

conhecimento pessoal propicia contextos disruptivos ou destrutivos para alvos certeiros, contando com situações bem planejadas ou bem aproveitadas como oportunidades.

É por meio do estímulo aos conflitos e às concorrências que certos gestores parecem perpetuar mais facilmente seu poder e controle. No tipo de universo considerado para esta pesquisa, o exercício de poder não se baseia na instituição de classificações e ordenações sociais e regulamentadoras, mas na ausência e na evitação de ordenações e regras universais. Os poderes são exercidos e se perpetuam pelo caos que seus praticantes causam.

Referências

AGUIAR, Monique Florencio de. 2011. "Vínculos por emprego e recusas de vínculo: o favor e o direito". *Cuadernos de Antropología Social*, 34: 51-68.

ARIELY, Dan. 2012. *A mais pura verdade sobre a desonestidade*. Rio de Janeiro: Elsevier.

BALANDIER, George. 1977. "A esperteza, tentativa de exploração". In: George Balandier, *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp. 115-133.

BALANDIER, George. 1969. "Construção da antropologia política". In: George Balandier, *Antropologia política*. São Paulo: Difel: EdUSP. pp. 7-23.

BOAS, Franz. 2010. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar.

BOSCARDIN, Eliane. 2010. "Servidor público: um enfoque para a atualidade". In: Artigonal.com. Disponível em: http://www.artigonal.com/gestao-de-carreira-artigos/servidor-publico-um-enfoque-para-a-atualidade-3900940.html. Acesso em: 25 out. 2015.

BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel: Bertrand Brasil.

BRONZ, Deborah. 2011. *Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

COLOMBO, Eduardo R. 1965. "Prólogo a la Edición en Castellano". In: T. W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson, R. Nevitt Sanford, *La Personalidad Autoritaria*. Buenos Aires: Editorial Proyección. pp. 3-14.

DURKHEIM, Émile. 2002. "Moral cívica". In: Émile Durkheim, *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes. pp. 59-152.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 2005. *Os Nuer: uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.

GLUCKMAN, Max. 2010. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: Bela Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Unesp. pp. 237-364.

GUIMARÃES, Torrieri. 2011. "Prefácio". In: Franz Kafka, *O processo*. São Paulo: Martin Claret. pp. 11-35.

HAN, Byung-Chul. 2019. *O que é poder?*. Petrópolis: Vozes.

HIRIGOYEN, Marie-France. 2014. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

KAFKA, Franz. 2005. *A metamorfose*. Porto Alegre: Rígel.

KAFKA, Franz. 2011. *O processo*. São Paulo: Martin Claret.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. 1981. "Prefácio". In: Meyer Fortes e E. E. Evans-Pritchard (orgs.), *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Calouste Gulbekian. pp. 3-24.

SANTOS, Volnyr. 2005a. "A (des)construção da leitura". In: Franz Kafka, *A metamorfose*. Porto Alegre: Rígel. pp. 99-110.

SANTOS, Volnyr. 2005b. "Ode ao pai". In: Franz Kafka, *A metamorfose*. Porto Alegre: Rígel. pp. 9-22.

SUN TZU. 2011. *A arte da guerra: os treze capítulos originais*. São Paulo: Jardim dos Livros.

WEBER, Max. 2008. "A política como vocação". In: Max Weber, *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC. pp. 97-153.

Un panorama sobre la Fórmula Buenas Prácticas (Córdoba, Argentina, Siglo XXI)

María Gabriela Lugones
Lucía Tamagnini

Consideraciones preliminares

El presente artículo condensa resultados de una investigación de carácter exploratorio sobre usos locales de la Fórmula Buenas Prácticas (FBP). Dicha pesquisa examinó cómo se (re)produce la FBP en publicaciones, cómo determinados agentes extienden su impacto, y cuáles son las particulares modalidades de su implantación en diversos ámbitos de gestión local.[1] A partir de una vasta información recopilada, en este escrito expondremos una panorámica de cómo va construyéndose la fórmula en variadas instancias de consagración y conversión de acciones en Buenas Prácticas (BP).

Abordamos las BP en tanto fórmula con la que se dicen/realizan actos sociales, políticos y culturales en la Córdoba contemporánea. Fórmula que viene siendo empleada para consagrar determinadas acciones como paradigmáticas, difundiéndolas y prescribiéndolas como recursos eficientes de gestión gubernamental/no gubernamental. Pensamos en fórmula para convocar las distintas acepciones de este término: expresión breve y convencional con la que se dice una acción; voz para indicar un modo de hacer o conseguir algo; forma de representar un acuerdo entre opiniones o posiciones distintas; escrito que inscribe el procedimiento para elaborar un medicamento o una comida, así como la manera de administrarlo

1 Las preocupaciones aquí vertidas surgen del trabajo realizado en el proyecto de investigación que dirigimos, denominado "Implantaciones de la fórmula Buenas Prácticas en la Córdoba del Siglo XXI. Parte I". Categoría: A Convocatoria SECyT UNC: 2014-2015, radicado en el Area de Ciencias Sociales del CIFFyH. Hemos trabajado junto a un numeroso equipo de estudiantes e investigadores; aquí queremos especialmente reconocer y agradecer a: María Beatriz Majtey, María Celina Chocobare, Cecilia Castro, Clara González Cragnolino, Macarena Blázquez, Santiago Romero, Sofía Vitorelli, Pilar Velázquez, Florencia Pascual.

o presentarla. También queremos evocar su etimología: fórmula, diminutivo del latín forma para referir a "regla o marco". Así, llamamos la atención sobre las dimensiones descriptiva/prescriptiva/performativa (Austin, 1962) de la FBP.

De acuerdo al trabajo de indagación realizado,[2] podemos afirmar que la FBP es accionada como si se tratara de ejemplos políticamente asépticos. El aura de neutralidad política y el presumido carácter "técnico" de las BP son condiciones de posibilidad para su reproducción ampliada como fórmula de gobierno. La raigambre conceptual de la investigación y, por tanto, del presente artículo es foucaultiana, ya que retomamos su propuesta sobre estudiar el cómo del poder, atendiendo a sus ejercicios, mecanismos y procedimientos actuantes (Foucault, 2007 [1976]), y su conceptualización de la dominación en términos de técnicas de sujeción polimorfa (1996 [1975]). En esta oportunidad, la cuestión que queremos colocar es que un abordaje socio-antropológico de las BP como fórmula de gestión constituye una vía para la captación de (nuevas) formas de gubernamentalidad (Foucault, 1999 [1984]; Rose, Malley y Valverde, 2012 [2006]).[3]

Focalizamos en diversos materiales: manuales, guías, decálogos, reportes que permitieran abordar las modalidades de (re)producción

2 Dicho trabajo consistió en el relevamiento y análisis de documentación referida a las denominadas BP: manuales, guías, reportes, informes y otras publicaciones. Además, realizamos una selección de entrevistados, de entre los *autores-actores* (Castro Faría, 2002) que surgieron del análisis documental y que reunimos en una nominata de referentes locales. Con dicha denominación, nos referimos a actores que simultánea, alternativa o sucesivamente practican, textualizan, enseñan, difunden, convierten y/o consagran determinadas experiencias como BP. En otros términos, serían au(c)tores en tanto en unas ocasiones operarían o accionarían como capacitadores, referentes, especialistas; en otras, serían los encargados de realizar/replicar las BP; en otras, como difusores, promotores, facilitadores, mediadores. Las múltiples pertenencias de estos autores-actores potenciarían su predicamento en las diversas instancias en las que la accionan. A través de entrevistas, exploramos las versiones/visiones de esos au(c)tores respecto de la emergencia de la FBP en nuestro contexto, las modalidades de recepción, entendimientos e implementación; así como sus pareceres respecto de la productividad (potencial o real) de la fórmula en sus respectivos ámbitos de actuación. Estos dos últimos planos mencionados no constituyen objeto de tratamiento en el presente artículo.

3 En otra dirección de pesquisa, podríamos preguntarnos por la proximidad entre las modalidades de (re)producción de la FBP y la idea de "gobernar a distancia" planteada por Miller y Rose (Rose, Malley y Valverde, 2012 [2006]: 124).

de la fórmula.[4] Entendemos estas materialidades en tantp herramientas de gobierno; formas y formatos ("lenguajes") que no consideramos "(...) un epifenómeno, como una glosa sobre las prácticas de mando" (Rose, Malley y Valverde, 2012 [2006]: 123). Por el contrario, juegan un papel clave en el ensamblaje de "políticas gubernamentales", entendidas en los términos que proponen Souza Lima y Castro, esto es: planes, acciones y tecnologías de gobierno formuladas por agencias internacionales, administraciones nacionales, provinciales y municipales, ONG's, movimientos sociales, organismos multilaterales de fomento y cooperación técnica internacional para el desarrollo (2008: 369).

Prestar atención a esas materialidades implica seguir las advertencias de una pléyade de trabajos etnográficos con y sobre documentos, de entre los que destacamos a Stoler (2010), Lowenkron y Ferreira (2014) y Vianna (2014). Nuestra consideración de los documentos no como fuentes de dónde extraer información sino como

4 Un listado no exahustivo de las publicaciones y sitios web examinados es el siguiente: "Guía de buenas prácticas para el abordaje de niñas/os adolescentes víctimas o testigos de abuso sexual y otros delitos. Protección de sus derechos, acceso a la Justicia" (UNICEF Argentina, ADC, JEJUS, 2013); "Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes. Seguimiento de la aplicación de la Convención sobre los Derechos del Niño. Conceptos, debates y experiencias en Justicia Penal Juvenil. (UNICEF, Ministerio de Justicia de la Nación, 2007); "Comunicación, Marketing e Infancia. Recomendaciones para empresas en la promoción de prácticas responsables hacia los niños, niñas y adolescentes" (Empresas por la Infancia EXI, Fundación ARCOR, Save the Children, UNICEF, 2013); "Guía de Buenas Prácticas para Noticieros"(CONACAI, 2013); "Cuadernos para la Acción. INVERSION SOCIAL PRIVADA EN INFANCIA" (Unicef Argentina, 2012); "Buenas Prácticas en Políticas Públicas de Juventud" (OIJ, PNUD, CEPAL, UNESCO, UN, 2012); "Catálogo de Experiencias y Buenas Prácticas de Trabajo con Infancia y Adolescencia mapuche" (UNICEF, 2007); "Sistemas de Buenas Prácticas en desarrollo económico local" (Naciones Unidas, CEPAL, 2006); "Portal de transparencia de la Municipalidad de Córdoba" (Municipalidad de Córdoba, 2012); "Plan de metas de gobierno" (Municipalidad de Córdoba, 2012 y 2013); "Buenas Prácticas y Auditoría de Género. Instrumentos para políticas locales. Programa sobre la estrategia comunitaria en materia de igualdad entre mujeres y hombres (2001-2005)"; "Memoria de la Reunión Internacional sobre las Buenas Prácticas de políticas públicas para el observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe" (UN, 2010); "Primeros años. Programa Nacional de Desarrollo Infantil. Tres experiencias destacadas: Chubut, Chaco y San Luis" (Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales, Presidencia de la Nación). Estos materiales fueron reseñados y sistematizados en una base de datos para la producción de data sobre definiciones de BP, *autores-actores*, legislación referenciada, nociones asociadas, ejemplos y experiencias consagradas, premiaciones, destinatarios previstos.

productivos se inspira en el planteo de Stoler respecto del trabajo etnográfico (no extractivo) sobre los archivos, que permitiría aproximarse a aquello que caracteriza la política y los estados (coloniales en su caso). A su vez, cuando pensamos en la (re)producción continua de la fórmula estamos recuperando también su idea respecto del archivo como proceso en el que se inscriben relaciones de poder (Stoler, 2010: 266).

Por su parte, retomamos las indicaciones de Adriana Vianna quien sostiene que tomar en serio la documentación implica rastrear las gramáticas movilizadas por ellos, los límites discursivos que impondrían, los márgenes de agencia que van configurando. En nuestro caso, estudiar como actúan en la (re)producción de la FBP.[5]

Las reflexiones de Ferreira y Lowenkron acerca de los desafíos de lidiar con documentos en situaciones de trabajo de campo etnográfico y, en particular, la analogía que identifican entre las prácticas de documentación estudiadas y las prácticas de la investigación etnográfica, imponen que problematicemos nuestra posible contribución a la (re)producción de la fórmula.[6]

---

5 Si bien no lo abordamos aquí, durante la investigación hemos tenido en cuenta para el análisis de la documentación sus aspectos gráficos, layout, uso de imágenes, tipografías, formatos de presentación, inclusión de esquemas, listas, infografías.

6 No sólo al escribir al este texto, sino también en la coordinación de dos proyectos de pesquisa dónde se forman, a su vez, nuevos investigadores, quienes están llevando adelante desdoblamientos de esta problemática. El proyecto que dirigimos actualmente, "Implantaciones de la Fórmula Buenas Prácticas en la Córdoba del Siglo XXI. Parte II", se conforma con las siguientes sublíneas de pesquisa: Buenas Prácticas en la promoción de derechos sexuales y reproductivos, en particular sobre la (re)producción de la problemática social de la violencia obstétrica y el "parto humanizado", a través de las acciones del colectivo Mujeres por un Parto Respetado y de la Secretaría de Género e Igualdad de la Defensoría del Pueblo de la provincia de Córdoba (Macarena Blázquez); Buenas Prácticas en la formulación y aplicación de protocolos relacionados a la prevención del suicidio y a la asistencia al suicida (en especial, entre "adolescentes"), a partir del trabajo del Centro de Asistencia al Suicida de Córdoba y de instituciones sanitarias de la ciudad (Santiago Romero); Buenas Prácticas en la implementación del "nuevo paradigma" o "modelo comunitario de salud mental", a partir de las reformas normativas de 2010 (Ley Nacional de Salud Mental 26.657 y Ley Provincial 9.848), en el marco de los talleres del Hospital Neuropsiquiátrico Provincial de Córdoba (Florencia Pascual); Buenas Prácticas en políticas de inclusión social en el contexto de talleres de capacitación de mujeres destinatarias del Plan gubernamental Ellas Hacen, enmarcado en el Programa Nacional Argentina Trabaja (Pilar Velázquez); Buenas Prácticas en la gestión artístico-cultural local, especialmente actuaciones realizadas en espacios estatales

(In)Definiciones de la fórmula

A partir del mapeo y relevamiento de materiales e instancias donde la fórmula cobraba mayor predicamento, en la Córdoba del XXI, observamos que las BP parecieran no ameritar definiciones precisas ni esclarecimiento de sus alcances.[7] Son utilizadas como si tuvieran un significado autoevidente y no cuestionable, cifrado en el calificativo "buenas".[8] Sus sentidos van siendo bosquejados a través de una sumatoria de adjetivaciones, tales como "inspiradoras", "creativas", "innovadoras", "adaptables", "responsables", "virtuosas", "iluminadoras", que tampoco suelen ser precisadas.

Una suerte de común denominador de las BP que identificamos es la pretensión de que sean replicadas y replicables. Consideramos preciso señalar la tensión que atraviesa dicha pretensión, ya que tal "replicabilidad" implica la translación de procedimientos o modalidades de trabajo de un "contexto" a otro. La "replicabilidad" supone el despegue de las condiciones de producción de una determinada experiencia como requisito para cristalizar en BP. En este sentido, una de las críticas que nos fueron transmitidas en las entrevistas destacaba que más allá de su replicabilidad sería conveniente "contextualizar" estas acciones.[9]

Se torna un desafío circunscribir los contornos de la Buenas Prácticas; de allí nuestra apuesta por pesquisar cómo se construye

así como por colectivos, grupos y fundaciones auto y heteroreconocidas como "no gubernamentales" (Ma. Gabriela Lugones, Ma. Lucía Tamagnini).

7 Nuestra preocupación por indagar sentidos, usos y modalidades de implantación de la fórmula se nutre de los aportes de Susan Wright (2004 [1998]) cuando estudia los desarrollos contemporáneos del concepto de cultura.

8 Sería motivo de otra indagación la cuestión de que la fórmula Buenas Prácticas versiona en castellano la expresión inglesa *best practices*. Esta "traducción" adopta un adjetivo (Buenas) que, en nuestra lengua, denota una inclinación a hacer el bien. El empleo de otros sintagmas, dependiendo del contexto, tales como mejores soluciones, mejores métodos, procedimientos más adecuados, prácticas recomendables, o similares privaría de esta calificación de Buenas y sus innegables connotaciones morales.

9 La principal enunciadora de este argumento fue una feminista, investigadora y profesora de la UNC, dedicada a pesquisar cuestiones de género (Entrevista, 13/08/2015). Esta entrevistada participó, durante los años '90 del siglo XX, en una ONG que contó con financiamiento de organismos internacionales (como Naciones Unidas), donde se instrumentalizaba las Buenas Prácticas.

la fórmula en manuales, guías, decálogos, textos publicados en sitios web, premiaciones, eventos y talleres acerca de BP. Esos "formatos" de presentación de la FBP son más que modalidades de circulación y difusión de una fórmula preexistente, la (re)producen. El manual, la premiación, el taller, convierten una acción en BP y a unos sujetos en Buenos Practicantes. Al mismo tiempo, las BP son realizadas como fórmula de gobierno en cada uno de dichos "formatos" en los que descripciones modélicas de acciones se convierten en protocolos, reportes, recomendaciones, prescripciones y procedimientos de "gestión" que debieran replicarse. Quizás en la presentación de testimonios personales y relatos de experiencias, radique parte de su eficacia y la posibilidad de operar ese desplazamiento de descripciones de prácticas a prescripciones. Asimismo, la FBP producida en ejemplos modélicos se construye, en ocasiones, con el señalamiento de contra ejemplos (a veces, enunciados en términos de "Malas Prácticas").

Elegimos a modo de ilustración un reporte titulado "Con todo al aire 2. Reporte de Derechos Humanos sobre atención en salud reproductiva en hospitales públicos" (2008), que grafica los puntos que desglosamos a lo largo del artículo. Este material fue recomendado para nuestra lectura y consideración por parte de una de las entrevistadas durante el trabajo de investigación.[10] El reporte fue elaborado por el Observatorio de Salud, Género y DDHH, iniciativa del INSGENAR y CLADEM-Rosario;[11] y financiado por: UNFPA – Fondo

10 Se trata de una profesora de la Escuela de Trabajo Social (UNC), activista del movimiento de mujeres y de la Campaña por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito, que además realiza tareas de capacitación y *advocacy* en la temática de derechos sexuales y reproductivos (Entrevista, 24/09/2015).

11 El Instituto de Género, Derecho y Desarrollo – INSGENAR, es una organización no gubernamental de la ciudad de Rosario (Santa Fe), fundada en 1994 y que cuenta con personería jurídica. Según informa su página web, "Está compuesto por un equipo interdisciplinario, especializado en la defensa y promoción de los derechos humanos de mujeres y niñas" y "posee Status Consultivo ante la Organización de Estados Americanos (OEA)" desde 2004. Extraído de: https://insgenar.wordpress.com/ (Ultima consulta: 18 de febrero de 2017).A su vez, el INSGENAR es miembro de CLADEM, Comité Latinoamericano y del Caribe para la defensa de los Derechos de la Mujer. Es una red feminista conformada a fines de los '80 en Latinoamérica y el Caribe, que se constituyó en Argentina en 1990 con representantes de diferentes provincias, entre ellas la de Córdoba. Según se lee en la página web de la red, sus objetivos son la incidencia, promoción y exigibilidad de los derechos humanos

de Población de las Naciones Unidas y IWHC – International Women Health Coalition. En su realización, participaron varios hospitales estatales de una provincia vecina a Córdoba y la Defensoría del Pueblo de Santa Fe. La omisión de nombres y apellidos de "autores" sigue usos y costumbres de los buenos practicantes, que referencian estos materiales remitiendo a agencias que los promueven y/o financian y a sus ámbitos de "aplicación".

El reporte es producto de un colectivo que trabaja en la organización y dictado de seminarios en Córdoba y otras ciudades argentinas en articulación con la sección cordobesa de una asociación civil sin fines de lucro y miembro de una red latinoamericana dedicada a la defensa de los derechos de las mujeres. De tales seminarios, destinados a "visibilizar y 'desnaturalizar' la violencia de género ejercida en las instituciones de salud" (2008: 18), participaron interlocutoras de nuestro equipo de pesquisa. Uno de los seminarios realizados en la ciudad de Córdoba fue una jornada en la Escuela de Trabajo Social de la Universidad Nacional de Córdoba (UNC) titulada: "Derechos Sexuales y Reproductivos, por una salud humanizada" (2006). Según el reporte,

> Al igual que los anteriores convocó a personas del campo de la salud, trabajadoras sociales y representantes del movimiento de mujeres. También había referentes de salud pública de la Provincia de Córdoba y de la Municipalidad, especialmente médicas y enfermeras. La alianza se realizó con el SEAP, Servicio de Acción Popular y el Movimiento de Mujeres de Córdoba que presentó su investigación de Monitoreo de Políticas Públicas en materia de salud sexual y reproductiva, dentro del marco del CONDERS –Consorcio Nacional por los Derechos Sexuales y Reproductivos (2008: 93).

Este reporte, disponible on line para su descarga gratuita, sistematiza los trabajos realizados por el Observatorio en relación "con la denuncia de los malos tratos a las mujeres en los servicios de salud sexual y reproductiva" (2008: 11). También expone actividades que

---

de las mujeres Extraído de: https://cladem.org (Ultima consulta: 18 de febrero de 2017)

llevan adelante en una Cátedra de Salud y Derechos Humanos en una Facultad de Ciencias Médicas de una universidad nacional; la creación, en 2008, del Premio a las Buenas Prácticas "Cecilia Grierson", que comenzó con alcance nacional y luego se lanzó a nivel latinoamericano; la puesta en funcionamiento de una página web y una lista electrónica especializada en Salud-Género-Derechos Humanos; los "Seminarios de difusión"; y la obra de teatro y el video "Con Todo al Aire", "dos recursos de sensibilización que han resultado de mucha utilidad" (2008: 11).

Tal como hemos planteado, las BP no aparecen explícitamente definidas en este material. A lo largo de la publicación, la fórmula va construyéndose con la repetición del calificativo "buenas", referido a: la "buena" difusión y capacitación del personal de salud para una "buena" atención de mujeres-niñas que acceden a los sistemas de salud públicos; las "buenas prácticas" en torno al parto humanizado; la "buena información" indispensable para el éxito de los programas de planificación familiar; las "buenas prácticas" en torno a la confidencialidad de cada caso; las "buenas prácticas" en torno al uso/tenencia de recursos de los servicios de salud; la "buena atención médica"; las "buenas prácticas" para lograr una igualdad de género; las "buenas prácticas" en torno a la "calidad" y la "buena atención" e información del personal de salud.

La exposición de ejemplos de BP va instaurando la fórmula en el reporte. Ejemplos de trabajos que han sido premiados en el concurso citado,[12] y contraejemplos enunciados como "mal funcionamiento/mal ejercicio del sistema y de los profesionales de la salud" y "malos tratos en los servicios de salud sexual y reproductiva". Estos

12 De entre muchos otros ejemplos presentados en el reporte, citamos textualmente aquí los siguientes: "La propuesta fue mejorar la receptividad del Servicio hacia las mujeres que concurren en situación de aborto, a partir de diversas acciones como consejerías, entrevistas, entrega de métodos anticonceptivos y por sobre todo, propiciando un cambio de actitud hacia la mujer que consulta por aborto" (2008: 28). "la buena práctica trabajó un abordaje integral para la atención post-aborto, conciliando estrategias de consejerías y situaciones de medicación en casos de violencia institucional" (2008: 28); "la buena práctica consistió en eliminar las denuncias penales por parte de los/las médicos/as ginecólogos/as-obstetras hacia las mujeres que habían realizado abortos clandestinos" (2008: 28-29)

últimos, irían delineando las "malas prácticas" y configurando, por contraste, a las BP.[13]

Este reporte también evidencia las modalidades de trasmutación de una acción o vivencia en buena (o mala) práctica. El sitio web del Observatorio aloja dos formularios "de fácil manejo": "uno para las buenas prácticas y otro para denunciar tratos crueles, inhumanos y degradantes" (2011: 39). Estos formularios producen BP al transformar un episodio vivido por alguna mujer en un hospital público en un "testimonio".[14] "Testimonio" que será replicado en los seminarios, reproducido textualmente en informes (de hecho, un conjunto de "testimonios" son transcriptos textualmente en el reporte como "anexo"), escenificado en una obra de teatro y un video. Que serán presentados una y otra vez en seminarios y talleres movilizando la producción de nuevos "testimonios", que abonarán otros reportes y puestas en escena.[15]

Lo descripto muestra modalidades de producción y consagración de BP: Adjetivaciones, ejemplos y contraejemplos, testimonios y experiencias, publicaciones y premiaciones, van coagulando la fórmula que, al describir prescribe cuasi normativamente un deber ser.

---

13 Numerosos son los contrajemplos registrados en el reporte, algunos de los cuales transcribimos a continuación: "Los conocimientos insuficientes sobre la sexualidad humana"; "la información y los servicios insuficientes o de mala calidad en materia de salud reproductiva"; "las prácticas sociales discriminatorias"; "las actitudes negativas hacia las mujeres y las niñas".

14 "De la totalidad de las experiencias escuchadas sólo a una parte le hemos dado el carácter de testimonio. La difusión de los resultados nos ha llevado a establecer un diálogo con funcionarios de reparticiones estatales, medios de comunicación, trabajadores/as de la salud, con el objeto de empezar a construir un camino, 'para que esto no vuelva a ocurrir', al decir de una de las protagonistas" (2008: 16)

15 Sería motivo de otra indagación focalizar en las performances a las que estamos remitiendo, que forman parte del repertorio de actuaciones puestas en juego para la (re)producción de la FBP. Siguiendo con el reporte, encontramos referencias a la utilización de "recursos teatrales" como medios para "apelar a emociones y sentimientos para transmitir la necesidad de respetar y promover los derechos humanos. Se vio la posibilidad de presentar teatralmente los testimonios para contribuir a un mayor impacto en el proceso de sensibilización y difusión del reporte" (2008: 35).

Instauraciones de la fórmula

Concursos y premiaciones conforman instancias de conversión y consagración de acciones como BP. En las mismas, la fórmula se (re)produce destacando, cualificando, legitimando y difundiendo determinadas experiencias en tanto BP que debieran ser imitadas y replicadas.

Sobre este punto, y especialmente pertinente para nuestro estudio, recuperamos una instancia de premiación denominada "Premio DUBAI a las Buenas Prácticas (edición 2008)", en la cual resultó galardonada una ONG local que se desempeña en el área de la asistencia al suicida. Una integrante de dicha ONG nos explicó que tal premiación fue para ellos una forma de decirles que estaban "haciendo las cosas bien" (Entrevista, 2/06/2015). La ONG no recibió un premio en dinero; no obstante, sus miembros remarcaron la importancia del reconocimiento simbólico y la difusión de sus "experiencias de trabajo" en una base de datos global de Buenas Prácticas. Según relataron, luego de esta publicación recibieron mensajes y consultas de muy distintos lugares pidiéndoles información sobre su trabajo, lo que muestra la operatividad de estas instancias de premiación/publicación en la (re)producción de la FBP y de buenos practicantes.

El examen del formulario para la postulación al "Premio DUBAI" expone una modelización de las prácticas a través de determinados ítems obligatorios para describir "la experiencia": Situación previa a la iniciativa, Establecimiento de prioridades, Formulación de objetivos y estrategias, Movilización de recursos, Proceso, Resultados obtenidos, Sostenibilidad Cultural, Institucional, Lecciones aprendidas, Transferibilidad, Perfil financiero, Legislación y políticas relacionadas.[16] Ese formateo de las prácticas también nos fue resaltado en la entrevista realizada a un representante de una asociación civil, "nodo" en Argentina de Habitat-ONU (organizador del Premio, que es financiado por el Municipio de Dubai).[17] Estas instancias consa-

16 "Premio Internacional de Dubai a las Mejores Prácticas para Mejorar las Condiciones de Vida. Guía de la Presentación y Formato del Informe". UN Habitat-Municipalidad de Dubai. Disponible: http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/05/Spanish-Guidelines-2014.pdf (Consultado el 20 de Septiembre de 2016)

17 Además, dicha asociación forma parte del Foro Iberoamericano y del Caribe sobre Mejores Prácticas, por lo que sus actividades consisten en difundir distintas "experiencias" reconocidas como BP.

gratorias, tendrían como contrapartida cierto "encorsetamiento" de las actuaciones mediante la obligación, por ejemplo, de ajustarse a un formulario de postulación común a todos los candidatos a la premiación. Al mismo tiempo, tal modelización sería la condición de posibilidad para "ordenar" las prácticas de organizaciones sociales y exponerlas en un "lenguaje compartido en distintos lugares del mundo" (Entrevista, 5/08/2015).

Una vía de implantación local de la FBP que replica estas prácticas de premiación/publicación vigentes a nivel global, es el "Premio Estímulo a las Buenas Prácticas vinculadas a la transferencia de conocimientos científicos tecnológicos" otorgado por la Secretaría de Ciencia y Tecnología del gobierno de la Provincia de Córdoba.[18] Este premio, ya en su segunda edición, está destinado a reconocer en términos de BP la labor de proyectos de investigación o la transmisión de sus resultados a instituciones o grupos con los que dichos equipos trabajaron. La particularidad del Premio radica en que quiénes deben presentar a los candidatos son las propias instituciones, empresas u ONG'S a las que los resultados o conocimientos obtenidos por tales equipos les hayan significado un "cambio" o una "transformación" en su actividad.

En el reporte reseñado en el apartado anterior, la creación del "Premio a las Buenas Prácticas Cecilia Grierson" es presentada como un medio para "promover y compartir experiencias positivas en el trato a las mujeres en los servicios de salud sexual y reproductiva" (2008: 27). Como ese ejemplo ilustra, las premiaciones instauran la fórmula al incentivar, difundir, visibilizar y estimular que determinadas acciones sean formateadas como BP. Tal modelización se efectúa también en el establecimiento de "criterios de premiación para la selección de las experiencias": "que sea impulsada por un equipo, o un grupo, si es posible interdisciplinario; que la experiencia sea sostenible en el tiempo; que se garantice un derecho humano; que

18 El Premio formó parte del "Programa de Transferencia de Conocimientos 2015", junto a la Convocatoria de Proyectos de Transferencia de Resultados de Investigaciones y Comunicación Pública de la Ciencia 2015 y el Auspicio y/o Apoyo a Eventos Científicos y/o Tecnológicos. Disponible en: http://www.cba.gov.ar/programa-transferencia-de-conocimientos-2015/ (Ultima consulta: 15 de Agosto de 2016)

efectivamente se haya implementado; que signifique una innovación y una práctica de calidad" (2008: 27).

Así como hemos subrayado la conexión entre premiación/publicación y la instauración de la fórmula, es preciso también enfatizar cómo se (re)producen BP en instancias de capacitación que, a partir del trabajo del trabajo de pesquisa, encontramos ligadas a los premios y concursos. En esta dirección, el Concurso de Buenas Prácticas de la "Iniciativa Maternidad Segura" (2011) premió una "experiencia" de capacitación: el "Curso de posgrado en derechos sexuales y reproductivos con perspectiva de género", cuyo objetivo era "capacitar y sensibilizar a los efectores de salud y estudiantes de medicina". Desde 2006, se llevaron adelante cinco ediciones en conjunto con las Universidades Nacionales de Córdoba, La Plata y Tucumán, como parte de una iniciativa más amplia de UNICEF, el Ministerio de Salud del gobierno de la Nación, hospitales estatales y fundaciones neonatológicas. Este proyecto mayor cristalizó en la producción de la guía "Maternidad. Segura y centrada en la familia" (2011)[19] utilizada como insumo en numerosas y continuas capacitaciones de "profesionales de la salud".

Otras modalidades de instauración de la fórmula, no apenas de difusión/divulgación de determinadas acciones como BP, son los eventos públicos en los cuales se las pone en escena como algo a ser imitado, replicado y/o transferible.[20] Traemos aquí una escenifica-

19 Disponible en: http://www.unicef.org/argentina/spanish/GUIA_MSCF.pdf (Ultima consulta: 8 de diciembre de 2016)

20 Realizamos el acompañamiento etnográfico de eventos organizados y promocionados apelando a la FBP, como jornadas y congresos. Así, por ejemplo, integrantes del equipo realizaron observaciones participantes en: -"Jornada de Buenas Prácticas de Gestión", del Ministerio de Gestión Pública de la Provincia de Córdoba (4 de agosto y 9 de septiembre de 2015), cuyo objetivo era "compartir" a la ciudadanía una serie de experiencias consideradas como "buena práctica" de empresas, instituciones y ONG's; a través de un panel abierto a todo público en el auditorio mayor del Centro Cívico de la ciudad; -"4° Congreso de Buenas Prácticas en Educación", organizado por el Ministerio de Educación de la Provincia de Córdoba y la Organización de Estados Iberoamericanos (10 de noviembre de 2015); aproximadamente mil docentes fueron convocados para "documentar", "sistematizar" y "socializar" buenas prácticas en la educación inicial, primaria, secundaria, técnica, especial, de jóvenes y adultos, superior, artística, en contextos de encierro y rural de todo el territorio provincial. Antes que la originalidad lo que se priorizaba era la posibilidad de replicarlas, es decir que sean potencialmente transferibles, adecuándolas a otras

ción de las BP para llamar la atención en torno de cómo la fórmula se (re)produce en la operativización de normativas. A principios de 2016, acompañamos el "Taller sobre buenas prácticas para el trabajo de campo con comunidades humanas", organizado por el área de Etnobotánica de la Facultad de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales (UNC). La principal actividad consistió en transformar en Buenas Prácticas los principios del "Código de Ética para la investigación, la investigación-acción y la colaboración etnocientífica en América Latina" de la Sociedad Latinoamericana de Etnobiología. A su vez, la propuesta de los organizadores era convertir los resultados del taller en insumos para la elaboración de un futuro "manual de buenas prácticas para el trabajo con comunidades".

Hasta aquí, problematizamos la FBP mostrando cómo es instaurada y (re) producida en descripciones/prescripciones que buscarían ordenar, direccionar, formatear acciones. La propuesta del taller exhibiría además a la fórmula como una suerte de paranormativa conformada de reglas, procedimientos, prácticas -eventualmente sistematizadas en manuales- que efectivizarían códigos, decálogos, legislaciones, convenciones. En esta dirección, en los mundos del arte local detectamos que la fórmula viene siendo instaurada principalmente en el campo de la "gestión cultural", tanto en actuaciones realizadas en espacios estatales como por colectivos, asociaciones, fundaciones auto y heteroreconocidas como "no gubernamentales". Dicha implantación se asocia con la pretensión de formalizar (en el sentido de contractualizar, profesionalizar) las relaciones entre "artista" y "galerista", entre "productor cultural" e institución. Por ejemplo, a través de la discusión por parte de un grupo de artistas locales del "Decálogo de Buenas Prácticas Artísticas", de la Unión de

situaciones.-"Jornadas de Salud Mental y Derechos Humanos: 5 años implementando la Ley Nacional N° 26.657", organizadas conjuntamente por el Observatorio de DDHH de la Secretaría de Extensión (UNC) y la Secretaría de Derechos Humanos y el Ministerio de Salud de la Nación (Octubre de 2015), en las cuales se incluyó la temática "Formación y buenas prácticas en salud mental y derechos humanos". Aquí apareción como significativa la relación entre las BP y la implementación del "nuevo paradigma" o "modelo comunitario de salud mental", que desde el "enfoque de derechos humanos" postula una reforma en los modos de entendimiento y tratamiento de los pacientes.

Asociaciones de Artistas Visuales (Madrid, 2006), en una muestra de artes visuales.[21]

Observaciones finales

La presentación de las Buenas Prácticas en términos de "soluciones" coadyuva en la delimitación y señalamiento de problemas sociales (Lenoir, 1999). Esto implica, además, la potencial reconversión de las BP en políticas gubernamentales, reformas legales, planes y programas de gobierno; esta búsqueda de "incidencia" la hemos observado recurrentemente en los diversos materiales, instancias y eventos estudiados. Ligado a ello, encontramos con frecuencia la pretensión de legitimar BP por la vía de la remisión a normativa legal (internacional, nacional y local), con particular énfasis en el horizonte y el lenguaje de los "Derechos Humanos" (condensado en el supuestamente unívoco y universalizable "enfoque de derechos").

Otro elemento de relevancia para captar las modalidades de implantación de la FBP en la Córdoba contemporánea es el papel de los organismos internacionales, que no lo entendemos reducido al financiamiento, ya que intervienen en la consagración de actividades como BP, su difusión, sistematización y documentación en materiales de referencia. Así también, podríamos sugerir que a fines del siglo pasado fueron los "contactos" con la cooperación internacional y sus organismos, las vías de conocimiento de esta fórmula por parte de "referentes" locales de las BP.

Más allá de la pretensión de "incidencia" en "políticas públicas", la apoyatura en legislación, la remisión al "enfoque de derechos", la participación de organismos internacionales y la construcción de "casos ejemplares" posibilita que las BP puedan ser (re)presentadas como una fórmula contrapuesta a la "política".[22] Es decir, como procedimientos "técnicos", instrumentos de "gestión" neutrales,

21 "Las Buenas Prácticas". Grupo Diez. Muestra realizada en el márco de una cátedra de la Facultad de Artes de la UNC, en el Centro de Investigación y Producción en Artes, del 28 al 31 de octubre de 2013. El Decálogo se encuentra disponible en: https://uava.org (Ultima consulta 19 de julio de 2016)

22 Esta reflexión se inspira en la apelación proveniente de una Antropología de la Política (NUAP, 1997) que procura revelar significados sociales y culturales de las acciones y representaciones de nuestra política.

apartidarios, legítimos. Respecto de la FBP, podríamos señalar lo que Chris Shore ha afirmado acerca de las "políticas públicas": "Funcionan mejor cuando son percibidas como técnicas racionales y como soluciones naturales para los problemas (...) donde el desacuerdo es visto como inapropiado" (2010: 34). Las BP se tornan una fórmula de gobierno efectiva/eficaz cuando su dimensión política se invisibiliza; cuando (a)parece tan "natural" que pasa desapercibida; y cuando se proyecta en los inexpugnables lenguajes de la gestión, la técnica, la ciencia, las virtudes morales y/o los derechos humanos. En esta configuración, no sólo los buenos practicantes -es decir aquellos encargados de llevar adelante las acciones que se predican como BP, los que las difunden, las enseñan, las consagran- sino todxs estaríamos compelidos a adoptarlas.

Consideramos que actualmente en Córdoba, la FBP constituye un recurso y una técnica de gobierno, que opera sobre las acciones de organizaciones sociales, asociaciones civiles, instancias de gestión cultural-artística y administraciones estatales, coadyuvando a una escisión performativa entre "política" y "gestión". La adjetivación de "buenas" (catapultada en la versión castellana de la fórmula) y su presunto carácter "técnico" y políticamente neutral cierran potenciales reflexiones críticas, oposiciones y resistencias frente a actuaciones (no sólo estatales) de gobierno. ¿Cómo no estar de acuerdo en replicar BP y convertirse en buenos practicantes?

La contribución que intentamos con este panorama es desnaturalizar fórmulas como la de Buenas Prácticas empleadas para (re)producir, ejecutar y evaluar acciones gubernamentales. Esta tentativa forma parte de un horizonte mayor de reflexión autocrítica respecto de otra fórmula de uso corriente en las investigaciones socio-antropológicas, a saber: que, con nuestras indagaciones, producimos conocimientos que debieran servir como insumos para políticas "públicas". A diferencia de esto, creemos que este trabajo puede aportar conocimiento para una crítica de modos estandarizados de apropiarnos de fórmulas (entre otras, la de Buenas Prácticas) sin someterlas a examen. Nuestras investigaciones tanto como las BP pueden convertirse en prescripciones normativas en lugar de descripciones de los mundos sociales donde trabajamos. En este artí-

culo procuramos poner en cuestión nociones que obturan posiciones disidentes, negando disputas y diferencias políticas de toda índole.

Referências

AUSTIN, John. 1955. *¿Cómo hacer cosas con palabras?* Santiago de Chile: Universidad Arcis, Escuela de Filosofia. Disponível em: http://revistaliterariakatharsis.org/Como_hacer_cosas_con_palabras.pdf. Acesso em: 10 maio 2018.

FOUCAULT, Michel. 2007. [1976]. "El método" y "La apuesta". In: _____, *Historia de la sexualidad. La voluntad de saber*. Madrid: Siglo XXI. pp: 99-111 y 112-125.

FOUCAULT, Michel. 1996. [1975]. *Genealogía del racismo*. La Plata: Altamira

FOUCAULT, Michel. 1999. [1978]. "La gubernamentalidad". In: _____. *Estética, ética y hermanéutica*. Buenos Aires: Paidós. pp. 175-198.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. 2014. "Anthropological perspectives on documents: ethnographic dialogues on the trail of police papers". *Vibrant*, 11(2): 75-111.

LUGONES, M. Gabriela; TAMAGNINI, M. Lucía. 2014. *Implantaciones de la fórmula Buenas Prácticas en la Córdoba del Siglo XXI. Proyecto Tipo A, Convocatoria Subsidios a Proyectos de Investigación 2012-2013*. Córdoba: Secretaría de Ciencia y Técnica, UNC.

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA (NUAP). 1998. *Uma antropologia da política: rituais, representações e violência*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: NAU. (Cadernos do NuAP, 1).

ROSE, Niklas; O'MALLEY, Pat; VALVERDE, Mariana. 2012. "Gubernamentalidad". *Astrolabio Nueva Época*, 8: 113-152.

SHORE, Chris. 2010. "La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la 'formulación' de las políticas". *Antípoda*, 10: 21-49.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; MACEDO E CASTRO, João Paulo. 2008. "Política(s) pública(s)". In: O. A. Pinho; L. Sansone (orgs.), *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EdUFBA. pp: 351-392

STOLER, Ann Laura. 2010. "Archivos coloniales y el arte de gobernar". *Revista Colombiana de Antropología*, 46 (2): 465-496.

VIANNA, Adriana. 2014. "Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais". In: S. R. R. Castilho; A. C. de Souza Lima; C. C. Teixeira (orgs), *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa. pp. 43-70.

WRIGHT, Susan. 2004. [1998]. "La politización del concepto de 'cultura'". In: M. Boivin; A. Rosato; V. Arribas (orgs.). *Constructores de otredad*. Buenos Aires: Antropofagia. pp: 128-141.

Perícia criminal e modos de produção de verdade: uma etnografia do Instituto de Criminalística do Paraná

Joelcyo Véras Costa

Introdução

Nas próximas páginas, apresento os resultados de minha etnografia da perícia criminal desenvolvida pelo Instituto de Criminalística do Paraná (IC-PR),[1] situado em Curitiba. O objetivo central deste artigo[2] é delinear quais são os elementos que constituem o fazer pericial e que permitem aos peritos produzir os laudos periciais. Uma vez produzidos, via de regra, esses laudos passam a formar a materialidade do crime, definida pela antropóloga Aline Iubel como um "[...] termo "nativo" utilizado pelos policiais [e peritos], que está também na lei, para descrever o conjunto de provas por eles construídas ou encontradas que autorizam falar na real ocorrência de um crime ou não" (IUBEL, 2009, p. 87). Meu argumento é que, ao serem incorporados aos autos dos processos criminais, os laudos podem desempenhar um importante papel, inclusive o de pautar as sentenças das autoridades jurídicas. Nesse sentido, a importância de se discutir a perícia criminal reside no fato de que essa atividade técnico-científica participa do modo de produção da verdade jurídica e de que seu estudo pode nos oferecer novas perspectivas sobre os procedimentos implicados na produção dessa verdade.

Cabe destacar que a perícia criminal desempenha papel central em alguns casos de grande repercussão, tal como o estupro seguido de morte por asfixia de Bianca Consoli por seu cunhado, Sandro Dota, em 2011 (MORA, 2013). Conforme os resultados dos exames

1 A etnografia foi realizada no fim de 2012 e início de 2013, durante minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná. A etnografia foi transformada em monografia e defendida no final de 2014.

2 Agradeço a Ciméa B. Bevilaqua, Luiz Eduardo Abreu e aos pareceristas pela fundamental contribuição, que possibilitou este artigo.

periciais, a vítima tinha, embaixo das unhas, pedaços de pele, os quais foram confrontados com o material genético (sangue) presente na calça do réu, fornecida à perícia por sua esposa e irmã da vítima, uma vez que o suspeito havia se recusado a fornecer voluntariamente o material genético para exame. Na calça foi encontrado o material genético do réu, sendo posteriormente concluído pelos peritos que ambos os materiais analisados tinham perfis genéticos compatíveis e indicavam a autoria de Dota. Além disso, os peritos afirmaram que, ao tentar se defender, a vítima o havia arranhado – daí a presença da pele em suas unhas. Posteriormente, o réu confessou o crime e foi condenado, em 2013, a 31 anos de prisão.

Por outro lado, a ausência de exames periciais quando uma ação imputada crime deixa vestígios pode também incidir diretamente nos resultados de um embate judicial. Um exemplo disso foi o julgamento de 15 policiais militares acusados de matar oito detentos no episódio conhecido como "o massacre do Carandiru", ocorrido em 1992 (CUBAS e TUROLLO JR., 2014). No episódio, a intervenção policial numa rebelião ocorrida na Casa de Detenção de São Paulo – conhecida como Carandiru – resultou na morte de 111 detentos. O perito criminal Osvaldo Negrini Neto afirmou, na sessão de julgamento dos policiais, que os exames de confronto balístico nunca foram realizados. Trata-se de um exame que visa determinar, segundo os peritos, se o projétil encontrado junto ao local do crime ou no corpo da vítima percorreu o cano da arma em posse do(s) suspeito(s) de praticar(em) o delito de modo a possibilitar a determinação da autoria. A não realização do confronto se deve ao fato de que os 400 projéteis encontrados junto ao local do massacre demorariam cerca de 72 anos para serem confrontados com as 500 armas dos policiais militares que participaram da ação. Tal aspecto se tornou um dos principais argumentos do advogado de defesa a favor dos policiais (réus), sendo alegada a ausência de provas que determinassem a autoria dos homicídios.

Com base na discussão apresentada, o presente artigo se divide em duas partes, além da conclusão. Na primeira parte, busco expor as diferentes perspectivas sobre o papel desempenhado pela perícia na produção da verdade jurídica com base na literatura antropológica. Entre as principais constatações dessa análise, destaca-se

a ausência de abordagens que desvelem a perícia criminal, sendo essa atividade deixada em segundo plano em estudos clássicos da antropologia do direito no Brasil. Contudo, recentemente, há uma mudança de postura da antropologia quanto à perícia, pelas razões que demonstrarei adiante.

Na segunda parte, apresento minha etnografia desenvolvida no laboratório de Balística Forense, concentrando-me no exame de confronto balístico, considerado pelos peritos como o principal exame realizado no laboratório. Meu objetivo com a exposição é refletir sobre os elementos e conhecimentos que constituem a atividade de perícia criminal e participam da produção dos laudos periciais, os quais podem ganhar *status* de prova em um processo criminal. Além disso, meu argumento é que a produção dessas provas combina tanto condições "subjetivas" quanto "objetivas", sendo um dos principais desafios da perícia encontrar soluções para determinadas contingências surgidas no cotidiano, mas que estejam, ao mesmo tempo, conforme os protocolos do órgão. Nesse sentido, busco contribuir para os estudos da antropologia do direito ao abordar um dos procedimentos que integram a produção da verdade jurídica, mas que foi pouco explorado até o momento.

Perspectivas sobre o papel da perícia criminal na produção da verdade jurídica

A atividade de perícia está prevista nos artigos 158 a 184 do Código de Processo Penal (CPP), no capítulo intitulado "Do exame do corpo de delito, e das perícias em geral". O significado do termo "corpo de delito" pode causar algumas confusões, como sempre ressaltavam os peritos no IC-PR. Meus interlocutores ressaltavam, com relativa frequência, que o "corpo de delito" não é necessariamente o "corpo do morto" (vítima), como uma pessoa leiga poderia supor, mas o conjunto de vestígios deixados por uma ação imputada crime e que possa conduzir à identidade do suspeito. Com a realização dos exames periciais, parte desses vestígios pode ser descartada caso não haja conexão com o delito. Um exemplo hipotético seria o exame de gotas de sangue encontradas no local do crime que indicassem se tratar de sangue animal em vez de humano, fato que possivelmente não colaboraria com a identificação do suspeito e, por isso, seria

descartado. No entanto, parte do conjunto de vestígios pode ter seu *status* elevado à condição de prova ao longo de um embate judicial por conectar a identidade do suspeito à ação criminosa, além de possibilitar a apreensão da dinâmica do crime.

O artigo 158 do CPP dispõe acerca da atividade de perícia: "Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado" (BRASIL, 1941). Ao fim dos exames, conforme prevê o CPP, os peritos elaboram laudo pericial contendo informações sobre os resultados dos exames realizados e que respondam aos quesitos previamente formulados pela autoridade jurídica ou policial. Caso um laudo seja contestado ao longo de um processo, é possível que a autoridade jurídica aceite a confecção de quesitos complementares a serem respondidos pelo perito responsável pelo laudo contestado.[3]

Em relação aos quesitos,[4] lembro de um episódio bastante ilustrativo. Certa vez, um perito me mostrou uma coleção de laudos que havia confeccionado ainda no tempo em que era perito de locais de crimes e não de laboratório. Alguns desses laudos haviam sido contestados e foi necessário responder aos quesitos complementares, elaborados pelas defesas dos réus. Em seguida, me mostrou um laudo referente a um acidente de trabalho que havia culminado na morte de um funcionário devido à queda em uma máquina e consequente esmagamento de partes do seu corpo. O advogado de defesa elaborou uma série de quesitos complementares, 25 ao todo, a maioria solicitando explicações sobre o modo de operação da máquina e questionando se não houve imprudência do funcionário. Segundo meu interlocutor, uma vez que a maior parte dos quesitos exigia informações extremamente específicas sobre engenharia, ele foi obrigado a recorrer à ajuda de colegas que cursaram com ele Enge-

3 A contestação dos laudos é de grande interesse para a compreensão da produção da verdade jurídica. Contudo, o curto período em que desenvolvi a pesquisa, somado às dificuldades em retomar a etnografia no IC-PR, não me permitiu aprofundar esse tema.

4 Os quesitos são particulares de cada especialidade da perícia criminal e podem diferir conforme a modalidade de exame solicitado à perícia, embora sejam padronizados pela instituição (praxe). Geralmente, os quesitos versam sobre as características do material examinado, as condições em que se achava quando encaminhado ao exame laboratorial ou como se encontrava no local analisado etc.

nharia Mecânica na UFPR. Além disso, ao ter visitado novamente as instalações da indústria, o perito constatou uma série de alterações, como a introdução de dispositivos de segurança na mesma máquina anteriormente periciada. Segundo ele, tratava-se de uma tentativa evidente de invalidar o laudo e inocentar o réu. Talvez o aspecto mais significativo desse caso seja como a contestação do laudo pode se tornar central durante um processo – daí os esforços para impugná-los. Tal aspecto reforça minha proposição anterior, ou seja, a importância dos laudos na produção da verdade jurídica.

Conforme busquei apontar, uma etnografia sobre a perícia criminal pode ajudar a apreender novas facetas da produção da verdade jurídica, considerando a incorporação, pelo universo do direito, de provas produzidas com base em saberes técnico-científicos (RICHTER, 2015). Contudo, ao analisar a literatura antropológica sobre a perícia criminal, seu modo de fazer e o papel desempenhado na produção da verdade, é possível constatar que há uma grande lacuna sobre o tema, principalmente quando consideramos os estudos clássicos na área de antropologia do direito. A meu ver, um dos motivos da invisibilidade da perícia criminal, quando consideramos alguns estudos antropológicos, é o próprio lugar que a perícia ocupava no passado e que tem se transformado gradualmente nas últimas duas décadas. Essa transformação do estatuto da perícia tem como característica o aprimoramento de técnicas já consolidadas e a incorporação de novos saberes técnico-científicos como a genética molecular. Soma-se a isso o movimento presente em diversos estados da União de desvinculação dos órgãos de perícia do corpo da Polícia Civil e a criação de "novas polícias".[5] Essa é a situação do Instituto de Criminalística do Paraná, que, em decorrência da aprovação da Emenda Constitucional estadual nº 10, de 24 de outubro de 2001, passou, junto com o Instituto Médico Legal (IML), a formar um novo órgão de segurança, denominado de Polícia Científica. Desde então, essa polícia, composta por peritos e médicos-legistas, é comandada

5 Os estados da União que contam com órgãos de perícia desvinculados da Polícia Civil são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Pará, Amazonas, Amapá, Tocantins, Ceará, Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

por um perito de carreira, não mais por um delegado, como era até então.

O antropólogo Vitor Richter (2013), ao discutir a razão da desvinculação dos órgãos de perícia do corpo da Polícia Civil e o papel de destaque que a perícia exerce nos últimos anos, nos oferece um dado importante e que se aproxima daqueles que obtive durante minha pesquisa etnográfica. Os peritos engajados nesse trabalho têm buscado, em vez de "atividade meio" incumbida de instruir o inquérito policial presidido pelos delegados, "alavancar a perícia ao estatuto de 'atividade fim', isto é, atividade que garanta a 'verdade' em um processo de garantias constitucionais, e portanto, a 'justiça'" (RICHTER, 2013, p. 23). Segundo o autor, a atividade de perícia é compreendida pelos profissionais como diferente da atividade policial, tendo as duas, estilos incompatíveis. A primeira privilegiaria "[...] a neutralidade e objetividade no desvelamento da 'verdade' a partir dos vestígios materiais", ao passo que a segunda seria "[...] dominada pelo 'subjetivismo' do desejo de incriminação" (RICHTER, 2013, p. 23). Esses diferentes estilos de fazer, considerando a perícia e a polícia, nos oferecem uma pista no sentido de compreendermos a razão pela qual, após a criação da Polícia Científica do Paraná, produziram-se novos símbolos, como brasão e lema, que a diferenciassem da Polícia Civil. Um dos primeiros aspectos que me chamou atenção ao iniciar a etnografia no IC-PR foi a existência, no centro do brasão da Polícia Científica, de uma lupa, de um corpo humano, de um modelo atômico e de um microscópio, elementos que remeteriam à atividade técnico-científica. No brasão, constava ainda, em latim, o lema *Veritas, Scientia et Justitia* (Verdade, Ciência e Justiça); e, em alguns *banners* espalhados pelo órgão, a frase "A ciência a serviço da justiça".

O papel de destaque da perícia referido por Richter, especialmente baseado nos esforços recentes dos peritos em transformarem o estatuto dessa atividade, contrasta significativamente com o *status* referido em alguns estudos clássicos.[6] Dentre esses estudos, se

6 A temporalidade entre esses estudos é significativa, sendo um dos motivos centrais para a diferença de abordagem. Contudo, há estudos recentes que se aproximam, em grande parte, das proposições de Corrêa. Ver Roberto Kant de Lima (2010).

destaca o de Mariza Corrêa sobre os processos criminais referentes aos crimes passionais por ela estudados na década de 1980. Segundo Corrêa, "os argumentos técnicos, apesar de mencionados muitas vezes, servem mais para apoiar outros pontos, e não são nunca, nesses casos, o centro da discussão" (CORRÊA, 1983, p. 61). Os argumentos técnicos a que se refere Corrêa são os laudos periciais, e a autora indica o papel marginal desempenhado pela perícia criminal ao longo do embate jurídico entre as partes – isto é, entre acusação e defesa. Contudo, o trecho que citamos traz consigo uma nota de rodapé na qual a autora faz uma ressalva quanto ao papel da perícia em alguns processos criminais.

> Um exame da quantidade de álcool existente no corpo de uma pessoa, por exemplo, pode servir ou não para determinar se ela estava embriagada; um exame necroscópico só pode sugerir que uma bala nas costas foi a primeira a ser disparada; as manchas têm muitas vezes nos processos "a aparência de sangue humano" e assim por diante. ***Mas há exceções***: no caso do promotor que matou a esposa, um famoso perito em grafologia foi chamado a testemunhar sobre o fragmento de uma carta da morta, que teria sido enviada ao amante se o marido não a tivesse apanhado. Além dele, dois linguistas foram também consultados sobre as palavras que faltavam na carta, apoiando a tese da defesa (CORRÊA, p. 61, grifo meu).

Depreende-se que a centralidade da perícia nos processos criminais seria exceção e não a regra. Para Corrêa, o papel marginal desempenhado pela perícia na maior parte dos processos se deve ao fato de que a ação penal e o julgamento não buscam o "esclarecimento" das "verdadeiras circunstâncias" dos crimes. Na verdade, ao longo de um embate judicial, há um encadeamento de narrativas e "estratégias" que vão sendo legitimadas com o avanço do processo em direção ao julgamento. Segundo Corrêa (1983, p. 38),

> [...] no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do "real" que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste

> sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência.

Por sua vez, a verdade jurídica seria o resultado das estratégias que cada ator assume conforme sua posição no sistema jurídico, visando atingir objetivos previamente estabelecidos de acordo com essas posições. Desse modo, a verdade jurídica se caracteriza por um processamento do real, que é utilizado conforme as disposições das partes, de modo que os fatos deixam de ser o centro do embate judicial.

Essas proposições de Corrêa se aproximam, em grande medida, da interpretação proposta por Roberto Kant de Lima acerca do direito penal brasileiro. Segundo o antropólogo, o nosso direito penal se assenta em bases eminentemente dogmáticas, expressas especialmente na lógica do contraditório. Essa lógica, presente nos processos criminais, institui em polos contrários acusação e defesa, promovendo "[...] um dissenso infinito, o qual só se interrompe através de uma autoridade externa às partes, que lhe dá fim e declara uma tese vencedora e a outra, vencida" (KANT DE LIMA, 2010, p. 29).

A reflexão de Kant de Lima destaca ainda dois aspectos que são de extrema importância para a compreensão do contexto em que a perícia criminal se insere. O primeiro é que, no direito penal brasileiro, não há espaços para consensos entre as partes, visto que se disputa uma "[...] *verdade real*, absoluta, que se quer impor à outra parte, que tem por opção ou concordar com ela, confessando, ou discordar dela" (KANT DE LIMA, 2010, p. 41, grifo do autor). Ao decretar uma tese como vencedora e verdadeira, automaticamente, a autoridade jurídica decreta a outra tese como vencida e falsa. O segundo aspecto do modelo jurídico brasileiro é a assimetria que marca o embate entre as partes do processo, privilegiando a acusação em detrimento da defesa. A razão da assimetria está no modo como são produzidas as provas ao longo do inquérito policial. Nessa fase, as autoridades policiais coletam ou produzem os indícios que devem estabelecer o nexo entre o evento criminoso e a autoria do suspeito. Estabelecido o nexo, deve ser oferecida a denúncia, feita pelo promotor de justiça ao juiz de direito. O recebimento da denúncia pelo juiz marca

o início do processo criminal e a instauração das partes do processo – acusação e defesa. Contudo, Kant de Lima destaca que as partes, já no início do processo, se encontram em flagrante assimetria, pois o conjunto de provas e indícios produzidos ao longo do inquérito policial é apropriado, via de regra, pela acusação, cabendo à defesa um papel meramente passivo e submetido ao montante de elementos – com fé pública, posto que produzido pelo Estado – angariado contra ela.

A lógica do contraditório tem como consequência que cabe ao réu e à defesa mentir para se defender, segundo Kant de Lima (2010, p. 37): "[...] os advogados preferem o eufemismo de apresentar outra versão para os fatos". Ressalta o autor que, num processo "[...] em que impera a lógica do contraditório não há fatos, só há versões e indícios", com a diferença que "uma versão cartorial produzida pelo inquérito policial tem fé pública, e a outra, a do réu que se defende, não tem" (KANT DE LIMA, 2010, p. 38).

Caberia realizar um questionamento das proposições de Corrêa e Kant de Lima: que se compreende por fatos e versões? O que parece se sugerir em ambas as teorias é que fatos e versões são categorias divergentes, sendo a primeira mais próxima do real e a segunda, uma forma mais ou menos crível desse real. Nesse caso, vale destacar que estudos sobre a produção da verdade pela ciência, como apresenta Latour (2000, 2001), têm enfatizado que há, por meio dessa atividade, uma construção coletiva dos fatos, ao mesmo tempo constructos e reais, de modo que a própria existência do real de forma a-histórica, independente dos instrumentos de produção e apreensão desse real, é uma perspectiva equívoca (LATOUR, 2001). Por essa via, compreendo que a atividade técnico-científica representada pela perícia criminal constitui uma forma de produção de fatos na medida em que translada o "mundo de fora" para o "mundo dos papéis", o qual é processado por saberes técnico-científicos associados a práticas do direito.

Em abordagens recentes, o papel da perícia assume contornos diferentes das abordagens clássicas. Segundo Vitor Richter (2013), atualmente, a "[...] crescente incorporação da ciência para resolver disputas legais em torno de questões ambientais, de saúde, de propriedade intelectual e criminais tem despertado grande interesse de

analistas das áreas do direito, ciências sociais, história e estudos da ciência e tecnologia". Nessa esteira, pode-se destacar uma série de estudos antropológicos e sociológicos que visam apreender os modos de construção de provas criminais e da verdade jurídica por meio da articulação entre práticas técnico-científicas e judiciais. Dentre esses estudos, destaca-se a etnografia de Lucas Besen (2014) do Setor Técnico-Científico da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Sul[7]. A etnografia aborda a perícia criminal voltada para a análise de compostos químicos ligados a práticas criminosas. Fonseca e Machado (2015) indicam a necessidade de refletir sobre temas que até o presente não eram objeto de fascínio dos antropólogos, entre os quais as tecnologias de identificação já utilizadas largamente – como impressão digital, documentos de identificação, passaportes etc. – e as novas tecnologias incorporadas no cotidiano pericial – como o DNA e a criação de um banco de perfis genéticos para pessoas que foram condenadas por crimes hediondos, prevista pela Lei 12.654/2012.[8]

Os estudos referidos, inspirados, em grande parte, nas etnografias sobre técnica e ciência, destacam que a coprodução da verdade pela ciência e pelo direito tem se tornado cada vez mais presente na justiça brasileira, de modo que a investigação sobre os modos de produção da verdade deve incluir a análise da prova técnica, dada a relevância que ela ganha. Exemplo disso é o estudo da antropóloga Claudia Fonseca (2011) em diferentes instâncias do sistema judiciário em Porto Alegre, RS. Segundo Fonseca, a introdução da tecnologia de DNA alterou o modo como as autoridades judiciais decidem as disputas legais em torno do reconhecimento da paternidade. Antes da introdução do DNA, a decisão do juiz se pautava pelos resulta-

7 As tecnologias forenses – incluindo a perícia criminal como um todo – foram pouco estudadas no Brasil. Sobre as condições de desenvolvimento de tecnologias forenses e técnicas de identificação – entre elas a impressão digital, a antropometria etc. – e suas relações com as práticas do Estado, ver os trabalhos de Jane Caplan e John Torpey (2001) e Simon Cole (2001). Entretanto, conforme ressalta Besen (2014, p. 18), os estudos norte-americanos "[...] ainda se inserem em análises históricas e não estão preocupados em primeiro plano com a construção da evidência, mas sim com as relações colocadas entre cientistas e policiais no estabelecimento de novos marcos identitários".

8 Para mais detalhes sobre o embate em torno das questões éticas envolvendo a criação de um banco de perfis genéticos no Brasil, ver Richter (2015).

dos provenientes dos debates em torno da moralidade/imoralidade da mãe da criança. Com a introdução do exame, no âmbito jurídico, a questão moralidade/imoralidade da mulher (e mãe) foi deslocada pela prova técnica, sendo essa prova, atualmente, parte decisiva na resolução da disputa legal em torno da paternidade. Para Fonseca, a incorporação de saberes externos ao direito – a genética molecular, por exemplo –, além de transformar o modo de resolução do embate judicial, legitima as autoridades judiciais e suas respectivas decisões. Não menos importante, possibilita a autonomia das mulheres e das suas ações. Contudo, conforme apresenta Fonseca, a técnica do DNA não está isenta de valores, sendo que a própria contestação da paternidade da criança é uma questão "moral" em que a mãe da criança está envolvida.

Outro aspecto que fez despertar o interesse de antropólogos pelo tema, de acordo com Richter (2015), foi a concessão, por parte da Agência Federal de Investigações (FBI) dos Estados Unidos, de uso ilimitado do programa Combined DNA Index System (Codis) ao Departamento de Polícia Federal (DPF) – mesmo programa que aparece em episódios da série televisiva *CSI: Crime Scene Investigation*. A concessão fez com que a atenção de parte dos órgãos do Estado, do público e de pesquisadores se voltasse não só para a perícia federal, coordenadora do banco, mas também para os órgãos de perícia estaduais, que estão encarregados de colaborar com a criação de um banco de perfis genéticos nacional. Richter (2015) destaca que o uso tecnologias forenses – como o DNA – é visto por peritos e alguns cientistas como uma importante via para a preservação dos direitos humanos. Além disso, a autonomia da perícia ante a polícia, discurso reiterado pelos peritos federais, conforme nos traz Richter, teria como resultado maior isenção das provas criminais produzidas pela perícia. No entanto, proponho que, antes de assumirmos tais perspectivas, cabe explorar os meandros das práticas periciais, como ocorre a produção dos laudos periciais e como esses documentos podem ser apropriados pelos atores envolvidos num embate judicial.

Com base na discussão apresentada anteriormente, passo, nas próximas páginas, à minha etnografia do laboratório de Balística Forense do IC-PR. A etnografia busca compreender como se dá o processo de produção dos laudos periciais, documentos que têm

desempenhado – segundo pesquisas recentes, conforme destacamos – um papel de grande relevância na produção da verdade jurídica.

O laboratório de Balística Forense

Os laudos produzidos pelos peritos criminais ao final dos exames dos vestígios constituem grande parte do conjunto de provas referente a uma ação imputada crime, ou seja, da materialidade da existência do crime. Esse conjunto de documentos, além de apontar a "real" ocorrência do crime, em termos jurídicos, também deverá demonstrar as circunstâncias em que ocorreu a ação delituosa, os meios empregados nela e sua autoria. Contudo, como são produzidos os laudos periciais? Que elementos constituem o fazer pericial?

A produção de inscrições e o deslocamento dos vestígios

No início da minha pesquisa no laboratório de Balística do IC-PR, a produção de "inscrições"[9] (LATOUR, 2001; LATOUR e WOOLGAR, 1997), sob a forma de protocolos, parecia constituir o núcleo das atividades do Instituto; mais tarde, porém, percebi que tal produção não é limitada ao interior da instituição. Com o desenvolvimento da etnografia, percebi que, via de regra, quando encontrados num local os vestígios que podem esclarecer a dinâmica e autoria de uma ação imputada crime, os peritos da "localística"[10] coletam tais materiais, colocando-os em pacotes plásticos que recebem uma etiqueta com numeração, nome e rubrica do especialista. Esses vestígios, agora protocolados, ficam sob custódia do delegado responsável pela investigação do caso. Mais tarde, tal objeto, acompanhado de um

9 Latour (2001, p. 350) define o conceito de inscrição nos seguintes termos: "Termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num documento, num pedaço de papel, num traço".

10 No IC-PR, cada especialidade de perícia é chamada de "seção", que opera como um termo nativo. Há a seção de Balística Forense, de Documentoscopia, de Química Forense e outras mais. Essas seções são classificadas como laboratórios, pois são especialidades exercidas no interior do órgão. Por outro lado, há a localística, que é composta por seções responsáveis por realizar exames em locais de crime, como a seção de local de morte, de crime contra o patrimônio e de acidentes de trânsito. Sobre a relação entre as perícias de laboratório e as da localística, ver Costa (2013).

ofício, pode ser enviado pela autoridade policial para análise complementar nos laboratórios do IC-PR. A perícia criminal associada à investigação policial, na medida em que desloca os vestígios dos locais de crime para dentro dos laboratórios, se assemelha às "centrais de cálculo" referidas por Latour (2000). A semelhança reside no fato de que, assim como aquelas, os laboratórios de perícia atuam distante dos locais de crime, mas, ao mesmo tempo, buscam torná-lo conhecido e manipulável. Contudo:

> Como fazer isso se estão distantes? Inventando meios que (a) os tornem móveis para que possam ser trazidos, (b) os mantenham estáveis para que possam ser trazidos e levados sem distorções, decomposição ou deterioração, e (c) sejam combináveis de tal modo que, seja qual for a matéria de que são feitos, possam ser acumulados, agregados ou embaralhados como um maço de cartas (LATOUR, 2000, p. 362).

O que torna os vestígios móveis, estáveis e combináveis são justamente as inscrições, que possibilitam que peritos da localística e autoridades policiais enviem os objetos dos locais de crime para dentro dos laboratórios. Sem as inscrições, não seria possível codificar, mover ou mesmo combinar os vestígios, que acabariam se perdendo em alguma prateleira de uma delegacia ou de um laboratório, bem como perdendo sua conexão com o local de procedência. Manter a conexão com o local de "origem", as circunstâncias em que ocorreu a ação criminosa, é um aspecto sensível do trabalho de perícia e que pode pôr em risco a própria validade das provas. Tal conexão é chamada pelos peritos de cadeia de custódia.[11] Considerando tais elementos, as práticas burocráticas e científicas não seriam opostas, conforme sugere certa percepção que vê na burocracia um mero entrave na vida cotidiana,[12] mas estariam intimamente relaciona-

11 "Um dos elementos fundamentais para se compreender os processos de trabalho da atividade pericial é a existência e o funcionamento da cadeia de custódia dos vestígios. Ela é essencial para a validação da prova técnica uma vez que possibilita a rastreabilidade do vestígio, ou seja, assegura o vínculo entre o material periciado e o fato investigado. A cadeia de custódia também possibilita documentar a cronologia da evidência e quem foram os responsáveis por seu manuseio" (BRASIL, 2013).

12 Sobre as percepções em torno da burocracia, ver Danilo Pinto (2007).

das ou seriam mesmo indissociáveis. Como aponta Latour (2000), a prática científica translada "o mundo de fora" dos laboratórios para dentro deles, o qual será transformado em um "mundo dos papéis". Para o autor, "[...] essa mobilização de tudo o que pode ser inscrito e levado de lá para cá é o elemento principal da tecnociência, e devemos tê-lo em mente se quisermos entender o que acontece dentro desses centros" (LATOUR, 2000, p. 378). Essa característica de transladar o "mundo de fora" para o "mundo de dentro" está presente também no direito, conforme se vê no ditado "o que não está nos autos não está no mundo."

A produção de inscrições, conforme nos apresenta Latour (2000) para a atividade da tecnociência, ajuda a compreender em grande parte a atividade de perícia criminal. Entretanto, a produção de inscrições não é uma finalidade em si, mas visa à produção dos laudos periciais – o "produto final" da atividade de perícia. Assim, o presente artigo busca compreender as condições de produção dos laudos periciais. Esses documentos são dotados de fé pública e podem assumir o *status* de verdade técnico-científica, fundamentando sentenças da autoridade jurídica. Ao buscarmos compreender a produção dos laudos, em especial na seção de Balística, a etnografia visa permitir a identificação de alguns atributos e qualidades que compõem o modo de conhecimento dos peritos para além do seu treinamento profissional formal.

A seção de Balística Forense

Em meu primeiro dia na seção, a chefe do laboratório pede atenção dos peritos e diz meu nome, que sou do curso de Ciências Sociais e que vou passar um período observando o trabalho deles. Dirijo-me à estagiária, que está próxima, com a intenção de cumprimentá-la; ela, por sua vez, diz que está com a mão suja de pólvora e que não pode me cumprimentar. Aproximo-me de um perito que está digitando um laudo no computador também com o objetivo de cumprimentá-lo. Depois de olhar rápida, mas penetrantemente para sua mão e para a minha – esboçando desconforto –, ele estende a mão e me cumprimenta. No dia seguinte, ao acompanhar um exame de confronto balístico, num momento de distração, coloco minha caneta de anotação na boca e mordo. O perito que realiza o exame

pausa rapidamente seu serviço e diz: "Se você colocar a caneta na boca, peço que não a deixe sobre a mesa, pois grande parte dos objetos que analisamos contém sangue dos locais de crime e os peritos os deixam sobre as mesas". Tal episódio me faz compreender o motivo de o aperto de mão ser indesejável e inabitual naquela seção.[13]

Ao percorrer o laboratório de Balística, me deparei com prateleiras espalhadas por todos os cantos, abarrotadas de envelopes de papel marcados com uma numeração com seis dígitos separados por ponto (por exemplo, 111.111). Os envelopes continham as armas de fogo e projéteis periciados ou que esperavam para serem periciados. Além disso, fui apresentado a uma saleta que armazenava, em pequenos envelopes também numerados, os projéteis extraídos de corpos de vítimas que haviam sido feridas por arma de fogo. Esses projéteis são encaminhados à seção de Balística pelos médicos-legistas do IML, responsáveis por realizar os exames necrópsicos (para determinar a causa da morte) e de lesões corporais.

Era função da estagiária cuidar do livro de registro, no qual era anotado o número de protocolo das armas encaminhadas à seção – o mesmo número dos envelopes. Após registro no livro, os materiais encaminhados à perícia eram distribuídos entre os peritos responsáveis por proceder aos exames requisitados nos ofícios. Dentro da seção, além das diversas salas com armas ou envelopes contendo projéteis, há uma sala com dois microscópios comparadores utilizados pelos peritos para a realização dos exames de confronto balístico. Esse era o espaço mais próximo de um laboratório científico e que, a meu ver, mais se parecia com aqueles representados em filmes ou fotografias.

Ao longo de minha permanência na seção de Balística, pareciam me considerar um possível espião ou alguém tão inexperiente que poderia colocar, voluntária ou involuntariamente, em risco a segurança daquela seção com o vazamento de alguma informação.[14] Além

13 Em outras seções, como a Documentoscopia, os apertos de mãos são realizados com frequência, por se compreender que ali não são analisados materiais "impuros" provenientes de locais de morte, como na Balística Forense. Sobre a questão da pureza/perigo em órgãos de perícia, ver Medeiros (2014).

14 Logo que comecei a realizar a etnografia do laboratório, passei a confeccionar um mapa do local inspirado em algumas recomendações bibliográficas em antropologia. Ao notar que estava confeccionando um mapa e ver que busquei escondê-lo,

do vazamento, poderia também deslegitimar o trabalho da perícia, que, para os peritos, era pouco reconhecido pela "sociedade" e pelo governo do estado. Foi com base nesses motivos que minha transferência para a seção de Documentoscopia e Grafotecnia foi justificada.

Decorridos alguns dias de pesquisa na seção de Balística, perguntei a um dos peritos com quem havia estabelecido diálogo qual era o principal exame naquela seção e, também, o mais difícil de ser feito. O perito, que chamaremos de Giovane,[15] respondeu que era o confronto balístico, definido como o principal e também o mais difícil, pois exigia, além de uma boa noite de sono, concentração e um tanto de "sorte". Nesse sentido, acompanhar o exame de confronto balístico parecia um passo importante para a compreensão do universo da perícia, em especial de como elementos contingentes poderiam constituir essa atividade.

O confronto balístico

O exame de confronto balístico consiste na análise comparativa dos projéteis questionados e dos padrões[16] com o uso de um microscópio comparador (Figura 1). Denomina-se "questionado" todo projétil ligado a ação criminosa e encontrado no local do crime, no corpo da vítima ou em situação semelhante. Os questionados são comumente enviados ao laboratório de Balística pelos médicos-legistas do IML, que, via de regra, retiram os projéteis ao realizarem o exame necrópsico. Contudo, é possível que os projéteis questionados sejam enviados à seção pelos peritos de locais de crime – especialmente os de local de morte –, que coletam o material no local do exame, ou pelos delegados de polícia, que têm a custódia do material. Já os padrões são aqueles projéteis produzidos pelos peritos no interior do IC-PR, os quais utilizam a arma suspeita de ligação com a prá-

devido à minha inabilidade como desenhista, a chefe do laboratório me disse: "Cadê suas credenciais? Como vou saber se você não é um espião?".

15 Um dos critérios para a realização da etnografia no IC-PR era manter o sigilo dos nomes dos peritos, sendo essa a razão para ocultar o nome verdadeiro dos meus interlocutores.

16 Os termos "questionados" e "padrões" fazem parte do variado conjunto de termos empregados pelos peritos, podendo ser empregados de maneiras diferentes dependendo do contexto. Por exemplo, em laudos periciais, o termo "questionado" pode ser substituído por "em questão" ou "motivo pericial".

tica criminosa investigada. Porém, surge uma pergunta: o que torna o confronto balístico possível? Segundo os peritos, ao percorrer o cano da arma, o projétil é "arranhado" pelo cano. Esses "arranhões" são tidos pelos peritos como a "impressão digital da arma", isto é, uma marca (única) de cada cano.[17] Desse modo, o confronto balístico busca identificar os arranhões presentes nos projéteis questionados – produzidos pela arma utilizada no crime – a partir da comparação com os arranhões dos projéteis produzidos dentro do IC-PR utilizando-se a arma encaminhada à perícia, a qual se suspeita ter sido utilizada na ação criminosa.

Os "arranhões" podem ser classificados em duas classes principais: os mais acentuados em profundidade e largura são denominados de estrias ou sulcos; os pequenos e múltiplos arranhões, alguns perceptíveis somente por meio do microscópio, são denominados de raiamentos e se situam entre os sulcos. Numa arma de calibre 38, por exemplo, os sulcos totalizam seis. Esse número pode variar de acordo com o calibre e o modelo da arma. Contudo, nos referimos às armas de calibre 38 por serem as mais recorrentemente analisadas na seção de Balística Forense.

Na Figura 3, visualizamos que, ao percorrer o cano da arma, o projétil efetua movimentos espirais responsáveis por, segundo os peritos, dar potência ao disparo. Nesse percurso, pequenas elevações no cano – as raias – provocam sulcos no projétil. Os espaços entre as raias provocam pequenos "arranhões" no projétil que são chamados de raiamento.

No exame de confronto balístico, o perito inicialmente realiza o chamado teste de eficiência da arma, que é a efetuação de um disparo contendo somente a espoleta (conteúdo explosivo da munição sem o projétil) em uma caixa de isopor, que reduz o barulho do disparo. Depois, os peritos fotografam os projéteis questionados e a arma apreendida sobre uma superfície plana, quadrada, com as margens milimetradas. Nesse momento, os projéteis questionados são cata-

17 Os laudos de confronto balístico visam identificar se o projétil percorreu ou não o cano da arma enviada à perícia. Como os canos podem ser trocados, constam nos laudos apenas se os projéteis questionados e os padrões percorreram o mesmo cano, não se partiram da mesma arma. Certa vez, um perito afirmou que criminosos podem trocar os canos das armas a fim de dificultar a identificação.

logados numa folha e é atribuída a eles uma numeração crescente da esquerda para a direita (projétil 1, 2, 3 etc.). A seguir, o perito se dirige a uma sala escura na qual ficam os microscópios comparadores e uma balança digital. Os projéteis questionados são pesados um a um, tendo sua massa comumente variando alguns décimos de grama. O peso do projétil questionado é anotado numa folha de modo a corresponder com o número que foi dado a ele no instante do registro fotográfico. Em seguida, o perito, com um paquímetro digital, mede o diâmetro do projétil, sendo que tal medida também costuma variar alguns décimos de milímetro. Com esses dois procedimentos, temos o chamado calibre real do projétil, ou seja, seu peso e diâmetro exatos. Desse modo, ressalto que o chamado calibre 38 é o calibre nominal, dado que, dentro da medida desse calibre, há variações – ela é sempre aproximativa. Em alguns casos, o projétil questionado pode estar tão danificado que somente o peso é capaz de identificar seu calibre real e nominal; se ele estiver na casa de oito gramas, é de uma arma calibre 38.

A pesagem e mensuração dos projéteis questionados servem como critérios para que os peritos avancem às próximas etapas do confronto balístico. Por exemplo, se um perito constatar, no momento da pesagem, que o projétil tem aproximadamente 6,35 gramas, concluirá que se trata de um projétil calibre 32. Nesse sentido, se alguma autoridade tiver requisitado o exame de um projétil calibre 32, este não poderá ter sido deflagrado por uma arma calibre 38 devido à incompatibilidade.

Após identificar se o calibre real se adéqua à faixa de diâmetro e peso do calibre nominal da arma em exame, o perito passa para o segundo momento da perícia. Essa etapa se caracteriza pela seleção de cartuchos (munição), que deverão ser, de preferência, da mesma marca do projétil questionado ou de modelo coincidente, isto é: projétil da CBC = cartucho da CBC; projétil encapado com cobre = cartucho encapado com cobre.[18] Realiza-se o disparo com a arma supostamente ligada ao crime utilizando-se os cartuchos selecionados.

18 Os projéteis encapados de cobre são aqueles de fabricação argentina, segundo peritos da Balística. Por conta de ser o cobre um material altamente moldável, o confronto balístico desses modelos de projéteis é tido como o mais difícil. De acordo com o perito Giovane, os "argentinos" gostam de dificultar o trabalho dele.

O disparo ocorre num tanque de água, onde o perito vai posteriormente coletar a parte de chumbo (projétil). Esse projétil produzido dentro do laboratório é denominado projétil padrão.

O terceiro momento da perícia, o mais demorado e desgastante segundo os peritos, é o confronto dos projéteis. Na seção de Balística, para cada projétil questionado, o perito criminal produz dois ou três projéteis padrão. Esse número de padrões produzidos depende de alguns fatores. Entre eles está o fato de parte das armas enviadas para confronto balístico já trazer consigo os cartuchos que estavam nelas carregados, os quais serão todos deflagrados pelos peritos. Nesse caso, os projéteis padrão são feitos utilizando-se a própria carga de cartuchos na arma supostamente ligada ao crime. Outro fator é a própria escolha do perito e também o grau de dificuldade que o projétil questionado impõe – aqueles que apresentam alto grau de deformação devido ao impacto são considerados de difícil comparação. O confronto balístico, consideradas as etapas anteriormente descritas, tem "início" propriamente dito quando um projétil questionado e um padrão são colocados no microscópio comparador – no qual a lente da esquerda oferece a imagem de um projétil e a da direita, de outro. Desse modo, o perito tem simultaneamente diante dos olhos dois projéteis diferentes a serem confrontados/comparados. Em seguida, busca-se analisar se os sulcos – as marcas de maior espessura – feitos pelas raias do cano da arma no projétil questionado e no padrão são congruentes. Se ambos os projéteis apresentam sulcos semelhantes ou aproximados cortando-os do centro à base, o perito passa, então, a comparar os pequenos raiamentos (ranhuras), quase imperceptíveis a olho nu, entre os dois sulcos. Desse modo, os sulcos oferecem um ponto de referência que o perito tenta utilizar em busca de raiamentos semelhantes entre os dois projéteis analisados. No confronto balístico de uma arma calibre 38, a análise pericial busca a semelhança dos raiamentos em três das seis zonas situadas entre os dois sulcos.

Fotografar, pesar, medir, anotar em um bloco, produzir projéteis – todas essas ações acompanhadas da produção de inscrições a cada passo estão voltadas para uma única finalidade: produzir o laudo pericial. Assim agem os peritos criminais no laboratório de Balística Forense do IC, que se comportam como "[...] uma estranha

tribo que passa a maior parte de seu tempo codificando, marcando [...] e escrevendo" (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 42). Esses elementos talvez nos conduzam à conclusão parcial da perícia criminal como uma atividade que tem na produção de inscrições um de seus principais aspectos. É claro que tal conclusão se baseia no fato de que, até o momento, os peritos não fizeram muita coisa além de transladar "coisas do mundo concreto" – das armas, dos projéteis, facões, corpos – para "um mundo de papéis" – números, medidas, fotografias, laudos, em suma, inscrições. Inconformados com essa visão, poderíamos julgar de maneira diversa e afirmar que é no singular momento da utilização de um aparelho de alta tecnicidade – o microscópio comparador – que reside o elemento central da perícia criminal, aquilo que há de verdadeiramente técnico-científico nessa atividade. Essa ideia certamente culminaria na seguinte: é por meio do microscópio comparador – um instrumento supostamente objetivo e neutro – que o perito alcança uma verdade sobre o mundo, isto é: se a arma analisada, a mesma que produziu os projéteis padrão, é aquela que deflagrou o projétil questionado (que matou ou feriu a vítima) ou não. Contudo, essas conclusões ganham um "balde de água fria" se levarmos a sério o que os peritos dizem sobre sua própria atividade. Explico.

Por gentileza, o perito Giovane me permitiu acompanhar todos os procedimentos que compõem o exame de confronto balístico que descrevemos anteriormente. Ao chegarmos à sala onde se achavam os microscópios comparadores, Giovane se senta numa cadeira e explica que o microscópio comparador que vai utilizar está conectado ao computador situado ao lado do aparelho por meio de um cabo. Desse modo, posso acompanhar o exame pelo monitor do computador, dado que a câmera instalada no microscópio me apresenta imagens próximas à visão que tem o perito por meio das lentes oculares do microscópio. Giovane insere de um lado um projétil questionado e de outro lado, o projétil padrão. Ao se aprontar para iniciar o confronto de ambos os projéteis, o perito se volta para mim e diz: "esse é o microscópio comparador, quer dizer microscópio, pois quem compara é o perito". Essa singela frase traz consigo a concepção do objeto técnico como algo muito diferente de um autômato, o qual se supõe que seja um substituto do trabalho humano.

É verdade que a perspectiva que vê os objetos técnicos "[...] como puros conjuntos de matéria, desprovidos de verdadeiro significado e apresentando apenas utilidade" foi fortemente criticada por Gilbert Simondon. "Os idólatras da máquina apresentam geralmente o grau de perfeição de uma máquina como proporcional ao grau de automatismo" (SIMONDON, 2008). E prossegue, propondo uma nova apreensão do objeto técnico como algo muito além de um simples autômato ou um robô, isto é, um duplo do homem: "[...] na verdade o automatismo é um grau bastante baixo de perfeição técnica. Para tornar uma máquina automática, é preciso sacrificar várias possibilidades de funcionamento, vários usos possíveis". Desse modo, a proposta de Simondon é apreender as máquinas não como autômatos fechados, mas como objetos abertos que supõem os humanos como seus organizadores. Contudo, se os objetos altamente técnicos – como o caso do microscópio comparador – supõem os humanos como organizadores, tal relação não se apresenta como mero uso do primeiro pelo segundo. Isto é, os objetos técnicos não são meros escravos dos humanos, pois também exigem uma ação destes. Nesse caso, os objetos técnicos e os humanos se encontram numa complexa relação de mútua agência, esboçada por Simondon como semelhante à relação do maestro (os humanos organizadores) com os músicos (os objetos técnicos).

> Longe de ser o vigia de um grupo de escravos, o homem é o organizador permanente de uma sociedade dos objetos técnicos que precisam dele como os músicos precisam do maestro. O maestro da orquestra só pode reger os músicos porque ele interpreta, como eles e tão intensamente quanto todos eles, a peça executada. Ele acalma ou apressa os músicos, mas é também acalmado e apressado por eles; de fato, através dele, a orquestra acalma e apressa cada músico. Ele é para cada um deles a forma movente e atual do grupo em sua existência presente; ele é o intérprete mútuo de todos com relação a todos. Assim, o homem tem por função ser o coordenador e o inventor permanente das máquinas que estão à sua volta. Ele está entre as máquinas que operam com ele (SIMONDON, 2008).

Essa reflexão não dialoga simplesmente com a singela e emblemática frase de Giovane, mas está de acordo com uma visão recorrente entre os peritos criminais do IC. Um exemplo disso aconteceu durante meu período de pesquisa em outra seção do IC-PR, a Documentoscopia. Após me referir ao seriado norte-americano *CSI* para minha principal interlocutora na seção, ela afirmou que "as pessoas acham que perícia é fácil, que é só colocar uma impressão digital num aparelho e ele fará a análise e encontrará o suspeito por você". Outra asserção muito próxima ocorreu durante uma entrevista com um perito da "localística" – mais especificamente de crimes contra a pessoa. Após ler meu primeiro trabalho escrito a partir da pesquisa no IC-PR (COSTA, 2013), o perito afirmou que havia gostado da relevância dada ao papel dos próprios peritos na efetivação dos exames. E disse que "90% ou mais da perícia depende da observação, do tato do perito. Não são as aparelhagens que fazem nosso trabalho". Apropriando-nos da analogia de Simondon, os peritos são os maestros e os objetos técnicos – paquímetros, microscópios comparadores, luz de Wood (utilizada na seção de Documentoscopia) etc. –, os músicos. Ressalto que a apreensão "nativa" segue uma via contrária aos modelos ideais de ciência e objetividade retratados no seriado de grande sucesso *CSI*. No seriado, grande parte das proposições periciais são extraídas de maneira automática de aparelhos técnicos, que desempenham boa parte do trabalho pericial. Dito isso, vejamos como a relação entre maestro e músicos se dá no exame de confronto balístico.

Depois de inserir um projétil padrão e um questionado no microscópio, Giovane passa a girar um projétil e depois o outro, buscando estabelecer as zonas de congruência entre ambos. Acompanhar o exame pelo monitor me fez perceber que há uma multiplicidade de raiamentos naqueles mesmos projéteis que eu não havia observado a olho nu. Depois de 30 minutos, Giovane identifica o primeiro projétil questionado, o qual apresenta congruências com o projétil padrão, indicando que ambos percorreram o mesmo cano de arma. Porém, ainda faltam dois projéteis questionados a serem analisados. Assim, passam-se mais 30 minutos, e Giovane continua em busca de congruências entre o segundo projétil questionado e o padrão. Como o perito havia produzido seis projéteis padrão para

aquele confronto, ele passa a trocar os padrões em busca de algum que corresponda ao questionado. Algumas vezes, ao movimentar o projétil, eu dizia a Giovane que talvez tivesse visto uma congruência entre eles. Nas primeiras vezes em que o interrompi dessa maneira, o perito retornou à posição anterior de ambos os projéteis e disse por que não havia congruência ali.

Passada quase uma hora, Giovane já se mostra desgastado com a busca infrutífera de congruências entre o segundo projétil questionado e os padrões. Após mais algum tempo de análise, ele sugere tomarmos um copo de Coca-Cola num pequeno espaço dentro da seção de Balística que serve de refeitório. Sentamos e, entre um gole e outro de Coca, conversamos sobre outros temas. Depois de 10 minutos de intervalo, retornamos à sala dos microscópios e, após alguns giros dos projéteis, o perito comemora como se tivesse visto um gol do seu time na final de um campeonato de futebol. A comemoração se deve ao fato de ter achado as congruências entre os projéteis que já haviam gastado mais de uma hora de seu tempo. Então, Giovane diz: "o que uma Coca-Cola não faz?!". Levanto e observo os projéteis pelas lentes oculares do microscópio, o que me causa um enorme estranhamento, pois, no microscópio, os raiamentos se apresentam de maneira muito mais sutil do que no monitor do computador. Além disso, no microscópio, os projéteis assumem uma tonalidade amarelada semelhante a ouro, enquanto a imagem oferecida no monitor era cinzenta. Concluo que, para a realização do confronto balístico, é necessário muito mais que uma boa noite de sono, estar descansado, ter paciência e "sorte", como havia dito Giovane dias antes. Utilizar o microscópio me indica que é necessário destreza do perito, algo proveniente da prática. Nesse sentido, semelhante ao maestro que apressa ou desacelera os músicos na execução de uma orquestra.

O confronto do terceiro projétil questionado é realizado na presença de três novos peritos que se encontram em seu último dia de treinamento na seção. Logo depois de girar o projétil questionado e o padrão em busca de congruências, Giovane identifica duas zonas situadas entre os dois sulcos dos projéteis, de modo que só falta uma zona para constatar que o terceiro projétil também percorreu o mesmo cano que o primeiro e o segundo projéteis questionados. Decorridos cerca de 20 minutos, entre sugestões dos peritos novos e

observação, Giovane afirma ter encontrado a terceira zona de congruência no terceiro projétil questionado, o último que falta para finalizar a perícia. Um perito com tempo de carreira na seção de Balística – o chamaremos de Roberto –, que havia encaminhado os novatos àquela sala, pede licença e observa as congruências entre o projétil questionado e o padrão. Afirma que realmente há congruência. Outro perito, um novato, formado em Arquitetura e Urbanismo, que está sentado ao meu lado, pede desculpa e diz que quer falar algo, hesita e, por fim, diz que não identificou congruência entre os projéteis. Roberto responde que os raiamentos entre os projéteis questionados e padrões "nunca se assemelham inteiramente, trata-se sempre de uma aproximação", e que, naquele caso, a proximidade entre os raiamentos indicava que ambos provinham do mesmo cano de arma. Em seguida, Roberto afirma que colocar o registro fotográfico daquela zona de congruência ali presente num laudo pode ocasionar controvérsias, aconselhando os peritos a selecionar a imagem que retrate as congruências mais próximas entre si. Tal conselho é seguido da afirmação: "por isso que eu disse a vocês que é necessário colocar sempre uma observação no laudo, afirmando que a imagem anexada não representa a totalidade dos exames realizados". Por outro lado, duas peritas novatas dizem que as congruências são, na verdade, perfeitas, e que não tem como discordar daquilo.

O último passo do confronto balístico consiste na produção do laudo pericial. Nessa etapa, é regra o perito utilizar um modelo de laudo já salvo em seus arquivos no computador, sendo a confecção do laudo marcada pela substituição, supressão e acréscimo de novas informações no antigo documento utilizado como modelo. Se o processo do exame – como teste de eficiência, fotografia, pesagem, mensura, produção dos projéteis padrão e confronto no microscópio comparador – leva, ao todo, cerca de três horas, a confecção do laudo não passa de 20 minutos. Contudo, esses 20 minutos são valiosos, pois as informações inscritas no laudo são aquelas passíveis de serem utilizadas no processo criminal e, consequentemente, na construção da verdade jurídica – que determinará a inocência ou a culpa do réu. O perito, ao afirmar que os projéteis padrão e os questionados apresentam congruências, conclui, por conseguinte, que projétil que matou ou feriu a vítima percorreu o cano da arma

encontrada junto ao suspeito ou ligada a ele. Desse modo, figura no laudo pericial uma proposição produzida por uma série de procedimentos. Evidentemente, o microscópio comparador produz, por meio do computador a ele conectado, imagens do confronto balístico, as quais, no momento de produção do laudo, são estrategicamente selecionadas de modo a corroborar a análise do perito.

Devo fazer aqui uma ressalva, pois não tomamos como artifício meramente tendencioso ou como uma particularidade dos peritos do IC a seleção de imagens que reforcem as proposições escritas no laudo. Ora, essa prática é, na verdade, uma constante na atividade técnico-científica, como demonstra Latour (2000), para quem a ciência tem duas faces, uma representando a ciência pronta e a outra, a ciência em ação. A ciência pronta seria o domínio dos fatos/verdades consolidados, enquanto a ciência em ação é o domínio da prática dos cientistas e técnicos, os quais se voltam, ao longo de uma controvérsia e cotidianamente, para a construção dos fatos/verdades. Se a ciência pronta diz "acate os fatos sem discutir", a face da ciência em ação afirma: "descarte os fatos inúteis" (LATOUR, 2000, p. 21). Seguindo a proposição de Latour, afirmo ter buscado, ao longo da etnografia da seção de Balística e do confronto balístico, demonstrar como a construção das proposições presentes nos laudos periciais – se a arma periciada foi aquela que matou/feriu a vítima – consiste no descarte de elementos pouco convincentes (as imagens dos projéteis com baixa congruência, por exemplo). Com isso, depois de terem convencido a si mesmos, os peritos estrategicamente associam aos documentos aqueles elementos mais passíveis de convencer as autoridades policiais ou judiciais, tais como imagens e asserções que confirmam a congruência dos projéteis – que deverá ser demonstrada de maneira indiscutível.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo apreender quais elementos constituem a atividade de perícia criminal e como são produzidos os laudos periciais, documentos que podem ser elevados ao *status* de prova ao longo de um embate judicial. Uma das motivações do artigo é que a perícia vem desempenhando papel de destaque em

casos de grande repercussão nos últimos anos, tal como o massacre do Carandiru e o assassinato de Bianca Consoli por seu cunhado, Sandro Dota. Desse modo, compreende-se que tal atividade integra um conjunto de práticas que visam determinar "o que realmente aconteceu" aos olhos do direito. Em outras palavras, participa da produção da verdade jurídica. Apesar desse destaque e da relevância da prova técnico-científica nos processos criminais, constatou-se que os estudos clássicos de antropologia do direito no Brasil pouco discutiram o papel da perícia na produção da verdade jurídica, conforme apresentei ao abordar as perspectivas de Mariza Corrêa (1983) e Roberto Kant de Lima (2010). Uma explicação plausível para esse fato é que somente nas últimas décadas a perícia começou a ser percebida como uma atividade diferente da policial, em razão da crescente desvinculação dos órgãos de perícia do corpo da Polícia Civil. Conforme destaquei, essa desvinculação desencadeou uma série de ações que visava diferenciar a polícia da perícia, diferenciação também abordada por Richter (2013). Por outro lado, a incorporação de proposições técnico-científicas, presentes nos laudos, pelo universo do direito tem transformado o *status* da perícia criminal. Somado a tal aspecto, a criação de um banco de perfis genéticos tem mobilizado pesquisadores de diferentes áreas, os quais têm refletido principalmente sobre as diferentes implicações da criação do banco (RICHTER, 2015) e das condições de produção das provas técnicas (BESEN, 2015).

Em meio a esse contexto, propus que a investigação sobre a atividade de perícia criminal pode nos revelar diferentes aspectos sobre o modo de construção da verdade jurídica. Tal proposta se justifica pelo recorrente embasamento das autoridades jurídicas em proposições presentes nos laudos periciais para proferirem suas sentenças (FONSECA, 2001). Nesse sentido, pode-se afirmar que parte das sentenças se fundamenta em proposições provenientes de outros saberes que não o direito propriamente. Ademais, o fio que conecta a perícia criminal, compreendida aqui como atividade técnico-científica, aos atores do universo jurídico é o esforço comum de produzir uma verdade sobre "o que realmente aconteceu" a partir da produção de inscrições que visam transladar "o mundo de fora" para o "mundo dos papéis". É por meio das inscrições que são construídos

os elos que ligam os vestígios, a autoria e a ação imputada crime. Esse elo, chamado de cadeia de custódia, é frágil e pode ser facilmente rompido quando as inscrições se desencontram ou caso não sejam produzidas. Nesse caso, os vestígios se perdem e não se transformam em provas em um processo.

Além disso, com base na etnografia, foi possível verificar que a oposição entre "objetivo" e "subjetivo" se revela inadequada, posto que a realização da perícia depende de objetos técnicos (computadores, microscópios, paquímetros etc.), mas também de disposições "subjetivas", como ter uma boa noite de sono, concentração, "sorte" e, quem sabe, um copo de refrigerante. Esses elementos estiveram presentes na etnografia, especialmente quando ressaltamos que os peritos viam os objetos técnicos como realizadores apenas de uma parte dos exames periciais, sendo outra parte desenvolvida pelos peritos. Desse modo, considerando que os peritos são organizadores dos objetos técnicos, como o maestro dos músicos (SIMONDON, 2008), pode-se afirmar que as disposições subjetivas e contingentes se inscrevem no próprio processo de produção da verdade científica presente nos laudos; não são uma ausência de rigor técnico supostamente presente na perícia, mas a própria condição de sua realização. Além do mais, a atividade de perícia, conforme apresentamos na análise do confronto balístico, depende da seleção de alguns elementos em detrimento de outros para que seja possível a construção da verdade dos laudos e, mais tarde, dos autos.

Referências

BESEN, Lucas Riboli. 2014. Entre laudos, compostos químicos e máquinas: saberes e práticas a partir do Setor Técnico-Científico da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal de Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 2013. Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil. Brasília.

CAPLAN, Jane; TORPEY, John. 2001. Documenting individual identity: the development of state practices in the modern world. New Jersey: Princeton University Press.

COLE, Simon. 2001. Suspect identities: a history of fingerprinting and criminal identification. Cambridge: Harvard University Press.

COMO A CIÊNCIA CONTRIBUIU para desvendar a morte de Bianca e apontar o criminoso. R7, 18 dez. 2011. Disponível em: http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/como-a-ciencia-contribuiu-para-desvendar-a-morte-de-bianca-e-apontar-o-criminoso-20111218.html. Acesso em: 27 jul. 2017.

CORRÊA, Mariza. 1983. Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal.

COSTA, Joelcyo V. 2013. "Sobre a fabricação da materialidade do crime: uma etnografia da perícia criminal no Instituto de Criminalística do Paraná". Revista de Antropologia da UFSCar, 5 (2): 226-235.

CUBAS, Marina Gama; TUROLLO JR., Reynaldo. Confronto balístico de armas usadas no Carandiru levaria 72 anos, diz perito. Folha de S. Paulo, 17 fev. 2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1413479-confronto-balistico-das-armas-dos-pms-com-as-paredes-do-carandiru-levaria-72-anos.shtml. Acesso em: 30 out. 2016.

FONSECA, Claudia. 2001. "As novas tecnologias legais na produção da vida familiar". Civitas, 11 (1): 8-23.

_____; MACHADO, Helena (Orgs.). 2015. Ciência, identificação e tecnologias de governo. Porto Alegre: UFRGS: Cegov.

FRÓIS, Catarina. 2006. "Documenting individual identity: the development of states practices in the modern world". Análise Social, Lisboa, XLV (1): 255-264.

IUBEL, A. F. 2009. Sensibilidades e documentos: o movimento de pessoas, um direito. Dissertação (mestrado em Antropologia). Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Paraná - Curitiba.

KANT DE LIMA, Roberto. 2010. "Sensibilidades jurídicas, saber e poder: culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada". Anuário Antropológico, (II): 25-51.

LATOUR, Bruno. 2001. A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EdUSC.

_____. 2000. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp.

_____. 2006. Como prosseguir a tarefa de delinear associações. Configurações, (2): 11-27.

_____; WOOLGAR, Steve. 1997. A vida de laboratório: a produção de fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MACHADO, Helena. 2012. "Prisoners' views of CSI' portrayal of forensic identification technologies: a grounded assessment". New Genetics and Society, 31 (3): 271-284.

MEDEIROS, Flávia. 2014. "Visão e cheiro dos mortos: uma experiência etnográfica no Instituto Médico-Legal". Cadernos de Campo, São Paulo, (23): 77-89.

MORA, Marcelo. Motoboy é condenado por matar e estuprar Bianca Consoli. G1, 17 set. 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/09/motoboy-e-condenado-por-matar-e-estuprar-bianca-consoli.html. Acesso em: 27 jul. 2017.

PINTO, Danilo. 2007. A burocracia vista do cartório: uma análise antropológica da burocracia estatal. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos - São Carlos.

RICHTER, Vitor Simonis. 2015. "Banco de perfis genéticos para fins criminais no Brasil: notas de um debate incipiente". In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Orgs.). Ciência, identificação e tecnologias de governo. Porto Alegre: UFRGS: Cegov.

RICHTER, Vitor Simonis. 2013. "De 'atividade meio' a 'atividade fim': trabalho de fronteira na busca da 'autonomia' da perícia técnico-científica brasileira". Anais da Reunião de Antropologia da Antropologia da Ciência e Tecnologia. Campinas: UNICAMP. Disponível em: http://4react.files.wordpress.com/2013/08/vitor-richter-_trabalho-de-fronteira-e-autonomia-daperc3adcia.pdf. Acesso em: 27 fev. 2015.

SIMONDON, Gilbert. 2008 (1958). Introdução. In: Du mode d'existence des objets techniques (Paris: Aubier-Montaigne). Trad. Pedro Peixoto Ferreira. Rev. Christian Pierre Kasper. CTeMe. Disponível em: http://cteme.wordpress.com/publicacoes/do-modo-de-existencia-dos-objetos-tecnicos-simondon-1958/introducao. Acesso: 10 jan. 2015.

Estado e grandes empreendimentos

As comunidades não cabem nos modelos: análise de um manual empresarial de relacionamento com comunidade

Deborah Bronz

Introdução

O termo "comunidade" é amplamente difundido na linguagem do meio empresarial, apresentando-se como a unidade, por excelência, para a qual se dirigem ações e investimentos sociais. Esse termo, do qual nós antropólogas/os também fazemos uso, ganha contornos específicos no cotidiano de trabalho dos funcionários das grandes empresas ligadas à construção de empreendimentos industriais.

O relacionamento com comunidade tem sido massivamente incorporado ao conjunto das práticas empresariais e é requisito para as certificações em responsabilidade social e sustentabilidade corporativa, que alimentam uma extensa cadeia de subsídios, financiamentos e empréstimos por parte de bancos, fundos e agências financiadoras internacionais destinados aos projetos de desenvolvimento. Essa temática adquire, nos termos próprios à linguagem do meio, uma relevância estratégica para as empresas.

As comunidades endereçam uma agenda própria dentro do planejamento empresarial, tornando-se mais um aspecto incorporado aos modelos de gestão, difundidos por meio de uma extensa produção de manuais, guias e ferramentas (*toolkits*) que procuram ensinar as formas como os funcionários devem lidar com as pessoas afetadas por seus empreendimentos. Outra contrapartida a essa tendência é o aumento da presença de departamentos, gerências e diretorias, na própria estrutura dos organogramas empresariais, especificamente voltados para o relacionamento com comunidade (algumas empresas internacionais adotam, inclusive, a expressão Community Relations Department para nominá-los).

Dentro desse contexto, parece importante darmos atenção aos sentidos e aos usos atribuídos pelos empresários ao termo

"comunidade", entendendo que eles se alinham às estratégias contemporâneas de desenvolvimento. Mais amplamente, eles também se vinculam às estratégias do capitalismo incorporado de um "novo espírito" animado por um sentido de "justiça social" (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), um *ethos* claramente observado nos discursos da responsabilidade social corporativa.[1]

Muitos autores têm se dedicado a estudar o conjunto de práticas em que se inscrevem as ações voltadas para a incorporação de comunidades aos projetos desenvolvimentistas estatais, paraestatais, transnacionais, refletindo especialmente sobre os efeitos da adoção de mecanismos de envolvimento comunitário chamados "participativos" (RAHNEMA, 1992; COOKE e KOTHARI 2004; MOSSE, 2004; FRANCIS, 2004; GUIJT e SHAH, 1998; SALVIANI, 2008; BRONZ, 2009a, 2016).[2] No campo das ciências sociais, podemos observar duas tendências ou direcionamentos de pesquisa, que variam conforme o nível de envolvimento dos pesquisadores com os projetos que tomam como "casos" para reflexão.

Ocupando lugares de gestão em organismos diversos, estatais ou de cooperação internacional (incluindo as organizações do Banco Mundial e da ONU, fundações, institutos de pesquisa e *think tanks*), alguns autores (CERNEA, 1988; CHAMBERS, 1994; HAILEY, 2004;

---

1 "Quanto à referência a um bem comum, é feita não só por meio da composição com um ideal de ordem industrial encarnada pelos engenheiros – crença no progresso, esperanças na ciência e na técnica, na produtividade e na eficácia –, mais pregnante ainda que na versão anterior, mas também como um ideal que pode ser qualificado de cívico no sentido de enfatizar a solidariedade institucional e a socialização da produção, da distribuição e do consumo, bem como a colaboração entre as grandes empresas e o Estado com o objetivo de alcançar a justiça social" (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 50).

2 No livro *Participation: the new tyranny?* (COOKE e KOTHARI, 2004), por exemplo, os autores examinaram as técnicas de pesquisas participativas difundidas pelo Banco Mundial – do ponto de vista de suas teorias, métodos e práticas –, que seguiram as tendências de revisão dos modelos de planejamento "de cima para baixo" (*top-down*) e contaram, inclusive, com a participação de cientistas sociais convocados a contribuir com o "lado social" das políticas de desenvolvimento. Em artigo publicado em 2009, tratei das práticas de participação adotadas nos procedimentos de licenciamento ambiental no Brasil à luz dos novos paradigmas do "desenvolvimento participativo", difundidos no mundo empresarial, e da "democracia participativa", incorporados à Política Nacional de Meio Ambiente e, anteriormente, à última revisão constitucional do país em 1988. Ver Bronz (2009).

GUIJT e SHAH, 1998), ainda que se proponham a refletir criticamente sobre os instrumentos de participação dispostos, procuram identificar suas fragilidades para aprimorar sua eficiência e, assim, contribuir para a reversão dos quadros de exclusão associados às políticas de desenvolvimento e para o empoderamento dos grupos – outro termo constantemente reificado nos discursos que versam sobre a comunidade. Um exemplo nessa direção é o livro *The Myth of Community*, em que Guijt e Shah (1998) questionam o uso do termo comunidade nos discursos do diagnóstico rural participativo (Participatory Rural Appraisal, PRA), uma metodologia difundida pelo Banco Mundial, argumentando ser ele pautado em uma compreensão simplista sobre as "comunidades", caracterizadas como grupos estáticos, unidades harmônicas, compostas por pessoas que compartilham interesses comuns e necessidades. Para as autoras, essa forma de articular a noção de comunidade esconderia as relações de poder e matizaria seus vieses em torno dos interesses de classe, idade, casta, etnicidade, religião e gênero.

Outro conjunto de pesquisadores (entre os quais MOSSE, 2004, 2005; COOKE e KOTHARI, 2004; FRANCIS, 2004; SALVIANI, 2008), partindo de experiências concretas com projetos de desenvolvimento ou tomando-os apenas como objeto de análise, procura imprimir um olhar mais distanciado e observa como essas práticas terminam reificando as relações de poder em favor de seus formuladores. Eles rompem com um certo revisionismo metodológico presente na literatura produzida para o desenvolvimento, sob a perspectiva de que ela não representa uma crítica efetiva aos modelos e às práticas de poder.

> Nosso problema nesse estágio do desenvolvimento participativo e de sua aplicação não reside nas metodologias e nas técnicas, mas nas políticas do discurso, sob as quais o desenvolvimento participativo faz mais do que deixa de fazer (COOKE e KOTHARI, 2004, tradução minha).

Podemos traçar um paralelo entre as ideias sobre o desenvolvimento participativo no mundo da cooperação internacional e o incremento de um *know-how* sobre a gestão do social no meio

empresarial que seria delas subsidiária. Analisando o Programa de Desenvolvimento Social do Banco Mundial na Indonésia, Li (2006) trata das estratégias neoliberais de "governo através da comunidade" (*government through community*) e identifica essa abordagem como um modo contemporâneo de tornar a existência coletiva "inteligível e calculável" para os organismos de cooperação, de Estado ou para as agências de desenvolvimento. A arte de governar através da comunidade exige que ela se torne uma unidade técnica a ser investigada, mapeada, classificada, documentada e interpretada (LI, 2006, p. 5).[3]

Contudo, é importante reconhecer que a forma como as empresas têm feito uso dessas técnicas, assim como os usos e sentidos atribuídos à comunidade, ganham conteúdos particulares em função dos objetivos empresariais, seus modos de instrumentalização e dos contextos nos quais são acionados. A adoção das práticas participativas tem sido fundamental para garantir uma ampla aceitação e adesão social aos empreendimentos (as chamadas licenças sociais) ou, ao menos, para difundir uma ideia de consenso em torno deles. O consenso do benefício se constrói infligindo direitos e imputando sofrimentos às comunidades, tornando-as sujeitas de investimentos de planejamento e gestão por parte das empresas. Não é pouco o que as empresas gastam hoje em seu relacionamento com comunidade; mas o que gastam efetivamente com as comunidades é menos.

A partir de um conjunto de experiências de pesquisa sobre as práticas empresariais em grandes empreendimentos industriais no Brasil, procuro analisar criticamente as estratégias de relacionamento com comunidade empreendidas pelos atores do "campo do desenvolvimento" brasileiro (RIBEIRO, 2008).[4] Pude observar e

3 O acesso às comunidades locais, para Li, se deu justamente com a adoção de técnicas especializadas em pesquisa participativa, como os "grupos focais" – mais utilizados no hemisfério Norte a partir dos anos 1990 – e os "diagnósticos rurais participativos (DRP)" – mais acionados no hemisfério Sul a partir dos anos 1980 (LI, 2006, p. 5). Em relação ao DRP, diz a autora: "Esta técnica não apenas assumiu, mas construiu as comunidades como unidades delimitadas. Ela convidou as 'comunidades' a revelarem suas geografias, histórias, estratégias de subsistência e instituições na forma de mapas, diagramas, gráficos e listas, usando modelos fornecidos pelos especialistas" (LI, 2006, p. 5, tradução minha).

4 "O campo do desenvolvimento é constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais,

acompanhar o uso indiscriminado da noção de comunidade, assim como o modo como ela foi sendo gradativamente incorporada como uma variável do organograma empresarial. Como dito, as empresas contam hoje com departamentos e equipes especializadas na gestão do social, muito bem formadas em cursos de especialização em negociação, mediação, técnicas participativas, desenvolvimento comunitário e outras inúmeras rubricas incorporadas aos cursos das escolas de negócios.

Com o presente artigo, procuro entender como as práticas empresariais constituem a "comunidade" por meio da análise de manuais orientadores das ações de funcionários no relacionamento com grupos sociais considerados afetados pelos empreendimentos em que atuam. Focalizando especialmente um manual desenvolvido por uma empresa mineradora no Brasil, a análise se apresenta de forma etnográfica, amparada pelo exame da linguagem empresarial e das ações que se constituem quando essa linguagem é posta em prática. Busco compreender os valores, os sentidos e as práticas de um processo continuado de construção da "comunidade" como um sujeito social homogêneo e territorializado, alinhado às estratégias consideradas adequadas ao desenvolvimento pelos atores do meio empresarial.

A comunidade dos modelos

No meio empresarial, de um modo geral, não se vê uma preocupação exacerbada com a conceitualização dos termos utilizados – o que alguns consultores deixam para fazer nos artigos e livros que têm outro caráter, mais teórico, publicados em circuitos acadêmicos e de pesquisa aplicada. Os funcionários das grandes empresas são tão ocupados como a instrumentalização crescente de seus trabalhos (preenchendo planilhas, produzindo relatórios, organizando cro-

por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (diferentes tipos de empreiteiros e consultores, por exemplo); e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo). As instituições são parte importante desse campo; elas incluem vários tipos de organizações governamentais, organizações não governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras" (RIBEIRO, 2008, p. 110).

nogramas e aprovando orçamentos), que não têm tempo de se dedicar a teorizações, acessando apenas esses materiais e suas definições sintéticas e simplificadoras, tais como:

> Comunidade. Um grupo social que possui crenças e valores compartilhados, associação estável e expectativa de interação contínua. Pode ser definido geograficamente, por limites políticos sobre recursos ou socialmente como uma comunidade de indivíduos com interesses comuns (ICMM, 2015, tradução minha).[5]

Podemos retomar aqui a pertinente crítica de Guijt and Shah (1998) sobre as definições pautadas no mito da comunidade como uma unidade social harmônica e estável cujos membros compartilham um território e interesses comuns, ausente de conflito. Essas definições sobre comunidade também parecem ser subsidiárias de outros campos de construção do conhecimento, das ciências (sociais) e das lutas e resistências políticas, protagonizadas pelas próprias comunidades, que assim se autodenominam em contextos particulares.[6]

Quando comecei a me indagar sobre os usos e abusos do termo comunidade no meio empresarial, considerei que seria interessante compará-los à forma como essa noção vinha sendo tratada pela antropologia. Não se pode negar que a definição de comunidade apresentada no glossário do manual do ICMM (2015) – somente na página 203 e depois de abusar ostensivamente do termo – muito se assemelha às "pequenas comunidades" (*little community*) descritas pelo antropólogo Robert Redfield (1960) em suas qualidades centrais: pequena escala social, homogeneidade das atividades e do pensamento comum de seus membros, consciência de sua própria distintividade e autossuficiência diante de um conjunto amplo de necessidades no tempo.

---

5 No original: "Community. A social group possessing shared beliefs and values, stable membership and the expectation of continued interaction. It may be defined geographically, by political resource boundaries, or socially as a community of individual with common interests" (ICMM, 2015).

6 Dois exemplos desses usos observados no Brasil seriam as "comunidades eclesiais de base" e as "comunidades tradicionais".

A definição de Redfield seria apenas uma diante de inúmeras outras cujo apanhado dependeria de uma pesquisa à parte devido à escala dessa produção. Em termos gerais, as apropriações do termo na antropologia podem variar segundo as diferentes linhas teóricas. A visão tradicional sobre comunidade, subsidiária da tradição de estudos sobre sociedades camponesas, estaria baseada no princípio de que se trata de uma unidade com certo grau de coesão social composta por pessoas que compartilham interesses (REDFIELD, 1960), territórios geográficos (MINAR e GREER, 1969), um sistema ou uma estrutura social (WARNER, 1941). A ideia de comunidade foi repensada nas abordagens simbólicas, passando a ser entendida a partir dos contextos em que era acionada e da interpretação dos envolvidos, que lhe fornecem seus conteúdos culturais (BARTH, 1976; COHEN, 1985; ANDERSON, 1983). Mais contemporaneamente, observa-se um aumento no uso de uma linguagem centrada na comunidade – "consciência comunitária", "desenvolvimento e reconstrução da comunidade" e "valores e trabalhos comunitários" – como sinônimo para localidade, etnia, religião, ocupação, recreação e interesses, mantendo a "ideia de que é o ambiente mais essencialmente 'deles', e de que estão preparados para afirmar a sua propriedade e adesão, vocalmente e agressivamente, em face de ideias e grupos opostos" (RAPPORT, 1996, p. 116).

Essas perspectivas mais contemporâneas, sejam elas convergentes com o "governo das comunidades" (LI, 2006) ou com a forma e os termos de identificação das próprias, confluem para uma ideia de "autonomização" e "responsabilização" (LI, 2006). Como disse Li, na formulação claramente neoliberal do Banco Mundial, as comunidades de pessoas pobres foram encorajadas a assumir a responsabilidade pela sua própria melhoria, engajando-se com os mercados, aprendendo a conduzir-se na arena competitiva e fazendo escolhas apropriadas (LI, 2006, p. 6). Para fazer isso, foi preciso facilitar, intervir, aprimorar, animar as comunidades.

Ainda que essa visão esteja bastante presente nos modelos de relacionamento com comunidade, a manutenção de uma visão mais clássica na definição apresentada no manual da International Finance Corporation (IFC) desconsidera as próprias críticas feitas nos campos científicos, políticos ou mesmo no diálogo de alguns

pesquisadores com o conhecimento aplicado ao campo do desenvolvimento (como no caso de Guijt e Shah já citado aqui). Prevalece a definição atrelada à "ideologia da harmonia" (NADER, 1994).

Contudo, encontramos limites à análise conceitual do termo comunidade, visto que não é teórico o uso que se faz dele no meio empresarial, mas sim instrumental. De certo modo, as definições conceituais apresentadas sinteticamente nos glossários até contradizem os modos como tem sido incorporado aos modelos de gestão, organizados para gerenciar o conflito. A apreensão de seus significados depende de uma leitura sobre seus usos em contextos performativos de enunciação, nos quais as comunidades são transformadas em objeto do planejamento e da ação empresarial.[7]

Por um lado, sendo o planejamento uma ferramenta voltada para o controle dos procedimentos empresariais, a participação como modelo de gestão social será justificada como um mecanismo para garantir a previsibilidade e o sucesso no relacionamento com as comunidades, ou seja, como meio para assegurar o consenso e a "harmonia" (NADER, 1994)[8] em torno dos projetos de desenvolvimento

7 Em meu trabalho sobre as práticas empresariais de licenciamento ambiental no Brasil (BRONZ, 2016), pude constatar a centralidade que as ações de planejamento assumem no cotidiano de trabalho dos empresários. A linguagem empresarial, assim como, em muitos casos, a linguagem estatal, é uma língua povoada de "mentos": planejamento, posicionamento, alinhamento, gerenciamento, relacionamento, licenciamento, enfim, todos os procedimentos e empreendimentos (BRONZ, 2016). Esses vícios de linguagem, em que se repetem os substantivos derivados de verbos, transformam ações (ou processos) em coisas com contornos bem definidos. Isso está profundamente ligado à ideia de que as ações podem ser racionalmente estudadas e edificadas (estamos bem perto, aqui, do que os empresários chamam de planejamento).

8 Laura Nader, em *Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos* (1994), analisa a forma como a ideologia da harmonia foi incorporada aos modelos legais como técnicas de pacificação, tornando-se uma ideologia estruturante da nossa cultura. A autora traça um paralelo entre os funcionamentos coercitivos dessas ideologias em três contextos diferenciados: entre os zapotecas e outros povos colonizados, nos EUA (de 1975 até a era Clinton), na criação e utilização da Alternative Dispute Resolution (Resolução Alternativa de Disputa), estilos conciliatórios, com os movimentos da década de 1960 que lutavam por direitos em geral. Para Nader, a ideologia da harmonia se tornou parte do sistema de controle hegemônico que se espalhou pelo mundo todo com a colonização política europeia e a evangelização cristã. Os "modelos jurídicos de harmonia foram usados para dominar povos através de sua socialização, visando à conformidade nos contextos coloniais" (NADER, 1994, p. 21).

(garantindo a licença social para operar). Por outro lado, os dispositivos técnicos elaborados para subsidiar a ação empresarial se voltam, justamente, para a gestão dos conflitos que as comunidades podem protagonizar.[9] Vamos explorar melhor essa contradição mais adiante.

Manuais como fontes de análise

Com os manuais, guias e *kits* de ferramentas a tiracolo, os gestores, consultores, *coachings* e técnicos exibem uma linguagem repleta de normatividades e prescrições sobre como conduzir o relacionamento com as comunidades afetadas por seus projetos a fim de evitar conflitos e dispêndios extras, reparações, mitigações ou mesmo processos judiciais. Reúnem-se e planejam inúmeras vezes cada passo, cada palavra, cada encaminhamento que será dado a esse relacionamento. Dividem as comunidades segundo critérios que seguem o passo a passo das metodologias, definem estratégias com base em previsões sobre temas que lhes serão sensíveis, reúnem e contabilizam falas, demandas, percepções, anseios. Assim, esperam recrutar o "engajamento das comunidades", prover o "apoio à comunidade" e promover o "desenvolvimento comunitário". Tudo isso com base na construção de um "relacionamento positivo com as comunidades".

Os termos citados entre aspas no parágrafo anterior aludem a um conjunto de expressões retiradas de manuais produzidos por duas organizações, a International Finance Corporation (IFC) e o International Council on Mining and Metals (ICMM).[10] As duas instituições são referência no meio empresarial por seu protagonismo nos debates acerca das práticas de sustentabilidade e de investimentos sociais e por sua produção amplamente difundida de manuais, guias e *kits* de ferramentas de planejamento e gestão. Como chamaram atenção os autores Boltanski e Chiapello (2009), esse tipo de

9 "O que se afirma ser universal é, penso eu, *uma perspectiva hegemônica da disputa*. A hegemonia mais recente se desenvolveu nos Estados Unidos durante a década de 70 e a partir desse momento passou a ser exportada para o mundo inteiro – uma hegemonia a que me refiro como ideologia da harmonia, uma harmonia coerciva, cuja função primária é a pacificação" (NADER, 1994, p. 26, grifo meu).

10 Ver ICMM (2015); IFC (2009, 2010).

literatura da administração tem um caráter moral e prescritivo que fornece os termos de uma normatividade própria ao sistema capitalista. Mais contemporaneamente, essa literatura influenciou decisivamente nas elaborações do "novo espírito" incorporado de um senso de justiça social.

Os manuais, como os livros sagrados, são produtores de uma crença e de uma moral que justificam e orientam a ação empresarial, provendo um conjunto de códigos de comportamento. Para que suas indicações sejam seguidas e incorporadas às práticas dos funcionários, é preciso muito trabalho e originalidade. Também são necessários recursos para contratação de equipes, *coachings*, consultores, programadores, redatores, revisores, diagramadores, especialistas das mais diversas ordens. Todos destinados a perseguir as orientações dos modelos que eles contêm.

> Mesmo que as coisas não funcionem como estabelecidas nos esquemas dos programadores, esses esquemas não são simplesmente utopias "na cabeça de alguns projetistas". Eles não são "esquemas abortivos para a criação de uma realidade". São "fragmentos da realidade". Eles "induzem toda uma série de efeitos no real". Eles "cristalizam-se em instituições, informam o comportamento individual, atuam como grades para a percepção e avaliação das coisas". Eles sinalizam um novo modo como o social, o político e o econômico podem ser limitados e dissecados. Eles tornam certos tipos de intervenção pensáveis e sugerem novas táticas (LI, 2006, p. 3-4, tradução minha).[11]

Como "atos de fala" (AUSTIN, 1974) e "atos de sociedade" (PEIRANO, 2001), os manuais e os modelos ganham um sentido performativo. "Também é possível agir e fazer pelo uso de palavras"

11 No original: "Even if things do not work out as laid down in programmers schemes, these schemes are not simply utopias 'in the heads of a few projectors.' They are not 'abortive schemas for the creation of a reality. They are fragments of reality.' They 'induce a whole series of effects in the real.' They 'crystallize into institutions, they inform individual behavior, they act as grids for the perception and evaluation of things.' They signal new ways in which social, political and economic processes can be bounded and dissected. They make certain kinds of intervention thinkable, and suggest new tactics" (LI, 2006, p. 3-4).

(PEIRANO, 2001, p. 9). "Fatos" e "pessoas" são construídos e reconstruídos por meio dessa linguagem, sendo esse um processo de construção continuamente mascarado (PEIRCE, 1944). As definições devidamente autorizadas pelos materiais e apoiadas na função referencial da linguagem dos modelos ganham conteúdo persuasivo e se tornam inquestionáveis no cotidiano de trabalho de funcionários e consultores. Quero me ater a esse processo contínuo de construção da comunidade nos manuais e em seus modelos, que parece refletir mais a constituição da empresa como sujeito do que as próprias comunidades como objeto de suas ações.

> Fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos com a linguagem e fazemos coisas para a linguagem, mas a linguagem também é a coisa que fazemos. A linguagem é um nome para o nosso fazer: tanto "o que" fazemos (o nome da ação que caracteristicamente realizamos) quanto aquilo que efetuamos, o ato e suas consequências (BUTLER, 1997, p. 8, tradução minha).[12]

Para analisar o que faz a linguagem dos modelos, recupero seus contextos de enunciação, em que adquirem força convencional por meio de atos que procuram informar, ordenar, advertir, comprometer-se (os modelos por suas "forças ilocucionárias") (AUSTIN, 1974). A análise também persegue os efeitos que essa linguagem produz sobre os pensamentos, os sentimentos e as ações (os modelos por suas "forças perlocucionárias"), procurando seus propósitos intencionais e não intencionais de convencer, persuadir ou confundir (AUSTIN,1974). Os manuais, como uma linguagem hegemônica, governam e constituem sujeitos, sendo, portanto, um dispositivo de poder.

12 No original: "We do things with language, produce effects with language, and we do things to language, but language is also the thing that we do. Language is a name for our doing: both 'what' we do (the name for the action that we characteristically perform) and that which we effect, the act and its consequences" (BUTLER, 1997, p. 8).

Um modelo de relacionamento com comunidade

Um Manual de Relacionamento com Comunidade, especificamente formulado para o uso interno dos funcionários de uma empresa mineradora brasileira, nos servirá de base para análise.[13] Segundo os termos que lhes são próprios, o manual tem por objetivo "reunir diretrizes e orientações de aplicação prática em alguns dos temas relevantes para a atuação social da empresa". Na introdução, encontramos abalizados os sentidos morais associados à incorporação de um modelo de governança voltado para a gestão do social:

> A adoção de um processo de atuação social fundamentado no relacionamento e diálogo social efetivos com as comunidades assume cada vez mais relevância estratégica para a empresa.
>
> Ouvir as aspirações e investir no desenvolvimento socioeconômico das comunidades, respeitando suas características socioculturais e necessidades, é o que se espera de uma empresa comprometida com a sustentabilidade. Além disso, a "licença social para operar" exerce papel fundamental para permitir o crescimento das operações e o desenvolvimento da comunidade (Manual de Relacionamento com Comunidade).

O discurso é muito plástico e poderia ter sido extraído de qualquer manual ou empresa. Ao mesmo tempo, deixa muito explícito, e logo na introdução, que o modelo de gestão proposto fornecerá um modo de incorporar as comunidades a um novo cenário de mudanças, no qual se concebe apenas um caminho para o desenvolvimento. Um caminho protagonizado pela empresa. O olhar sobre a comunidade pode apenas enxergar aquela parte dela que se relaciona com a empresa, sendo sua criação, desse ponto de vista, concomitante e "inaugural" ao empreendimento. O "respeito às suas características socioculturais e necessidades" esbarra nesse limite compreensivo e, digamos, histórico e cultural.

O Manual tem cerca de 220 páginas, impressas em papel *couchê*, com muitas cores e imagens. Ele está organizado em quatro

13 Este manual tem os materiais da IFC e do ICMM como suas fontes, incorporando visivelmente as ideias difundidas pelas metodologias desses institutos empresariais internacionais.

eixos temáticos: diálogo social, gestão de demandas da comunidade, comunidades tradicionais e remoção involuntária. Os quatro temas têm a comunidade como protagonista das ações empresariais. Para cada um deles, os funcionários são aconselhados a adotar formas de tratamento especificadas nos modelos de governança. Concentrei minha análise nos dois primeiros eixos.[14]

O modelo contido no Manual conta com um sistema *on-line* padronizado, acessível de qualquer computador, vinculado a um banco de dados integrado nacionalmente. A orientação para os funcionários, espalhados por vários lugares do Brasil, é que o utilizem como uma base de informações para a tomada de decisões e antecipação de riscos, como um mecanismo para endereçar as preocupações e demandas das comunidades e gerenciar suas resoluções e respostas.

Junto com o Manual, em anexo, encontramos um pequeno documento chamado Guia Rápido no qual são sumarizadas as tarefas dos funcionários no relacionamento com comunidade. No Guia, as atividades são desmembradas em três eixos temáticos incorporados ao modelo de gestão integrada: gestão de demandas da comunidade; gestão de questões críticas e *stakeholders*; gestão de dispêndios sociais.[15] O anexo tem cerca de 21 páginas e, em cada uma delas, encontramos cinco ou seis referências de ações para os funcionários em sentenças iniciadas com verbos como: apoiar, estruturar, executar, organizar, desenvolver, orientar, buscar, gerir, acompanhar, elaborar, fornecer, analisar, monitorar, atuar, atualizar, consolidar,

14 O tema das "comunidades tradicionais" merece um artigo à parte porque traz particularidades no tratamento que lhes é dado no meio empresarial. O relacionamento da empresa com comunidades tradicionais costuma ser alvo de maior atenção e cuidado por implicar um conjunto de obrigações referentes aos mecanismos de regulação governamental, intragovernamental e do próprio mercado empresarial, na medida em que são consideradas como protagonistas dos debates sobre sustentabilidade e meio ambiente. Esses mecanismos, de certo modo, levam as empresas a incorporar a cultura como uma variável em seus modelos de planejamento e gestão.

15 "*Stakeholders* (partes interessadas): Indivíduos ou grupos que podem afetar ou ser afetados pelas atividades da empresa. Na nossa linha de atuação, os principais *stakeholders* são em geral: empregados, comunidades vizinhas, comunidades tradicionais, governos locais, regionais e nacionais, acionistas, clientes, fornecedores, imprensa, comunidade científica, sociedade civil organizada (ONGs) e sociedade em geral" (Manual de Relacionamento com Comunidade).

realizar, designar, manter, construir. São 41 ações recomendadas, as quais devem resultar na "entrega" de 19 produtos, entre relatórios, planilhas preenchidas, cadastros, planos de ação, ações sociais e projetos.

Os números citados parecem suficientes para indicar o tempo demandado aos funcionários na execução dessa enorme quantidade de atividades associadas à aplicação dos modelos. Gastam, sem dúvida – posso dizer por experiência própria –, muito mais tempo cumprindo essas tarefas, preenchendo fichas, sistematizando informações, produzindo relatórios, inserindo dados nos bancos de informações do que, propriamente, se relacionando com as comunidades. Essa automatização do trabalho e concomitante afastamento das relações interpessoais com os membros das comunidades tem um efeito direto sobre o fortalecimento da crença nesses próprios modelos, retroalimentando-se dos devaneios das equipes do social, constantemente abordadas por seus gerentes e diretores com a seguinte questão: "o que a comunidade quer?".

A comunidade ganha concretude para a empresa em suas queixas (*grievances*) ou em suas demandas. O modelo seria, assim, uma forma de estruturar a entrada de demandas e manifestações da comunidade, possibilitando o adequado tratamento dessas, minimizando ou evitando passivos de relacionamento. O atendimento da demanda inclui cadastro, análise, elaboração e acompanhamento do plano de ação. A demanda pode ser captada por meio do diálogo social, dos canais de comunicação da empresa, nas avaliações de impacto e análises de risco – estas especialmente nos casos envolvendo possibilidades de violações aos direitos humanos, que podem prejudicar bastante a imagem das empresas.

As demandas ganham centralidade nos modelos, sendo geralmente posicionadas na primeira coluna da planilha. A partir dessa coluna, elas vão sendo indexadas com informações sobre o momento em que aparece, a pessoa que a traz, a comunidade a qual pertence, seu histórico de relacionamento com a empresa, custos e impactos. Na medida em que se tornam frequentes e tocam em aspectos que podem gerar problemas para a empresa, as demandas da comunidade podem se converter numa questão crítica, para a qual se dará um tratamento de um dispêndio social.

> Dispêndios sociais são ações que visam gerir impactos sociais de operações e projetos, contribuindo para o desenvolvimento local dos territórios, melhorando o relacionamento com comunidades e fortalecendo a imagem da empresa (Manual de Relacionamento com Comunidade).

O modelo como linguagem induz o relacionamento e o próprio olhar sobre a comunidade, entendida como um repositório local de demandas, um conjunto de dispêndios, uma rubrica no orçamento empresarial. As demandas e as questões críticas são representadas em uma das figuras contidas no Manual como o "ponto focal do relacionamento com comunidade". A comunidade antecede o relacionamento, pois o planejamento é a primeira etapa de todos os processos de gestão, implicando a produção de diagnósticos e prognósticos, imprimindo um olhar sobre ela que circunscreve e limita a visão dos funcionários apenas aos aspectos com interface e de "interesse" da empresa.

Uma das justificativas apresentadas no Manual para a adoção do modelo se refere ao fato de ele permitir

> [...] uma visão unificada dos assuntos críticos dos territórios, fornecendo informações estruturadas para decisões executivas, bem como definindo ações que possibilitem a mitigação dos impactos e promoção do bom relacionamento com todos os *stakeholders* (Manual de Relacionamento com Comunidade).

Da forma como o Manual apresenta, atribui-se uma relação direta entre o planejamento empresarial e o "bom relacionamento" que ele produz. Defende-se que os modelos podem garantir esse bom relacionamento. Isso vem ilustrado com um exemplo de melhores práticas referente ao uso do modelo como projeto piloto em um dos territórios onde a empresa atua. No caso narrado, foi destacado o fato de a ferramenta *on-line* facilitar o trabalho do gestor ao apresentar as pendências próximas de vencer na tela inicial de seu computador. Segundo o Manual, a partir disso, o gerente, junto com sua equipe, pode discutir e priorizar as ações de acordo com a criticidade dos itens (cujo grau é medido pelo sistema), gerando um planejamento para os próximos dias ou semanas.

> A ferramenta permite o monitoramento das manifestações e registro do histórico, de modo que, quando um analista sai de férias ou da empresa, seu substituto pode facilmente dar continuidade aos processos; uma vez que os registros são atualizados e consistentes, pode-se identificar um padrão de resolução para os temas e formalizá-los e validá-los internamente.

É o modelo que assume o trabalho de tomar as decisões, com base em um padrão de ações e respostas.[16] A ferramenta automatiza o trabalho de gestores e funcionários. O modelo diz o que precisam fazer. O Manual tenta nos convencer de que, mesmo se mudar o funcionário, o processo segue o seu curso e o planejamento se mantém intacto. Ou seja, segundo sua lógica, o relacionamento com a comunidade independeria do relacionamento interpessoal. Não importa qual seja o funcionário de plantão, pois, para o modelo, a natureza das relações não é interpessoal, mas "automática".

Com o "modelo sistemático de controle das ações com comunidades", busca-se estabelecer um padrão de ações na relação dos funcionários com as comunidades, evitando que decisões fragmentadas e locais possam contrariar ou prejudicar o planejamento da empresa como um todo. De fato, no nível operacional, muita coisa foge aos modelos; por isso se gasta tanto com a produção de manuais que visam alinhar o trabalho dos funcionários locais com as linhas de ação definidas pelas diretorias das empresas, que atuam sob a lógica corporativa, estabelecendo um posicionamento anterior à própria questão que o demanda. Desenvolvem-se respostas padrão às demandas das comunidades, que também são inseridas no modelo segundo um esquema interpretativo inspirado nos exemplos já prescritos nas planilhas do manual.

16 O Modelo de Relacionamento com Comunidade não foge ao padrão da linguagem encontrada nas distintas esferas do meio empresarial. Stark e Paravel (2007), por exemplo, são autores que avaliaram o uso de ferramentas tecnológicas como o *PowerPoint* na modernização das formas de demonstração e persuasão. Os autores argumentam que a lógica prescritiva de disposição das informações nesse dispositivo digital, predeterminada pelo próprio programa por meio de seu "assistente de conteúdo" (*wizard*), *slides* mestres (*masters*) e outros tipos de "enquadramento" (*frame*), termina "editando" o pensamento e a linguagem daqueles que o utilizam: "Ele te ajuda a editar, mas também edita você" (STARK e PARAVEL, 2007, p. 8, tradução minha).

O "cadastro de comunidades" incorporado ao modelo tem espaços destinados ao preenchimento das seguintes informações sobre as comunidades: estado, município, nome da comunidade, empreendimento relacionado, funcionário responsável, histórico de relacionamento, impacto, latitude, longitude. Uma vez preenchido esse cadastro, a comunidade passa a ter um nome e uma localização precisa no mapa. O nome não necessariamente corresponde a uma autoatribuição. A comunidade passa a ter também um "histórico de relacionamento" com a empresa, preenchido por tópicos contendo o resumo dos eventos em que se apresentou para tratar de situações relacionadas aos empreendimentos, suas principais lideranças em atividade, seus argumentos e formas de articulação política.

Nessa lógica de inclusão de dados ao modelo, as formas de organização social das comunidades, seus valores culturais, identidades, modos de vida, crenças, valores e relações parecem pouco importar, até que uma demanda se converta em uma questão crítica sujeita a um dispêndio social. Ainda assim, o dispêndio privilegiará um tipo de "projeto" adequado ao esquema predefinido do modelo. Para que seja possível "alinhar investimentos sociais das empresas com demandas das comunidades", o tipo de dispêndio social autorizado será predeterminado. Vejamos um exemplo contido no manual.

Tabela 1. Exemplo de etapa do modelo de gestão integrada

	Exemplos de demandas e/ou questões críticas	Identificação de *stakeholders* críticos/ relevantes	Dispêndios sociais no Plano Plurianual de Ações
Demandas	instalação de portão de acesso marcar reunião com líder de comunidade camisas de time de futebol	Representantes do poder público (esferas municipal e estadual) Líderes atuantes das comunidades (lideranças comunitárias formais ou não formais) Atores sociais estratégicos (representantes de ONGs e movimentos sociais representantes acadêmicos fornecedores associações de classe imprensa formadores de opinião)	Compra de camisas de time de futebol (NÃO) Reparo às casas danificadas (SIM) Construção de tela e redução de poeira (SIM) Plano de fornecimento de água à comunidade (SIM) Plano de desenvolvimento econômico da região (SIM) Construção de passarelas e cercas na ferrovia (SIM)
Questões críticas (impacto ambiental, social, legal, ou em saúde e segurança)	poeira na casa de um morador; casa rachada nas proximidades; abastecimento de água nas redondezas; atropelamentos e abalroamentos ao longo das ferrovias		

O modelo e os exemplos contidos no Manual induzem a uma interpretação. A comunidade na planilha se converte num sujeito que demanda. Afinal, como se pode ver no exemplo na Tabela 1, é para ela que se dirigem os dispêndios. Os portadores dessas demandas não são apenas seus líderes (comunitários), mas todos aqueles que ajudam os funcionários das empresas a construir uma interpretação sobre as comunidades (*stakeholders* críticos/relevantes). Eles ajudam a identificar a relação entre uma demanda e uma questão crítica a partir de uma interpretação sobre os impactos do empreendimento.

Não é qualquer tipo de demanda que pode virar um dispêndio. Ela precisa se enquadrar nos pressupostos e nas representações sobre o desenvolvimento comunitário internacionalmente difundidos, em que as comunidades, situadas às margens do desenvolvimento, precisam de "ajuda" e de "apoio" para que possam se integrar a ele. E, mais do que isso, elas precisam de ajuda/apoio até para saber formular suas próprias demandas.

Como uma visita que aparece na sua casa sem ser convidada, a empresa se aproxima das comunidades para impor a elas seus modelos de governabilidade, ensinando-lhes sobre as formas mais eficazes de garantir seu bem-estar, de aprimorar suas condições, de aumentar seus índices de saúde, longevidade e nível educacional, educando seus desejos, configurando seus hábitos, suas aspirações e crenças. Algo que nos remete ao que Barroso (2009) identificou como "o caráter pedagógico da 'ajuda'", característico das ações da cooperação internacional norueguesa, implementada sob a justificativa de fazer o "bem", mas "dando continuidade aos arquivos de imagens coloniais em que a superioridade do homem branco, transformada em 'boas intenções', continua a ser o ponto de partida" (BARROSO, 2009, p. 85).

Um aspecto paradoxal dessa forma de governo ou governabilidade é o fato de a comunidade ser considerada algo que tem uma existência natural – representada também como aquela que resguarda uma forma equitativa, sustentável, autêntica e democrática de vida –, mas que precisa ser melhorada pelos especialistas. Como disse Li (2006, p. 5), "é o paradoxo da comunidade que a torna um local exemplar para a intervenção governamental: os especialistas não as

dirigem nem as dominam, mas têm sempre um trabalho a fazer". O principal deles é engajar as comunidades na responsabilidade por sua própria melhoria, aprendendo a fazer escolhas apropriadas.

É por esse conjunto de representações sobre a comunidade que o modelo aqui analisado autoriza a investir em planos de desenvolvimento econômico, mas não em dispêndios com a compra de camisas de time de futebol. Segundo os princípios dessa moral, não se pode doar coisas, mas ensinar a comunidade a ganhar dinheiro – como naquela imagem popularizada de que é preciso ensinar a pescar e não apenas dar o peixe. Os projetos sociais considerados válidos são aqueles voltados para a promoção de uma condição de vida produtiva ou digna para a comunidade segundo os padrões das regulações internacionais dos direitos humanos. Os projetos e planos são concebidos como formas de construir um legado positivo, promovendo melhorias, aprimorando sua participação no desenvolvimento.

> Projeto social: uma ação organizada e planejada com a finalidade de enfrentar um problema social de pobreza, exclusão, e com isso promover uma mudança nessa realidade social (glossário do Manual de Relacionamento com Comunidade).

Os outros tipos de dispêndios são direcionados para sanar aspectos mal resolvidos dos próprios empreendimentos, impactos mal geridos, riscos à imagem e ao "valor" da empresa no "mercado" da sustentabilidade. Nessa direção, as demandas que se vinculam a violações das condições de vida das comunidades ocupam uma grande parcela das ações autorizadas como dispêndios. No anexo do Manual, em CD, temos um compêndio de tratados, códigos de conduta e políticas que se referem à temática dos direitos humanos, junto com uma matriz que fornece os termos para que os funcionários incluam informações para mensurar os riscos de desrespeito a esses valores e parâmetros por parte do empreendimento.

Na planilha referente ao cadastro da demanda, disponível em outro anexo do Manual, há um campo para que o funcionário atribua uma nota à severidade da demanda em termos de seu impacto financeiro e não financeiro para a empresa, considerando os riscos de acordo com os padrões estabelecidos nas normas internas de

risco operacional. Os custos dessas violações são um aspecto marcadamente desinteressado das ações de apoio e ajuda comunitária empreendidas pelos funcionários.[17]

A ideia de apoio (*support*) foi incorporada de modo mais proeminente nos guias empresariais. No manual *Understanding company-community relations toolkit*, publicado pelo ICMM em 2015, o primeiro capítulo é dedicado a explicar o que é apoio comunitário.

> O apoio comunitário pode ser entendido como um reflexo positivo de quatro fatores ou indicadores que espelham a qualidade das relações entre uma empresa e sua comunidade anfitriã. Esses quatro indicadores se sobrepõem em um certo grau e influenciam um ao outro e, como tal, devem ser avaliados em conjunto. São eles: legitimidade; compatibilidade de interesses; respeito; confiança (ICMM, 2015, p. 12, tradução minha).[18]

Para o ICMM, o "apoio comunitário" seria o resultado de quatro indicadores que podem ser medidos com o uso das planilhas disponibilizadas no *kit* de ferramentas. O "grau de legitimidade", por exemplo, se mede com base em três fatores: as "autorizações legais", o "alinhamento em relação às expectativas sociais" e a "aceitação individual". A "compatibilidade de interesses" também é algo que se mede pela ótica do alinhamento de interesses, avaliando se são "alinhados" e "complementares" ou "mutuamente excludentes". Nesse caso, como diz o manual, serão mais valorizadas as interações que tendem para o tipo de relação "ganha-ganha" (*win-win*).[19] A ideia

17 Isso nos remete a outra ideia tratada por Barroso (2009), sobre o suposto desinteresse das campanhas de cooperação internacional norueguesa e a construção de uma autoimagem de solidariedade e de ausência de motivos egoístas para o envolvimento do governo e da população. Citando um estudo realizado por Eriksen em 1987, Barroso chama atenção para o dado de que metade dos recursos destinados à cooperação retornava à Noruega na forma de pagamentos de salários e da compra de produtos.

18 No original: "Community support can be understood as a positive reflection of four factors, or indicators, that reflect the quality of the relationships between a company and its host community. These four indicators overlap to a certain degree and influence one another, and as such, they must be evaluated together. These are: legitimacy; compatibility of interests; respect; trust" (ICMM, 2015, p. 12).

19 Laura Nader (1994) menciona a presença dessa retórica do ganha-ganha, difundida junto aos modelos legais da harmonia, nas técnicas de resolução alternativa de disputas (ou ADR) aplicadas a partir dos anos 1970.

de que "todos saem ganhando" está bastante associada à retórica do "apoio à comunidade".

O "respeito" e a "confiança", os outros dois indicadores citados, não são encarados apenas como sentimentos, como nos remeteria o emprego desses termos no senso comum. Eles podem ser medidos por meio de "elementos-chave" como, no caso do respeito, "dinâmica interpessoal", "fronteiras e práticas culturais", "intercâmbio de informações", "solução conjunta de problemas e tomada de decisões"; e, no caso da confiança, "verdade", "credibilidade", "transparência" e "alinhamento entre expectativas e capacidades".

> [...] o respeito não é apenas um sentimento; ele tem um componente comportamental importante – quando respeitamos alguém, tratamos essa pessoa de uma maneira específica, evitando certos comportamentos em relação a ela (ICMM, 2015, p. 14, tradução minha).[20]

As variáveis mencionadas fornecem a métrica dos indicadores ao serem tabuladas nas planilhas, atribuídas com notas e cores que indicam o grau de risco das relações empresa-comunidade (*company-community*) do ponto de vista da empresa. Voltamos aqui ao ponto em que se valoriza a estratégia e o planejamento. A partir de entrevistas, reuniões e demais tipos de atividades em grupo e de um conjunto de interpretações comportamentais sobre a ação humana, os funcionários e gerentes procuram materializar os sentimentos das comunidades e prever suas ações.

Muito constantemente, equivocam-se em seus prognósticos e se surpreendem com a realidade, quando precisam se distanciar do mundo dos modelos por alguns instantes e se relacionar com pessoas de carne e osso. Contudo, os afetos e as relações que se constroem entre funcionários e pessoas da comunidade parecem ainda não interferir nos modelos. O mesmo seria válido para os desafetos, as violências e as estratégias politicamente incorretas acionadas

20 No original: "[...] respect is not just a feeling; it has an important behavioral component – when we respect someone, we treat that person in a specific way, refraining from certain behaviors vis-à-vis him or her" (ICMM, 2015, p. 14).

localmente pelos funcionários.[21] Até quando o relacionamento pautado falha, os empresários fazem uso de distintas técnicas e metodologias para produzir o consenso, que são reunidas e difundidas no meio empresarial em torno da ideia de diálogo social.

> Diálogo social: forma de engajamento entre a organização e indivíduos de uma comunidade, realizada de forma planejada e contínua, com o objetivo de compartilhar informações e compreender interesses e expectativas – especialmente aquela voltada à tomada de decisão pela organização. Promove entendimento mútuo, confiança, cooperação, envolvimento e comprometimento entre as partes. Deve se caracterizar, ainda, por um processo de interação compartilhado, respeitoso, inclusivo e participativo, favorecendo a livre expressão (escuta e fala) igualitária das partes envolvidas (glossário do Manual de Relacionamento com Comunidade).

As abordagens de diálogo social seguem as tendências dos modelos participativos já mencionados. No Manual de Relacionamento com Comunidade, são enumeradas algumas técnicas e ferramentas participativas que os funcionários podem utilizar em suas atividades: *peer spirit* (círculo); *open space*; *appreciative investigation*; *world café*; *talking peace*; diagnóstico rural participativo; mapa falado; diagrama de fluxo; diagrama de Venn; matriz comparativa.

Um aspecto fundamental das atividades de diálogo se refere à preparação dos porta-vozes das empresas. O Manual indica que várias iniciativas podem ser adotadas nas preparações das equipes, como: *media training* para porta-vozes locais; treinamento com

21 Um exemplo de como as práticas locais podem divergir dos manuais politicamente corretos é o caso narrado pela antropóloga Ana Flávia Santos (2014) sobre um encontro seu com funcionários de uma empresa mineradora instalada em Conceição do Mato Dentro, MG, quando foi recebida pelo gerente de relações-públicas com um "calhamaço de páginas" que continha informações sobre o programa de relacionamento comunitário e, logo depois, veio ao seu encontro o chefe de segurança, acompanhado por um morador, sujeito encarado pelos outros moradores como uma espécie de "valentão", pelo qual se sentiam ameaçados. Esse sujeito, segundo Santos, tinha sido contratado pela empresa para acompanhar "as incursões dos corretores junto a herdeiros de terras familiares, em tentativas de adquirirem direitos e posses de terrenos considerados estratégicos para a empresa" (SANTOS, 2014, p. 143-144).

especialistas em processos de diálogo social e engajamento (técnicas de diálogo, ferramentas participativas); visitas técnicas monitoradas no território; *workshops* internos. O Manual diz que "é importante pensar estrategicamente primeiro, antes de partir diretamente para o diálogo", "analisar o contexto histórico, socioeconômico, ambiental e político do território" onde ele se fará, "mapear e reunir um grupo multidisciplinar de pessoas-chave da organização", avaliar a "maturidade e o nível do relacionamento existente entre a empresa e as comunidades". Todas essas ações visam dirimir a instabilidade no terreno do relacionamento.

De acordo com o modelo, são cinco as etapas que se sucedem nos processos de diálogo social: planejar, dialogar, documentar, agir e informar. É valido destacar que, entre as cinco etapas, apenas uma corresponde propriamente ao diálogo. As outras quatro são ações exclusivas da empresa. De fato, o diálogo social não é conduzido para construir relações, mas sim para produzir dados sobre as comunidades – sobre como elas pensam e sobre o que elas querem. Bem como para fazê-las compreender o quanto todos sairão ganhando se empreenderem um bom relacionamento com a empresa ou se cooperarem com as atividades e os projetos por ela propostos. O diálogo social é uma forma de a empresa ajudar a comunidade a ajudá-la.

Nas atividades de interação face a face, como um importante caminho para coletar e incluir dados nas planilhas, a percepção da comunidade é traduzida pelos funcionários para uma linguagem adequada ao modelos. Ignora-se a interpretação que a ela se dá com base em um conjunto de ideias validadas sobre a participação e o conhecimento local (MOSSE, 2004, p. 17). A percepção, como um tipo de conhecimento construído no próprio contexto do planejamento, reflete as relações sociais que os sistemas de planejamento envolvem (MOSSE, 2004).[22]

22 "Rather, participatory goals are 'official models' in Bourdieu's (1977) sense, maintained through practices and 'officialising strategies' that translate the ground-level operational and tactical concerns of a project into authorized categories (just as villagers themselves translate their concerns into the valid categories of the project). In this sense, participatory goals including ideas about 'peoples knowledge' and 'participatory planning's' are significantly (if not primarily) oriented upwards (or outwards) to legitimize action, to explain, justify, validate

A percepção é coletada, indexada, quantificada, qualificada, e serve de base para o planejamento das etapas seguintes de diálogo social, que as estratégias permitem harmonizar, pacificar e conduzir. Sob esse aspecto, é falho o modelo conceitual da criação de ambientes dialógicos entre empresários e comunidades como meio para construir um "entendimento comum", visto que não se trata de ambientes frequentados por pessoas em igualdade de condições. Essa desigualdade pode ser observada na própria montagem da "cena participativa", com todos os aparatos retóricos e tecnológicos de que fazem uso em suas estratégias persuasivas (BRONZ, 2016).[23]

O diálogo não é desinteressado porque não o é desde sua origem. Se voltarmos ao trecho deste artigo em que cito os dois parágrafos introdutórios do Guia, em que é justificada a importância da incorporação do modelo às práticas de gestão, retornaremos à ideia de que se trata de um instrumento com "relevância estratégica" para a empresa, capaz de garantir a "licença social para operar" e, consequentemente, "o crescimento das operações e o desenvolvimento da comunidade". Se há algo de genuíno nesse *ethos* empresarial da sustentabilidade é que os empresários realmente desejam o "desenvolvimento da comunidade".

A comunidade dos empresários é como um ego refletido em seus próprios desejos.[24] Os termos de reconhecimento que tornam

---

higher policy goals, or mobilize political support rather than downwards to orientate action" (MOSSE, 2004, p. 27).

23 "Chame-se de processo de diálogo social ou de Programa de Comunicação Social, ambas as abordagens podem ser entendidas como tecnologias de domesticação dos conflitos e ocultação dos jogos de poder. Isto ocorre na medida em que os grupos são classificados, suas ações são estudadas e previstas, e suas tensões são neutralizadas por meio da adoção de técnicas de mediação de conflito e negociação. As abordagens utilizadas pelos empreendedores e consultores terminam, assim, por 'tecnificar' e despolitizar os cenários em que são aplicadas" (BRONZ, 2016, p. 460).

24 O desejo, para Vincent Crapanzano (1992) é um aspecto fundamental na construção que fazemos de nós mesmos (*selves*) e dos outros – o *self* é um momento aprisionado no movimento dialético entre o próprio *self* e o outro. Esse movimento reflexivo por meio do qual o ego toma consciência de si e se constitui ocorre por meio da linguagem, em conversações com o outro. É a tipificação que permite a construção de significados e possibilita o espaço do desejo. A convenção, a lei, a gramática e a autoridade se tornam um "terceiro" que estabiliza a relação entre o *self* e o outro.

a sua existência possível funcionam à sua própria imagem e semelhança.[25] Contudo, os modelos são apenas seus substitutos simbólicos, porque o desejo é algo que dificilmente pode ser totalmente satisfeito e o "outro", que é o objeto desse desejo, jamais poderá ser completamente possuído. "O desejo deve sempre ser satisfeito, na medida em que possa ser satisfeito, por substitutos simbólicos para o que ele nunca pode possuir" (CRAPANZANO, 1992, p. 89, tradução minha)."[26]

As comunidades não cabem nos modelos

Nos dispositivos utilizados para produzir uma informação inteligível sobre as comunidades, joga-se luz apenas nos assuntos que têm relação com a empresa, obscurecendo os termos de suas próprias identificações, histórias, de seus próprios planejamentos, reconhecimentos e direitos. Interpretando os modelos dispostos nos manuais, aprendemos os significados atribuídos a "comunidade" do ponto de vista das ações empresariais de relacionamento: um recorte e uma unidade territorial definida a partir do empreendimento, um conjunto de pessoas que demanda "apoio" e "ajuda", uma unidade governável, um espelho refletindo a própria imagem da empresa.

No diálogo com funcionários de distintas empresas, foram vãs minhas tentativas de convencê-los a não empregar o termo comunidade no singular nos modos como recortavam. Tampouco consegui convencê-los de que, em muitas situações, não seria próprio usar a palavra território como sinônimo de comunidade. Talvez por julgarem ser este um rigor linguístico de pouca relevância de minha parte, o fato de não compreenderem ou aceitarem a crítica informa sobre o caráter ideológico e eficaz da produção desses discursos, cuja própria trajetória de construção não deixa rastros.

---

25 "O sujeito passa a 'existir' em virtude dessa dependência fundamental ao endereçamento do Outro. Ele não 'existe' apenas em virtude de ser reconhecido, mas, num sentido anterior, por ser reconhecido. Os próprios termos que facilitam o reconhecimento são convencionais, são os efeitos e os instrumentos de um ritual social que decide, muitas vezes através da exclusão e da violência, as condições linguísticas dos sujeitos sobreviventes" (BUTLER, 1997, p. 4, tradução minha).

26 No original: "Desire must always be satisfied, insofar as it can be satisfied, by symbolic substitutes for that which it can never possess" (Crapanzano, 1992, p. 89).

Em uma reunião, tive a oportunidade de conversar com o vice-presidente de uma empresa sobre a adoção de medidas para compensar algumas comunidades de pescadores afetadas por um empreendimento portuário. Sentei-me à extensa mesa de mármore preto disposta na firma de advocacia, entre funcionários, gerentes, advogados e mais um colega de trabalho que testemunhou a cena, para apresentar a ele o plano de compensação definido em reuniões com os pescadores. Uma das medidas propostas foi a construção de um pequeno estaleiro, no canto da principal praia de sua cidade, onde, no passado, já teria existido um e onde os pescadores mantinham sua base de trabalho e de encontros. Assustado com o preço do terreno e alegando ter sido ele afetado pela especulação praticada por aqueles moradores "espertinhos" que queriam levar vantagem sobre a empresa, o vice-presidente ordenou que eu buscasse fazer uma pesquisa de preços nas proximidades, inclusive no município vizinho, para estudar a possibilidade de construir o estaleiro em outro lugar. Consternada com sua "demanda" e sendo ainda muito jovem e impávida, contestei a ordem, justificando que a construção do estaleiro não podia ser em qualquer lugar porque o local escolhido havia sido acordado nas conversações com os pescadores e porque, além de ser um ponto focal da sociabilidade comunitária, tinha um grande "valor simbólico" (*sic*) para as comunidades. Enquanto discursava, pude observar um enrubescimento de seu rosto. Assim que terminei, o vice-presidente, num tom de perplexidade, indagação e discordância, bateu com a mão fechada na mesa de mármore e indagou: "Valor simbólico???".

Saí da reunião muito convencida de que o valor simbólico não tinha importância alguma quando se tratava de tomar decisões de valor financeiro para a empresa. Essa era a conclusão mais óbvia. Demorei um pouco mais de tempo para atinar que não se tratava apenas de uma desconsideração calculada, mas de uma falta de compreensão sobre o fato do "valor financeiro" ser também um conglomerado simbólico de valores e representações. Afinal, o custo do terreno que os pescadores queriam, à época, não representava nem um mês de pagamento do contrato de trabalho de 12 meses da empresa com a consultoria para a qual eu trabalhava. O vice-presidente não podia conceber que as medidas de compensação também

pudessem ser balizadas em valores afetivos, simbólicos, comunitários, e não apenas como um "bom negócio" em termos financeiros. Aquela proposta não se encaixava nos modelos.

O peso moral e ideológico de suas próprias representações torna os empresários reféns de uma ausência de criticidade. O domínio do simbólico como algo que não se traduz em moeda escapa à ordem do que é sensível para seus modelos. Sem a compreensão desse domínio, a compreensão sobre as comunidades também lhes escapa. As comunidades não cabem nos modelos porque não há uma "coluna", uma "linha", uma "célula", um "campo" a preencher com informações sobre o que elas dizem que são.

Ao dizer "a comunidade quer", os empresários se comprometem com essa criação e lhe endereça ações, projetos e agendas. Mas, assim como na reação do vice-presidente ao meu comentário, essa linguagem é permeada de violência, sendo ela própria opressiva e não apenas uma representação da opressão. Ela contrasta com os termos utilizados para definir conceitualmente a comunidade como uma unidade social harmônica, o diálogo social como uma forma de buscar soluções conjuntas e os dispêndios como um meio para construir um legado social. O modelo de relacionamento com comunidade age como um dispositivo voltado para a gestão do conflito, procurando avaliar e dirimir os aspectos que podem impactar a empresa, introduzindo uma perspectiva hegemônica sobre a disputa, criando um ambiente de "harmonia coercitiva" (NADER, 1994). Amplamente difundido no discurso empresarial, ele constrói a comunidade como um sujeito numa posição subordinada (BUTLER, 1997). Um sujeito que precisa de ajuda, de apoio, que não sabe como fazer negócios capazes de lhe garantir um futuro. Contudo, os manuais e os modelos do meio empresarial nem sempre funcionam, deixando "aberta a possibilidade de que seu fracasso seja condição de uma resposta crítica" (BUTLER, 1997, p. 19).

Referências

ANDERSON, Bennedict. 1983. Imagined communities. Londres: Verso.

AUSTIN, Justin. 1974. How to do things with words. Cambridge: Harvard University Press.

BARROSO, Maria Macedo. 2009. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação. Um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: E-papers: Laced.

BARTH, Frederik. 1976. "Introducción". In: _____. Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales. México: FCE. pp. 9-49.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. 2009. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes.

BRONZ, Deborah. 2016. Nos bastidores do licenciamento ambiental. Uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa.

_____. 2009a. "Participação ou consulta? Práticas de negociação e políticas de compensação na implantação de projetos industriais no Brasil: o caso dos pescadores do petróleo". In: BOIVIN, Mauricio; HEREDIA, Beatriz; ROSATO, Ana (org.). Política, instituciones y gobierno: abordajes y perspectivas antropológicas sobre el hacer. v. 1. Buenos Aires: Antropofagia. pp. 257-284.

BRONZ, Deborah. 2009b. Pescadores do petróleo. Políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos – RJ. Rio de Janeiro: E-papers: Laced.

BUTLER, Judith. 1997. Excitable speech: a politics of performance. Nova York: Routledge.

CAPRANZANO, Vincent. 1992. "The self, the third, and desire". In: Hermes' dilemma and Hamlet´s desire – on the epistemology of interpretation. Cambridge, Massachusetts e Londres, Inglaterra: Harvard University Press.

CERNEA, Michael M. 1988. Nongovermental organizations and local development. Washington, D. C.: The World Bank (World Bank Discussion Papers, 40).

CHAMBERS, Robert. 1994. "Participatory Rural Appraisal (PRA): challenges, potentials and paradigm". World Development, 22(10): 1.437-1.454.

COHEN, Anthony. P. 1985. The symbolic construction of community. Londres: Tavistock.

COOKE, Bill; KOTHARI, Uma. 2004. Participation. The new tyranny? Londres: Nova York: Zed Books.

ESCOBAR, Arturo. 1995. Encountering development. The making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press.

ESTEVA, Gustavo. 1992. "Development". In: SACHS, Wolfgang (Ed.). The development dictionary. A guide to knowledge as power. Londres: Nova York: Zed Books.

FERGUSON, James. 1996. "Development anthropology". In: BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (org.). Encyclopedia of social and cultural anthropology. Londres: Routledge. pp. 154-160.

FERGUSON, James. 1990. The anti-politics machine: "development", depoliticization and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press.

FRANCIS, Paul. 2004. "Participatory development at the World Bank: the primacy of process". In: COOKE, Bill; KOTHARI, Uma (org.). Participation: the new tyranny? Londres: Nova York: Zed Books. pp. 72-87.

GUIJT, Irene; SHAH, Meera Kaul (org.). 1998. The myth of community: gender issues in participatory development. Londres: Intermediate Technology Publications.

HAYLEI, David. 2004. "Beyond the formulaic: process and practice in South Asian NGOs". In: COOKE, Bill; KOTHARI, Uma (org.). Participation: the new tyranny? Londres: Nova York: Zed Books. pp. 88-101.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MINING AND METALS (ICMM). 2015. Understanding Company-Community Relations Toolkit. Londres: ICMM. Disponível em: https://www.icmm.com/en-gb/publications/understanding-company-community-relations-toolkit. Consultado em: 10 nov. 2016.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). 2009. Addressing Grievances from Project-Affected Communities. Washington, D.C.: IFC. Disponível em: http://www.ifc.org.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). 2010. Strategic Community Investment. A Good Practice Handbook for Companies Doing Business in Emerging Markets. Washington, D.C.: IFC. Disponível em: http://www.ifc.org.

LI, Tania Murray. 2006. "Neo-Liberal Strategies of Government through Community: the Social Development Program of the World Bank in Indonesia". International Law and Justice Working Papers, Global Administrative Law Series, 2006(2):1-35. Disponível em: http://iilj.org/wp-content/uploads/2016/08/Li--Neo-Liberal-Strategies-of-Government-through-Community-2006-2.pdf. Acesso em: jun. 2018.

MINAR, David W.; GREER, Scott. A. 1969. The concept of community. Chicago: Aldine Publishing Company.

MOSSE, David. 2005. Cultivating development. An ethnography of Aid Policy and Practice. London: Nova York: Pluto Press.

MOSSE, David. 2004. "People's knowledge", participation and patronage: operations and representations in rural development". In: COOKE, Bill; KOTHARI, Uma (org.). Participation. The new tyranny? Londres: Nova York: Zed Books. pp. 16-35.

NADER, Laura. 1994. "Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 26: 18-29.

PEIRANO, Mariza. 2001. O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.

PEIRCE, Charles. 1944. Philosophical Writings of Peirce. Seleção e ed. Justus Buchler. Nova York: Dove.

RAHNEMA, M. 1992. "Participation". In: SACHS, Wolfgang (org.). The development dictionary. A guide to knowledge as power. Londres: Nova York: Zed Books. pp. 116-131.

RAPPORT, Nigel. 1996. "Community". In: BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (org.). Encyclopedia of social and cultural anthropology. Londres: Routledge. pp. 114-117.

REDFIELD, Robert. 1960. The little community and peasant society and culture. Chicago: University of Chicago Press.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2008. "Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento". Novos Estudos, Cebrap, 80: 109-125.

SACHS, Wolfgang. 1992. The development dictionary. A guide to knowledge as power. Londres: Nova York: Zed Books.

SALVIANI, Roberto. 2010. "Desenvolvimento, antropologia e participação. Uma proposta de reflexão crítica". Anuário Antropológico, 2009/I: 227-261. Disponível em: http://www.dan.unb.br/anuario-antropologico-listagem-dos-numeros/113--anuario-antropologico-sumario-20091.

SALVIANI, Roberto. 2008. "Quem ama cuida." Participação, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o caso da Itaipu binacional. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. 2014. "Não se pode proibir comprar e vender terra: terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos". In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. (org.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. 1ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG. pp. 143-165.

STARK, David; PARAVEL, Verena. 2007. PowerPoint demonstration: Digital Technologies of Persuasion. Working Papers Series 07-04: 1-38. Disponível em: www.coi.columbia.edu/pdf/stark_paravel_ppd.pdf. Acesso em: 2011.

WARNER, W. L. 1941. Social anthropology and the modern community. American Journal of Sociology, 46: 785-796.

"Será que vocês não entendem de gente, não?" Classificações em disputa: a definição de atingido no projeto minerário Minas–Rio em Conceição do Mato Dentro, MG

Luciana da Silva Sales Ferreira

O projeto Minas-Rio, empreendimento do conglomerado britânico Anglo American, inclui uma mina de minério de ferro e uma unidade de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais; uma linha de transmissão de energia com aproximadamente 90 km que percorre 10 municípios, de Itabira à Conceição do Mato Dentro, MG; uma adutora de água com captação no município de Dom Joaquim, MG; o maior mineroduto do mundo, com 529 km de extensão, que atravessa um total de 33 municípios, 26 mineiros e sete fluminenses; e o terminal de minério de ferro do Porto de Açu, em São João da Barra, RJ. O complexo da mina e do mineroduto acarreta reconfigurações socioambientais em territórios de comunidades rurais nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, MG, onde se concentra este esforço de pesquisa.

O processo de licenciamento ambiental[1] para instalação da mina do projeto Minas-Rio se iniciou em 2007, a despeito dos sérios questionamentos à viabilidade socioambiental do empreendimento, e teve a Licença de Operação (LO)[2] concedida em outubro de 2014 em meio a muitas denúncias de irregularidades e violações de direitos humanos. A chegada do empreendimento inaugurou um processo violento e conflituoso entre comunidades e empreendedor devido a diferentes e profundamente desiguais formas de apropriação do espaço, modos de ser e visões de mundo. As ações e práticas da

1 O licenciamento ambiental é um dos instrumentos de caráter preventivo da Política Nacional de Meio Ambiente, aplicado a empreendimentos poluidores ou potencialmente poluidores que causam degradação ambiental.

2 Para um empreendimento operar, ele passa por três fases de licença ambiental: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

empresa causaram desagregação familiar e comunitária, devido principalmente às práticas de aquisição de terras de herança.[3] A implantação e a atividade minerária causam degradação ambiental e perda das condições materiais e simbólicas de comunidades que foram compulsoriamente deslocadas e daquelas que passaram a conviver com a mineração. Uma questão está posta desde o início do processo e ainda perdura: "quem são os atingidos?" ou "quais famílias e comunidades têm direito ao reassentamento e/ou ressarcimentos, reparações e compensações pelos danos?". A categoria atingido e suas implicações é objeto de disputa de diferentes atores que se inserem no âmbito do processo de licenciamento e provoca diversas indagações a respeito da sua identificação e definição.

A lista oficial de atingidos pelo empreendimento foi considerada incompleta pelo órgão ambiental na Licença Prévia, em 2008, e essa questão está em suspenso até hoje, cercada por disputas sociotécnicas, à espera de novos diagnósticos que respondam quem são os atingidos pela mina. Se o Estudo de Impacto Ambiental – documento referencial para a avaliação da viabilidade do empreendimento – definiu duas comunidades atingidas, o Diagnóstico da Diversus, produzido em 2011 em razão de uma decisão do órgão ambiental, identificou 22 comunidades atingidas. O processo de licenciamento ambiental da mina, marcado pelo subdimensionamento dos danos e por violações de direitos, vem se caracterizando pela flexibilização das normas legais, operada por dispositivos como o estabelecimento de medidas condicionantes (368 no total) às licenças expedidas, em exemplo singular do chamado paradigma da adequação ambiental (ZHOURI, LASCHEFSKI & PEREIRA, 2005)[4] e pela configuração de

3 Terra de herança, no mundo agrário brasileiro, com frequência abrange sistemas de uso ou posse comum da terra por grupos de herdeiros. Nas terras de herança mantidas em comum, o acesso à terra e a apropriação dos recursos naturais não está sob o controle de um único núcleo familiar, mas de um conjunto de famílias relacionadas entre si – no caso em questão, uma comunidade de herdeiros –, sendo regulados por valores e normas compartilhados por todo o grupo social (SANTOS, 2009). Segundo Ellen Woortmann (1983), o uso comum das terras é um dos fatores que ainda permitem a sobrevivência do campesinato, pois a forma de sucessão vigente se dá no plano consensual.

4 Para Zhouri, Laschefski & Pereira (2005, p. 13), na concepção hegemônica de desenvolvimento econômico, os instrumentos e procedimentos do licenciamento ambiental são, frequentemente, adequados ou reinterpretados de modo a viabilizar

um modelo de governança institucional – a resolução negociada de conflitos.

Na arena local, o empreendedor utilizou estratégias de aquisição de terras que envolviam forte assédio aos herdeiros, que eram abordados separadamente e pressionados a vender seus direitos. Os métodos de negociações da empresa desconsideravam as formas tradicionais de apropriação da terra, violando direitos coletivos (SANTOS, 2014). As atividades diárias realizadas pelas comunidades – irrigação de hortas e plantios, dessedentação de animais, banho, lavagem de roupas – se tornaram impossíveis devido às alterações na qualidade e no volume dos recursos hídricos. O barulho das máquinas e dos caminhões e os ruídos das explosões provenientes da mina atrapalham o sono e o sossego das famílias. A poluição atmosférica e as vibrações causadas pelo funcionamento do mineroduto geram incômodos e problemas de saúde. Além disso, a proibição de acessos costumeiramente utilizados não só transforma as redes de relações locais, mas limita os recursos do ambiente utilizados para as atividades das comunidades. Logo, as transformações inviabilizam a produção e reprodução do modo de vida de comunidades que, tradicionalmente, sobrevivem de sua própria força de trabalho, em suas terras ou de outros, e que dependem de atividades e recursos estabelecidos por redes de parentesco, vizinhança e compadrio, em forte relação com o ambiente (SANTOS, 2010; DIVERSUS, 2011; DIVERSUS, 2014).

A gravidade das mudanças e impactos deflagrados pelo empreendimento e as denúncias da população mobilizada impulsionaram iniciativas diversas do Ministério Público, visando ora a judicialização, ora a resolução negociada dos conflitos. Depois de uma audiência pública em abril de 2012 para tratar das violações de direitos da população atingida pelo empreendimento minerário Minas-Rio, foi concebida, em reunião pública em maio de 2012 no distrito de São José do Jassém, município de Alvorada de Minas, com a presença de autoridades e atingidos, a Rede de Acompanhamento Socioambiental (Reasa), resultado de um esforço conjunto do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), do Ministério Público Federal

---

o projeto técnico, incorporando apenas "algumas 'externalidades' ambientais e sociais na forma de medidas mitigadoras e compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário".

(MPF) e da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG).[5] A primeira vez que estive na região do empreendimento foi por ocasião dessa reunião; desde então, acompanho o caso e participei de vários momentos públicos em que essas populações, que se sentem "atingidas", "massacradas" e "atropeladas" pela mineração, falaram e se manifestaram.[6]

A Rede de Acompanhamento Socioambiental (Reasa) propôs a resolução negociada dos conflitos instaurados a partir de reuniões mensais itinerantes nas comunidades rurais afetadas pelo empreendimento com participação de representantes da população atingida, do empreendedor, do Ministério Público (MP) e da DPMG, políticos locais e pesquisadores. Moradores das seguintes comunidades, situadas nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, compareceram às reuniões: Água Quente, Beco, Buritis, Cabeceira do Turco, Cachoeira, Córregos, Ferrugem, Gondó, Itapanhoacanga, Mumbuca/Água Santa, Passa Sete, São José do Arruda, São José do Jassém, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), Serra dos Altinos e Taporôco. Acompanhei 10 das 11 reuniões da Reasa que se realizaram entre junho de 2012 e agosto de 2013.[7]

A finalidade manifesta da Reasa era a negociação; no entanto, o que a dinâmica do processo propiciou foi um espaço de luta social, com denúncias e mobilização dos atingidos pela garantia de direitos relacionados ao território, ao ambiente e aos seus modos de vida – uma arena pública de afirmação da existência de sujeitos coletivos

5 No ano de 2012, houve uma forte atuação do Ministério Público. Além de três ações civis públicas relacionadas a questionamentos sobre a legalidade do processo de licenciamento ambiental, três recomendações legais à empresa Anglo American advertiam que a mineradora suspendesse situações, processos e ações que violassem os direitos humanos, como entrar ou permanecer sem autorização nas comunidades; causar qualquer dano a cercas, porteiras e mata-burros; ameaçar, constranger ou perturbar o trabalho e o sossego das comunidades; poluir e assorear os recursos hídricos da região; e causar risco e insegurança às comunidades pela enorme quantidade de poeira e de caminhões nas estradas.

6 No decorrer do artigo, palavras, termos ou expressões utilizadas pelos participantes nas reuniões da Reasa estarão entre aspas.

7 Este texto é uma versão resumida da minha monografia de graduação (FERREIRA, 2015), fruto de pesquisa desenvolvida entre 2012 e 2015, época em que fui bolsista de pesquisa e extensão do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta/UFMG).

de direito. Nas reuniões da Reasa, a noção de atingido perpassou a maioria dos embates, disputas e conflitos. Neste artigo, pretendo discorrer sobre os confrontos que surgiram na Reasa acerca da categoria "atingido" através do discurso público dos representantes do empreendedor e das comunidades, evidenciando os fundamentos de construção das retóricas. O intuito é demonstrar as estratégias, as justificativas, os argumentos diferenciados adotados na arena pública e como se construíram e se desdobraram as relações e as visões dos atores envolvidos no conflito, pautadas por diferentes interesses, saberes e especificidades culturais.

Foi a partir da terceira reunião da Reasa, realizada em agosto de 2012 em Itapanhoacanga, que os representantes do empreendedor começaram a se manifestar. Até então, a atuação da empresa na reunião se limitava à presença de funcionários assistindo e fazendo anotações. Depois do debate e da aprovação de lideranças comunitárias e locais, eles instituíram as seguintes condições para a fala da empresa: tempo limitado a 15 minutos, registrada em ata e disponibilizada no *blog* da Reasa. Além disso, os temas tratados pelos representantes da empresa seriam definidos pelos atingidos e a fala deveria contemplar somente respostas aos problemas colocados pelas comunidades, com o estabelecimento de prazos para executar as soluções, estando proibidas as propagandas sobre a Anglo American.

Na primeira parte do artigo, apresento as manifestações do empreendedor durante as reuniões como "táticas de desmonte" (SCOTT, 2012). Foco as concepções, estratégias e práticas utilizadas pelo empreendedor, que marcam um *modus operandi* da lógica subjacente do descaso planejado de grandes empreendimentos para desmoralizar, desmobilizar e deslegitimar as denúncias e reivindicações das comunidades (SCOTT, 2012). Posteriormente, focarei a parte da reunião reservada à fala das comunidades atingidas, apresentando os sentidos evocados e construídos na arena pública de uma situação declarada pelos atingidos como de "sofrimento"; essas falas serão compreendidas como narrativas de denúncia e de luta.[8] O

8 Comerford (1999) propõe que, em uso, o termo luta assume diferentes significados e remete a diferentes situações, agentes e relações. Além de fazer referência a contextos de mobilizações coletivas, o sentido de luta está associado à noção de sofrimento, experiências de conflito e denúncias de dificuldades cotidianas.

intuito é descrever, inicialmente, a luta das comunidades pelo reconhecimento dos danos e impactos causados pela mineração através de denúncias feitas nas reuniões da Reasa, que demonstravam a violência contida nas transformações vividas, relatadas como injustas e inaceitáveis. Depois, mostrarei a luta através de narrativas que recuperavam e interpretavam a experiência de ser atingido pela mineração, aqui a construção das denúncias e das reivindicações nas reuniões da Reasa promoviam a busca constante pelo direito violado.[9]

Definição de atingidos através de uma abordagem patrimonial-territorialista

As estratégias adotadas pelo empreendedor nas reuniões da Reasa são parte dos mecanismos de poder (FOUCAULT, 1995) utilizados na busca pela concessão das licenças ambientais necessárias. O que demonstrarei é que, durante as reuniões, esses mecanismos foram estabelecidos e mantidos através de estratégias que, instituindo uma visão legítima dos princípios de divisão do mundo social, encobriam a arbitrariedade de seus fundamentos (BOURDIEU, 2008), possibilitando legitimar as condições legais produzidas nos procedimentos administrativos a partir de uma definição homogeneizadora e extremamente restritiva para o reconhecimento do universo sociocultural atingido pelo empreendimento.

O termo estratégia será tomado a partir das contribuições de Bronz (2016), que discorre sobre as formas de gestão empresarial adotadas no licenciamento e propicia uma etnografia minuciosa sobre as práticas e os discursos dos representantes do empreendedor, tomando as estratégias empresariais como objeto de análise. Segundo a autora, o planejamento das atividades gerenciais pretende guiar as práticas e os discursos adotados pelos representantes do empreendedor no licenciamento a fim de cumprir os requisitos formais do procedimento administrativo. Para isso, ocorre a elaboração tanto de um discurso oficial estratégico para os momentos de aparição pública dos representantes da empresa, que se consolida

9 Durante o artigo, denominarei os sujeitos como atingidos, remetendo a uma categoria política construída a partir de transformações profundas e irreversíveis na localidade, sendo que essa intensa ruptura fez surgir momentos variados de construção e reconstrução de uma afirmação da condição de atingidos pela mineração.

como um discurso autorizado, quanto de um conjunto de códigos de conduta estrategicamente elaborados para dirigir o comportamento dos funcionários nos momentos de interação, conflito e negociação. Assim, as ações e práticas empresariais são conduzidas por certas estratégias deliberadas voltadas para viabilizar o processo de licenciamento ambiental, analisadas por Bronz (2016) a partir de seu trabalho como consultora, quando foi possível ter acesso às situações de formulação de estratégias e dos processos de decisão nelas implicadas. O que faço aqui é apresentar o discurso público dos representantes do empreendedor como formas de ação social que, como mostrarei, são marcadas por mecanismos estratégicos embasados em decisões e atos específicos do órgão ambiental e em premissas baseadas em determinadas estratégias discursivas e metodológicas acerca do empreendimento e de seus impactos. Importante ressaltar que, a cada reunião, diferentes representantes da empresa, responsáveis por distintas áreas e especialistas de campos diversos do conhecimento técnico e científico, fizeram uso da palavra.

Durante as reuniões da Reasa, um dos principais temas de debate foram os critérios de definição de atingido. Vainer (2008), ao ressaltar que a categoria atingido é um conceito em disputa, afirma que, embora apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é meramente técnica nem estritamente econômica; a categoria diz respeito ao reconhecimento e legitimação de direitos. Nas reuniões da Reasa, a disputa para fazer valer certa concepção de atingido implicava o (não) reconhecimento de direitos. Os representantes do empreendedor, através de uma abordagem que Vainer (2008) chama de territorial-patrimonialista, definiram atingidos como aqueles cujas propriedades ficavam nas áreas que seriam necessárias à construção do empreendimento. Assim, os atingidos seriam somente as famílias que estavam nas áreas de sobreposição do empreendimento minerário e que, por isso, deveriam ser deslocadas compulsoriamente. Na lógica do empreendedor, o universo de atingidos seria composto somente por duas comunidades: Ferrugem e Mumbuca.[10] Essa perspectiva espacial e restritiva

10 Essa noção territorial-patrimonialista é operada pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da mina do projeto Minas-Rio. Porém, na concessão da Licença de Instalação, em 2009, esse parâmetro foi colocado em suspensão com a aprovação da

para definir atingidos não considera a diversidade e complexidade do universo sociocultural, marcado por redes de relações estabelecidas entre as comunidades rurais; por atividades agrícolas e práticas produtivas, como fabricação de farinhas, quitandas e doces, que envolvem relações familiares, comunitárias e culturais; e por relações de dependência com o meio ambiente e seus recursos, como o uso da água dos córregos e das nascentes.

Na quinta reunião da Reasa, ocorrida em outubro de 2012, o representante do empreendedor apresentou *slides* que continham informações sobre os núcleos familiares com números, mapas, gráficos e tabelas. Assim, as famílias reconhecidas oficialmente como atingidas foram transformadas em "áreas de superficiários" a serem adquiridas mediante a compra de direitos possessórios e subsumidas à condição de números, como demonstra a seguinte fala: "A gente tem 80 famílias cadastradas: acordos efetivados: 60; pagamento total: 41; pagamento parcial: 19; pendentes de negociação: 20" (funcionário responsável pela gestão fundiária, quinta reunião). Na sexta reunião, ocorrida em novembro de 2012, o representante do empreendedor afirmou, em praticamente todos os questionamentos feitos em relação à definição de atingidos, que "a Anglo American está seguindo na íntegra as determinações do Copam", e que, portanto, os atingidos, para a empresa, eram os 80 núcleos familiares cadastrados no órgão ambiental. "Eu vou ser redundante: hoje, nós reconhecemos como atingidos os núcleos familiares que estão no cadastro do Copam"[11] (funcionário responsável pelo diálogo com a comunidade, sexta reunião). A partir de uma noção patrimonialista e mercantil, na qual o atingido é individualizado (ZHOURI, 2014), o empreendedor remeteu sua apresentação a uma lista de

condicionante 91. Esta exigia a revisão das diretrizes para definir o universo atingido a partir da consideração das especificidades e complexidades socioculturais, que são de extrema importância para a organização da vida e das relações entre as famílias e comunidades, pois apenas a partir dessa consideração é possível tentar garantir as condições de reprodução, em longo prazo e em outro lugar, dos modos de vida.

11 Em Minas Gerais, as atribuições do licenciamento ambiental são exercidas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), um órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo subordinado administrativamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que julga a concessão ou não de licenças ambientais.

nomes cadastrados como atingidos[12] aprovada pelo órgão ambiental. Consequentemente, apresentou as ações a respeito das populações que foram deslocadas compulsoriamente apenas como uma questão patrimonial, fundiária e indenizatória, desconstituindo, dessa forma, sujeitos de direitos.

Os direitos violados faziam parte de um conjunto de princípios, normas e práticas locais referentes à ocupação e uso da terra, interligados por redes de relações e de negociações entre os diversos herdeiros, como herdeiros-posseiros e herdeiros ausentes. Os vínculos de parentesco constitutivos das famílias e estruturantes da continuidade garantiam não só a sobrevivência diacrônica da comunidade, mas também a reprodução das relações que permitiam o controle sobre a terra, já que asseguravam a transmissão da herança e o direito sobre o território (SOARES, 1981; WOORTMANN, 1983). Durante todas as manifestações, o empreendedor se absteve de qualquer discussão, na arena pública da Reasa, acerca do processo de deslocamento compulsório, que vai muito além de uma questão de reparação material e financeira, pois constitui um processo de dimensões amplas que desestrutura relações, elimina práticas e impõe perdas irreparáveis. Ainda na sexta reunião da Reasa, a estratégia do representante do empreendedor foi protocolar documentos e relatórios em relação ao processo de negociação fundiária, que, segundo ele, davam "todas as respostas com as evidências, ou seja, respostas e evidências das respostas" (funcionário responsável pelo diálogo com a comunidade, sexta reunião). A aquisição das condições legais no processo de licenciamento da mina, autorizados por um saber técnico, científico e jurídico, foram reiteradamente discorridos nas reuniões da Reasa.

Durante a quinta e sexta reuniões da Reasa, o foco foi circunscrever atingidos aos proprietários e posseiros da área de implantação das estruturas de mineração que estavam contemplados na lista de atingidos do órgão ambiental. Na sétima reunião, ocorrida em dezembro de 2012 na comunidade de Ferrugem, a estratégia foi apresentar

12 Esse cadastro foi definido pela condicionante 45 da Licença Prévia (LP), em dezembro de 2008. Deveria conter informações sobre as famílias atingidas. O cadastro foi apresentado e complementado algumas vezes durante o licenciamento e, em 2012, durante as reuniões da Reasa, constavam dele 80 famílias.

o espaço físico considerado afetado pelo empreendedor através de mapas e imagens a fim de delimitar e definir atingidos. O gerente de licenciamento da Anglo American iniciou sua fala: "Eu me juntei ao time da Anglo American há pouco e tenho um conhecimento bem profundo do processo, porque já trabalhei também no órgão ambiental e lá trabalhei muito com esse processo" (sétima reunião). Dando continuidade a sua fala, o representante da empresa afirmou que os atingidos reconhecidos pela empresa eram aqueles que se encontravam na área diretamente afetada (ADA) do empreendimento. De acordo com o funcionário, essa definição, além de ter sido aprovada pelo órgão ambiental na Licença Prévia, é uma metodologia "utilizada em todos os empreendimentos que são licenciados e também foi a metodologia utilizada nesse empreendimento da Anglo American" (gerente de licenciamento da Anglo American, sétima reunião). Portanto, a concepção territorial-patrimonialista, na qual a área atingida é uma linha arbitrária definida com base apenas no espaço necessário para as estruturas da mineração (cava, planta de beneficiamento, pilhas de estéril e barragem de rejeitos) e que, do ponto de vista das populações atingidas, desconsidera as territorialidades locais,[13] foi justificada como uma confluência de normativas e metodologias difundidas e consagradas na administração pública em contextos de grandes empreendimentos e capazes, por isso, de autorizar uma verdade[14] (FOUCAULT, 2003). Enquanto o representante do empreendedor falava sobre a definição de ADA, foram projetados, em *slides*, mapas que demarcavam a área "atingida" e "não atingida"; dessa maneira, os aparatos tecnológicos também foram estratégicos no sentido de influir diretamente no poder de persuasão (BRONZ, 2016).

13 Segundo Santos (2009), na região, se verifica a presença de pequenos sítios familiares territorialmente articulados entre si em vizinhanças que conformam verdadeiras comunidades de parentesco com antigo lastro na região, muitas vezes assentadas sobre terrenos de herança mantidos em comum, localmente designados terras no bolo da família.

14 Para Foucault (2003), as proposições técnico-científicas aceitáveis como verdadeiras fazem parte de um regime de poder e, assim, se fazem legítimas segundo os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos e as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade.

Portanto, no momento de manifestação do empreendedor sobre a definição de atingidos, ele classificou e quantificou as famílias, utilizou de um discurso autorizado e centrado na legalidade, justificou a abordagem territorial-patrimonialista e desconstituiu os direitos das comunidades. A elaboração de um discurso sobre o empreendimento, que constitui parte das estratégias empresariais (BRONZ, 2016), foi mantida na quinta reunião com a fala do funcionário responsável pela gestão fundiária, que, interessado em apresentar estatísticas voltadas para as negociações financeiras, transformou direitos humanos em números. Na sexta reunião, o representante do empreendedor, responsável pelo diálogo com a comunidade, preocupado em, segundo ele, "não transformar a reunião em embates", reiterou que a empresa seguia os parâmetros e critérios legais estabelecidos pelo órgão. Na sétima reunião, o representante do empreendedor, que se apresentou afirmando ter profundo conhecimento da administração pública por já ter trabalhado e atuado, inclusive no empreendimento em questão, reiterou a propriedade da metodologia como a mais indicada, afirmando que estava tudo conforme as normativas do licenciamento.

Desse modo, os mecanismos estratégicos utilizados na manifestação do empreendedor tinham como intuito desconsiderar os direitos que envolvem os modos de vida das famílias e comunidades através de um discurso autorizado que, além de remeter a categoria atingido a dimensões técnicas e econômico-financeiras, enfatizava que as ações do empreendedor estavam conforme as normativas do licenciamento. Logo, a perspectiva territorial-patrimonialista para definir atingido é uma abordagem que implica o desconhecimento dos modos de vida local das comunidades. Conforme Vainer (2008), na concepção da empresa, "o que há é o direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor", e, dessa maneira, como assinala Santos (2014, p. 106), a delimitação em ADA, "qual um cavalo de troia, traz, em si, um dispositivo expropriatório de terras, recursos ambientais e relações sociais".

Impacto "percebido" *versus* impacto "real"

Outra estratégia do empreendedor foi desqualificar as denúncias dos atingidos. Durante as reuniões da Reasa, os moradores das comunidades do entorno, que estão na área de influência direta (AID) do empreendimento, denunciaram os impactos e danos sofridos nas comunidades e as transformações causadas em suas vidas pela mineração. A estratégia do empreendedor foi desqualificar e subestimar aquilo que os atingidos narravam. Diante das denúncias de ruído, poeira, movimentação de trânsito, assoreamento dos rios, supressão de nascentes, que não só causam transformações nos modos de vida das comunidades, mas também medo, incertezas e angústias, os representantes do empreendedor afirmaram que as comunidades do entorno não eram atingidas de fato e que as experiências e os sentidos dos atingidos deveriam ser avaliados.

Na oitava reunião, ocorrida em fevereiro de 2013 na comunidade do Gondó, o representante do empreendedor afirmou que só responderia "aquilo que é possível tecnicamente responder". Segundo o funcionário:

> O impacto é dinâmico e ele tem que ser sempre embasado em estudos técnicos. Tem que buscar os impactos percebidos para que possa ser discutido o impacto real, que é o impacto real e, em cima disso, você faz a dinâmica de mitigação e de compensação (gerente geral de desenvolvimento social, oitava reunião).

No confronto pela definição de atingido, o empreendedor não só delimitou quem eram os verdadeiros atingidos, mas também instituiu, no sentido de falar com autoridade, aqueles que não eram atingidos. Consagrar uma diferença e estabelecer o sentido e o consenso sobre o sentido é "fazer desconhecer como arbitrário e reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário" (BOURDIEU, 2008, p. 98), e, por essa via, fazer existir ou inexistir. Na concepção do empreendedor, não existiam atingidos que não estavam na ADA e, menos ainda, direitos de populações que, embora severamente afetadas por mudanças bruscas decorrentes do empreendimento, não haviam sido deslocadas pelo próprio empreendedor. Na luta por classificações, o empreendedor utilizou a autoridade

técnico-científica "para fundar na realidade e na razão o recorte arbitrário" (BOURDIEU, 2008, p. 110) que pretendeu impor. No entanto, a realidade prevista pelo Estudo de Impacto Ambiental era desfeita pela realidade vivida dos atingidos. Para uma liderança comunitária:

> Não precisa de vir esse povo todo aí, que o impacto tá a olho nu, tá a olho nu, o que que esse povo técnico faz? Que que é que eles precisam ver lá, que é além do que o olho tá enxergando? Não, lá tá tudo a olho nu, não precisa de nenhum diagnóstico mais não, tá tudo claro lá [...]. E aí, acabou com a comunidade do Sapo, acabou, e não precisa de questão técnica para poder ver que ali está acabado. [...] Tá difícil da gente crê que os impactos futuros serão observados com relação ao ser humano, aos direitos humanos que todos temos, de ter paz, de ter tranquilidade e projetar o futuro no tempo certo. Porque é um povo que toda vida lutou com dificuldade e que toda a vida teve dificuldade de estabelecer as coisas. E os parâmetros não são os parâmetros que deveriam tá sendo observados para poder reformular, reconstruir, assentar, desassentar. Eu acho que a coisa tá muito complicada! [...] Hoje, a gente não tem nada, e o povo vai ficando triste, vai ficando acanhado, sem desejo de vida.

Durante as reuniões, os atingidos construíram seus relatos repletos de detalhes de como era o lugar, seus modos de vidas e das alterações que trouxeram tantas dificuldades. As denúncias exigiam respostas em relação aos seus futuros e aos seus sonhos. No entanto, as situações identificadas por aqueles que sofriam danos e prejuízos foram colocadas em suspensão pelo empreendedor sob o pretexto de parâmetros técnicos e científicos que, instituídos por um arcabouço legal e normativo, seriam capazes de produzir realidades pretensamente mais exatas. Categorias como atingido e impacto não foram tomadas a partir das relações das comunidades com as alterações socioambientais e culturais decorrentes da implementação da mineração. Logo, durante a Reasa, além de o empreendedor omitir sistematicamente os efeitos do empreendimento na vida das comunidades que não estavam na área diretamente afetada e, consequentemente,

não assumir a responsabilidade sobre os impactos e danos, a estratégia dos representantes da empresa foi desqualificar e deslegitimar a luta por direitos e os próprios sujeitos atingidos. Dessa maneira, os relatos que traziam a lógica específica dos modos de ser, viver e fazer que constituem a realidade das comunidades afetadas pela mineração foi posta, pelo empreendedor, como uma "percepção" que não necessariamente é real.

Um exemplo das estratégias utilizadas pelo empreendedor para desqualificar as denúncias das populações atingidas ocorreu na apresentação do tema de pauta sobre a situação dos córregos Passa Sete e Pereira. Os dados técnicos foram apresentados como instrumentos capazes de ordenar previamente a realidade, produzindo verdades inquestionáveis. O funcionário responsável pela gestão de recursos hídricos mencionou que uma série de estruturas de contenção de sedimentos foi implantada, já que, desde os primeiros estudos técnicos, esses córregos foram identificados como de grande potencial no quesito impacto. Falou também que os monitoramentos ocorriam recorrentemente no intuito de verificar se a contenção de sedimentos era suficiente. Segundo ele:

> Os resultados têm sido efetivos das nossas estruturas. As estruturas que a gente tem implantadas na região, a gente tem uma manutenção dessas estruturas, a gente tem uma avaliação permanente dessas estruturas implantadas, e a gente tem efetividade dessas estruturas. [...] Então, eu acho que o que a gente pode comentar, especificamente, desse monitoramento é isso, as análises de qualidade têm mostrado que os resultados são positivos, dentro dos limites legais, e são apresentados regularmente à Supram,[15] como previsto dentro do processo de licenciamento (oitava reunião).

O discurso do representante do empreendedor, repleto de palavras do campo semântico da técnica, tais como "manutenção", "avaliação", "efetividade" e "resultados positivos", se instituiu, na arena pública da Reasa, como "um instrumento de significação

15 A Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram), subordinada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), presta apoio técnico e administrativo aos procedimentos do licenciamento ambiental.

e de imposição de ordem no mundo" (ZHOURI, LASCHEFSKI & PEREIRA, 2005), se contrapondo às manifestações dos atingidos sobre as péssimas condições dos córregos. Uma atingida perguntou para o técnico se estavam falando do mesmo curso d'água:

> Você apresenta uma realidade que não existe, a água está imunda, não basta ser técnico não, Leonardo, tem que ser gente: gente dorme, bebe água, gente tem boi que não está bebendo água, gente tem uma água imunda na propriedade, isso é ser gente, gente não é fazer esse relatório bonitinho e mentiroso, de onde você tirou isso? (liderança local, oitava reunião).

Para a atingida, não era necessário somente que a empresa reconhecesse os seres humanos atingidos pelo empreendimento, mas era preciso também ser gente para se sensibilizar com os sofrimentos das comunidades.

Sofrimento e dor nas reuniões da Reasa

Se, durante as falas da empresa, as intervenções no espaço e os sujeitos foram retratados através de avaliações e concepções de cunho tecnicista e a legalidade posta como capaz de implementar métodos adequados, no momento da reunião reservado à fala da comunidade, o que as populações atingidas denunciaram foi que a definição de atingido, individual e patrimonialista, além de dimensionar erroneamente o contingente populacional, inflige sofrimento. De acordo com Santos (2007), o sentido subjetivo do "sofrimento social"[16] eclode, nos eventos públicos, sob a forma de lamento que expressa a dor e, por sua vez, a ritualização da construção coletiva da dor se assenta na conjugação de duas variáveis interligadas: direitos e injustiça.

Nas reuniões da Reasa, as narrativas evocavam uma pluralidade de situações de transformação, traduzidas em perdas, que revelava a desestruturação das relações e das condições socioculturais

16 Segundo Santos (2007, p. 15), o sofrimento social é "uma construção coletiva que, por um lado, se exprime na constituição de atores, na construção de uma memória e de uma narrativa sobre um acontecimento. E que, por outro lado, produz efeitos sobre os interesses e as práticas políticas".

e ambientais, provocada pela chegada da atividade minerária, bem como a intensificação desse cenário devido às práticas e ações do empreendedor, que envolviam ameaças de violência e violência de fato, nas relações locais entre comunitários e empresa. Ainda segundo Santos (2007), o sentido de justiça mobilizado nos espaços públicos é construído para explicitar uma situação de injustiça e de sofrimento. A noção de sofrimento social proposta pela autora dá ênfase aos mecanismos de denúncia e aos sentidos dos atores que vivem uma situação de injustiça. Dessa perspectiva, a ação deve ser tomada em situação, não só em sua dinâmica e sequências, mas a partir da interação:

> Não se trata, pois, de apreender nem o "mundo objetivo" simplesmente, nem apenas a visão subjetiva de cada ator, mas de fazer aclarar o sentido que se constrói a partir destes atores em interação. Mais especificamente como se dá a exteriorização de "acontecimentos" que são "interiorizados", como a emoção e o sofrimento (mas também o poder, a desigualdade etc.), e como estes são reconhecidos (ou não) na arena pública (SANTOS, 2007, p. 193).

Nas reuniões da Reasa, as narrativas e os argumentos dos atingidos, construídos na arena pública numa situação de disputa, conduziram a um sentido de justiça mobilizado para contradizer as manifestações do empreendedor e para promover um apelo perante um órgão público responsável pela defesa dos direitos humanos. O sofrimento e a dor narrados pelas comunidades do entorno do empreendimento demonstravam as perdas e a indignação de não serem consideradas atingidas pela mineração, embora suas vidas tenham sido completamente transformadas. Discorrerei sobre a luta das comunidades pelo reconhecimento, por parte do Estado e do empreendedor, de um universo bem mais amplo de comunidades atingidas e dos graves impactos socioambientais provocados, que foram subdimensionados durante todo o processo de licenciamento. Utilizarei as ideias de Vianna (2013) de que a pluralidade de sentidos do uso da linguagem dos direitos – como a do afeto, das classificações administrativas, do sofrimento e da objetivação política – é o que possibilita

a transformação de histórias, vivências e modos de vida em categorias, universos morais distintos e causas políticas. Para a autora, a utilização da linguagem dos direitos humanos se tornou primordial nas denúncias de abusos e injustiças; assim, linguagens locais combinadas a narrativas, valores, práticas e estratégias "reafirmam dissensões morais, oferecendo espaço para que sejam tecidas contranarrativas e para que novos sujeitos se façam presentes em cenas públicas" (VIANNA, 2013, p. 16).

A polissemia dos direitos permite problematizar o dano vivido, o direito violado e as dores da vida não apenas como trânsitos entre instâncias e normativas, mas também entre campos de significado e formas de fabulação. Na tentativa de dar sentido à pluralidade de direitos em uma perspectiva da dor, do discurso e da política, Lacerda (2014), seguindo as ideias de Taussig (1993), de que a prática do terror produz o sofrer, o silenciar e o paralisar, e de Das (1996), para quem a expressão da dor é um convite para o compartilhamento dessa mesma dor, propõe trabalhar os efeitos de acontecimentos inesquecíveis e insuperáveis tanto em sua potencialidade paralisante e silenciadora quanto em sua potencialidade narrativa.

Minha proposta é explorar as potencialidades das narrativas ocorridas nas reuniões da Reasa. Os moradores das comunidades expunham a expropriação dos modos de viver, de produzir e de ser, além das tantas indignidades, incorreções, desigualdades e sofrimentos que foram vividos desde a chegada da mineração. Através das transcrições, pretendo apresentar os sentidos do sofrimento social, experienciados e evocados pelos atingidos. Primeiramente, mostrarei a dor com a perda dos córregos e nascentes e o medo de viver a jusante da barragem de rejeitos; posteriormente, fazendo referência às denúncias feitas nas reuniões da Reasa sobre a arbitrariedade da definição de atingidos do empreendedor, descreverei a construção de uma condição de atingido na arena pública, em que ser atingido é sofrer ou, em suas palavras, "ser atingido" é "ter sofrimentos".

Dessa maneira, a luta – associada à dimensão do sofrimento – esteve condicionada às complexas situações vividas pelas comunidades. As denúncias, que são reflexões sobre a situação de quem fala e sobre as causas da dor, relatavam o que passou a ser vivido/sofrido com a chegada do empreendimento. Assim, as populações locais

narravam a perda das suas condições anteriores de vida e denunciavam a situação presente através das dificuldades e restruturações impostas pelas transformações em seus modos de vida.

Perda dos córregos, nascentes e o medo da barragem de rejeitos

A perda dos usos dos córregos e das nascentes foi um assunto bastante narrado durante as reuniões pelos moradores das comunidades que se situam a jusante da barragem de rejeitos do empreendimento. Através do sofrimento, os atingidos denunciavam as mudanças impostas pela atividade minerária e a falta de reconhecimento, pelas autoridades públicas e pelo empreendedor, dos problemas gerados pela mineração e enfrentados pelos moradores de Água Quente, Passa Sete, Gramichá, Cachoeira e São José do Jassém. Os moradores dessas comunidades relatavam fazer uso da água limpa dos córregos que cortavam seus territórios para várias atividades diárias – horta, dessedentação de animais, banho, lavagem de roupas, pesca para alimentação –, coisas que, no presente, não podiam fazer mais. Os relatos ressaltavam o vínculo e o pertencimento das famílias e comunidades com seus lugares, que tinham água farta. A frase "sou nascido e criado aqui" foi dita por muitos moradores e a presença antiga e consolidada no território foi assim declarada: "Minha mãe, com 100 anos, já passou para 101, foi nascida e criada neste lugar, está prejudicada também".

O uso da água dos córregos e nascentes era compartilhado e utilizado através de normas que pertenciam ao universo sociocultural das comunidades, sendo esse recurso um patrimônio comum que tinha "usos múltiplos e costumeiros" (GALIZONI, 2013), isto é, um recurso indispensável para as comunidades. Um morador ressaltou que o córrego que passava na sua comunidade era, em suas palavras, "água de servidão":

> Era água de todo mundo tomar, lavar roupa, beber; muitas vezes, eu plantei; eu posso levar e mostrar onde eu plantei, eu usava desta água do rio, eu não ia em lugar nenhum buscar água para beber não, era água limpa, cristalina (morador da comunidade de Água Quente, nona reunião).

Antes do empreendimento, as águas dos córregos eram claras, "o fundo era areia e cascalho", disse uma atingida. A água das nascentes, que antes era abundante, havia diminuído drasticamente. As áreas de produção (horta e quintal), de criação de pasto e de trabalho familiar (moinhos) só eram possíveis porque havia fontes de água (nascentes ou córregos). O lazer, como nadar e pescar, também ocorria nos rios e cachoeiras próximos às comunidades. Ou seja, a utilização da água como recurso se dava em bases culturais, ambientais e produtivas, sendo o uso das águas algo da cultura, do território e do saber. Segundo Galizoni (2013, p. 19), "por ser um recurso vital para a consecução de projetos de desenvolvimento, a priorização do uso da água para fins que limitem os usos múltiplos e costumeiros, feitos pelas populações rurais locais, quase sempre desembocou em conflitos". Nas palavras dos atingidos:

> E minha água secou, minha água era muita água; hoje, a água lá não corre uma mangueirinha d'água. [...] Minha esposa, coitada, ela sofre de coluna, tem problema. Agora, comprei uma bombinha, lá em baixo, pus lá no poço, onde eu fiz, que manda a água lá em casa, porque minha água secou, minha água era na porta, foi para muito longe (morador da comunidade de Água Quente, nona reunião).

> A minha dor é a mesma dor dele; é um problema sério que todos falam: a água; não há vida sem água, porque a água é fonte de vida; como que a gente vai ter criação sem água, a pastagem fica inutilizada (moradora da comunidade de Cachoeira, nona reunião).

> Porque eu tinha uma bica; tá de prova que meu marido fez uma bica grande, que a água era muita, nem cabia, teve que fazer fora; hoje, a água tá um caninho à toa; daqui um tempo, eu não tenho água, gente (moradora da comunidade do Passa Sete, nona reunião).

> Meus filhos vêm de Belo Horizonte, mesmo as pessoas que vêm a passeio; vinham, né; tomavam banho lá, eu lavava minhas roupas pesadas lá; que minha água é pouquinha, uma mangueirinha que eu tenho, pouquinho; e ela tá secando, que, antigamente, ela caía na caixa e sobrava, hoje não, hoje ela tá nascendo pra baixo da

> caixa um pouco, a gente escuta o barulho dela, mas ela não cai na caixa (moradora da comunidade do Passa Sete, nona reunião).

A perda dos córregos e nascentes, além de afetar profundamente as condições de produção e reprodução das famílias e comunidades, transformou o significado que as águas correntes tinham na vida das pessoas. A água, "fonte de vida", como sugeriu a atingida, passou a ser fonte de vermes, doenças e risco:

> Médico, eu nunca fui no médico; hoje, tô vivendo mais é no médico, por quê? Digeri muita água, o médico falou comigo: Helvécio, enquanto você não trocar de água, você não vai melhorar. Por quê? O verme tá na água, você toma o remédio, mas toma a mesma água, não vai ser curado nunca (morador da comunidade de Passa Sete, nona reunião).

> Foi analisada a água lá [na escola], ficou comprovado que tem 1.550 qualidades de vermes, tem vermes que paralisam o cérebro da criança. [...] O prefeito tá mandando água mineral; nossa água não serve nem para lavar o chão, nós fomos proibidos de jogar água no chão para lavar, e não tinha isso; eu trabalho nessa escola tem 33 anos e não tinha isso. Lá só tem que ser água mineral, e antes não tinha, antes a nossa água era boa! (moradora da comunidade do São José do Arruda, nona reunião).

E aqueles que eram "abençoados pela água", na expressão local, passaram a viver uma situação constante de medo e angústia devido à barragem de rejeitos localizada na cabeceira do rio que abastecia as comunidades. Logo, a barragem de rejeitos passou a significar o "perigo" e as comunidades que estão a jusante se sentem "debaixo do perigo". Segunda a moradora:

> E eu moro 20 metros, pertinho mesmo; então, eu preocupo muito também com a barragem, lá em cima, né? Tem meus netos, futuros netos, né? Eu já tô velha, mas acontece que meus filhos, netos, bisnetos, tudo vai ficar ali, né, é perigoso. A gente não pode prever que, um dia, ela vai inundar, né? Aí, tenho muito medo, preocupo muito com isso, fico sonhando assim, a visão, assim, sonhando,

> meu Deus, até sonhei uma vez que eu via a água descendo em cima da casa do meu filho e eu corria para acudir os meninos; não conseguia, e aquilo me preocupou muito. Aí, então, eu peço que tenha misericórdia de nós, fazer alguma coisa por nós. Nós aqui estamos debaixo do perigo, é como o Zé falou, nós aqui estamos debaixo do perigo (moradora da comunidade do Passa Sete, nona reunião).

O rio, que trazia tranquilidade, passou a ser motivo de perigo e, quanto mais próximos à cabeceira do rio, "mais atingidos" os moradores se sentiam:

> Eu sou o primeiro atingido, o mais atingido; se a barragem arrebentar lá, eu sou o primeiro a descer na enchente. [...] A nossa tranquilidade toda era o rio, tranquilo, que todo mundo tomava banho; a água não era vermelha, e, hoje, nós não estamos com tranquilidade nenhuma (morador da comunidade do Passa Sete, nona reunião).

Um morador ressaltou também que, apesar da "segurança" da barragem, anunciada pelos funcionários da empresa, que são pessoas "estudadas", ele acredita que "lá não tem nada seguro":

> Aquele lá de cima que manda; num segundo destrói tudo, ele tem o poder de destruir nós todos aqui. Nós estamos falando aqui: ele tem poder, num piscar de olhos, de destruir todo mundo aqui; ninguém fala mais nada, ninguém é mais ninguém! (morador da comunidade de Água Quente, nona reunião).

Portanto, Água Quente (e comunidades do entorno como Passa Sete, Gramichá, Cachoeira e São José do Jassém), o lugar dos antepassados, que tinha água "farta", "compartilhada", "brilhante" e "cristalina" com usos múltiplos e costumeiros, se transformou num lugar, de acordo com um morador, de "água suja ou sem água", situado "debaixo do perigo", "que pode destruir todo mundo aqui". E assim, sendo no presente um lugar atingido, se contrapõe à tranquilidade representada no passado pelo rio, que agora representa "lama", "podridão", "porcaria" e "imundície". Conforme

argumenta Santos (2007), não se trata apenas de uma desqualificação do presente em relação a um passado idealizado; o recurso argumentativo das perdas, em situações de intensas transformações, cumpre papel de um referencial comum no qual a comunidade se posiciona ante as mudanças contra as quais estão lutando.

Mobilização e luta por justiça: sentidos e usos da categoria atingido

Se categorias da administração pública supõem a necessidade de construir sujeitos relativamente homogêneos e descarnados (VIANNA, 2013), como, por exemplo, atingido, na Reasa, os usos e menções a essa categoria proporcionaram um detalhamento constante: quem eram esses atingidos? Residiam perto de quem? Faziam parte de qual comunidade? Como e por que eram atingidos? Identidades políticas são constituídas em resposta a um acontecimento violento que altera drasticamente a vida das pessoas (LACERDA, 2014), e a dimensão pública e política do sofrimento tem também como propósito a busca por apoiadores e defensores (VIANNA, 2013). Portanto, a articulação e a mobilização das comunidades na arena da Reasa se consolidaram como luta para fazer valer a legitimidade de sua existência, ou seja, sua existência mesma enquanto sujeitos de direitos, através da afirmação da categoria política e coletiva de atingido.

Na quinta reunião da Reasa, os moradores da comunidade do Gondó apresentaram um mapa que, diferente dos mapas da empresa, trazia os nomes das pessoas e o lugar onde moravam. Através de suas referências socioculturais, moradores do Gondó indicavam a delimitação da comunidade, o fim da serra, as nascentes que abasteciam as comunidades etc. Um morador demonstrou a arbitrariedade da definição – patrimonial e individual – da noção de atingido, apontando no mapa nomes de pessoas do Gondó que haviam sido identificadas pelo empreendedor como moradores de Ferrugem e, por isso, foram reconhecidas como atingidas:

> Eu tô confinado com seu Taboão aqui, até no fim da serra, e com dona Natalina aqui ó, tudo ó. Aqui sou eu, e aqui, assim, é a mina. Eu enxergo toda a mina aqui, ó; a mina vai passar a 200 metros da minha casa e não sou atingido não? O Gondó todo tá aqui ó, e não

> é atingido? Quem foi comprado, foi comprado como Ferrugem; Gondó não existe no mapa deles (liderança da comunidade do Gondó, quinta reunião).

Na comunidade do Gondó, além de algumas pessoas que foram realocadas terem sido identificadas como moradores de Ferrugem, outros moradores já constavam no decreto de desapropriação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mas não estavam no cadastro de atingidos do órgão ambiental. Além dessa incerteza, a falta de parâmetros para as negociações, que deixava as pessoas fragilizadas, e a quebra do vínculo familiar e comunitário, devido à saída de alguns moradores, foram declaradas como um sofrimento para as pessoas, que acabavam perdendo os laços de parentesco, amizade, convivência, trocas e trabalho. Segundo um morador do Gondó:

> O primeiro lá, Lúcio Saldanha, não foi negociado; a Martinha, irmã dele, foi; o Lúcio está do lado da Martinha; a água que ele bebe é a água da Martinha; passa dentro, na bica da Martinha, e vai de mangueira até o Lúcio; não foi negociada. A Martinha é atingida, o Lúcio não é. O Alcídio, o Zé Taboão, o irmão do Lúcio foram já negociados; o Alcídio, o Mauro Lúcio já receberam 100%, o Zé Taboão está em negociação, esses são atingidos. Agora, o João Batista ali, ele divide com o André, que tá ali à esquerda do Alcídio; o João Batista divide com o André, que já é propriedade da Anglo; o Alcídio, o Zé Taboão e o Mauro Lúcio eram os vizinhos mais próximos, foram todos negociados e considerados atingidos. O João Batista, ele tá com câncer e a gente tá cuidando dele. O Zé Taboão tá saindo; aí o que acontece: ele tem uma febre, o Zé Taboão tá lá do lado, me liga e eu vou imediatamente e busco; o Zé Taboão não vai tá mais, quem vai acudir o João? (liderança da comunidade do Gondó, quinta reunião).

Na sexta reunião da Reasa, um morador de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) denunciou que a comunidade vive cotidianamente e sente potencialmente os impactos gerados pela mineração. Para ele, a atividade minerária criou um "engessamento" das atividades que a comunidade sempre praticou, como a agricultura e a pequena

pecuária. A comunidade localizada ao lado da mina, que, com sua expansão, provavelmente precisará ser deslocada, vive uma situação de medo, incerteza e falta de expectativa de futuro. Para o morador, a divisão de área direta e indireta para definir e delimitar atingidos "imobilizou" a comunidade, que não sabe se vai sair ou se vai ficar e por quanto tempo. Segundo ele:

> E a gente, aqui, em São Sebastião do Bom Sucesso, percebe que o lugar está sendo degradado, a cada dia, e a gente não vê perspectiva nenhuma. A gente vê o povo desanimado, sem informação, um povo que se sente abandonado, bem diferente do *Diálogo*, né, do jornalzinho da Anglo, que é tudo mil maravilhas. Essa realidade não é aqui do Sapo, não é do Turco, não é do Beco, não é da Cabeceira do Turco. A realidade aqui é triste, é um impacto, gente, diretamente na vida de todas as pessoas, não é indireto não. A gente vê esse povo cada dia mais triste. [...] Será que vocês não entendem de gente, não? Tem pessoas aqui antes do empreendimento chegar, tem gente que está aqui há 300 anos, tem uma história, tá enraizado aqui! (morador da comunidade do Sapo, sexta reunião).

Considero a denúncia do atingido da comunidade do Sapo bem demonstrativa do *modus operandi* da empresa mineradora, que fomenta o medo, a incerteza e a dor. Assim, o atingido declara que, além de paralisar a vida da comunidade, que parou de plantar e criar animais, a empresa os torna invisíveis e os silencia, tanto criando uma "realidade" inexistente ao classificá-la como área não atingida quanto infligindo sofrimento às pessoas que estão ali bem antes do empreendimento. Sua narrativa, além de expressar uma denúncia, pretendeu comunicar as dores vividas pelas comunidades que estão no esquecimento, bem como afirmar que as gentes que estão ali e que ali têm uma história são sujeitos de direitos.

Um morador de São José do Jassém, na sétima reunião da Reasa, ocorrida em dezembro de 2012, denunciou que, apesar de a comunidade ser destinada à área de compensação florestal e de a empresa já ter adquirido várias terras, principalmente no entorno da comunidade, a mesma não é reconhecida formalmente como atingida.

Ele relatou que as famílias já não tinham de onde tirar lenha, pois as fazendas que estão em volta foram compradas e cercadas, com presença de vigias. Diz que a grande preocupação dos moradores é ficarem ilhados entre as terras adquiridas pela empresa:

> O que será do Jassém com essa área de compensação ambiental? E criando essas APAs[17], o corredor ecológico, como vai viver a comunidade de Jassém? [...] Que que vai acontecer? O que a gente está entendendo, que tá dificultando a nossa vida lá, para lentamente as pessoas estarem saindo, e estão saindo e indo devagar em centros e favelas. A vida tá difícil pra gente; começa com essa da própria lenha; as dificuldades das estradas, tá difícil; já não produz tanto queijo, tanto leite, os animais estão diminuindo na região, as famílias vão ser obrigadas a ir embora (morador da comunidade do São José do Jassém, sétima reunião).

Conforme denúncia do morador de Jassém, a aquisição de terras de fazendeiros e de matas no entorno das comunidades constitui expropriação de suas condições de viver e fazer, pois os moradores deixam de produzir no regime de meia e/ou terça com os fazendeiros, perdem as matas de buscar lenha e ficam proibidos de circular em caminhos costumeiros que interligavam as famílias e comunidades, além da ostensiva presença de seguranças armados. Logo, a empresa engendra um esvaziamento populacional, pois as famílias se sentem isoladas e acabam saindo de seus lugares e, em certas situações, fazendo negociações injustas devido ao desespero, à angústia e ao medo de continuarem no local.

Durante as reuniões da Reasa, as narrativas dos moradores das comunidades do entorno do empreendimento denunciaram, além das perdas que se expressaram em lamento e dor (SANTOS, 2007), o descaso e a insensibilidade do empreendedor e dos órgãos públicos – "Quem está sentando lá nas cadeiras, nas caminhonetes, fechadinho, que não entra nem um pingo de lama, eles não tão sabendo o que o outro está passando, lá naquela encosta, sofrendo, porque cada um sofre o seu tanto, cada um, no seu canto, sofre o seu tanto!" (liderança da comunidade de Cachoeira, quinta reunião) – e as

17 APA é uma Área de Proteção Ambiental estabelecida pelo poder público.

incertezas, os medos e as inseguranças – "Eu pergunto ao órgão, eu pergunto ao pessoal da empresa que está aqui: o que nós vamos fazer de agora em diante? Eu posso plantar uma horta amanhã?" (liderança da comunidade de Cachoeira, segunda reunião).

A construção da noção de atingido na Reasa esteve intrinsecamente relacionada a uma conexão entre sofrimento e indignação pelo não reconhecimento da situação dramática vivida pelas comunidades do entorno do empreendimento. As tentativas de fazer com que os interlocutores, principalmente as autoridades públicas presentes, compreendessem as narrativas de perdas e sofrimento ocorreram através da evidenciação dos aspectos afetivos e morais daquilo que passou a ser denunciado como problemas enfrentados desde a chegada da mineração. Nas declarações dos moradores, era possível perceber a explicitação e a afirmação de que as comunidades estavam "massacradas", "prejudicadas", "atingidas", "impactadas": "É verdade mesmo, que nós estamos muito prejudicados aqui, bem prejudicados" (morador da comunidade do Passa Sete, oitava reunião). "Porque nós aqui, nós estamos sentindo, nós estamos aqui, sentindo atingido! Se vocês acham que é mentira, vem aí, pode vir, vem, olha, não tô impedindo nada, porque eu não posso impedir nada" (morador da comunidade de Água Quente, nona reunião).

A utilização de termos como "é verdade", "a gente sabe porque é nascido e criado aqui" remete à marginalização, à desconsideração e à invisibilização impostas aos atingidos durante todo o processo de licenciamento. Assim, "ser atingido" não tem nada a ver com a categoria de enquadramento e classificação da gestão administrativa. O termo atingido foi utilizado na Reasa para classificar o sentimento de ser atingido, havendo, como pontua Santos (2007, p. 21), uma "ênfase nas metáforas e na ritualização da construção coletiva da dor". Segundo os moradores:

> Ser atingido é ser empurrado, massacrado, pisado, atropelado, desrespeitado. É duro, é triste a gente ver uma coisa dessa acontecer (liderança comunitária da comunidade de Ferrugem, oitava reunião).
>
> Eles falam assim, que a gente está fora da área atingida da mineradora; não, nós somos atingidos e ainda muito mais do que isso,

> sou ameaçada e amedrontada também (moradora da comunidade de Água Quente, nona reunião).
>
> Quando, na realidade, nós somos muito atingidos, inclusive porque não tem nenhuma perspectiva para nós. A perspectiva é só até onde o decreto do governo; onde vão passar; do jeito que eles quiserem passar; onde eles quiserem passar, com as linhas de transmissão, com os aquedutos, com os minerodutos. E a gente tá aí; parece que não trabalhou para adquirir o que a gente tem, e, de certa forma, trabalhamos muito duro (moradora da comunidade do Sapo, oitava reunião).

Também foi usado para afirmar uma condição coletiva e de luta da afirmação da condição de atingido:

> Agora, eu quero saber quem é que está aqui nesta multidão, atingido nesta noite? Levanta a mão (morador da comunidade de Cachoeira, nona reunião).
>
> Desde o início, nós estamos lutando pela comunidade, por todos, juntos, é o que está na camisa, o atingido é todos! (liderança da comunidade de Ferrugem, oitava reunião).
>
> Antes, muitas pessoas tentavam descredenciar a minha participação, falando assim: ela é atingida, ela tem é interesse. Tenho, nós temos que ter, pra ser atingido tem que ter interesse... Aí, alguém perguntou outro dia, a empresa não me reconhece como atingido, que é que eu tenho que fazer? Aí falaram assim, leva o título da propriedade que ela precisa. Aí eu falei: não, mas isso não adianta... Pra ser atingido, você tem que ter esse sentimento que nós temos aqui, de sobrevivência, de luta, tem que ter interesse mesmo, interesse em construir, em somar, em participar, em querer mudar, em querer resolver a aflição dos outros, as angústias, enfim, interesse em legitimar essa luta, e tem que ser coletiva! (liderança local, oitava reunião).

Por mais que exista uma heterogeneidade entre as comunidades, durante as reuniões da Reasa, a articulação e a luta comum para enfrentar as dificuldades e uma "empresa poderosa" engendraram e

deram sentido a uma categoria coletiva de atingidos. A solidariedade de diversas ordens das comunidades – como parentesco, amizade, vizinhança; o compartilhamento do trabalho duro da roça e das dificuldades enfrentadas na vida – "Caminhei para frente porque fiz da minha vida uma luta sem trégua", disse uma atingida; e, por fim, a chegada da mineração, que inaugurou um momento de transformações e sofrimento – "Será que isso é justo? Será que não existe lei para isso não?" –, uniu esforços e mobilizou os moradores na luta pela justiça. A atingida conclama:

> Existe justiça? Faça justiça por nós, nós estamos pedindo. Não estamos pedindo Anglo não, nós estamos pedindo a justiça, porque se a Anglo tá aqui, que a Justiça, certamente, deu uma licença. Então nós estamos pedindo à Justiça para dar à gente uma ajuda. Nós estamos sofrendo esse ponto, mas tem gente sofrendo ainda mais do que nós aqui; tão sofrendo; tá sofrendo. Que a empresa respeite o povo, respeite o povo, não é possível! (moradora da comunidade de Cachoeira, oitava reunião).

As reuniões públicas da Reasa, com a presença de representantes de várias comunidades e moradores, contribuíram para que a luta, o sofrimento e os conflitos localizados de cada comunidade fossem narrados e refletidos conjuntamente. Ocupar as cadeiras dos representantes das comunidades significou marcar a presença dessas comunidades, assumir que há alguém que luta pela existência delas, como também recusar a invisibilidade propagada pela empresa. Afirmou-se politicamente a existência da categoria "comunidade atingida", em contraste com a categoria patrimonialista e individual difundida pela empresa e pela administração pública. Lideranças comunitárias e locais, ao declararem, em suas narrativas, as trajetórias de luta por direitos desde a chegada do empreendimento minerário, em 2008, estavam não só legitimando um histórico de movimento social, mas afirmando uma condição coletiva maior, a de "atingidos pela Anglo American".

Dessa maneira, a luta pela "batalha" da vida, a luta para enfrentar os conflitos com o empreendedor e a luta pelo reconhecimento dos danos e prejuízos causados pela atividade minerária, que apontam

para um universo de representações de sofrimento, injustiça e direitos, tanto contribuíram para a afirmação de uma categoria coletiva de atingido quanto possibilitaram a construção de uma mobilização e união na busca por justiça e como instrumento para pressionar as autoridades. Para uma atingida:

> Pelo pouco que eu sei, a lei existe para todos, não é doutora Silmara [procuradora da República]? A lei existe para todos [...]. Por que a empresa pode fazer isso tudo? Ela não precisa trazer nenhuma resposta pra gente? Ela não precisa consertar as porcarias que ela faz? Não tem ninguém, não tem lei, não existe nada nesse país que pode frear isso? Isso é desesperante! [...] A empresa pode sujar água, pode desviar água, pode fazer supressão vegetal, pode arrasar com famílias, pode atropelar pessoas, pode descumprir condicionantes, e o que que a justiça pode fazer? Nada! A gente fica só assistindo a tudo? (liderança local, sexta reunião).

A mobilização dos atingidos pela mineração na busca por direitos foi construída numa situação de interação com aqueles que ocupam lugar de "poder" e de "autoridade". Para Vianna (2013, p. 25), "o acionamento da gramática dos direitos é combinado, frequentemente, com noções de (des)respeito e (in)sensibilidade, como forma de reação à experiência de não reconhecimento". As experiências com as ações injustas e descabidas do empreendedor e a desassistência e o descompromisso do poder público impôs àqueles sofredores resistirem e lutarem por justiça.

Dessa maneira, voltando às narrativas, pode-se perceber que, para uma liderança local, ser atingido é ter sentimento "de sobrevivência e de luta"; assim ela conclamou os moradores, presentes na reunião, a engajar e legitimar a luta coletiva. Já a moradora de Cachoeira afirmou que, se existe justiça, é preciso que alguém faça justiça por aquelas pessoas. Ela declarou o sofrimento coletivo e, segundo ela, ainda há outros, que não puderam comparecer à reunião, que estão sofrendo até mais; e conclamou justiça e respeito ao povo na esperança de poder reverter uma situação de dor extrema. Ainda outra liderança dos atingidos, indignada com a omissão do poder público, perguntou se não existiam leis no país e provocou

as autoridades, indagando se permaneceriam sem tomar atitudes, sendo testemunhas das ações de uma empresa que descumpre as leis, "arrasa" com as famílias e "atropela" as pessoas.

Pretendi apreender, através das narrativas, o sentido do sofrimento social, evocado pelas populações que se consideram atingidas pela mineração. Além disso, os atingidos acusaram a falta de efetividade da administração pública, a falta de justiça e a descrença de que as coisas se resolveriam através de reuniões e de negociações com o empreendedor. Na primeira reunião, um atingido declarou que, se a situação não se resolvesse, os moradores acabariam perdendo a fé na justiça. "Nós vamos acabar perdendo a fé, infelizmente, na justiça. Se continuar mais um ano ou dois, ninguém aguenta mais não. O que vai significar, Anglo é a justiça!" (liderança da comunidade de Ferrugem, primeira reunião). Na nona reunião, outro atingido declarou: "Desde abril passado, vai fazer um ano, vai fazer um ano que a gente está nessa reunião, blá-blá-blá, blá-blá-blá, blá-blá-blá" (morador da comunidade de Cachoeira, nona reunião). E o cansaço em torno de tantas negociações e protelações acabou fazendo com que alguns desistissem daquilo que é de direito: "Então, gente, nós temos muitos direitos; direito que nós temos é uma pedra de diamante; tem pessoas trocando essa pedra de diamante por um cacho de banana, aí come e joga a casca fora, é o direito que nós temos" (liderança da comunidade de Ferrugem, sexta reunião). Assim, ter direitos, reivindicar e lutar por eles, professando publicamente a ruptura com certa visão do mundo social, é também "introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas de todo um grupo, agora investidas da legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo" (BOURDIEU, 2008, p. 119) de uma condição de atingido.

Como espaço de articulação de uma coletividade, a retórica construída pelos atingidos na Reasa evidenciava o conteúdo do sofrimento social daqueles que foram atingidos violentamente pela desestruturação das relações socioculturais e ambientais e alertava sobre o descumprimento das promessas feitas pelo empreendedor, a violação de direitos, a impunidade e o protelamento das soluções e da justiça, pois estes, além de engendrarem medo e sofrimento, geram desespero, angústia e dúvida. Assim, o grito dos atingidos

procurava respostas: o que fazer? Como lutar? A quem recorrer? Como buscar justiça? Para um atingido, era preciso convocar aqueles que poderiam fazer justiça: "O que devia, de agora em diante, acontecer? Vem a Dilma, vem o Lula, vem a Polícia Federal, o juiz, o chefe da Anglo, o grandão que tá lá, olhar pro lado das comunidades, as famílias que estão sofrendo?" (morador da comunidade de Cachoeira, terceira reunião). Já outro atingido convocou as pessoas a irem a Brasília: "Não vai adiantar ficar vindo em reunião aqui, falando, falando isso, falando aquilo; tem que parar com isso, promotor. Nós temos que marcar reunião lá na Assembleia Legislativa em Belo Horizonte, ou melhor, lá em Brasília" (liderança da comunidade de Ferrugem, sexta reunião). Por fim, para outra atingida, era para a Inglaterra que deviam ir: "A gente tem que fazer como? Vai lá em Brasília? Vamos em Brasília, não; a gente só dá um recadinho lá para aquele povo. Vamos baixar lá nesse lugar, onde o dono tá, lá na Inglaterra, a rainha Elizabeth tinha que saber disso, diretamente, olhando na nossa cara" (moradora da comunidade do Sapo, sexta reunião).

Considerações finais

Apesar da luta e das denúncias, durante todo o processo de licenciamento ambiental da mina, as populações atingidas foram marginalizadas, desconsideradas e ignoradas via exclusão dos seus saberes e experiências socioculturais e prevalência do discurso técnico-científico na classificação e definição sobre as controvérsias, disputas e embates. Assim, práticas ditas e consideradas democráticas e participativas se tornaram verdadeiros mecanismos de poder por meio dos quais o processo de licenciamento foi viabilizado. Os danos, riscos e prejuízos sofridos pela população atingida, que, nos debates públicos, são denominados problemas socioambientais, não foram passíveis de solução nem por medidas mitigadoras e compensatórias, nem por meio da resolução negociada de conflitos. O empreendedor adotou mecanismos estratégicos para sustentar as relações de poder que possibilitassem construir manobras e apelações no processo formal do licenciamento, bem como conduzir negociações que colocassem fim às ações judiciais que estavam em curso, para-

lisando parte da obra e transformando o cronograma do licenciamento. A população atingida percebeu isso de imediato e, além de denunciar as estratégias do empreendedor e questionar a participação da empresa, se manifestando na Reasa, exigiu das autoridades que utilizassem os instrumentos cabíveis para a paralisação total do empreendimento até que todos os problemas vividos pelas comunidades fossem resolvidos.

Durante todas as reuniões da Reasa, as comunidades não pararam de apontar os conflitos e as denúncias através de manifestações que visavam transformar as relações de forças e constituir legitimidade para o reconhecimento e as reivindicações dos atingidos. O acúmulo do aprendizado coletivo, gerado na articulação dos atingidos, que foram em busca e na defesa dos direitos, e o reconhecimento da mobilização como luta por justiça engendraram denúncias de indiferença, insensibilidade, desrespeito e desconsideração do empreendedor e dos órgãos públicos em geral. Da primeira até a última reunião da Reasa, entre junho de 2012 e agosto de 2013, o Ministério Público não propôs nenhuma ação civil pública em relação aos impactos sofridos pelas comunidades. Entre a penúltima reunião, em abril de 2013, e a última, que ocorreu após um intervalo de quatro meses, o MPMG assinou com a empresa um termo de ajustamento de conduta (TAC), "usualmente simbolizados enquanto formas de se obter o 'consenso'" (ACSELRAD & BEZERRA, 2010, p. 54), em que se estabeleceu um fundo monetário para projetos socioambientais que contemplaria as comunidades afetadas pelo empreendimento. As ações do Ministério Público não incorporaram efetivamente denúncias ou demandas discutidas nas reuniões e o TAC, no valor de R$ 1,4 bilhão, foi anunciado pelo promotor de justiça como "o maior, em valor, da história do MPMG".[18]

Em maio de 2013, o empreendedor produziu um relatório, denominado *Estudo de atualização das áreas de influência do projeto Minas-Rio*, que reafirmava a abordagem territoral-patrimonialista (VAINER, 2008) para definir e delimitar a população atingida. E a justificativa para essa confirmação era a de que os danos e

18 Notas do meu caderno de reunião realizada no dia 2 de julho de 2013 na sede do MPMG em Belo Horizonte, quando houve esclarecimento dos promotores a alguns atingidos sobre a assinatura do TAC.

prejuízos sofridos pela população local eram impactos supostos, ou seja, apenas percebidos pelas comunidades locais, diferentemente dos impactos reais, aqueles identificados pela Anglo American através de instrumentos pretensamente técnicos e objetivos. Foi a perspectiva restritiva e arbitrária para definir atingidos, discursada pelo empreendedor durante a Reasa como uma verdade autorizada, que prevaleceu no processo administrativo do licenciamento. Enquanto os atingidos produziram um contradiscurso, a empresa produziu um contradiagnóstico.

De forma equívoca, o mesmo órgão que, durante todo o processo de licenciamento, analisou as informações sobre o universo sociocultural atingido como inconsistentes e insuficientes, além de ter deliberado condicionantes e parâmetros que superavam tal perspectiva, concedeu a Licença de Operação em setembro de 2014. O órgão acatou uma metodologia baseada em aspectos que deturpavam as situações vividas pelas comunidades afetadas pela mineração e aprofundou ainda mais o desconhecimento do modo de vida e das condições locais, contribuindo para aumentar o estado de insegurança em que se encontrava a população atingida. Na disputa sobre quem são os atingidos pela mina do projeto Minas-Rio, o que prevaleceu, no âmbito formal, foi uma perspectiva patrimonialista e física que individualiza o atingido e desconsidera as territorialidades locais e as especificidades e complexidades do universo sociocultural. Além disso, inaugurou-se mais uma noção arbitrária, a de não atingido, que desqualifica e deslegitima o sujeito como aquele que apenas percebe o impacto, não sendo capaz de aferir sé é real ou não. E se a categoria atingido é fruto de um enquadramento e de uma classificação administrativa, na Reasa, um espaço público de exibição e construção de narrativas, ser atingido é sofrer. A reflexão coletiva sobre o sofrimento, a justiça, o direito e a necessidade de união é que deu sentido à condição de atingido.

Entretanto, se esse arranjo institucional ensejado no âmbito do MP contribuiu para a objetivação de denúncias e para a construção política e coletiva da categoria atingido, os problemas relativos aos impactos socioambientais, as possíveis reparações de danos e o reconhecimento do universo sociocultural das comunidades atingidas não foram solucionados/considerados, pois o sentido do sofrimento,

evocado na luta social, não prevaleceu na controvérsia e foi obscurecido na disputa pela definição de atingidos. A arena pública da Reasa colocou em discussão o que é importante para os atingidos, aquilo que os aflige; no entanto, o mundo sensível dos atingidos foi subestimado, de modo que "a justificação pela dor torna-se sem eco" (SANTOS, 2007, p. 261), pois a disputa de classificação é assunto para o qual as populações atingidas não têm título para enunciação em um processo de licenciamento ambiental que exclui outros saberes não embasados e não autorizados pelo discurso técnico-científico.

Referências

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo. 2010. "Inserção econômica internacional e "resolução negociada" de conflitos ambientais na América Latina". In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG. pp. 34-62.

BECKER, Luzia; PEREIRA, Denise. 2011. "O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro". In: FERNANES, F. R. C.; ENRIQUEZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (Orgs.). Recursos minerais e sustentabilidade territorial. Brasília: Cetem/MCT. pp. 229-257.

BOURDIEU, Pierre. 2008. "Linguagem e poder simbólico". In: _____. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EdUSP. pp.81-126.

BOURDIEU, Pierre. 2002. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp. 7-16.

BRONZ, Deborah. 2016. Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contracapa.

Comerford, John. 1996. Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

DAS, Veena. 1996. Critical events: an anthropological perspective on contemporary India. Delhi: Oxford University Press.

DIVERSUS. 2011. Diagnóstico socioeconômico da área diretamente afetada e da área de influência direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) – lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro – Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG – DNPM n. 830.359/2004 – PA/n. 00472/2007/004/2009 – Classe 06. Belo Horizonte.

DIVERSUS. 2014. Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas. Área diretamente afetada (ADA) e área de entorno da cava licenciada e estruturas correlatas – municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Belo Horizonte.

FERREIRA, Luciana. 2015. "O que a gente quer é justiça": conflito, mobilização e a luta por justiça dos atingidos pela mineração nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (Reasa), em Conceição do Mato Dentro/MG. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

FOUCAULT, Michel. 1995. "O sujeito e o poder". In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. pp. 231-249.

FOUCAULT, Michel. 2003 "Verdade e poder". In: _____. Microfísica do poder. Org. e rev. téc. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal. pp. 1-14.

GALIZONI, Flávia. 2013. "Práticas sociais, sociedade camponesa e políticas públicas. A questão da água no Alto Jequitinhonha". In: _____. (Org.). Lavadores, águas e lavouras. Estudo sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG. pp.29-38.

LACERDA, Paula. 2014. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, pp. 49-75, jul.-dez.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. 2014. "Não se pode proibir comprar e vender terra: terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos". In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Orgs.). Formas de matar, de morrer e de resistir. Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG. pp. 143-166.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. 2009. Relatórios antropológicos elaborados para o Ministério Público Federal, acerca do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro, MG. [s. l.].

SANTOS, Ana Flávia Moreira. 2010. Relatórios antropológicos elaborados para o Ministério Público Federal, acerca do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro, MG. [s. l.].

SANTOS, Sonia M. S. B. M. 2007. Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

SCOTT, Parry. 2012. "Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragens a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco". In: ZHOURI, Andréa (Org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA. pp. 122-146.

SOARES, Luís Eduardo. 1981. Campesinato: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar.

TAUSSIG, Michael. 1993. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VAINER, Carlos. 2008. “O conceito de “Atingido”: uma revisão do debate”. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV. pp. 39-62.

VIANNA, Adriana. 2013. “Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos”. In: _____. (Org.). O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: E-papers. pp.15-35.

WOORTMANN, Ellen F. 1983. O sítio camponês. Anuário Antropológico 81. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 164-203.

ZHOURI, Andréa. 2014. “Mineração e desregulação ambiental: limites do consensualismo e da mediação em situações de conflito ambiental”. In: _____; VALENCIO, N. (Orgs.). Formas de matar, de morrer e de resistir. Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG. pp. 111 a 142.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. 2005. “Introdução. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais”. In: _____. (Orgs.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 11-26.

Nós, os outros e os "parentes": política e povos indígenas no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte

Roberta Aguiar Cerri

Este estudo busca reconhecer os fios que ligam atores e espaços que servem como base de reflexão sobre o processo de construção de uma arena política que relaciona povos indígenas da região do médio rio Xingu e a implantação da hidrelétrica de Belo Monte, uma das principais políticas públicas de desenvolvimento econômico[1] na Amazônia.

Os lugares/espaços (físicos, geográficos ou virtuais) percorridos e aqui descritos se configuram como meu campo etnográfico. Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, lugares e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. A documentação dos processos administrativos associados à prática de meu trabalho como servidora pública e considerada por Weber (2000, p. 148) como categoria fundamental da dominação racional assumiu parte importante da análise do cenário e das narrativas em jogo. Esses documentos foram analisados, seguindo Riles (2006), como "artefatos de práticas de conhecimento moderno".

Além disso, as relações estabelecidas com meus interlocutores, fossem eles agentes estatais ou lideranças, se diferenciaram de

1 O termo "desenvolvimento" aqui utilizado está relacionando à ideia de progresso e a outras metáforas temporais que marcam o pensamento moderno. O termo agrega à concepção de tempo o acúmulo de variáveis que acarretam transformações consideradas positivas em âmbitos sociais, psicológicos, biológicos e econômicos. Desse modo, entendo as "políticas públicas de desenvolvimento econômico" como instrumentos de governo para promover ganhos de mercado, ao mesmo tempo que essas próprias políticas reforçam e expandem o exercício do poder burocrático do Estado (FERGUSON, 2006, p. 273). Embora mencione também iniciativas de planos de desenvolvimento que englobam diferentes aspectos (sociais, culturais, ambientais e econômicos) em sua concepção, esses projetos estão relacionados à expansão do capitalismo transnacional (RIBEIRO, 1991) e tendem a "moldar" suas ações priorizando as exigências das organizações representadas em detrimento das próprias políticas em si (MOSSE, 2004).

uma entrada em campo "clássica", pois as situações vivenciadas me colocavam igualmente como ator desse processo. As entrevistas e conversas, por exemplo, assumiam um caráter de colaboração política, ética e conceitual. Baseada em autores como Gupta e Ferguson (1997), Marcus (1995) e Riles (2006), passei a potencializar este que seria um novo tipo de relação com os sujeitos da pesquisa.

Tracei, então, o cenário que foi meu campo de investigação neste estudo e cujos atores – de lideranças indígenas locais a grandes empreiteiros – protagonizam discursos que cruzam distintos interesses, visões de mundo, estratégias e posições de força, mas com a notável semelhança de pertencerem a grupos de diferentes elites. Em grande medida, esse tipo de pesquisa, denominado por Laura Nader (1969) de *studying up*, foi facilitado pela minha posição como agente estatal.

Os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia (GONDIM, 1994; SLATER, 2002; RAMOS, 2010; MEGGERS, 1987) e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcaram aquela região. Nesse emaranhado de imagens, os indígenas foram "recuados para um lugar de fundo, de 'ambiente', sobre o qual e contra o qual se desenha uma obra" (VIVEIROS DE CASTRO, 1988, p. 10). Se, por um lado, as políticas desenvolvimentistas constroem um ambiente a ser gerido por "engenheiros", por outro, a política de mitigação e reparação ao meio ambiente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, considera as populações humanas que estabelecem relações com o território impactado como o próprio ambiente. Não à toa, cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o monitoramento das ações que visam à compensação ou mitigação dos impactos causados às comunidades locais, sejam eles sociais, econômicos ou sanitários.

A partir desse cenário político e ideológico, engajei-me na observação sobre os limites e as possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem uma grande empreiteira, o Ministério Público Federal e governos central e local. As reuniões institucionais que participei foram os principais eventos etnografados e me permitiram uma análise sobre o Estado, suas práticas "ilusórias" (ABRAMS, 1988), suas "mágicas"

(DAS, 2004) e seus efeitos (TROUILLOT, 2001) a partir da relação que se estabelecia com os indígenas naquele contexto. Por fim, apesar da imensa diversidade étnica, observou-se um movimento de articulação política e simbólica, desenhando uma possível estratégia para enfrentamento da conjuntura.

"Não queremos saber quem vai fazer": Estado ou mercado?

Em meio ao processo de expansão territorial no Brasil, a região de Altamira tem sido cenário para projetos econômicos de larga escala, como a construção de ferrovias, estradas, projetos de colonização e fazendas de gado. Muitas comunidades indígenas foram expostas a doenças contagiosas e morreram. A década de 1970, em especial, foi um período de consequências assombrosas para os povos indígenas na região do médio Xingu,[2] em grande parte devido à construção da rodovia Transamazônica e suas consequências. Anos mais tarde, outro grande projeto surge na região: a construção de um complexo de usinas hidrelétricas. O projeto, que se materializou recentemente com a construção da UHE Belo Monte, durou mais de 30 anos.

Embora a Constituição Federal de 1988 declare a legitimidade dos povos indígenas e seu direito de existir, as pressões econômicas sobre seus territórios não cessaram. Aparentemente, nos deparamos com uma contradição interna ao próprio Estado, pois como poderia, ao mesmo tempo, defender os direitos indígenas e abrir espaço

2 Os povos indígenas do médio Xingu somam por volta de três mil indivíduos vivendo em 41 aldeias ao longo dos rios Xingu, Iriri e Bacajá, um território que compreende 10 etnias (arara, arara do maia, araweté, asurini, juruna, kararaô, kuruaya, parakanã, xicrin e xipaya) e 11 terras indígenas. Além dos povos que vivem nessas terras, o município de Altamira tem uma população de 3.711 indígenas (IBGE, Censo Demográfico 1991/2010) morando na cidade, seja na área urbana ou rural. Os indígenas moradores da cidade são, principalmente, juruna, xipaya e kuruaya. Cada uma das 10 etnias tem história, cultura, língua e meios de vida bastante distintos. Há povos, como os kuruaya, xipaya e juruna, cujas histórias se confundem com a própria história da cidade de Altamira e que há séculos têm construído um legado de relações interétnicas com os colonizadores e missionários que ali chegavam. Por outro lado, há grupos, como os araweté, parakanã ou arara, que dominam pouco o português e cuja história de contato remete a um passado recente, de pouco mais de 30 anos. Há ainda grupos, como os xicrin, cuja organização social e política é completamente diferente das demais e ainda têm um histórico de guerras e conflitos com os povos da região.

em seus territórios para o desenvolvimento econômico de grupos empresariais?

As reflexões teóricas acerca da sociologia do Estado têm, por muitas vezes, o hábito de separá-lo da sociedade, como se estivéssemos falando de uma entidade com uma lógica própria, capaz de ser reconhecida por meio da análise de categorias que compõem uma estrutura construída como *res publica*. Se deixarmos de lado a necessidade de descrevê-lo e deslocarmos nosso olhar para como ele é percebido e construído cotidianamente, nos deparamos com uma existência "ilusória". Abrams (1988) sugere que reconheçamos a ideia de Estado como um poder ideológico e tratemos como um objeto atraente de análise sem necessariamente acreditarmos na ideia de Estado.

Sendo assim, as práticas cotidianas da administração pública, como o processo burocrático de documentação e/ou produção de políticas públicas, não representam o Estado, mas o (re)produzem ideologicamente e lhe conferem uma percepção de materialidade e unicidade que é, em grande medida, condição de legitimação de sua potência. Contudo, para além das práticas ideológicas, processos de estatização, como a construção de uma mega-hidrelétrica na Amazônia, têm efeitos que nos levam a refletir que as fronteiras entre Estado e mercado são mais porosas do que se pretende.

Elias (1990), a partir de uma análise dos processos que levaram ao surgimento dos Estados modernos na Europa, observa essas dinâmicas como compostas de laços de interdependência de forças sociais atuantes. Assim, a divisão de trabalho, o ressurgimento da moeda e a comunicação, por exemplo, geraram a necessidade de uma força central, o Estado. Para o autor, a formação do Estado moderno não decorreu de um projeto ideológico encarnado em um grupo de interesse, mas de processos políticos e sociais que organizam, cotidianamente, um arranjo que pode ser percebido como "Estado". Assim o considero. Não como um ente dotado de intenções, coerência e consciência, mas como produto de um entrelaçamento de relações de poder e de pessoas que se agregam de acordo com compromissos, sentimentos e percepções que não se limitam às fronteiras institucionais legalmente prescritas (CASTILHO, SOUZA LIMA e TEIXEIRA, 2014).

O processo de construção da hidrelétrica de Belo Monte, considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, e sua relação com os povos indígenas foi, para mim, uma via de acesso interessante na abordagem dessas relações, seus mecanismos e aparentes contradições.

Os estudos de aproveitamento hidrelétrico da Amazônia tiveram início na década de 1970, quando mapearam o rio e seus afluentes e definiram os pontos mais favoráveis para barramentos. O relatório dos *Estudos de inventário hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu* foi finalizado em 1980 e sua versão final, aprovada em 1988. Para o aproveitamento integral da bacia do rio Xingu, foram previstos sete barramentos que gerariam 19 mil megawatts (MW), metade da capacidade instalada nas hidrelétricas brasileiras à época. Essas usinas, então denominadas Complexo Hidrelétrico de Altamira, implicariam o alagamento de mais de 18 mil km^2 e atingiriam sete mil índios de 12 terras indígenas, além dos grupos isolados da região (SANTOS e ANDRADE, 1988).

Desde então, a usina vem sendo alvo de intensos debates que se intensificaram após 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Ainda no mesmo ano, a Funai publica o Parecer Técnico nº 21 – *Análise do componente indígena dos estudos de impacto ambiental*, elaborado por especialistas técnicos do órgão e que atrela a viabilidade da obra ao cumprimento das condicionantes previstas nos EIAs.

O quadro de desentendimentos se agrava em 2011, quando o Ministério do Meio Ambiente concede a Licença Prévia para construção da barragem sem que haja esclarecimento quanto ao cumprimento das 40 condicionantes previstas para antes da instalação do canteiro de obras. Tal fato motivou o lançamento de campanhas nacionais e internacionais mobilizando a opinião pública contra a construção da usina.

Em 20 de junho de 2012, um grupo de indígenas da região, em especial xicrin, juruna e arara, ocupou parte do canteiro de obras da UHE Belo Monte pedindo a suspensão da obra. Os indígenas protestavam contra a falta de cumprimento de ações "prometidas" pela empresa Norte Energia. A ocupação foi uma primeira tentativa de construção de alianças entre povos do médio Xingu.

Ao todo, foram 21 dias de ocupação e de tensas negociações. Durante esse período, foram realizadas reuniões coordenadas pela Secretaria do Programa de Aceleração ao Crescimento (Sepac) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) envolvendo Casa Civil da Presidência da República, Funai e ministérios envolvidos com as condicionantes, como o Ministério da Saúde, responsável pelo Programa Integrado de Saúde Indígena. Após mais de 10 dias de ocupação, foi acordado que se formaria uma comissão composta por engenheiros da Norte Energia e da Funai que visitaria as aldeias indígenas com o objetivo de reapresentar o sistema de transposição do rio Xingu e o atendimento parcial de algumas demandas. As negociações com os indígenas duraram dois dias, 9 e 10 de julho, quando as lideranças aceitaram o acordo apresentado pessoalmente pelo diretor-presidente da Norte Energia. Além de atender a algumas demandas imediatas, a Norte Energia definiu o cronograma de visita às aldeias.

Contudo, dias depois, os engenheiros foram detidos na aldeia Miratu, na TI Paquiçamba, quando foram explicar aos indígenas como seria o mecanismo de transposição de pessoas e embarcações do rio Xingu para acesso à cidade. De acordo com uma liderança do local, Giliarde Juruna, "ninguém entendeu nada do que eles falaram". Os termos técnicos utilizados pelos funcionários da empresa e a falta de resposta a perguntas simples, de acordo com funcionária da Funai que acompanhou a visita, motivaram o que foi considerado um "sequestro". Os engenheiros só foram liberados após a realização de um acordo informal entre Norte Energia e indígenas, o qual apresentava um cronograma para o cumprimento das condicionantes.

Em meio a esse clima, em setembro do mesmo ano, Ibama e Funai liberaram o barramento definitivo do Xingu. O Ibama concedeu a Licença de Instalação da obra mediante o cumprimento de uma série de ações descrita em um Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) que havia sido, às pressas, apresentado a 30 lideranças indígenas que vieram a Brasília para aprová-lo. No caso da saúde, o plano que foi elaborado por consultoria particular abarcava uma profunda restruturação dos serviços de saúde indígena na região e deveria ser implantado pelo empreendedor.

A manifestação do órgão indigenista se deu pelo Parecer Técnico nº 01 – *Análise do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena*, de 12 de junho de 2012, que, além de aprovar o PBA-CI, fazia algumas recomendações, como a elaboração de outro documento que apresentasse um planejamento de trabalho. Este ficou conhecido como Plano Operativo e foi apresentado pela Norte Energia em fevereiro de 2013.[3] O Plano Operativo é um documento ambíguo, o qual "pretende refletir um planejamento que abarca a totalidade do conteúdo do PBA-CI", porém, de acordo com o documento, somente aquilo que "compete ao empreendedor":

> Caberá ao empreendedor, por meio das ações estabelecidas neste Plano Operativo, apoiar as ações que complementem e fortaleçam as atribuições do Estado junto às comunidades indígenas sem, no entanto, assumir as suas responsabilidades ou substituí-lo, visto que a jurisdição de instituições como Funai, do Ministério da Saúde e das Secretarias municipais de Educação e o MEC, coincide com a abrangência do PBA-CI. Dessa forma, as ações de mitigação e compensação apresentadas neste Plano Operativo e identificadas no PBA-CI correspondem aos impactos verificados e serão estruturadas de forma complementar à competência e responsabilidade do Estado (NORTE ENERGIA, 2013, p. 2).

Especificamente sobre o Programa Integrado de Saúde Indígena (Pisi), lê-se:

---

3 O mundo dos documentos oficiais no contexto de Altamira é bastante emblemático sobre as dinâmicas que subjazem às interações do Estado com as pessoas. Como se fosse "mágica", no sentido que Veena Das (2004) atribui à palavra, sem que o expectador veja o truque e, assim, qualificando o segredo do processo, aprovam-se documentos em cima de documentos que impactam ora parcialmente, ora sobremaneira a vida das pessoas. A atuação das partes administrativas que respondem pelo governo federal fica limitada a uma prática fragmentada de produção de papéis praticamente ilegíveis para os membros das sociedades com quem se pretende dialogar. A burocracia está fundida com a canonização da ideia "ilusória" de Estado de que falamos anteriormente. No entanto, a ideia de "ilusão" não quer dizer que, dos atos administrativos, não surgem efeitos; pelo contrário, o conteúdo dos atos da administração pública podem até ser rebatíveis, mas o que esses documentos produzem, de fato, é a sujeição às normas por meio da desautorização de atores.

> Caberá à Norte Energia apoiar o governo com a restruturação física das edificações, acessos e equipamentos de saúde (equipamentos estruturantes e materiais de consumo diverso) nas aldeias pela construção, reforma e/ou ampliação dessa estrutura, proporcionando uma melhoria na assistência à saúde para a comunidade indígena. [...] Ao Estado compete estruturar e implantar a Política de Saúde (NORTE ENERGIA, 2013, p. 49).

Essas lacunas sobre responsabilidades abriram brechas para prolongar o início de execução das ações e, no dia 3 de fevereiro de 2014, cerca de 50 indígenas ocuparam o escritório administrativo da Norte Energia cobrando a implementação das ações compensatórias conforme discutido no PBA-CI e não como apresentado no Plano Operativo. A desocupação do prédio só ocorreu após o agendamento de uma reunião com a então presidenta interina da Funai, Maria Augusta Assirati, e representantes do governo federal e da Norte Energia. A reunião se realizou no dia 14 de fevereiro daquele ano em Altamira.

Aproximadamente 300 pessoas, em sua maioria representantes das 10 etnias da região, estiveram presentes nessa reunião, que ocorreu no Centro de Convenções da cidade. Os indígenas com mais tempo de contato e com uma relação mais próxima com os modos de vida do "branco", como os xipaya, kuruaia e juruna, sentaram logo à frente da mesa. As etnias consideradas de "recente contato", como os araweté e parakanã, ficaram ao fundo, portando flechas e pintados. Outros indígenas, de modo disperso, também estavam pintados e carregando bordunas. O clima ofensivo dos indígenas causou tumulto e fez com que a reunião atrasasse mais de uma hora. Um dos representantes da Norte Energia chegou a se recusar a participar da reunião. Todas as tentativas da Funai de convencer os indígenas a não entrarem com suas armas foram frustradas.

A reunião só teve início com a chegada da polícia, que ficou na porta do Centro de Convenções durante todo o evento. Após os indígenas terem se acomodado e o clima ter se amenizado, Luís Xipaya, liderança indígena da cidade, iniciou a reunião, procedendo à leitura de uma carta de reivindicação dos povos indígenas do médio Xingu. A mesa era composta por representantes dos órgãos governamentais

(presidenta da Funai e diretor do Ibama), pela procuradora da República e por outros dois representantes da Norte Energia: o diretor socioambiental e o gerente para assuntos indígenas.

O auditório ficou demarcado quase como um território de guerra: de um lado, indígenas pintados e armados reivindicando promessas que não haviam sido cumpridas; de outro, engenheiros e representantes de uma empresa. E ali, em algum lugar entre indígenas e empresa, estavam os representantes do governo (Funai, Educação, Saúde, Planejamento e Casa Civil). O mediador, aliado aos indígenas, era o Ministério Público Federal (MPF), representado pela procuradora Thais Santi.

O cenário da reunião estava disposto de modo a conjugar os elementos necessários ao movimento indígena, ou movimento dos indígenas, na sua relação com Estado e sociedade nacional: as lideranças da cidade faziam o papel de interlocutores com o mundo dos brancos enquanto os indígenas territorializados[4] faziam o movimento de recusa ao assujeitamento às normas disciplinares.

A reunião procedeu com a leitura, por Luis Xipaya, de outro documento, solicitando uma ação judicial junto ao MPF contra a Norte Energia por descumprimento de condicionantes e de acordos feitos com os povos indígenas. Naquele momento, foi entregue pelas lideranças um documento de repúdio, retirando o apoio dado à anuência em relação à Licença de Instalação da hidrelétrica. Remetiam-se ao evento, no começo de 2011, quando cerca de 30 lideranças foram até Brasília aprovar o PBA-CI, ocasião em que lhes foi "prometida" uma série de ações que acabou não se realizando. O diretor da Norte Energia disse, então, que a maioria das ações do PBA-CI era de responsabilidade do governo e que cabia à empresa executar aquilo que havia sido apresentado no Plano Operativo. Isso causou certo desconforto aos indígenas, já que o plano não refletia o acordo feito pela empresa com eles.

Em um dado momento, alguns dos indígenas que estavam mais calados passaram a relatar problemas em relação à assistência à saúde

4 Povos juridicamente reconhecidos como detentores de direitos e bens materiais, como a terra, estão em oposição àqueles que vivem sob uma condição de privação de recursos, em especial sem território demarcado (SOUZA LIMA, 1995, p. 22).

nas aldeias. Surara Parakanã, por exemplo, relatou que o poço artesiano de sua comunidade fora prometido há mais de um ano; quando ele foi ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira (DSEI Altamira),[5] disseram que a responsabilidade era da Norte Energia; já na Norte Energia, disseram que era responsabilidade do DSEI. O que ele queria saber era: "A minha aldeia será contemplada com o poço?". Motjibi Arara perguntou sobre o posto de saúde de sua aldeia e disse que também queria o poço prometido para sua comunidade. Aje Asurini queria saber quem era o responsável pelos medicamentos das aldeias. Adauto Arara disse que o poço feito em sua aldeia não prestava e que estavam tomando água do rio, e como o tratamento da água do rio a deixava "pior do que água sanitária", ele queria que o empreendedor fizesse um poço que funcionasse.

Foi então que uma liderança indígena local questionou: "E o que é competência do governo? E o que é competência da empresa? Não queremos saber quem vai fazer, se é a empresa ou o Estado, mas tem que cumprir o que nos prometeram". Para os indígenas ali presentes, "dizer é fazer", e para conseguir o apoio dos indígenas em momento prévio à Licença de Instalação, o empreendedor disse que ia fazer. O que estava em questão, para os indígenas, não era a atribuição legal ou não do Estado de cumprir tais ações. Eles faziam referência ao que foi dito e a eles prometido. Só assim poderiam virar o jogo sem cair em um campo racional e instrumentalizado completamente desfavorável a eles pela assimetria de poder imposta.

Por que a confusão entre Estado e empreendedor? Existiria de fato uma distinção? O Estado é algo concreto em si ou algo a partir do qual devemos entender algo mais? Trouillot (2001, p. 126) sugere que, para fazer uma antropologia do Estado numa época de globalização, nós precisamos reconhecer três proposições: (1) o poder do Estado é desprovido de um lugar fixo, seja de bases teóricas ou históricas; (2) os efeitos estatais não se dão somente por meio de instituições nacionais ou em locais governamentais; (3) esses dois fatores, inerentes ao Estado capitalista, foram exacerbados pela globalização. Assim, não tendo um lugar institucional, a presença do Estado se torna cada vez mais enganosa.

5 Unidade descentralizada da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde em Altamira.

Desse modo, poderíamos nos equivocar em supor que a ausência de políticas públicas na região significaria ausência do Estado. Os efeitos de sua "não presença" (DAS, 2004), somados à construção ideológica de uma Amazônia abandonada que precisa ser gerida, como já mencionado, impulsionaram a existência "justificada" de um empreendedorismo público-privado na região. Sendo assim, como mencionado no parecer da Funai sobre o PBA-CI:

> Geralmente, os Planos Básicos Ambientais devem apresentar a distinção entre as ações de responsabilidade do empreendedor e as ações do Estado brasileiro, ainda que essas responsabilidades envolvam parcerias com instituições públicas e privadas, no entanto, o caso da UHE Belo Monte tem se mostrado exceção desde o início de seu Processo de Licenciamento.
>
> No caso das medidas de compensação, sua exceção caracteriza-se por haver uma "mistura" naquilo que deve ser responsabilidade governamental e do empreendedor, até por tais papéis estarem igualmente "misturados" na constituição de quem é o empreendedor. Embora a Norte Energia S/A seja uma entidade de direito privado, o Governo Brasileiro tem enveredado grandes esforços para que a construção da UHE Belo Monte possa ser concretizada sem maiores "problemas". Entretanto, o fortalecimento governamental das ações na região não acompanhou o mesmo esforço realizado para viabilizar as obras (BRASIL, 2012).

Certamente, a implantação da UHE Belo Monte corrobora a noção de que os efeitos estatais e seu poder não necessariamente se dão por meio de instituições e locais governamentais. Essa presença enganosa do poder do Estado, foi percebida ao longo desse processo de licenciamento ambiental: na tentativa de equacionar o direito constitucional dos povos indígenas e as determinações econômicas para o desenvolvimento nacional, transferiu-se responsabilidades sociais comumente percebidas como estatais para o empreendedor. Como me disse certa vez G. Kuruaya: "Transformaram nossos direitos em ações condicionantes para a obra".

Um jogo de oralidade e papéis

Passado mais de um ano da reunião relatada, o Comitê Gestor Indígena de acompanhamento do PBA-CI[6] fez um convite a seus membros e convidados para uma reunião em abril de 2015 a fim de buscar esclarecimentos, novamente, sobre o atraso no cumprimento das condicionantes. Dois meses antes, em fevereiro, a Norte Energia havia solicitado ao Ibama a Licença de Operação para a UHE Belo Monte.

A reunião estava marcada para os dias 22, 23 e 24 de abril. No entanto, na ausência de representantes do Ibama, da Funai e da Norte Energia, as lideranças indígenas se reuniram e decidiram ocupar os prédios da Funai e do Ibama em Altamira no dia 23 de abril. A ocupação ganhou destaque na imprensa, em especial após colocarem fogo em uma embarcação do Ibama. Reivindicavam a presença de representantes da Funai e do Ibama. No dia 24 de abril, após negociações para a desocupação dos prédios, representantes da Funai de Brasília, superintendente do Ibama e representantes da Norte Energia compareceram à reunião.

Durante os mais de quatro anos em que acompanhei as lutas políticas das lideranças em Altamira, ou seja, desde o início da construção da barragem, considero esse evento um marco para a consolidação de um movimento indígena na região com potencial de integrar os diferentes povos do médio Xingu sob uma mesma arena de discussão. No entanto, a construção desse movimento não foi um processo harmonioso. Houve vários momentos e períodos de clivagens, em especial porque essas lideranças, que vinham de um processo latente de conflitos, muitas vezes se afastaram, se acusaram e se fragmentaram.

A fragmentação política aconteceu não somente entre os povos, mas no interior deles. Sua consequência pode ser expressa, embora não unicamente, pela pulverização de aldeias na região: de 18 em 2010, passaram para 41 nos dias de hoje. Em muitos casos, essas divisões foram decorrentes da forma como a Norte Energia dispensava

6 A formação do Comitê Gestor Indígena para acompanhamento das ações referentes aos programas de compensação de Belo Monte foi estabelecido no processo de licenciamento ambiental. O comitê é composto por dois representantes de cada aldeia e instituições (associações indígenas, Funai e Norte Energia).

recursos financeiros para os indígenas. Em 2011, lideranças receberam da Norte Energia um valor de R$ 30 mil por mês para cada aldeia na forma de listas de mercadorias, o que impactou suas formas de organização social e política. Tal medida contribuiu enormemente para esse processo de rupturas políticas. Além disso, as negociações de desocupação de canteiros de obras, estradas etc. geralmente terminavam em acordos entre lideranças e empreendedor, e esses acordos, como a construção de casas em todas as aldeias, por exemplo, eram estendidos a todas as etnias, mas de forma bastante desordenada, gerando brigas e conflitos. Como disse R. Kuruaya: "O que a gente ganhou, todos ganharam, e a gente não teve culpa se os outros não souberam lidar com isso".

Ao chegar em Altamira para participar da reunião mencionada, fui surpreendida pela aliança entre os xicrin e os indígenas moradores e/ou frequentadores da cidade. A aliança se firmou quando lideranças xicrin foram procurar outras lideranças indígenas na cidade de Altamira para que participassem de uma reunião interna dos xicrin, a reunião do Subcomitê Gestor Indígena de Acompanhamento do PBA-CI. De acordo com alguns indígenas que estavam presentes na reunião, os representantes da Norte Energia tentaram barrar a participação das lideranças da cidade, mas a tentativa foi frustrada pelo posicionamento dos xicrin em mantê-los. Como veremos, essa aliança foi fundamental durante a reunião do Comitê Gestor.

Os xicrin, que comumente não se juntavam a outros grupos em reuniões institucionais envolvendo a Norte Energia, marcaram presença maciça durante os dias de reunião do Comitê. Além das jovens lideranças xicrin, estiveram presentes seus guerreiros, lideranças mais velhas e outras lideranças que normalmente exercem funções de chefia no interior do grupo. A maioria estava pintada e armada com arcos e flechas, inclusive, e principalmente, os mais velhos.

Todas as outras etnias estavam representadas na reunião, incluindo as lideranças consideradas tradicionais. Em especial, chamaram atenção os araweté, que trouxeram lideranças internas que normalmente não vão a Altamira e que, pela primeira vez, participaram de uma ocupação prévia. Além disso, participaram ativamente das discussões, apesar da barreira linguística.

A reunião, que se iniciou com dois dias de atraso, teve como mediador o secretário executivo do Comitê, Gilson Kuruaya. Logo no início da reunião, a primeira fala de uma liderança xicrin reforçou o estabelecimento da aliança entre os povos:

> Agora nós vamos lutar unidos e não vamos mais ser enganados e nos separar, porque a Norte Energia, quando chegou, foi a cabeça da Norte Energia que separou nós, agora nós vamos lutar juntos. Porque nós que estamos na aldeia é que vamos sofrer e não quem vem de fora. Vocês ouvem bem o que eles vão falar, porque eles têm uma linguagem técnica que nós não entendemos, e se vocês não entenderem, vocês perguntam para que eles expliquem no português que nós falamos, que nós entendemos, e não na linguagem deles. Vamos tomar muito cuidado com isso.

O objetivo da reunião era bastante claro: escutar dos representantes da Norte Energia a respeito do não cumprimento das condicionantes e fazer com que os representantes do Ibama (órgão que libera a licença) e da Funai (responsável pelo parecer final sobre o cumprimento ou não do PBA-CI) escutassem o que diziam e se posicionassem.

> Queremos discutir a Licença de Operação. Este pedido, o movimento considera uma afronta, um desrespeito do empreendedor, pois o empreendedor não cumpriu as condicionantes contidas na licença prévia. Queremos que tanto Funai e Ibama nos deem um posicionamento da sua postura, da sua ética, do seu compromisso e da sua dignidade enquanto instância pública que deve prezar pelo cumprimento das condicionantes (Gilson Kuruaya).
>
> Ibama deu a licença sem consultar os povos indígenas. Vocês pensam que a gente não existe. Como o Ibama está aqui, tem que ouvir: Ibama tem que segurar esta licença e a Funai fazer cumprir as condicionantes. Hoje nós estamos aqui para falar disso porque o Ibama vai liberar licença sem falar com os povos indígenas. Então, todos os parentes estão aqui para escutar: por que estão mandando papel para tudo quanto é lugar e aprovando as licenças?

> Os parentes estão ouvindo isso (Tebjo'ri – Domingos – liderança xicrin).

> Eu quero dizer para as autoridades aqui que eles estão dizendo que não estão cumprindo o PBA e está escrito que se eles não cumprirem, Ibama suspende a licença. O Ibama tem poder para suspender a obra e os senhores estão ouvindo que não está sendo cumprindo o PBA. Então, suspende a obra e faz cumprir o PBA (liderança indígena ribeirinha).

A reunião seguia um passo ritual, representando um jogo de oralidade e papéis. Os indígenas encenavam duras falas enquanto se colocavam à frente de representantes do Ibama, da Funai e da Norte Energia. Toda a comoção gerada sofreu efeitos diretos do cenário repleto de indianidade, como as pinturas, os arcos, as flechas, e pela presença significativa de velhos guerreiros xicrin e importantes lideranças araweté.

As falas indígenas reconheciam a documentação como uma prática de poder, inclusive denunciando a divergência do que foi escrito com o que foi feito, mas, naquele momento, a ênfase era no valor da palavra oral. Em muitos momentos, os indígenas ali presentes questionavam o cumprimento de alguma condicionante e o empreendedor dizia que havia um documento que podia comprovar que ele fez. A autoridade do documento era denunciada pelas lideranças com bastante indignação:

> Vocês podem dizer no papel, mas não foi feita. Vocês trazem o papel e mostra para o Ibama e Funai. Vocês inventam isso, mas não foi feito. Eu te garanto. [...] Por isso que a gente pede que o Ibama e a Funai venham aqui escutar a gente falar porque vocês acreditam mais no preto e no branco, nós indígenas acreditamos mais no verbal. Agora está aqui pra vocês verem: isto não é verdade! (Bebere Xicrin).

Quando o representante da Norte Energia disse que não ia cumprir uma das condicionantes – a construção da Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai) – e começou a elencar questões técnicas e burocráticas que, para a empresa, justificavam o não cumprimento de forma

ágil, uma liderança kuruaya se levantou e disse: "Então a reunião está terminada e o Ibama e a Funai escutaram a Norte Energia, e mesmo assim vai liberar a Licença de Operação?".

Não é raro observar, em ocasiões envolvendo lideranças indígenas, a tentativa de domesticar e frear suas vozes por meio da burocracia. Aí é que se fez importante a aliança dos povos territorializados com os xipaya e kuruaya. Já dominadores das práticas da política dos brancos, foram eles que abriram caminho como mediadores a fim de obter um desfecho favorável às pautas indígenas. Por outro lado, os grupos territorializados traziam à negociação a indianidade de seus guerreiros e lideranças. A conjugação desses fatores parecia ser a única maneira de amenizar a assimetria de poder entre os envolvidos.

Voltando à reunião, em certo momento, uma das mais velhas lideranças xicrin, Bepe'jotí, colocou-se diante do superintendente do Ibama e disse em sua língua:

> Eu estou aqui porque você é Ibama e eu sou Ibama também, porque onde eu nasci e criei, na floresta, eu sou federal, sou Ibama. Eu moro na minha terra e, assim como você é dono da lei, onde eu nasci, eu sou o Ibama. Como você está aí, eu vou te falar a verdade, se em 90 dias não começar a obra [nas aldeias], vai acontecer coisa pior, eu tenho que ir na barragem e pegar as chaves das máquinas que tiver funcionando e mandar colocar fogo porque não querem me respeitar. Vou fazer isso. É só reunião e reunião, eu não aguento mais. Estou pra morrer e não vejo nenhuma obra na aldeia. É só isso que quero mostrar pra vocês.

A fala marcou o auge da reunião. Depois disso, as lideranças mais jovens se levantaram, cada uma em seu tempo, para dizer "Eu também sou Ibama" ou "Eu também sou Funai". Mais tarde, fiquei sabendo por outra liderança xicrin que Bepe'jotí havia passado por uma ilha em que costumava brincar e descansar e que havia ficado muito triste, pois a ilha estava sem nenhuma vegetação, praticamente morta. Então, em uma reunião em sua aldeia, ouviu da Norte Energia que, para construir escolas, postos de saúde, pistas de pouso e estradas nas aldeias, teriam de pedir autorização ao Ibama. Bepe'jotí

lembrou-se de quando passou pela ilha morta pelas consequências do impacto da UHE Belo Monte e, entendendo que o Ibama deveria proteger a floresta e a água, ficou indignado, pois viu, completamente sem vida, uma ilha em que estava acostumado a acampar, pescar e caçar e que conhecia desde que era menino. Aí ele perguntou, durante aquela reunião em sua aldeia, quem havia autorizado a fazer aquilo com a ilha. Responderam a ele que o Ibama autorizou Belo Monte. E ele, indignado, falou: "E não podem me autorizar a fazer a escola de meu neto?". Foi então que ele entendeu que o papel do Ibama ele já fazia, e havia aprendido com seus pais e avós – então, ele era Ibama.

A fala foi, para as lideranças mais jovens, um ato de indignação diante da burocracia que se impõe para cumprir as condicionantes e que, ao mesmo tempo, não se aplica ao empreendimento. Segundo Gilson Kuruaya:

> Não foi uma palavra minha não, foi uma palavra de uma liderança, de um velho vivido e experiente. Não queremos culpar o Ibama, mas lembrar que ele cumpra seu papel, pois os índios já faziam isso muito antes de Ibama e que o Ibama não está vendo o que a barragem está fazendo, se ele autoriza uma construção que acabou com uma ilha toda, por que não pode autorizar uma escola, uma pista de pouso? Essas coisas que não dá pra entender.

A fala da velha liderança xicrin confirma algo: não são parte ambientada, são sujeitos no ambiente, e não simplesmente sujeitos ao ambiente ou à naturalização do espaço onde vivem. Eis a retórica política presente na fala pública dos indígenas desde as primeiras manifestações protagonizadas pelos kayapó em 1988, quando diziam não confiar no branco "que pensa ser o dono de tudo que existe sobre a terra", como disse Paiakan durante o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas em Altamira. Apesar dessa fala reforçar a imagem dos indígenas como "guardiões da natureza", é sobre integridade política que estão falando.

Considero que os eventos narrados sugerem caminhos sobre o entendimento da relação entre Estado e povos indígenas. Para tanto, gostaria de pontuar alguns argumentos destacados pelas falas

e atitudes das lideranças indígenas nesse processo de construção de resistência política: (1) o modo de vida indígena é ressaltado em oposição ao caráter destruidor do branco, o que fortalece o discurso de que os indígenas são mais sábios; (2) sinalizam que são perigosos, o que é expresso pela latente possibilidade de agressão ao levarem ao centro das discussões seus arcos, suas flechas e bordunas; (3) insistem em falar e se reunir com quem manda ou com o topo da hierarquia do governo; (4) reivindicam escolas, postos de saúde, pistas de pouso e outras benfeitorias da Norte Energia para também não dependerem dos recursos apenas dos órgãos estatais; (5) ressaltam a estratégia de diferenciação dos brancos quando expressam que os agentes estatais e os funcionários da Norte Energia são mentirosos ou precisam de papel, ao passo que, para eles, o que vale é a palavra falada.

Trato aqui como resistência um processo de duplo sentido. Por um lado, as práticas e falas dos indígenas têm efeito de contraconduta, ou seja, os resultados de seus atos estão em oposição à dominação das forças colonizadoras. No entanto, não se trata de uma oposição deliberada, pois, como vimos, o êxito de suas ações políticas integrou falas tradicionais e documentos, reuniões e armas, kuruaya e xicrin. Em outras palavras, o mesmo arranjo político que resiste em reconhecer a autoridade única dos discursos e artefatos estatais integra práticas tidas como pertencentes à lógica do mundo dos brancos.

Levando em conta o próprio caráter interétnico das sociedades humanas, esses povos incorporaram e se apropriaram de elementos e aspectos com os quais mantinham relações e interações, fossem elas esporádicas ou permanentes. Assim, esses grupos indígenas, fossem moradores da cidade ou territorializados, atentos às novas possibilidades e oportunidades, não resistiram à cultura dos brancos. Concordo com Baniwa (2011, p. 247) de que a verdadeira resistência indígena é política, não cultural:

> Os povos indígenas não resistem ao acesso e à apropriação de bens materiais e culturais do mundo moderno, mas resistem a toda forma de dominação, exploração e espoliação de seus modos de vida, de seus territórios e de seus recursos naturais. Desviar o foco da resistência indígena à resistência cultural incluindo o papel da

escola é, a meu ver, enfraquecer a luta indígena por seus direitos, que está pautada na resistência política.

Denomino, então, como um "jogo de oralidade e papéis" a articulação entre mundos que permitiu a construção de uma arena política que pudesse servir de instrumento de resistência indígena diante do contexto apresentado. Nesse jogo, destacou-se a relevância da diversidade étnica em conjugação com a necessidade de cobrar pelos direitos que tinham sobre as ações de mitigação e compensação dos impactos causados pela UHE Belo Monte – ponto de interesse comum entre os povos indígenas do médio Xingu. Desse modo, considero que, assim como não existe uma fronteira entre Estado e mercado, não existe uma fronteira entre o tradicional indígena e o moderno ocidental ou o mundo dos índios e o mundo dos brancos.

Considerações finais

Democracia é definida como a vontade da maioria, sendo muitas vezes calculada como a vontade da metade mais um. Porém, como observou Ramos (2015, p. 59), o que se observa nas decisões políticas envolvendo grupos indígenas são intermináveis discussões e argumentações que podem levar horas ou dias até chegar a um consenso que, geralmente, engloba a grande maioria, se não todos.

Pierre Clastres (1978), na obra *A sociedade contra o Estado*, observou que o chefe não dispõe de nenhum poder de coerção, o chefe não é uma autoridade a quem se deve obediência. Porém, sua autoridade existe no sentido de ser "autor", aquele que acumula conhecimento (RAMOS, 2015, p. 66), e aí reside seu poder: na autoridade do conhecimento. Nesse caso, o campo de ação política para os povos indígenas não se desenha por recursos coercitivos, como é o caso das sociedades não indígenas, mas sua potência está no convencimento, e é pela experiência vivida que o chefe se transforma em autoridade capaz de persuadir as pessoas a tomar decisões e a se engajarem em ações coletivas. Por isso, não é por acaso que uma das principais atribuições de uma liderança indígena seja a oratória.

Contudo, em contraste com o sistema democrático ocidental, o sistema indígena, baseado no convencimento e na oralidade, difere significativamente das práticas de poder do Estado. Não podemos

ignorar o fato de que, se, por um lado, seu constante processo de produção cultural da diferença os coloca à margem do processo de homogeneização a que se pretendem as políticas públicas, por outro, também se deparam com forças de coerção pelo fato de o Estado exercer, no sentido weberiano, o monopólio do uso da violência.

Por isso, não pretendo obscurecer o fato de que a relação entre índios e brancos tem sido estabelecida, há muitos séculos, pela violência e pelo extermínio. Qualquer análise sobre políticas de desenvolvimento e povos indígenas deve levar em consideração as condições irreversíveis que deram carga à situação colonial. Todavia, os eventos etnografados permitiram observar que, diante dos limites impostos, surgiu uma possibilidade de construção de um movimento político, o que nos leva a inferir que esses povos não são exteriores ou indiferentes ao desenvolvimento ocidental. Não se trata de dois processos distintos, mas complementares.

Diante dos cenários de disputas, compromissos e contingências envolvidos no projeto de desenvolvimento que marca a construção da UHE Belo Monte, a estratégia política de aliança surtiu efeitos reais e mensuráveis: ao mesmo tempo que se abriu um gigantesco desafio, estratégias foram adotadas rumo a uma autonomia etnopolítica ancorada, ao mesmo tempo, no controle das práticas de poder dos brancos e da vida nas terras indígenas. Talvez essa autonomia indígena possa significar a construção de uma possibilidade de participação política mais eficiente nesse Estado-nação coercitivo.

Referências

ABRAMS, P. "Notes on the difficulty of studying the State." Journal of Historical Sociology, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.

ADALBERTO (Príncipe da Prússia). Brasil: Amazonas-Xingu. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacional. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BELO MONTE. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima). vol. 35. [s. l.], 2009.

ARAÚJO, A. V. et al. Povos indígenas e a lei dos "brancos": o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional, 2006.

BAINES, S. "Antropologia do desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas." Anthropológicas, n. 8, v. 15, n. 2, p. 29-46, 2004.

BANIWA, G. L. Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese (doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2011. 368f.

_____. "Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo." Tellus, n. 12, p. 127-146, 2014.

BARBOSA, M. A. Direito antropológico e terras indígenas no Brasil. São Paulo: Plêiade, 2001.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Parecer técnico n. 01/2012. Análise do Programa Básico Ambiental – Componente Indígena. Brasília, 2012.

_____. Parecer técnico n. 21/2009. Análise do Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental. Brasília, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2. ed. Brasília, 2002. 40p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa de capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental. Brasília, 2009.

BRASIL; PARÁ (estado). Plano de desenvolvimento regional sustentável do Xingu. Brasília; Belém, 2010.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, S. R.; SOUZA LIMA, A. C. de; TEIXEIRA, C. C. (Orgs.). Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

COOPER, F.; PACKARD, R. International development and the social sciences: essays in the history and politics of knowledge. Berkeley: Univesity of California Press, 1997.

COUDREAU, H. A.; FERRI, M. G. Viagem ao Xingu. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. (1. ed. 1897).

CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos. Sel. e coord. Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).

DAS, V. "The signature of the state: the paradox of illegibility." In: Anthropology in the Margins of the State. Santa Fé: School of American Research Press, p. 225-252, 2004.

_____; POOLE, D. (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DAVIS, S. H. Victims of the miracle: development and the indians of Brazil. Nova York: Cambridge University Press, 1977.

ELIAS, N. O processo civilizador 2: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FERGUSON, J. "The anti-politics machine". In: Sharman, A.; Gupta, A. (Orgs.). The anthropology of the State: a reader. Londres: Blackwell Publishing, 2006.

FOUCAULT, M. et al. (Ed.). The Foucault effect: studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

GALLOIS, D. T. "Nossas falas duras". In: Albert, B.; Ramos, A. R. (Orgs.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GEERTZ, C. Negara: o Estado teatro no século XIX. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GONDIM, N. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science. Berkeley: University of California Press, 1997.

_____. "Beyond 'culture': space, identity, and the politics of difference." Cultural Anthropology, v. 7, n. 1, p. 6-23, 1992.

HULL, M. S. "Documents and bureaucracy." Annual Review of Anthropology, v. 41, p. 251-267, 2012.

IBGE, Censo demográfico 1991-2010. Acessado em: https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html.

KOIFMAN, S. "Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil". Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 413-423, 2001.

LACERDA, P. Associativismo na Transamazônica – criação da Associação dos Produtores da Volta Grande do Xingu. Amazônica – Revista de Antropologia, v. 3, n. 1, 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural dois. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

MAGALHÃES, A. C. Índios e barragens: a complexidade étnica e territorial na região do Médio Xingu. In: SEVÁ F.; SWITKES, G. (Orgs.). Tenotã-Mõ – alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. International Rivers Network, 2005.

MARCUS, G. E. "Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography". Annual Review of Anthropology, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.

MEGGERS, B. J. Amazônia: a ilusão de um paraíso. São Paulo: USP, 1987.

MONTANO, M. "Planejamento às avessas: o descompasso da avaliação de impactos no Brasil". In: Oliveira, J. P. de; Cohn, C. (Orgs.). Belo Monte e a questão indígena. Brasília: ABA, 2014.

MOSSE, D. "Anti- social anthropology? Objectivity, objection, and the ethnography of public policy and professional communities". Journal of the Royal Anthropological Institute, v. 12, n. 4, p. 935–956, 2006.

_____. "Is good policy unimplementable? Reflections on the ethnography of aid policy and practice". Development and Change, v. 35, n. 4, p. 639–671, 2004.

MÜLLER, R. P. Os asuríni do Xingu: história e arte. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993.

NADER, L. "Up the anthropologist: perspectives gained from studying up." In: Hymes, D. Reinventing anthropology. Nova York: Vintage Books, 1969.

NIMUENDAJU, C. "Tribes of the lower and middle Xingu river." In: Steward, J. Handbook of South American Indian. v. 3. Washington: Smithsonian Institution, 1948.

NORTE ENERGIA. Plano operativo acerca dos planos, projetos e programas do PBA-CI. [s. l.], 2013.

_____. Projeto Básico Ambiental UHE Belo Monte – Componente Indígena. Programa Integrado de Saúde Indígena. [s. l.], 2011.

OLIVEIRA, J. P. de; COHN, C. (Orgs.). Belo Monte e a questão indígena. Brasília: ABA, 2014.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1999.

PEIRANO, M. G. S. "O dito e o feito": ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

RAMOS, A. R. "A tale of gold and tears: the El Dorado of the yanomami." Indiana, v. 27, p. 125–139, 2010.

_____. Indigenism: ethnic politics in Brazil. Madison: Wisconsin Press, 1998.

_____. Sobre mal-entendidos interétnicos. Universitas Humanística, v. 80, n. 80, p. 53–75, 2015.

RIBEIRO, G. L. Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro. São Paulo: Marco Zero: Anpocs, 1991.

RILES, A. Documents: artifacts of modern knowledge. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

ROOSEVELT, A. "Arqueologia amazônica". In: Carneiro da Cunha, M. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53–86.

SAHLINS, M. Esperando Foucault, ainda. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SANTOS, B. de S. "Uma cartografia simbólica das representações sociais: o caso do direito." Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 24, p. 139–172, 1988.

SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. M. (Coords.). As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SANTOS, S. C. dos ; NACKE, A. Hidrelétricas e povos indígenas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SHARMA, A.; GUPTA, A. (Orgs.). The anthropology of the State: a reader. Londres: Blackwell Publishing, 2006.

SHORE, C.; WRIGHT, S. (Orgs.). Anthropology of policy: perspectives on governance and power. Nova York: Routledge, 2003.

SILVA, M. S. da. Energia elétrica: estatização e desenvolvimento, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

SLATER, C. Entangled Edens. Visions of the Amazon. Berkeley: Londres: The University of California Press, 2002.

SOUZA LIMA, A. C. de. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a organizados? In: _____. (Org.). Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II. Brasília: Paralelo 15: GTZ; Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional, 2010. p. 60-80.

_____. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

STRANG, V. The meaning of water. Oxford: Berg, 2004.

TEIXEIRA, C. C. A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional, 1949-1994. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. *Os usos da indisciplina*: decoro e estratégias parlamentares. Brasília: UnB, 2001. (Série Antropologia, 307).

_____. "Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira." In: Castilho, S. R.; Souza Lima, A. C. de; Teixeitra, C. C. (Orgs.). Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa: Faperj, 2014. p. 33-42.

TEIXEIRA, C. C.; AGUILAR, N. "Controle social na saúde indígena: limites e possibilidades da democracia direta." Tempus: Actas de Saúde Coletiva, v. 7, p. 97-115, 2013.

TEIXEIRA, C. C.; QUINTELA, M. M. "Antropologia e água: perspectivas plurais." Anuário Antropológico, v. 2010/II, p. 9-22, dez. 2011.

TEIXEIRA, C. C.; SOUZA LIMA, A. C. de. "A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão". In: Martins, C. B.; Duarte, L. F. (Coords.). Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia. São Paulo: Barcarolla: Anpocs, 2010. p. 51-96.

TEIXEIRA-PINTO, M. Ieipari. Sacrifício e vida social entre os índios arara. São Paulo: Hucitec: Anpocs; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

TSING, A. L. Friction: an ethnography of global connection. Princeton University Press, 2005.

TROUILLOT, M. R. et al. "The anthropology of the state in the age of globalization: Close encounters of the deceptive kind". Current anthropology, v. 42, n. 1, p. 125-138, 2001.

TURNER, T. "Baridjumoko em Altamira." In: CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90. São Paulo: Socioambiental, 1991. p. 337-338.

VAZ, A. "Povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil – políticas, direitos e problemáticas. Boletín Onteaiken", Córdoba, n. 15, 2013.

VELHO, O. "De novo, os valores." In: _____. Besta-fera: recriação do mundo. Ensaios críticos de antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 139-149.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____; ANDRADE, L. "Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas." In: Santos, L.; Andrade, L. (Orgs.). As hidrelétricas do Xingu e povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

WEBER, M. Economia e sociedade. v. 1. e 2. Brasília: UnB, 2000.

_____; GERTH, H. H.; MILLS, C. W. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WHITEFORD, L.; WHITEFORD, S. (Orgs.). Globalization, water & health: resource management in times of scarcity. James Currey, 2005.

Criatividade na burocracia: o papel do Ministério Público Federal no caso da usina de Belo Monte

Luiz Vilaça

Este trabalho é fruto de um estudo etnográfico[1] que tem como base o processo de implementação da usina hidrelétrica de Belo Monte (BM), localizada na bacia do rio Xingu, próximo à cidade de Altamira, no Pará. Meu foco empírico para entender esse processo teve como ponto de partida o Ministério Público (MP)[2] – uma das agências estatais mais presentes no caso de Belo Monte –, com o objetivo de mapear e entender as diferentes (inter)ações mobilizadas por procuradores no decorrer da implementação da barragem e refletir sobre como a atuação do MP nesse caso nos ajuda a compreender melhor o que entendemos por "Estado".

Nesse sentido, este estudo se insere numa sequência de trabalhos desenvolvidos recentemente na tentativa de entender como o Estado está operando a partir das ações de seus burocratas (cf. HERZFELD, 1993; SHARMA e GUPTA, 2006; GUPTA, 2012; KRUPA e NUGENT, 2015) e, mais especificamente, como as interações estabelecidas por agentes estatais influenciam o rumo de políticas públicas (LIPSKY, 1980; MARQUES, 2006), as práticas acionadas por esses agentes em determinados contextos (ABERS e TATAGIBA, 2015) e as

1 Este artigo foi fruto de um trabalho realizado durante a disciplina Antropologia do Estado, ministrada no segundo semestre de 2015 no Programa de Pós-graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, e se insere na pesquisa que desenvolvo durante o mestrado em Ciência Política na mesma universidade. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no Seminário Internacional Desafíos al Estado: ¿Nuevos actores políticos y económicos en América Latina?, ocorrido na Universidade Católica do Chile, na cidade de Santiago, em 2016. Agradeço pelos comentários dos debatedores da mesa. Agradeço ainda pelas sugestões de Carla Teixeira, Marisa von Bülow, Rebecca Abers e Ana Karine Pereira, bem como pela ajuda dos membros do grupo de pesquisa Repensando as Relações entre Sociedade e Estado (Resocie). Permaneço, claro, responsável pelas lacunas e equívocos do texto.

2 Desde já, é importante ressaltar que o caso de Belo Monte esteve concentrado no Ministério Público Federal (MPF) por prevalecer um entendimento no Ministério Público de que se trata de uma obra de atribuição federal e não estadual.

dinâmicas das fronteiras entre "Estado" e "sociedade" (MITCHELL, 2006; ABERS e VON BÜLOW, 2011). Parto do pressuposto, portanto, de que o Estado não está "pronto", mas sim constantemente se (re) produzindo e se (re)configurando a partir das ações e interações materializadas no dia a dia da burocracia (CASTILHO, SOUZA LIMA e TEIXEIRA, 2014).

No Brasil, diversos autores vêm mergulhando nas instituições estatais, principalmente em órgãos do Executivo (OLIVEIRA, 2009; ABERS, 2015; entre outros) e nas esferas do Legislativo (ver, por exemplo, TEIXEIRA, 1998; BEZERRA, 1999). O Ministério Público, contudo, permanece pouco estudado. Apesar de importantes trabalhos terem sido desenvolvidos recentemente (ARANTES, 1999, 2002), há poucos estudos empíricos que imergem na instituição e investigam a dinâmica de trabalho de procuradores e promotores (SILVA, 2001; COSLOVSKY, 2009).

O Ministério Público foi amplamente transformado durante o processo de redemocratização do Brasil no final do último século, quando importantes mudanças na legislação brasileira – por exemplo, na Lei da Ação Civil Pública (1895)[3] e na própria Constituição Federal (1988) – alteraram drasticamente a estrutura e o papel do MP. Tradicionalmente dedicado à procuração criminal, controlado pelo Poder Executivo (MCALLISTER, 2008, p. 57) e muitas vezes subordinado por interesses políticos (COSLOVSKY, 2009, p. 90), o Ministério Público abandonou "seu papel de advogado dos interesses do Estado para tornar-se defensor público da sociedade" e passou "de mero apêndice do Poder Executivo para a condição de órgão independente" (ARANTES, 2002, p. 19).[4]

Seu envolvimento no processo de implementação da usina de Belo Monte teve início em 2001, quando procuradores ajuizaram uma primeira ação civil pública (ACP) deslocando o processo

3 Essa lei consolidou a possibilidade do uso de ação civil pública (ACP) pelo MP em casos de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a patrimônios históricos, entre outros (ARANTES, 1999, p. 85), colocando o órgão "em contato direto com a representação judicial dos interesses de amplos segmentos da sociedade" (DA ROS, 2009, p. 29).

4 Para uma análise mais detalhada sobre o processo de transformação do MP, ver Arantes (2002).

de licenciamento ambiental[5] da barragem do órgão estadual para o federal (o Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Desde então, mais de 20 diferentes procuradores se envolveram com o caso de Belo Monte, tanto da própria Procuradoria da República do Município de Altamira (PRM-Altamira) quanto de outras sedes do MPF, como Belém e Brasília.

O projeto da barragem, contudo, havia surgido muito antes, durante a década de 1970, como parte de uma série de obras hidrelétricas na região Amazônica planejadas em razão do aumento do preço do petróleo no mercado internacional (DÓRIA, 1976). Desde o princípio, Belo Monte (que na época tinha o nome de Kararaô) foi extremamente contestada por atores diversos – como povos indígenas, organizações de movimentos sociais (OMS) e membros da comunidade acadêmica – devido aos impactos no ecossistema local e nas diversas comunidades que habitam a região próxima à usina, tanto na zona rural quanto na urbana (MAGALHÃES e HERNANDEZ, 2009). A mobilização intensa em torno da hidrelétrica – que culminou num grande protesto em 1989, o 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu, realizado na cidade de Altamira – acabou levando o Banco Mundial, então financiador do projeto, a recuar, deixando os planos para a construção de Belo Monte engavetados por alguns anos (PEREIRA, 2014, p. 121).

Durante a década de 1990, novos estudos foram realizados e um projeto revisado foi apresentado pela Eletronorte, diminuindo a área total alagada pela usina de 1.200 km² para 516 km² e evitando o alagamento das terras indígenas juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande (BERMANN, 2012, p. 10). O projeto da usina desvia grande parte do fluxo do rio Xingu – na região conhecida como Volta Grande do Xingu – para outro trecho, que era ocupado por florestas e assentamentos (BERMANN, 2012, p. 9). A partir de então, Belo Monte ganha um lugar importante na agenda de diversas instituições

5 O licenciamento ambiental é "uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente" (disponível em: http://www.ibama.gov.br/licenciamento/; acesso em: 20 jun. 2014). Durante o licenciamento, o empreendedor do projeto – no caso de Belo Monte, a empresa Norte Energia – deve obter três licenças que atestam a viabilidade socioambiental da obra: a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO).

estatais, sendo apresentada como um projeto "de interesse estratégico para o país" pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) (HOCHSTETLER, 2011, p. 359) e figurando como obra central no Plano Plurianual Avança Brasil 2000-2003 (FEARNSIDE, 2002, p. 742) e no Programa de Aceleração do Crescimento de 2007 (PEREIRA, 2014, p. 17). Apesar de as mobilizações contrárias à usina não terem cessado, Belo Monte – que tem capacidade instalada de 11.233 MW[6] – foi construída pela empresa Norte Energia (NE)[7] e se encontra em operação desde 2015.

Procuradores do Ministério Público Federal, no entanto, continuam atuando ativamente no processo de Belo Monte, tanto em arenas judiciais quanto extrajudiciais. Meu objetivo neste trabalho é mergulhar etnograficamente no trabalho desenvolvido por esses procuradores, isto é, analisar os sujeitos que dão vida aos braços e processos estatais: quem são, o que pensam, com quem interagem, que ações mobilizam e que causas defendem. Mais especificamente, busco refletir sobre como as interações entre procuradores e outros atores – como ativistas de OMS e burocratas de agências estatais – nos ajudam a compreender a operação de instituições do Estado.

Esta etnografia foi construída com base em três fontes de informação. Em primeiro lugar, analisei uma série de documentos, como ações civis públicas, inquéritos civis, decisões judiciais, notas técnicas, pareceres, entre outros. Além disso, foram realizadas 76 entrevistas semiestruturadas com atores-chave, tais como procuradores da República (11), membros de OMS (39), indivíduos afetados pelo empreendimento (9), e servidores de agências estatais envolvidas no processo (11). Alguns atores foram entrevistados mais de uma vez. Por fim, também lancei mão de observações em reuniões, encontros

6 Não há consenso em relação à capacidade efetiva da usina, uma vez que, devido à redução do reservatório em alguns períodos do ano, a capacidade instalada seria "alcançada apenas por três meses no ano" (PEREIRA, 2014, p. 126). De acordo com Bermann (2012, p. 8), a capacidade média da usina deve girar em torno de 4.428 MW por ano.

7 A Norte Energia (NE) representa o consórcio que ganhou o leilão da usina de Belo Monte, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2010. Sua composição acionária envolve tanto empresas estatais quanto privadas, além de fundos de pensão. Para mais detalhes, ver: http://norteenergiasa.com.br/site/. Acesso em: 6 set. 2016.

e eventos[8] durante os meses de agosto e setembro de 2016 na cidade de Altamira, tendo acompanhado, durante uma semana, o trabalho de uma das procuradoras da PRM-Altamira.

Ao longo deste artigo, mostro como procuradores do MPF construíram posicionamentos de contestação à legitimidade da barragem, iluminando impactos sociais e ambientais decorrentes de sua instalação e acionando diferentes práticas para tentar influenciar o processo de implementação de Belo Monte. Nesse sentido, argumento que a centralidade analítica para as ações e interações de agentes estatais nos ajuda a compreender: i) as diferentes ideias que esses agentes constroem em torno das políticas públicas; ii) as ações que eles mobilizam ao tentar solucionar problemas no seu cotidiano; iii) como as fronteiras entre "Estado" e "sociedade" se (re)configuram em diferentes contextos.

Este artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na próxima seção, mostro a relevância do olhar para as interações na burocracia a partir de exemplos concretos da pesquisa de campo. Na segunda parte, discuto como as interações estabelecidas com agentes externos impactaram as ideias que procuradores construíam em torno da usina. Posteriormente, ilumino algumas das ações criativas mobilizadas por procuradores. Na quarta seção, reflito sobre como as dinâmicas das fronteiras entre "Estado" e "sociedade" eram atualizadas a partir das interações entre procuradores e outros atores. Por fim, reflito sobre as contribuições desta pesquisa para a compreensão do papel do Ministério Público na atualidade.

Entendendo a burocracia a partir de interações

> Eles [povo indígena juruna] iniciaram o processo porque eles tinham encontrado na beira, próximo à aldeia, o que eles chamavam de um palco de números, e a gente viu que era uma régua métrica que estava já fazendo os estudos da vazão do Xingu. Então, eles ficaram assustados com aquilo e foram eles que inauguraram isso (Entrevista 1, MPF, 2012).

8 No total, participei de 14 eventos, sendo a metade deles reuniões entre o MPF e atores externos, como colaboradores da Norte Energia, grupos atingidos pela barragem e lideranças de OMS.

Desde o começo, a participação do Ministério Público no caso de Belo Monte esteve vinculada a diálogos constantes com atores sociais diversos, incluindo as comunidades atingidas pelo empreendimento[9] e organizações de movimentos sociais (OMS). De fato, o contato com grupos sociais que não ocupam posições nos aparelhos estatais foi descrito como fundamental no caso de Belo Monte (Entrevista 67, MPF, 2016), uma vez que esses atores tinham uma noção muito mais detalhada dos acontecimentos cotidianos da implementação da usina, trazendo para os procuradores informações valiosas que ajudavam a construir e a embasar as estratégias de ação do MP (Entrevista 19, Fórum da Amazônia Oriental, 2016). Como lembra um dos procuradores,

> [...] as ações, elas basicamente, elas chegam até nós através de representações da sociedade civil. E a sociedade civil indígena, naquela região, é algo muito, muito bem organizado. A região de Altamira é onde se tem o movimento social mais forte de toda a Amazônia, mais forte. É uma coisa impressionante quando faz reunião lá. Normalmente, reúne centenas de pessoas. [...] Belo Monte só não tá construída desde 2000, desde 1999, porque a sociedade civil de lá é muito forte (Entrevista 1, MPF, 2012).

Todos os procuradores da República entrevistados afirmaram ter tido diálogos constantes com organizações de movimentos sociais durante o caso de BM, ressaltando ainda que lideranças dessas organizações foram fortes colaboradores do MP. Uma das procuradoras destaca que os militantes "servem como informantes, no sentido de

9 Neste trabalho, entendo como "atingido" qualquer indivíduo ou grupo que se reconheça como atingido pelo empreendimento. Na medida em que ser reconhecido como atingido implica um acesso a direitos, a categoria de "atingido" se tornou um campo em disputa, canalizando conflitos em projetos hidrelétricos (VAINER, 2008). Apesar de não ter espaço aqui para aprofundar essa discussão, acrescento que as comunidades afetadas por BM englobam uma série de coletividades, tais como ribeirinhos (Entrevista 51, Associação Tyoporemo, 2016), pescadores (Entrevistas 36, 37, 38 e 43, Colônia dos Pescadores Z57, 2016), povos indígenas (Entrevista 71, povo indígena muratu, 2016) e setores da população urbana de Altamira (Entrevista 26, Movimento Xingu Vivo para Sempre, 2016). Como ressalta Reis (2015, p. 28), "as etnias que compõem este território [do Xingu] formam um grupo bastante heterogêneo e diversificado, sendo tarefa muito difícil, por isso, tentar agrupá-los sob uma única categoria de 'população impactada pela construção da barragem'".

apresentar os anseios da população e, ao mesmo tempo, de forma reversa, cobrarem nossa atuação" (Entrevista 12, MPF, 2015). As conversas com esses atores ocorreram durante todo o processo e de diversas formas – por meio de reuniões, telefonemas, *e-mails* e participações em atividades, por exemplo (Entrevista 12, MPF, 2015).

O problema do reassentamento urbano é um bom exemplo de como isso aconteceu. A remoção de parte da população de Altamira é um dos grandes dilemas trazidos por BM, canalizando disputas entre comunidades atingidas e a empresa Norte Energia em torno de quem tem direito a reassentamento[10] e que tipo de reassentamento seria esse. Reclamações sobre as casas que estavam sendo construídas para reassentar as famílias levou procuradores a ajuizarem uma ACP, em 2013, frisando a obrigação da Norte Energia de prover casas adequadas para os grupos que estavam sendo deslocados.[11] A procuradora responsável por essa área conta, todavia, que essa ação foi fruto de uma iniciativa de um dos movimentos sociais locais:

> O reassentamento é um caso que foi trazido inicialmente pelo Movimento Xingu Vivo, que apresentou algumas dificuldades, que o que tinha sido proposto inicialmente por Belo Monte não tinha sido cumprido. Isso tudo foi levado em consideração e, após uma análise das casas, os modelos por perícia do MPF, a gente concluiu que o que tinha sido inicialmente proposto não tinha sido cumprido (Entrevista 12, MPF, 2015).

Eram justamente as interações que procuradores estabeleciam com diversos atores no contexto da implementação da usina de Belo

10 Um dos servidores do Ibama explica que existe uma cota que determina quem é atingido ou não pela barragem: "Ela é uma cota de segurança do reservatório. [...] Se o reservatório chegar na cota 100, a água passa por cima e alaga a área urbana, essa que era a grande preocupação. E quem está abaixo da cota 100 tem direito a tratamento pela Norte Energia. [...] Quem está acima da cota 100 não é impactado mesmo" (Entrevista 32, Ibama, 2016). Estar abaixo da cota 100, em outras palavras, significa estar localizado até 100 metros de altura acima do nível do mar. Várias pessoas que estavam abaixo da cota 100 foram realocadas para reassentamentos urbanos coletivos, bairros construídos pela Norte Energia para abrigar as pessoas reassentadas. A ACP em questão se refere justamente às casas construídas nesses bairros.

11 Ação Civil Pública nº 2464-06.2013.4.01.3903.

Monte que despertaram minha atenção para a relevância analítica das dinâmicas relacionais na nossa compreensão de como operam instituições estatais. Apesar de esse tema já ter sido objeto de estudo de diferentes teóricos do Estado, entendo que o mergulho etnográfico proposto por esta pesquisa contribui ao iluminar os processos e efeitos dessas interações em um caso particularmente conflituoso.

A dinâmica de interação de instituições estatais com atores diversos (como setores do empresariado e organizações de movimentos sociais) começou a ganhar fôlego nos estudos que buscavam compreender os fatores que levam alguns "Estados" a conseguir implementar políticas e outros não. Reagindo à obra clássica de Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985), *Bringing the State back in* – que ressaltava o caráter insulado dos burocratas como uma condição para que fossem construídas capacidades estatais que possibilitassem a implementação de políticas públicas –, diversos autores buscaram enfatizar a importância dos vínculos estabelecidos por burocratas com setores do empresariado (SCHNEIDER, 1994) ou movimentos sociais (PEREIRA, 2014) no decorrer da implementação de políticas. É essa a base da ideia de "poder infraestrutural" de Mann (1984), da "autonomia inserida" de Evans (2004) e da "interdependência governada" de Weiss (1998).

Apesar de ilustrarem como as interações que agências estatais estabelecem com outros atores influenciam de diversas maneiras o rumo de políticas estatais, esses estudos pouco se preocuparam em entender como essas interações eram materializadas no cotidiano da atuação da burocracia. Na realidade, a centralidade das interações nos sujeitos que dão vida aos processos estatais passou a ganhar fôlego com os estudos sobre burocratas de nível de rua. Nessa linha, foi argumentado que os diálogos entre burocratas e seus "clientes" influenciam, por exemplo, os modos como políticas públicas são entendidas por determinados grupos (LIPSKY, 1980; LOTTA, 2010) e os mecanismos de reprodução de desigualdades sociais (HERZFELD, 1993; GUPTA, 2012).

O foco deste artigo, contudo, está em como as interações que configuram o dia a dia de agentes estatais podem ajudar a compreender a operação de organizações do "Estado". Afinal, o próprio Max Weber – um dos primeiros sociólogos a mergulhar profundamente

no Estado – já dava pistas do caráter relacional das burocracias ao enfatizar que elas são feitas de pessoas. Para Weber (2004), a burocracia é vista através de documentos e regras, mas essas regras não são aplicadas automaticamente, mas através das pessoas. Assim, apesar de ressaltar os mecanismos de impessoalidade criados a partir da burocracia – como a seleção de servidores baseada na meritocracia e os cargos remunerados, vitalícios e com planos de carreira (WEBER, 2004, p. 203-204) –, o autor não entende os burocratas como seres insulados que aplicam regras de maneira racional e impessoal,[12] mas como atores culturalmente situados e que podem até agir criativamente (WEBER, 2004, p. 216).

De fato, ao tratar da burocracia, Weber está falando de um processo histórico e de valores que são fundantes dessa esfera (SCHLUCHTER, 1989, p. 374). Podemos entender que a burocratização, em seu pensamento, está sempre travestida e transformada pelos valores sociais e que o caráter "técnico" e "racional" das burocracias na realidade está enraizado culturalmente, já que a operação das esferas burocráticas depende de como os atores que trabalham ali interpretam suas ações (SCHLUCHTER, 1985, p. 112). Como lembra Herzfeld (1993, p. 47, tradução minha),

> [...] a burocracia, como Weber a entendia, é um sistema que demanda *accountability*, e *accountability* é uma mistura de ideias sobre pessoas, presenças e políticas que é produzida social e culturalmente. Apesar de se apresentar a partir de uma racionalidade universal, seus significados são culturalmente específicos e sua operação é restringida pelos modos como os burocratas e seus clientes interpretam as ações burocráticas.

Portanto, resgatar a dinâmica de interações no dia a dia da atuação dos burocratas é uma tarefa importante porque não podemos definir *a priori* certa identidade ou estilo burocrático; pelo contrário, os burocratas se posicionam com base nas relações que estabelecem. É nesse sentido que busco entender a burocracia de maneira

12 A interpretação de Weber, assim, é diferente aqui do que propõem algumas abordagens do Estado que reforçam o caráter técnico e insulado de atuação dos burocratas (ver, por exemplo, EVANS, RUESCHEMEYER E SKOCPOL, 1985).

interativa. No âmbito deste trabalho, argumento que as interações que burocratas estabelecem impactam as ideias que constroem em torno de determinadas causas, as ações que mobilizam ao tentar solucionar problemas no seu cotidiano, e, assim, as próprias dinâmicas que as fronteiras entre "Estado" e "sociedade" ganham em diferentes contextos.

Políticas públicas em disputa: o papel das ideias

> Eu acho que isso tem que ficar claro, está muito velado e eu queria que ficasse transparente, que é a violação de direitos humanos que acontece aqui, como as pessoas atingidas não são vistas (Entrevista 53, MPF, 2016).

Não seria exagero dizer que a defesa dos direitos de comunidades afetadas pela barragem foi um horizonte balizador na participação do MPF no caso de Belo Monte. Grande parte das ações ajuizadas pelo órgão, por exemplo, girava fundamentalmente em torno da importância de garantir medidas compensatórias para as comunidades atingidas. Alguns exemplos são as ações que buscavam expor a dimensão dos danos ambientais causados pela barragem;[13] que tratavam sobre a particularidade da questão indígena e das comunidades que tiveram seus estilos de vida alterados;[14] referentes à exigência do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo Ibama[15] durante o processo de licenciamento;[16] e que buscavam garantir a participação de atores sociais.[17]

Um exemplo interessante é a ACP em que o MPF questiona o não cumprimento das condicionantes ligadas ao componente indígena

13 ACP nº 28944-98.2011.4.01.3900.

14 ACP nº 25997-08.2010.4.01.3900.

15 As três licenças concedidas pelo Ibama – Prévia, de Instalação e de Operação – apresentaram uma série de condicionantes com ações de mitigação dos impactos da barragem que o empreendedor devia cumprir para garantir a sustentabilidade do projeto.

16 Alguns exemplos são as ações de número 18026-35.2011.4.01.3900 e 20224-11.2012.4.01.3900.

17 Alguns exemplos são as ações de número 363-35.2009.4.01.3903 e 26161-70.2010.4.01.3900.

do caso de Belo Monte por parte do empreendedor, que "blindado pelo suposto 'interesse nacional' de seu projeto, passa a decidir – segundo suas prioridades – quando e como os recursos das políticas socioambientais seriam aplicados" (Ministério Público Federal, 2015, p. 3). O objetivo por trás da ação, assim, é iluminar os efeitos desse descumprimento para as comunidades indígenas da região e exigir que o empreendedor – assim como outros órgãos estatais – não somente indenize essas comunidades, mas cumpra com os compromissos firmados no Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI).[18] Nas palavras dos procuradores que assinaram o documento:

> O que está em curso, repita-se, com a UHE Belo Monte é um processo de extermínio étnico, pelo qual o governo federal dá continuidade às práticas coloniais de integração dos indígenas à sociedade hegemônica. Em violação ao art. 231 da Constituição Federal, a UHE Belo Monte constitui uma ação etnocida do Estado brasileiro, da Concessionária Norte Energia e da Funai (Ministério Público Federal, 2015, p. 87).

Grande parte das ações ajuizadas pelo MPF, contudo, acabou ficando parada no Judiciário devido a um mecanismo chamado suspensão de segurança, segundo o qual o mérito da ação não é sequer julgado por se tratar de um projeto de "interesse nacional".[19] Daí para frente, esse mecanismo foi usado como base para interromper diversas ações civis ajuizadas pelo MP, dificultando os caminhos de atuação do órgão no Poder Judiciário.

---

18 O Plano Básico Ambiental é um plano "elaborado pela Norte Energia a partir das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. O plano engloba ações variadas de compensações e de mitigações sociais e ambientais – como o programa de saúde e segurança, de controle ambiental, de atendimento à população atingida, de apoio à agricultura familiar, entre outros" (PEREIRA, 2014, p. 134). O componente indígena é uma parte do PBA que trata especificamente sobre as condicionantes e ações mitigatórias em relação às comunidades indígenas.

19 Diversos procuradores entrevistados afirmaram que a suspensão de segurança – caracterizada como um instrumento "do tempo da ditadura" (Entrevista 1, MPF, 2012) – foi fundamental nas derrotas do MP no Judiciário.

> Explicitar as diferentes ideias acionadas por procuradores do MPF para dar legitimidade a suas ações é importante para iluminar as disputas em torno da usina. Afinal, as ideias que balizavam a atuação de instituições que pressionavam para a construção eram muito diferentes dos argumentos acionados pelos procuradores. O discurso mobilizado por atores que defendiam a barragem se sustentava na ideia de que Belo Monte representa uma política de interesse "estratégico" e "nacional", como em nota do CNPE de 2001 (HOCHSTETLER, 2011, p. 359) e na própria fala da então presidenta Dilma Rousseff durante a inauguração da usina, para quem "a construção de Belo Monte atende aos interesses do governo brasileiro de produzir energia limpa, renovável e sustentável para assegurar o desenvolvimento[20] econômico e social do País".[21]

No contexto deste artigo, talvez até mais importante do que iluminar as diferentes ideias que estão em disputa no processo de implementação da usina, é investigar como os posicionamentos de procuradores do MPF envolvidos com o caso foram construídos. Entendo que não se trata apenas dos valores pessoais dos procuradores, até porque muitos que chegam a Altamira nunca tiveram contato com esse tipo de conflito anteriormente (Entrevistas 28 e 53, MPF, 2016).[22] Os momentos de observação participante na PRM-Altamira

---

20 A categoria de "desenvolvimento" é complexa e não poderia ser abordada aqui com o cuidado que ela requer. No contexto deste trabalho, entendo ser relevante compreender as razões – como a importância da manutenção dos estilos de vida dos grupos atingidos pela barragem – que permitem procuradores questionar para quem serve o "desenvolvimento" trazido pela instalação da barragem. Como ressalta uma das procuradoras: "eu acho que você não pode desejar que determinados grupos humanos sofram um ônus desproporcional pra favorecer o restante da coletividade" (Entrevista 15, MPF, 2015).

21 Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/dilma-inaugura-usina-hidreletrica-de-belo-monte. Acesso em: 19 dez. 2016.

22 A PRM-Altamira é, no vocabulário do MP, uma unidade de "primeira lotação", isto é, um dos escritórios do órgão em que os procuradores que chegam geralmente acabaram de ser admitidos na instituição (Entrevista 21, MPF, 2016). Além disso, os altos preços praticados na cidade – principalmente após a chegada da usina – e a carência de serviços públicos resultava numa intensa rotatividade na PRM-Altamira (Entrevista 12, MPF, 2015). A troca de procuradores era tão alta que um dos colaboradores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) comenta: "a gente costumava dizer que o pessoal vem fazer estágio aqui. Passou aqui, conseguiu aqui, aí

e as entrevistas aprofundadas revelaram que, na realidade, é a partir das interações que os agentes estatais estabelecem – com atores estatais ou outros interlocutores da burocracia, como membros da comunidade local e ativistas de organizações de movimentos sociais – que podemos compreender as ideias que balizam sua atuação.

No caso de Belo Monte, isso ficou evidente, por exemplo, durante o processo de remoção compulsória de setores da população urbana de Altamira. Com a chegada da usina, diversas áreas urbanas foram alagadas, o que resultou no deslocamento dos moradores dessas regiões, como explicado anteriormente. A procuradora à frente da questão revelou, contudo, que percebeu as "injustiças" desses processos de reassentamento ao acompanhar as negociações de um dos atingidos – o que a levou posteriormente a articular uma audiência pública com o objetivo de trazer a Defensoria Pública da União (DPU)[23] para a cidade de Altamira e garantir assistência jurídica para essas pessoas.[24] Nas palavras da procuradora:

> Quando foi em setembro do ano passado [2014], me procurou uma senhora falando que ela queria uma casa, mas eles só estavam dando indenização, que a indenização pra ela não dava, porque ela não conseguia comprar outra casa, e ela queria uma casa. E aí eu queria entender a história dela, e ela falava eu não entendia. [...] Aí eu falei pra essa senhora: "a senhora espera lá fora, que eu

vira procurador de fato. Porque era pouco tempo que ficava" (Entrevista 30, CIMI, 2016).

23 Até 2015, Altamira não tinha um escritório da DPU, apenas uma sede da Defensoria Pública do Estado (DPE) do Pará, que, apesar de também ter atuado no caso de Belo Monte, permaneceu quase inativa durante alguns anos pela falta de defensores na região (Entrevista 55, DPE, 2016).

24 É interessante notar que as interações entre procuradores e ativistas de OMS, além de impactar o modo como procuradores constroem posicionamentos e ideias em determinadas causas, também transformam o próprio vocabulário dos militantes de organizações sociais. Como reflete uma pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea): "outro dia teve um encontro lá no Naea sobre América Latina e a fulana [liderança do movimento contrário a Belo Monte] dizia: 'tem que parar de falar nesse negócio de impacto. Não é impacto, isso é dano'. Quando ela expressa a palavra dano, dano é um léxico dos direitos humanos. O ribeirinho não fala em dano. [...] O MP municiando a reflexividade de uma pessoa como ela pra não assumir o léxico das empresas, que é impacto, e assumir o léxico dos direitos humanos, que é dano" (Entrevista 23, Naea, 2016).

> vou com a senhora lá na empresa pessoalmente". [...] Aí cheguei com ela lá e vi o seguinte: [...] a pessoa chega, aí ela recebe um papel com a avaliação da casa, quanto ela vai receber, e se ela quiser aceitar ela aceita, e se ela não quiser aceitar... Só que assim, pessoas analfabetas, humildes, negociando numa mesa com a empresa sozinhas, completamente sozinhas. E se essa pessoa não concordar, como essa senhora não tinha concordado, aí [...] vem o advogado e explica por que tinha que ser daquele jeito, que ela tem que concordar. Então não tem negociação nenhuma, porque você tem que aceitar o que eu estou te impondo. [...] Então quando eu vi isso, eu tive a nítida percepção de que a Norte Energia estava fazendo o papel dela, a Norte Energia é o empreendedor. Quem não estava lá era o Estado, quem não estava lá era a assistência jurídica gratuita que essa pessoa tinha que ter no momento da negociação. Então, o erro estava aí. A audiência pública, o objetivo dela foi trazer o Estado para acompanhar as pessoas nas negociações. E aí isso aconteceu, a Defensoria Pública foi pra Altamira para tratar do reassentamento urbano (Entrevista 14, MPF, 2015).

Assim, foi a partir dos relatos de pessoas reassentadas e do acompanhamento do processo de negociação que a procuradora percebeu as desigualdades que operavam nessas negociações e, consequentemente, a ilegitimidade dos processos de reassentamento tal como estavam acontecendo. Essa contestação em relação a como comunidades atingidas são tratadas durante a implementação de barragens não ficou restrita a alguns procuradores. Como ressalta membro da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (Fase),

> a determinação de lutar contra esse modelo de desenvolvimento de implantação de projetos pensados pra Amazônia é uma determinação do MPF, não é de um procurador, é do órgão como um todo aqui no Pará. Eles tiraram isso, deliberaram isso, é um posicionamento do órgão (Entrevista 18, Fase, 2016).

Na realidade, as próprias interações dentro do MPF também contribuíram para a construção de um posicionamento – que, em

certa medida, pode ser entendido como institucional[25] – de contestação da legitimidade da usina devido aos impactos que sua instalação produziu em diversos grupos sociais. Os procuradores entrevistados apontam que esse posicionamento foi construído a partir de diálogos entre múltiplas instâncias do MPF, uma vez que, no contexto de Belo Monte, "sempre houve um trabalho de equipe muito forte, incluindo especialmente a atuação dos procuradores que estavam no local dos fatos e dos procuradores de Belém e das duas câmaras de coordenação e revisão" (Entrevista 11, MPF, 2015).[26] Assim, as próprias interações internas – dentro do MPF – representaram peça crucial na atuação do órgão no caso de Belo Monte. Vale notar que as intensas redes de articulação no MPF em torno de BM não estavam apenas institucionalizando ideias nas disputas que se materializavam na implementação da usina, mas também transformando essas mesmas ideias constantemente:

> Se a ação de 2006[27] [sobre o papel do Congresso Nacional nas oitivas das comunidades indígenas] fosse reescrita hoje, para dar um só exemplo, a forma como nós encarávamos o processo de implementação da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho era muito tímida então. A gente estava aprendendo com esse processo. E hoje nós temos uma visão muito mais complexa, muito mais elaborada de como se dá essa necessidade de oitiva prévia das comunidades indígenas. [...] Nós aprendemos muito com esse processo todo, e isso, de alguma forma, é utilizado

25 Cumpre ressaltar que nem todos os procuradores envolvidos com a questão de Belo Monte tinham o mesmo engajamento com o caso. Como lembra um dos membros da Fase, os vínculos com o MPF dependiam muito do procurador à frente de cada questão: "[...] a gente já se deparou aqui com gente do MPF completamente conservador, avesso às lutas sociais e tudo mais. Então, depende também das pessoas" (Entrevista 18, Fase, 2016).

26 As câmaras de coordenação e revisão às quais o procurador se refere correspondem à Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e à Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.

27 Essa ação civil pública mencionada pelo procurador se refere à contestação da aprovação do projeto de Belo Monte pelo Congresso Nacional em 2005, sem que antes fossem ouvidas as comunidades indígenas afetadas (ACP nº 709-88.2006.4.01.3903).

> hoje nas discussões das hidrelétricas de Tapajós e Teles Pires[28] e em outros empreendimentos (Entrevista 11, MPF, 2015).

Entendo, portanto, que a tese de que burocratas são agentes "egoístas" e racionais que buscam maximizar seus ganhos individuais (LANE, 2005) ou ainda "seguidores de regras" que basicamente se preocupam com quais normas aplicar em contextos específicos (MERTON, 1940; CROZIER, 1969) se desmancha na atuação de burocratas culturalmente situados que constroem diferentes posicionamentos e ideias em relação a políticas públicas a partir das interações que estabelecem. Afinal, "a discricionariedade exercida pelos burocratas é [...] resultado da interação [...] entre seus próprios valores" e "valores de outros atores envolvidos (estatais ou sociais)" (LOTTA, 2010, p. 48). Entender como esses valores são construídos e atualizados a partir das relações entre burocratas e seus diferentes interlocutores, portanto, é uma agenda de pesquisa para a qual este trabalho busca contribuir.

Práticas inovadoras: criatividade dentro da burocracia

Além de iluminar as diferentes ideias em jogo, as interações também podem nos ajudar a compreender como agentes estatais respondem aos problemas que enfrentam em seu cotidiano, isto é, que ações eles mobilizam em diferentes contextos. As interações entre os procuradores e colaboradores da Norte Energia, por exemplo, representavam momentos cruciais nos quais eles definiam que tipo de estratégia funcionaria melhor. No caso do reassentamento urbano, por exemplo, a procuradora responsável explica que "houve uma tentativa de diálogo, foi apresentado para o consórcio que a obra não estava obedecendo o que tinha sido inicialmente proposto, mas eles se negaram a entender dessa forma, eles tinham outro posiciona-

28 A usina hidrelétrica de Teles Pires foi construída no rio Teles Pires, na fronteira dos estados do Pará e do Mato Grosso (para mais informações, ver: http://www.uhetelespires.com.br/site/#body; acesso em: 11 fev. 2017). Já a hidrelétrica de São Luís do Tapajós, que seria localizada no Pará, foi arquivada pelo Ibama em 2016 (para mais informações, ver: http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2016/08/ibama-arquiva-licenca-ambiental-para-hidreletrica-sao-luiz-do-tapajos.html; acesso em: 11 fev. 2017).

mento, então essa questão acabou sendo judicializada" (Entrevista 12, MPF, 2015).

As dificuldades de negociação com o empreendedor do projeto e as barreiras que enfrentavam no Poder Judiciário, mencionadas anteriormente, revelam como o caso de Belo Monte impôs aos procuradores uma série de situações desafiadoras nas quais os recursos que usavam normalmente não eram suficientes. Driblar esses obstáculos exigia, assim, pensar em novas estratégias. Como relata uma das procuradoras entrevistadas, "[...] em Belo Monte, a atuação tem que ser criativa. Não existem caminhos predefinidos, porque as coisas são tão absurdas no grau de descumprimento, o processo é tão veloz, que às vezes os mecanismos tradicionais que existem, eles não dão conta" (Entrevista 19, MPF, 2015). Diante desse cenário complexo, alguns procuradores, a partir de interações com grupos atingidos e outros atores – tanto dentro quanto fora das instituições estatais –, buscaram ampliar seu repertório de atuação, promovendo novas ferramentas para tentar influenciar o processo de implementação da usina.

Práticas criativas dentro do Ministério Público estiveram presentes, por exemplo, no processo de reassentamento de comunidades ribeirinhas atingidas por BM. Segundo a procuradora envolvida, após a vinda da Defensoria Pública da União para Altamira, "[...] teve uma reação social para lutar pelos seus direitos", o que levou ribeirinhos e pescadores – e, com eles, a questão dos reassentamentos rurais – a procurar o MPF. De acordo com a procuradora, grande parte desses ribeirinhos morava em ilhas (localizadas na beira do rio Xingu) e na cidade de Altamira, em um trânsito estruturado a partir da pesca, que lhes garantia renda e sobrevivência. A empresa, contudo, "só reconhecia uma moradia, não admitindo que essa população tinha um modo de vida diferente" (Entrevista 14, MPF, 2015). Assim, as indenizações de reassentamento propostas aos ribeirinhos eram muito menores do que eles julgavam que deveriam ganhar (Entrevista 54, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2016). Construir evidências que comprovassem a violação do modo de vida peculiar dessas comunidades, contudo, não se mostrou tarefa fácil. E foi justamente nas interações que a procuradora teve com os ribeirinhos que ela percebeu que a melhor estratégia não seria convocar

uma audiência pública – como no caso do reassentamento urbano –, mas articular uma inspeção:

> É muito difícil ouvir os ribeirinhos. Não seria o caso de fazer uma audiência pública pra ouvir todos eles. Porque eles iam chegar lá e falar daquela maneira constrangida que eles ficam. E aí seria difícil acessar o que eles realmente queriam. Nossa opção foi diferente. [...] Eu convoquei uma inspeção interinstitucional nas ilhas pra ouvir os ribeirinhos e ver o que estava acontecendo. [...] Então, eu estava lá com cinco procuradores, três antropólogos do MPF, três pesquisadores de campo que atuam em Altamira, três professores. [...] O Ibama foi, a Funai foi, a DPU foi, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos. [...] A ideia de uma inspeção é diferente de uma audiência, de uma ação, de uma recomendação. Eu não estou obrigando ninguém a fazer nada. Foi uma chamativa de instituições que têm obrigação com direitos humanos, que têm obrigação com o licenciamento, porque aí, assim, podem ver o que estava acontecendo e ajudar a gente a interpretar essa realidade. [...] Isso é uma atuação extrajudicial que produz, às vezes, no processo de Belo Monte, elementos mais eficazes que as ações judiciais (Entrevista 14, MPF, 2015).

O posicionamento da procuradora de enxergar "um modo de vida que está sendo negado no processo" (Entrevista 14, MPF, 2015) e sua decisão de articular um tipo de ação diferente do repertório tradicional do MPF emergiram de suas interações com os ribeirinhos – quando ela percebeu que não faria sentido organizar uma audiência pública.[29] A inspeção realizada foi seguida de reuniões nas quais a procuradora apresentou o argumento de que as populações ribeirinhas estavam tendo seu modo de vida desrespeitado pelo empreendedor da usina, o que resultou posteriormente em "uma nota técnica

29 Uma das ribeirinhas – também membro do Movimento Xingu Vivo Para Sempre – ressalta a importância da inspeção na construção da percepção, pelos participantes, das injustiças que estavam operando naquele processo. Em suas palavras: "Eu fui um dos guias que levei eles, porque eu conhecia o rio, conhecia todo mundo que morava perto. Então, ali, eles viram a injustiça que era tão grande, muito maior do que eles imaginavam. [...] Se não fosse isso, acho que nada disso estava acontecendo hoje, dos ribeirinhos serem reassentados" (Entrevista 54, MXVPS, 2016).

do Ibama dizendo que a Norte Energia tem que adequar o processo de remoção dos ribeirinhos, que está errado não reconhecer as moradias sazonais" (Entrevista 14, MPF, 2015).

Os processos nos quais agentes estatais tomam decisões sobre que estratégias utilizar e quais práticas acionar em determinados contextos, portanto, são construídos através dos vínculos que esses agentes desenvolvem com diferentes tipos de atores. Nesse sentido, este estudo reforça a importância de explorar o "Estado" a partir dos sujeitos que dão vida às instituições estatais no cotidiano da administração pública (HERZFELD, 1993; SHARMA e GUPTA, 2006; CASTILHO, SOUZA LIMA e TEIXEIRA, 2014), uma vez que organizações são habitadas por pessoas (HALLETT e VENTRESCA, 2006; BERK e GALVAN, 2013; ABERS e KECK, 2013) e, assim, sua operação depende de como esses indivíduos interagem com outros atores (LIPSKY, 1980; LOTTA, 2010) e costuram soluções para resolver os problemas que enfrentam nos casos em que trabalham (COSLOVSKY, 2009).

Ao iluminar as ideias mobilizadas por procuradores para dar legitimidade à sua atuação e as práticas que acionavam para dar materialidade a essas ideias, as interações também nos ajudam a compreender como as fronteiras entre Estado e sociedade estão sendo constantemente atualizadas e (re)configuradas a partir dos trânsitos de procuradores. Afinal, "as fronteiras das redes são definidas com base em ações e valores comuns que reúnem indivíduos de diferentes instituições" (ABERS e VON BÜLOW, 2011, p. 74). Nesse sentido, em vez de tomar as fronteiras entre "Estado" e "sociedade" como algo dado e fixo, este trabalho transforma a dinâmica que essas fronteiras ganham em perguntas empíricas contextualmente situadas.

Transitando nas margens estatais: a dinâmica das fronteiras entre "Estado" e "sociedade"

> O Ministério Público não é o único ator [na luta por direitos de comunidades afetadas], eu acho que isso tem que ficar muito claro nesse processo. A sociedade civil tem uma participação incrível nesse processo, a Defensoria Pública atuou muito em Belo Monte também. Então, assim, não é o único ator (Entrevista 14, MPF, 2016).

A centralidade que os direitos de grupos sociais atingidos pelo empreendimento ganhou na atuação do MPF durante o caso de Belo Monte contribuiu para a construção de um entendimento, por grande parte dos movimentos sociais locais, de que o Ministério Público representa uma instituição estatal diferenciada. De fato, "o MPF hoje é muito respeitado, isso como um todo. E aqui em Altamira, eu sinto que o MPF faz um papel já muito firme, já se sabe que o MPF combate as ilegalidades, que ele está aqui pra isso" (Entrevista 53, MPF, 2016).

Enquanto agências estatais do setor elétrico[30] – e, em diversos momentos, até o Ibama e a Funai – eram vistas como um obstáculo à luta por direitos, o MPF conseguiu construir uma legitimidade que permitia que ativistas locais o considerassem um "aliado" (Entrevista 24, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2016). Como relata uma das entrevistadas, "o Ministério Público não é governo, né? [...] A gente tem uma parceria permanente com o Ministério Público. É através do Ministério Público que todas as ações civis públicas são apresentadas. Nós somos amigos, ajudamos as ações do MP" (Entrevista 8, Instituto Socioambiental, 2012). De fato, das 24 organizações de movimentos sociais entrevistadas, 19 afirmaram ter contribuído – mesmo que em diferentes graus – com a atuação do órgão. A relação do MP com os movimentos sociais locais, assim, é descrita como "bastante positiva" (Entrevista 2, Instituto Amazônia Solidária e Sustentável, 2012), já que ele representa "o grande parceiro" (Entrevista 3, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2012) dos movimentos.

Essas relações de cooperação significavam que muitas das ações mobilizadas por procuradores – como as ações judiciais citadas anteriormente e a inspeção nas comunidades ribeirinhas – contavam com o auxílio de atores externos.[31] Um dos membros do Conselho

30 Algumas das instituições entendidas aqui como parte da composição do "setor elétrico" são a Eletrobras, a Eletronorte, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Ministério de Minas e Energia (MME) e o CNPE. Para uma compreensão mais aprofundada sobre os diferentes papéis que esses órgãos tiveram no processo de elaboração e implementação da usina de Belo Monte, ver Pereira (2014).

31 Cumpre lembrar que a independência funcional que caracteriza o trabalho dos procuradores – o que significa que podem atuar conforme suas próprias opiniões legais, sem depender de diretrizes de cima (COSLOSVKY, 2009, p. 11) – foi citada

Indigenista Missionário (Cimi), por exemplo, explica que "teve várias ações [do MPF] na área indígena Cachoeira Seca que decorreram de denúncias que nós fizemos" (Entrevista 30, Cimi, 2016). Nesse sentido, as OMS contribuíam com as ações do MPF porque os militantes desses grupos tinham informações às quais os procuradores muitas vezes não tinham acesso. Como lembra um dos membros do Fórum da Amazônia Oriental, "a gente está em campo, a gente tem uma visão muito maior do que está acontecendo na comunidade, na aldeia, no quilombo, e a gente abastece [o MPF] com essas informações" (Entrevista 19, Faor, 2016).[32]

Em uma cidade com histórico extraordinário de mobilizações sociais,[33] interagir com esses atores era uma tarefa indispensável para os procuradores entenderem a realidade e obterem informações que os permitisse construir suas estratégias de ação (Entrevista 12, MPF, 2015). Como relata uma das procuradoras, "nós somos uma instituição e também temos as nossas limitações, de número mesmo, de gente pra agir. Então, certamente, se você tem uma militância que está o tempo todo lhe cobrando, você vai agir mais e, talvez, melhor" (Entrevista 15, MPF, 2015).

Durante uma das reuniões que pude presenciar, por exemplo, a procuradora à frente do caso – que se referia à saúde indígena – dialogava com representantes da Norte Energia, acompanhada ainda de outros atores, tanto de movimentos sociais quanto de

---

por muitos deles como fundamental para que tenham liberdade para dialogar com outros atores e construir suas ações da maneira que julgam melhor (Entrevistas 28, 53 e 67, MPF, 2016).

32 Vale ressaltar que nem todos os procuradores envolvidos com a questão de Belo Monte tinham o mesmo tipo de inserção e comunicação com lideranças locais e OMS. Enquanto alguns procuradores desenvolveram vínculos densos com esses atores, outros permaneciam mais atrelados ao trabalho "de escritório" (ver também SILVA, 2001; COSLOVSKY, 2009). Como explica um dos membros do Cimi, "teve um [procurador] com quem a gente não teve uma abertura tão boa. [...] Nós nos sentimos perdidos. Ele não tinha tempo pra receber os movimentos sociais, pra ouvir questão indígena... Então, assim, se ele passou um ano aqui, nós conversamos com ele uma vez. E olha que nós procurávamos centenas [de vezes]" (Entrevista 30, Cimi, 2016).

33 Mesmo antes da chegada de Belo Monte, grupos sociais de Altamira já mostravam sinais de ativismo político, tendo, num primeiro momento, uma forte ligação com a Igreja católica (Entrevista 26, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2016; Entrevista 35, Prelazia do Xingu, 2016).

agências estatais (como servidores da Funai e da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Sesai). A dinâmica da reunião, contudo, era clara: enquanto ativistas dos movimentos e servidores estatais levantavam os problemas enfrentados com a questão de saúde das comunidades indígenas, a procuradora solicitava constantemente informações à Norte Energia – por exemplo, sobre quais ações estavam executando no momento a fim de monitorar o andamento das condicionantes do PBA-CI que cabiam à empresa. Nesse sentido, enquanto, nas interações com ativistas de OMS, a procuradora se torna uma "aliada" desses grupos na luta pelos direitos de comunidades afetadas, ao interagir com a Norte Energia, ficava claro seu papel como agente estatal, na medida em que era ela que tinha o poder de exigir informações da NE.[34]

Entendo que essas interações nos ajudam a ver como a atuação cotidiana dos procuradores opera atualizando e deslocando as fronteiras do MPF entre "Estado" e "sociedade".[35] Enquanto diversos grupos sociais participavam ativamente da construção das ações de procuradores, a NE e outras agências estatais (como o Ibama) eram geralmente réus das mesmas. Essa dinâmica relacional fazia com que alguns procuradores revisitassem continuamente a posição que ocupam em disputas que atravessam espaços entendidos como estatais e sociais. Um dos procuradores diz: "[...] acho que no automático,

34 Esse poder de exigir informações de outros órgãos provém de um instrumento chamado de inquérito civil, cuja introdução durante o processo de transformação do MP na década de 1980 "deixou clara a diferença entre o Ministério Público e as associações civis: o primeiro é instituição do Estado e, como tal, está investido do monopólio do uso legítimo da violência, o que lhe confere poder irresistível de requisitar informações e documentos para instruir suas ações. As associações civis não têm tal poder e por isso não lhes prestar informação jamais poderia ser considerado crime" (ARANTES, 2002, p. 73).

35 Durante o caso de Belo Monte, alguns procuradores do MPF foram "acusados" (no sentido de desqualificar seu trabalho) de serem "ativistas" (Entrevista 21, MPF, 2016. Ver também: http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-atuacao-do-procurador-felicio-pontes; acesso em: 1 nov. 2016). Acredito ser importante ressaltar que não compartilho dessa crítica. Na realidade, o caráter "ativista" que o trabalho de alguns procuradores ganha em determinados contextos não é considerado aqui como um "desvio" de sua atuação, mas como uma evidência de que ações proativas mobilizadas a partir de determinadas causas não operam somente nas esferas da "sociedade" – e que a ideia de um Estado "imparcial" desmancha na ação de seus servidores culturalmente situados.

assim, eu me vejo como fora do Estado" (Entrevista 17, MPF, 2016). É importante ressaltar que isso não quer dizer que o MPF seja um órgão "fora do Estado", mas que as próprias margens entre o que é estar dentro e fora do Estado estavam sendo atualizadas a partir das interações que procuradores mantinham com diferentes atores. Afinal, como ressalta uma das procuradoras entrevistadas,

> [...] a gente tá perto da sociedade entre aspas, porque eu não me confundo com a sociedade, isso pra mim é muito claro. Numa mesa de conversa de reunião, a fala da sociedade civil não é a do MP. A sociedade civil é contra Belo Monte. Eu não sou contra BM, eu nunca vou sair na rua contra BM. Eu sou contra e ilegalidade do processo. Cada um tem o seu papel, eu acho que isso tem que estar muito claro (Entrevista 14, MPF, 2015).

Os próprios ativistas de OMS reconhecem que os vínculos que constroem com procuradores para tentar resolver determinados problemas não apagam as diferenças entre o que significa pertencer ao MPF – enquanto órgão estatal – e às organizações de movimentos sociais. Na opinião de um dos membros do Faor: "[...] a gente sabe muito bem que o fulano é procurador da República e que nós somos movimento social. E que a gente pode brigar a qualquer momento" (Entrevista 19, Faor, 2016).

Considerações finais

Em 2019, completaram-se 18 anos que o MPF está envolvido no processo de formulação e implementação da usina de Belo Monte. Neste artigo, busquei mergulhar no trabalho de procuradores que participaram desse caso com o objetivo de compreender quem são e o que fazem esses sujeitos que dão vida ao MPF. A etnografia desenvolvida nesta pesquisa me levou a prestar uma atenção especial ao potencial explicativo que as dinâmicas de interação no trabalho de agentes estatais têm na nossa compreensão de como operam instituições do Estado.

Nesse sentido, argumentei que as interações desenvolvidas por procuradores no contexto de Belo Monte – com outros procuradores, comunidades atingidas, ativistas de OMS e agentes estatais

– impactam a maneira como eles se posicionam em determinadas situações e escolhem suas estratégias de ação em diferentes contextos. A impossibilidade de negociação com a Norte Energia no caso do reassentamento urbano, por exemplo, levou uma das procuradoras a ajuizar uma ACP sobre o tema, exigindo que a empresa readequasse os projetos das casas dos reassentamentos. Já a dificuldade de organizar uma audiência pública para ouvir as comunidades ribeirinhas levou a procuradora à frente da questão a articular uma inspeção interinstitucional para que outros atores envolvidos no processo de licenciamento da barragem – como o Ibama e a Funai – percebessem os impactos nos modos de vida desses grupos.

Argumentei ainda que, a partir das dinâmicas de interação que marcavam o cotidiano da atuação de procuradores envolvidos no caso de Belo Monte, podemos compreender melhor como o MPF transita nas fronteiras entre "Estado" e "sociedade". Ao lutarem por causas que se sobrepunham às demandas de OMS e das próprias comunidades atingidas, procuradores eram, em diversos momentos, considerados aliados de movimentos que contestavam a barragem – como se estivessem "fora" do aparelho estatal, o que fica claro na fala da colaboradora do Instituto Socioambiental citada anteriormente, para quem "o MP não é governo, né?" (Entrevista 8, MPF, 2012). Em outras situações, contudo, era justamente o pertencimento ao MPF, na condição de instituição estatal, que garantia aos procuradores a possibilidade de acionar instrumentos de poder aos quais outros atores do processo não têm acesso – exigindo informações da Norte Energia ou mobilizando recursos para coordenar uma inspeção, por exemplo.

Por fim, entendo que o mergulho etnográfico proposto nesta pesquisa sobre o trabalho de procuradores no caso de BM pode ainda oferecer importantes contribuições para os debates em torno do papel que o Ministério Público tem hoje no sistema político brasileiro. De um lado, as interações constantes com lideranças de organizações de movimentos sociais – que forneciam, em diversos momentos, evidências para embasar as ações dos procuradores, como na ACP sobre reassentamento urbano – mostram como o papel tutelar do MP sobre uma "sociedade civil hipossuficiente, isto é, incapaz de defender seus próprios direitos" (ARANTES, 2002, p.

30), na prática, era cotidianamente atualizado e renegociado. Afinal, os vínculos que procuradores desenvolviam com grupos atingidos e ativistas de OMS impactavam fortemente as ideias que esses procuradores construíam em torno da usina de Belo Monte e as ações que mobilizavam para tentar influenciar o processo de implementação da usina.

Por outro lado, a criatividade de procuradores em movimentar ações que fogem do repertório tradicional do MPF – como a inspeção que buscava visibilizar o modo de vida particular de comunidades ribeirinhas da região e exigir um reassentamento que os permitisse manter seu estilo de vida – expõe os limites de compreendermos o MP como parte do repertório de ação de movimentos sociais (LOSEKANN, 2013). Mais que "aliados" dos militantes contra a barragem, os próprios procuradores eram agentes ativos nas disputas em torno de uma série de diferentes causas, como os direitos do meio ambiente e de comunidades indígenas e ribeirinhas.

Referências

ABERS, Rebecca. 2015. "Ativismo na burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde". In: Pedro Cavalcante e Gabriela Lotta (orgs.), Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública.

ABERS, Rebecca; KECK, Margaret. 2013. Practical authority. Agency and institutional change in Brazilian water politics. Nova York: Oxford.

ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana. 2015. "Institutional activism: mobilizing for women's health from inside the bureaucracy". In: Frederico Rossi and Marisa von Bülow (orgs.), Social movement dynamics: new perspective on theory and research from Latin America. Ashgate. pp. 73-101.

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. 2011. "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?" *Sociologias*, 13(28): 52-84.

ANSELL, Chris. 2013. "Ecological explanation". In: Gerald Berk, Dennis Galvan e Victoria Hattam (orgs.), Political creativity. Reconfiguring institutional order and change. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. pp. 55-77.

ARANTES, Rogério Bastos. 1999. "Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 14(39): 83-102.

_____. 2002. Ministério Público e política no Brasil. São Paulo: Sumaré.

BERK, Gerald; GALVAN, Dennis C.; HATTAM, Victoria (orgs.). 2013. Political creativity. Reconfiguring institutional order and change. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

BERMANN, Célio. 2012. "O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma". *Novos Cadernos NAEA*, 15(1): 5-23.

BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla C. (orgs.). 2014. Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa.

COSLOVSKY, Salo. 2009. Compliance and competitiveness: how prosecutors enforce labor and environmental laws and promote economic development in Brazil. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology – Boston.

CROZIER, Michel. 1969. The bureaucratic phenomenon. New York: Transaction Publishers.

DA ROS, Luciano. 2009. "Ministério Público e sociedade civil no Brasil contemporâneo: em busca de um padrão de interação". Política Hoje, 18(1): 29-53.

DÓRIA, P. R. 1976. Energia no Brasil e dilemas do desenvolvimento: a crise mundial e o futuro. Petrópolis: Vozes.

EVANS, Peter. 2004. Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ.

EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (orgs.). 1985. Bringing the State back in. Cambridge: Cambridge University Press.

FEARNSIDE, Philip. 2002. "Avança Brasil: environmental and social consequences of Brazil's planned infrastructure in Amazonia". *Environmental Management*, 30(6): 735-747.

GUPTA, Akhil. 2012. Bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Gurham: Duke University Press.

HALLETT, Tim; VENTRESCA, Marc J. 2006. "Inhabited institutions: social interactions and organizational forms in Gouldner's Patterns of Industrial Bureaucracy". *Theory and Society*, 35(2): 213-236.

HAY, Colin. 2006. "Constructivist institutionalism". In: Sarah Binder, R. A. Rhodes, e Bert Rockman (orgs.). The Oxford Handbook of Political Institutions. Oxford: Oxford University Press. pp. 56-74.

HERZFELD, Michael. 1993. The social production of indifference. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy. Chicago: The University of Chicago Press.

HOCHSTETLER, Kathryn. 2011. "The politics of environmental licensing: energy projects of the past and future in Brazil". Studies in Comparative International Development, 46(4): 349-371.

KRUPA, Christopher; NUGENT, David. 2015. State theory and Andean politics. New approaches to the study of rule. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

LANE, Jan-Erik. 2005. Public administration and public management: the principal-agent perspective. New York: Taylor & Francis.

LIPSKY, Michael. 1980. Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services. Nova York: Russell Sage Foundation.

LOSEKANN, Cristiana. 2013. "Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro". *Dados*, 56(2): 311-349.

LOTTA, Gabriela. 2010. Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – São Paulo.

MAGALHÃES, Sônia; HERNANDEZ, Francisco del Moral (orgs.). 2009. Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém.

MANN, Michael. 1984. "The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results". European Journal of Sociology, 25(2): 185-213.

MARQUES, Eduardo. 2006. "Redes sociais e poder no Estado brasileiro. Aprendizados a partir das políticas urbanas". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21(60): 15-41.

MCALLISTER, Lesley K. 2008. Making law matter: environmental protection & legal institutions in Brazil. Stanford: Stanford University Press.

MERTON, Robert K. "Bureaucratic structure and personality". Social Forces, 18(4): 560-568.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 2015. Ação Civil Pública número 3017-82.2015.4.01.3903.

MITCHELL, Timothy. 2006. "Society, economy, and the State effect". In: SHARMA, Aradhana Sharma e Akhil Gupta (orgs.). The anthropology of the State: a reader. London: Blackwell Publishing. pp. 169-186.

OLIVEIRA, Nelson. 2009. O amadorismo como traço distintivo da burocracia brasileira. Tese de doutorado. Universidade de Brasília – Brasília.

PEREIRA, Ana. 2014. A construção de capacidade estatal por redes transversais: o caso de Belo Monte. Tese de doutorado. Universidade de Brasília – Brasília.

REIS, Roberta. 2015. Nós, os outros e os "parentes": política e povos indígenas no contexto da implantação da hidrelétrica de Belo Monte. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília – Brasília.

SCHMIDT, Vivian. 2008. "Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse". Annual Review of Political Science, 11(1): 303-326.

SCHNEIDER, Ben. 1994. Burocracia pública e política industrial no Brasil. São Paulo: Sumaré.

SCHULCHTER, Wolfgang. 1989. Rationalism, religion and domination. A weberian perspective. Los Angeles: University of California Press.

_____. 1985. The rise of western rationalism. Max Weber's developmental theory. Los Angeles: University of California Press.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (orgs.). 2006. The anthropology of the State: a reader. Londres: Blackwell Publishing.

SILVA, Cátia. 2001. "Promotores de justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16(45): 127-144.

TEIXEIRA, Carla Costa. 1998. A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional, 1949-1994. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

VAINER, Carlos. 2008. "Conceito de "Atingido": uma revisão do debate". In: Franklin Daniel Rothman (org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV. pp. 39-63.

WEBER, Max. 2004. Economia e sociedade. vol. 2. Brasília: Editora UnB.

WEISS, Linda. 1998. The myth of the powerless State. Cambridge: Polity Press.

Posfácio

2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado?

Antonio Carlos de Souza Lima[1]
Adriana Facina[2]

A introdução desta coletânea sinaliza para o fecundo acúmulo de etnografias e ensaios produzidos no Brasil por (mais de) uma ampla rede de pesquisadores em antropologia. Em alguns trabalhos produziu-se um certo balanço das pesquisas feitas no Brasil (Teixeira & Souza Lima, 2010) e no cenário internacional (Souza Lima & Castro, 2105), ou afirmou-se uma perspectiva teórica (Bevilaqua & Leiner, 2000), marcando-se o diferencial entre a perspectiva antropológica e a da ciência política, e eventualmente a da sociologia política. Tomaram-se os anos da redemocratização como marco para o crescimento dos estudos que, de algum modo, decantam numa antropologia das políticas públicas, do Estado, dos processos de formação de Estado, das instituições (de exercício de poderes governamentalizados e estatizados), das elites, da administração e da governança, ou seja lá que título ou ênfase se queira dar. E, felizmente, não parece ter se tornado um "subcampo", um domínio específico reivindicado por antropólogos sociais (ou pelos que se reivindicam como pós-sociais), com os inevitáveis efeitos de poder que acarretam no campo científico. Diversos autores sinalizam o caráter relativamente

1 Antonio Carlos de Souza Lima agradece a Caio Gonçalves Dias as profícuas discussões durante o curso Antropologia do Poder – Antropologia, governamentalização do Estado e Colonialismos, ministrado por ambos no PPGAS/Museu Nacional-UFRJ no primeiro semestre de 2019, que recordaram e informaram muitas de nossas reflexões neste texto. Aqui usaremos itálicos para categorias nativas, termos em língua estrangeira e títulos de obras. Entre aspas estarão termos cujo sentido queremos relativizar, ou cujo uso tem sentido irônico. Este texto se remete às pesquisas geradas por meio de Bolsa Cientistas do Nosso Estado, para o período de 2014-2017 (processo n. E-26/201.172/2014) e para o período 2019-2021 (processo E-26/202.652/2019), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através de bolsa de produtividade em pesquisa (nível IB), no período 2016-2020 (processo n. 302706/2015-1) para este autor.

2 A pesquisa que fundamenta a contribuição desta autora a este texto recebeu apoio do CNPq na forma de bolsa de produtividade (processo 307156/2017-6).

"novo" dos estudos da política em sociedades contemporâneas de larga escala (ou de coletividades com elas entretecidas), afirmando uma certa descontinuidade em relação aos estudos sobre a política em Antropologia, outros enfatizando as continuidades, ainda que não categoricamente.[3]

Esforços importantes, como os enfeixados em torno do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), parte dos quais documentada numa coleção de livros disponível on-line, são analisados e apresentados a um público estrangeiro por dois de seus integrantes natos (Bezerra & Comerford, 2013), numa releitura importante dos trabalhos realizados por este Núcleo.[4] O Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC) reúne hoje um elenco importante de pesquisadores que dialogam há décadas, primordialmente em torno dos estudos sobre o direito, sobre a segurança pública ou a burocracia (jurídica sobretudo) governamental, com extensa produção sobre tópicos extremamente atuais. Teixeira e Souza Lima (2010) já sinalizaram o quanto esses esforços dirigidos à dispersão fenomênica que se reúne sob o termo Estado são devedores

3 Ver Bevilaqua e Leirner (2000); Miranda (2005); Teixeira e Souza Lima (2010).

4 "O Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), fundado em 1997, tem sua sede no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, e reúne pesquisadores de várias instituições. Seu objetivo é examinar a política vivida, dando ênfase à etnografia e, portanto, aos aspectos do tecido social em sua totalidade. Esta perspectiva resultou de uma implosão etnográfica das categorias do senso comum, inclusive acadêmico, que distingue domínios estanques, como parentesco, família, política, religião, território, justiça, burocracia. A publicação de 33 livros (ver neste site para download) tornou clara a percepção de que a própria 'política' era uma categoria sempre sob escrutínio, mesmo quando explicitamente definida para pesquisa e análise. Tal orientação pautou uma multiplicidade de estudos sobre os mais variados temas, incluindo pesquisas sobre eleições, comícios, marchas e movimentos sociais, festas da política, violência e crimes por encomenda, direitos, perda de mandato de congressistas, políticas públicas, monografias sobre a vida em pequenos municípios e cidades periféricas, documentos e identificação cívica – a maioria resultado da análise de eventos, situações específicas, dramas, rituais, casos críticos. Este resultado da opção etnográfica do projeto em torno do qual originalmente se articulou o NuAP tem permitido revitalizar a perspectiva teórica primeira e básica da antropologia – a de que a procura da alteridade reposiciona, quando não implode, as categorias classificatórias paralisantes a que aderimos no mundo ocidental, produzindo mais dúvidas e originando novos e ricos questionamentos". Disponível em http://nuap.etc.br/. Acesso em 25/09/2019.

de que produzimos uma antropologia *sobre* o Brasil, como de resto é amplamente compartilhado.

Como sabemos, a produção antropológica no Brasil esteve focada nos segmentos sociais mais afetados pelos efeitos do desenvolvimentismo econômico sob o regime ditatorial (1964–1985), seja no mundo rural, seja no mundo urbano. De uma certa maneira, ainda que os modos de vida e ação dos segmentos sociais subalternos tenham sido o objeto principal desta produção, as ações da administração pública e o forte autoritarismo – e dados sobre os mesmos – estão imantados nas descrições presentes nas etnografias feitas desde então, e podem ser desentranhados de estudos seja sobre os povos indígenas, seja sobre campesinatos, ou sobre as múltiplas populações em meio urbano. Mas se, como aponta Mariza Peirano (1981), podemos pensar a antropologia produzida no Brasil como intrinsecamente em diálogo com a construção nacional (sendo esta uma característica, como ela mesma aponta, do desenvolvimento da disciplina em outros contextos nacionais que poderíamos qualificar de "Estados pós-colonais"), seria interessante – e muito oportuno, tanto mais dado o momento histórico que atravessamos – recordar nossa "dependência", no plano da construção institucional, da mesma administração pública e do mesmo regime ditatorial que foram criticados em seus aspectos mais nocivos. Já aí começamos a ver como as coisas podem ser mais complexas. De resto, há tempos atrás, Roberto Cardoso de Oliveira (1997a, b, c, 2006a, b) já nos sinalizava este vínculo com "O Estado", seja pela via das políticas de fomento à pesquisa e à pós-graduação (da qual nenhuma instituição escapou ou escapa), seja pelo horizonte cognoscitivo e reflexivo pautado pela realidade do colonialismo e por "outros internos" (os povos indígenas, por excelência, mas também as populações dotadas de relativa autonomia em face dos centros de poder decisório – sertanejos no início do século XX, mas também populações saídas do regime escravista, habitantes do campo e das cidades).[5]

5 Os trabalhos de Mariza Corrêa (1988, 1995, 2013, dentre outros) são importantes pontos de partida para estudos que, pelo ângulo da institucionalização, tratem etnograficamente desta questão, mas as informações mais importantes estão em Trajano Filho e Ribeiro (2004); e em Simião e Feldman-Bianco (2018). Há alguma produção em teses e dissertações, mas também falta muita pesquisa etnográfica sobre o sistema de fomento à ciência, tecnologia e educação superior. Ver também

Nossa intenção aqui não é a de fazer um balanço de 2010 até o presente, cobrindo assim o intervalo de tempo decorrido do texto de Teixeira e Souza Lima (2010), no qual proliferaram os trabalhos não apenas sobre o funcionamento da "vida democrática" a partir da retomada das eleições presidenciais, mas também – diríamos que sobretudo – da análise das ações governamentais voltadas para a efetivação dos direitos políticos, econômicos e sociais reconhecidos pela Carta Constitucional de 1988. Os textos aqui coligidos são excelentes exemplos da potência do muito que se fez em Antropologia no sentido de acompanhar e analisar as formas pelas quais se geriu e gerenciou (para recuperar a expressão de Souza Lima [2002] para os mútuos processos de construção de coletivos e formas de gestão do social) a diferença, na descrição minuciosa a partir da visada etnográfica sobre documentos, eventos, rituais e situações etnográficas.

Como nos sinaliza a introdução desta coletânea, as referências às obras de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e a um texto seminal (mas de difícil metabolização) de Philip Abrams (1988) avultam, e contribuem para, à luz do melhor investimento etnográfico, trazer os contornos de como em variadas áreas da vida social brasileira, em seu cotidiano mesmo, as tecnologias neoliberais de governo foram se instalando, ao mesmo tempo e em consonância com o que parecia ser uma crescente ampliação da esfera pública, de construção de uma democracia participativa no país. De resto, esses movimentos não se deram apenas na escala nacional e só poderão ser mais bem compreendidos se confrontados com o panorama da América Latina, com o das Américas (e da hegemonia norte-americana em tensa relação com a ascensão chinesa), dos ditos países emergentes (os outros integrantes dos BRICs) e, obviamente, com os movimentos das organizações do sistema multilateral da Organização das Nações Unidas, assim como de sua "contraparte" financeira, com a galáxia de instituições articulada ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, cujas conexões no Brasil mereceriam ser remapeadas. E, de certo, o uso polissêmico dos termos neoliberal/

Almeida, A.W. B. (2018), e Souza Lima; Beltrão; Lobo; Castilho; Lacerda e Osorio (2018). Ver ainda Peirano (1991, 1992, 1999).

neoliberalismo precisa de uma visada que ultrapassa os limites do presente texto.[6]

Laura Navallo se propôs a estudar as performances em festivais de dança contemporânea – algo no terreno da "arte" e da "cultura" – foi a campo e encontrou artistas abduzidos pela necessidade de escrever projetos para editais de financiamento, de entenderem as formas de responsabilização e lidarem com toda uma "indústria da gestão cultural". E assim a pesquisa acabou tomando outro rumo, mostrando como o cenário da *arte* e da *cultura* foi um espaço privilegiado de intervenção e elaboração de formas políticas.[7] Lugones e Tamagnini mostram como o ideário neoliberal do aprendizado das *boas práticas* – muito presente no cenário das grandes obras de infraestrutura, terreno dos textos da terceira parte do livro – é uma das formas de se entender o atravessamento entre escalas (do local ao internacional) e dimensões ("governamental"/ "não governamental"), e mais uma maneira eficaz de se blindar da dimensão "política" e performatizar aquilo que seria a "técnica".[8] Em todos estes cenários, a ideia de *participação social* esteve ou está presente, ainda que significando por vezes coisas bastante distintas.[9] O aprendizado das gramáticas em que tal texto se insere, das práticas que efetivamente captura, em si fato importante, *faz Estado*, e subjetividades fazem-se/fizeram-se nesses processos.[10]

Os textos nos sinalizam, pois, para o extenso acervo com que contamos para a produção de sínteses teóricas e para o fomento de novas

---

6 Há uma produção considerável sobre como a antropologia tem tratado neoliberalismo, pouco lida ou mobilizada entre nós. Para uma visão geral, ver Ganti (2014); ou para temas que veremos cruzados aqui, Thomas e Clarke (2013).

7 Para uma análise das políticas culturais de 1985 até os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, ver GONÇALVES DIAS, 2014.

8 Veja-se, por exemplo, a atuação da Fundação Getúlio Vargas, através de seu "think tank", no tocante a "grandes obras" de desenvolvimento na Amazônia – https://portal.fgv.br/diretrizes-grandes-obras-amazonia (em ação conjunta com a International Finance Corporation do Banco Mundial, que é aqui abordada por Deborah Bronz. (Acesso em 25/10/2019).

9 Sobre a ideia de participação social e como foi implementada no Brasil, há uma copiosa bibliografia. Para visões a partir das políticas indigenistas, ver Teixeira (2017); Souza Lima (2015). Para um estudo mais amplo sobre a implantação dessa "tecnologia social", ver Salviani (2012).

10 Ver Souza Lima (2012a); Aguião (2018).

pesquisas, direcionadas ao que alguns têm chamado de *backlash* (sendo simplistas, um retrocesso ou reação após um momento de grande avanço em especial no plano do reconhecimento de direitos), particularmente quando referidos aos movimentos sociais também chamados de neoconservadores, em que velhos valores surgem mobilizados sob condições sociais em larga medida novas, que procuram pautar moralmente a vida pública no momento brasileiro presente. A imagem do retrocesso nos parece tímida diante das verdadeiras e ostensivas declarações de guerra aberta a costumes, práticas, direitos fundamentais da pessoa humana, assim como diante das diversas ações violentas postas em curso de modo desabrido na presente conjuntura.

Aceitemos ou não a tese do *backlash*, concordemos ou não com a aposição do prefixo "neo" ao "conservadorismo" dos costumes, das relações de gênero etc. na vida brasileira, estamos nos deslocando no tempo e fazendo recurso a um passado que não surge aqui estudado. Se reconhecemos a necessidade fundamental de comparar os tempos atuais a outras conjunturas, ou seja, de considerar a historicidade dos processos que formam este momento particularmente tenso e obscuro da vida brasileira, então devemos mergulhar na perspectiva de uma antropologia histórica que recorra a diferentes movimentos analíticos e fontes diversas e dialogue com outras perspectivas disciplinares para além da antropologia e da *démarche* etnográfica baseada na observação participante.

Pensamos assim no que poderia ser uma fecunda releitura da produção antropológica sobre diversos temas que espelham os efeitos nocivos do desenvolvimentismo autoritário, tal como surgem registrados nos estudos produzidos sobre temas como a colonização induzida, remoções de favelas, o contato interétnico entre povos indígenas e atores governamentais e não governamentais etc. Isto deveria ser feito com um olhar simultaneamente lançado sobre as teorias, os métodos e as relações estabelecidas na pesquisa entre antropólogos e seus interlocutores, pois, num certo plano, uma antropologia feita sobre os fenômenos qualificados pelo termo estatal deve comportar a necessária autorreflexividade como parte de seus procedimentos. A produção sociológica e da ciência política precisaria ser igualmente considerada, assim como seria possível e

oportuno ir mais longe e pensar tais fenômenos num prazo de tempo mais dilatado, buscando subsídios e inspiração na fecunda produção historiográfica brasileira.[11]

Levar a sério a ideia de processos de formação de Estado para se pensar a etnografia de políticas governamentais, de elites, de instituições burocráticas se reporta necessariamente ao feixe intrincado de ações conducentes, no longo prazo, à centralização dos poderes e da autoridade nos espaços de um território surgido de múltiplas conquistas, sobre povos e terras que até hoje, no plano ideológico, são tomadas como inconclusas: há sempre um espaço incógnito a ser conquistado, riquezas intocadas a serem descobertas e exploradas, um manancial inesgotável a ser utilizado. Ainda que não mobilizemos estes conteúdos no fazer etnográfico, é preciso que tenhamos consciência da necessidade de ver que tais processos produzem unidades espaciais e sociais onde existiam de fato, e ainda existem, pluralidades e diversidades no tecido social. Implica perceber que as relações de poder e violência que embasam recursos essencialmente autoritários estão assentes sobre o colonialismo – português e interno ao Brasil independente –, sobre a escravidão e formas sempre reiteradas de servidão e imobilização da mão de obra, de controle e de expropriação do acesso a terra, e sobre a posição periférica na divisão internacional do trabalho que no longo prazo, e agora ainda, se mantém como a de exportador de *commodities*. Trata-se de uma história e de uma tessitura social que em larga medida diferem das que se sedimentaram após as revoluções burguesas na Europa e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, e que ensejaram o surgimento de um *Estado de Bem-Estar*, solo sobre o qual grassaria o chamado "neoliberalismo", ainda que, como Michel Foucault bem o demonstrou, as ideias fossem bastante anteriores (Foucault, 2008b).

Na conjuntura do Brasil na qual escrevemos este texto, as etnografias produzidas até este momento (as aqui presentes e outras com que dialogamos) nos fazem pensar em como e para que perseverar nos estudos sobre processos de formação de Estado, elites, organiza-

11 Um exemplo fecundo dessa possibilidade está nos trabalhos de Roberto Kant de Lima sobre a presença da tradição inquisitorial portuguesa nas práticas policiais e na cultura da Justiça no Brasil. Ver Kant de Lima (1989, 2013). Sobre a gestão de indígenas, ver Souza Lima (2012b).

ções e instituições. Pensar nos efeitos de poder da introdução de tecnologias de governança neoliberal, ou descrever certos fenômenos sob um recorte eminentemente etnográfico e baseado numa abordagem sincrônica, ou na vivência do presente e no ensaísmo nela baseado, ganharia muito em perspectiva e substância – e na explicação da durabilidade de certos padrões relacionais – se alguns outros movimentos se somassem a estes.[12] Julgamos que uma abordagem sociogenética, mesmo aquela voltada, sobretudo, para alimentar o horizonte reflexivo dos pesquisadores, de modo a perceber lapsos e recorrências infundadas em nossa produção científica no largo espectro da história e das ciências sociais, contribuiria para que conectássemos estas perspectivas a processos de longo prazo, sedimentados e repetitivos, de modo que nos surpreendêssemos menos, por exemplo, com os inúmeros recrudescimentos de episódios autoritários, e dimensionássemos melhor sobre que terreno histórico poderiam medrar as práticas de uma democracia participativa. Assim, além de nos alertar para a lábil mutabilidade do tempo presente (algo sempre de difícil definição), e sua vinculação com possíveis futuros, conseguiríamos focar com maior facilidade naquilo que parece se repetir, mas de certo não da mesma maneira, na vida social brasileira.

Tendo isto em mente, olhemos o cenário mais recente no qual alguns desses trabalhos foram realizados, fonte de angústias e questões às quais antropólogos e outros pesquisadores das Humanidades têm buscado responder. Para pensá-lo, a literatura calcada nos estudos sobre Europa (em especial a focada na Inglaterra e na França) e Estados Unidos pode ser fonte interessante, mas é de certo bastante limitada. Sem dúvida, teríamos muito a ganhar conhecendo melhor a história portuguesa, ou a ibérica de modo geral. Da mesma forma, pensando nas dimensões comparativas, o trabalho de diversos colegas (brasileiros ou não) sobre as formas de poder em outros contextos pós-coloniais, como os africanos, caribenhos, canadense, australiano ou asiático(s) podem ser fontes sugestivas.

12 Cf. Tilly (1984, 2000).

Margens, centros: a violência de Estado contra segmentos sociais nas últimas décadas

Veena Das e Deborah Poole afirmam que nas suas margens o Estado ensaia as suas possibilidades de atuação. Para elas, as margens não são somente os espaços periféricos, mas sim *loci* onde os processos que dão corpo físico, através da administração pública (governamental e não governamental; legal ou ilegal), bem como existência moral e simbólica ao Estado no cotidiano, mas também onde se dá sua permanente reconfiguração, necessariamente marcada por resistências e sobretudo por rearranjos e reacomodações permanentes (Das & Poole, 2004: 19). Se, por um lado, são universos sociais de exceção onde são produzidos corpos matáveis, por outro, são também locais de reconfiguração. Assim, a relação das ações de governo com certos segmentos sociais, dentre eles as periferias e favelas nas cidades, os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, entre outras "populações tradicionais" no campo, são estratégicas para percebermos o que agora se reconfigura como formas de exercício de poder que têm como alvo setores das classes médias urbanas.

Em 2013, durante os protestos nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, a presença constante de uma faixa chamava muita a atenção. Letras brancas em fundo negro diziam, em caixa alta: *A POLÍCIA QUE REPRIME NA AVENIDA É A MESMA QUE MATA NA FAVELA*. Assinada pela *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*, organização integrada por parentes de jovens assassinados pela Polícia Militar, a faixa despertava incômodo. A truculência com que as manifestações populares foram reprimidas pelas forças do Estado parecia pequena diante da realidade vivida cotidianamente por moradores de favelas e periferias brasileiras. Numa leitura mais aprofundada, podemos ver nessa faixa uma crítica radical à democracia brasileira, já que a violação do direito fundamental à vida antecede e, de certo modo, autoriza a repressão ao direito cívico básico de expressão do dissenso político. No cenário de 2013, um momento que ainda melhores análises baseadas em fatos empíricos que nos aprecem ainda pouco visíveis, as redes sociais demonstraram ser estratégicas para a articulação, e seguiriam sendo, mas

com guinadas fundamentais, constituindo-se espaços de conflitos, ameaças, violência simbólica intensificada.[13]

Pensando para além dos contextos urbanos, o (neo?)desenvolvimentismo que já despontava nos anos de governos petistas exacerbara os ataques aos povos indígenas e, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário, fizera com que os índices de violência e o número de assassinatos de indígenas duplicassem nos anos de 2003-2005, e não cessasse de crescer daí por diante.[14] Juntamente com os ataques de milícias e pistoleiros rurais contratados por interesses econômicos de cada região, houve também a mobilização da Polícia Federal e da Força Nacional contra os coletivos que procuravam fazer valer os direitos que estão consignados na própria legislação brasileira ou de que o Brasil é signatário. Tal foi o caso da ação governamental contra os Munduruku e outros povos que se opuseram à hidrelétrica de Belo Monte (aqui sob a análise de dois dos textos desta coletânea) e o licenciamento da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.[15] Situações de extrema violência com direito à presença de forças coercitivas estatais também foram e continuam sendo frequentes

13 Há muito dito já sobre 2013 e, como frisamos, ainda há muito por dizer. Mas vale destacar as análises de Santos (2013); Santos e Szwako (2016); Facchini e Sívori (2017); Sant'Ana (2017). Os comitês e comissões da Associação Brasileira de Antropologia produziram um balanço no final de 2015 sobre diversos temas presentes na vida pública brasileira nos quadros pré-processo de *impeachment* intitulado *2015 – Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas*. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00115. Acesso em 25/10/2019.

14 Ver https://pib.socioambiental.org/es/Not%C3%ADcias?id=41613. Para os relatórios sobre a violência contra os povos indígenas, ver https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/ e https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/. Acesso em 25/09/2019.

15 Sobre as questões em torno de Belo Monte, ver Pacheco de Oliveira e Cohn (2014); Magalhães e Carneiro da Cunha (2017). A cobertura de imprensa mais substantiva está em sites da imprensa alternativa, como, por exemplo, em: https://www.brasildefato.com.br/node/11236/ (2012); https://www.cptnacional.org.br/multimidia/12-noticias/conflitos/1518-nota-publica-governo-federal-monta-nova-operacao-de-guerra-contra-o-povo-munduruku (2013); https://apublica.org/2014/12/batalha-pela-fronteira-munduruku/ (2014); https://amazonia.org.br/2016/05/carta-do-movimento-xingu-vivo-a-nacao-munduruku/ (2016); https://amazonia.org.br/2016/05/carta-do-movimento-xingu-vivo-a-nacao-munduruku/ (2016). Acesso em 25/09/2019.

no Mato Grosso do Sul, em especial em torno de reintegrações de posse de áreas que os índios, particularmente os Guarani Kayowa e os Terena, "retomaram" na busca por recompor territórios que lhes foram usurpados ao longo do tempo. Quadro similar poderia ser apontado para o sul da Bahia, em especial em torno dos Tupinambá.[16]

Em todas estas situações, as tecnologias de registro em vídeo em celulares e câmeras foram essenciais para documentar os inúmeros ataques de milícias rurais e de pistoleiros travestidos e legalizados sob a forma de "firmas de segurança", bem como sua dispersão sem precedente por meio das redes sociais. Assim, em 2012, quando diante da ameaça concreta de despejo de suas terras, a comunidade kayowa *Pyelito Kue* escreveu e disseminou uma carta em que dizia: "Já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos e nem teremos perspectiva de vida digna e justa". Isto foi interpretado como um indicativo de planos de suicídio coletivo (e não de resistência e luta a qualquer custo), tendo sido deflagrada uma campanha nas redes sociais que ganharia o mundo com a hashtag *#SOMOSTODOSGUARANIKAYOWA*.[17]

Os anos que se estenderam após o *impeachment* da presidente Dilma Vana Rousseff, e que desaguaram no momento atual após as eleições de 2018, só viram o crescimento desses números e uma desenfreada ausência de ação pública, seja dos segmentos pobres e – majoritariamente – negros e pardos nas cidades brasileiras, seja dos segmentos rurais ameaçados. Parece não haver freios para o governo (em especial o Executivo, mas também larguíssimas porções do Legislativo e do Judiciário) na busca de se omitir e descumprir a legislação vigente que reconhece direitos fundamentais da pessoa

16 Ver http://caci.cimi.org.br/#!/dossie/968/?loc=-20.612219573881028,-56.568603515625,6 (Acesso em 25/09/2019) para um minucioso quadro da situação do MS, onde estão os mais elevados números de assassinatos de indígenas no Brasil; ver igualmente o dossiê "Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil. The reframing of cultures and identities". *Vibrant*, 15 (3), organizado por João Pacheco de Oliveira (2018); Ver também Amado (2019) e Alarcon (2019).

17 Ver https://revistaforum.com.br/noticias/o-toque-do-maraca/; https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/a-mobilizacao-pelos-guarani-kaiowa-nas-redes-sociais/, dentre muitos outros. Acesso em 25/09/2019.

humana sob a forma de direitos culturalmente diferenciados.[18] E atuar por omissão tem sido a regra em muitos casos.

Não surpreende, pois, saber que, segundo os dados publicados no *13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, em 2018 houve 57.341 assassinatos no Brasil e o número de pessoas mortas pela polícia chegou a 6.220 casos.[19] Este número, considerado recorde, significa que uma em cada 10 mortes violentas no país é causada por policiais, representando um aumento de 47% desde 2016. Ainda de acordo com a mesma fonte, a maior parte das vítimas é negra (75,4%), estudou apenas até o ensino fundamental (81,5%) e tem entre 18 e 29 anos (68,2%). A polícia mais letal está nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, onde a instituição é responsável por 22,8% e 19,7% das mortes violentas, respectivamente. Se na favela o Estado mata e as instituições seguem seu funcionamento normal, as bombas e as balas de borracha lançadas contra manifestantes perdem relevância enquanto índice de ameaça contra o que se chama de "Estado de Direito", numa chave mais prescritiva e jurídica que empírica e sociológica. A explícita fórmula "*vamos atirar na cabecinha*", enunciada em debate televisivo pelo candidato a governador do Rio de Janeiro em 2018, reiterada em discurso e ação após sua eleição, esgarça a ideia de Estado democrático de direito a ponto de não podermos mais vislumbrar a diferença entre margem e centro do poder estatal, para usar os termos de Das e Poole. Fica claro o quanto "centro" e "margem" são parte da (re)construção cotidiana da ideia de UM Estado, processo permanente e em disputa figurados em narrativas encantatórias que para serem quebradas e ultrapassadas precisam ser inseridas na história, ganhando nomes e rostos. As práticas inconstitucionais toleradas de desrespeito aos *Direitos Fundamentais da Pessoa Humana* se transformam em plataforma de governo e propaganda política.

---

18 Para a situação recente, com dados indicativos que demonstram o enorme efeito do atual governo na maximização da violência – sob as mais variadas formas – ver https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/. Acesso em 25/09/2019.

19 Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em 25/09/2019.

A sala de espera desta política de extermínio, que o movimento negro no Brasil denomina genocídio, é o cárcere. A prisão pode garantir o adiamento, ou o parcelamento, da morte, ainda que estes se deem em meio a torturas e outras violações que fazem parte da rotina dos presídios brasileiros. O relatório do *Levantamento Nacional de Informações. Penitenciárias – Infopen*, publicado em junho de 2017, afirma que havia 726.354 presos no país, representando uma taxa de ocupação de 171,62% das vagas em penitenciárias.[20] Segundo a mesma fonte, entre 2000 e 2017 a taxa de aprisionamento, calculada a partir da razão entre população carcerária e quantidade populacional do país, cresceu 150%. O perfil da população prisional é o mesmo das vítimas de violência letal: 54% têm entre 18 e 29 anos, 63,6% são negros, 51,3% possuem ensino fundamental incompleto. Os dados do Conselho Indigenista Missionário e os levantamentos já realizados sobre a situação prisional de indígenas em diversos locais do Brasil, a total arbitrariedade das prisões sem qualquer processo concluído ou condenação, ou sua absoluta invisibilização no âmbito das prisões mostram que a situação dos indígenas aprisionados pode ser ainda um ponto muito pior nesta curva de atrocidades.[21]

O encarceramento em massa e seletivo, direcionado ao segmento mais pobre e vulnerável da população, materializa uma faceta que pouco ou nada tem de nova à luz da história brasileira: aquela em que vem sendo chamado de um *Estado Penal* os processos de materialização e gestão por agências administrativas da imaginação social, da centralização de redes e formas de autoridade, de coletivização das ações orquestradas para o reconhecimento de *direitos* e *deveres* aos seus cidadãos. Melhor, nos parece, seria denominá-lo Estado Colonial, imagem e materialidade erguida sobre o racismo estrutural que funda nossa formação social, e que na sua feição mais efetiva de reconhecimento de direitos, por meio da mediação estatal, no máximo poderia ser chamado de tutelar.[22] Os massacres

20 Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/br/br. Acesso em 25/09/2019.

21 Ver em particular https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf. Acesso em 25/09/2019.

22 Pensamos que é bom recordar que: "Em que pese o afã modernizador do Segundo Império brasileiro, as elites mestiças governantes da República tinham

em presídios, que despertam pouca comoção, revelam os propósitos punitivistas de um sistema penal baseado em vingança, gozo baseado em castigo corporal e morte. O sociólogo Loïc Wacquant, pautado sobretudo no caso dos Estados Unidos, argumenta que as últimas décadas do século XX, marcadas pela ascensão do neoliberalismo, assistiram à substituição do *Estado de Bem-Estar Social* pelo *Estado Penal*. O *Estado Penal*, ao invés de redistribuir renda e

---

grandes desafios a enfrentar: um heteróclito e enorme território, mitificado desde a chegada dos colonizadores portugueses como a sede de inúmeros eldorados e quimeras, dotado de um vasto litoral; um contingente humano composto por populações múltiplas — imigrantes vindos da Europa do Norte, negros de origem africana, negros crioulos, as populações indígenas dessa porção das Américas e uma massa de mestiços que consistiria nos quadros da burocracia de um Estado nacional em expansão. Em suma, o mapa de um país, entidade jurídica, em que a palavra 'desconhecido', tarjada sobre grandes extensões, era dos mais frequentes termos. Como, de tal caleidoscópio, forjar um *povo* que se sentisse pertencente a uma *pátria brasileira*? Como fazer este *povo brasileiro* ocupar e tornar-se guardião de tão vastos espaços mantendo o controle restritivo do acesso a terra, seguindo o dístico da bandeira republicana, *ordem e progresso*? Seria possível conceber que de tal emaranhado saísse uma *civilização*? Seria possível conservar íntegro um território apenas juridicamente brasileiro, mas em realidade incógnito, agora que o emblema imperial esvanecera-se enquanto signo de uma forma de totalização, evitando-se o fantasma da fragmentação das colônias espanholas na América, fantasma permanente dos militares brasileiros curiosamente ainda hoje? Como defender esta vastidão da entrada de estrangeiros? Que métodos utilizar para tanto? Como fixar as 'fronteiras da nação'? A virada do século XIX para o XX colocava para a classe dominante brasileira, de base eminentemente agrária e por tradição escravista, alguns desafios à manutenção de sua hegemonia sob um novo quadro histórico, caracterizado por mudanças importantes que se implantaram em ritmos e tempos distintos. Dentre estas mudanças, três das mais significativas foram: 1. o término jurídico da escravidão e a necessidade de instauração de uma ordem baseada na liberdade, ainda assim mantendo controle sobre o acesso a terra e sobre a força de trabalho de estratos sociais hierarquicamente inferiores da população, em especial os libertos e seus descendentes; 2. a necessidade de construção efetiva de um aparato administrativo de Estado, com o fim do Real Padroado, logo, do papel de 'unidades administrativas mínimas', desempenhado por longo tempo pelas paróquias (com a paralela redefinição ou o surgimento de unidades administrativas propriamente eclesiásticas sobre certos segmentos sociais); 3. a redefinição dos modos de se imaginar e de se pertencer a uma comunidade política nacional sob um regime republicano federativo". (Souza Lima, 2015: 427-428). Nestas notas temos em mente o trabalho seminal de Otávio Velho (1976), e pensamos que margens, periferias e fronteira poderiam ser aproximados, mais uma vez ressaltando o pioneirismo de certas análises que, em muitos casos, não ganharam os desdobramentos possíveis, e que agora podem ser revisitadas. Ver também Velho (2016).

garantir direitos fundamentais ameaçados pelo mercado, se caracteriza, segundo o autor, pelo aumento generalizado das populações carcerárias. E isto se deve ao

> uso crescente do sistema penal como instrumento de administração da insegurança social e de contenção dos deslocamentos, que as políticas de desregulamentação econômica e de retração do Estado de bem-estar social criaram na base da estrutura de classes (Wacquant, 2008: 13).

As observações de Wacquant são úteis para se pensarem as marcas que o escravismo deixou e que se reatualizam no presente estadunidense, e para que vejamos que este padrão de comparação e de sociedade almejada parece mesmo adequado às pretensões de nossas elites. Mas no caso brasileiro, muito diferente daquele abordado por Wacquant, ao longo do século XX, a luta por submissão e assujeitamento do lado das forças que fazem o (e se fazem no) Estado, de um lado, e por autonomia e liberdade da parte de segmentos sociais que se busca restringir – inclusive na sua capacidade de acessar as terras às quais têm direitos reconhecidos constitucionalmente – de outro, poderia ser pensada como uma constante a desaguar, no momento, num ainda mais extenso aprisionamento e na criminalização de movimentos sociais. O uso do sistema penal (e judicial) como instrumento de produção de insegurança (melhor seria dizer terror) e imobilização de segmentos da população não é uma novidade na vida social brasileira. A invenção do *vadio* e da *vadiagem* (Cunha, 2002) e a intenção de controlar e prevenir os futuros criminosos (Vianna, 1999) atuando sobre os *menores* deixam ver claramente como esta obsessão vem diretamente, ainda que com relativas realocações e rupturas, desde o Brasil (legalmente) escravista e colonial. Há, pois, muitas continuidades, ainda que com alterações e mudanças, com outras forças, diferentes fluxos e possibilidades de imaginação social também presentes.

Como a penalização é seletiva e atinge os pobres, ela criminaliza suas práticas sociais, incluindo aí formas de sociabilidade muitas vezes pensadas como carentes de *civilização* e *cultura*. Isto tampouco é, portanto, novidade histórica entre nós. No Brasil não se

pode, assim, falar em um *Estado de Bem-Estar Social* no sentido europeu, e o punitivismo é estruturante para a criação e a reprodução das desigualdades sociais duráveis em nossa república, compondo-se no paradoxo que Roberto DaMatta enunciou sob a forma dos dilemas entre igualdade e hierarquia na formação social brasileira (DaMatta, 1979).

Assim, no Brasil, o tempo livre e autônomo dos de baixo nas hierarquias sociais foi historicamente construído como ameaça à ordem. Imediatamente após a lei de 13 de maio de 1888, a Câmara dos Deputados iniciou um debate sobre a repressão da ociosidade. Era consenso entre os deputados de que a Abolição poderia trazer desordem e caos social. Educar os libertos para o trabalho era uma maneira de evitar isto, promovendo a regeneração moral dos mais pobres. O conceito de vadiagem foi elaborado como oposto à concepção do trabalho dignificante. Após a proclamação da República, em 1889, a questão permanece. O que fazer com os trabalhadores urbanos, libertos e homens pobres livres (mestiços na sua grande maioria), perambulando pela cidade, se juntando em rodas de batuques e pernadas, jogando conversa fora em botequins e quiosques? A modernização capitalista exigia que eles vendessem sua força de trabalho e a manutenção da ordem burguesa dependia da regulação de suas sociabilidades. Herdeiro dos debates parlamentares de 1888, o Código Penal de 1890, em seu capítulo XIII, criminaliza "vadios e capoeiras". Na caracterização do vadio, o não trabalho não é o problema em si. O alvo é aquele que não trabalha e não tem meio de subsistência. O castigo? Prisão, colônias penais e trabalhos forçados (Chalhoub, 2012).

O Código Penal de 1890, promulgado na recém-fundada República brasileira, mirava o controle social da população negra no pós-Abolição.[23] De acordo com Sidney Chalhoub, esta configuração se baseia numa estratégia de suspeição generalizada para a manutenção da ordem social, controlando a circula-

23 Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 25/09/2019.

ção de sujeitos despossuídos e de maioria negra, vistos como ameaça e perigo (Chalhoub, 1988). Rômulo Morais, citando Vera Malaguti, refere-se a uma estética da escravidão, que naturalizou técnicas e mecanismos de punição do empreendimento escravocrata, cujo cerne eram os castigos corporais. Esta estética perdura, normalizando hierarquias sociais e raciais violentas, tornando a tortura uma finalidade legitimada pelo Estado.

> Esse arcabouço fez com que a tortura fosse exercida entre nós mais como um objetivo do que um meio; o castigo físico e o extermínio se transformassem em uma cena cotidiana exercida com certa naturalidade pela polícia contra negros e pobres (Morais, 2019: 186).

No Brasil, portanto, as medidas altamente coercitivas e violentas não são novas, reiteramos. Mas podemos pensar em algo como um *Estado penal* nos Estados Unidos se lembrarmos que a ausência de direitos civis reconhecidos aos negros neste país vigeu até os anos 1960? Tal fato não pode ser esquecido e nem dado como superado integralmente. As nossas elites, imbuídas do cientificismo racista do final do século XIX/inícios do XX, imaginaram mesmo dispositivos de controle e exclusão, como, por exemplo, o de identificação civil pela via da datiloscopia, em que o Brasil foi pioneiro, onde se pretendia ao mesmo tempo individualizar e inserir em classes biotipológicas (Carrara, 1985). Como propõe José Murilo de Carvalho, pensar o pertencimento político nos alvores da república no Brasil, a inserção cívica, ou seja, o exercício da cidadania, passava necessariamente por alguma forma de inserção no Estado, o que chamou de "[...] estadania, ou seja, a participação não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela" (Carvalho, 1987: 65). Carvalho apontava ainda que, sem uma efetiva democratização do poder, sem uma ruptura dos sempre renovados privilégios das classes dominantes, não poderia haver efetivamente nem democracia, nem cidadania com efetiva participação não mediatizada.

O crescente acesso aos instrumentos de disputa política por parte de pequenos segmentos sociais das classes subalternas, a capacidade de organização política, ainda que bastante titubeante e por vezes restrita e transformada em uma *participação* pró-forma, retomada ou construída desde o auge da ditadura militar, e institucionalizada por numerosas políticas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff (quando se constituiu numa política de Estado estabelecida pelo Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que "Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências"; e foi revogada pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.").24 O acesso à educação pública, em especial o acesso ao ensino médio técnico e superior por parte destes segmentos, incentivado por ações afirmativas dirigidas a segmentos sociais menos favorecidos em matéria de renda, de identificação étnica e racial, conquanto não tenha atingido satisfatoriamente o nível da pós-graduação, é sem dúvida um aspecto que reverberou intensamente no rumo que a vida política no Brasil tomou após 2013.25

Nada há de tão surpreendente, pois, que a criminalização cotidiana tenha se desdobrado na criminalização dos movimentos sociais e de lideranças populares, demonstrando sua serventia para administrar os efeitos de políticas concentradoras da terra, de renda e pouco ou nada democráticas. No relatório *Enemies of the State? How governments and business silence land and environmental defenders*, publicado pela ONG *Global Witness* em julho de 2019, o Brasil aparece no 4o lugar mundial em número total de assassinatos

24 Para os decretos citados, ver, respectivamente, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm ; e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm#art10. Acesso em 25/09/2019.

25 O premiado filme dirigido por Anna Muylaert (2015) *Que horas ela volta?* (Disponível em: https://g.co/kgs/ivTh2J. Acesso em 25/09/2019) nos leva a pensar nessa dimensão, tanto mais que aborda uma questão sempre calada no Brasil: a da violência (nem sempre docilizada), inclusive, do trabalho doméstico, cuja regulamentação gerou fortes reações. Para reflexões densas e profundas sobre esta dimensão, ver Beltrão (2016). Disponível em: http://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/2455/2110, Acesso em 25/09/2019.

de ativistas na luta pela terra e pelo meio ambiente.26 O relatório da Comissão Pastoral da Terra referente a 2017 apontou 70 assassinatos, maior número desde 2003. Ainda de acordo com a CPT, entre 1985 e 2017 foram 1.904 mortes em conflitos no campo.27 Chico Mendes, Dorothy Stang, Dilma Ferreira da Silva são algumas das vítimas mais conhecidas em meio a centenas de indígenas, sem-terra, atingidos por barragens e por mineração, ambientalistas e defensores de Direitos Humanos assassinados em territórios do país que atraem pouco interesse midiático e em que o Estado e o crime possuem fluidas fronteiras.

A execução da vereadora carioca Marielle Franco, em 14 de março de 2018, trouxe para o centro de uma das maiores capitais do país visibilidade internacional para as práticas de violência política conhecidas nas periferias urbanas, rurais e, em especial, na Amazônia. A relação simbiótica entre Estado e milícias no Rio de Janeiro, construída ao longo de décadas, explicitou-se no assassinato de uma autoridade eleita e que encruzilhava diversas lutas em seu ativismo. Negra, favelada, bissexual, defensora de direitos humanos, Marielle encarnava em sua história e em sua atuação política o que Walter Benjamin denominou tradição dos oprimidos (Benjamin, 1993b). Mas poderíamos ver, Brasil afora, muitos casos que, se não ganharam tamanha repercussão, comportam os mesmos requintes de crueldade, e de "barbárie", assim como sua espetacularização pedagógica, numa espécie de "adestramento para a submissão", de ensino do "assujeitamento ao abuso", formas preparatórias para a "cordialidade servil".[28]

Dentre muitas outras maneiras de organização da violência em que as margens mostram que o Estado não se restringe aos dispositivos de governo, e que margens e centros são flutuantes, as milícias atualizam os porões da ditadura empresarial-militar que continuaram a funcionar no período democrático, em seguimento a uma história de atrocidades que não encontrou senão pontos agudos e outros mais invisibilizados para classes médias identificadas com as classes

26 Disponível em: https://www.globalwitness.org/pt/campaigns/environmental-activists/enemies-state/. Acesso em 25/09/2019.

27 Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/. Acesso em 25/09/2019.

28 Ver, dentre outros, Lacerda (2014, 2015).

dominantes, mas sempre presentes na vida das populações menos privilegiadas em termos de poder, seja em cenário urbano ou rural. Afinal, reiteramos, a verdadeira "franquia" do controle da coerção física operada pelo Estado através do seu centro de poder, seja por omissão ou ação intencional, não é uma novidade nem tampouco foi inventada pelo regime militar. Podemos retroagir à história da Guarda Nacional, ou ficar no horizonte que se desdobra desde a instituição do regime republicano. Assim, a transferência do controle da exploração do trabalho indígena para seringalistas era evidente nas chamadas delegacias do Serviço de Proteção aos Índios (Souza Lima, 1995: 239-242), bem como, já nesse período inicial, se previa uma "polícia indígena" e formas de punição aos indígenas tidos como criminosos (Souza Lima, 1995: 194-197).

Alguns dos aspectos mais tenebrosos da ação indigenista republicana, trazidos à tona pelo chamado *Relatório Figueiredo*, que trata dos crimes praticados por funcionários do SPI, também já sob a ditadura militar, estão em continuidade com um passado de atrocidades que precede a criação do Serviço, mas que se abrigou mesmo sob o manto da proteção fraternal rondoniana, sacralizada na formulação de Darcy Ribeiro do mote (teoricamente) enunciado por Cândido Rondon para atuação em pacificações de tribos hostis: "Morrer se preciso for; matar, nunca".[29]

29 "Depois de 45 anos desaparecido, o *Relatório Figueiredo*, que apurou matanças de comunidades inteiras, torturas e toda sorte de crueldades praticadas contra indígenas em todo o país – principalmente por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) –, ressurgiu quase intacto em abril de 2013. Supostamente eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura, ele foi encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais. Entre denúncias de caçadas humanas promovidas com metralhadoras e dinamites atiradas de aviões, inoculações propositais de varíola em povoados isolados e doações de açúcar misturado a estricnina – um veneno –, o texto, redigido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia, deve ser analisado agora pela Comissão da Verdade, que apura violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988. A investigação, feita em plena ditadura, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, em 1967, foi o resultado de uma expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de 130 postos indígenas. Órgão criado em 1910, quando várias frentes de expansão avançavam para o interior do país, o SPI era ligado ao Ministério do Interior e funcionou até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os únicos registros do relatório disponíveis até então eram os presentes em reportagens publicadas na época de sua conclusão,

Como já mencionamos, as milícias tampouco se restringiram ou se restringem às áreas urbanas e ao período pós-ditatorial, ainda que seja indiscutível que ganharam naquele período de agudização do arbítrio e da violência física e simbólica um grande estímulo à organização e à expansão, *pari passu* o aperfeiçoamento das técnicas coercitivas. O mundo rural, sede das piores práticas violentas, da ausência estratégica de forças coercitivas governamentais, viu ao longo do período que chamamos de redemocratização o crescimento das práticas das classes dominantes rurais. Mais uma vez, os elos entre passado e futuro, a descrição da perpetuação do "atraso", a articulação entre melhoria técnica e formas autoritárias, que ora surgem como matéria de denúncia e de um discurso militante, estão dados e em larga medida estudados.[30] Dentre essas práticas, deve-se destacar a "privatização" de "segurança rural", em que modernas tecnologias se somam à regularização sob a forma empresarial do que já foi pistolagem "fora da lei".[31] Se considerarmos a extensão da presença dos 257 parlamentares (225 deputados e 32 senadores) vin-

---

quando houve uma entrevista coletiva no Ministério do Interior, em março de 1968, para detalhar o que fora constatado por Jader e sua equipe." Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo. Acesso em 25/09.2019. O relatório deve seu nome ao procurador Jáder de Figueiredo Correia que a presidiu com enorme custo pessoal. Sobre o mesmo, ver Guimarães (2015).

30 Os trabalhos de Regina Bruno (2002, 2003, 2017); Regina Bruno e Juliana Sevá (2010); Regina Bruno et al. (2009), para referir alguns, são fundamentais para uma abordagem desta dimensão. Para a pistolagem mais tradicional, ver, dentre outros, os trabalhos de César Barreira, em especial, Barreira (1998). Para o caso específico da Amazônia e para a relação quase simbiótica entre Estado, grileiros e milícias privadas, ver Loureiro e Pinto (2005).

31 Para exemplos da venda de serviços de segurança rural, veja-se https://mobilitex.com.br/noticias/novas-tecnologias-de-seguranca-para-o-campo/ ; http://www.ruralservicemonitoramento.com.br/sobre.php, dentre muitos outros. Na *Cartilha de Segurança Rural*, vemos a associação entre Polícia Civil, Sindicato Rural de Água Boa – MT (sindicato patronal, bem entendido) e a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato). Disponível em: http://www.sistemafamato.org.br/portal/arquivos/20092017090306.pdf, ou a da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep), elaborada pela Polícia Civil (Disponível em: https://sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Arquivo_Cartilha-Seguranc%CC%A7a-Rural.pdf), ou cursos sobre segurança rural, como, por exemplo, o divulgado em https://www.cpt.com.br/cursos-administracaorural/seguranca-em-propriedades-rurais (Todos os acessos em 25/09/2019).

culados à Frente Parlamentar da Agropecuária na atual legislatura, veremos que a hegemonia de uma fração de classe (de resto nem tão unida quanto quer fazer parecer, em ampla concorrência entre si, com perfis ideológicos flutuantes e histórias de acesso à propriedade também distintas) pensar na ação das milícias rurais transformadas em firmas de segurança seria sem dúvida pauta de investigações futuras.

No cenário urbano, a presença crescente de milícias nas grandes cidades tem sido estudada, bem como a atuação das polícias, e vêm sendo objeto de trabalhos de diversas ordens, que chegam até os cenários de militarização, como no caso do Rio de Janeiro e do ainda pouco refletido na situação atual do estado de Roraima, hoje justificada pela "crise" gerada pela migração transfronteiriça de venezuelanos.[32] E certas articulações tornam-se a cada dia mais evidentes. Dentre elas, aquelas entre tráfico, milícia, polícias e igrejas evangélicas saltam aos olhos.[33] Personagem sinistra dos porões da ditadura, Claudio Guerra, protagonista do documentário *Pastor Claudio*, dirigido por Beth Formaggini (2017), funcionário estatal especializado em assassinatos e desaparecimentos de corpos, é friamente sincero ao falar sobre essa continuidade. As práticas que já aconteciam nas delegacias foram ampliadas, aprofundadas e aprimoradas pelo aparelho repressivo montado durante a ditadura. E este aparelho não foi desmontado e até mesmo se expandiu, tornando as violações de direitos parte das práticas rotineiras, seguindo leis próprias e ignorando a Constituição promulgada em 1988. Claudio Guerra se tornou

32 Para um mapeamento recente sobre a produção sobre polícias no Brasil, ver Muniz, Caruso e Freire (2018). A privatização da segurança nas grandes cidades também tem sido objeto de estudos que vêm sendo desenvolvidos há mais de uma década, como, por exemplo, dentre muitos outros, Zanetic (2010); Huggins (2010). O jornalismo investigativo tem apresentado ao grande público informações importantes em momentos mais recentes, como se pode ver em https://apublica.org/2017/03/uma-em-cada-quatro-empresas-de-seguranca-em-sao-paulo-e-ligada-a-policiais/, bem como a articulação com as milícias e seu caráter estatal no Brasil (e não só no RJ como a matéria o afirma) podem ser vistos em https://apublica.org/2019/01/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/ (Todos os acessos em 25/09/2019). Organizações de direitos humanos têm mapeado o tema, como se pode ver em Justiça Global Brasil (2008). Diversos aspectos da intervenção militar no Rio de Janeiro podem ser vistos nas análises apresentadas em Leite, Rocha, Farias e Carvalho (2018).

33 Ver, dentre outros, Alves (2004), Machado, Esperança e Gonçalves (2018).

pastor na cadeia e é assim que ele pede para ser chamado no filme. Este dado não é aleatório. A conversão de uma figura como ele se relaciona ao crescimento de um projeto político gestado por igrejas evangélicas.

Se a ideia de "Estado laico" sempre foi uma miragem no Brasil, não se pode negar uma considerável transformação sob a presença, organização, e fortalecimento da bancada da Bíblia, nome com que se designa a Frente Parlamentar Evangélica, que se alia em muitas questões a políticos vinculados à Rede Católica Carismática.[34] A solidificação de tradições culturais religiosas pentecostais é também parte dos processos de elaboração de formas políticas baseadas em valores cristãos, com uma gramática própria, orientada por um pensamento estratégico para a ocupação de espaços de poder, impondo uma pauta conservadora para o conjunto da população, ignorando diferenças de pertencimento religioso, o que vem sendo chamado de onda conservadora ou neoconservadorismo.[35] O artigo de Raquel Sant'Ana nesta coletânea trata do projeto de poder evangélico no qual tomar "o Estado" (ou se aparelhar na máquina pública, fazer-se Estado) é visto como parte da batalha espiritual contra o demônio. Esta conquista da política institucional deve se dar enquanto evangélicos, atuando de modo a conquistar espaços tomados pelo diabo. Daí a importância das pautas sobre costumes, mais uma vez tornando indistintas as esferas públicas e privadas, indivíduo e pessoa, posto que é uma guerra baseada em valores morais. Por isso, o projeto não se resume a eleger representantes na bancada evangélica, envolvendo a produção de uma cultura de amplo alcance midiático, vide o exemplo da potente indústria da música religiosa, seja gospel ou *worship*, veiculadas em programas televisivos, em rádios e em canais do Youtube. As *Marchas para Jesus*, maiores a cada ano, são

34 Para a atuação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo, ver Duarte (2011), dentre outros. Para conexões entre religião e política, ver, dentre outros, Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017).

35 Ver, por exemplo, Almeida, R. (2018); Burity (2018); Facchini e Sívori (2017); Machado (2016).

grandes demonstrações da força política e cultural desse projeto de poder.[36]

Aqui, como em outras manifestações públicas de segmentos hoje à frente da política brasileira, a retórica extraída do arquivo imaginário da guerra colonial de conquista vem plenamente à tona: há inimigos a derrotar, povos a pacificar, territórios a ocupar, ímpios a converter e absorver, uma "civilização" a se impor e edificar, pastoreando e assujeitando. Mais uma vez encontramos o padrão construído a partir do contato entre o invasor português e os povos indígenas das Américas, sem dúvida o paradigma do combate ao *inimigo interno* que baliza as formas de ação coercitivas dos Estados pós-coloniais em especial da América Latina, sobretudo do Brasil.[37] A ditadura militar foi certamente, também aí, um ponto de inflexão que mereceria maiores estudos e mais pesquisa histórico-antropológica, inclusive no que tange ao estímulo à verdadeira invasão de povos indígenas por missões de seitas neopentecostais.[38] As ideias de guerra e pacificação (uma forma de guerra de conquista sublimada) reatualizaram-se e ganharam o cotidiano nos anos recentes, evidenciando pontes que demandam pesquisas mais aprofundadas.[39]

---

36 Para um desenvolvimento mais completo do argumento da autora, ver Sant'Ana (2017).

37 Para a ideia de inimigo interno na organização da coerção em Estados nacionais, e a impropriedade de se usarem ideias (muito estereotipadas), sobre os processos de formação de Estado na Europa quanto aos mundos pós-coloniais (inclusive) da América Latina, ver, dentre outros, Tilly (1996: 273-315), em especial, p. 286 e p. 308; e Coimbra (2000).

38 Também aqui o diálogo com o jornalismo investigativo. Sugerimos a consulta a Lima (1991) e para estudos antropológicos no tocante aos povos indígenas, ver Fernandes (1980); Silva (2014); Costa (2016).

39 "A *conquista* implica em fixação de parte do povo conquistador nos territórios adquiridos pela guerra. Este processo se amplia após a vitória militar, configurando um maior afluxo de população originária das unidades sociais invasoras. Tal envolve o desdobramento da organização militar conquistadora em uma dada forma de administração, para gerir a exploração sistemática do butim, e a transmissão de alguns dos elementos culturais e valores principais do invasor, capazes de, por sua presença, definirem o pertencimento dos ocupantes daqueles territórios a uma totalidade social mais inclusiva e com maior dependência funcional entre suas partes, signos e valores cuja introdução/cotidianização/reprodução seria realizada através de instituições concebidas para esse fim" (Souza Lima, 1995: 53). Facina (2014) faz a ponte entre a ideia de pacificação e a tutela dos povos indígenas e o estabelecimento de UPPs, que mais tarde seria utilizada também em Pacheco

Esta força contrasta com a fragilidade crescente das políticas culturais e os ataques à educação pública. O breve interregno que a área da cultura vivera, com políticas claramente direcionadas, durou bem pouco.[40] Desmonte institucional, subfinanciamento, ataques ideológicos ameaçam Educação e Cultura. O desafio da incerteza sobre verbas convive com projetos como os colégios militarizados, voltados para uma "faxina ideológica" feita em nome de um combate ao "comunismo" entendido na forma alargada e imprecisa de um "marxismo cultural". São espantalhos que se misturam e justificam a finalidade de financeirização da educação pública e desresponsabilização do Estado em garantir os direitos constitucionais à educação e à cultura, misturando a agenda moral à financeira.

Nesta perspectiva, a produção cultural financiada com verbas públicas passou a ser vista como "mamata", e as escolas e as universidades públicas, como perigo moral. A ótica conservadora é enfática quanto à inutilidade da cultura. Os ataques frequentes do MBL (Movimento Brasil Livre) e outros grupos de extrema direita contra a Lei Federal de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, acusando artistas que recebem verbas públicas de vagabundos, são exemplos dessa posição política.[41]

No campo da educação, militarizar escolas parece ser a resposta disciplinadora e coercitiva para banir o perigo da *doutrinação* denunciado pelo projeto *Escola Sem Partido*.[42] A Polícia Militar,

---

de Oliveira (2014). A ideia de pacificação e seu sentido trans-histórico (ainda que alguns dos autores que estabelecem estas pontes as deixem na esfera das impressões mais que em balizas teóricas e metodológicas seguras) serve à instigante coleção de textos (fruto de um igualmente instigante seminário) intitulada *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs* (Souza, Silva, Moraes & Chirio, 2018), bem como está evidenciada no importante estudo de Kleber Mendonça sobre mídia e violência no Rio de Janeiro (Mendonça, 2018).

40 Sobre a ideia de políticas culturais dos anos 1985 até os governos petistas, ver Gonçalves Dias (2014).

41 Em sua página do Facebook, o MBL publica vários posts contra a Lei Rouanet. Um desses posts pode ser visto neste link: https://www.facebook.com/kataguiri.kim/videos/vb.833053646745836/ 1650204285030764/?type=2&theater. Acesso em 25/09/2019.

42 Para a expansão – nada recente – do que vem sendo chamado de neoconservadorismo em educação, ver Lima e Hypolito (2019); para a conexão com as mídias sociais, ver Severo, Gonçalves e Estrada (2019), dentre outros.

administrando a dimensão disciplinar de escolas em Goiás e, mesmo que de modo indireto, influenciando a dimensão pedagógica, como nos mostra Nicholas Castro nesta coletânea, denuncia o fascínio pela disciplina militarizada para manter a ordem entre os "de baixo". A generalização das escolas militares representaria o fim de uma das únicas instituições públicas estatais presente na vida cotidiana da população mais pobre que não se apresenta como instrumento de repressão, que é a escola pública civil e laica.[43]

Para a maioria da população, *Estado* – ou *governo* – é sinônimo de violência, destrato e desassistência, controle predatório, expropriação. Se nos aprofundarmos na leitura, por exemplo, de Philip Abrams (1988), mencionado em alguns artigos desta coletânea, poderemos perguntar se a ideia de Estado como máscara, ou da *persona* que se apresenta entre nós como aquela que confere unidade à pluralidade de processos históricos e culturais, e de redes de agências e agentes muitas vezes em luta concorrencial, que se reúnem e se unificam sob a linguagem comum do direito administrativo, não está muito longe daquelas que em outros contextos nacionais – não sem lutas, não sem disputas – produziram a coletivização da assistência à saúde, à educação, à seguridade social.[44] A máscara-Estado, no caso brasileiro, é uma face de horror e um instrumento de terror. Podemos pensar que a ideia de *Estado de exceção* é entre nós a regra, como no poema de Bertolt Brecht[45] e nas reflexões de Walter Benjamin sobre o conceito de História?[46] Indagações a serem oportunamente investigadas.

---

43 Ver também, para o caso do Rio de Janeiro, Carneiro e Sant'Anna (2018).

44 Estamos usando a noção de coletivização tal como proposta por Abram De Swaan (1988).

45 A Exceção e a Regra
Estranhem o que não for estranho.
Tomem por inexplicável o habitual.
Sintam-se perplexos ante o cotidiano.
Tratem de achar um remédio para o abuso
Mas não se esqueçam de que o abuso é sempre a regra. Disponível em: https://culturabrasil.org/antologia-poetica-de-bertolt-brecht/. Acesso em 25/09/2019.

46 "A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral" (Benjamin, 1993: 26).

Haveria que aprofundar, mas as tragédias humanas e ambientais representadas por barragens e mineradoras que deslocam populações e ameaçam seus modos de vida, como também as remoções em favelas e, em âmbito global, a chamada crise dos refugiados podem ser tratados como efeitos de Estado calcados nas formas de governança neoliberal, mas não só.[47] Há historicidades específicas cujas tramas precisam ser desemaranhadas para que se vejam os fios que as tecem a processos contemporâneos tratados pelo/a etnógrafo/a, ou então não entenderemos como tantos segmentos sociais apoiam tantas iniquidades que a eles mesmos vitimam. Acabaremos por reduzir tais processos que precisam ser pensados a fatores "culturais" essencializados (uma cultura a-histórica e desencarnada do social), como no senso comum: o povo brasileiro tem sangue ruim.

O terreno das discussões sobre imigração e refúgio, como Giralda Seyferth nos demonstrou sobejamente em sua extensa produção, é campo fértil para que estas ideias surjam, um efeito da presentificação do Estado, mesmo quando ele parece se diluir.[48] Os refugiados podem ser, como nos mostra Angela Facundo em artigo neste livro, símbolos, resultantes e produtos de formas específicas de gestão. Sujeitos refugiados são exemplos da vida precária de que fala Judith Butler.

> A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao

47 Para a ideia de efeitos de Estado, ver Trouillot (2003). Ver, dentre outros, o dossiê "Mining, violence and resistance". 2017. Organizado por Andréa Zhouri. *Vibrant*, 14 (2). Disponível em http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue-v-14-n-2-05-082017/. Acesso em 25/09/2019.

48 Dentre muitos outros, ver Seyferth (1994, 1997).

> Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas. Estar protegido da violência do Estado-nação é estar exposto à violência exercida pelo Estado-nação; assim, depender do Estado-nação para a proteção contra a violência significa precisamente trocar uma violência potencial por outra (Butler, 2018: 46-7).[49]

Os efeitos de Estado no manejo e na gestão da localização espacial de populações não se restringem, porém, a deslocamentos transfronteiriços. Podemos pensar a remoção de populações resultantes de grandes obras de infraestrutura de modo análogo ao refúgio, ainda que dentro de um mesmo país, seja da favela removida em nome dos empreendimentos imobiliários e da sempre questionável modernização urbana, seja os atingidos e removidos pelas barragens e mineradoras em nome do progresso econômico. Há a relação ambígua e multifacetada de diversos setores da administração pública que atuam de modo a contribuir para a imagem de coesão do "Estado", mas que, no cotidiano de interações variadas de seus agentes e agências com as populações sobre as quais suas ações incidem, se mostra contraditória e diversa, causando perplexidade àqueles que nela buscam coerência. Tais efeitos contraditórios são tão mais fortes para aqueles que vivem a condição de precariedade mencionada por Butler. Nesta coletânea tal aspecto (dentre outras dimensões que apresenta) nos é trazido pela etnografia de Alexandre Magalhães, que demonstra como o rumor e a atuação de agentes públicos informais geram risco e incerteza entre os moradores de uma favela ameaçada de remoção, numa fabricação do medo e do terror cujo objetivo é quebrar resistências e reivindicações.[50] De resto, se percorrermos a literatura sobre antropologia e sociologia urbana produzida sobre o Rio de Janeiro desde os anos 1960, localizaremos um extenso rol de "intervenções espetaculares", das quais

49 É sempre bom lembrar que Judith Butler é filósofa, e escreve deste ângulo, ao falar de Estado – como um ente lógico, institucional, e não como o feixe fluido de processos de gestão e governo e produção imagética mostrados na pesquisa da Sociologia Política e Histórica, ou da Antropologia, revelado para uma ou para outra pela via da Etnografia, o que aqui nos instiga e protege de reificações nominalistas e tantalizantes.

50 Para uma visão mais completa de sua densa etnografia, ver Magalhães (2019).

remoções forçadas são um dos muitos aspectos, que na conjuntura analisada por Magalhães ganham outras tintas.[51]

Pedro Gondim Davis aponta na mesma direção ao pesquisar a "crise da água" em Itu, em que confusão, incerteza, falta de informação aparecem como formas de gestão e controle de uma população submetida à escassez de fornecimento de água. Um serviço básico, naturalizado como automático, dado da realidade cotidiana (esta que supostamente a entidade "O Estado" deveria prover, controlar e tornar infalível e "natural"), ao falhar, acaba por abrir uma fratura na imagem idealizada da água que "brota" com o abrir das torneiras, ato que supõe e em que se inviabilizam todas as redes sociotécnicas (e necessariamente políticas) que contribuem para que este ato de magia se faça. Com a fissura trazida pela falta da água, também se quebra o caráter "infalível" da totalidade estatal. Desnecessário lembrar que tais vivências do fornecimento doméstico da água como imanente à vida cotidiana nas cidades se restringe a contingentes bastante específicos das populações brasileiras, estando ausente desde setores das grandes cidades às mais variadas regiões do país. Revela-se aqui, portanto, um outro elemento fundamental dos processos de formação de Estado e das tecnologias de governo de populações: seu caráter produtor, perpetuador e naturalizante das assimetrias sociais. No mais, "acesso à água" e *seca* não são novidade na história brasileira, se mudamos de região e enfocamos o Nordeste brasileiro.[52] A precariedade se reinstala e se perpetua.

Gestão de assimetrias, cotidiano, banalidade e terror: pelo direito de sonhar

Nos três eixos organizadores da coletânea, reiteramos, podemos ver como a diversidade de processos que materializam, em diferentes vertentes, o que se chama Estado podem confluir em ações, por vezes nada coordenadas e inintencionais, de múltiplas formas, sobre populações e territórios distintos, fornecendo as imagens e – suge-

51 Para outro padrão de intervenção, diretamente relacionado ao desenvolvimentismo, ver Castro (2002) acerca da implementação do *Programa Favela Bairro*.

52 Para a construção da seca como problema e sua administração, ver Ribeiro (2002).

rimos – os efeitos de unicidade e homogeneidade. Se lembrarmos com Weber (1983: 175) que "[...] para a vida cotidiana, dominação é primariamente administração", veremos que a racionalização burocrática garante essa complexidade e, ao mesmo tempo, possibilita ações cuja responsabilidade não pode ser atribuída a um sujeito individual singular, ainda que na prática, por vezes, sejam decisões de redes específicas que acabam figurando o sujeito coletivo "O Estado". Nesse sentido, "O Estado" é, e não é, formado por pessoas, mas para usar a imagem de Abrams (1988), é máscara que unifica as ações de uma engrenagem própria e multifacetada que passa, por metonímia, a materializar uma vontade coletiva, que é sempre de alguns, mas se dispersa em práticas que não guardam necessariamente uma relação de causalidade ou coerência entre si.

Se refletirmos nestes termos e nos concentrarmos na escalada de eventos do momento brasileiro, parece-nos importante pensar a partir do exemplo extremo do Terceiro Reich, como analisa Hannah Arendt com a noção de banalidade do mal. Ao cumprir ordens em um "Estado criminoso", Eichmann se considerava inimputável, pois, ainda que enviasse milhões de pessoas para os campos de morte, seguia estritamente as regras enquanto funcionário público sob o nazismo. Desse modo, o mal banal é produzido por indivíduos comuns e não por monstros sádicos. É uma ação sem sujeito individualizado que não seja "O Estado" (*de exceção*, *nazista*, *criminoso*, *totalitário*, *autoritário*, como se queira qualificá-lo), coletiva, sustentada por um aparato burocrático no qual o "massacre administrativo" é parte de uma rotina disciplinarizada (Arendt, 1999).[53]

Nestes termos, tanto o comportamento administrativo autoritário rotineiro, pautado por estratégias de assujeitamento e subordinação na administração pública, identificado por Monique Florencio, quanto a aparente contraface das boas práticas politicamente assépticas, parte essencial do léxico corporativo neoliberal, e que se apresentam como técnicas neutras de governo, estudadas por Maria Gabriela Lugones e Lucia Tamagnini, podem ser compreendidos como inseridos numa lógica burocrática capaz de definir políticas, em última instância, de vida e de morte, como bem demonstrado

53 Para a dimensão essencial da rotina na constituição da administração de matiz burocrático, a referência a Max Weber é inescapável (1974).

na análise da biopolítica por Michel Foucault (2008a, 2008b). Como Foucault mesmo chama a atenção, soberania e disciplina se entretecem na realidade histórica, somam-se nos espetáculos de governo e gestão da vida e da morte. Mais recentemente, Achille Mbembe (2018, em especial p. 128) transpôs uma parte da reflexão foucaultiana e se apropriou dela para, a partir de situações muito específicas (como a da Palestina e do terrorismo) propor a ideia de uma necropolítica. Sua aplicação ao caso brasileiro vem sendo disseminada, muitas vezes desconhecendo que na obra de Foucault a ideia de biopolítica implica necessariamente a gestão da morte e não apenas a da vida, e que os contextos de aplicação da ideia de necropolítica nos quais Mbembe se baseia se distinguem da realidade histórica – o que estamos repisando neste texto – constituinte de um Estado (ideias, práticas, agências e redes sociais e territoriais entretecidas, discordantes, mas unificadas) de base colonial e escravista, que se fez republicano pela via autoritária de manutenção da hegemonia das elites agrárias e do poder governamental estatizado como centro e sede da cidadania, do pertencimento a uma sempre restrita massa cívica.

Nesse contexto, o exercício das formas de poder de Estado que Souza Lima (1995, 2014) chamou de poder tutelar se metamorfoseia, se desdobra e se atualiza em diferentes escalas, patamares institucionais e práticas. Processos participativos acionados tanto por grandes empresas em manuais de relacionamento com comunidades, analisado por Deborah Bronz, quanto por empreendimentos estatais que ameaçam povos indígenas e ribeirinhos, convidados a participar do jogo de sua própria extinção em nome do progresso, são excelentes exemplos de algumas das dimensões do que tem significado "participar", práticas tecnificadas nas quais a vida democrática, necessariamente política como Roberto Salviani bem apontou (Salviani, 2012) para o caso emblemático da Itaipu Binacional – eco e epítome de uma ditadura nunca purgada, que em si mesma a empresa é –, permite a devastação social e ambiental domesticada sob a forma de *responsabilidade social* e produtora de energia "limpa". *Boas práticas* de extermínio? Poderíamos nos perguntar. Quais delas?

O léxico das instituições que gerem a empreitada define o campo das lutas do que se entende como *participação*. Mas há possibilidades de ressignificações de desafios, como no caso da liderança xicrin

citada no texto de Roberta Cerri Reis que afirma: "Eu sou o IBAMA", num ato de indignação diante da burocracia que busca o assujeitamento dos povos ameaçados pelo progresso representado pela usina hidrelétrica de Belo Monte. A afirmação indica, de certo modo, a inutilidade da administração estatal, subvertendo a lógica da tutela. Ainda sobre Belo Monte, o trabalho de Luiz Villaça aponta para outros paradigmas de atuação estatal ao focar nos procuradores do Ministério Público Federal agindo a favor dos povos indígenas, das comunidades ribeirinhas, do meio ambiente e de movimentos sociais na luta por direitos, evidenciando como "O Estado", enquanto rede de agências e agentes, é em si um nó de contradições. Os artigos, portanto, nos sinalizam também como o uso da criatividade dentro da burocracia, os múltiplos processos que fazem Estado no cotidiano são reconfigurados permanentemente nas interações do dia a dia, criando caminhos para uma indispensável garantia de direitos.

Assim, escandir as formas de ação que podem ser subsumidas à ideia de Estado nos demonstra que estas não são inexoráveis, nem inescapáveis, tampouco permanentes e insuperáveis, mesmo quando os horizontes de luta parecem carecer de melhor definição e reinvenção. Ou seja – recuperando a referência de Teixeira, Lobo e Abreu na introdução desta coletânea à ideia de Pierre Bourdieu de que o Estado é uma espécie de metacapital – adquirir elementos para a compreensão e a manipulação da gestão de suas vidas cotidianas da qual amplas porções das coletividades brasileiras se viram sempre apartadas pelos centros e as elites de poder governamental, e acessar elementos necessários à sua ação cívica não são nem de longe dados desprezíveis, e seu significado não pode ser confrontado com um presente ou um futuro desejado, mas sim com o passado que de fato podemos estudar e recuperar. Entender e desmontar a ideia de Estado não quer dizer mais uma vez achar que só por ele e através dele se pode transformar a realidade, mas é uma das formas de purgar e romper com sua magia totalizante.

É importante lembrar que tal forma de tratamento analítico dos feixes fenomênicos (ideias, práticas, agências e redes sociais e territoriais entretecidas, repetimos) não pode ser descolada de sua dimensão essencial de produção de assimetria. Nestes termos, pensamos que ela decupa e permite melhor descrever, no plano

etnográfico, aquilo que Antonio Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere*, escritos em prisões fascistas, chama de concepção ampliada de Estado. Para Gramsci, o Estado é "hegemonia couraçada de coerção", unindo, nos seus termos, sociedade política (e seus instrumentos de coerção) e sociedade civil (os aparelhos privados de hegemonia). Essa definição complexifica a relação entre Estado e sociedade, entendendo o Estado como *locus* de disputa de projetos políticos, portanto, como conjunto de relações contraditórias e que manifestam interesses de classes e frações de classes distintas. Não há, assim, relação de exterioridade entre Estado e sociedade, bem como também não é possível dizer que o Estado represente, em sua totalidade, o projeto político de uma classe social, num sentido marxista mais estrito. A construção de hegemonia é sempre um processo cambiante e instável, fraturado, e que requer permanentes fabricações de consensos (Gramsci, 2007: 244). Em outro trecho dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci observa – o que é particularmente importante para a dimensão que queremos destacar, isto é, a do caráter colonial e escravocrata da formação de Estado no Brasil, baseado em múltiplas e sucessivas conquistas, bem como subordinado no plano internacional – que,

> In military war when the strategic aim – destruction of the enemy's army and occupation of his territory – is achieved, peace comes. It should also be observed that for war to come to an end, it is enough that the strategic aim should simply be achieved potentially: it is enough in other words that there should be no doubt that an army is no longer able to fight, and that the victorious army "could" occupy the enemy's territory. Political struggle is enormouly more complex: in a certain sense, it can be compared to colonial wars or to old wars of conquest – in which the victorious army occupies, or proposes to occupy permanently all or a part of the conquered territory. Then the deafeted army is disarmed and dispersed, but the struggle continues on the terrain of politics and of military "preparation" (Gramsci, 2006: 72).

Para quem habita o Rio de Janeiro, com as divisões entre facções, milícias e "oficialidades", tais ideias nos parecem bastante ilumina-

doras e presentes, até por mostrarem que nada disso está fora das dinâmicas. A ideia da guerra como horizonte da ação política, e da guerra de invasão e conquista como modalidade mais próxima das relações de poder e dominação aparecem como chaves privilegiadas no pensamento de Michel Foucault (sobretudo em Foucault, 2008a, e em 2008b), e que a complexidade da dominação encompassa relações de poder e estratégias de luta (Foucault, 1983). Na chave marxista, mas na mesma direção, e em diálogo tanto com Gramsci quanto com Michel Foucault, Poulantzas (1985: 13-53) propôs ultrapassar a conjunção entre "repressão" e "doutrinação ideológica", para reconhecer que "[...] o Estado também age de maneira positiva, *cria, transforma, realiza*" (1985: 35), estando presente mesmo antes de sua centralização sob a forma do Estado Nacional burguês e indo para além das balizas ditas neoliberais. Ao focar na centralidade das lutas, ou nos termos de Gramsci, na dimensão movediça da hegemonia, e logo da luta entre classes, frações de classe, elites, e mesmo entre agências e seus integrantes, Poulantzas afasta-se da perspectiva estruturalista marxista, e restitui na percepção do devir histórico a centralidade agônica do conflito e da luta política.

Se reunirmos tais propostas analíticas, e retomarmos os textos que têm informado nossa produção sobre as políticas de governo no Brasil, em especial nesta tentativa de enfrentar os efeitos da introdução de valores, ideias, práticas e tecnologias ditas neoliberais, aparentemente invertendo a primazia que o vínculo com a administração pública manteve como forma de acesso a direitos ao longo do século XX (a mencionada "estadania"), poderemos atribuir todas essas questões, decisões e ações (ou omissões) políticas como emanadas de um lugar institucional substantivo, "O Estado"? Cremos que não; cremos que sim.

Vale retomar algumas das ideias de Timothy Mitchell (1999) sobre o caráter construído e artificial da distinção entre Estado, sociedade e economia (ou mercado), e do Estado como efeito de "processos sociais mundanos", passíveis de decomposição e descrição etnográfica, como vimos nos textos da presente coletânea, não por isso sendo menos real. Afinal, o tratamento cotidiano do Estado como um ente específico e diferenciado da "sociedade" e da "economia" (/mercado) é constituinte do mundo contemporâneo, maté-

ria de crença e ordenadora de uma ampla divisão social do trabalho (político) de dominação, impõe-se e lhe confere realidade, ainda que cada vez mais as grandes corporações e os "paraísos fiscais" concentrem poder e riqueza para além dos Estados Nacionais.[54] Neste sentido, é nesse feixe complexo de processos que perpassam nosso dia a dia que devemos buscar os elementos para uma resposta que transcende a institucionalidade legitimada no direito administrativo como "O Estado brasileiro": tais processos estão para além de agências e agentes da administração governamental, mas atravessam e entremeiam múltiplas locações sociais (Tilly, 2000) que abrigam histórias com temporalidades e em escalas espaciais distintas. São cotidianos, comezinhos, e precisam ainda de muitas análises para se

54 Mitchell (1999: 93) sumariza seus argumentos – em larga medida desenvolvidos contra a literatura da Ciência Política estadunidense (muito influente no cenário brasileiro, é importante mencionar) neste texto em cinco proposições que nele foram desenvolvidas e que encontram lastro em seu trabalho etnográfico:
"1. We should abandon the idea of the state as a freestanding entity, whether an agent, instrument, organization, or structure, located apart from and opposed to another entity called economy or society.
2. We must nevertheless take seriously the distinction between state and society or state and economy. It is a defining characteristic of the modern political order. The state cannot be dismissed as an abstraction or ideological construct and passed over in favor of more real, material realities. In fact, we must place this distinction between conceptual and material, between abstract and real, in historical question if we are to grasp how the modern state has appeared.
3. For the same reason, the prevailing view of the state as essentially a phenomenon of decision making or policy is inadequate. Its focus on one disembodied aspect of the state phenomenon assimilates the state-society and state-economy distinction to the same problematic oposition between conceptual and material.
4. We should address the state as an effect of mundane processes of spatial organization, temporal arrangement, functional specification, supervision and surveillance, and representation that create the appearance of a world fundamentally divided into state and society or state and economy. The essence of modern politics is not policies formed on one side of this division being applied to or shaped by the other, but the producing and reproducing of these lines of difference.
5. These processes create the effect of the state not only as an entity set apart from economy or society, but as a distinct dimension of structure, framework, codification, expertise, information, planning, and intentionality. The state appears as an abstraction in relation to the concreteness of the social, a sphere of representation in relation to the reality of the economic, and a subjective ideality in relation to the objectness of the material world. The distinctions between abstract and concrete, ideal and material, representation and reality, and subjective and objective, on which most political theorizing is built, are themselves partly constructed in those mundane social processes we recognize and name as the state."

entenderem as dinâmicas de assujeitamento, submissão e insurgência. Rever repertórios de ação social no plano da vida diária é um imperativo no momento.

Por outro lado, sim, a centralidade da máquina pública – "O Estado" por excelência para o senso comum, ideia que imanta essa materialidade organizacional – em detrimento das formas de articulação social e participação democrática é de tal monta na vida pública do Brasil que o controle das agências da administração pública federal (sobretudo, mas não só) permite célere "desmonte" de ações governamentais nos campos da proteção social, dos direitos humanos e ambientais, da cultura, da saúde e educação públicas, requerendo a ampliação do seu braço repressivo e censor. A consolidação desse "Estado" em negativo – ou a máscara no seu sentido de produtora do terror – no que diz respeito a direitos necessita de amplo investimento na produção de consenso. A destituição, na prática, dos direitos indígenas (constitucionalmente previstos), por meio da desidratação orçamentária e institucional de todas as ações de governo destinadas ao seu reconhecimento, a militarização da Fundação Nacional do Índio através daquela que opera hoje como a principal "arma" contra os tarjados como inimigo interno – a Polícia Federal – nos mostram o quanto o controle da máquina pública do governo federal pode ser mesmo eficaz para destruir, mais que para construir.

A profissionalização na criação e na disseminação de *Fakenews*, as teorias conspiratórias que revivem o anticomunismo da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que desacreditam a racionalidade científica ao defenderem o terraplanismo, a denúncia sobre "a mentira do aquecimento global" e o perigo das vacinas, o conservadorismo nos costumes propagado como discurso de ódio aos LGBTQIA+ são exemplos disso. No entanto, para entender melhor e não atribuir mais uma vez tudo à "mágica do Estado" (como luta por hegemonia, ou como mera institucionalidade), comparando os resultados da performatividade que o sustenta e dando-lhe uma substância indevida, de modo a que nos aprisionemos num verdadeiro terrorismo diariamente instilado por meios de comunicação de massa tradicionais, por atos governamentais, por informações falsas ou verdadeiras nas redes sociais etc., precisamos entender que não há UM "des-

monte", mas vários, ainda que existam instâncias de centralização e produção de imagens pseudo-homogêneas.

Nessa destruição de direitos em estilo *Blitzkrieg* (as guerras relâmpagos das forças armadas nazistas na Segunda Guerra Mundial, que não deixavam espaço para a reação do inimigo), não restam nem os paliativos sociais do neoliberalismo amaciado de Terceira Via. As reformas trabalhista e previdenciária são eixos dessa reconfiguração do Estado em negativo, retirando direitos associados à sobrevivência de milhões de brasileiros. Afinal, aqui não vivemos a constituição de uma classe operária da mesma forma que no continente europeu, e a dizimação de lá não é a mesma que aqui e, se falamos que estamos voltando à escravidão, é porque este horizonte prático e institucional parece nunca ter passado totalmente. Lembremos dos efeitos – que já mencionemos – da regulamentação do trabalho doméstico, do aumento no valor de serviços tecnicamente menos qualificados, na produção de um "ódio de classe" entre as classes médias, em geral identificadas ideologicamente com as elites financeiras.

Nessa nova Tempestade, Calibã reescravizado lança luz sobre a formulação de Rosa Luxemburgo quando teoriza que a acumulação originária de capital é permanente no capitalismo, que sempre necessita da expansão de novas fronteiras (Luxemburgo, 1984), sejam elas territoriais ou, mais contemporaneamente, referentes ao campo da produção do imaterial, do simbólico. Sob esta ótica, não faz sentido afirmar que voltamos ao passado. O atraso, como afirma Chico de Oliveira, é a condição de possibilidade da nossa modernidade (Oliveira, 2011). Sua crítica da razão dualista nos permite ver que novas fronteiras para o capital são abertas pela destruição de agências da administração pública voltadas à promoção do bem-estar social ou, se quiser, um esgar da máscara Estado em sua face mais positiva no que diz respeito à coletivização do reconhecimento de direitos e da proteção social. Essa refundação verde-amarela é a recuperação de raízes profundas de nossa matriz colonial, do sentido da colonização tal como Caio Prado Júnior descreveu em 1942.

> Mas um tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará man-

> tendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O 'sentido" da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (Prado Júnior, 1974: 31–32).

E aqui, mais uma vez, a formulação de Otávio Velho quando dizia que "Não estaremos interessados basicamente no estudo da *fronteira* como tal, mas tentando, a partir dessa posição privilegiada, lançar os olhos sobre o desenvolvimento brasileiro" (Velho, 1976: 14) ecoa atual e imprescindível, sobretudo se pensarmos na ideia de fronteira como locação social. Decompor e pensar sobre tais processos e locações, estudar e ensinar sobre o tema nos parece imperativo. Grandes ideias estão nas cabeças de todos, mas como é possível que o horror cotidiano da violência em meio rural e urbano que perpassa o país se naturalize até mesmo sob a forma de crenças religiosas? Horror instilado por técnicas de terrorismo psíquico, ou de uma psicopolítica (Han, 2018) que aqui precisamos ver como acopladas à disseminação do medo de todo dia, em uma vida cívica em que o pânico da aniquilação e do desaparecimento anônimo foi alimentado por práticas de diversos regimes ditatoriais ao longo do século republicano,

e que são utilizadas por diferentes forças repressivas na medida mesmo das desigualdades sociais. Há aqui uma extensa pauta para a pesquisa, para sínteses interpretativas, para a produção de hipóteses de pesquisa e intervenção a partir da produção das ciências sociais e da história sobre o Brasil, em que a perspectiva etnográfica pode aportar deslocamentos iluminadores.

Há, pois, indícios de pequenas e persistentes luzes, como os vagalumes a que se refere Didi-Huberman. "Ensinaste-me a falar e a minha vantagem foi que aprendi a amaldiçoar", diz Calibã a Próspero. Na produção cultural recente se faz presente o princípio esperança (Bloch, 2005), ao qual devemos estar atentos. Na música popular são inúmeros os exemplos de artistas que criaram letras que falam de luta, sobrevivência e "seguir em frente" após as eleições de 2018. Espécies de guias sem garantias, orientadas apenas pela frase significativa e popular nas periferias brasileiras que afirma "tamo junto (TMJ)", essas músicas têm sido mantras para muitos jovens marginalizados por sua classe, cor, crença política, orientação sexual, identidade de gênero, pertencimento religioso. Destacamos aqui "AmarElo" (2019), composição do rapper Emicida, que canta ao lado da cantora não binária Majur e da cantora drag queen Pablo Vittar. O vídeo no Youtube, que conta com mais de 4 milhões de visualizações no momento em que escrevemos este texto,[55] reflete o movimento disperso, porém potente, dos grupos virtuais e presenciais de ajuda mútua e acolhimento, voltados para a saúde mental daqueles que hoje sentem suas vidas em risco. O amarelo do título faz menção à cor da campanha da prevenção ao suicídio, ao mesmo tempo em que joga com os sentidos de amar e elo como pistas para caminhos que sustentam a opção por viver.

A música inicia com uma fala de quase três minutos de um jovem com depressão, sobrevivente de tentativa de suicídio, um pedido de socorro. O que vem depois é uma resposta de acolhimento a essa dor e de estímulo para seguir em frente. Sampleando a música "Sujeito de Sorte", de Belchior, o refrão "Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro. Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro" soa como compromisso com a vida em sentido pleno. São

55 Videoclipe oficial de AmarElo: https://www.youtube.com/watch?v=PTD-gP3BDPIU. Acesso em 25/09/2019.

retratadas várias histórias de pessoas reais correndo atrás de seus sonhos, porém longe de uma visada meritocrática e individualista: "Aí, maloqueiro, aí, maloqueira/ Levanta essa cabeça/ Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo)/ Respira fundo e volta pro ringue (vai)/ Cê vai sair dessa prisão/ Cê vai atrás desse diploma/ Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?/ Faz isso por nóis/ Faz essa por nóis (vai)/ Te vejo no pódio". A vitória de um é a vitória de todos, corpo negro coletivo dançando, estudando, criando. "Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes", canta Pablo Vittar, mudando o registro que se espera de pessoas matáveis quando produzem arte. O compromisso em não morrer é também o que explica a transformação de Marielle em símbolo onipresente das lutas das vidas precarizadas no mundo pelo direito de existirem dignamente, metaforizada como semente, sinal desse desejo de resistir e perdurar no tempo. *Marielle Vive*, *Marielle Presente*, *Marielle Semente* são frases-senhas a identificar aqueles e aquelas que lutam pelo direito de viver.

Produção cultural, imagética, uso intenso das novas tecnologias digitais e de redes sociais não são domínio apenas dos produtores de *fakenews*. Ainda que sem robôs, ou ajuda técnica externa, israelense ou estadunidense, e sem intenções terroristas, um uso intenso das novas tecnologias de comunicação em especial entre jovens, sejam indígenas ou de periferias das grandes cidades brasileiras (onde também vivem indígenas), tem apontado caminhos para superação e metamorfose de um momento histórico de grande sofrimento coletivo e individual, possibilidades de construção de redes de suporte e afeto, capazes de ultrapassar as prisões em que, sabemos, muitas famílias se transformaram. Pontes sobre o ódio, modos de bem-querer e criar um futuro, que nunca nos será usurpado como se pretende fazer crer que já esteja.[56]

É acerca da afirmação do direito de viver sobre o direito de matar que trata a principal produção do cinema brasileiro em 2019. *Bacurau*, filme dirigido por Kleber Mendonça, sucesso de público e ganhador do Prêmio do Júri em Cannes, foi tema de intensos debates na imprensa, nas redes sociais, em bares, escolas e universidades. Neste filme, num futuro distópico assustadoramente possível,

56 Ver, por exemplo, Enne (2008, 2012, 2014); Oliveira (2015).

a esperança, no sentido de Paulo Freire, como ação que contesta radicalmente o presente, está no passado (Freire, 1992, 2014). Na pequena vila sertaneja, história e identidade se alimentam do Nordeste de cangaço e Canudos, orgulhosamente rememorado no Museu Histórico local. A autonomia do povoado em relação aos poderes estatizados é decisiva para sua capacidade coletiva de sobrevivência diante do poder avassalador das tecnologias de morte. Existir de modo autônomo e livre é o sonho maior de grande parte dos povos tradicionais, indígenas sobretudo, mas não só, ainda que para isso precisem, em algum nível, compor com "O Estado", ir e vir, entre escalas, mundos, redes e modos de viver. Esse embate que opõe os que lutam pelo direito de viver e aos que reivindicam o direito de matar não pode ser apreendido em termos da oposição entre civilização e barbárie. Afinal, de qual civilização falamos? A que faz com que a luta pela água, necessidade vital, tenha de ser cotidiana porque o rio foi represado pela ganância do capital? A civilização que despeja livros como lixo na porta da escola municipal? A do prefeito engomado com pose de artista que maltrata prostitutas? Não havia civilização em Bacurau antes da chegada da barbárie. Havia sim, gente, como responde o menino sem ser perguntado à questão formulada em tom de desprezo pela sulista invasora: "quem nasce em Bacurau é o quê?".

Em consonância com Walter Benjamin – "Nunca houve um monumento de cultura que não fosse um monumento de barbárie" (Benjamin, 1993b: 225) –, o filme é profundamente crítico a qualquer defesa da civilização como valor abstrato, em seu cortejo incessante de mortes e opressões. A aposta é num confronto pela sobrevivência no qual a barbárie dos oprimidos enfrenta a barbárie dos opressores. Essa barbárie dos oprimidos tem afinidades com a nova barbárie de que fala Benjamin no texto "Experiência e pobreza", um conceito novo de barbárie que impele para a frente a começar de novo, a construir com pouco.

> Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções de mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando

> a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (Benjamin, 1993a: 115).

Como sistematização das esperas, o princípio esperança é radicalizado pelos obstáculos, que provocam a imaginação de uma mudança difícil, mas possível. Para Ernst Bloch, "a obra de arte é o laboratório e a festa dos possíveis", abrindo novas perspectivas sobre a totalidade do devir (citado em Furter, 1973: 104–5). A esperança passa do não ao ainda não, se contrapondo ao fatalismo (espécie de morte em vida para Freire), mas tendo o fracasso como parte constitutiva e mesmo necessária desse processo, alertando contra o otimismo e suas ilusões (Furter, 1973; Bloch, 2005; Freire, 2014).

Trata-se de nos restituir o direito de sonhar, de imaginar, de pensar, de interpretar e, assim, figurar novos futuros possíveis. Ou, como sugere Cristhian Dunker, devemos lutar pelo direito a uma "oniropolítica".[57] A arte e a produção cultural (e nela a ciência) sinalizam, em meio ao que Hannah Arendt denominaria "tempos sombrios", ruínas e possibilidades que estão à nossa volta. Cabe à Antropologia e às Ciências Sociais pensarem de modo complexo sobre essas ruínas e essas possibilidades, igualmente sonhar, e fazer a imaginação sociológica funcionar. Voltando ao título a que nos propusemos, parece-nos que mais que nunca etnografar elites, instituições e processos de formação de Estado é uma forma de luta e de produção de subsídios para uma visão menos abstrata, homogeneizada e totalizante de ações que, de tão supremas, nos deixam como alternativas apenas o cansaço extremo, a exaustão, a desistência ou a adesão a escolhas incontornáveis, ou uma exposição suicida (e genérica) aos ataques das forças dominantes no momento, que se propõem definidoras de nossa vida e de nossa morte, como, por vezes, o são. É na busca por pontos de fuga e de escape da trama que nos enreda no atual momento histórico que é preciso continuar, expandir e aprofundar. Se olhamos no longo prazo, antes que sermos inúteis, é porque temos sido capazes de contribuir para desfazer os nós que nos

57 Dunker (2019).

amarram a formas tão sedimentadas de dominação que vivemos hoje um enfrentamento claro das forças que deram vida à hegemonia das classes e dos segmentos dominantes no Brasil – antes que retrocesso diante do avanço, o que temos é a plena explicitação do horror edulcorado de nosso(s) cotidiano(s). Agora, não nos resta senão purgar e reinventar um dia a dia. Muito trabalho feito, e muito mais a fazer.

Referências bibliográficas

ABRAMS, P. 1988. "Notes on the difficulty of studying the state". Journal of Historical Sociology, 1 (1): 58-89.

AGUIÃO, Silvia. 2018. Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ.

ALARCON, Daniela Fernandes. 2019. O retorno da terra: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia. São Paulo: Elefante.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2018. Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia.

ALMEIDA, Ronaldo de. 2018. "Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma". In: Ronaldo de Almeida & Rodrigo Toniol (orgs.), Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises de conjuntura. Campinas: Editora da Unicamp. pp. 163-193.

ALVES, José Claudio de Souza. 2004. "Religião, violência e poder político numa favela da Baixada Fluminense (Rio de Janeiro – Brasil)". Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião, 6 (6): 153-178.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. 2019. Vukápanavo. O despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional-UFRJ, Rio de Janeiro.

ARENDT, Hannah. 1999. Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras.

BARREIRA, César. 1998. Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política.

BELTRÃO, Jane Felipe. 2016. "Indígenas e quilombolas: crianças em circulação ou em situação de violência?". Revista Mundaú, 1: 91-102.

BENJAMIN, Walter. 1993a. "Experiência e pobreza". In: _____, Magia, técnica, arte e política. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense. pp. 114-119.

_____. 1993b. "Sobre o conceito de História". In: _____, Magia, técnica, arte e política. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense. pp. 222-232.

BEVILAQUA, Ciméa B. & LEIRNER, Piero de Camargo. 2000. "Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro". Revista de Antropologia, 43 (2): 105-140.

BLOCH, Ernst. 2005. O princípio esperança. Vol. I. Rio de Janeiro: EdUERJ/ Contraponto.

BRUNO, Regina & SEVÁ, Juliana Tude. 2010. "Representação de interesses patronais em tempo de agronegócio". In: Roberto José Moreira & Regina Bruno (orgs.), Dimensões rurais de políticas brasileiras. Rio de Janeiro, Seropédica: Mauad X/ Edur. pp. 71-103.

BRUNO, Regina Angela Landim. 2002. O Ovo da Serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas.

_____. 2003. "Nova República: a violência patronal rural como prática de classe". Sociologias [on-line], 10: 284-310.

_____. 2017. "Agricultura Empresarial, Povos e Comunidades Tradicionais: Lutas Simbólicas e Negação de Direitos". Raízes (UFPB), v. 37: 27-41.

BRUNO, Regina et al. 2009. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro, Seropédica: Mauad X/ Edur.

BURITY, Joanildo. 2018. "A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?". In: Ronaldo de Almeida & Rodrigo Toniol (orgs.), Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises de conjuntura. Campinas: Editora da Unicamp. pp. 15-66.

BUTLER, Judith. 2018. Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1997a. "O que é isso que chamamos Antropologia brasileira?". In: _____, Sobre o pensamento antropológico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 109-128.

_____. 1997b. "A organização dos antropólogos brasileiros: a ABA". In: _____, Sobre o pensamento antropológico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 129-141.

_____. 1997b. "Por uma etnografia das antropologias periféricas". In: _____, Sobre o pensamento antropológico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 143-159.

_____. 1998a. "O movimento dos conceitos na antropologia". In: _____, O trabalho do antropólogo. Brasília, São Paulo: Paralelo 15/ Editora da UNESP. pp. 37-52.

_____. 1998b. "Etnicidade, eticidade e globalização". In: _____, O trabalho do antropólogo. Brasília, São Paulo: Paralelo 15/ Editora da Unesp. pp. 169-188.

CARNEIRO, Sandra de Sá & SANT'ANNA, Maria Josefina G. 2018. "Militarização das escolas públicas: tensões e negociações em torno deste modelo de gestão escolar". In: Márcia Leite; Lia Rocha; Juliana Farias & Monique Carvalho (orgs.), Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula. pp. 203-222.

CARRARA, Sérgio Luis. 1984. "A 'Sciencia' e Doutrina da Identificação no Brasil, ou do Controle do Eu no Templo da Técnica". Boletim do Museu Nacional (Nova Série), 50: 1-28.

CARVALHO, José Murilo de. 1987. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras.

CASTRO, João Paulo Macedo e. 2002. "Desenvolvimento e política de controle populacional". In: Antonio Carlos de Souza Lima (org.), Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Nuap. pp. 229-258.

CHALHOUB, Sidney. 1988. "Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro". Revista Brasileira de História, 8 (16): 83-105.

_____. 2012. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. 2000. "Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência". Psicologia em Estudo, 5 (2): 1-22.

CORREA, Mariza. 1987. História da Antropologia no Brasil (1930-1960). Testemunhos. São Paulo, Campinas: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais/ Ed. da Universidade Estadual de Campinas.

_____. 1991. "An interview with Roberto Cardoso de Oliveira". Current Anthropology, 32 (3): 335-342.

_____. 1995. "A Antropologia no Brasil (1960-1980)". In: Sergio Miceli (org.), História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais/ Idesp.

_____. 2013. As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz.

_____. 1988. "Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 6 (3): 79-98.

CORRIGAN, Philip. 2002. "Some further notes on the difficulty of studying the state, England and the First Empire, 1975 onwards". Journal of Historical Sociology, 15 (1): 120-165.

COSTA, Fernanda Caroline Cassador. 2016. Relações transnacionais para a prática missionária da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil: transformações, sinuosidades e conflitos. Dissertação de Mestrado, PPGSA/IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro.

CUNHA, Olívia Gomes da. 2002. Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds.). 2004. Anthropology in the Margins of the State. Santa Fé: School of American Research Press.

DIDI-HUBERMAN, Georges. 2011. Sobrevivência dos vagalumes. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DUARTE, Tatiane dos Santos. 2011. "A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá": a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

DUNKER, Cristhian. 2019. Oniropolítica: alegorias da violência no Brasil contemporâneo. Blog da Boitempo. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2019/10/07/oniropolitica-alegorias-da-violencia-no-brasil-contemporaneo/. Acesso em 25/09/2019.

ENNE, Ana Lucia. 2014. "Conexões entre juventude, consumo e mídia: múltiplas formas de atuação e apropriação". In: Paulo Carrano & Osmar Fávero (orgs.), Narrativas Juvenis e Espaços Públicos: Olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais. Rio de Janeiro: Faperj/ EdUFF.

_____. 2008. "Práticas midiáticas e disputas por hegemonia: reflexões a partir de estudos de caso na Baixada Fluminense". In: Eduardo Granja Coutinho (org.), Mídia e Hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

_____. 2012. "'A favela tá atuando e dispensando os dublês': a construção, consolidação e expansão de múltiplas redes culturais e comunicacionais a partir de favelas e periferias do Rio de Janeiro". In: C. Fernandes; J. Maia & M. Herschmann (orgs.), Comunicações e Territorialidades. Rio de Janeiro em cena. São Paulo: Ed. Anadarco.

FACCHINI, Regina & SÍVORI, Horácio. 2017. "Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia". Cadernos Pagu, 50. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ cadpagu/article/view/8650716. Acesso em 25/09/2019.

FACINA, Adriana. 2014. "Sobreviver e sonhar: reflexões sobre cultura e 'pacificação' no Complexo do Alemão". In: Márcia Adriana Fernandes & Roberta Duboc Pedrinha. (orgs.), Escritos Transdisciplinares de Criminologia, Direito e Processo Penal: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan. pp. 39-47.

FERNANDES, Rubem César. 1980. "Um exército de anjos: as razões da Missão Novas Tribos". Religião e Sociedade, 6: 129-166.

FOUCAULT, Michel. 2008a. Segurança, Território e População: Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2008b. Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, Paulo et al. 2014. Pedagogia da Solidariedade. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 1992. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTER, Pierre. 1973. Dialética da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GANTI, Tejaswini. 2014. "Neoliberalism". Annual Review of Anthropology, 43: 89-104.

GONÇALVES DIAS, Caio. 2014. Da "Antropologia Filosófica" ao "Do-In Antropológico": um estudo crítico da ideia de políticas culturais no Brasil (1985-2013). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional--UFRJ, Rio de Janeiro.

GRAMSCI, Antonio. 2006. "State and civil Society". In: Aradhana Sharma & Akhil Gupta (eds.), The anthropology of the state: a reader. Malden, Oxford, Carlton: Blackwell. pp. 71-85.

_____. 2007. Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HUGGINS, Martha Knisely. 2010. "Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível". Cad. CRH [on-line], v. 23, n. 60: 541-558. ISSN 0103-4979. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000300007. Acesso em 25/09/2019.

JUSTIÇA GLOBAL BRASIL. 2008. Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. Relatório Final. Rio de Janeiro: Justiça Global Brasil.

KANT DE LIMA, Roberto. 1989. "Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 40 (4): 66-84.

_____. 2013. "Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal". Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 6 (4): 549-580.

LACERDA, Paula Mendes. 2015. *Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública.* Rio de Janeiro: Garamond.

LEITE, Márcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana & CARVALHO, Monique. 2018. "Sobre os dispositivos de governos dos pobres em uma cidade militarizada". In: ____ (orgs.), Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula.

LIMA, Delcio Monteiro de. 1991. Os demônios descem do Norte. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

LIMA, Iana Gomes de & HYPOLITO, Álvaro. 2019. "A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira". Educação e Pesquisa, 45: e19090.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & PINTO, Jax Nildo Aragão. 2005. "A questão fundiária na Amazônia". Estudos Avançados, 19 (54): 77-98.

LUXEMBURGO, Rosa. 1984. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural.

MACHADO, Carly; ESPERANÇA, Vinicius & GONÇALVES, Vinicius Rodrigues. 2018. "Militarização e religião: alianças e controvérsias entre projetos morais de governo de territórios urbanos 'pacificados'". In: Márcia Leite; Lia Rocha; Juliana Farias &

Monique Carvalho (orgs.), Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula. pp. 142-160.

MACHADO, Lia Zanotta. 2016. "Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas". Cadernos Pagu [on-line], 47: e16471.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. 2019. Remoções de Favelas no Rio Janeiro: Entre Formas de Controle e Resistências. Curitiba: Appris.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.). 2017. A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC [livro eletrônico]. São Paulo: SBPC.

MBEMBE, Achille. 2016. "Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte". Arte & Ensaios, 32: 122-151.

MENDONÇA, Kleber. 2018. A "pacificação" dos sentidos. Mídia e violência na cidade em disputa. Rio de Janeiro: Editora Caravanas.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. 2005. "Antropologia, Estado Moderno e Poder: perspectivas e desafios de um campo em construção". Avá, Posadas, 7: 128-146.

MORAIS, Rômulo Fonseca. 2019. O extermínio da juventude negra. Uma análise sobre os "discursos que matam". Rio de Janeiro: Revan.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée & FREITAS, Felipe. 2017. "Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000". BIB, 84 (2): 148-187.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. 2015. Quebra a cabaça e espalha a semente. Desafios para um protagonismo indígena. Rio de Janeiro: E-papers.

OLIVEIRA, Francisco de. 2011. Crítica à razão dualista e O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). 2018. "Dossier Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil. The reframing of cultures and identities". Vibrant, 15 (3). Disponível em: http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-15-n-2-05-082018/. Acesso em 25/09/2019.

_____. 2014. "Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios". Mana, 20 (1): 125-161.

PACHECO DE Oliveira, João & COHN, Clarice (orgs.). 2014. Belo Monte e a questão indígena. Brasília: ABA.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. 1981. The anthropology of anthropology: the Brazilian case. Tese de Doutorado, Harvard University, Cambridge.

_____. 1991. "Os antropólogos e suas linhagens". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 6 (16): 43-50.

_____. 1992. Uma antropologia no plural. Três experiências contemporâneas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

_____. 1999. "Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)". In: Sergio Miceli (org.), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré/ Anpocs. pp. 225-266.

PRADO JÚNIOR, Caio. 1974. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense.

RIBEIRO, Rafael Winter. 2002. "A construção da seca como problema: administração pública e representações da natureza durante a seca de 1877/1879 no Ceará". In: Antonio Carlos de Souza Lima (org.), Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Nuap. pp. 23-50.

SALVIANI, Roberto. 2012. "Participação e desenvolvimento sustentável". A experiência da Itaipu Binacional. Rio de Janeiro: E-papers.

SANT'ANA, Raquel. 2017. A nação cujo Deus é o Senhor: a imaginação de uma coletividade "evangélica" a partir da Marcha para Jesus. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional-UFRJ, Rio de Janeiro.

SANTOS, Fabiano & SZWAKO, José. 2016. "Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil". Saúde em Debate, 40: 114-121.

SANTOS, Fabiano. 2013. "Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da conjuntura brasileira". Novos Estudos – CEBRAP, 96: 15-25.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira & ESTRADA Rodrigo Duque. 2019. "Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira". Educação & Realidade, 44 (3): e84073.

SEYFERTH, Giralda. 1994. "Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 9 (26): 103-122.

_____. 1997. "A assimilação dos imigrantes como questão nacional". Mana, 3 (1): 95-131.

SIMIÃO, Daniel Schroeter & FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). 2018. O campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995. Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes.

_____. 2002. "Introdução. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo". In: ____ (org.), Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Nuap. pp. 11-22.

_____. 2012. "Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal". Revista de Antropologia, 55: 559-564.

_____. 2014. "Algumas perspectivas sobre (vários) exercícios tutelares: apresentação ao volume; O exercício da tutela sobre os povos indígenas no Brasil: um itine-

rário de pesquisa e algumas considerações sobre as políticas indigenistas no Brasil contemporâneo". In:____ (org.), Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers. pp. 9-30; 53-88.

_____. 2015. "Sobre tutela e participação: Povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI". Mana, 21 (2): 425-457.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea de Souza; CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LACERDA, Paula Mendes & OSORIO, Patricia (orgs.). 2018. A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário. Rio de Janeiro, Brasília: E-papers/ Associação Brasileira de Antropologia.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de & CASTRO, João Paulo Macedo e. 2015. "Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s)". Revista Anthropológicas, 26: 17-54.

SOUZA, Adriana Barreto de; SILVA, Angela Moreira Domingues da & MORAES, Luís Edmundo de Souza (orgs.). 2017. Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs. São Paulo: Alameda.

SWAAN, Abram de. 1988. In care of the State. Health Care, Education and Welfare in Europe and the USA in Modern Era. New York: Oxford University Press.

TEIXEIRA, Carla Costa. 2017. "Participação social na saúde indígena: a aposta contra a assimetria no Brasil?". Amazônica: Revista de Antropologia [on-line], 9: 716-733.

TEIXEIRA, Carla Costa & SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2010. "A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?". In: Luiz Fernando Dias Duarte (coord. de área); Carlos Benedito Martins (coord. geral), Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia. São Paulo: Anpocs. pp. 51-95.

THOMAS, Deborah A. & CLARKE, M. Kamari. 2013. "Globalization and Race: Structures of Inequality, New Sovereignties, and Citizenship in a Neoliberal Era". Annual Review of Anthropology, 42: 305-325.

TILLY, Charles. 1984. Big structures, large processess, huge comparisons. New York: Russel Sage Foundation.

_____. 1996. Coerção, capital e Estados europeus. São Paulo: EdUSP. pp. 273-315.

_____. 2000. "How do relations store histories?". Annual Review of Sociology, 26: 721-723.

TORRES, Mauricio; DOBLAS, Juan & ALARCON, Daniela Fernandes. 2017. "Dono é quem desmata": conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo, Altamira: Urutu-branco/ Instituto Agronômico da Amazônia.

TRAJANO FILHO, Wilson & LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs.). 2004. O campo da Antropologia no Brasil. Rio de Janeiro, Brasília: Contra Capa/ Associação Brasileira de Antropologia.

TROUILLOT, Michel-Rolph. 2001. "The anthropology of the state in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind". Current Anthropology, 42 (1): 125-138.

VELHO, Otávio Guilherme. 2016. "Revisitando as frentes de expansão". In: ___, Revisitando as frentes de expansão. Rio de Janeiro, São Luís: Casa 8.

_____. 1976. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel.

VIANNA, Adriana de Resende B. 1999. O Mal que se Adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro (1910-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite & LUI, Janayna. 2017. Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ Instituto de Estudos da Religião.

WACQUANT, Loïc. 2008. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo.

WEBER, Max. 1974. "Burocracia"; "O significado da disciplina". In: ___, Ensaios de sociologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp. 97-153; 229-282; 292-308.

WEBER, Max. 1983. Economía y sociedad. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

ZANETIC, André. 2010. A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime: Impactos na Segurança Pública e Transformações Contemporâneas no Policiamento. Tese de Doutorado, USP, São Paulo.

ZHOURI, Andréa (org.). 2017. "Dossier Mining, violence and resistance". Vibrant, 14 (2): 72-239. Disponível em: http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue--v-14-n-2-05-082017/. Acesso em 25/09/2019.

Sobre os Autores

Organizadores

Carla Costa Teixeira é Doutora e mestre em Antropologia, graduada em História, é professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília desde 1997. Coordena os Grupos de Pesquisa Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder (CNPq) e Antropologia Política da Saúde (CNPq). Foi editora do Anuário Antropológico por dez anos (2001-2011) e desde 2011 é membro do conselho editorial da Coleção Antropologias (LACED/UFRJ). Entre 2002 e 2016 atuou em diferentes funções de direção na Associação Brasileira de Antropologia entre elas a Secretaria Geral (2006-2008).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3792-9687

Andréa Lobo é Doutora em Antropologia Social. Pesquisadora do CNPq e Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, coordena os Grupos de Pesquisa Etnologia em Contextos Africanos - ECOA (CNPq) e Etnografia das Circulações e Dinâmicas Migratórias - MOBILE. É membro do grupo Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder e Antropologia Política da Saúde - LEIPP (CNPq). É Editora da Revista de Antropologia Vibrant. Seus interesses de pesquisa envolvem o estudo das dinâmicas familiares e suas relações com dinâmicas de mobilidade, com a globalização e com os estados nacionais.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7525-1953

Luiz Eduardo Abreu é doutor em antropologia e professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB. Seus interesses de pesquisa estão na relação entre a política e o direito. É autor de "A Troca das Palavras e a Troca das Coisas. Política e Linguagem no Congresso Nacional" (Mana 11, no. 2, 2005: 329-56), "Tradição, Direito E Política" (Dados 59, no. 1, 2016: 139-70) e editou o livro Coronéis, Candangos e Doutores com os textos de Luiz T. Aragão (Curitiba: Editora Appris, 2018).
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4779-1172

Adriana Facina é historiadora e antropóloga. Pesquisadora do CNPq, é professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades/UFF. Integra o Laboratório em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento (LACED), é membro do grupo de pesquisa Observatório Indisciplinar de Fazeres Culturais e Letramentos (OICULT) e do Núcleo de Estudos das Sociedades Complexas (NESCOM). Publicou, entre outros, os livros Santos e canalhas: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues (Civilização Brasileira, 2004), Literatura e sociedade (Jorge Zahar, 2004), Vou fazer você gostar de mim. Debates sobre a música brega (Multifoco, 2011), Acari Cultural: mapeamento da produção cultural de uma favela na Zona Norte do Rio de Janeiro (Mauad, 2014) e Nó em Pingo D'água: sobrevivência, cultura e linguagem (Mórula, 2019). Desenvolveu pesquisa de pós-doutoramento sobre música e lazer popular no Rio de Janeiro, com ênfase no funk. Atualmente pesquisa trajetórias de artistas com experiências de sobrevivência.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9381-5134

Alexandre Magalhães é graduado e Licenciado em Ciências Sociais pela Uerj, Mestre em Sociologia pelo Iuperj e Doutor em Sociologia pelo Iesp-Uerj. Realizou Pós-Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ. Atualmente é Professor Adjunto de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6786-962X

Angela Facundo é professora adjunta do Departamento de Antropologia e do PPGAS da UFRN. Possui graduação em Antropologia pela Universidade Nacional da Colômbia (2003), mestrado em Ethnologie et Anthropologie sociale - École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris (2006) e doutorado em Antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014).
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9552-5763

Antonio Carlos de Souza Lima Professor Titular aposentado de Etnologia do Museu Nacional (UFRJ), onde é colaborador voluntário no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Departamento

de Antropologia e Co-Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED). É bolsista de produtividade em Pesquisa IB (CNPq) e Cientista do Nosso Estado (Faperj, 2019-2021). Coordenou projetos com recursos da Fundação Ford e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), nas áreas de antropologia do Estado, políticas indigenistas e indigenismo, e educação superior. Ocupou diversas posições na Associação Brasileira de Antropologia, inclusive as de Vice-Presidente (2002-2004), Presidente (2015-2016), e desde então continua como integrante de seu Conselho Científico (2017 -). Desde janeiro de 2017 é editor de Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology (http://www.vibrant.org.br/). É, desde abril de 2018, Coordenador da Área de Antropologia e Arqueologia junto à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes).
ORCID: http://orcid.org/0000-0001-5260-236X

Deborah Bronz é professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutora (2011) e mestre (2005) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - MN/UFRJ. Vice-líder do Grupo de Estudos Amazônicos e Ambientais - GEAM e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0581-1318

Joelcyo Véras Costa é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR. É membro do Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado (NAPER-UFPR). Desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia do Direito e do Estado.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4574-7066

Laura Navallo es doctora en antropología por el programa de post graduación del Museo Nacional, Universidad Federal de Rio de Janeiro. Actualmente se desempeña como profesora en las carreras de Antropología y Comunicación Social en la Universidad Nacional

de Salta; dirige el proyecto de investigación "Prácticas de gobierno, gestión de la cultura y las poblaciones en Salta, siglo XXI" en el Consejo de Investigación de la mencionada universidad.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0213-040X

Luciana da Silva Sales Ferreira é doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Possui graduação em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). Atualmente é membro do Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder (LEIPP/UnB).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1833-571X

Luiz Vilaça é doutorando em Sociologia pela University of Notre Dame. Sua pesquisa investiga as interações entre formas de ativismo subterrâneo (dentro de burocracias) e público (no parlamento e nas ruas) em processos de mudança institucional. Sua tese de doutorado examina a construção da agenda de combate à corrupção no Brasil e as mudanças em instituições do sistema de Justiça - tais como o Ministério Público, a Polícia Federal, e a Justiça Federal - que possibilitaram a explosão de grandes operações, com foco nos casos Banestado, Satiagraha, Castelo de Areia e Lava Jato.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6786-962X

María Gabriela Lugones es profesora de Historia (UNC), Mestre y Doctora en Antropología (PPGAS MN UFRJ). Profesora titular de Antropología Cultural (Facultad de Lenguas UNC). Investigadora y Coordinadora del área de Ciencias Sociales del Centro de Investigaciones de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba (CIFFyH UNC). Dirige el Proyecto de Investigación "Antropología de las gestiones en la Córdoba Contemporánea", y el Programa de Investigación "Subjetividades y Sujeciones Contemporáneas" (CIFFyH-SECyT/UNC).

María Lucía Tamagnini es Licenciada en Historia y Doctora en Ciencias Antropológicas (Facultad de Filosofía y Humanidades UNC). Profesora Asistente de Teoría Antropológica III (FFyH UNC) y Profe-

sora Adjunta de Antropología del Arte (Facultad de Artes UNC). Participa, como co directora, en el Proyecto de Investigación "Antropología de las gestiones en la Córdoba Contemporánea", dirigido por la Dra. María Gabriela Lugones, en el marco del Programa de Investigación "Subjetividades y Sujeciones Contemporáneas" (CIFFyH--SECyT/UNC).
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1645-0244

Monique Florencio de Aguiar é graduada em ciências sociais (2006), mestre (2009) e doutora (2014) em antropologia pela UFF. Possui pós-doutorado pela UFRJ. É autora do livro A Mediação a favor do Estado: disputas entre mediadores políticos pela aproximação com agentes estatais, publicado em 2017. E, atualmente, é pós-doutoranda na Unesp.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3162-5348

Nicholas Moreira Borges de Castro é mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e possui licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atua como professor de Sociologia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4633-7330

Pedro Gondim é Antropólogo com doutorado (2018) e mestrado (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN - UFRJ). Durante a pós-graduação desenvolveu trabalhos com o foco em políticas culturais, participação e planejamento, e desenvolvimento e infraestruturas urbanas, sempre a partir de uma perspectiva dos processos de formação de Estado.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5993-9093

Roberta Aguiar Cerri possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (2004) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2015). Exerce o cargo de Analista Técnica de Políticas Sociais no Ministério da Saúde. Possui ampla experiência na área de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e de pesquisa na área de antropologia das práticas de poder,

especialmente com os temas sobre política, povos indígenas e instituições governamentais.

Ranna Mirthes Sousa Correa é graduada e licenciada em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS – Dan/UnB) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4128-6610

Raquel Sant'Ana é pesquisadora em estágio pós-doutoral do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP), onde investiga as relações entre religião, mídia e política no Brasil, também tema da tese de doutorado em Antropologia Social defendida por ela na Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional (UFRJ-MN).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2890-1068